山本 YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL – SÃO PAULO/SP.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, localizado nesta capital na Rua Maranhão n.º 202 - Higienópolis - São Paulo, inscrito no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº 59.086.074/0001-35, neste ato representado por sua sindica **Srª Christiane Filet Beliato Padovani**, (Convenção e Ata de Eleição em anexo), por seus advogados que esta subscrevem, com escritório profissional na Rua: José Bonifacio n° 278 - conj.1102 - Centro - São Paulo, CEP. 01003-000 (e-mail - yamamotoadvogados@hotmail.com - contato@yamamotoadvogados.com.br -) vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, para com fundamento no art. 784, VIII e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Em face de **ISSAC DANIEL WASSERMAN,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 19.555.992, CPF n° 131.938.178-21 e **CONTRUTORA WASSERMAN**, inscrita no CNPJ sob o n° 60.437.571/0001-10, pelos motivos de fatos a seguir articulados

Rua José Bonifácio, nº 278 – CJ. 1102 – Largo são Francisco – São Paulo/SP
Tel(11) 3107-3831 – Fax: (11) 3241-1482
EMAIL:
roberto@yamamotoadvogados.com.br
Site:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E68B.

山本 YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS

PRELIMINAR

DO POLO PASSIVO DA AÇÃO.

M.M Juiz, primeiramente, vem pela presente informar que o Autor teve conhecimento que a unidade objeto da presente ação, foi dada em dação em pagamento firmado nos autos da ação sob o n° 2010.158646-0/000001, que tramitou perante este Forum na 25ª Vara Civel, sendo o bem passado para o Sr. Isaac Daniel Wasserman.

Contudo Exa, o imóvel devedor ainda esta registrado em nome de **MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS**, empresa esta, baixada desde 30.06.2004, e incorporada pela **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A em 27.07.2004** conforme documentação emitida junto ao site da Receita Federal, anexada a presente ação.

É evidente que o caso, irá gerar no futuro grandes problemas para o Condominio/Exequente, ante a dificuldade da alienação judicial da unidade para satisfação do debito hoje, superior a R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Nesse passo, visando o regular prosseguimento e desenvolvimento da presente ação e futura satisfação do credito condominial, requer que ação prossiga em nome de Issac Daniel Wasserman e da Construtora Wasserman, ambas já devidamente qualificadas.

I - DA CITAÇÃO

Para responder os termos da presente, solicita o Requerente que seja(m) o(s) Requerido(s) citado(s) por meio postal na **Rua Maranhão n° 202 - Higienópolis - São Paulo, CEP. 01240-001.**

Rua José Bonifácio, nº 278 – CJ. 1102 – Largo são Francisco – São Paulo/SP
Tel(11) 3107-3831 – Fax: (11) 3241-1482
EMAIL:
roberto@yamamotoadvogados.com.br
Site:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E68B.

II - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Considerando a natureza jurídica da Execução, e nos precisos termos do art. 319 VII do Código de Processo Civil, o Condomínio Exequente dispensa a realização de audiência de conciliação e mediação.

III - DO BEM INDICADO PARA PENHORA

Caso o pagamento não seja efetuado no prazo legal, o Exequente indica para penhora a unidade abaixo descrita, e em caso de recurso, seja expedida a respectiva hipoteca judiciária, nos termos do art. 495 e seguintes do Código de Processo Civil.

Imóvel: - Apartamento duplex nº121, tipo "3", localizado no 12º andar ou 13º pavimento do EDIFICIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão nº 202, no 7º subdistrito - Consolação, registrado no 5º Registro de Imoveis de São Paulo, sob a matricula nº 84.810

IV - DOS FATOS

Os Executados, na qualidade de proprietários da **unidade autônoma nº 121**, do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, estão obrigados a contribuirem mensalmente para as despesas de condomínio, as quais são rateadas entre os condôminos, nas proporções de suas frações ideais.

Ocorre, entretanto, que apesar de estarem os Executados, obrigados a efetivar tais pagamentos, conforme disposição expressa da Convenção

Rua José Bonifácio, nº 278 – CJ. 1102 – Largo são Francisco – São Paulo/SP
Tel(11) 3107-3831 – Fax: (11) 3241-1482
EMAIL: roberto@yamamotoadvogados.com.br
Site:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E68B.

Condominial, em atas de assembleias em vigor, bem como normas de direito positivo, os mesmos não arcaram com suas cotas/partes do rateio de despesas condominiais (ordinárias e extraordinárias) dos meses de **AGOSTO/2014, SETEMBRO/2014, OUTUBRO/2014, NOVEMBRO/2014, DEZEMBRO/2014, JANEIRO/2015, FEVEREIRO/2015, MARÇO/2015, ABRIL/2015, MAIO/2015, JUNHO/2015, JULHO/2015, AGOSTO/2015, SETEMBRO/2015, OUTUBRO/2015, NOVEMBRO/2015, DEZEMBRO/2015, JANEIRO/2016, FEVEREIRO/2016, MARÇO/2016, ABRIL/2016, MAIO/2016, JUNHO/2016, JULHO/2016, AGOSTO/2016, SETEMBRO/2016, OUTUBRO/2016, NOVEMBRO/2016, DEZEMBRO/2016, JANEIRO/2017, FEVEREIRO/2017, MARÇO/2017, ABRIL/2017, MAIO/2017, JUNHO/2017, JULHO/2017, AGOSTO/2017, SETEMBRO/2017, OUTUBRO/2017, NOVEMBRO/2017, DEZEMBRO/2017, JANEIRO/2018** estando a dever o total líquido de **R$ 352.079,75 (trezentos e cinquenta e dois mil reais e setenta e cinco centavos)** conforme demonstrativo em anexo.

Cumpre esclarecer que no valor líquido apontado no demonstrativo incluso, estão incluídos os valores acrescidos de multa de 2% (dois por cento), correção, juros de 1% (um por cento) ao mês, e honorários advocatícios na base de 10% conforme o disposto no art. 827 do Código de Processo Civil.

IV - PRINCIPIOS DA EFETIVIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL

Os débitos corrigidos do Executado, e as prestações condominiais que se vencerem no curso do processo, bem como outras despesas, cujos cálculos obedecerão aos preceitos contidos no art. 323 do Código de Processo Civil.

> *"Art. 323". Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e*

Rua José Bonifácio, nº 278 – CJ. 1102 – Largo são Francisco – São Paulo/SP
Tel(11) 3107-3831 – Fax: (11) 3241-1482
EMAIL:
roberto@yamamotoadvogados.com.br
Site:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E68B.

serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.

Neste sentido tem entendido nossos tribunais .:

STJ. As prestações vincendas podem ser incluídas na condenação, se não pagas, enquanto durar a obrigação - art. 290 do CPC/1973 (aplicável ao artigo 323 do novo CPC).

Data: 25/08/2015

"Anota-se que a jurisprudência desta Corte, em homenagem aos princípios da efetividade e economia processual, revela-se cabível a inclusão de prestações vencidas no decorrer da execução e não pagas, pois acarretaria o ajuizamento de novas execuções, com base na mesma relação de direito material. Assim, as prestações vincendas podem ser incluídas na condenação, se não pagas, enquanto durar a obrigação."

Íntegra do acórdão:

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.367 - SP (2013/0196849-8)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

AGRAVANTE : RENATO PRIMO IORIO

ADVOGADOS : JOSÉ RAIMUNDO DE ARAÚJO DINIZ E OUTRO(S)

Rua José Bonifácio, nº 278 – CJ. 1102 – Largo são Francisco – São Paulo/SP
Tel(11) 3107-3831 – Fax: (11) 3241-1482
EMAIL:
roberto@yamamotoadvogados.com.br
Site:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E68B.

OTÁVIO YUJI ABE DINIZ E OUTRO(S)
AGRAVADO : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RIO NEGRO
ADVOGADO : LUÍS ROBERTO MELO FERNANDES E OUTRO(S)
INTERES. : MARIA EMÍLIA PIMENTEL NASCIMENTO
ADVOGADO : ANA NÍDIA FARAJ BIAGIONI
EMENTA
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONDOMÍNIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ORIGEM. SÚMULA Nº 283/STF.PARCELAS VINCENDAS. INCLUSÃO NA EXECUÇÃO.
1. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.
2. As prestações vincendas podem ser incluídas na condenação, se não pagas, enquanto durar a obrigação - art. 290 do Código de Processo Civil. Precedentes.
3. Agravo regimental não provido.

O Título executivo extrajudicial incluso preenche todos os requisitos exigidos pela lei cambial e pela lei uniforme, sendo título líquido, certo e exigível, ensejando cobrança executiva contra devedor solvente nos termos dos artigos 784 do CPC.

VI - PEDIDO

Diante do exposto requer:

Rua José Bonifácio, nº 278 – CJ. 1102 – Largo são Francisco – São Paulo/SP
Tel(11) 3107-3831 – Fax: (11) 3241-1482
EMAIL:
roberto@yamamotoadvogados.com.br
Site:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E68B.

a) - A intimação do executado, para que efetue o pagamento dos valores relacionado na planilha em anexo, no prazo de 03 dias, sob pena de penhora.

b)- O pagamento deverá ser efetuado com o acréscimo de honorários advocatícios na razão de 10% sobre o montante, e no caso de embargos elevado para 20%.

(c)- Caso o pagamento não seja efetuado no prazo legal, indica para penhora a unidade descrita no item III da inicial.

(d)- Protesta o Condomínio Exequente pela produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do Executado, sob pena de confesso, oitiva de testemunhas, juntada de documentos e tantas outras que se façam necessárias ao perfeito deslinde do feito.

Termos em que dando a causa o valor **R$ 352.079,75 (trezentos e cinquenta e dois mil reais e setenta e cinco centavos)**

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2018.

Roberto Massao Yamamoto

OAB/SP. nº 125.394

Rua José Bonifácio, nº 278 – CJ. 1102 – Largo são Francisco – São Paulo/SP
Tel(11) 3107-3831 – Fax: (11) 3241-1482
EMAIL: roberto@yamamotoadvogados.com.br
Site:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E68B.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2017

Autor: Condomínio Edifício Maison Mont Clair

Réu: Construtora Wasserman S.A e outro

unidade 121

Vencto.	Descrição	Valor-R$	Multa	Índice	Correção	Juros	Total
agosto-14	Condomínio	3.902,66	78,05	54,597934	944,84	2.117,99	7.043,53
setembro-14	Condomínio	3.902,66	78,05	54,696210	935,99	2.065,01	6.981,71
outubro-14	Condomínio	5.070,00	101,40	54,964221	1.184,81	2.606,04	8.962,25
novembro-14	Condomínio	5.070,00	101,40	55,173085	1.160,74	2.532,86	8.865,00
dezembro-14	Condomínio	5.070,00	101,40	55,465502	1.127,36	2.456,52	8.755,28
janeiro-15	Condomínio	5.070,00	101,40	55,809388	1.088,55	2.378,78	8.638,73
fevereiro-15	Condomínio	6.194,00	123,88	55,809388	1.329,88	2.829,67	10.477,43
março-15	Condomínio	6.194,00	123,88	56,635366	1.218,34	2.713,04	10.249,26
abril-15	Condomínio	6.194,00	123,88	55,465502	1.377,29	2.693,31	10.388,48
maio-15	Condomínio	6.195,00	123,90	58,570367	969,52	2.478,06	9.766,48
junho-15	Condomínio	6.195,00	123,90	59,150213	898,07	2.381,60	9.598,57
julho-15	Condomínio	6.195,00	123,90	59,605669	842,93	2.291,78	9.453,61
agosto-15	Condomínio	6.195,00	123,90	59,951381	801,63	2.207,36	9.327,89
setembro-15	Condomínio	6.195,00	123,90	60,101259	783,87	2.130,83	9.233,60
outubro-16	Condomínio	6.195,00	123,90	60,407775	747,83	2.049,35	9.116,08
novembro-15	Condomínio	6.195,00	123,90	60,872914	693,83	1.963,57	8.976,30
dezembro-15	Condomínio	6.195,00	123,90	61,548603	616,85	1.872,65	8.808,40
janeiro-16	Condomínio	6.195,00	123,90	62,102540	554,98	1.787,21	8.661,09
fevereiro-16	Condomínio	5.425,00	108,50	63,040288	396,46	1.482,49	7.412,45
março-16	Condomínio	5.425,00	108,50	63,639170	340,65	1.409,80	7.283,95
abril-16	Condomínio	5.425,00	108,50	63,919182	314,92	1.345,14	7.193,56
maio-16	Condomínio	5.425,00	108,50	64,328264	277,73	1.278,47	7.089,70
junho-16	Condomínio	5.425,00	108,50	64,958380	221,36	1.208,52	6.963,38
julho-16	Condomínio	5.425,00	108,50	65,263985	194,41	1.145,58	6.873,49
agosto-16	Condomínio	5.425,00	108,50	65,681674	157,99	1.081,38	6.772,87
setembro-16	Condomínio	5.425,00	108,50	65,885287	140,40	1.021,30	6.695,20
outubro-16	Condomínio	5.425,00	108,50	65,937995	135,86	963,79	6.633,15
novembro-16	Condomínio	5.425,00	108,50	66,050089	126,24	848,96	6.508,70
dezembro-16	Condomínio	5.425,00	108,50	66,096324	122,28	791,81	6.447,59
janeiro-17	Condomínio	5.425,00	108,50	66,188858	114,37	734,22	6.382,10
fevereiro-17	Condomínio	5.425,00	108,50	66,466851	90,75	674,91	6.299,16
março-17	Condomínio	5.425,00	108,50	66,626371	77,29	617,19	6.227,97
abril-17	Condomínio	5.425,00	108,50	66,839575	59,39	559,29	6.152,18
maio-17	Condomínio	5.425,00	108,50	66,893046	54,92	502,96	6.091,38
junho-17	Condomínio	5.425,00	108,50	67,133860	34,87	445,47	6.013,84
julho-17	Condomínio	5.425,00	108,50	66,932458	51,63	390,96	5.976,09
agosto-17	Condomínio	5.425,00	108,50	67,046243	42,15	334,54	5.910,19
setembro-17	Condomínio	5.425,00	108,50	67,026129	43,82	278,87	5.856,19
outubro-17	Condomínio	5.425,00	108,50	67,012723	44,94	223,14	5.801,57
novembro-17	Condomínio	5.425,00	108,50	67,260670	24,37	166,74	5.724,61
dezembro-17	Condomínio	5.425,00	108,50	67,381739	14,39	110,96	5.658,84
janeiro-18	Condomínio	5.425,00	108,50	67,556931	-	55,34	5.588,84
Total		**232.622,32**	**4.652,45**		**20.358,47**	**59.227,45**	**316.860,69**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E690.

(+) Honorarios Advocaticios							31.686,07
(+) Custas Processuais							3.532,99
Total Geral							**352.079,75**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E690.

CONVIVIUM® Brasil
Administradora de Condomínios
Sede Própria – Desde 1988

ATA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica - S.P.
MICROFILME Nº 8972231 /2017

LOCAL: Sala de Ginástica do Edifício
DATA: 21 de Junho de 2017.
HORA: 20h00min em segunda convocação.
PRESIDENTE: Sr. Benedito Pinto de Oliveira (Aptº. 101)
SECRETÁRIO: Sr. Saulo Zaniboni Alves (Convivium Adm. Condomínios.)

ORDEM DO DIA:

1º.) Ratificação da ATA da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22/11/2017.

Aos 21 dias do mês de Junho de 2017, em segunda convocação às 20h00min, reuniram-se os Condôminos do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, sito a Rua Maranhão, 202 – São Paulo para deliberarem sobre a Ordem do Dia acima. Para presidir os trabalhos foi convidado o Sr. Benedito Pinto de Oliveira (Aptº. 101) que convidou a mim, Saulo Zaniboni Alves, para secretariá-lo, ambos aprovados por unanimidade. O Presidente leu o edital de convocação e passou-se a discutir o **1º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Ratificação da ATA da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22/11/2017: Foi esclarecido que o presidente da assembleia anterior, Sr. Sahak (AP. 61), se recusou em assinar a ata da assembleia, por conta disto, houve a necessidade de convocação de nova reunião somente para ratificar a ata. Foi esclarecido que o Sr. Sahak, representado nesta assembleia pela Sra. Ana Mara (AP.11), está impedido de votar por estar inadimplente. O Sr. Saulo leu a seguinte ata da Assembleia do dia 22/11/2017: *"**1º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Aprovação de contas (As contas estão disponíveis a todos, inclusive através do site www.conviviumbr.com.br): Ao iniciar a assembleia, O Sr. Sahak (Ap. 61) disse que para aprovação das contas, a administradora deveria enviar as contas para os Condôminos com antecedência, opinião corroborada pela Sra. Ana Mara (Ap. 11). O Sr. Saulo disse que as contas são demonstradas mensalmente nos boletos, além da opção de acessa-las pelo Site da Convivium, além das pastas de prestação de contas que são elaboradas e enviadas mensalmente para o Condomínio, nelas estão todos os comprovantes de pagamento, NFs, extratos e demonstrativos. O Conselho analisa os documentos e todas as pastas estão aprovadas pela Direção, porém se algum Condominio quiser analisá-las, basta solicitar. O Sr. Sahak e a Sra. Ana Mara questionaram a prestação de contas da obra realizada, e que não houve transparência no processo, bem como informaram que na última reunião de condomínio havia sido acordado que não seriam feitas obras e a questão voltaria a ser discutida na próxima reunião. A Sra. Sindica disse que as reformas foram feitas pela necessidade, tanto de segurança da entrada, os portões que quebravam muito, além da guarita que não oferecia condições de trabalho. A Sra. Ana Mara disse que não gostou das intervenções e que em sua visão existiriam outras prioridades, e que os condôminos deveriam ter participado das decisões por tratar-se de despesas extraordinárias. O Sr. Presidente concordou com a Sra. Ana Mara, disse que não ficou bom e que não foi aprovado. Após discussão, foi solicitado o envio dos orçamentos a todos e o acumulado das despesas. Por fim, a Sra. Síndica apresentou todos os gastos com as obras, somando aproximadamente R$ 69.000,00, a evolução dos saldos e que ainda temos problemas de inadimplência de duas unidades. Colocado em votação, as contas foram aprovadas por 6 votos a 2. **2º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Eleição de Síndico, Subsíndico e Conselho Consultivo: A Sra. Ana Mara questionou que sua mãe, Maria Cristina F. Machado, faz parte do conselho, porém com sua mudança (junho de 2015) as prestações de contas deixaram de ser enviadas a ela. Foi informado que não houve renúncia e*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 1008880282018826100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E693.

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica - S.P.
MICROFILME Nº 8972231 /2017

contas não poderiam ser enviadas. A Sra. Ana Mara questionou a razão do não envio das contas, pois a Sra. Maria Cristina não renunciou ao Conselho, continua a frequentar o prédio, sua filha continua a morar no apartamento e as correspondências referentes ao Condomínio são enviadas para o endereço comercial e não residencial (não houve alteração com relação a esse ponto), que demonstra que a decisão de não enviar as contas foi unilateral do conselho e da síndica. Assim, as contas desde junho de 2015 não estão aprovadas por falta do aval da Conselheira. A Sra. Sindica disse que somente o Sr. Luiz (Ap. 21) que analisa as pastas. A Sra. Christiane, atual Sindica, disse que não pretende continuar no cargo. A maioria dos Condôminos presente elogiaram o trabalho e solicitaram que ela ficasse. Após eleição, a Direção do Condomínio fica composta por:

SÍNDICA..... : *SRA. CHRISTIANE BELLATO PADOVANI (APTº. 111)*
SUBSINDICO..... : *SR. MARCELO (APTº. 91)*

CONSELHO.....: *SRA. ANA MARA FRANÇA MACHADO (APTº. 11)*
SR. ORACI PINHEIRO JR (APTº. 51)
SR. SAHAK VARTERESIAN (APTº. 61)

As funções administrativas e financeiras continuam sendo outorgadas à Convivium Adm. De Condomínios, inclusive a movimentação bancária. ***3º. ITEM DA ORDEM DO DIA:*** *Aprovação de previsão orçamentária para o próximo exercício: A Sra. Sindica apresentou a posição atual das despesas. O Sr. Saulo disse que o ideal seria uma majoração para suprir os aumentos do próximo ano. A Assembleia decidiu por não aumentar, face os estudos de redução de despesas. Foi comunicado que o apartamento 31 deixou de pagar a taxa de condomínio novamente. Os Condôminos questionaram acerca de nova ação de cobrança.* ***4º. ITEM DA ORDEM DO DIA:*** *Assuntos gerais, sem caráter deliberativo: A Sra. Sindica disse que fez um estudo preliminar para trocar a portaria tradicional, por um sistema automatizado com portaria virtual. O investimento para adequações e demissões seria de R$ 148.000,00, com isso o valor da taxa condominial poderia ser reduzido para aproximadamente R$ 1.500,00. A maioria dos presentes gostou da ideia, e estudos mais profundos devem ser feitos para apresentação e deliberação em próxima assembleia. Foi comentado sobre o alto valor da conta de agua, que aparentemente o consumo que está alto, haja vista que não foram encontrados vazamentos. Não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia."* Após a leitura, foi colocado em votação e o texto da Ata foi aprovado por unanimidade. Foi sugerido que a administradora informe o advogado do Condomínio, para que no processo contra a unidade 121 (Processo N.1107795-54.2014.8.26.0100), não seja retirado a construtora do pólo passivo da ação, além do envio mensal de relatórios para a Direção do Condomínio. A Assembleia definiu que estas sugestões deverão ser acatadas até dia 05/07/2017. Não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia.

PRESIDENTE
Sr. Benedito Pinto Oliveira (Aptº. 61)

SECRETÁRIO
Sr. Saulo Zaniboni Alves

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/07/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E693.

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66
Bel. José Maria Siviero - Oficial

Emol.	R$ 48,99
Estado	R$ 13,95
Ipesp	R$ 9,53
R. Civil	R$ 2,59
T. Justiça	R$ 3,36
M. Público	R$ 2,35
Iss	R$ 1,02
Total	R$ 81,79

Selos e taxas
Recolhidos p/verba

Protocolado e prenotado sob o n. **8.972.231** em **22/06/2017** e registrado, hoje, em microfilme sob o n. **8.972.231**, em títulos e documentos.
São Paulo, 22 de junho de 2017

Bel. José Maria Siviero - Oficial
Bel. Francisco Roberto Longo - Oficial Substituto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E693.

Pelo presente Instrumento Particular de instituição, Especificação e Convenção de Condomínio, MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS com sede nesta Capital, à Rua Dr. Diogo de Faria, nº 1036 - Vila Clementino, cujos atos constitutivos estão arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 257.133, inscrita no CGC/MF sob o nº 60.812.328/0001-34, aqui representada, na forma dos seus estatutos sociais, por seu Diretor Presidente, Dr. Guilhermino Wasserman, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Cédula de Identidade - RG nº 1.974.571, adiante designada simplesmente, OUTORGANTE, na qualidade de titular do domínio de um imóvel situado à Rua Maranhão, nº 202 nesta Capital, no 7º Subdistrito - Consolação, 5º Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca desta Capital, onde se acha construído o " EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR ", vem estabelecer para o referido empreendimento o regime de "Condomínio" estatuído pela Lei Federal nº 4591 de 16 de dezembro de 1964 e demais disposições legais aplicáveis nos têrmos das cláusulas que a seguir declara:

I - DA AQUISIÇÃO

Conforme Escritura de Venda e Compra lavrada nas Notas do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Extrema - MG, livro nº 68, fls. 34/36vº de 13/02/86, e Escritura Pública de Retificação e Ratificação do referido Cartório - livro nº 68 - fls. 74/76 de 20.05.86 registradas sob nº 5 na matrícula nº 3668 em 06.06.86 no 5º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital, a OUTORGANTE tornou-se senhora e possuidora do imóvel situado à Rua Maranhão nº 202 consistente de um prédio e seu respectivo terreno que assim se descreve: Mede o terreno 14,25 metros de frente por 40,00 metros da frente aos fundos, onde mede 14,00 metros, confrontando do lado direito do imóvel, de quem olha da rua o imóvel, com Waldemar Teixeira de Carvalho (prédio nº 208), de outro com Caio da Silva Prado e nos fundos com Jorge Junqueira.

II - DA CONSTRUÇÃO:

1) Que no terreno descrito e confrontado na cláusula anterior, OUTORGANTE aprovou junto à Prefeitura do Município de São Paulo, nos têrmos do Alvará expedido sob o nº 4.000.128.868 em 30/01/86 a construção de um prédio em estrutura de concreto armado, sob denominação de " EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR " , destinando-se es-

/segue...

Este documento foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100 e código 3E8E696.
Este documento foi assinado digitalmente por ISRAEL MARCOLONGA.
Este documento foi assinado digitalmente por ISRAEL MARCOLONGA e Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOLONGA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

pecificamente a ser instituído em condomínio por unidades autônomas, de conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 4591/64, tendo para os efeitos de direito cumprido as exigências do Artigo " 32 " da referida Lei pelo que a Incorporação do referido empreendimento foi devidamente registrada sob o nº R.7(sete) na matrícula nº 3.668 em 24/10/1986 , no 5º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

2) Que, conforme se verifica do Auto de Vistoria expedido sob o nº 079/87 em 23/10/1987 , pela Prefeitura do Município do Estado de São Paulo, já se encontram concluídas as obras do Edifício acima referido, o qual recebeu nº 202 da Rua Maranhão, constituindo-se de 14 (quatorze) pavimentos, ático, zeladoria, guarita e 02 (dois) sub-solos, para 12(doze) apartamentos e garagens a saber:

a) 2º sub-solo: Conterá rampa de acesso e saída, poços de elevadores, caixa de escada, compartimento de bomba e caixa d'água , destinando-se o vazio deste pavimento ao estacionamento de veículos de porte pequeno e médio, o qual terá capacidade de abrigar 20(vinte) carros de passeio em lugares determinados e localizados, com o auxílio de manobristas.

b) 1º sub-solo: Conterá rampa de acesso e saída, poços de elevadores, centro de medição, caixa de escada, destinando-se o vazio deste pavimento ao estacionamento de veículos de porte médio e pequeno, o qual terá capacidade para abrigar 18(dezoito) carros de passeio, em lugares determinados e localizados, com o auxílio de manobristas.

Este pavimento junto com o 2º sub-solo, formam a garagem coletiva do Edifício.

c) Andar térreo: Conterá a entrada principal do Edifício: hall de serviço, caixa dos elevadores social e de serviço, caixa de escada, salão de festas e equipamentos sociais, WC para funcionários, jardins, floreiras, apartamento do zelador e abrigo de gás.

d) Do 1º ao 10º andar: Constituído de 01 (um) apartamento tipo "1" por andar, contendo: hall social e de serviço, terraço social, living e sala de jantar, 04(quatro) dormitórios, sendo dois do tipo suíte, sendo que um deles contém "closet", banheiro social, lavabo, copa-cozinha, WC e dependências de serviço, além dos poços dos elevadores e caixa de escada.

e) 11º andar: Constituído de 01(um) apartamento tipo "2", contendo: hall social e de serviço, terraço social, living e sala de jantar, 04(quatro) dormitórios, sendo dois do tipo suíte, sendo que um deles contém "closet", banheiro social, lavabo, copa cozinha, WC e dependências de serviço, além dos poços de elevadores e caixa de escada.

/segue ....

...ÇÃO 360 ...TEALBANO ...esignado ...NUEL DA COSTA ...rvente Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ISRAEL MARCOS ROSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ISRAEL MARCOS ROSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 3E8E696.

f) 12º andar: Constituído de 01(um) apartamento duplex - tipo "3" - que além das características dos apartamentos tipos "1" e "2" (no pavimento inferior), possui no pavimento superior: sala de estar, terraço social, lavabo, copa, deck, piscina, um local denominando "barrilete", uma escada e um elevador de acesso do pavimento inferior para o superior, privativo do apartamento, além dos poços de elevadores e caixa de escada.

g) Ático: Conterá as casas de máquinas e caixa d'água superior.

III - DO CONDOMÍNIO:

1) Que pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a OUTORGANTE usando das faculdades que lhe são conferidas por Lei , vem formalizar, como de fato formalizado tem, a destinação específica do empreendimento a que se referiu no ítem " 01 " da cláusula " II " instituindo-se para o " EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR " o regime de condomínio estatuído pela Lei Federal nº 4591/64, regulamentado pelo Decreto Federal nº 55815/65, ficando em consequência o referido Edifício dividido em duas partes distintas a saber:

a) Uma parte consubstanciada de áreas e coisas de uso e propriedade comuns inalienáveis, indivisíveis, acessorias e indissolu - velmente ligadas às unidades autônomas.

b) Uma outra parte consubstanciada de coisas de uso privativo e propriedade exclusiva dos condôminos do Edifício, denominadas "Unidades autônomas".

IV - DAS COISAS COMUNS:

1) Que, constituem coisas de uso e propriedade comuns do Edifício aquelas assim definidas no Artigo " 3º " da mencionada Lei Federal nº 4591/64 e discriminadas na Convenção adiante.

V - DAS UNIDADES AUTÔNOMAS:

1) Que as unidades autônomas do " EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR "são representadas pelos apartamentos, que obedecem a seguinte designação:

1º andar ou	2º pavimento - aptº	11
2º andar ou	3º pavimento - aptº	21
3º andar ou	4º pavimento - aptº	31
4º andar ou	5º pavimento - aptº	41
5º andar ou	6º pavimento - aptº	51

/segue ...

...ISTRO ... DA COSTA Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

Este documento foi assinado digitalmente por ISRAEL MARCOS ROSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e código 3E8E696.

6º andar ou 7º pavimento - aptº 61
7º andar ou 8º pavimento - aptº 71
8º andar ou 9º pavimento - aptº 81
9º andar ou 10º pavimento - aptº 91
10º andar ou 11º pavimento - aptº 101
11º andar ou 12º pavimento - aptº 111
12º andar ou 13º pavimento - aptº 121

VI - DA DISCRIÇÃO DAS UNIDADES:

Que as unidades autônomas do " EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR ", assim se descrevem e confrontam:

1) Apartamentos tipo "1":
apartamentos nºs. 11, 21, 31, 41, 51, 61, 71, 81, 91 e 101.
Localizados respectivamente do 1º ao 10º andar do Edifício , contendo cada um deles a área real útil de 175,88 m^2, a área real comum de 133,48 m^2, a área real acessória de garagem de 30,00 m^2, perfazendo a área real global de 339,36 m^2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio a fração ideal de 7,89%, confrontando-se, de quem do imóvel olha para a rua, em todos os seus lados, com os recuos do Edifício.

2) Apartamento tipo "2":
apartamento nº 111
Localizado no 11º andar do Edifício, contendo a área real útil de 175,88 m^2, a área real comum de 139,92 m^2, a área real acessória de garagem de 40,00 m^2, perfazendo a área real global de 355,80 m^2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio a fração ideal de 8,27%, tendo as mesmas confrontações dos apartamentos do tipo "1".

3) Apartamento tipo "3":
apartamento nº 121
Localizado no 12º andar, contendo a área real útil de 357,31 - m^2, a área real comum de 217,13 m^2, a área real acessória de garagem de 40,00 m^2, perfazendo a área real global de 614,44m^2 correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio a fração ideal de 12,83%, tendo as mesmas confrontações dos apartamentos do tipo "1" e "2".

Na área acessória dos apartamentos do tipo "1" supra, estão compreendidas as áreas de 03 (três) vagas para estacionamento de 03 automóveis de passeio, como descrito anteriormente.

Na área acessória dos apartamentos de tipos "2" e "3" supra , estão compreendidas as áreas de 04 (quatro) vagas para estacionamento de 04 automóveis de passeio, como descrito anteriormente.

/segue...

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

VII - DO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS:-

A garagem situada nos 1º e 2º sub-solos do Edifício destina-se à guarda de carros de passeio, com direito para o ocupante de cada unidade residencial de guardar 03 (tres) carros em locais determinados e localizados com o auxílio de manobristas, ressalvado o estabelecido no Parágrafo Primeiro, ficando vedado à aquele que não possua carro, a locação, cessão ou empréstimo de seu local a estranhos ao condomínio (salvo a hóspedes ou visitantes), bem como sua utilização para qualquer outro fim.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Conforme especificado anteriormente as unidades nºs 111 e 121 terão direito a guardar 04 (quatro) automóveis de passeio, conforme mencionado anteriormente.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A determinação e localização das vagas, numeradas nas plantas em anexo, é a que segue:

apartamento nº 11 - vagas 24, 25 e 26 no 1º sub-solo;
apartamento nº 21 - vagas 27, 28 e 29 no 1º sub-solo;
apartamento nº 31 - vagas 30, 31 e 32 no 1º sub-solo;
apartamento nº 41 - vagas 33, 34 e 35 no 1º sub-solo;
apartamento nº 51 - vagas 36, 37 e 38 no 1º sub-solo;
apartamento nº 61 - vagas 21, 22 e 23 no 1º sub-solo;
apartamento nº 71 - vagas 01, 02 e 03 no 2º sub-solo;
apartamento nº 81 - vagas 09, 10 e 11 no 2º sub-solo;
apartamento nº 91 - vagas 12, 13 e 14 no 2º sub-solo;
apartamento nº 101 - vagas 04, 05 e 06 no 2º sub-solo;
apartamento nº 111 - vagas 07,08, 19 e 20 no 2º sub-solo;
apartamento nº 121 - vagas 15,16, 17 e 18 no 2º sub-solo.

VIII - DA VENDA DAS UNIDADES:

Fica reservado permanentemente à Incorporadora o direito de instalar no Edifício, placas, luminosos, "stands" de venda ou outros meios de publicidade para promoção das vendas das unidades, inclusive manter corretores de plantão no local; Fica reservado à Incorporadora também o uso do ático para esta finalidade.

IX - DA CONCEITUAÇÃO DAS ÁREAS:

Todas as áreas das unidades mencionadas neste Instrumento, e que são as que constarão nos Contratos de Vendas, são as denominadas ÁREAS REAIS conforme critério adotado na PNB-140 em seus itens 4.1. 2.1 ÁREAS REAIS;

X - DA CONVENÇÃO:

Que o condomínio "EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR", fica sujeito, de conformidade com as exigências do parágrafo terceiro do artigo nono da Lei Federal nº 4591/64, à seguinte Convenção de Condomínio:

/segue...

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por 1 oficial de registro de imoveis de sao paulo - sp, liberado nos autos em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e código 3E8E696.

A) DA DISCRIMINAÇÃO DAS DIFERENTES PARTES DO CONDOMÍNIO:-

1 - O empreendimento se compõe de duas partes distintas, a saber:

a) Uma parte consubstanciada de áreas e coisas de uso e propriedade comuns, inalienáveis, indivisíveis, acessórias e indissoluvelmente ligadas às unidades autônomas.

b) Outra parte consubstanciada de coisas de uso privativo e propriedade exclusiva dos condôminos do Edifício, denominadas "unidades autônomas".

2 - São partes comuns do condomínio, portanto inalienáveis e indivisíveis, aquelas assim definidas no artigo 3º da Lei- Federal nº 4591/64 e muito especialmente: o terreno, as fundações, as colunas, vigas e pisos de concreto armado, as paredes, exceto as internas que são das unidades autônomas, os ornamentos da fachada, inclusive janelas, persianas, as escadas, corredores e halls, os encanamentos troncos de água, luz, força, gás, telefone e esgôto, bem como os condutores de águas pluviais, os ramais de eletricidade destinados a dependência de propriedade e uso comum e seus terminais, as bombas, aparelhos e pertences de elevação de água e os respectivos reservatórios, os compartimentos para medidores e para lixo, os elevadores, o apartamento do zelador, a parte social, os muros de divisa com propriedades limítrofes e tudo o mais que por natureza ou destino seja de uso e propriedade comum.

3 - São Unidades Autônomas os apartamentos já devidamente especificados no presente instrumento.

B) DO DESTINO DAS DIFERENTES PARTES DO CONDOMÍNIO:-

4 - As Partes Comuns (ou partes do condomínio) tem destino compatível com sua natureza, com a moral e os bons costumes.

5 - As unidades autônomas (ou partes de propriedade exclusiva) - tem a seguinte destinação: os apartamentos destinam-se a fins residenciais, respeitando-se sempre as exigências da moral e dos bons costumes, ficando sob a responsabilidade do condomínio qualquer modificação desse destino.

...GISTRO
...ONTEALBANO
Designado
...NUEL DA COSTA
...rente Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ISRAEL MARCOS ROSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 3E8E696.

C) DO MODO DE USAR AS COISAS E SERVIÇOS COMUNS:-

6-) As partes comuns (ou partes de condomínio) serão utilizadas / de conformidade com seu destino.

7-) Cada condômino tem o direito de usar e fruir das utilidades / próprias das partes comuns, desde que não prejudique igual direito dos demais, nem as condições materiais e o padrão do Edifício.

8-) Sempre que possam afetar as partes de uso comum, os consertos/ e reparos que devam ser procedidos na parte interna de cada / unidade autônoma dependerão sempre da autorização expressa do síndico, que estabelecerá o horário para a sua realização em função do sossêgo e bem estar dos demais condôminos.

9-) A garagem, que se localiza nos dois sub-solos do Edifício, destina-se exclusivamente ao estacionamento de carros de passeio/ (salvo, lambretas, bicicletas e motocicletas), sendo que cada ocupante das unidades tipo "1" (do 1º ao 10º andar) terá o direito de estacionar treis automóveis de passeio e o ocupante / das unidades tipos "2 e 3" (11º e 12º andares) terão o direito de estacionar quatro automóveis de passeio em locais determinados e localizados com o auxílio de manobristas, ficando vedado a qualquer titular, que não possua carro, a locação, cessão ou empréstimo de seu local à estranhos ao condomínio (salvo a hospedes ou visitantes de sua unidade), bem como sua utilização / para qualquer outro fim.

§ ÚNICO:-

A determinação e localização das vagas é aquela consubstânciada nas plantas em anexo e conforme especificado anteriormente.

segue/.....

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

fls. 33
fls. 20

10 - A parte social, que se localiza no andar térreo, será de uso e gozo exclusivo dos moradores do Edifício.

11 - O regulamento interno do Edifício, preverá as demais disposiçoẽs quanto ao uso das áreas comuns do Edifício.

D) DOS DIREITOS E OERIGAÇÕES DOS CONDÔMINOS OU TITULARES DE DIREITO À AQUISIÇÃO DE UNIDADES AUTÔNOMAS.

12 - Ficam assegurados a todos os condôminos ou titulares de direito à aquisição de unidades autônomas, entre os demais/ resultantes desta Convenção, mais os seguintes:-

a)- O direito de livremente dispor ou onerar sua respectiva unidade autônoma, bem como de transferir os direitos / pertinentes à aquisição e do direito de constituir ônus sôbre a mesma, ressalvadas as exceçõeś previstas na presente Convenção, independentemente de consentimento dos demais condôminos ou titulares de direito à / aquisição de outras unidades.

b)- O direito de proceder modificaçoẽs ou reformas inter-/ nas em suas respectivas unidades autônomas, independentemente de consentimento dos demais condôminos ou titulares de outras unidades, ressalvando o que se dis-/ põe no ítem "8" desta Convenção. Qualquer obra que modifique a fachada da unidade, depende da aquiescência/ da unanimidade dos condôminos ou titulares de direito/ à aquisição de unidades.

c)- O direito de comparecer, votar e ser votado nas Assembléias Gerais dos Condôminos, respeitando o que se dispõe nesta Convenção.

d)- O direito de usar e fruir com exclusividade de sua unidade e o direito de usar e fruir das partes comuns em comunhão com os demais condôminos ou titulares de direito à aquisição de unidades autônomas, ficando em um e/ outro caso as conveniências e interesses individuais condicionados às normas de boa vizinhança.

13 - São obrigaçoẽs de todos os condôminos ou titulares de direito à aquisição de qualquer unidade autônoma, entre as demais resultantes desta Convenção, mais as seguintes:-

a)- A obrigação de conservar e reparar à sua custa exclusiva tudo quanto pertencer à sua respectiva unidade autônoma.

REGISTRO
VEIS.
Paschoal, 360
MONTEALB
Designado
MANUEL DA COSTA
Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ISRAEL MARCOS ROSA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 3E8E696.

b)- A obrigação de não abusar de seus direitos, nem prejudicar por qualquer forma os demais condôminos ou titulares de direito à aquisição de qualquer unidade autônoma.

c)- A obrigação de não causar dano ou incômodo aos demais condôminos nem obstáculos ou embaraço ao bom uso das partes comuns.

d)- A obrigação de concorrer nas despesas de condomínio, tal como adiante se declara, sendo certo que o adquirente de uma unidade responde pelos débitos do alienante em relação ao condomínio, inclusive multas.

e)- Fica reservado à Incorporadora o direito de instalar no Edifício placas, luminosos, "stands" de vendas ou outros meios de publicidade para a promoção das vendas das unidades, inclusive manter corretores de plantão no local; Fica reservado à Incorporadora também o uso do ático para esta finalidade.

§ ÚNICO:-

Este ítem somente poderá ser alterado com a anuência da totalidade dos condôminos.

14 - É defeso à qualquer condômino ou titular de direito à aquisição de unidades autônomas:

a)- Alterar a forma da fachada externa do prédio ou da respectiva unidade autônoma.

b)- Decorar as portas e esquadrias externas com tonalidades ou cores diversas das empregadas no conjunto da edificação.

c)- Utilizar a unidade em destinação diversa da finalidade precípua do prédio ou usá-la de forma nociva ou perigosa à salubridade e à segurança e ainda ao bem estar dos demais condôminos.

d)- Embaraçar as partes de uso comum.

e)- Colocar ou fixar toldos, placas, letreiros de propaganda e de vendas ou quaisquer objetos nas janelas das unidades autônomas, na fachada do Edifício ou outros locais, salvo no caso previsto na letra "e" da Cláusula "13".

f)- Instalar antenas individuais de televisão na cobertura ou em qualquer outro local visivel do Edifício, ressalvada a instalação de antena coletiva, devidamente aprovada pelos condôminos.

GISTRO
S
acanguá, 360
AONTEALBANO
Designado
NUEL DA COSTA
rante Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

fls. 35
fls. 22fls.

15 - Os condôminos poderão compelir e ser compelidos ao respeito de seus direitos e obrigaçoẽs através de ação cominatória própria; também o Síndico terá legitimação ativa para pleitear, através da mesma via, o desfazimento de qualquer obra proibida ou a prática ou ainda a abstenção de determinado ato contra o transgressor dos direitos e deveres acima mencionados.

§ ÚNICO:-

Aplicam-se ao ocupante do imóvel, a qualquer título, todas as obrigaçoẽs referentes ao uso, função e destinação da unidade autônoma.

Sem prejuizo do disposto na cláusula anterior, o condômino faltoso será punível com a pena pecuniária que lhe será imposta pela Assembléia Geral, a qual dosará a gravidade da falta e a correspondente pena, indo esta de 3,5 até 20 vezes o salário mínimo de referência vingente na região.

E) DOS ENCARGOS, FORMA E PROPORÇÃO DAS CONTRIBUIÇOẽS PARA AS DESPESAS DE CUSTEIO E PARA AS EXTRAORDINÁRIAS.

16 - Cada condômino ou titular de direito à aquisição de unidade autônoma concorrerá, obrigatóriamente, ao pagamento das denominadas despesas normais de custeio dos serviços comuns, ou seja, despesas de conservação, manutenção, reparação, limpeza e administração de todas as coisas e serviços comuns, bem como premio de seguro.

17 - Anualmente será alaborado pela Administradora e votado pela Assembléia Geral Ordinária do Edifício um orçamento dessas despesas de custeio, rateando-se a quota parte cabente à cada condômino, através de parcelas trimestrais, ou a critério dessa Assembléia, que deverão ser pagas nos dez primeiros dias de cada trimestre a vencer-se.

18 - O Síndico poderá autorizar despesas não previstas no orçamento inicial ou que excedam os valores orçados, ficando esse excesso condicionado à aprovação futura da Assembléia e será rateado entre os condôminos na forma prevista no ítem "19" abaixo.

19 - O rateio das despesas normais de custeio será feito entre os condôminos proporcionalmente às suas quotas partes ideais no terreno.

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

20 - As disposições acima se referem às despesas condominiais normais ou ordinárias; no tocante às despesas extraordinárias, dependem elas sempre de prévia autorização expressa da Assembléia Geral, assim se entendendo as despesas que não sejam habituais nem devem se repetir no mesmo exercício, bem como as despesas com melhoria não necessárias, porém convenientes à maioria absoluta dos condôminos. Após aprovadas, serão rateadas entre os condôminos, na forma prevista no ítem "19" acima.

21 - Cabe à Administradora arrecadar as contribuições de cada condômino, podendo valer-se do auxílio do zelador do Edifício. Cabe-lhe ainda, promover a cobrança executiva das quotas atrasadas contra o condômino em atraso, ou seus sucessores em caso de alienação, agindo nesta função como delegada e em nome do condomínio.

§ ÚNICO:

O adquirente de uma unidade autônoma responde pelos débitos do alienante em relação ao condomínio, inclusive multas.

22 - Semestralmente será apresentado um balancete dessas despesas de custeio, para conhecimento dos condôminos.

23 - O condômino que não pagar sua contribuição no seu vencimento, ou dentro do prazo previsto, ficará responsável:

a) Por multa de 20% (vinte por cento) sobre o débito em atraso.

b) Juros moratórios a taxa de 1% (hum por cento) ao mês.

c) Atualização do seu saldo devedor pela aplicação de índices oficiais de correção monetária.

d) Pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes nunca inferior a 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, no caso de se lhe fizer cobrança judicial.

F) DA ASSEMBLÉIA GERAL - MODO E PRAZO DE CONVOCAÇÃO - QUORUM

24 - As resoluções dos Srs. Condôminos serão tomadas em Assembléias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias.

...ISTRO
...anqueiro, 350
...INTEÁLBANO
...esignado
...UEL DA COSTA
...nte Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica São Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO e ISRAEL MARCOS ROSA, em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferência, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e código 3E8E696.

25 - As Assembléias Gerais Ordinárias realizar-se-ão anualmente em data a ser fixada pela Administradora, competindo-lhe:

a) Eleger o Síndico, fixando-lhe ou não remuneração, bem como destituí-lo, quando for o caso.
b) Examinar e deliberar sôbre as contas prestadas pela Administradora em relação ao exercício anterior.
c) Examinar e deliberar sobre o orçamento organizado pela / Administradora, para o exercício que se inicia, fixando as quotas, contribuiçoẽs e forma de pagamento de cada condô-/ mino, respeitando-se o que se dispõe nesta Convenção.
d) Examinar e deliberar sôbre as resoluçoẽs do Síndico e sôbre quaisquer outros assuntos de interesse dos condôminos.
e) Impor multas aos condôminos infratores da presente Convenção, bem como do regulamento interno e julgar os seus respectivos recursos.
f) Eleger os membros do Conselho Consultivo e respectivos suplentes e o sub-síndico.
g) Ratificar a delegação de funçoẽs administrativas feita pelo Síndico.
h) Resolver os casos omissos e todas as questoẽs referentes / ao condomínio que lhe forem propostas.

EGISTRO
IS
INTEALBANO
esignado
EL DA COSTA
e Autorizado

26 - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas, sem-/ pre que houver necessidade, isto é, para exame e deliberação/ sôbre assuntos cuja apreciação não possa aguardar a realiza-/ ção da Assembléia Geral Ordinária .

27 - As convocaçõẽs para as Assembléias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, serão sempre efetivadas pela Administradora, a / cada condômino por carta protocolada ou registrada, com dez / dias de antecedência no mínimo. A Administradora não poderá recusar a convocação de Assembléia Extraordinária desde que solicitada por condôminos que representem pelo menos 1/4 dos votos do condomínio.

Na primeira convocação instalar-se-á validamente, a Assembléia, com 50% dos votos totais, e, em segunda convocação, feita com intervalo de no mínimo meia-hora, instalar-se-á validamente com qualquer número, respeitando-se, porém, o "quorum"para assuntos especiais, como adiante se declara.

28 - Os condôminos presentesàs Assembléias assinarão, necessariamente, o respectivo livro de presença. Do que ficar deliberado será lavrada a competente ata, a ser assinada pela mesa diretora dos trabalhos e pelos condôminos que o desejarem.

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

29 - As Assembléias serão dirigidas por um presidente de escolha dos condôminos presentes; esse presidente nomeará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e para a redação da ata de reunião.

30 - As deliberações nas Assembléias serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, salvo em caso de ser exigido "quorum" especial; no caso de empate, o voto de qualidade caberá ao condômino que, por escolha dos demais, / presidir a Assembléia; as deliberações tomadas obrigam / inapelavelmente a todos os proprietários presentes ou / não. Das deliberações dar-se-á ciência, para cumprimento, aos condôminos ausentes.

31 - Os votos serão tomados conforme a quota parte ideal cabente no terreno a cada proprietário ou titular de direito à aquisição de unidade autônoma.

32 - Será permitida a representação de Condômino, respeitando o direito comum, através de procuração própria, ficando/ certo que cada procurador poderá representar somente um condômino.

33 - Somente se computará em qualquer deliberação o voto de condômino que estiver quites com todos os pagamentos vencidos de suas cotas nas despesas comuns e que seja portador de um título aquisitivo de sua unidade devidamente transcrito no Registro de Imóveis competente.

G) <u>DA ADMINISTRADORA E DO MODO DE ESCOLHER O SÍNDICO, SUB-SÍNDICO E CONSELHO CONSULTIVO</u>.

34 - À INCORPORADORA ora declarante, fica, desde já, reservado o direito de administrar o prédio, no período de 02 (dois) anos, podendo delegar tais poderes à terceiros, a qualquer tempo, nomeando outro administrador sempre que julgar necessário.
Decorrido este prazo a escolha da Administradora será / feita através de Assembléia Geral.

<u>§ ÚNICO:-</u>
Este ítem, durante o período nele mencionado, somente poderá ser alterado com a anuência da totalidade dos condôminos.

35 - Será eleito, por maioria dos votos dos condôminos, um Síndico e um Sub-Síndico, escolhidos dentre os mesmos, / com as seguintes funções:

REGISTRO
IS
ONTEALEGRE
Assinado
L DA COSTA
Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.
Este documento foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO e ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO e ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100 e código 3E8E696.
Em caso de dúvida, entre em contato com o cartório emissor e solicite a cópia do documento original. Para acessar o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 3E8E696.

fls. 39
fls. 26

a-) Representar, ativa e passivamente, o condomínio junto à Administradora e praticar atos de interesse comum, nos limites das atribuições conferidas pela Lei nº 4591/ 64 e por esta Convenção, sem remuneração.

b-) Cumprir e fazer cumprir a Convenção e o regimento interno, bem como executar e fazer executar as deliberações/ da Assembléia.

36 - Será eleito por maioria de votos dos condôminos, um conselho consultivo, constituído de três condôminos, cuja função será de assessorar o Síndico e a Administradora na solução dos / problemas que digam respeito ao Condomínio.

37 - O mandato do Síndico, Sub-Síndico e Conselho Consultivo, será de dois anos, permitida a reeleição.

38 - DAS ATRIBUIÇÕES DA ADMINISTRADORA, ALÉM DAS LEGAIS:-

À Administradora, além das funções decorrentes de seu cargo, compete especialmente:

a-) Superintender a administração geral do Edifício e fazer observar o regulamento interno do Prédio.

b-) Nomear, admitir e demitir os empregados do prédio, fi-/ xando-se-lhes os vencimentos, de acôrdo com a verba estabelecida no orçamento do ano.

c-) Receber as cotas ou outras contribuições dos condôminos, dando-lhes a devida aplicação.

d-) Ordenar e fiscalizar as obras de carater urgente e adquirir o que for necessário para a boa conservação do Edifício.

e-) Manter a escrituração e a contabilidade em ordem e em / livros próprios, ao dispôr dos condôminos.

f-) Apresentar, por ocasião da reunião anual, as contas de administração referentes ao exercício findo, exibindo / os respectivos documentos e comprovantes.

§ ÚNICO:-

As atribuições aqui mencionadas, de conformidade com a legislação vigente, pertencem ao Síndico que poderá delegá-las no todo ou em parte.

39 - A Administradora terá uma remuneração mensal que será fixada anualmente pela Assembléia Geral dos Condôminos.

REGISTRO
IS
Autorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.

H - DO FUNDO DE RESERVA:-

40 - Será constituído para o Edifício um "Fundo de Reserva" para aplicação na amortização das despesas que forem expressamente mandadas resgatar com ele, através de deliberação/ da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

41 - Todos os condôminos concorrerão obrigatoriamente para a / formação desse " Fundo de Reserva " com uma importância a ser fixada em Assembléia Geral.
O Fundo de Reserva deverá ser reposto, sempre que sofra / diminuição, através da mesma forma estabelecida para a sua constituição.

42 - O " Fundo de Reserva " será mantido em conta bancária especial e pertencerá, de pleno direito, à massa condômina que contribuiu para a respectiva formação.

I - DA ALTERAÇÃO CONVENCIONAL E DO REGULAMENTO INTERNO:-

43 - A presente Convenção só poderá ser modificada em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente pelo / voto de Condôminos que representem no mínimo 2/3 do total do condomínio, ressalvado o disposto nos parágrafos / únicos dos ítens "13" letra "e" e "34".

44 - O "Regulamento Interno" do prédio será redigido e aprovado conjuntamente pelo Síndico, pelo Sub-Síndico e pelo Conselho Consultivo, ratificado em Assembléia Geral que represente 1/3 dos Condôminos.

J - DO REGISTRO:-

Que, a outorgante autoriza o Sr. Oficial do Registro Imobiliá-/ rio competente a proceder todos os atos que se tornarem necessários à vista do presente.

K - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:-

Que, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da expedição do"habite-se", proceder-se-á ao seguro do conjunto das edificações, abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns, discriminadamente, contra incêndio ou outro sinistro que cause a destruição no todo ou em parte, computando-/ -se o premio nas despesas ordinárias do condomínio conforme dispõe o capítulo IV da Lei nº 4591 de 16 de dezembro de 1.964.

São Paulo, 30 de outubro de 1987

MACNUM S/A. - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS

GUILHERMINO WASSERMAN
DIRETOR PRESIDENTE

2º CIVIL DE NOTAS - RECONHECIMENTOS
Av. Brasil, 198 - São Paulo - Tel. 852-1458
Reconheço(em) a(s) Firma(s)
São Paulo, 13 NOV 1987

REGISTRO
Protocolo 350
LEALBANO
gnado
DA COSTA
utorizado

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica Sao Paulo e ISRAEL MARCOS ROSA.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e o código 4ACB18.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO e ISRAEL MARCOS ROSA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1047652-36.2013.8.26.0100 e código 3E8E696.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
59.086.074/0001-35 MATRIZ		09/06/1988

NOME EMPRESARIAL
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
81.12-5-00 - Condomínios prediais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
308-5 - CONDOMINIO EDILICIO

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R MARANHAO	202	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
01.240-000	HIGIENOPOLIS	SAO PAULO	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	28/08/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/09/2016** às **14:15:59** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 15/09/2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E69A.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
60.437.571/0001-10 MATRIZ		24/08/1965

NOME EMPRESARIAL
CONSTRUTORA WASSERMAN SA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
WASSERMAN

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R FREI CANECA	558	CONJ: 1208;

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
01.307-000	CONSOLACAO	SAO PAULO	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JAMES@CONTABILIDADEOKUMA.COM.BR	(11) 3241-0966

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/09/2016** às **13:49:17** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 15/09/2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E69D.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

RECADASTRADA EM 1997, SOB N. 00059723497

EMPRESA

INCORPORADA

MAGNUM S.A. PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300030117	26/05/1964	02/02/2018 14:12:47

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
26/05/1964	60.812.328/0001-34	105.815.192.111

CAPITAL

Cr$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA DR. DIOGO DE FARIA	NÚMERO: 1036	
BAIRRO:	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 99999-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL

SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, ARRENDAMENTO E INTERMEDIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (CORRETAGEM)

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ANTONIO HAJIME HOSOKAWA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 376.135.888-15, RG/RNE: 2807537, RESIDENTE À RUA FERNANDES MOREIRA, 507, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR.

GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491, RESIDENTE À AV. JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR FINANCEIRO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

JOSE SALVADOR PALAMIM, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 186.675.548-04, RG/RNE: 5366024, RESIDENTE À RUA EMBOACU, 589, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A1.

PEROLA WASSERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR COMERCIAL E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ARQUIVAMENTOS
NUM.DOC: 092.407/95-0 SESSÃO: 13/06/1995
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASSERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491, RESIDENTE À AV. JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE SALVADOR PALAMIM, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 186.675.548-04, RG/RNE: 5366024, RESIDENTE À RUA EMBOACU, 589, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ANTONIO HAJIME HOSOKAWA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 376.135.888-15, RG/RNE: 2807537, RESIDENTE À RUA FERNANDES MOREIRA, 507, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR.
INCLUSÃO DE CNPJ 60.812.328/0001-34
INCLUSÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 105.815.192.111.
NUM.DOC: 112.538/95-2 SESSÃO: 17/07/1995
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 6.230.000,00 (SEIS MILHÕES, DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 13/06/1995.
NUM.DOC: 093.643/96-2 SESSÃO: 20/06/1996
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 7.530.000,00 (SETE MILHÕES, QUINHENTOS E TRINTA MIL REAIS). CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/1996.
NUM.DOC: 083.808/97-8 SESSÃO: 11/06/1997
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O., DATADA DE: 30/04/1997.
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE SALVADOR PALAMIM, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 186.675.548-04, RG/RNE: 5366024, RESIDENTE À RUA EMBOACU, 589, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR.
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ANTONIO HAJIME HOSOKAWA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 376.135.888-15, RG/RNE: 2807537, RESIDENTE À RUA FERNANDES MOREIRA, 507, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR.
ELEITO SALVADOR DE SA CAMPOS BENEVIDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 305.630.627-20, RG/RNE: 047732D - RJ, RESIDENTE À RUA PAULO SERGIO DE MACEDO, 71, AP. 91-A, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR TÉCNICO.
NUM.DOC: 080.391/98-9 SESSÃO: 29/05/1998
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/1998.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASSERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783 - SP, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, AP. 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491 - SP, RESIDENTE À AV. JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.
ELEITO ELIAS KOSHEVNIKOFF, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 776.809.448-49, RG/RNE: 7630921 - SP, RESIDENTE À RUA ROMILDA MARGARIDA GABRIEL, 178, AP. 201, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR TÉCNICO, ASSINANDO PELA EMPRESA.
NUM.DOC: 085.628/99-2 SESSÃO: 01/06/1999
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/1999.
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ELIAS KOSHEVNIKOFF, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 776.809.448-49, RG/RNE: 7630921 - SP, RESIDENTE À RUA ROMILDA MARGARIDA GABRIEL, 178, AP. 201, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR TÉCNICO, ASSINANDO PELA EMPRESA.
NUM.DOC: 098.102/00-0 SESSÃO: 30/05/2000
ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 28/04/2000. DELIBERACOES: FORAM APROVADO O RELATORIO DA DIRETORIA, BALANCO PATRIMONIAL E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, REFERENTE AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/1999.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A1.

NUM.DOC: 118.143/01-3 SESSÃO: 28/06/2001
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/2001.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASSERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, AP. 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL E DIRETOR PRESIDENTE.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491, RESIDENTE À AV. JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO E DIRETOR SUPERINTENDENTE.
NUM.DOC: 110.022/02-6 SESSÃO: 27/05/2002
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 7.425.000,00 (SETE MILHÕES, QUATROCENTOS E VINTE CINCO MIL REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 05/03/2002.
NUM.DOC: 142.226/02-6 SESSÃO: 12/07/2002
ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/04/2002. DELIBERAM A APROVACAO, O RELATORIO DA DIRETORIA, O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, REFERENTES AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2001.
NUM.DOC: 105.675/03-9 SESSÃO: 29/05/2003
ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2003. DELIBERACOES: FOI APROVADO O RELATORIO DA DIRETORIA, O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2002.
NUM.DOC: 284.745/04-2 SESSÃO: 08/06/2004
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 31/05/2004.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491 - SP, RESIDENTE À RUA DIOGO DE FARIA, 1036, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR SUPERINTENDENTE.
ARQUIVAMENTO DE A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 31/05/2004. DELIBERACOES: APROVADO O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2003.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASSERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783 - SP, RESIDENTE À RUA DR. DIOGO DE FARIA, 1036, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.
NUM.DOC: 359.737/04-3 SESSÃO: 27/07/2004
INCORPORADA POR NIRE 35300142331.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300030117
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 01/02/2018

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para KAMILA HELENA SILVA DE ARAUJO : 33465733894. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 96352968, sexta-feira, 2 de fevereiro de 2018 às 14:12:46.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A1.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.		
		TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300142331	13/06/1995	05/03/2015 11:59:56
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/06/1995	60.437.571/0001-10	105.835.830.110

CAPITAL
R$ 10.400.000,00 (DEZ MILHÕES, QUATROCENTOS MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA DR. DIOGO DE FARIA	NÚMERO: 1036	
BAIRRO: VILA CLEMENTINO	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 04037-003	UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA CONSTRUÇÃO (COBERTURA, ALVENARIA, PISO, PINTURA, REVESTIMENTO, VIDRAÇARIA, ETC.) AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (RECRUTAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL)

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ANTONIO HAJIME HOSOKAWA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 376.135.888-15, RG/RNE: 2807537, RESIDENTE À RUA FERNANDES MOREIRA, 507, CH.STO.ANTONIO, SAO PAULO - SP, CEP 05777-060, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR.
GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491, RESIDENTE À AV. JOAO MARTINS EREDIA, 136, JD.IPANEMA, SAO PAULO - SP, CEP 04784-406, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR FINANCEIRO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.
JOSE SALVADOR PALAMIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 186.675.548-04, RG/RNE: 5366024, RESIDENTE À RUA EMBOACU, 589, JD. AURELIO, SAO PAULO - SP, CEP 04118-080, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A3.

PEROLA WASSERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, AP.163, JD.GUEDALA, SAO PAULO - SP, CEP 05616-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE.

ARQUIVAMENTOS
SESSÃO: 13/06/1995
TRANSFORMADA DE NIRE 35200957936.
NUM.DOC: 089.517/96-9 SESSÃO: 13/06/1996
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 12.420.000,00 (DOZE MILHÕES, QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS). CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/1996.
INCLUSÃO DE CNPJ 60.437.571/0001-10
INCLUSÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 105.835.830.110.
NUM.DOC: 084.429/97-5 SESSÃO: 11/06/1997
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O., DATADA DE: 30/04/1997.
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE SALVADOR PALAMIN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 186.675.548-04, RG/RNE: 5366024, RESIDENTE À RUA EMBOACU, 589, JD. AURELIO, SAO PAULO - SP, CEP 04118-080, COMO DIRETOR.
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ANTONIO HAJIME HOSOKAWA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 376.135.888-15, RG/RNE: 2807537, RESIDENTE À RUA FERNANDES MOREIRA, 507, CH.STO.ANTONIO, SAO PAULO - SP, CEP 05777-060, COMO DIRETOR.
ELEITO SALVADOR DE SA CAMPOS BENEVIDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 305.630.627-20, RESIDENTE À RUA PAULO SERGIO DE MACEDO, 71, APTO 91-A, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR TÉCNICO.
NUM.DOC: 075.020/98-1 SESSÃO: 21/05/1998
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/1998.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783 - SP, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL E DIRETOR PRESIDENTE.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491 - SP, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO E DIRETOR SUPERINTENDENTE.
ELEITO ELIAS KOSHEVNIKOFF, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 776.809.448-49, RG/RNE: 7630921 - SP, RESIDENTE À RUA ROMILDA MARGARIDA GABRIEL, 178, APTO 201, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR TÉCNICO.
NUM.DOC: 085.627/99-9 SESSÃO: 01/06/1999
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/1999.
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ELIAS KOSHEVNIKOFF, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 776.809.448-49, RG/RNE: 7630921 - SP, RESIDENTE À RUA ROMILDA MARGARIDA GABRIEL, 178, APTO 201, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR TÉCNICO.
UM.DOC: 098.101/00-6 SESSÃO: 30/05/2000
ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 28/04/2000. DELIBERACOES: APROVADOS OS RELATORIOS DA DIRETORIA, O BALANCO PATRIMONIAL E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999; MANUTENCAO NA CONTA DE LUCROS SUSPENSOS, DO SALDO EXISTENTE EM 31/12/1999.
NUM.DOC: 118.144/01-7 SESSÃO: 28/06/2001
ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 30/04/2001.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL E DIRETOR PRESIDENTE.
ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR FINANCEIRO E DIRETOR SUPERINTENDENTE.
NUM.DOC: 109.657/02-0 SESSÃO: 27/05/2002
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 12.078.600,00 (DOZE MILHÕES, SETENTA E OITO MIL, SEISCENTOS REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 05/03/2002.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A3.

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 05/03/2002. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE DOS ACIONISTAS PRESENTES COM A ABSTENCAO DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS: A) A REDUCAO DO CAPITAL SOCIAL POR MELHOR ATENDER AOS OBJETIVOS SOCIAIS, COM DEVOLUCAO DE CAPITAL A ACIONISTAS, COM CONSEQUENTE RESGATE DE ACOES, CUJO PAGAMENTO POR ESSAS ACOES SE DARA DE CONFORMIDADE COM O CONTRATO PARTICULAR FIRMADO ENTRE AS PARTES. O MONTANTE A SER REDUZIDO NO CAPITAL SOCIAL SERA DE R$ 341.400,00 (TREZENTOS E QUARENTA E UM MIL E QUATROCENTOS REAIS), QUE PASSA DE R$ 12.420.000,00 (DOZE MILHOES, QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS), PARA R$ 12.078.600,00 (DOZE MILHOES, STENTA E OITO MIL E SEISSENTOS REAIS), PASSANDO O ARTIGO 5. - O CAPITAL SOCIAL TOTALMENTE SUBSCRITO E INTREGALIZADO E DE R$ 12.078.600,00 (DOZE MILHOES SETENTA E OITO MIL E SEISCENTOS REAIS), DIVIDIDO EM 12.078.600 (DOZE MILHOES, SETENTA E OITO MIL E SEISCENTOS) ACOES ORDINARIAS, NOMINATIVAS, INCONVERSIVEIS EM OUTRAS FORMAS, NO VALOR NOMINAL DE R$ 1,00 (HUM REAL) CADA UMA. PARAGRAFO UNICO: A SOCIEDADE PODERA EMITIR TITULOS MULTIPLOS DE ACOES.

NUM.DOC: 148.325/02-6 SESSÃO: 18/07/2002

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2002. DELIBERACOES: APROVAR O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2001

NUM.DOC: 105.674/03-5 SESSÃO: 29/05/2003

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2003. DELIBERACOES: FOI APROVADO O RELATORIO DA DIRETORIA, O BALANCO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, REFERENTES AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2002.

NUM.DOC: 284.930/04-0 SESSÃO: 08/06/2004

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.O./A.G.E., DATADA DE: 31/05/2004.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783 - SP, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491 - SP, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR SUPERINTENDENTE.

NUM.DOC: 359.736/04-0 SESSÃO: 27/07/2004

INCORPORAÇÃO DE NIRE 35300030117.

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 14.448.416,00 (QUATORZE MILHÕES, QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 30/06/2004.

INCORPORAÇÃO DE NIRE 35300030117.

NUM.DOC: 359.738/04-7 SESSÃO: 27/07/2004

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 17.624.496,00 (DEZESSETE MILHÕES, SEISCENTOS E VINTE QUATRO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS). CONFORME A.G.E., DATADA DE: 30/06/2004.

NUM.DOC: 146.356/06-8 SESSÃO: 30/05/2006

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA GUARANA, 108, LJ 02, JD. PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 18/05/2006.

NUM.DOC: 329.982/06-0 SESSÃO: 19/12/2006

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 11/12/2006.

NUM.DOC: 239.135/07-6 SESSÃO: 19/06/2007

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.E., DATADA DE: 31/05/2007.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491 - SP, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL.

NUM.DOC: 537.650/12-0 SESSÃO: 12/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/11/2012. ELEICAO DA DIRETORIA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A3.

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.E., DATADA DE: 30/11/2012.

REMANESCENTE PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

REMANESCENTE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 25833491, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL.

REMANESCENTE VANESSA WASSERMAN MACEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 455.405.328-80, RG/RNE: 34.083.993-4, RESIDENTE À RUA GUARANA, 108, LJ.2, SAO PAULO - SP, COMO SECRETÁRIO E DIRETOR.

NUM.DOC: 145.849/14-4 SESSÃO: 22/04/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/01/2014. DELIBERACOES: APOS A LEITURA DAS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, A ASSEMBLEIA TOMOU, POR VOTACAO UNANIME, AS DELIBERACOES A SEGUIR RELACIONADAS, DEIXANDO DE VOTAR OS LEGALMENTE IMPEDIDOS: A) ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE SOCIAL POR MELHOR ATENDER AOS OBJETIVOS SOCIAIS, QUE PASSA DA RUA GUARARA N . 108 LOJA 0 2 CEP 01425-000, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO SP, PARA A RUA FREI CANECA N . 558 CONJUNTO 1208 CEP 01307-000 CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO SP. DIANTE D O QUE FICOU DELIBERADO, NECESSARIO SE FAZ ALTERAR O ARTIGO 3 . DO ESTATUTO SOCIAL, QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDACAO: ARTIGO 3 . A SOCIEDADE TEM SEDE E FO RO NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, A RUA FREI CANECA N . 558 CON JUNTO 1208 CEP 01307-000, CERQUEIRA CESAR.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA FREI CANECA, 558, CONJUNTO 1208, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01307-000. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 10/01/2014.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300142331
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 04/03/2015

JUCESP imprensa oficial

Ficha Cadastral Completa certificada para BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA:12299189653
[Autenticidade: 56158535] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A3.

Cond. Mont Clair - Apto 121
Magnum S/A

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
Comarca de São Paulo
25ª. Vara Cível - Fórum Central
Praça João Mendes s/n.º, 10º andar - sala n.º 1017, Centro, - CEP 01501-900, São Paulo - SP

Processo n.º 2010.158646-0/000001 (Ordem: 1265-1/2010)

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ação: CARTA DE SENTENÇA
Exequente: ISAAC DANIEL WASSERMAN
Executadas: CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
PÉROLA WASSERMAN

Aos **dezesseis dias do mês de maio de dois mil e doze**, às 16h30min, nesta cidade e Comarca de São Paulo, na sala de audiência do Juízo da 25ª Vara Cível, sob presidência do MM. Juiz de Direito Dr. GILSON DELGADO MIRANDA e comigo Escrevente abaixo assinado foi aberta a **audiência de tentativa de conciliação (art. 125, IV, do CPC)** nos autos da ação supra referida. **Apregoadas as partes**, compareceu o exequente, acompanhado de seu advogado, Sr. DANNYEL SPRINGER MOLLIET, inscrito na OAB/SP sob o nº 147.509, bem como a executada *Pérola Wasserman, por si e pela Construtora*, acompanhada de seu advogado, Sr. EVERALDO LEITÃO DE OLIVEIRA, inscrito na OAB sob o nº 152.600. Abertos os trabalhos, a tentativa de conciliação restou **parcialmente frutífera**, nos seguintes termos: "As partes, alicerçadas nos princípios da probidade e da boa-fé, neste ato representadas de acordo com a lei, mediante concessões recíprocas, celebram transação, em caráter irrevogável e irretratável, a qual será regida de acordo com as cláusulas e condições abaixo, obrigando-se a bem e fielmente cumprir, por si, seus sucessores e cessionários, a qualquer tempo e título, a saber: **1-** Para pagamento parcial dos haveres cabentes ao exequente Isaac Wasserman, as partes ajustam dação em pagamento dos seguintes imóveis: **a)** Rua Maranhão, 202, apto 121, matrícula n. 3.668 - 5º CRI/São Paulo; **b)** Rua Rio de Janeiro, 66, apto 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas n. 24.256 e 24.257 - 1º CRI/Guarujá; **2-** A dação em pagamento indicada no item 1 será formalizada por específica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A6.

escritura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de hoje, arcando o exequente com as custas e emolumentos inerentes a esta operação, ressalvando, contudo, que as custas e emolumentos decorrentes do registro da incorporação da empresa MAGNUM para a Construtora Wasserman S/A serão arcados pelas executadas; **3-** Para fins específicos desta transação, sem prejuízo da futura avaliação dos imóveis indicados no item 1, necessária para efetiva apuração dos haveres, estes imóveis serão transmitidos pelos valores contábeis lançados em balanço; **4-** O exequente fica com a posse definitiva dos imóveis indicados no item 1, passando, a partir desta data, a arcar com todos os custos e despesas deles decorrentes, bem como assume o todo o passivo condominial e tributário dos imóveis indicados no item 1, inclusive obrigando-se frente ao ressarcimento pleiteado judicialmente por Julio Fruchtengarten (processo n. 583.00.2010.154084-9, 18ª Vara Cível do Fórum Central); **5-** Os bens relacionados no item 1, independentemente da dação em pagamento acima ajustada, serão devidamente avaliados para fins de compensação e ajuste dos haveres totais; **6-** Em contrapartida, o exequente concorda com o levantamento do arrolamento do imóvel 'Sítio do Capitão', matrículas n. 4.858 e 13.978 - 1º CRI/Mairiporã, incluindo os eventuais direitos sobre a área contígua usucapida, autorizando que as executadas Pérola Wasserman e Construtora Wasserman S/A, desde já, alienem-no de qualquer forma e/ou deem-lhe a destinação que entenderem pertinente, passando as executadas, a partir desta data, a arcar com todos os custos e despesas decorrente deste imóvel; **7-** Da mesma forma, independentemente da forma ou valor da alienação autorizada no item 6, o referido imóvel deverá ser devidamente avaliado para fins de compensação e ajuste dos haveres totais; **8-** Os custos de eventual alienação do imóvel indicado no item 6, outrossim, serão arcados pelos beneficiários da respectiva transação; **9-** Por fim, o exequente se compromete a, dentro de 5 (cinco)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A6.

dias, comparecer à agência Bradesco na qual a Construtora Wasserman S/A mantém conta corrente para a exclusão do certificado de acesso da conta e devolução do respectivo *token*". **Por fim, pelo MM. Juiz foi dito:** "VISTOS. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo parcial celebrado entre as partes. No mais, conclusos para deliberação sobre o prosseguimento da perícia de engenharia para avaliação dos bens". **Nada mais.** Publicada em audiência, saem as partes intimadas. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____ (Francisco José Barbosa de Barros Neto), Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Cópia

MM. Juiz de Direito: _____

Exequente: _____

Adv. do exequente: _____

Executadas: _____ _____

Adv. das executadas: _____

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/02/2018 às 10:37 , sob o número 10088802820188260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E8E6A6.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos à MMª Juíza de Direito da 31ª Vara Cível de São Paulo. Eu, Antonio Gabriel Soares da Conceição, subscrevi.

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exeqüente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Cesar Augusto Vieira Macedo**

Vistos.

A partir da análise dos autos, verifico que não foi apresentada procuração, tampouco foram recolhidas as custas processuais.

Providencie o condomínio exequente.

Intime-se.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 06/02/2018 às 13:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3E906F9.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0037/2018, foi disponibilizado na página 634/653 do Diário da Justiça Eletrônico em 08/02/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
12/02/2018 - Véspera de Carnaval - Prov. CSM 2457/2017 - Prorrogação
13/02/2018 - Carnaval - Prorrogação

Advogado
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos.A partir da análise dos autos, verifico que não foi apresentada procuração, tampouco foram recolhidas as custas processuais.Providencie o condomínio exequente.Intime-se."

SÃO PAULO, 8 de fevereiro de 2018.

Grace Hiromi Taniguchi
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GRACE HIROMI TANIGUCHI, liberado nos autos em 08/02/2018 às 14:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3EC18F9.

山本 YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO/SP

Autos do Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100
Execução de Título Extrajudicial

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN,** vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requere o quanto segue:

MM. Juiz, em atendimento ao r. despacho, requer a juntada da procuração e ata de eleição de síndico.

Diante ao cumprimento da determinação, requer a expedição do mandado de citação.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 10 de julho de 2017

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/SP Nº 3979

Rua José Bonifácio, n.º 278 – CJ. 1102 – Largo São Francisco – São Paulo/SP.
TEL: (011) 3107-3831 – FAX: (011) 3241-1482
EMAIL: contato@yamamotoadvogados.com.br
www.yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 17:11 , sob o número WJMJ18401549400
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3F4014A.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA E AD EXTRA"

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 59.086.074/0001-35, com endereço na Rua Maranhão, 202 - Higienópolis - São Paulo/SP, neste ato representado por sua síndica, Sra. Maria das Graças Amaral de Mello, que abaixo subscreve.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constituí seus bastantes procuradores, os advogados **ROBERTO MASSAO YAMAMOTO** - OAB/SP 125.394 e **FABIO HASHIMOTO** - OAB/SP 338.400, ambos com escritório na Capital do Estado de São Paulo, na Rua José Bonifácio nº 278 - 11º Andar - Conj. 1.102 - Largo São Francisco.

Poderes, amplos, gerais e ilimitados, para representa-lo (a) na esfera judicial e extrajudicial, seja esta qual for, usando os recursos legais e acompanhado-os, conferido-lhes poderes para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos, acordos, assinar contratos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem.

Especialmente atuar no processo de cobrança em face do proprietário do apartamento 121.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2018

Maria das Graças A. de Mello

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR

Sindico(a): Maria das Graças Amaral de Mello

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 17:11 , sob o número WJMJ18401549400
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3F4014C.

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP.

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** em trâmite perante esta d. Vara e r. Cartório, por meio deste advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a juntada das custas de distribuição da inicial, taxa de mandato, contrafé e citação postal.

Termos em que,
Pede Deferimento.
São Paulo, 21 de Fevereiro de 2018.

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/SP Nº 3979

Rua José Bonifácio Nº 278 – CJ 1102 – São Paulo – Capital – CEP: 01003-000 – Pabx-55.11.31.07.38.31 – Fax – 55.11.32.41.14.82 – contato@yamamotoadvogaods.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/02/2018 às 14:00 , sob o número WJMJ18401748160
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3F7C1CB.

20/02/2018 - BANCO DO BRASIL - 14:03:14
486619459 0292

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio TJSP - CUSTAS FEDTJ
Codigo de Barras 86840000000-8 09005117400-1
12010000088-7 36215840807-0
Data do pagamento 20/02/2018
Valor Total 9,00

NR.AUTENTICACAO E.0D5.49F.F0A.49A.20A

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2018020216043807

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

RG | CPF 088.362.158-40 | CNPJ

Unidade: Foro Central da Capital | CEP

Código: 201-0

Valor: 9,00

ecução de Título Extrajudicial. Condomínio Edifício Maison Mont CLair
TO: 121

Total: 9,00

pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Out/17 - SISBB 17284 - feso.

1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868400000008	090051174001	120100000887	362158408070

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2018020216043807

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome: Roberto Massao Yamamoto | RG | CPF 088.362.158-40 | CNPJ

Nº do processo: Distribuição | Unidade: Foro Central da Capital | CEP

Endereço: Rua José Bonifácio | Código: 201-0

Histórico: Custas para impressão de contrafé. Execução de Título Extrajudicial. Condomínio Edifício Maison Mont CLair X Issac Daniel Wasserman e Outro. APTO: 121

Valor: 9,00

Total: 9,00

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Out/17 - SISBB 17284 - feso

1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868400000008	090051174001	120100000887	362158408070

http://www45.bb.com.br/fmc/frm/fw0707314_2.jsp

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/02/2018 às 14:00 , sob o número WJMJ18401748160
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3F7C1CF.

20/02/2018 - BANCO DO BRASIL - 14:03:44
186619459 0293

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio TJSP - CUSTAS FEDTJ
Codigo de Barras 86860000000-1 21205117400-2
11201000088-7 36215840607-8
Data do pagamento 20/02/2018
Valor Total 21,20

NR.AUTENTICACAO 7.2C2.1FB.DD0.C67.862

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2018020216063607

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

	RG	CPF 088.362.158-40	CNPJ
	Unidade Foro Central da Capital		CEP
			Código 120-1
de Título Extrajudicial. Condomínio Edifício Maison Mont CLair X Issac			Valor 21,20
			Total 21,20

pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
urar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Out/17 - SISBB 17284 - feso
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868600000001	212051174002	112010000887	362158406078

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2018020216063607

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome Roberto Massao Yamamoto	RG	CPF 088.362.158-40	CNPJ
Nº do processo Distribuição	Unidade Foro Central da Capital		CEP
Endereço Rua José Bonifácio			Código 120-1
Histórico Custas postais para citação. Execução de Título Extrajudicial. Condomínio Edifício Maison Mont CLair X Issac Daniel Wasserman e Outro. APTO: 121			Valor 21,20
			Total 21,20

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Out/17 - SISBB 17284 - feso
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868600000001	212051174002	112010000887	362158406078

http://www45.bb.com.br/fmc/frm/fw0707314_2.jsp

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/02/2018 às 14:00 , sob o número WJMJ18401748160
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3F7C1CF.

180590007640868-0001	Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda	DARE-SP Documento Detalhe	01 - Código de Receita – Descrição 230-6 Custas - judiciárias pertencentes ao Estado, referentes a atos judiciais		02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1123001 - PETIÇÃO INICIAL	19 - Qtde Serviços: 1
	15 - Nome do Contribuinte Condominio Edificio Maison Mont Clair		03 - Data de Vencimento 04/03/2018 04 - Cnpj ou Cpf 59.086.074/0001-35	06 -	09 - Valor da Receita R$ 3.520,79	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00
	16 - Endereço Rua Maranhão Sao Paulo SP		05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00
18 - Nº do Documento Detalhe 180590007640868-0001 Emissão: 02/02/2018	17 - Observações Comarca/Foro: SÃO PAULO, Cód. Foro: 100, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: Condomínio Edifício Maison Mont Clair, Réu: Issac Daniel Wasserman (APTO 121)			08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total R$ 3.520,79

85800000035-6 20790185111-6 80590007640-4 86820180304-6

Governo do Estado de São Paulo ~~Secretaria da Fazenda~~ Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais		**DARE-SP** **Documento Principal**
01 - Nome / Razão Social Condominio Edificio Maison Mont Clair		07 - Data de Vencimento 04/03/2018
02 - Endereço Rua Maranhão Sao Paulo SP		08 - Valor Total R$ 3.520,79
03 - CNPJ Base / CPF 59.086.074	04 - Telefone (11)3107-3831	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1
06 - Observações Comarca/Foro: SÃO PAULO, Cód. Foro: 100, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: Condomínio Edifício Maison Mont Clair, Réu: Issac Daniel Wasserman (APTO 121)		09 - Número do DARE **180590007640868** ~~Emissão: 02/02/2018~~

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO
PAGAMENTOS COM CODIGO DE BARRAS

0185 - SEFAZ-SP/DARE

MEIO DE PAGAMENTO UTILIZADO - ESPECIE

DADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:
858000000356.207901851116
805900076404.868201803046

NUMERO DOCUMENTO: 180590007640868
VALOR PAGO: 3.520,79

PAGAMENTO EFETUADO EM 20/02/2018
VIA AGENCIA, CTRL 201802207742480

COMPROVANTE DE PAGAMENTO EMITIDO DE ACORDO
COM A PORTARIA CAT-126, DE 16/09/2011, E
AUTORIZADO PELO PROCESSO
No. 13836-583156/1999.

AUTENTICACAO

2A6C339037561F010D5B0C2C654D53AA
A9A14AD8

ITAU 0133 301150501 200218 3.520,79C SECDIN

CICLO: 20.02.2018043410301150000063
AGENCIA: 3011 -

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/02/2018 às 14:00 , sob o número WJM11840174816
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3F7C1CF.

180590007640883-0001	Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda	**DARE-SP** **Documento Detalhe**	01 - Código de Receita – Descrição **304-9** Extra-Orçamentária e Anulação de Despesa - carteira de previdência dos advogados de São Paulo		02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1130401 - TAXA DE MANDATO (PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO)	19 - Qtde Serviços: 1
	15 - Nome do Contribuinte Condominio Edificio Maison Mont Clair		03 - Data de Vencimento 04/03/2018 04 - Cnpj ou Cpf 59.086.074/0001-35	06 -	09 - Valor da Receita R$ 21,52	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00
	16 - Endereço Rua Maranhão Sao Paulo SP		05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00
18 - Nº do Documento Detalhe **180590007640883-0001** Emissão: 02/02/2018	17 - Observações Comarca/Foro: SÃO PAULO, Cód. Foro: 100, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: Condomínio Edifício Maison Mont Clair, Réu: Issac Daniel Wasserman (APTO 121)			08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 21,52**

85800000000-3 21520185111-4 80590007640-4 88320180304-0

Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais		**DARE-SP** **Documento Principal**
01 - Nome / Razão Social Condominio Edificio Maison Mont Clair		07 - Data de Vencimento 04/03/2018
02 - Endereço Rua Maranhão Sao Paulo SP		08 - Valor Total R$ 21,52
03 - CNPJ Base / CPF 59.086.074	04 - Telefone (11)3107-3831	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1
06 - Observações Comarca/Foro: SÃO PAULO, Cód. Foro: 100, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: Condomínio Edifício Maison Mont Clair, Réu: Issac Daniel Wasserman (APTO 121)		09 - Número do DARE **180590007640883** Emissão: 02/02/2018

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO
PAGAMENTOS COM CODIGO DE BARRAS

0185 - SEFAZ-SP/DARE

MEIO DE PAGAMENTO UTILIZADO - ESPECIE

DADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:
858000000003.215201851114
805900076404.883201803040

NUMERO DOCUMENTO: 180590007640883
VALOR PAGO: 21,52

PAGAMENTO EFETUADO EM 20/02/2018
VIA AGENCIA, CTRL 201802207742426

COMPROVANTE DE PAGAMENTO EMITIDO DE ACORDO
COM A PORTARIA CAT-126, DE 16/09/2011, E
AUTORIZADO PELO PROCESSO
No. 13836-583156/1999.

AUTENTICACAO

7DB703E956548997C641F1982062AE39
C87B7D1C

ITAU 0132 301150501 200218 21,52C SECDIN

CICLO: 20.02.2018004341030115000006 3
AGENCIA: 3011 -

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/02/2018 às 14:00 , sob o número WJM11840174816 0
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 3F7C1CF.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exeqüente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Encaminho os autos ao cumprimento para expedição de carta e mandado de citação.

Nada Mais. São Paulo, 15 de maio de 2018. Eu, ___, Marcelo de Lima Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO DE LIMA SILVA, liberado nos autos em 15/05/2018 às 10:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 44EA991.

YAMAMOTO
ADVOGADOS
ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL JOÃO MENDES JÚNIOR - SÃO PAULO.

Processo n° 1008880-28.2018.8.26.0100
Execução de Título Extrajudicial.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** vem respeitosamente à presença de V. Exa., requer a intimação da r. serventia para a expedição do mandado de citação postal.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 26 de Julho de 2018.

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS.
OAB/SP N° 3979.

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO
OAB/SP N° 125.394

Rua Libero Badaró, Nº 158 – 4º andar – São Paulo – CEP. 01008-904
TEL: (011) 3107-3831
EMAIL: contato@yamamotoadvogados.com.br
www.yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/07/2018 às 14:56 , sob o número WJMJ18409778238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 4B925C7.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exeqüente:	Condominio Edificio Maison Mont Clair
Executado:	Isaac Daniel Wasserman e outro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Cesar Augusto Vieira Macedo

Vistos.

Por não vislumbrar na espécie, diante da natureza da controvérsia posta em debate, a possibilidade de composição consensual, deixo de designar a audiência a que alude o disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil.

Cite-se o réu, por carta, para integrar a relação jurídico-processual (CPC, artigo 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigos 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC, artigo 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC, artigo 335, III)**.**

Intimem-se.

São Paulo, 10 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 10/08/2018 às 14:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 4C49BEE.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0312/2018, foi disponibilizado na página 527 do Diário da Justiça Eletrônico em 14/08/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Por não vislumbrar na espécie, diante da natureza da controvérsia posta em debate, a possibilidade de composição consensual, deixo de designar a audiência a que alude o disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o réu, por carta, para integrar a relação jurídico-processual (CPC, artigo 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigos 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC, artigo 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC, artigo 335, III). Intimem-se."

SÃO PAULO, 14 de agosto de 2018.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 14/08/2018 às 11:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 4C834D5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE CITAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exeqüente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Destinatário(a):
Isaac Daniel Wasserman
Maranhao, 202, Higienopolis
São Paulo-SP
CEP 01240-001

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A), na condição de pessoa física e como representante legal da empresa CONSTRUTORA WASSERMAN LTDA, CNPJ 60.437.571/0001-10,** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão para, **no prazo de 03 (três) dias úteis, pagar a dívida no valor de R$ R$ 352.079,75**, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o(a) executado(a) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC).

ADVERTÊNCIAS: 1- No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). **2-** O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias úteis, contados da juntada do AR aos autos, conforme r. decisão disponibilizada na internet.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. São Paulo, 03 de setembro de 2018. Andrea Campmany Vieira, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 03/09/2018 às 17:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 4DEFB29.

fls. 54

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

06/09/2018
LOTE: 48470

AR
9912280497-SE/SP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Isaac Daniel Wasserman

Maranhao, 202, -, Higienopolis

São Paulo, SP

01240-001

AR866576475JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____ h

2ª ____/____/____ ____:____ h

3ª ____/____/____ ____:____ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1	Mudou-se	5	Recusado
2	Endereço insuficiente	6	Não procurado
3	Não existe o número	7	Ausente
4	Desconhecido	8	Falecido
9	Outros		

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD ESTADIO
10 SET 2018
SÃO PAULO - DR/SP M

JJ

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR (JOSÉ MARQUES)

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR José Marques

DATA DE ENTREGA 10/9/18

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 38606260-9

Elton Sergio Azevedo De Souza
Matr.: 8.919.086-6
Carteiro

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Correios.com.br e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/09/2018 às 11:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc/Conferencia.aspx, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 4E43800.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, também contra a **Construtora Wasserman S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., opor **EMBARGOS DE TERCEIRO**, a seguir consubstanciados:

ESCLARECIMENTO PRELIMINAR

O executado **NÃO É NEM NUNCA FOI** representante legal da Construtora Wasserman S/A!

De junho de 1995 até 16 de março de 2011, quando foi proferida sentença de dissolução parcial da empresa, o executado foi apenas acionista da mesma...mas JAMAIS representou a empresa em qualquer órgão ou tribunal.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Desta sorte, a citação que lhe foi endereçada como executado parte e como representante da co-executada deve ser tida por nula, o que ora requer, e o exequente credor deverá buscar a citação da executada na pessoa de sua representante legal, Sra. Perola Wasserman.

BREVE RELATO DE FATOS ESSENCIAIS À COMPREENSÃO DA PRESENTE DA OPERAÇÃO DE INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA

Com o falecimento do antigo fundador das empresas Construtora Wasserman S/A e Magnum S/A Participações e Empreendimentos, Sr. Guilhermino Wasserman, seus três filhos tornaram-se únicos acionistas da empresa, de capital fechado.

No início do exercício de 2004, a sócia Lucia Wasserman Knittel manifestou interesse em retirar-se das empresas, pelo que, conforme documentação em anexo, em complexa operação societária, deliberou-se pela incorporação da Magnum S/A Participações e Empreendimentos pela Construtora Wasserman S/A e posterior cisão societária e redução de capitais para a saída da sócia retirante.

Concluída a operação societária, os atos foram registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e os demais órgãos competentes.

Em decorrência da operação de incorporação societária, os bens anteriormente pertencentes ao domínio e titularidade da Magnum S/A deveriam ter sido transmitidos ao patrimônio consolidado da Construtora Wasserman S/A.

Todavia, por motivos estritamente financeiros com os quais o ora embargante, então ainda sócio da empresa, jamais concordou, a Diretora Presidente da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

empresa incorporadora decidiu não averbar, nas matrículas dos imóveis incorporados ao patrimônio da Construtora Wasserman S/A, a alteração de domínio.

Desta feita, todos os imóveis continuam, ainda, em nome da empresa extinta e, sobre estes, qualquer registro, alteração ou movimentação fica impedida.

DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE PROPOSTA PELO EMBARGANTE CONTRA A EMPRESA EXECUTADA

Em razão do que será exposto a seguir, necessário esclarecer em que circunstância o embargante tornou-se possuidor do imóvel objeto desta ação.

Alguns anos após a incorporação da Magnum S/A pela Construtora Wasserman S/A e a retirada, das empresas, da sua irmã e acionista Lucia Wasserman Knittel, o embargante viu-se em uma situação bastante desconfortável.

O embargante, por proibição subjetiva da Diretora Presidente, a acionista e então sua irmã Pérola Wasserman, jamais ocupou qualquer cargo de gestão na Construtora Wasserman e, por esta razão, foi mantido afastado do controle econômico e financeiro da empresa, bem como não foi envolvido jamais em qualquer decisão administrativa.

O embargante, por ser engenheiro civil de formação, apenas detinha a responsabilidade técnica das obras empreendidas pela Construtora Wasserman.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Alguns anos após a retirada de uma das acionistas, o embargante foi surpreendido com provas documentais de que a outra acionista, então sua irmã, se apropriava indevidamente de importâncias pertencentes a empresa para fins particulares, prejudicando o fluxo de caixa da empresa em detrimento dos próprios interesses.

Em meados de julho de 2010, tendo sido deflagrado o cometimento de diversas irregularidades e ilegalidades pela sócia Pérola, o ora embargante distribuiu Ação de Dissolução Social, pretendendo sua retirada imediata da empresa e o recebimento de haveres correspondentes a sua participação social.

Tal ação foi distribuída à 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital e recebeu o número 0158646-56.2010.8.26.0100 (antigo 583.00.2010.158646).

Após regular instrução processual, em 17 de março de 2011 foi proferida r. sentença que JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO de dissolução social, DECLARANDO A RETIRADA DO SÓCIO ISAAC (ora embargante) e CONDENANDO a empresa Construtora Wasserman NO PAGAMENTO DE HAVERES, conforme abaixo copiamos:

Processo Nº 583.00.2010.158646-9
Texto integral da Sentença

Autos n. 583.00.2010.158646-9 25ª Vara Cível do Fórum Central da Capital V. I. Trata-se de ação de dissolução parcial de sociedade, cumulada com apuração de haveres, ajuizada por ISAAC DANIEL WASSERMAN em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN. Segundo a inicial, o autor é acionista da empresa ré, detendo 50% do seu capital acionário, conjuntamente com sua irmã Pérola, que detém o mesmo percentual. A ré Construtora Wasserman S/A é sociedade anônima de capital fechado, estritamente familiar, voltada à construção civil e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, fundada originalmente pelo pai dos litigantes, Dr. GUILHERMINO WASSERMAN, nos idos de 1960, e assim presidida até seu falecimento ocorrido em maio de 1995. Após o falecimento do fundador, o capital social foi distribuído entre seus filhos, Pérola, Lúcia e Isaac, passando a corré Pérola a exercer a administração da empresa como

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Diretora-Presidente. Ao longo dos trabalhos desenvolvidos, a empresa conquistou sólida posição comercial e renome, bem assim vasto patrimônio. Esta tranquilidade financeira proporcionou o desenvolvimento de pelo menos seis empreendimentos de porte. No início de 2004 a empresa tinha uma condição patrimonial absolutamente cômoda, conforme detalhado no item 5 da inicial. Além dos imóveis, que somavam 22 milhões de reais, existem também os imóveis que servem de residência para os próprios acionistas. Já descontente com os rumos impostos pela Diretora-Presidente, a acionista Lúcia exigiu sua imediata retirada da empresa, com a desafetação de parte do ativo e do imóvel que serve como sua residência. Desse modo, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2004, foi deliberada a cisão parcial da sociedade com a conversão de parte de seu patrimônio para constituição da nova sociedade, com a retirada das ações de Lúcia e incorporação da empresa Magnum S/A Participações e Empreendimentos. Naquela ocasião, o capital da empresa ré foi reavaliado e devidamente integralizado no importe de R$ 17.624.496,00 e distribuído em 7.496.620 ações ordinárias nominativas, divididas da seguinte forma: a) Pérola Wasserman – 50% - 3.748.310 ações; b) Isaac Daniel Wasserman – 50% - 3.748.310 ações. Mesmo considerando o impacto do pagamento dos haveres decorrente da cisão parcial, remanesceu para a empresa patrimônio para o desenvolvimento de suas atividades. Sem a resistência da irmã dissidente, e gozando de plena confiança do acionista remanescente, a Diretora Presidente passou a gerenciar a empresa de modo cada vez mais isolado e tendencioso. Esta lesiva administração consumiu significativamente o patrimônio remanescente, comprometendo o desenvolvimento do único empreendimento em curso, situado na Avenida Aclimação, 350, que hoje se encontra paralisado e com a expectativa de venda pelo valor de R$ 1.650.000,00. Já no ano de 2005, alegando dificuldades financeiras no fluxo de caixa, a Diretora Presidente determinou a suspensão do pagamento dos vencimentos do autor, fato este que perdura até os dias de hoje. Todavia, o destino dos vultosos recursos desaparecidos do caixa da empresa somente surgiu à tona recentemente, fulminando de modo absolutamente avassalador toda confiança depositada na Diretora-Presidente e sepultando completamente a possibilidade da manutenção do affectio societatis. Em verdade, a Diretora passou a gerir os recursos pertencentes à sociedade por meio de empresa paralela, mantida por ela, PÉROLA WASSERMAN e seu então companheiro, VENTURA PEREIRA MACEDO, de nome WASSERMAN & MACEDO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 01.5588.682/0001-15. Todos os valores recebíveis, aluguéis, levantamentos judiciais, venda de imóveis, saldos de contratos e outros créditos pertencentes e creditados à CONSTRUTORA WASSERMAN S/A eram imediatamente transferidos indevidamente à WASSERMAN & MACEDO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, e a partir daí utilizados para pagamento das contas pessoais da Diretora-Presidente, sacados, ou ainda, transferidos para sua conta pessoal, sem qualquer prestação de contas ou satisfação de seu irmão acionista, ora autor. Todos os fatos descritos na inicial culminaram na absoluta quebra de confiança, autorizando a propositura da presente ação. No mais, aduziu o autor na inicial a irregularidade da representação da Companhia e a paralização das atividades da empresa. Postulou a concessão de tutela antecipada e o acolhimento do pedido, com a dissolução da presente sociedade, procedendo-se à posterior liquidação, com nomeação do liquidante devidamente habilitado para o encargo. Com a inicial, o autor juntou os

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

documentos de fls. 22/266. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Os réus, devidamente citados, contestaram a fls. 301/317. Em preliminar defenderam a falta de interesse processual. No mérito, outrossim, aguardam a improcedência. Não existiu conduta lesiva por parte da administração da empresa, porquanto a empresa operou até 2008 e não 2005, sendo o último empreendimento da ré sito na Rua Raul Pompéia, 905, denominado de Opus D' Art, cujo engenheiro responsável era o autor. De fato, a partir de 2005 ficou combinado entre as partes que os sócios não fariam retiradas a título de pro-labore. Entretanto, com referência à sócia Pérola ficou acertado que a mesma, por não possuir outra fonte de renda, faria retiradas por conta do seu crédito aportado na empresa. Em 1998, a ré Pérola desfez-se de um imóvel e aportou o capital de R$ 158.581,76; por isso, combinou com seu irmão que faria o resgate de forma paulatina, devidamente atualizada e com juros de 1%. A ré não se apropriou de dinheiro da empresa, apesar de não ter tido tempo para prestar contas. O autor ausentou-se da empresa em 2009. Ficou combinado entre as partes que, uma vez sanadas as pendências judiciais, haveria o acerto financeiro entre as partes, ficando para decisão futura se a empresa seria cindida ou extinta. A própria esposa do autor, advogada da empresa, sugeriu a utilização de uma terceira empresa, para recebimento dos recursos financeiros da requerida com contrato de mútuo, a fim de evitar-se penhora on-line, mantendo-se assim a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos. Em verdade, a ré Pérola, apesar de não desviar nada da empresa, se vê envolvida em manobra ardilosa engendrada pelo seu ex-companheiro que, de forma covarde, utilizou-se da ingenuidade de seu irmão, ora autor, para utilizá-lo a fim de auferir vantagem. Toda a receita que a empresa aufere é no sentido de saneá-la para posteriormente ser feita a cisão ou extinção, sendo certo afirmar que já providenciou a ré Pérola sondagem de uma empresa especializada em cisões, fato este de pleno conhecimento do autor. Se de um lado não houve assembleia para renovação do mandato da diretoria, a empresa não pode ficar acéfala; diante da recusa do autor, a ré Pérola, por força da aplicação analógica do artigo 861 e seguintes do CC, c/c o artigo 144 da Lei n. 6.404/76, continua administrando a empresa, de forma zelosa e segura. Com a contestação, a ré juntou os documentos de fls. 318/545. Renovou o autor o pedido de concessão de tutela antecipada a fls. 552/555. Designada audiência de tentativa de conciliação, nos moldes do artigo 125, IV, do CPC. As partes entabularam acordo parcial apenas para viabilizar a solução final da lide por meio de autocomposição, mais especificamente por meio de oportuna cisão da empresa, para a qual ficou estabelecido o prazo de 30 dias contado do fechamento do balanço de 2010. Neste acordo parcial, ainda, ficou ajustado que até o encerramento do balanço relativo ao exercício de 2010, a administração seria levada a efeito conjuntamente pela ré Pérola e por pessoa de confiança designada pelo autor. Noticiou o autor o descumprimento do acordo; reiterando a concessão da tutela antecipada (fls. 613/616). As rés manifestaram sobre o pedido de intervenção e os autos vieram conclusos. Em apenso, autos da ação cautelar de arrolamento, com concessão de liminar (autos n. 583.00.2010.159480-3). É o relatório. D E C I D O. II. Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, pois desnecessária a designação de audiência de instrução, debates e julgamento. Não há que se falar em falta de interesse processual. A pretensão do autor é útil, necessária e adequada. Busca-se, com a presente demanda, a dissolução da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

sociedade anônima fechada e a respectiva apuração de haveres. Nessa senda, especialmente diante da assertiva de quebra da affectio societatis, viável a pretensão do autor, mormente considerando a resistência das rés. Aplica-se, mutatis mutandis, o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, à luz do artigo 5º, XXXV, da CF. É o suficiente para a rejeição da objeção. Rejeitada a preliminar, no mérito digo que a demanda é procedente. De fato, o enquadramento da sociedade anônima pode ser feito como sendo de capital aberto ou fechado. Essa divisão tem em mira a admissão de negociação dos valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão ou na bolsa. Em outras palavras, "as companhias fechadas (closed held corporations) são aquelas, no direito norte-americano, que contam com poucos participantes e não têm um mercado para suas ações, ao passo que as companhias abertas (Publicy held corporations) são aquelas que têm seus títulos (securities) em mercado, através de lançamentos de ações mediante underwriting, no mercado primário de ações (public issue of securities) (Wilson de Souza Campos Batalha e Sílvia Marina L. Batalha de Rodrigues Netto, A Nova Lei das S.A., São Paulo, LTr, 1998, p. 48). Nesse vértice, é muito comum, por razões das mais variadas [como na espécie vertente – uma S.A. com dois acionistas apenas], empresas familiares optarem por constituir a sociedade como uma companhia fechada familiar. Nestes casos, por certo, identifica-se o intuitu personae, a par de estarmos diante de uma sociedade de capitais. Na autorizada lição de Fábio Konder Comparato, estas sociedades, em verdade, representam o oposto das sociedades anônimas originais. E por quê? Porque "ela é (a companhia fechada), tanto interna quanto externamente, uma verdadeira sociedade de pessoas, dominada pelo princípio da identificação dos acionistas (sejam eles pessoas físicas ou jurídicas), de sua colaboração pessoal no exercício da empresa e da boa-fé em seu relacionamento recíproco" (Direito Empresarial – Estudos e Pareceres, São Paulo, Saraiva, p. 160). Sem dúvida, nas palavras de Rubens Requião, "sua concepção não se prende exclusivamente à formação do capital desconsiderando a qualidade pessoal dos sócios. Em nosso País, com efeito, prevalece sociedade anônima constituída tendo em vista o caráter pessoal dos sócios, ou a sua qualidade de parentesco, e por isso chamada de sociedade anônima familiar". E mais: como dito alhures: "a affectio societatis surge nessas sociedades com toda a nitidez, como em qualquer outra das sociedades de tipo personalista. Seus interesses estão, pois, regulados pelo contrato, o que explica a pouca ingerência da fiscalização de órgãos públicos em seus negócios" (Curso de Direito Comercial, 11ª edição, São Paulo, Saraiva, 1982, v. 2, p. 28). Pois bem. Indiscutivelmente, não pode o autor ser mantido na sociedade diante do desaparecimento da affectio societatis. Nesse sentido, o Código Civil é expresso. Realmente, "a resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte (art. 473, caput, do CC). E mais: "Art. 1029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa recusa. Parágrafo único. Nos 30 (trinta) dias subseqüentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade". A rigor, como se infere claramente do comando legal, poder-se-ia dizer desnecessária a demanda judicial para a pretendida dissolução; a notificação, na forma da lei, tratando-se de sociedade por prazo indeterminado, já teria o condão de atingir o resultado pretendido.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Em outras palavras: restariam tão-somente as discussões quanto à apuração dos haveres em balanço especialmente elaborado. De fato, "em regra, é livre a retirada do sócio nas sociedades limitadas e anônimas fechadas, por prazo indeterminado, desde que tenha integralizado a respectiva parcela do capital, operando-se a denúncia (CC 473 e 1029)" (Enunciado n. 390 da Jornada IV Jornada de Direito Civil do STJ). E, nessa senda, realmente andou bem o Código Civil. Efetivamente, considerando que a affectio societatis constitui o tempero básico para qualquer vinculação em sociedade de pessoas, sempre na ideia da busca do fim comum, desaparecendo esse espírito de união, infelizmente, não há mais motivo para a continuidade da associação. Vale dizer, na sociedade por prazo indeterminado, à evidência, não precisa haver justificativa do sócio retirante. Nem poderia ser diferente! A lei ordinária está em sintonia com o princípio fundamental insculpido no art. 5º, XX, da Constituição Federal, porquanto é cediço que "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado". Com efeito, "quando pessoas coligam-se entre si, em caráter estável, sob uma direção comum para fins lícitos, dão origem às associações em sentido amplo. A liberdade de associação presta-se a satisfazer necessárias várias dos indivíduos, aparecendo, ao constitucionalismo atual, como básica para o Estado Democrático de Direito. Quando não podem obter os bens da vida que desejam, por si mesmo, os homens somam esforços, a associação é a fórmula para tanto. Associando-se com outros, promove-se maior compreensão recíproca, amizade e cooperação, além de expandirem as potencialidades de auto-expressão. A liberdade de associação propicia autoconhecimento, desenvolvimento da personalidade, constituindo-se em meio orientado para a busca da auto-realização. Indivíduos podem-se associar para alcançar metas econômicas, ou para se defenderem, para mútuo apoio, para fins religiosos, para promover interesses gerais ou da coletividade, para fins altruísticos, ou para fazerem ouvir, conferindo maior ímpeto à democracia participativa. Por isso mesmo, o direito de associação está vinculado ao preceito de proteção da dignidade da pessoa, aos princípios de livre iniciativa, da autonomia da vontade e da garantia da liberdade de expressão (Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, Curso de Direito Constitucional, São Paulo, Saraiva, 2007, p. 391). São, pois, quatro os elementos da liberdade de associação tratado no art. 5º, XX, da CF: a) o de criar associação, que não depende de autorização; b) o de aderir a qualquer associação, pois ninguém pode ser obrigado a associar-se; c) o desligar-se da associação, porque ninguém poderá ser compelido a permanecer associado; e d) o de dissolver espontaneamente a associação, já que não se pode compelir a associação a existir (José Afonso da Silva, Comentário Contextual à Constituição, São Paulo, Malheiros, 2005, p. 115). O fato é que, apesar do princípio constitucional e da clareza do art. 1029 do CC, a retirada do autor ainda não foi alcançada. Tanto é assim que as partes, em juízo, celebraram acordo parcial exatamente na tentativa, DIGA-SE FRUSTRADA, de se viabilizar a solução final da lide por meio de autocomposição, mais especificamente por meio de oportuna "cisão" da empresa, para a qual ficou estabelecido o prazo de 30 dias contado do fechamento do balanço de 2010. Nesse acordo parcial ficou, ainda, ajustado que até o encerramento do balanço relativo ao exercício de 2010, a administração seria levada a efeito conjuntamente pela ré Pérola e por pessoa de confiança designada pelo autor, o que não aconteceu segundo as próprias partes noticiaram nos autos. Por tudo, frustrada a composição definitiva, hei por

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

bem em acolher o pedido do autor (de dissolução parcial e não total - segundo constou do termo de fls. 607/608), para decretar a dissolução parcial da sociedade, com a exclusão do autor do quadro societário [correta a opção pela dissolução parcial, pois, neste caso, deve-se atuar no sentido de harmonizar a dissolução com os princípios da prevalência da função socioeconômica e comunitária da companhia e o da preservação da empresa, previstos nos artigos 116 e 117 da LSA – ver a respeito: TJSP, EDcl n. 994.06.035538-5/50001, Terceira Câmara de Direito Privado, j. 7-12-2010, rel. Des. Egidio Giacoia]. Nesse prisma, aliás, decidiu o STJ em caso símile (STJ, EREsp n. 419.174-SP, Segunda Seção, j. 28-5-2008, rel. Min. Aldir Passarinho Junior): "COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FAMILIAR. DISSOLUÇÃO PARCIAL. INEXISTÊNCIA DE AFFECTIO SOCIETATIS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA. I. A 2ª Seção, quando do julgamento do EREsp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da affectio societatis. II. Embargos conhecidos e providos, para julgar procedente a ação de dissolução parcial. Nem se afirme que a dissolução parcial não seria possível por estarmos diante de sociedade anônima com apenas dois acionistas. Vale dizer, mesmo em se tratando de sociedade com dois sócios deve ser admitida a dissolução parcial, em especial diante da regra contida na letra "d", do inciso I, do art. 206 da Lei n. 6.404/76. Neste particular, pelo sistema legal, a reconstituição da sociedade (mínimo de dois sócios) pode ser feita até a assembleia geral ordinária do ano seguinte onde foi identificada a existência de acionista único. Decretada a dissolução parcial, anoto que em liquidação por arbitramento serão apurados todos os direitos e haveres do autor perante a sociedade até a presente data (manifestação inconteste da retirada do autor da sociedade, isto é, na forma do ajuste feito no acordo parcial de fls. 607/608). Essa liquidação deve ser feita com base na situação patrimonial da sociedade, tudo na forma do balanço que será especialmente levantado pelo perito judicial (até a presente data – como dito - considerando o caráter declaratório desta sentença). Nesse sentido, veja-se o preciso acórdão do STJ relatado pela Min. NANCY ANDRIGHI, nos autos do recurso especial n. 646.221-PR, 3ª Turma, j. 19-4-2005, cuja ementa restou lançada da seguinte forma: "Direito societário. Recurso especial. Dissolução parcial de sociedade limitada por tempo indeterminado. Retirada do sócio. Apuração de haveres. Momento. - A data-base para apuração dos haveres coincide com o momento em que o sócio manifestar vontade de se retirar da sociedade limitada estabelecida por tempo indeterminado. - Quando o sócio exerce o direito de retirada de sociedade limitada por tempo indeterminado, a sentença apenas declara a dissolução parcial, gerando, portanto, efeitos ex tunc. Recurso especial conhecido e provido". À vista destas considerações, a procedência do pedido inicial (declaratório de dissolução parcial da sociedade e condenatório ao pagamento dos haveres) é medida de rigorosa justiça, nos moldes da fundamentação alhures. III. Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES as ações (principal e cautelar) ajuizadas por ISAAC DANIEL WASSERMAN em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN para, mantida a liminar cautelar concedida nos autos do arrolamento de bens: a) declarar a dissolução parcial da empresa CONSTRUTORA WASSERMAN S/A, com a retirada do autor da sociedade; b) condenar a sociedade ao pagamento dos haveres, após a realização de rigorosa apuração em liquidação por arbitramento, devidamente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

corrigidos pela Tabela Prática de Atualização do Tribunal de Justiça, e juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação, na forma do art. 219 do CPC (a respeito dos juros: STJ, EDiv no REsp n. 564.711-RS, Segunda Seção, j. 27-6-2007, rel. Min. Ari Pargendler),. A reconstituição da sociedade (mínimo de dois sócios) deverá ser implementada até a assembleia geral ordinária do próximo ano, tudo na forma do 206, I, "d", da Lei n. 6.404/76. Diante da sucumbência, condeno as rés ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC. Desde já, para o arbitramento, caso o Juízo seja provocado pelo credor, com fundamento no artigo 475-D, nomeio o perito Contador JUBRAY SACCHI, devendo o autor depositar seus honorários periciais em cinco dias, arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos e formulação de quesitos (art. 421 do CPC). Laudo em 60 (sessenta) dias. Intime-se o perito para indicar, em cinco dias, depositados os honorários provisórios, o local, a data e o horário do início dos trabalhos periciais, na esteira do artigo 431-A do CPC. P.R.I. São Paulo, 16 de março de 2011. GILSON DELGADO MIRANDA Juiz de Direito

Pois bem, após o proferimento da r. sentença acima copiada, a empresa Construtora Wasserman, requerida na ação de dissolução social, interpôs recurso de apelação contra a r. sentença, insurgindo-se contra o acréscimo de juros sobre o capital retirante e, assim, SOMENTE no que tange a forma de cálculo dos haveres do sócio dissidente.

A executada não se insurgiu contra o tópico da sentença que declarou a dissolução parcial da empresa!! Então, quanto a este tópico, a r. decisão transitou em julgado e o executado deixou de ser acionista da empresa de imediato!!!

Tendo em vista o trânsito em julgado de parte da r. sentença e a concessão de efeito meramente devolutivo ao recurso de apelação apresentado pela Construtora Wasserman, o ora embargante deu início à fase de liquidação, para a realização de perícia de engenharia e perícia contábil destinadas a apuração de seus haveres.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

O recurso de apelação interposto pela Construtora foi julgado em 16/10/2013, tendo o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo lhe negado provimento, mantendo, integralmente, a r. sentença tal e qual lançada.

Abaixo, a transcrição do V.Acórdão prolatado:

VOTO Nº: 18.904 - EMP
APEL. Nº: 0158646-56.2010.8.26.0100
COMARCA: SÃO PAULO
APTE.: CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
APDO.: ISAAC DANIEL WASSERMAN
INTERDA.: PÉROLA WASSERMAN
INTERDO.: VENTURA PEREIRA MACEDO
EMBARGOS DE TERCEIRO N.0267543-56.2011.8.26.0000
EMBTE.: SANDRA DA COSTA PALHAIS
EMBDO.: CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
EMBDO.: ISAAC DANIEL WASSERMAN
EMBDO.: PÉROLA WASSERMAN
INTERDO.: VENTURA PEREIRA MACEDO
RECURSO Apelação
Protocolização dentro da quinzena legal, mas retenção indevida dos autos. Devolução depois do prazo legal, após tentativa de contato telefônico pela Serventia. Inaplicabilidade da sanção processual de não conhecimento do recurso. Sanção imposta ao advogado pela infração disciplinar verificada (CPC, arts. 195 e 196), e não ao cliente, que tem assegurado o direito de recorrer Apelação conhecida JUROS MORATÓRIOS Dissolução parcial da sociedade Apuração de haveres Juros Termo inicial Citação Orientação do STJ neste sentido Apelação improvida ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA Dissolução parcial da sociedade Sentença declaratória Efeito ex tunc Momento da manifestação de vontade acerca da retirada fixado como data-base da apuração de haveres Correção monetária incidente desde a data-base da apuração de haveres fixada na sentença Fato que poderia ser dirimido via embargos declaratórios Apelação improvida, com observação SUCUMBÊNCIA Pedido inaugural de liquidação da sociedade Provimento jurisdicional declarando a dissolução parcial da sociedade e condenando as rés à apuração de haveres Hipótese em que embora tenha ocorrido acolhimento parcial do pedido, autor atingiu seu objetivo (retirada da sociedade e apuração de haveres) Resistência das rés ao pedido do autor Sucumbência integral das demandadas Recurso improvido
Dispositivo:
Conhecem o recurso e negam-lhe provimento, com observação. Determinam a expedição de ofício à Seção paulista da OAB para adoção das medidas pertinentes, nos termos dos arts. 195 e 196 do CPC
Recurso de apelação interposto por Construtora Wasserman S/A dirigido à r. sentença proferida pelo Dr. Gilson Delgado Miranda, MM. Juiz de Direito da E. 25ª Vara Cível do Foro Central da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Comarca de São Paulo, que julgou procedentes as ações principal e cautelar ajuizadas pelo Sr. Isaac Daniel Wasserman em face da ora apelante e da Sra. Pérola Wasserman.
O Magistrado declarou a dissolução parcial da empresa Construtora Wasserman S/A, com a retirada do apelado da sociedade, condenando-a ao pagamento dos haveres, após apuração em liquidação por arbitramento, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% desde a citação.
Determinou, ainda, que a reconstituição da sociedade seja implementada até a assembleia geral ordinária do ano de 2012 (Lei n. 6.404/76, art. 206, I, "d").
Por fim, condenou as rés ao pagamento das verbas de sucumbência, fixando os honorários advocatícios em R$ 15.000,00 (fl. 858- 871).
Em razões recursais a recorrente busca afastar a incidência de juros moratórios e atualização monetária desde a citação, defendendo sua aplicação somente a partir da homologação do laudo contábil na fase de liquidação da sentença.
Pede ainda o reconhecimento da sucumbência recíproca, uma vez que o objetivo do suplicado (liquidação da sociedade) não foi alcançado (fl. 884-890).
Preparo e porte de remessa e retorno às fl. 891-892.
Contrarrazões às fl.916-926 pela intempestividade do recurso ou, subsidiariamente, seu improvimento.
Anota-se a existência de pedido de cancelamento do arrolamento do bem matriculado sob n. 181.564, processamento em apenso por ordem deste Relator, mas equivocadamente autuado como embargos de terceiro n. 0267543-56.2011.8.26.0000.
É o relatório.
"EMBARGOS DE TERCEIRO"
Embora autuado como "embargos de terceiro", o incidente processado em apenso é mero pedido de cancelamento do arrolamento do bem matriculado sob n. 181.564, que poderia ser resolvido por decisão monocrática deste Relator. A reautuação do incidente, porém, implicaria maior demora na apreciação do pedido da arrematante. Assim, em observância ao princípio da economia processual e da celeridade, a petição será examinada neste aresto.
A Sra. Sandra da Costa Palhais na qualidade de arrematante de um dos bens arrolados na medida cautelar apensa, requer a expedição de ofício ao 14º Cartório de Registro de Imóveis para cancelamento do ônus ou, subsidiariamente, a expedição de carta de sentença para este fim (fl. 2-3 do apenso).
Intimado para se manifestar, o apelado não se opôs ao pedido (fl. 10), quedando-se inerte a Construtora apelante.
A medida cautelar de arrolamento de bens foi proposta incidentalmente à ação de dissolução da sociedade, concedendo-se a liminar ante a suspeita de dilapidação do patrimônio societário (fl. 2-21 e 295-296 do 3º e 4º apensos, respectivamente).
O imóvel matriculado sob n. 181.564, de propriedade da Construtora Wasserman S/A, foi arrolado em 2 de agosto de 2010 por ordem do MM. Juiz da 25 Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo.
No mês seguinte foi averbada a penhora do bem, efetuada na ação de execução por título judicial movida pelo Sr.Felipe Boleiz em face da sociedade apelante, registrando-se em 22 de julho de 2011 a arrematação efetuada pela peticionária aos 20 de junho (fl. 5-6 do 5ºapenso).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Não obstante o provimento jurisdicional favorável ao autor, Sr. Isaac Daniel Wasserman, trouxe a Sra.Sandra prova documental do ato de constrição que recaiu sobre o imóvel e da arrematação do bem (fl.5- 6 do 5º apenso), demonstrando sua boa-fé e a legitimidade de sua pretensão.
Destarte, defere-se a expedição de ofício ao Cartório de Imóveis competente informando o cancelamento do arrolamento do imóvel matriculado sob n. 181.564 (av. 1)
2. APELAÇÃO
I - TEMPESTIVIDADE RECURSAL
Com fulcro no art. 195 do Código de Processo Civil, o recorrido sustenta a intempestividade do recurso. A r. sentença foi disponibilizada em 18 de março de 2011 (fl. 873) e o protocolo se deu aos 5 de abril (fl. 884), último dia útil inserido na quinzena legal.
De fato, o advogado da apelante retirou os autos de cartório no dia 31 de março de 2011) e os devolveu somente no dia 14 de abril (fl. 879), depois de tentativa frustrada de contato telefônico pela Serventia (fl.906). Entretanto, em que pese o argumento do apelado, a devolução tardia dos autos não impede o conhecimento do recurso, pois a infração disciplinar praticada pelo advogado (art. 34, inciso XXII da Lei nº 8.906/94) não pode prejudicar seu cliente e impedir seu direito de recorrer, constitucionalmente garantido. A sanção é aplicável ao advogado (CPC, art. 196), e não ao seu cliente, conforme orientação pacificada na Corte Superior:
PROCESSUAL CIVIL – DEVOLUÇÃO TARDIA DOS AUTOS (ART. 195 CPC) – CONTESTAÇÃO OFERECIDA NO PRAZO RECURSAL - TEMPESTIVIDADE. I –A devolução tardia dos autos não enseja a decretação da intempestividade da peça contestatória apresentada no prazo legal. Não se pode impor pena tão grave à parte quanto a revelia, quando a infração, perpetrada pelo advogado, é passível de sanção própria. II –Recurso Especial conhecido e provido. (REsp 138.164/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/1998, DJ 14/12/1998, p. 229). –Protocolizados os embargos declaratórios da União dentro do prazo legal, é irrelevante a data em que foram os autos devolvidos em cartório. – Dentre as sanções contidas no art 195 do CPC, pela demora na devolução dos autos pelo advogado, não se inclui o não conhecimento do recurso por intempestividade. –Tempestividade dos segundos embargos declaratórios que se reconhece. (REsp 505.371/DF, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2004, DJ21/03/2005, p. 318) -
PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AUTOS DEVOLVIDOS APÓS O PRAZO. TEMPESTIVIDADE. – SE O RECURSO FOI INTERPOSTO TEMPESTIVAMENTE, MESMO EM PROTOCOLO INTEGRADO, E OS AUTOS FORAM DEVOLVIDOS APÓS O DECURSO DE PRAZO, DESCABE IMPOR SANÇÃO DE ORDEM PROCESSUAL, COMO O NÃO CONHECIMENTO DO APELO. - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. (REsp 77.374/SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 06/02/1996, DJ 15/04/1996, p. 11570) Ainda neste sentido: REsp 852.701/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2006, DJ 11/12/2006, p. 348. Não é outro o entendimento dos integrantes desta C. 2ª Câmara Reservada: RECURSO –Apelação – Intempestividade – Inocorrência - Demora na devolução dos autos que não implica no reconhecimento da intempestividade do recurso Precedentes – Preliminar rejeitada. (Apel.n. 0117715-45.2009.8.26.0003; 14ª Câmara de Direito Privado; Rel.Des.Lígia Araújo Bisogni; Data do julgamento: 30/05/2012; Data de registro: 05/06/2012) Prazo- Contestação apresentado dentro do prazo legal – Restituição dos autos a posteriori – Pretensão de reconhecimento de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

revelia – Descabimento – Falha cometida pelo advogado, sendo injustificada a aplicação de sanção à parte – Precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça –Agravo de instrumento desprovido. (AI n. 9001023-47.2008.8.26.0000; 12ª Câmara de Direito Privado; Rel. Des. José Reynaldo; Data do julgamento: 18/06/2008; Data de registro: 16/07/2008) E ainda: AGRAVO DE INSTRUMENTO – BEM MÓVEL - APELAÇÃO DECLARADA INTEMPESTIVA – AUTOS DEVOLVIDOS APÓS O PRAZO LEGAL RECURSO PROTOCOLADO TEMPESTIVAMENTE – A DEVOLUÇÃO DO PROCESSO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO LEGAL NÃO ACARRETA O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO - ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL MAJORITÁRIO NESSE SENTIDO – AGRAVO PROVIDO. (AI n. 0291881-94.2011.8.26. ; 29ª Câmara de Direito Privado, Rel.Des. Francisco Thomaz; Data do julgamento: 11/04/2012; Data de registro: 14/04/2012).

INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO – Execução fiscal de ITU Exceção de pré-executividade acolhida Apelação. – Não ocorrência Protocolo no prazo legal – Devolução de autos tardia – Data do protocolo que deve prevalecer para aferição da tempestividade – A sanção prevista no art. 195 do CPC dirige-se ao advogado, não podendo ser a parte prejudicada - Recurso conhecido. (Apel. 0132892-29.2007.8.26.0000 ; 14ª Câmara de Direito Público; Rel.Des. Marino Neto; Data do julgamento: 27/10/2011; Data de registro: 03/11/2011).

Com esses fundamentos, rejeita-se a preliminar de intempestividade recursal, mas com fulcro no art. 196, caput e parágrafo único, determina-se a expedição de ofício à seção paulista da Ordem dos Advogados para adoção das medidas pertinentes.

II - JUROS DE MORA

Argumenta a recorrente que a aplicação dos juros de mora desde a citação impõe encargo excessivo, pois existente gritante disparidade entre o pedido inaugural (dissolução da sociedade) e o provimento jurisdicional concedido (dissolução parcial da sociedade).

O fato apresentado (acolhimento parcial do pedido) não possui o condão de alterar o termo inicial dos juros, fixados na r. sentença. Sobre esse tema, ademais, a Corte Superior pacificou entendimento, adotando a data da citação como termo inicial dos juros de mora:

No que concerne ao termo inicial dos juros moratórios, o entendimento esposado pelo Tribunal de origem não está em consonância com a recente jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "Na ação de apuração de haveres resultante de dissolução parcial da sociedade, os juros incidentes sobre o montante da condenação fluem a partir da citação inicial." (EREsp 564711/RS, Relator Ministro Ari Pargendler, 2ª Seção, DJ 27/08/2007).

Note-se que o entendimento que os agravantes pretendem ver prevalecer foi superado por ocasião do referido julgamento da Segunda Seção. Com efeito, antes havia, efetivamente, julgados no sentido de que o dies a quo dos juros de mora devidos pela sociedade ao sócio que dela se retirasse mediante propositura de ação de dissolução parcial seria o da constituição do título executivo.

Contudo, deve prevalecer o atual entendimento da Segunda Seção, cuja função precípua foi pacificar a jurisprudência da Corte a respeito da questão. (AgRg no Ag 1079418/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 20/03/2009) Com esses fundamentos, mantém-se o ato citatório como termo inicial dos juros de mora.

III ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Bem consignado pelo i. Juiz de Direito, Dr.Gilson Delgado Miranda, que a sentença que declara a dissolução parcial da sociedade tem natureza declaratória, gerando efeitos ex tunc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Disso decorre que a data-base para apuração de haveres é o momento em que o sócio manifesta sua vontade de se retirar da sociedade, bem como que o valor eventualmente apurado em favor do autor será corrigido monetariamente a partir da data-base fixada, e não da citação.
Não foi outro o entendimento do i. Magistrado singular, embora exposto em redação pouco clara, nos seguintes termos: Decretada a dissolução parcial, anoto que em liquidação por arbitramento serão apurados todos os direitos e haveres do autor perante a sociedade até a presente data (manifestação inconteste da retirada do autor da sociedade, isto
é, na forma do ajuste feito no acordo parcial de fls. 607/608).
Essa liquidação deve ser feita com base na situação patrimonial da sociedade, tudo na forma do balanço que será especialmente levantado pelo perito judicial (até a presente data como dito considerando o caráter declaratório desta sentença). (...)
III. Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES as ações (principal e cautelar) ajuizadas por ISAAC DANIEL WASSERMAN em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN para, mantida a liminar cautelar concedida nos autos do arrolamento de bens: (...) (b) condenar a sociedade ao pagamento dos haveres, após a realização de rigorosa apuração em liquidação por arbitramento, devidamente corrigidos pela Tabela Prática de Atualização do Tribunal de Justiça, e juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação, na forma do art. 219 do CPC (...).
Como se vê, embora não tenha consignado expressamente o termo inicial da atualização monetária, da leitura do dispositivo e da interpretação sistemática acerca da data-base da apuração dos haveres, depreende-se que a r. sentença fixou a data-base de apuração de haveres como termo inicial da correção monetária.
A via processual pertinente era, portanto, os embargos declaratórios e não a apelação.
Não obstante, a questão é aclarada, devendo ser observada na fase de liquidação da sentença.
IV - ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA
Melhor sorte não merece a apelante neste capítulo recursal.
Embora o pedido inaugural tenha sido de liquidação da sociedade, a recorrente e a cointeressada Pérola Wasserman insurgiram-se contra a pretensão, defendendo na contestação a improcedência do pedido, mesmo depois de confirmar a existência de precedentes tentativas extrajudiciais de cisão da sociedade É certo que em audiência de conciliação (fl. 607-608) os litigantes pactuaram a adoção de administração conjunta para viabilizar futura cisão da sociedade apelante, mas a medida acordada não foi implementada, subsistindo a resistências das rés à pretensão deduzida pelo autor.
Consectária da resistência ao pedido é a imposição às rés ao pagamento das verbas de sucumbência.
Neste sentido:
"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. APURAÇÃO DE HAVERES DO SÓCIO PELO VALOR PATRIMONIAL REAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS NS. 282 E 356-STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RESISTÊNCIA AO PEDIDO. CABIMENTO. CRITÉRIO. CPC, ART. 20, §4º. (...)
II. Devidos honorários advocatícios em face da resistência, em juízo, ao pedido de dissolução da sociedade por parte do sócio remanescente, adequados às circunstâncias da espécie, que não recomendam a sua incidência em percentual sobre os haveres do retirante. III. Recurso especial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

conhecido em parte e parcialmente provido." (REsp 38259/SC, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 24/09/2001)
E, ainda: AgRg no Ag 1079418/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 20/03/2009; e REsp 867137/RN, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 01/04/2008.
Anota-se, por fim, que o acolhimento parcial do pedido em decorrência dos princípios da preservação da empresa e o da prevalência da função socioeconômica e comunitária da companhia, conforme pontuado pelo i. Magistrado sentenciante às fl.867 não implica sucumbência recíproca porque o escopo do autor foi atingido: retirar-se da sociedade e realizar a apuração de seus haveres
Em razão do exposto, nega-se provimento ao recurso, com observação, e defere-se o pedido formulado no incidente indevidamente denominado "embargos de terceiro", determinando-se a expedição de ofício ao Cartório de Imóveis competente informando o cancelamento do arrolamento do imóvel matriculado sob n. 181.564 (av. 1).
Expeça-se ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, instruído com cópia deste acórdão e de fl. 879, para adoção das medidas pertinentes à retenção indevida dos autos pelo advogado da recorrente (CPC,art. 195 E art. 196, Caput e parágrafo único).
RICARDO NEGRÃO RELATOR

Assim, na ação de dissolução social, o ora embargante aguarda a conclusão da fase pericial para a apuração de seus haveres.

DA POSSE DO EMBARGANTE SOBRE O BEM

Ainda antes do proferimento da r. sentença na ação de dissolução de sociedade, a pedido do ora embargante, foi designada audiência de conciliação perante a 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, onde tramita a demanda.

Realizada a audiência em 16 de maio de 2.012, foi celebrado acordo parcial, cuja cópia o embargante ora requer a juntada, pelo qual o mesmo obteve o compromisso da executada Construtora Wasserman de fazer, em pagamento parcial de haveres, a dação do imóvel objeto destes autos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Tal ajuste decorreu do fato do ora embargante já ter fixado residência no referido imóvel desde o mês de dezembro de 2.000, posse direta, essa, jamais impugnada pela sócia que, aliás, foi quem sugeriu o local.

O embargante ocupa o imóvel objeto da ação há quase 19 anos, desde então e sua esposa, a ora subscritora da presente, inclusive, foi síndica do condomínio por alguns anos, participando ativamente da gestão do edifício onde, até o presente momento, residem com seus filhos.

Assim, na audiência de 16 de maio de 2.012, foi homologado o acordo parcial entabulado, por sentença, que transitou em julgado.

Ocorreu que, muito embora tivesse assumido a obrigação de regularizar a documentação do imóvel, transferindo a propriedade da empresa coligada Magnum S/A para a Construtora Wasserman e, posteriormente, outorgando a competente escritura de dação em pagamento ao executado, até o presente momento, a co-executada não se desincumbiu de sua obrigação, recusando-se, tacitamente, a outorgar a escritura em nome do executado.

Como a Construtora Wasserman não se desincumbiu da obrigação de outorgar a escritura de dação em pagamento de haveres ao ora embargante, o imóvel continua ainda pertencendo, documentalmente e perante terceiros, ao patrimônio da empresa executada.

Por esta razão, o executado Isaac não possui certeza nem segurança jurídica de que algum dia receberá a escritura deste imóvel, tendo-o por sua propriedade em definitivo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Isto porque, nesse interim, o executado já sofreu três penhoras sobre o imóvel por dívidas contraídas pela empresa da qual foi acionista!!

A qualquer momento o executado pode se ver obrigado a deixar o imóvel às pressas por dívidas contraídas pela empresa, que, na recusa da outorga da escritura de dação em pagamento de haveres, compromete a segurança jurídica do bem.

DO BEM DE FAMÍLIA

Conforme comprovam os documentos anexos, o embargante e sua família residem no imóvel penhorado nestes autos desde os idos do ano de 2.000

O embargante requer a juntada de contas de telefone, luz, gás, cotas condominiais, mensalidades escolares, recibos de entrega de Declaração de Imposto de Renda, comprovando, inequivocamente, que a família reside no imóvel penhorado, sendo o mesmo, bem de família e, portanto, impenhorável.

Ademais, a co-executada possui extenso rol de bens. Nos autos da ação de dissolução societária foi elaborado laudo de avaliação cujas conclusões (listagem de imóveis e valores correspondentes), o embargante acosta neste ato.

Neste sentido, assim estabelece o artigo 1º da Lei 8009/90:

> *"Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei."

Corroborando tal posicionamento, assim têm se manifestado os Egrégios Tribunais, acerca da matéria:

VOTO N° 9094
APEL.Nº 9051456-60.2005.8.26.0000
COMARCA FORO REGIONAL DE PENHA DE FRANÇA - 2a VARA CÍVEL
APTE. GRACE ALVES DA FONSECA
APDO. JOÃO CARLOS DA SILVA
PARTE NOVA VISUAL ASSESSORIA E PUBLICIDADE LTDA.
Embargos de terceiro - Desconsideração da personalidade jurídica - Ex-sócio minoritário também responde solidariamente pelo que ocorreu antes de seu desligamento - Bem de família - Existência de outros bens não impede reconhecimento da impenhorabilidade daquele em que reside o devedor - Recurso provido em parte.
...

O bem em que reside a apelante deve ser excluído da penhora porque suficientemente demonstrado tratar-se de bem de família. Com efeito, a citação ali ocorreu conforme certidão de fls. 659, havendo também contas de luz referentes a esse imóvel.
Ademais, pouco importa a existência de outros bens.
EMBARGOS DA DEVEDORA - Execução - Sentença proferida em ação de reparação de danos em acidente de trânsito - Penhora do imóvel da devedora que é destinado à residência do casal - Bem de família - Caracterização - Constrição afastada - irrelevância do fato de a devedora possuir outros imóveis, pois não pode ser penhorado aquele que lhe serve de residência - Sentença de procedência mantida - Recurso não provido. (Ap. 992.08.068955-7 - Rei. Sá Duarte - 33a Câmara de Direito Privado - j. 09/08/2010)

APELAÇÃO N° 905.839-9, da Comarca de AMERICANA, sendo apelante TISAR CONFECÇÕES LTDA E OUTRO e apelado BANCO BRADESCO S/A
Execução de Título extrajudicial - Bem de família ~ Impenhorabilidade — Admissibilidade mesmo que a parte não resida no imóvel – Recurso provido.
...

Assim já se decidiu:

EREsp 339766/SP; EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL 2003/0054439-6

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Relator(a) Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)
Órgão Julgador S2 - SEGUNDA SEÇÃO
Data do Julgamento 26/05/2004
Data da Publicação/Fonte DJ 23.08.2004 p. 117
RDDPvol. 19 p. 152
Ementa CIVIL. EXECUÇÃO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL LOCADO. LEI 8.009/1990, ART. Io. IMPENHORABILIDADE. TEMA PACIFICADO.
I. Assentou a jurisprudência da 2a Seção do STJ que o único imóvel residencial, ainda que não sirva de residência à devedora, não é passível de penhora, de acordo com o art. Io da Lei n. 8.009/1990 (REsp n. 315.979/RJ, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, maioria, DJU de 15.03.2004).
II. Embargos conhecidos e providos, para reconhecer a condição de bem de família ao bem em questão.
Processo REsp 574050/RS; RECURSO ESPECIAL 2003/0151600-7
Relator(a) Ministro LUIZ FUX (1122)
R Órgão Julgador TI-PRIMEIRATURMA
Data do Julgamento 11/05/2004
Data da Publicação/Fonte DJ 31.05.2004 p. 214
Ementa PROCESSUAL CIVIL. BEM DE FAMÍLIA.
IMPENHORABILIDADE. IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA À FAMÍLIA. 1. É impenhorável, consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o único imóvel de propriedade do devedor ainda que esteja alugado, bem como o imóvel utilizado como residência da família, ainda que não seja o único bem de propriedade do devedor.
2. In casu, os recorridos lograram provar que o imóvel em questão serve de residência à família, consoante infere-se da sentença de primeiro grau, gerando a aplicação inafastável do disposto na Lei 8.009/90, revestindo-se de impenhorabilidade.
3. Recurso Especial desprovido

Processo
REsp 315979/RJ; RECURSO ESPECIAL 2001/0038624-5
Relator(a) Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (1088)
Órgão Julgador S2 - SEGUNDA SEÇÃO
Data do Julgamento 26/03/2003
Data da Publicação/Fonte DJ 15.03.2004 p. 149
Ementa BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL LOCADO. IRRELEVÂNCIA. ÚNICO BEM DOS DEVEDORES. RENDA UTILIZADA PARA A SUBSISTÊNCIA DA FAMÍLIA. INCIDÊNCIA DA LEI 8.009/90. ART. Io . TELEOLOGIA. CIRCUNSTÂNCIAS DA CAUSA. ORIENTAÇÃO DA TURMA. RECURSO ACOLHIDO.
I - Contendo a Lei n. 8.009/90 comando normativo que restringe princípio geral do direito das obrigações, segundo o qual o patrimônio do devedor responde pelas suas dívidas, sua interpretação deve ser sempre pautada pela finalidade que a norteia, a levar em linha de consideração as circunstâncias concretas de cada caso.
II - Consoante anotado em precedente da Turma, e em interpretação teleológica e valorativa, faz jus aos benefícios da Lei 8.009/90 o devedor que, mesmo não residindo no único imóvel que lhe pertence, utiliza o valor obtido com a locação desse bem como complemento da renda familiar,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

considerando que o objetivo da norma é o de garantir a moradia familiar ou a subsistência da família
*Processo REsp 497739/PR; RECURSO 2003/0015302^*
Relator(a) Ministro FRANCIULLINETTO (1117)
Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA
Datado Julgamento 19/08/2003
Data da Publicação/Fonte DJ28.10.2003p.270
Ementa RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE QUE O IMÓVEL PENHORADO TRATA-SE DE BEM DE FAMÍLIA. NULIDADE DA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 135, III, DO CTN. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 07/STJ.
Este Superior Tribunal de Justiça diverge acerca do cabimento de embargos à arrematação para apontar impenhorabilidade de bem de família, havendo tanto julgados que entendem se tratar de impenhorabilidade absoluta, matéria de ordem pública não sujeita à preclusão, como arestos que entendem ser inadmissível a argüição por meio dessa via. In casu, porém, os recorrentes não comprovaram de plano que o imóvel objeto de penhora trata-se de bem de família, exigência que deve ser vista com maior inflexibilidade nos autos de ação rescisória.

VOTO Nº 5652
APELAÇÃO Nº 9156086-70.2005.8.26.0000
COMARCA DE ORIGEM: VARGEM GRANDE DO SUL
APELANTE(S): ROBERTO BÍSCARO E
FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELADO(S): OS MESMOS
EXECUÇÃO FISCAL Responsabilidade tributária Ex sócio Não verificação das hipóteses que figuram no artigo 135 do Código Tributário Nacional Dissolução irregular não comprovada Apelação do embargante provida. EXECUÇÃO FISCAL Penhora recaente sobre bem de família Impossibilidade Situação comprovada nos autos ante a constatação pelo Oficial de Justiça Apelação fazendária não provida.
...

Conforme determinado pelo digno magistrado a quo, foi expedido mandado de constatação a fim de que fosse verificado se residia no imóvel constrito o embargante e sua família (fls 125), o que certificou positivamente o Oficial de Justiça (fls 126vº).
Com efeito, a Lei 8.009/90, protetiva da impenhorabilidade do bem de família, estabelece em seu artigo 1º e parágrafo único (redação ora consolidada): O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Nestes termos, comprovada a residência da entidade familiar, caracterizado está o bem imóvel como bem de família. Logo, coberto pelo manto da impenhorabilidade.

Ref.: APELAÇÃO COM REVISÃO N° 992.08.007025-5
Embargos à Execução (proc. n° 227.158/97)
Comarca de São Paulo - 2a Vara Cível do Foro Regional da Lapa
Sentença: Meritíssima Juíza Juliana Nobre Correia
Competência: locação de imóveis
Apte: DANIEL ROGER SORET
Apdo: MARCO ANTÔNIO DELLA BRIDA
VOTO n° 17.963
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - EMBARGOS A EXECUÇÃO – Presente as condições da ação - Legalidade da decisão que desconsiderou a personalidade jurídica da locatária, executada, para atingir bens do embargante, sócio, que fictamente cedeu as quotas sociais da embargada a outrem sem dar ciência do fato ao locador, continuando à testa da executada, fraudando credores e a lei - Bem de família impenhorável (Lei n° 8.009/90, art. Io, caput) - Recurso provido em parte.
...

O embargante alegou e comprovou que reside no imóvel sito à Rua Isabel Velho, n° 904, Freguesia do Ó, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, há mais de 25 anos (cf. fls. 48/64 dos autos dos embargos à penhora, fotografia de fl. 187 e certidão de citação à íl. 534, ambos dos autos da execução). Assim, nos termos do art. Io, caput, da Lei n° 8.009/90, o imóvel em questão não pode ser penhorado porque se enquadra no conceito de bem de família, e, pois, não responde por dívida do embargante. Note-se que as exceções legais previstas no art. 3o não se amoldam à espécie
...

(b) JULGO PROCEDENTE o pedido desconstitutivo da penhora que recaiu sobre seu imóvel sito à Rua Isabel Velho, n° 904, Freguesia do Ó, na Cidade de São Paulo, Estado de São, por tratar-se de bem de família

VOTO Nº: 20729
APEL.Nº: 9143975-15.2009.8.26.0000
COMARCA: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO 6ª VC
APTE. : TANIA ROSELI BORGATO LEITE
APDO. : BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL
Embargos de terceiro Imóvel Impenhorabilidade reconhecida sobre a totalidade do bem Lei 8.009/90 Bem que serve de residência da família da embargante Execução movida contra marido

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

da embargante, que figura como representante legal da empresa executada Desconstituição da penhora - Sentença reformada Recurso provido para julgar procedentes os embargos de terceiro
..
Nesse sentido a Jurisprudência do STJ: Especial. Bem indivisível. Fração de imóvel impenhorável. Alienação em hasta pública. Possibilidade. A impenhorabilidade da fração de imóvel indivisível contamina a totalidade do bem, impedindo sua alienação em hasta pública.
A lei 8.009/90 estabeleceu a impenhorabilidade do bem de família com o objetivo de assegurar o direito de moradia e garantir que o imóvel não seja retirado do domínio do beneficiário. Recurso Especial conhecido e provido." Resp 507618/SP; Recurso Especial 2003/0041113-0, Relator Ministra Nancy Andrighi (1118); Órgão Julgador T3, Data do Julgamento 07/12/2004, Datada da Publicação 07/12/2004, DJ 22.05.2006 p. 192.
Portanto, é indiscutível a impenhorabilidade de bens imóveis em situações que se apresentam como propriedade da família e que sirva de residência. É o que ocorre neste caso.

Voto nº 18.350
Agravo de Instrumento nº 0238088-12.2012.8.26.0000
Comarca: Valinhos
Agravante: ERENICE PEREIRA DA SILVA
Agravado: CARLOS PEREIRA
IMPENHORABILIDADE BEM DE FAMÍLIA
Tratando-se de compromissário/cessionário de direitos decorrentes de contrato de ocupação prévia de lote urbanizado, imitido na posse, lhe é assegurado invocar a impenhorabilidade do imóvel residencial, nos termos do artigo 1º da Lei 8.009/90 Dívida Comum que não se inclui entre as exceções estabelecidas no artigo 3º da precitada Lei Decisão mantida Agravo desprovido.
...
Anoto, ainda, que o C. Superior Tribunal de Justiça, já considerou que o devedor que reside sozinho, também é abrangido pela impenhorabilidade estabelecida pela Lei 8.009/90.
PROCESSUAL -EXECUÇÃO-IMPENHORABILIDADE - IMÓVEL - RESIDÊNCIA - DEVEDOR SOLTEIRO E SOLITÁRIO - LEI 8.009/90. - A interpretação teleológica do Art. 1º, da Lei 8.009/90, revela que a norma não se limita ao resguardo da família. Seu escopo definitivo é a proteção de um direito fundamental da pessoa humana: o direito à moradia. (...) (EREsp 182223/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/02/2002, DJ 07/04/2003, p. 209). Assim, a decisão recorrida bem aplicou os artigos 1º e 3º da Lei 8.009/90, merecendo confirmação, rejeitando-se o reclamo recursal

Nem se questione que a impenhorabilidade do bem de família independe de registro prévio no Cartório Imobiliário onde está matriculado o bem.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Nesse sentido, assim têm se manifestado os Egrégios Tribunais:

Apelação com Revisão – nº 0044049-70.2010.8.26.0554
Apelantes/Embargantes: ALMARIDES MARIA CAVALCANTE
RODRIGUES E BERNARDINO
AUGUSTO DE OLIVEIRA
Apelada/Embargada: ADRIANA SANTOS NAJAR
MM. Juiz de Direito: João Antunes dos Santos Neto
Comarca de Santo André 5ª Vara Cível
Voto nº 14009
EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA INCIDENTE SOBRE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DOS SÓCIOS DA EXECUTADA (LOCADORA) EM RAZÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DE SUA PERSONALIDADE JURÍDICA. BEM DE FAMÍLIA. SÓCIOS NÃO INCLUIDOS NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO.
Preliminar: não conhecimento por ausência de impugnação especificada. Impossibilidade. Razões recursais apresentadas de forma suficiente, impugnando expressamente os fundamentos lançados na decisão. Mérito: Comprovação de que o imóvel objeto de constrição judicial é destinado à efetiva moradia dos Embargantes. Impenhorabilidade reconhecida, nos termos do art. 1º cc. art. 5º, da Lei 8.009/90, independente de comprovação de ser ou não o único de sua propriedade. RECURSO DOS EMBARGANTES PROVIDO
...

Pois bem. A impenhorabilidade do bem de família prevista na Lei n.º 8.009/90 (art. 1º), ressalvadas as hipóteses legalmente previstas (art. 3º), tem o escopo de proteger o direito constitucionalmente assegurado à moradia familiar (CF, art. 6º).
Assim, tal alegação deve vir acompanhada de prova segura de que o bem é utilizado como efetiva residência da entidade familiar, independente de ser ou não o único de sua propriedade, pois a Lei nº 8.009/90 não exige que a entidade familiar seja proprietária de um único imóvel para que se possa caracterizá-lo como bem de família, mas apenas determina que recaia no de menor valor caso a entidade familiar possua mais de um imóvel com destinação residencial, nos termos do disposto no artigo 5º, que assim dispõe:
"Art. 5º Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.
Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil." (destacado)
Nesse sentido, colacionam-se orientações jurisprudenciais:
C. Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. PROVA DE QUE O IMÓVEL PENHORADO É O ÚNICO DE PROPRIEDADE DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. EXCEÇÃO DO ART. 3º, V, DA LEI 8.009/90. INAPLICABILIDADE. DÍVIDA DE TERCEIRO. PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO DE QUE A DÍVIDA FORA CONTRAÍDA EM FAVOR DA ENTIDADE FAMILIAR. PRECEDENTES.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

RECURSO PROVIDO. 1. Para que seja reconhecida a impenhorabilidade do bem de família, não é necessária a prova de que o imóvel em que reside a família do devedor é o único de sua propriedade. 2. Não se pode presumir que a garantia tenha sido dada em benefício da família, para, assim, afastar a impenhorabilidade do bem com base no art. 3º, V, da Lei 8.009/90. 3. Somente é admissível a penhora do bem de família hipotecado quando a garantia foi prestada em benefício da própria entidade familiar, e não para assegurar empréstimo obtido por terceiro. 4. Na hipótese dos autos, a hipoteca foi dada em garantia de dívida de terceiro, sociedade empresária, a qual celebrou contrato de mútuo com o banco. Desse modo, a garantia da hipoteca, cujo objeto era o imóvel residencial dos ora recorrentes, foi feita em favor da pessoa jurídica, e não em benefício próprio dos titulares ou de sua família, ainda que únicos sócios da empresa, o que afasta a exceção à impenhorabilidade do bem de família prevista no inciso V do art. 3º da Lei 8.009/90. 5. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 988915/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 08/06/2012)."

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. RESIDÊNCIA DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE DE SE PROVAR QUE O IMÓVEL PENHORADO É O ÚNICO DE PROPRIEDADE DO DEVEDOR. PRECEDENTES. 1. Recurso especial interposto contra acórdão segundo o qual: a) de acordo com a exceção prevista no art. 3º, VI, da Lei nº 8.009/90, é possível a penhora sobre bem de família, visto tratar-se de execução de indenização por ato ilícito; b) comprovada a existência de propriedade sobre mais de um imóvel, tem-se por desconfigurada a hipótese de bem familiar. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que: - "As exceções aos benefícios da Lei 8.009/1990 são as previstas nos seus arts. 3º e 4º, nestes não constando a circunstância de a penhora ter sido efetuada para garantia de dívida originária de ação de indenização por ato ilícito, em razão de violação a normas de trânsito que gerou acidente de veículos" (REsp nº 64342/PR, 4ª Turma, Rel. Min. César Asfor Rocha). - "A circunstância de o débito originar-se da prática de ilícito civil, absoluto ou relativo, não afasta a impenhorabilidade prevista no artigo 1º da Lei 8.009/90" (REsp nº 90145/PR, 3ª Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro). 3. Para que seja reconhecida a impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/90), não é necessária a prova de que o imóvel em que reside a família do devedor é o único. Isso não significa, todavia, que os outros imóveis que porventura o devedor possua não possam ser penhorados no processo de execução. 4. "É possível considerar impenhorável o imóvel que não é o único de propriedade da família, mas que serve de efetiva residência" (REsp nº 650831/RS, 3ª Turma, Relª Minª Nancy Andrighi). "O imóvel onde reside a família do devedor não é passível de arresto, ainda que existam outros bens imóveis, cuja destinação não ficou afirmada nas instâncias ordinárias, para permitir a aplicação do art. 5º, par. único da Lei 8.009/9." (REsp nº 121727/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar). 5. Precedentes das egrégias 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas desta Corte Superior. 6. Recurso especial provido. (REsp 790608/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2006, DJ 27/03/2006, p. 225, REPDJ 11/05/2006, p. 167)."

E. Tribunal de Justiça de São Paulo: "AÇÃO MONITÓRIA FASE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PENHORA DE IMÓVEL BEM DE FAMÍLIA LEI Nº 8.009/90. Comprovação de que o imóvel sobre o qual recaiu a penhora é o único residencial de propriedade do devedor, não havendo como se afastar a natureza de bem de família. Para reconhecimento da impenhorabilidade do bem de família, não é necessária a prova de que o imóvel em que reside a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

família do devedor é o único de sua propriedade. Precedentes do STJ.
Alcance da Lei nº 8.009/90, no sentido de se proteger a unidade familiar, bem como o direito à moradia desta Decisão reformada Recurso provido." (AI nº 0242581-32.2012.8.26.0000 - Relator: Francisco Giaquinto – Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 30/01/2013). (destacado)
"EMBARGOS DE TERCEIRO. Oposição pelos herdeiros do executado. Alegação de impenhorabilidade de imóvel, por ser bem de família. (...) Penhora de imóvel. Bem de família. Ausência de registro do imóvel como bem de família. Irrelevância. Dois regimes para caracterizar um bem como de família. Regime convencional, que exige o registro, e regime legal, que prescinde de registro. Artigo 1º da Lei n° 8.009/90. Existência de outros imóveis de propriedade dos Apelantes. Irrelevância. Imóvel usado como residência da entidade familiar que se caracteriza como bem de família, independente da propriedade de outros imóveis.
Precedentes. Prova de que o imóvel é o local de residência dos Apelantes. Caracterização de bem de família. Impenhorabilidade declarada. Embargos de terceiro procedentes. Recurso provido." (Apelação nº 0105124-19.2007.8.26.0004 - Relator: Tasso Duarte de Melo - 12ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 14/11/2012).
"IMPENHORABILIDADE - Bem de família Demonstrado nos autos que o co-agravado utiliza o imóvel como moradia - Impenhorabilidade configurada - Inteligência do artigo 1º da Lei n° 8.009/90 - Desnecessidade da prova de que o imóvel em que reside a família seja o único - Exegese do parágrafo único, do artigo 5º, da Lei n° 8.009/90 - Existência de outro imóvel não afasta a incidência da Lei n° 8.009/90, o disposto no aludido parágrafo determina apenas que se a família residir em mais de um imóvel, a impenhorabilidade recairá somente sobre o de menor valor - Recurso não provido. IMPENHORABILIDADE - Bem de família - Imóvel sob exame é impenhorável com fundamento na Lei n° 8.009/90 - Lei n° 8.009/90 disciplina o bem de família legal e não se confunde com o bem de família que se constitui por ato de vontade do proprietário regido pelos artigos 1.711 a 1.722 do Código Civil - Para constituição do bem de família legal basta que o imóvel sirva como residência para a família, não existindo necessidade da formalização da destinação do imóvel com registro prévio na matrícula do cartório de imóveis - Recurso não provido." (AI nº 0526687-11.2010.8.26.0000 - Relator: Tersio Negrato - 17ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 16/03/2011).
...

Quanto ao imóvel objeto da constrição, verifica-se que os Embargantes colacionaram aos autos documentos demonstrando a sua efetiva utilização como residência familiar, tais como: procuração (fls. 14/15), declaração de Imposto de Renda do exercício de 2010 (fls. 20/25), contas de energia elétrica (fls. 19, 43 e 50), de fornecimento de água (fls. 40 e 47); faturas de cartão de crédito (fls.36/37, 44/45, 51/52), contrato de prestação de serviços à filha dos Embargantes (fls. 34/35), contrato de prestação de serviços à co-Embargante Almarides (fls. 48 e 57), nota fiscal de compra de produto (fls. 29/32, 46, 55), todos indicando como endereço o imóvel objeto da constrição.
Assim, diante do conjunto fático probatório dos autos, observando-se o escopo da Lei, tem-se que o imóvel objeto da constrição subsome-se à hipótese do bem de família legal previsto na Lei 8.009/90, segundo interpretação conjunta dos arts.1º e 5º, razão pela qual de rigor o reconhecimento da impenhorabilidade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Portanto, o recurso de apelação interposto pelos Embargantes prospera para o fim de desconstituir a constrição judicial pendente sobre o imóvel sub judice.

VOTO Nº 16389
APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 9129119-46.2009.8.26.0000
SÃO PAULO
APELANTE: FERNANDO DE TOLEDO PIZA LUZ
APELADA: NANAMI SATO
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS EMBARGOS DE TERCEIRO
JUIZ DE PRIMEIRA INSTÂNCIA: RENATO ACÁCIO DE AZEVEDO BORSANELLI
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - EMBARGOS DE TERCEIRO - INÉPCIA DA INICIAL - INEXISTÊNCIA PENHORA DE BEM IMÓVEL - SEPARAÇÃO HOMOLOGADA EM JUÍZO - PROPRIEDADE DO BEM DE AMBOS OS EX CÔNJUGES - AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS - IRRELEVÂNCIA - CONTRATO DE LOCAÇÃO POSTERIOR À SEPARAÇÃO BEM DESTINADO À RESIDÊNCIA DA DIVORCIADA E FILHOS - INCIDÊNCIA DA LEI 8.009/90 - IMPENHORABILIDADE - LOCATÁRIO EXECUTADO - SENTENÇA MANTIDA - PRELIMINAR REJEITADA - RECURSO NÃO PROVIDO.
...

A ausência de registro na matrícula não obsta os embargos de terceiro, como decidido neste E. Tribunal: "EMBARGOS DE TERCEIRO. LOCAÇÃO Elementos suficientes a admitir o julgamento antecipado. Não caracterização de cerceamento de defesa. Compreensão do art. 330, I, do CPC. Penhora de imóvel doado aos filhos, ora embargantes, em ação de separação. Homologação anterior à formação do contrato de locação. Transmissão da posse que legitima o ajuizamento de embargos de terceiro. Ausência de registro no CRI que não afasta a irregularidade da penhora por obrigação locatícia assumida após a doação. Recurso provido" (Ap. c/ Rev. 0015077-59.2007.8.26.0566 - 27ª Câm. - Rel. Dimas Rubens da Fonseca - J. 09.08.2011).
"EXECUÇÃO - PENHORA - INCIDÊNCIA SOBRE IMÓVEL OBJETO DE DOAÇÃO - INSCRIÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO - AUSÊNCIA - IRRELEVÂNCIA – HOMOLOGAÇÃO QUE ATRIBUI EFICÁCIA À LIBERALIDADE TRANSMISSÃO DA POSSE - OCORRÊNCIA - DESCABIMENTO. A estipulação formulada em separação consensual, uma vez homologada, enseja a transmissão do direito, dispensando a prática de qualquer ato notarial posterior. A ausência de registro não impede a proteção dos embargos de terceiro, instrumento que se destina também a defender a posse." (Ap. c/ Rev. 628.497-00/3. 7ª Câmara do 4º Grupo do Ext. 2º TAC. Rel. Des. Antonio Rigolin. J. 2.4.2002).
Ainda, é indiferente que o imóvel também seja de propriedade do locatário executado, pois em se tratando de bem de família, é impenhorável, nos termos da Lei nº 8.009/90 independentemente do registro imobiliário dessa destinação. Frise-se, ademais, que o executado era locatário no contrato de locação, que foi garantido por caução (fls.08 dos autos apensos)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Desta forma, o imóvel objeto da ação, sobre os quais recaem as quotas condominiais, deve ser considerado bem de família e, por esta razão, absolutamente impenhorável.

DA GRATUIDADE PROCESSUAL AO EMBARGANTE

O embargante, desde muito antes de julho de 2010, quando iniciou-se a ação em que pleiteou sua saída da sociedade, já tinha sofrido, por imposição da sócia Perola, o corte total e absoluto de seus honorários, antes recebidos em razão dos serviços prestados à Construtora Wasserman.

Desnecessário mencionar que, após sua retirada da empresa e a propositura da ação acima referida, jamais recebeu quaisquer importâncias nem participou de quaisquer divisão de lucros advindos da atividade da empresa da qual se desligou.

Após alguns anos em tratamento por uma depressão profunda, o embargante conseguiu se reerguer e buscou uma recolocação no mercado da construção civil.

Entretanto, seu sobrenome depunha contra todas as suas tentativas pois, à essa época, todo o mercado imobiliário conhecia a situação da empresa e da dissidência havida entre os sócios.

Fracassado na tentativa de conseguir um emprego, o embargante cursou, no Ibape, uma especialização lato sensu, para perícias de engenharia e, há poucos anos, vem trabalhando na área.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Todavia, em razão de sua pouca experiência, somada ao "sobrenome queimado", os trabalhos são escassos e os recebimentos do embargante, parcos.

O embargante encontra-se em uma situação financeira delicada pois, muito embora tenha se retirado da empresa da qual foi sócio, não recebeu um centavo por seus haveres.

Atualmente, o embargante não possui bens, exceto a posse da sua residência, nem valores em moeda corrente, pelo que o pagamento das custas e despesas processuais nestes autos certamente trará prejuízos ainda maiores ao seu sustento e ao de sua família, já tão prejudicada em razão da situação provocada pela ex sócia do embargante.

Desta sorte, requer lhe sejam deferidos os benefícios da gratuidade processual, para todos os fins de direito.

CONCLUSÃO

Assim, é a presente para requerer sejam recebidos e acolhidos os presentes Embargos e que os mesmos sejam julgados TOTALMENTE PROCEDENTES para declarar apenas a co-executada responsável pelo pagamento das cotas em aberto, também insubsistente eventual penhora que possa recair sobre o imóvel, por se tratar de bem de família, e também por não terem sido esgotadas as tentativas de localização de bens da executada livres e desembaraçados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

Requer a intimação do embargado, pela Imprensa Oficial, para se manifestar sobre os presentes embargos, sob pena de lhe serem aplicados os efeitos da revelia e serem considerados verdadeiros todos os fatos alegados pelo embargante.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, notadamente pelo depoimento pessoal do embargado, oitiva de testemunhas a serem oportunamente arroladas, prova documental, pericial, enfim, todas outras que se fizerem necessárias.

Atribui-se à presente o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) meramente para os fins de alçada.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 3 de outubro de 2.018

Tânia Wasserman
OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EA4.

incorporada

JUCESP PROTOCOLO
632284/04-3

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

JUCESP
COLEGIADA
27 JUN

MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS

NIRE 35.300.030.117

CNPJ n.º 60.812.328/0001-34

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2004

DATA: 30 de junho de 2004, às 10,00 horas.

LOCAL: Sede social à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036, na Capital do Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Acionistas representando a **TOTALIDADE** do capital social, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, de acordo com o Artigo 124, Parágrafo 4° da Lei no. 6.404, de 15.12.76.

MESA DIRETORA: Presidente: **PÉROLA WASSERMAN**

Secretário: **GILBERTO VENÂNCIO**

ORDEM DO DIA: a) Extinção da sociedade por ***INCORPORAÇÃO***; e

d) Outros assuntos de interesse social.

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, COM O ORIGINAL DO QUE FOI DADO FÉ. O PRESENTE CÓPIA VOLTOU CONFERE
AV. BRASIL Nº 561
VALOR POR AUTENTICAÇÃO: R$ 2,35
22 MAIO 2012
SÃO PAULO-SP
FABIO CAMILO GOMES
ESCREVENTES AUTORIZADOS
SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458237

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

JUCESP

27 07 04

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

DELIBERAÇÕES:

Iniciando os trabalhos, a Senhora Presidente esclareceu que a presente Assembléia tinha por finalidade a aprovação do Protocolo de Incorporação e respectiva Justificativa, firmado nesta data, o qual estabelece os termos e condições para a incorporação da sociedade pela Construtora Wasserman SA. Após a leitura e discussão do referido protocolo, foi o mesmo aprovado pelos acionistas passando a fazer parte integrante desta AGE como anexo ("ANEXO A").

Ato contínuo, os acionistas aprovaram a nomeação da empresa especializada em avaliações **MASTER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, com sede social à Av. Angélica, n.º 1.761, cj. 32, Higienópolis, CEP- 01227-200, na Capital do Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.208.972.811, em sessão de 31.10.89 e CNPJ n.º 61.920.591/0001-00, inscrita no CREA/SP sob n.º 0643720, neste ato representada por seu ***sócio e administrador,*** **MARCELO COLANERI KITASAUA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade, RG n.º 13.091.438-SSP/SP e CPF n.º 076.356.538-57, residente e domiciliado à Rua Itacolomi, n.º 576, apt.º 41, bairro Higienópolis, CEP 01239-020, na Capital do Estado de São Paulo e firmado pelo ***perito responsável***, **LEONARDO ZACCARIA,** brasileiro, viúvo, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.225.250/SSP-SP e CPF nº. 005.401.618-53, inscrito no CRC/SP sob nº. 1SP016169/0-4, residente e domiciliado à Av. Celso Garcia, n.º 1907, bloco 7, apt.º 54, bairro do Belém, na Capital do Estado de São Paulo, para proceder à avaliação do patrimônio líquido da sociedade.

A seguir, o perito nomeado apresentou para apreciação dos acionistas o Laudo de Avaliação da sociedade, o qual já havia previamente elaborado. Após prestados todos os esclarecimentos necessários ao referido laudo e discussão do mesmo, este foi integralmente aprovado pelos acionistas da sociedade, passando o mesmo a fazer parte do presente instrumento como ("ANEXO B"), bem como o Balanço Patrimonial, levantado em 30/06/2004 sob a forma de ("ANEXO C").

Logo após, em razão da aprovação do Protocolo de Incorporação da sociedade e do Laudo de Avaliação ("ANEXO B"), foi nomeada a Sra. Perola Wasserman para a prática de todos os atos necessários à efetivação da incorporação, bem como representação da sociedade perante a sociedade incorporadora, podendo inclusive deliberar em nome da sociedade acerca de eventual aumento de capital social e sobre a versão de seu patrimônio líquido para a incorporadora.

22º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO - REPROGRAFICA EXTRAÍDA DO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO
22 MAIO 2012
CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458238

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528 3

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Tendo em vista a aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação, declaram os acionistas, para todos os fins de direito, a **EXTINÇÃO** da presente sociedade por ter sido ***INCORPORADA*** à empresa **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**, com sede social à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036 na Capital do Estado de São Paulo, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.142.331, inscrita no CNPJ sob n.º 60.437.571/0001-10, neste ato representada pela Diretora Presidente **PÉROLA WASSERMAN**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Carteira de Identidade, RG n.º 11.622.783-SSP/SP e CPF n.º 107.016.268-01, com domicílio em seu escritório à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036 na Capital do Estado de São Paulo, ***INCORPORAÇÃO*** esta efetuada pelo valor do patrimônio líquido desta sociedade, no valor de R$ 2.364.816,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais), apurado em balanço especialmente levantado em 30 de junho de 2004, sendo sucedida em todos os direitos e obrigações, assumindo-lhe todo o ativo e passivo, passando os saldos das contas credoras e devedoras que constituem o ativo e passivo para os livros contábeis da **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**, com as mesmas denominações, fazendo-se as necessárias adaptações, tudo de acordo com o **PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA** que ficará fazendo parte integrante do presente instrumento.

O patrimônio líquido desta empresa foi apurado da seguinte forma:

Capital social	R$ 7.425.000,00
Aumento com a reserva de capital	R$ 4.871,59
Dedução de prejuízos acumulados	R$ 2.672.772,12
Dedução do investimento na Constr. Wasserman pela equivalência patrimonial	R$ 2.392.283,19
Total	**R$ 2.364.816,28**

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestasse, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os acionistas presentes.

ANEXOS:

ANEXO A: Protocolo de Incorporação e respectiva Justificação
ANEXO B: Laudo de Avaliação da Magnum S/A Participações e Empreendimentos
ANEXO C: Balanço Patrimonial da Magnum S/A Participações e Empreendimentos
ANEXO D: AGE da Construtora Wasserman SA

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CANA RAULA FRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA DE PEÇA QUE ME FOI APRESENTADA COM O ORIGINAL, DO QUE DOU FÉ.
AV. BRAS Nº 564
VALOR PG AUTENTICAÇÃ: R$ 2,35
SÃO PAULO, SP 22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458239

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

4

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

JUCESP

São Paulo, 30 de junho de 2004.

ASSINATURAS: **Presidente: PÉROLA WASSERMAN**

Secretário: GILBERTO VENÂNCIO

Acionistas: Pérola Wasserman, Lúcia Wasserman Knittel e Isaac Daniel Wasserman.

A presente é cópia fiel da original.

Pérola Wasserman

Lúcia Wasserman Knittel

Isaac Daniel Wasserman

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 359.737/04-3
PEDRO DIVO BIANCARDI BARBOZA
SECRETÁRIO GERAL
JUCESP

JOSÉ EDUARDO SEGALA
ADVOGADO
O.A.B. / S.P. n.º 95.976

WASSERMAN – MAGNUM - EXTINÇÃO

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PROCHNIK - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERI COM O ORIGINAL
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458240

ASSIS, CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

JUCESP

ANEXO

2º 07 04

1)

Inscrição cadastral: 6170201

Matrícula nº 4858 do 1º Cartório de Imóveis da Mairiporã

"Um imóvel situado no Bairro de Terra Preta no distrito, município e comarca de Mairiporã, neste Estado, zona rural, com a área de 248.088,00m2 e que tem a seguinte descrição: - inicia na estaca nº 0, que foi cravada próxima de um coqueiro, onde parte uma cerca de arame. Segue por essa cerca numa distância de 250,00ms, até chegar a estaca de nº 6, fazendo confrontação com Cândido Gomes de Pedroso. Da estaca de nº 6, em diante e sempre pela cerca, por uma linha sinuosa passa pelas estações de nºs.7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 até chegar a uma enorme pedra. Percorre nesse caminhamento a distância de 662,87m. Em toda essa extensão faz divisa com Hakuji Yokomizo. Partindo dessa pedra e tomando outra orientação, mas sempre acompanhando a cerca, passa pelos pontos de levantamento ns.22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, completando uma distância de 456,00m, confrontando com Toshico Azuma, a partir da divisa com Toshico Azuma, e passando pelas estacas de levantamento de ns.29, 30, 31, 32, 33 e 34, percorrendo uma distância de 206,78m, e tendo por vizinho José de Franceschi Junior, a cerca em um canto vivo. Nesse ponto a cerca faz um ângulo forte e desce um terreno íngreme por 183,94ms, até encontrar uma nascente. Tem nessa distância de 183,94m, José Fernandes de Lima Filho como vizinho. Ao encontrar a nascente, desce por essa água até encontrar a Estrada Velha de Bragança, sempre tendo como confrontante José Fernandes de Lima Filho; atingir a Estrada Velha de Bragança e a água atravessa-a por um boeiro e segue até interceder com uma cerca de arame, que vem de dentro do terreno ora em descrição e conservando, ainda, o mesmo José Fernandes de Lima Filho como vizinho. A partir da nascente, até a intercecsão da cerca de arames essa água tem uma distância de 228,00m. Na intercecção da cerca de arames com a água, inicia outra divisa, que desta vez é feita com Manoel Mattos, numa distância de 130,00m. No vértice dessa cerca começa a dividir com Armando Fujiji e por ela segue 346,00m, passando próximo de uma nascente que está no terreno deste último confrontante.

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE COPI
AV. BRAS
Nº 56
VALOR
AUTENTI
R$ 2
22 MAIO 2012
CAMILO GOMES
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458247

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

Desse ponto exerce acompanhando a cerca e ainda confrontando com Armando Fuji, atingindo um toco que está na entreda de um brejo. Daí, em linha reta, à moita de bambus corta um pequeno lago onde há no seu interior um coqueiro. Desse coqueiro, segue em linha reta até encontrar outra moita de bambus que está nas margens de um lago menor. Desse ponto segue pelo vertedouro do último lago e caminha água abaixo, passando próximo a outros bambus até chegar a uma cerca de arames que faz intercecsão perpendicular com essa água, terminando ai a divisa com Armando Fuji e perfazendo uma distância de 330,00m. Dessa intercecsão água e cerca, segue pela água atravessa a estrada que dá acesso a propriedade em descrição, passa por uma moita de bambus e atinge o marco de levantamento de nº 0, que foi objeto para iniciar a presente descrição, percorrendo 138,00m, e confrontando com Augusto Coimbra. Nesse terreno há uma casa que representa a sede da propriedade, uma garagem, uma casa para caseiro, um salão de festas, uma quadra de basket, um campo para jogo de bochas, três lagos, horta e pomar bem formados. Toda essa área encontra-se totalmente fechada com cerca de arame muito bem conservada, caracterizando muito bem toda a confrontação, muito bem, digo, confrontação. Esta propriedade está inscrita por um perímetro de 2931,59m linearea e dentro desse perímetro estão encerrando 248.088,00mts2 de superfície"

Inscrição cadastral: 6170101

Matrícula 13.978 do 1º Cartório de Imóveis da Mairiporã

"Um terreno distante 10 (dez) quilômetros da sede municipal, situado no local denominado "Sitio Paiol dos Souzas", no baiiro Terra Preta, zona urbana deste distrito, município e comarca de Mairiporã, com as seguintes medidas e confrontações: - inicia no marco "B", deste deflete no rumo SE e percorre a distância de 47,50m até o márco "C", deste deflete no rumo SE atravessando uma estrada na distância de 5,00m, sendo seu confrontante do marco "B" até o marco "D" o Sr. Guilhermino Vassima; do marco "D" deflete no rumo NE acompanhando a referida estrada na distância de 42,20m, até o marco F-1; deste deflete no rumo SE acompanhando a referida estrada na distância de 25,30m, sendo seu confrontante do marco "D" ao marco "F" o Sr. Benedito Manoel Barbosa; do marco "F" deflete no rumo SE atravessando uma

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL
AV. BRASIL
Nº 1901
VALOR DA AUTENTICAÇÃO
R$ 2,35
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VALIDO SOMENTE COM O SELO

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458248

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

estrada na distância de 5,00ms, até o marco "G"; deste deflete no rumo NE e percorre a distância de 89,60m, confrontando com o Sr. Armando Fugi Yoka até o marco "H"; deste deflete no rumo NE e percorre a distância de 26,00m, confrontando com o Sr. Benedito Antonio Moreira até o marco "I"; deste deflete no rumo NW e percorre a distância de 65,00m, até o marco "M"; deste deflete no rumo NW e percorre a distância de 4,00m até o marco "N"; deste deflete no rumo NW e percorre a distância de 82,00m, sendo seu confrontante do marco "I" ao marco "B", a gleba "A" de propriedade do Sr. Valdemar Cardoso, ponto inicial desta descrição perimétrica, encerrando a área de 6.431,00m2.

Sem inscrição cadastral

Matrícula 13.976 do 1º Cartório de Imóveis da Mairiporã

"Um terreno, parte do sitio Paiol dos Souzas, no bairro Terra Preta, na zona urbana do município e Comarca de Mairiporã, deste Estado, sem benfeitorias, com as seguintes medidas e confrontações: Com a área de 197,50m2, inicia no marco "D" e percorre por uma estrada a distância de 10,00 metros, onde encontra as divisas de sucessores de Waldemar Cardoso e sua mulher; daí deflexiona à direita e segue por 20,50 metros, até encontrar a cerca de divisa do Sr. Armando Fugi Yokam; daí deflexiona novamente a direita e segue em reta por 10,00 metros, confrontando com terras de Armando Fugi Yoka, até encontrar o marco "E", cravado nas divisas de Guilhermino Wasserman; deste marco deflexiona novamente à direita e percorre a distância de 19,00 metros até alcançar a estrada e o ponto "D", onde teve início a presente descrição, encerrando a área de 197,50 metros quadrados, e foi havido por compra feita a Valdemar Cardoso, e sua mulher, Lourdes do Espírito Santo Cardoso, conforme escritura de venda e compra lavrada no livro 37, às fls.171 e 173, do 2º Cartório de Notas de Mairiporã, deste Estado, ainda não registrada, estando o imóvel, em maior área, registrado na Matrícula 13.976, do Cartório de Registro de Imóveis de Mairiporã, deste Estado."

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos) : escritura de assembléia geral extraordinária para aumento de capital social de 13/06/1995, lavrada no 16º Tabelionato de Notas no livro 2017, às fls.07

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458249
ARPEN SP
22 MAIO 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

JUCESP

27 07 04

2)

Contribuinte 0-0015-008-019

Matrícula nº 24256 do Cartório de Imóveis do Guarujá

"Imóvel - apartamento nº 111, localizado no 11º andar ou 12º pavimento do edifício Samburá, situado na Rua Rio de Janeiro nº 66, município, distrito e comarca do Guarujá, contendo a área útil de 123,01m2, e a área comum de 41,05m2, encerrando a área construída de 164,06m2, correspondendo-lhe no terreno onde está construído o edifício, uma fração ideal de 3,5163% ou seja 17,5815m2, confrontando pela frente com a rua Rio de Janeiro, do lado esquerdo de quem dessa rua olha o prédio com o terreno do edifício que faz frente para a rua Mario Ribeiro, do lado direito, com o apartamento de final 2 do andar, com poço dos elevadores, hall social e hall de serviço, e nos fundos com o restante do terreno do edifício, que confronta com Miguel Mussa Gaze ou sucessores."

Matrícula nº 24257 do Cartório de Imóveis do Guarujá

"Imóvel – garage "H", localizada no subsolo do edifício Samburá, situado na Rua Rio de Janeiro nº 66, município, distrito e comarca do Guarujá, possuindo a área útil de 37,32m2, e a área comum de 12,45m2, perfazendo a área bruta de 49,77m2, tendo uma fração ideal no terreno de 1,06672% no seu todo, ou seja 5,3336m2, confrontando pela frente com a área de manobras, pelo lado direito de quem da área olha para o local de garagem com a garage I, do lado esquerdo com as escadarias, depósito de bomba d'água e caldeira, e pelos fundos, com a rampa de acesso às garagens."

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de assembléia geral extraordinária para aumento de capital social de 13/06/1995, lavrada no 16º Tabelionato de Notas no livro 2017, às fls.07

3)

Contribuinte 009.077.0490-5 (conjunto 103)

Matrícula 50.704 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICA A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA EXTRAÍDA HOJE DO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO.
22 MAIO 2012
LUIS CAMILO GOMES
LUIZ SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458250
ARPEN SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

"Conjunto para escritório sob nº 103, localizado no 10º andar ou 11º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com a área útil de 41,71m2, a área comum de 15,70m2, perfazendo a área total de 57,41m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 1,412%"

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Contribuinte 009.077.0491-3 (conjunto 104)

Matrícula 50.705 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Conjunto para escritório sob nº 104, localizado no 10º andar ou 11º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com a área útil de 41,71m2, a área comum de 15,70m2, perfazendo a área total de 57,41m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 1,412%"

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Contribuinte 009.077.0492-1 (vaga 18)

Matrícula 50.706 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Vaga número 18, no 2º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2 e correspondendo-lhea fração ideal no terreno e demais coisas comuns do condomínio de 0,608%, vaga essa sem auxílio de manobristas"

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
SÃO PAULO-SP 22 MAIO 2012
LUIS CAMILO GOMES
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VALOR PG AUTENTICAÇÃO R$ 2,75
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
ARPEN SP
1057AG458251

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Contribuinte 009.077.0493-1 (vaga 19)

Matrícula 50.707 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Vaga número 19, no 2º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2 e correspondendo-lhea fração ideal no terreno e demais coisas comuns do condomínio de 0,608%, vaga essa sem auxílio de manobristas"

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Contribuinte 009.077.0494-8 (vaga 20)

Matrícula 50.708 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Vaga número 20, no 2º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2 e correspondendo-lhea fração ideal no terreno e demais coisas comuns do condomínio de 0,608%, vaga essa sem auxílio de manobristas"

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

4)

50% (cinquenta por cento) dos imóveis sito à Avenida Brigadeiro Luis Antonio nº 2.466, Edifício Ouro Preto, Bela Vista, conjunto 01, loja e 20 (vinte) vagas na garagem, localizadas no 1º subsolo

Contribuintes: 009.077.0450-6 (mezanino), 009.077.0451-4 (loja 1), 009.077.0495-6 (20 vagas)

Título aquisitivo: escritura de assembléia geral extraordinária para aumento de capital social de 13/06/1995, lavrada no 16º Tabelionato de Notas no livro 2017, às fls.07

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONTIM - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL
AV. BRAS
VALOR DA AUTENTICAÇÃO
R$ 2,37
SÃO PAULO-SP 22 MAIO 2012
EMILIO CAMILO GOMES
ESCREVENTES AUTORIZADOS
COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
1057AG458252

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Matrícula 50.714 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"O conjunto nº 01, localizado no andar térreo ou 1º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo uma área útil coberta de 64,24m2, uma área útil descoberta de 125,84m2, perfazendo uma área total de 190,08m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 4,673%, correspondendo-lhe, ainda as áreas externas no fundo e partes das laterais

Matrícula 50.715 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma loja com mezzanino localizada no andar térreo ou 1º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo uma área útil coberta de 189,73m2, uma área útil descoberta de 250,14m2, perfazendo uma área total de 439,87m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 10,817%. A área do mezzanino é de uso exclusivo e privativa da loja, correspondendo-lhe, ainda as áreas externas de frente e parte das laterais

Matrícula 50.716 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.717 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL
SÃO PAULO - 22 MAIO 2012
VALOR DA AUTENTICAÇÃO R$ 2,30
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458253
CAMILO GOMES
ESCREVENTES AUTORIZADOS
SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Matrícula 50.718 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.719 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.720 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.721 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.722 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

2º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRONTINI CARELLI
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458254

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.723 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.724 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.725 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.726 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA PROGRÁFICA, EXTRAÍDA DESTAS NOTAS. O ORIGI...
SP 22 MAIO 2012
VALOR PO... AUTENTICAÇÃ... R$ 2,3...
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458255
CAMILO GOMES
SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.727 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.728 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.729 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.730 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA ERONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
R$ 2,
12 MAIO 2017
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458256
ESCREVENTES AUTORIZADOS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CALCULO

Matrícula 50.731 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.732 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.733 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.734 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.735 do 4º Cartório de Imóveis da Capital

"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA EFFONI - FABELIA
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTA DATA DO ORIGINAL COM
SELO DE AUTENTICIDADE
R$ 2,3
22 MAIO 2017
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458257
CAMILO GOMES
ESCREVENTES AUTORIZADOS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

5)

Rua Maranhão 202, apartamento 121, Higienópolis, correspondendo-lhe o uso de 4 (quatro) vagas na garagem, de nº 15, 16, 17 e 18, localizadas no 2° subsolo
Contribuinte 010.002.0341-7
Matrícula 3668 do 5° Cartório de Imóveis da Capital
"Um prédio situado à rua Maranhão, nº 202, no 7° subdistrito – Consolação, e o respectivo terreno que mede 14,25m de frente por 40,00m da frente aos fundos, onde mede 14,00m e confronta no lado direito visto da rua, com Waldemar Teixeira de Carvalho (prédio nº 208), de outro com Caio da Silva Prado e nos fundos com Jorge Junqueira."
Descrição conforme incorporação: "O apartamento tipo 3, duplex, de nº 121, localizado no 12° andar do edifício, conterá a área útil de 357,31m2, a área real comum de 217,13m2, área real acessória de garagem de 40,00m2, perfazendo a área real global de 614,44m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio a fração ideal de 12,83%, estando vinculadas a este apartamento 4 vagas para estacionamento de 4 automóveis de passeio, sob nº 15, 16, 17 e 18, localizadas no 2° subsolo."

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA TRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO PROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS FOLHAS, DO ORIGINAL CONFERIDO
AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
AV. BRASIL
Nº
AUTENTICAÇÃO
R$ 2,3
MAIO 2012
SIS CAMILO GOMES
COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AC458258

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAA.

PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA

CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., com sede social à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036 na Capital do Estado de São Paulo, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.142.331, inscrita no CNPJ sob n.º 60.437.571/0001-10, neste ato representada pela Diretora Presidente **PÉROLA WASSERMAN**, brasileira, divorciada, empresária, portador da Carteira de Identidade, RG n.º 11.622.783-SSP/SP e CPF n.º 107.016.268-01, com domicilio em seu escritório à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036 na Capital do Estado de São Paulo, doravante simplesmente denominada ***INCORPORADORA*** e

MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, com sede social à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036, na Capital do Estado de São Paulo, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.300.030.117, inscrita no CNPJ n.º 60.812.328/0001-34, neste ato representada pela Diretora Presidente **PÉROLA WASSERMAN**, acima qualificada, doravante simplesmente denominada ***INCORPORADA***,

têm entre si justos e convencionados, de pleno e comum acordo e da forma estabelecida nos artigos 223, 224, 225, 226 e 227, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, o seguinte:

I - JUSTIFICATIVA

As empresas, já qualificadas, na condição de ***INCORPORADORA*** e ***INCORPORADA***, deliberam firmar o presente instrumento, uma vez que resolvem tratar e fixar as condições de ***INCORPORAÇÃO***, por reconhecerem, após minuciosas análises, que a efetivação de tal operação atenderá plenamente os interesses das empresas, eis que se dedicam a ramos semelhantes e a união das empresas trará, sem dúvida alguma, além da agilização das decisões, a diminuição dos custos operacionais, racionalização dos serviços, redução substancial nos gastos indiretos, principalmente os referentes aos setores administrativos.

Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1057AG458268

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAF.

II - CAPITAL SOCIAL

O capital de cada empresa está assim representado:

A) *INCORPORADORA*: CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.

Capital social: R$ 12.078.600,00 (doze milhões, setenta e oito mil e seiscentos reais), representado por 12.078.600 (doze milhões, setenta e oito mil e seiscentas) ações ordinárias nominativas, assim distribuídas entre os acionistas:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	VALOR (R$)
Pérola Wasserman	2.960.038	2.960.038,00
Lúcia Wasserman Knittel	2.960.038	2.960.038,00
Isaac Daniel Wassserman	2.960.038	2.960.038,00
Magnum S/A Participações e Empreendimentos	3.198.486	3.198.486,00

B) *INCORPORADA*: MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS

Capital social: R$ 7.425.000,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), representado por 7.425.000 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil) ações ordinárias nominativas, assim distribuídas entre os acionistas:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	VALOR (R$)
Pérola Wasserman	2.475.000	2.475.000,00
Lúcia Wasserman Knittel	2.475.000	2.475.000,00
Isaac Daniel Wassserman	2.475.000	2.475.000,00

III - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da sociedade ***INCORPORADA*** será efetivamente avaliado, conforme balanço levantado nesta data e que acusou o total de R$ 2.364.816,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais).

O patrimônio líquido da empresa ***INCORPORADA*** **MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** a ser vertido para a **INCORPORADORA**, será avaliado, a valor

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONTIM - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
AV. BRASIL Nº 61
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,30
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
ANTONIO GOMES
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458269

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAF.

contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 30.06.2004 e em laudo de avaliação, onde se espera a constatação de que seu valor seja assim apurado:

Capital social	R$ 7.425.000,00
Aumento com a reserva de capital	R$ 4.871,59
Dedução de prejuízos acumulados	R$ 2.672.772,12
Dedução do investimento na Constr. Wasserman pela equivalência patrimonial	R$ 2.392.283,19
Total	**R$ 2.364.816,28**

As eventuais variações patrimoniais posteriores à data do balanço patrimonial e do laudo de avaliação preparados para fins de incorporação serão escrituradas diretamente na INCORPORADORA.

IV - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Da ***INCORPORAÇÃO***, resultará o aumento do capital social da ***INCORPORADORA*** no montante de R$ 2.364.816,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais) resultante da ***INCORPORAÇÃO*** do patrimônio líquido da ***INCORPORADA***, já avaliada, passando o capital social da ***INCORPORADORA*** a ser de R$ 14.443.416,00 (catorze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais).

Além do aumento do capital social, considerando que a **INCORPORADA** detinha ações da **INCORPORADORA,** e que o valor das referidas ações será abatido do valor do patrimônio líquido a ser vertido por incorporação, então as ações da **INCORPORADORA** detidas pela **INCORPORADA** serão canceladas uma vez que a **INCORPORADA** deixará de existir em razão da incorporação. O cancelamento das ações que a **INCORPORADA** detinha no capital social da **INCORPORADORA** ocorrerá sem qualquer redução do capital social. Deliberaram então os acionistas que as ações da sociedade **INCORPORADORA**, passarão a ser sem valor nominal e ficarão distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS
Pérola Wasserman	3.748.310
Lúcia Wasserman Knittel	3.748.310
Isaac Daniel Wassserman	3.748.310

V - ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL

Em decorrência da ***INCORPORAÇÃO***, o Estatuto Social da empresa ***INCORPORADORA*** **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A** sofrerá modificações no artigo do capital social que passaria a ter a seguinte redação:

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRANCO - SUBSTITUTA
CARLOS DE CAMPOS
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA A QUAL CONFERE
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS
EM O ORIGINAL
AV. BRASIL
VALOR DA AUTENTICAÇÃO R$ 2,30
17 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG456270
CAMILO GOMES
TASSIO SOARES DE ANDRADE SILVA
SUBSTITUTOS
SOMENTE SERVENTES AUTORIZADOS
COM O SELO DE AUTENTICIDADE
VÁLIDO SOMENTE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAF.

"**Art. 5.º** - O capital social é de R$ 14.443.416,00 (catorze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais), representado por 11.244.930 (onze milhões, duzentas e quarenta e quatro mil, novecentas e trinta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."

VI - OUTRAS CONDIÇÕES

Aprovado o **PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA**, ficam os representantes das empresas ***INCORPORADORA*** e ***INCORPORADA*** autorizadas a tomarem as medidas necessárias para a efetivação desta operação, promovendo as devidas alterações.

E assim, justos e convencionados, assinam o presente **PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA.**

São Paulo, 30 de junho de 2004

CONSTRUTORA WASSERMAN S.A
representada por Pérola Wasserman

MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
representada por Pérola Wasserman

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PEDROTTI TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
AV. BRASIL Nº 384
VALOR PG. AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458271
CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EAF.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

JUCESP
27/07/04

CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.

NIRE 35.300.142.331

CNPJ n.º 60.437.571/0001-10

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2004

DATA: 30 de junho de 2004, às 14,00 horas.

LOCAL: Sede social à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036, na Capital do Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Acionistas representando a **TOTALIDADE** do capital social, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, de acordo com o artigo 124, parágrafo 4.º da Lei n.º 6.404, de 15.12.76.

MESA DIRETORA: Presidente: **PÉROLA WASSERMAN**

Secretário: **GILBERTO VENÂNCIO**

ORDEM DO DIA:

a) Proposta da Diretoria de redução do capital social;
b) Proposta da Diretoria de cisão parcial da sociedade com a versão de parte de seu patrimônio para a constituição de uma nova sociedade;
c) Nomeação de peritos;
d) Apreciação do Protocolo de Cisão e Respectiva Justificativa;
e) Apreciação do Estatuto Social da sociedade decorrente da cisão parcial; e
f) Outros assuntos de interesse social.

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS ALBERTO BRANCO - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA PROGRÁFICA EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE NAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458211
CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL - SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

DELIBERAÇÕES:

- I -

Iniciando os trabalhos, a Senhora Presidente esclareceu que a presente Assembléia tinha por finalidade precípua apreciar a proposta da Diretoria de redução do capital social, conforme segue:

"**PROPOSTA DA DIRETORIA**: Senhores Acionistas: Considerando que há excesso de capital para a atividade desenvolvida pela empresa e em razão dos acionistas terem acordado a devolução de capital para a acionista que se retira nesta data da sociedade, a Diretoria desta empresa propõe a redução desproporcional do capital social da sociedade em R$ 916.799,00 (novecentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e nove reais), cabendo exclusivamente à acionista LÚCIA WASSERMAN KNITTEL a devolução do capital reduzido. Como conseqüência dessa redução, o capital social passará de R$ 14.443.416,00 (catorze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais) para R$ 13.526.617,00 (treze milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e dezessete reais). Era o que tínhamos a propor aos Senhores Acionistas. São Paulo, 30 de junho de 2004. (a) A Diretoria."

- II -

Submetido à apreciação dos Senhores Acionistas, foi aprovada a redução de capital por unanimidade, determinando-se, outrossim, a restituição de capital valor de R$ 916.799,00 (novecentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e nove reais) à acionista **LÚCIA WASSERMAN KNITTEL**. Em razão da devolução de capital, são nesta data canceladas 713.795 (setecentas e treze mil, setecentas e noventa e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela acionista **LÚCIA WASSERMAN KNITTEL.**

Como pagamento do valor devido em razão da redução de capital ora deliberada, a acionista **LÚCIA WASSERMAN KNITTEL** receberá os seguintes imóveis, pelos seus respectivos valores contábeis, em dação em pagamento:

a) Rua Raul Pompéia nº 905, apartamento 13, Edifício Opus D'Art, Pompéia, correspondendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 161 e 162, localizadas no 1º subsolo, além do depósito privativo nº 50, localizado no 1º subsolo.
Contribuinte 012.035.0038-6
Matrícula mãe nº 103.838 do 2º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado na Rua Raul Pompéia, onde existiam os prédios sob nºs 893, 897, 899, 905 e 905 fundos, no 19º subdistrito Perdizes, medindo 34,52m. de frente, por

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS DE CARVALHO FRONTINI - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
SÃO PAULO - SP 22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458212

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

50,00m. da frente aos fundos do lado direito de quem da rua olha para o imóvel; daí vira à esquerda na linha dos fundos, medindo 10,00m.; daí vira à esquerda por uma linha de 0,62m.; daí vira à direita e segue por uma linha reta de 20,16m., com azimute de 228º16'22"; daí vira à esquerda em ângulo de 88º46'02" e segue por uma linha de 11,77m. com azimute de 137º02'24"; daí vira à direita e segue por uma linha de 4,50m.; daí vira à esquerda e segue por uma linha de 38,00m. até encontrar o alinhamento da rua Raul Pompéia, encerrando uma área total de 1.666,84m2., confrontando do lado direito, de quem da rua olha, com o imóvel nº 927 da Rua Raul Pompéia, do lado esquerdo com os imóveis nº 887 e 889 da rua Raul Pompéia, e nos fundos com os imóveis nºs.1.106, 1.116, 1.118, 1.122, 1.128, 1.130, 1.134 e parte do imóvel nº 1.136 todos com frente para a Rua Barão do Bananal"
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A) : escritura de venda e compra de 11/06/2002 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 3421, às fls.232

Descrição conforme incorporação: "Localizado no 1º pavimento do Edifício, contendo a área real privativa de 119,2875m2, a área real comum de 94,9837m2; a área acessória de garagem de 20,6800m2, a área acessória de depósito de 1,3548m2, perfazendo a área real global de 236,3060m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do Edifício a fração ideal de terreno de 1,58920% e confrontando-se de quem da rua olha para o imóvel, pela frente com a escadaria, o hall do elevador de serviço e com um vazio existente entre esse apartamento e o de final 1, pelo lado esquerdo, com o recuo do Edifício, pelo lado direito, com o apartamento de final 4 e pelos fundos com a área de recuo da divisa dos fundos do terreno."

Valor Contábil: R$ 219.924,15 (duzentos e dezenove mil, novecentos e vinte e quatro reais e quinze centavos).

b) Rua Raul Pompéia nº 905, apartamento 124, Edifício Opus D'Art, Pompéia, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 87, 107 e 108, localizadas no 2º subsolo, além do depósito privativo nº 31, localizado no 2º subsolo
Contribuinte 012.035.0038-6
Matrícula mãe nº 103.838 do 2º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado na rua Raul Pompéia, onde existiam os prédios sob nºs 893, 897, 899, 905 e 905 fundos, no 19º subdistrito Perdizes, medindo 34,52m. de frente, por 50,00m. da frente aos fundos do lado direito de quem da rua olha para o imóvel; daí vira à esquerda na linha dos fundos, medindo 10,00m.; daí vira à esquerda por uma linha de 0,62m.; daí vira à direita e segue por uma linha reta de 20,16m., com azimute de 228º16'22"; daí vira à esquerda em ângulo de 88º46'02" e segue por uma linha de 11,77m. com azimute de 137º02'24"; daí vira à direita e segue por uma linha de 4,50m.; daí vira à esquerda e segue por uma linha de 38,00m. até encontrar o alinhamento da rua Raul Pompéia, encerrando uma área total de 1.666,84m2., confrontando do lado direito, de quem da rua olha, com o imóvel nº 927 da Rua Raul Pompéia, do lado esquerdo com os imóveis nº 887 e 889 da rua Raul Pompéia, e nos fundos com os imóveis nºs.1.106, 1.116, 1.118, 1.122, 1.128, 1.130, 1.134 e parte do imóvel nº 1.136 todos com frente para a rua Barão do Bananal"
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de venda e compra de 11/06/2002 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 3421, às fls.232
Descrição conforme incorporação: "Localizado no 12º pavimento do Edifício, contendo a área real privativa de 119,2875m2, a área real comum de 98,5542m2, a área acessória de

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA FRONTINI SUBSTITUTO
CARLOS DE CAMPOS
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU.
AV. BRASIL Nº 564
SÃO PAULO-SP 22 MAIO 2012
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458213

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

garagem de 29,9200m2, a área acessória de depósito de 1,3548m2, perfazendo a área real global de 249,1165m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do Edifício a fração ideal de terreno de 1,6753% e confrontando-se de quem da rua olha para o imóvel, pela frente, com o hall do elevador de serviço, o elevador de serviço e um vazio existente entre esse apartamento e o de final 2, pelo lado direito com o recuo do edifício, e pelo lado esquerdo, com o apartamento de final 3 e pelos fundos, com o recuo da divisa dos fundos do terreno."

Valor Contábil: R$ 234.461,30 (duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e um reais e trinta centavos).

c) Rua Califórnia nº 693, apartamento 83, Edifício California Dream, Brooklin Novo, correspondendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 76 e 77, localizadas no 3º subsolo, além do depósito privativo nº 20, localizado no 3º subsolo
Contribuinte 085.128.0855-1
Matrícula mãe nº 143.203 do 15º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado na rua Califórnia, onde existem dois prédios sob nºs 693 e 705, lotes nºs 16 e 17 da quadra 126, da planta dos terrenos do Brooklin Paulista Novo, no 30º subdistrito Ibirapuera, localizado a 50,00 metros da esquina da rua Guararapes, medindo 20,00 metros de frente para a rua California, por 50,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 1.000,00 metros quadrados, confrontando de quem da rua olha para o imóvel, do lado esquerdo com o prédio nº 687 da rua Califórnia, do lado direito parte com o prédio nº 713 da rua Califórnia e parte com o prédio nº 444, atual 560 da rua Indiana e nos fundos com os prédios nºs 412 e 443 atual 524 da rua Indiana."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de permuta com reposição de 19/04/1996 lavrada no 30º Tabelionato de Notas no livro 219, às fls.208 verso
Descrição conforme incorporação: "Localizado no 8º andar do edifício, contendo a área privativa de 85,80m2, área comum de 97,51m2, área total de 183,31m2 e fração ideal de 0,0230 confrontando, na frente com hall, elevador e caixa de escada, no lado esquerdo com o prédio nº 687 da rua California, no lado direito com o apartamento final 4, do edifício California Dream e nos fundos com o prédio nº 412/443, atual 524, da Rua Indiana"

Valor Contábil: R$ 115.445,07 (cento e quinze mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e sete centavos).

d) Rua Califórnia nº 693, vaga autônoma nº 35, localizada no 2º subsolo, Edifício California Dream, Brooklin Novo,

Contribuinte 085.128.0870-5
Matrícula mãe nº 143.203 do 15º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado na rua Califórnia, onde existem dois prédios sob nºs 693 e 705, lotes nºs 16 e 17 da quadra 126, da planta dos terrenos do Brooklin Paulista Novo, no 30º subdistrito Ibirapuera, localizado a 50,00 metros da esquina da rua Guararapes, medindo 20,00 metros de frente para a rua California, por 50,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 1.000,00 metros quadrados, confrontando de quem da rua olha para o imóvel, do lado

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PROTTI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMARGO - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL DO QUE TRATA.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
SÃO PAULO-SP 22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458214
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

esquerdo com o prédio nº 687 da rua Califórnia, do lado direito parte com o prédio nº 713 da rua Califórnia e parte com o prédio nº 444, atual 560 da rua Indiana e nos fundos com os prédios nºs 412 e 443 atual 524 da rua Indiana."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de permuta com reposição de 19/04/1996 lavrada no 30º Tabelionato de Notas no livro 219, às fls.208 verso
Descrição conforme incorporação: "Localizada no 2º subsolo do edifício, contendo a área privativa de 9,70m2, área comum de 3,80m2, área total de 13,50m2 e fração ideal de 0,0011 confrontando, pela frente com a rua Califórnia, no lado esquerdo com o espaço entre as vagas nºs34 e 35, no lado direito com a vaga nº 36, e nos fundos com a área de circulação"

Valor Contábil: R$ 8.502,03 (oito mil, quinhentos e dois reais e três centavos)

e) Rua Mattia Fillizolla nº 60, apartamento 82, Edifício Maison Royale, Real Parque, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 89, 90 e 91, localizadas no 1º subsolo, além do depósito privativo nº 28, localizado no 1º subsolo
Contribuinte 300.054.0352-6
Matrícula mãe nº 139.976 do 15º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado à Rua Mattia Filizzola, lotes 37, 38 e 39 da quadra "F" que é de forma regular, no lugar denominado Real Parque, bairro do Morumbi, no 30º subdistrito Ibirapuera, medindo 30,00 metros de frente para a Rua Mattia Filizzola, por 50,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área total de 1.500,00 metros quadrados, confrontando, de quem da rua olha o terreno, do lado direito com o lote nº 40, da quadra "F", do lado esquerdo com o lote 36 da quadra "F" e nos fundos com os lotes nºs 27 e 29 da quadra "F"e propriedade de Conde André Matarazzo."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de venda e compra de 24/04/1986 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2240, às fls.266, escritura de venda e compra de 24/04/1986 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2240, às fls.262 e escritura de venda e compra de 20/03/1986 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2254, às fls.222
Descrição conforme incorporação: "Localizado no 8º pavimento do edifício, contendo a área real útil de 144,60m2, a área real acessória de 32,80m2, a área real comum de 122,48m2, perfazendo a área real global de 299,88m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio a fração ideal de terreno de 3,125% e confrontando-se de quem do imóvel olha para a rua, pela frente e pelo lado esquerdo com os recuos do edifício, pelo lado direito com os apartamentos final "1", halls e poço de um dos elevadores sociais, halls de serviço e caixa de escadas e pelos fundos com os apartamentos de final "4" e as áreas livres existentes entre estes apartamentos."

Valor Contábil: 159.146,65 (cento e cinqüenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)

f) Rua Doutor Clóvis de Oliveira nº 353, apartamento de cobertura nº 164, Edifício Tocantins, Caxingui, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, localizadas no 1º subsolo,
Contribuinte 101.401.0577-7
Matrícula mãe nº 28.130 do 18 Cartório de Imóveis da Capital

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS ALBERTO BRANCO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - CAMILO - O PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL DO QUE DOU
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
TE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458215

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

"Um terreno situado à Rua Aracy consistente nos lotes 156, 157 e 158 na Vila Progredior, bairro do Caxingui, 13º subdistrito, Butantã, medindo 30,00m de frente para a referida rua Aracy, por 50,00m da frente aos fundos, perfazendo a área de 1500,00m2, confinando de um lado com o lote 155, de outro lado com o lote 159, de Ulisses Gatti e nos fundos com quem de direito."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de venda e compra de 11/03/1987 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2336, às fls.201

Valor Contábil: R$ 179.320,41 (cento e setenta e nove mil, trezentos e vinte reais e quarenta e um centavos).

Enquanto não lavradas as escrituras correspondentes a cada imóvel para efetivação da dação em pagamento, a sociedade obriga-se a anuir a lavratura da escritura respectiva, caso a acionista retirante encontre comprador para os imóveis objeto da dação em pagamento.

- III -

Tendo em vista a redução acima, o artigo 5.º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação:

"**Artigo 5.º** – O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 13.526.617,00 (treze milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e dezessete reais), dividido em 10.531.135 (dez milhões, quinhentas e trinta e uma mil, cento e trinta e cinco) ações ordinárias nominativas, inconversíveis em outras formas, sem valor nominal."

- IV -

Prosseguindo, a Senhora Presidente disse que tinha nas mãos uma proposta da Diretoria, no sentido de efetuar a **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL** desta empresa para a constituição de uma nova sociedade, vazada nos seguintes termos:

"**PROPOSTA DA DIRETORIA** – Senhores Acionistas: A Diretoria desta empresa propõe uma **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL** com a versão de parte do patrimônio líquido para a constituição de uma nova sociedade, por reconhecerem, após detalhados estudos que a efetivação de tal operação atenderá os interesses e anseios de todos os acionistas, eis que a nova sociedade se dedicará exclusivamente aos seus fins colimados. Uma vez aceita a presente proposta, com a **CISÃO** serão transferidos para a constituição de uma nova sociedade anônima, bens do ativo e parte do patrimônio líquido, no valor correspondente aos bens do ativo vertidos. Participará da nova sociedade, que terá a denominação social de **RELUSITA PARTICIPAÇÕES S/A**, com sede social à Rua Alagoas, n.º 676, apt.º 111, bairro Higienópolis, na Capital do Estado de São Paulo, a acionista retirante desta empresa, **LÚCIA WASSERMAN KNITTEL** que em razão da cisão desproporcional ora deliberada, será a única a receber participação societária na nova sociedade, exatamente na proporção das ações que possuía na sociedade cindida. Em decorrência da cisão, proceder-se-á uma redução de capital, correspondente a R$ 1.232.488,00 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais),

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS DE CERQUEIRA BARRETO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
SÃO PAULO - SP 22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458216
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

valor este que será contabilizado na nova sociedade na conta Capital Social. Com a redução de capital, será também reduzido o número de ações representativas do capital reduzido, .

A **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL** processar-se-á por valor contábil, mediante versão de bens do ativo e parcela do patrimônio líquido, tudo apurado em balanço especialmente levantado nesta data, acarretando a redução de seu capital, na proporção do valor das ações que comporão o capital social da nova empresa, tudo de acordo com o **"Protocolo de cisão e respectiva justificativa"** que ficará fazendo parte integrante do presente instrumento.
Era o que tínhamos a propor aos Senhores Acionistas. São Paulo, 30 de junho de 2004.
(a) A Diretorla."

- V –

Após o exame, leitura e discussão, deliberaram os acionistas aprovar o Protocolo de Cisão e Respectiva Justificativa firmado nesta data, o qual estabelece os termos e condições para a realização da cisão parcial e desproporcional da sociedade, com versão de parcela do seu patrimônio para uma nova sociedade a ser constituída denominada **RELUSITA PARTICIPAÇÕES S.A.** Após a aprovação do referido Protocolo de Cisão e Justificação passou o mesmo a fazer parte integrante da presente ata como **Anexo I.**

- V I–

Os acionistas ratificaram a nomeação da empresa especializada em avaliações **MASTER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, com sede social à Av. Angélica, n.º 1.761, cj. 32, Higienópolis, CEP- 01227-200, na Capital do Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.208.972.811, em sessão de 31.10.89 e CNPJ n.º 61.920.591/0001-00, inscrita no CREA/SP sob n.º 0643720, neste ato representada por seu ***sócio e administrador,*** **MARCELO COLANERI KITASAUA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade, RG n.º 13.091.438-SSP/SP e CPF n.º 076.356.538-57, residente e domiciliado à Rua Itacolomi, n.º 576, apt.º 41, bairro Higienópolis, CEP 01239-020, na Capital do Estado de São Paulo e firmado pelo ***perito responsável***, **LEONARDO ZACCARIA,** brasileiro, viúvo, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.225.250/SSP-SP e CPF nº. 005.401.618-53, inscrito no CRC/SP sob nº. 1SP016169/0-4, residente e domiciliado à Av. Celso Garcia, n.º 1907, bloco 7, apt.º 54, bairro do Belém, na Capital do Estado de São Paulo, para proceder à avaliação do patrimônio a ser cindido da sociedade e elaborar o competente Laudo de Avaliação, com base no Balanço Patrimonial levantado em 30.06.2004, documento esse que passa a fazer parte integrante desta ata como Anexo II.

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458217
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

- VII -

O perito nomeado disse que já previamente tinha sido incumbido de avaliar o patrimônio líquido desta empresa para efeito de **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL**, e, uma vez aceito o encargo proposto, declarou que já tinha elaborado o **LAUDO DE AVALIAÇÃO,** obedecendo estritamente os preceitos estabelecidos pelo art. 8.º, da Lei n.º 6.404/76, sendo o critério usado o exame minucioso do patrimônio líquido, demonstrações contábeis e apuração dos valores de acordo com o capital social atual da sociedade, descritos com minúcia, características e valores no referido **LAUDO DE AVALIAÇÃO**, que ficará fazendo parte integrante do presente instrumento. Após prestados todos os esclarecimentos necessários ao referido laudo pelo perito nomeado e discussão do mesmo, este foi integralmente aprovado pela unanimidade dos acionistas presentes.

Uma vez que os acionistas aprovaram, nesta data, o Laudo de Avaliação do patrimônio desta companhia, bem como os termos do Protocolo de Cisão e Respectiva Justificativa, foi conseqüentemente aprovada a redução do capital social da sociedadeno valor de R$ 1.232.488,00 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), com o cancelamento de 3.034.515 (três milhões, trinta e quatro mil, quinhentas e quinze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas exclusivamente pela acionista **LÚCIA WASSERMAN KNITTEL**, passando o artigo 5.º do Estatuto Social a ter a seguinte redação:

"**Art. 5.º** – O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 12.294.129,00 (doze milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e nove reais), dividido em 7.496.620 (sete milhões, quatrocentas e noventa e seis mil, seiscentas e vinte) ações ordinárias nominativas, inconversíveis em outras formas, sem valor nominal."

- VIII –

Ainda, à guisa de esclarecimento, o patrimônio a ser vertido por cisão, da sociedade **CINDIDA**, foi efetivamente avaliado, por valor contábil, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2004, que serviu como base para consubstanciar e fundamentar a presente operação.

Processada a **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL**, será vertido para nova sociedade **RELUSITA PARTICIPAÇÕES S/A** parte do ativo e parte do patrimônio líquido no valor total de **R$ 3.897.672,48** (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), proveniente das seguintes parcelas:

a) ATIVO: bens imóveis no valor total de R$ 3.897.672,48;
b) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:
   (i) parte da reserva de reavaliação no valor de R$ 2.665.183,85; e
   (ii) (ii) versão da conta capital social no valor de R$1.232.488,00

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS DE ERMINIO SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 564
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458218
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

- IX -

Finalmente, a Assembléia aprovou o Estatuto Social da nova empresa, decorrente da presente **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL**, ficando os representantes das empresas autorizados a tomarem as medidas necessárias para a efetivação desta operação, promovendo as devidas alterações e respectivos arquivamentos

- X -

Em seguida foi aprovada por unanimidade dos Acionistas, o aumento do capital social desta empresa, **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, de R$ 12.294.129,00 (doze milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e nove reais) para R$ 17.624.496,00 (dezessete milhões, seiscentos e vinte quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais), aumento este no valor de R$ 5.330.367,00 (cinco milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e sessenta e sete reais), mediante o aproveitamento de parte da ***"reserva de reavaliação de imóveis"***, conforme Laudo de Avaliação arquivado à sociedade.

- XI-

Em virtude do aumento acima, o artigo 5.º do Estatuto Social passa ser redigido da seguinte forma:

"**Art. 5.º** – O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 17.624.496,00 (dezessete milhões, seiscentos e vinte quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais), dividido em 7.496.620 (sete milhões, quatrocentas e noventa e seis mil, seiscentas e vinte) ações ordinárias nominativas, inconversíveis em outras formas, sem valor nominal."

- XII -

Após as alterações acima, o quadro acionário da **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A** passa a ser a seguinte:

ACIONISTAS	%	AÇÕES
PÉROLA WASSERMAN	50%	3.748.310
ISAAC DANIEL WASSERMAN	50%	3.748.310
TOTAL	100%	7.496.620

- XIII-

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS ALBERTO BRANCO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458219
ASSIS CAMILLO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Permanecem em vigor todos os demais artigos do Estatuto Social, inalteradas pelo presente instrumento.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestasse, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que após lida e aprovada, vai assinada por todos os acionistas presentes.

(data e assinaturas na fls. 10)

(continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30.06.2004, da **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A)**

São Paulo, 30 de junho de 2004.

ASSINATURAS: **Presidente: PÉROLA WASSERMAN**

Secretário: GILBERTO VENÂNCIO

Acionistas: Pérola Wasserman, Lúcia Wasserman Knittel, Isaac Daniel Wasserman

Empresa de Avaliações: p. **MASTER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - MARCELO COLANERI KITASAUA e LEONARDO ZACCARIA.**

A presente é cópia fiel da original.

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS DE CAMPOS BASTELLO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
EPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
OM O ORIGINAL DE QUE FOI EXTRAÍDA.
SÃO PAULO, 22 MAIO 2012
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458220

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

11

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Pérola Wasserman

Lúcia Wasserman Knittel

Isaac Daniel Wasserman

JOSÉ EDUARDO SEGALA
ADVOGADO
O. A. B. / S. P. n.o 95.978

ANEXOS:

ANEXO I: Protocolo de Cisão e Respectiva Justificação
ANEXO II: Laudo de Avaliação

WASSERMAN - CISÃO AGE

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NUMERO
PEDRO IVO BIANCARDI BARBOZA
SECRETÁRIO GERAL
359.738/04-7
JUCESP

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
2º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS ALBERTO FRONTINI - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA
REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE
COM O ORIGINAL QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458221
22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB0.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

PROTOCOLO DE CISÃO E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA

CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., com sede social à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036 na Capital do Estado de São Paulo, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.142.331, inscrita no CNPJ sob n.º 60.437.571/0001-10, neste ato representada pela Diretora Presidente **PÉROLA WASSERMAN**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Carteira de Identidade, RG n.º 11.622.783-SSP/SP e CPF n.º 107.016.268-01, com domicílio em seu escritório à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036 na Capital do Estado de São Paulo, na forma estabelecida nos artigos 223, 224, 225, 226 e 229 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, decide o seguinte:

I - JUSTIFICATIVA

Os acionistas da empresa **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.** deliberam proceder a **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL** desta empresa, desligando-se dela a acionista **LÚCIA WASSERMAN KNITTEL**, brasileira, casada, do lar, portadora da Carteira de Identidade, RG n.º 10.527.777-SSP/SP e CPF n.º 136.830.348-07, residente e domiciliada à Rua Alagoas, n.º 676, apt.º 111, bairro Higienópolis, na Capital do Estado de São Paulo para a constituição de uma nova sociedade, por reconhecerem, após detalhados estudos que a efetivação de tal operação atenderá os interesses e anseios de todos os acionistas, eis que a acionista retirante decide constituir uma nova empresa, para fins de reorganização patrimonial.

II – CAPITAL SOCIAL

O capital social desta empresa atualmente está assim constituído:

"O capital social é de R$ 13.526.617,00 (treze milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e dezessete reais), representado por 10.531.135(dez milhões, quinhentas e trinta e uma mil, cento e trinta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído entre os acionistas:

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458222
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB5.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS
Pérola Wasserman	3.748.310
Lúcia Wasserman Knittel	3.034515
Isaac Daniel Wassserman	3.748310

Com a **CISÃO**, e se confirmados pelo Laudo de Avaliação os números esperados, o capital social das duas sociedades ficará assim constituído:

a) **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**

O capital social é de R$ 12.294.129,00 (doze milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e nove reais), dividido em 7.496.620 (sete milhões, quatrocentas e noventa e seis mil, seiscentas e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuidas entre os acionistas.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS
Pérola Wasserman	3.748.310
Isaac Daniel Wassserman	3.748.310

b) **RELUSITA PARTICIPAÇÕES S/A**

O capital social é de R$ 1.232.500,00 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), dividido em 1.232.500 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil e quinhentos) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuidas entre os acionistas:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS
Lúcia Wasserman Knittel	1.232.488
Simon Knittel	12

III – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Serão retirados do patrimônio da Construtora Wasserman SA bens, direitos e obrigações, que compreendem: (a) ativo representado por imóveis, no valor total de R$ 3.897.672,48 (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais quarenta e oito centavos), registrados na conta ativo; (b) do patrimônio líquido serão retirados parte da conta de reserva de reavaliação, no valor de R$ 2.665.183,85 (dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos) e uma parcela do capital social da sociedade, no valor de R$ 1.232.488,00 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONTIS - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
SÃO PAULO - SP 22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458223
LUIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB5.

A parcela do patrimônio da Construtora Wasserman SA a ser cindida e posteriormente vertida para a nova sociedade, será avaliada a valor contábil, com base no balanço patrimonial levantado em 30.06.2004.

As eventuais variações patrimoniais posteriores serão escrituradas diretamente nas sociedades a que competirem.

Concordam as partes em indicar a empresa de contabilidade **MASTER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, com sede social à Av. Angélica, n.º 1.761, cj. 32, Higienópolis, CEP- 01227-200, na Capital do Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.208.972.811, em sessão de 31.10.89 e CNPJ n.º 61.920.591/0001-00, inscrita no CREA/SP sob n.º 0643720, neste ato representada por seu ***sócio e administrador,*** **MARCELO COLANERI KITASAUA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade, RG n.º 13.091.438-SSP/SP e CPF n.º 076.356.538-57, residente e domiciliado à Rua Itacolomi, n.º 576, apt.º 41, bairro Higienópolis, CEP 01239-020, na Capital do Estado de São Paulo e firmado pela ***perito responsável***, **LEONARDO ZACCARIA,** brasileiro, viúvo, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.225.250/SSP-SP e CPF nº. 005.401.618-53, inscrito no CRC/SP sob nº. 1SP016169/0-4, residente e domiciliado à Av. Celso Garcia, n.º 1907, bloco 7, apt.º 54, bairro do Belém, na Capital do Estado de São Paulo, para proceder à avaliação do patrimônio líquido da Construtora Wasserman SA a valor contábil e elaborar o competente Laudo de Avaliação.

IV – REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Da **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL**, resultará a redução do capital social da sociedade **CINDIDA**, no montante de R$ 1.232.488,00 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), correspondente à parcela do capital social que será vertida para a formação do capital social da nova sociedade, o que resultará na retirada da acionista **LÚCIA WASSERMAN KNITTEL**, , passando o capital social da **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.** a ser de R$ 12.294.129,00 (doze milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e nove reais) distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS
Pérola Wasserman	3.748.310
Isaac Daniel Wassserman	3.748.310

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PICONTINI TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, À QUAL CONFERE COM O ORIGINAL QUE DOU FÉ
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458224
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB5.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

V – ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Em decorrência desta **CISÃO PARCIAL**, o Estatuto Social da empresa **CINDIDA** sofrerá modificações no artigo do capital social, que passará a ter a seguinte redação:

"O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 12.294.129,00 (doze milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e nove reais), representado por 7.496.620 (sete milhões, quatrocentas e noventa e seis mil, seiscentas e vinte) ações ordinárias nominativas, inconversíveis em outras formas, sem valor nominal."

VI – OUTRAS CONDIÇÕES

A cisão será parcial e desproporcional, ficando desde já estabelecido que a nova empresa responsabilizar-se-á somente pelas obrigações transferidas neste instrumento, não respondendo solidariamente por quaisquer obrigações ou dívidas não expressamente previstas neste instrumento.

Aprovado o presente **PROTOCOLO DE CISÃO E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA**, ficam os representantes das sociedades autorizados a tomarem as medidas necessárias para a efetivação desta operação, promovendo o arquivamento da ata da Assembléia Geral de **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL** e constituição da nova empresa.

E assim, justos e convencionados, assinam o presente **PROTOCOLO DE CISÃO E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA**.

São Paulo, 30 de junho de 2004.

p. **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**
PÉROLA WASSERMAN

LÚCIA WASSERMAN KNITTEL

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONIN - TABELIÃ
CARLOS ALBERTO CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
São Paulo-SP 22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo
ARPEN
AUTENTICAÇÃO
1057AG458226
ASSIS CAMILO GOMES SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB5.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528 1
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

MASTER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
AV. ANGÉLICA, Nº. 1.761 – CJ. 32 – HIGIENÓPOLIS – CEP-01227-200 – SÃO PAULO/SP
TEL/FAX –3214-2668
e.mail: master@netpoint.com.br

LAUDO DE AVALIAÇÃO

MASTER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., com sede social à Av. Angélica, n.º 1.761, cj. 32, Higienópolis, na Capital do Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.208.972.811, em sessão de 31.10.89 e CNPJ n.º 61.920.591/0001-00, neste ato representada por seu ***sócio e administrador*** **MARCELO COLANERI KITASAUA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade, RG n.º 13.091.438-SSP/SP e CPF n.º 076.356.538-57, residente e domiciliado à Rua Itacolomi, n.º 576, apt.º 41, bairro Higienópolis, CEP 01239-020, na Capital do Estado de São Paulo e pelo ***perito responsável,*** **LEONARDO ZACCARIA,** brasileiro, viúvo, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.225.250/SSP-SP e CPF nº. 005.401.618-53, inscrito no CRC/SP sob nº. 1SP016169/0-4, residente e domiciliado à Av. Celso Garcia, n.º 1907, bloco 7, apt.º 54, bairro do Belém, na Capital do Estado de São Paulo, empresa especializada em perícias e avaliações nomeada pela sociedade denominada **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.,** com sede social à Rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036 na Capital do Estado de São Paulo, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.142.331, inscrita no CNPJ sob n.º 60.437.571/0001-10, com o fim específico de avaliar o patrimônio líquido da empresa, em virtude da **CISÃO PARCIAL** efetuada, tendo concluído o seu trabalho, apresentam o **LAUDO DE AVALIAÇÃO** nos seguintes termos:

I - FINALIDADE DA AVALIAÇÃO

O presente **LAUDO** tem por finalidade avaliar o patrimônio líquido da sociedade denominada **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**, que será transferido, em virtude da **CISÃO PARCIAL E DESPROPORCIONAL,** ora processada, para a constituição da empresa denominada **RELUSITA PARTICIPAÇÕES S/A**, com sede social à Rua Alagoas, n.º 676, apt.º 111, bairro Higienópolis, na Capital do Estado de São Paulo.

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PROTTI PACHECO
CARLOS DE CAMPOS SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 554
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
1057AG458226
VALE SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

II - ELEMENTOS AVALIADOS

A parcela do patrimônio da empresa **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.** vertida, por valor contábil, para a sociedade **RELUSITA PARTICIPAÇÕES S/A**, referem-se a:

I – BENS IMÓVEIS:

a) Rua Califórnia nº 693, apartamento 12, Edifício California Dream, Brooklin Novo, correspondendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 66, localizada no 3º subsolo e 37, localizada no 2º subsolo, além do depósito privativo nº 26, localizado no 3º subsolo
Contribuinte 085.128.0826-8
Matrícula mãe nº 143.203 do 15º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado na rua Califórnia, onde existem dois prédios sob nºs 693 e 705, lotes nºs 16 e 17 da quadra 126, da planta dos terrenos do Brooklin Paulista Novo, no 30º subdistrito Ibirapuera, localizado a 50,00 metros da esquina da rua Guararapes, medindo 20,00 metros de frente para a rua California, por 50,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 1.000,00 metros quadrados, confrontando de quem da rua olha para o imóvel, do lado esquerdo com o prédio nº 687 da rua Califórnia, do lado direito parte com o prédio nº 713 da rua Califórnia e parte com o prédio nº 444, atual 560 da rua Indiana e nos fundos com os prédios nºs 412 e 443 atual 524 da rua Indiana."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de permuta com reposição de 19/04/1996 lavrada no 30º Tabelionato de Notas no livro 219, às fls.208 verso
Descrição conforme incorporação: "Localizado no 1º andar do edifício, contendo a área privativa de 85,80m2, área comum de 97,51m2, área total de 183,31m2 e fração ideal de 0,0230 confrontando, na frente com a Rua California, no lado esquerdo com o apartamento final 1, do edifício California Dream, no lado direito parte com o prédio nº 713 da rua California e parte com o prédio nº 444, atual 560, da rua Indiana, e nos fundos com hall, elevador e caixa de escada"

Valor Contábil: R$ 115.445,07 (cento e quinze mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e sete centavos).

b) Rua Califórnia nº 693, apartamento 103, Edifício California Dream, Brooklin Novo, correspondendo-lhe o uso de 1 (uma) vaga dupla acessórias na garagem do edifício, de número 81, localizada no 3º subsolo, além do depósito privativo nº 30, localizado no 3º subsolo.
Contribuinte 085.128.0863-2
Matrícula mãe nº 143.203 do 15º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado na rua Califórnia, onde existem dois prédios sob nºs 693 e 705, lotes nºs 16 e 17 da quadra 126, da planta dos terrenos do Brooklin Paulista Novo, no 30º subdistrito Ibirapuera, localizado a 50,00 metros da esquina da rua Guararapes, medindo 20,00 metros de frente para a rua California, por 50,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 1.000,00 metros quadrados, confrontando de quem da rua olha para o imóvel, do lado esquerdo com o prédio nº 687 da rua Califórnia, do lado direito parte com o prédio nº 713

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
CARLOS DE CAMPOS DI SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458227

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

da rua Califórnia e parte com o prédio nº 444, atual 560 da rua Indiana e nos fundos com os prédios nºs 412 e 443 atual 524 da rua Indiana."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de permuta com reposição de 19/04/1996 lavrada no 30º Tabelionato de Notas no livro 219, às fls.208 verso
Descrição conforme incorporação: "Localizado no 10º andar do edifício, contendo a área privativa de 85,80m2, área comum de 97,51m2, área total de 183,31m2 e fração ideal de 0,0230 confrontando, na frente com hall, elevador e caixa de escada, no lado esquerdo com o prédio nº 687 da rua California, no lado direito com o apartamento final 4, do edifício California Dream e nos fundos com o prédio nº 412/443, atual 524, da Rua Indiana"

Valor Contábil: R$ 115.445,07 (cento e quinze mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e sete centavos).

c) Rua Califórnia nº 693, vaga autônoma nº 36, localizada no 2º subsolo, Edifício California Dream, Brooklin Novo,
Contribuinte 085.128.0871-3
Matrícula mãe nº 143.203 do 15º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado na rua Califórnia, onde existem dois prédios sob nºs 693 e 705, lotes nºs 16 e 17 da quadra 126, da planta dos terrenos do Brooklin Paulista Novo, no 30º subdistrito Ibirapuera, localizado a 50,00 metros da esquina da rua Guararapes, medindo 20,00 metros de frente para a rua California, por 50,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 1.000,00 metros quadrados, confrontando de quem da rua olha para o imóvel, do lado esquerdo com o prédio nº 687 da rua Califórnia, do lado direito parte com o prédio nº 713 da rua Califórnia e parte com o prédio nº 444, atual 560 da rua Indiana e nos fundos com os prédios nºs 412 e 443 atual 524 da rua Indiana."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de permuta com reposição de 19/04/1996 lavrada no 30º Tabelionato de Notas no livro 219, às fls.208 verso
Descrição conforme incorporação: "Localizada no 2º subsolo do edifício, contendo a área privativa de 9,70m2, área comum de 3,80m2, área total de 13,50m2 e fração ideal de 0,0011 confrontando, pela frente com a rua California, no lado esquerdo com a vaga nº 35, no lado direito com o espaço entre as vagas nºs 36 e 37, e nos fundos com a área de circulação"

Valor Contábil: R$ 8.502,03 (oito mil, quinhentos e dois reais e três centavos)

d) Rua Mattia Fillizolla nº 60, apartamento 31, Edifício Maison Royale, Real Parque, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 32 e 33, localizadas no 3º subsolo e vaga número 37, localizada no 2º subsolo, além do depósito privativo nº 9, localizado no 3º subsolo,
Contribuinte 300.054.0331-3
Matrícula mãe nº 139.976 do 15º Cartório de Imóveis da Capital
"Um terreno situado à Rua Mattia Filizzola, lotes 37, 38 e 39 da quadra "F" que é de forma regular, no lugar denominado Real Parque, bairro do Morumbi, no 30º subdistrito Ibirapuera, medindo 30,00 metros de frente para a Rua Mattia Filizzola, por 50,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área total de 1.500,00 metros quadrados, confrontando, de quem da rua olha o terreno, do lado direito com o lote nº 40, da quadra "F", do lado esquerdo com o lote 36 da quadra "F" e nos fundos com os lotes nºs 27 e 29 da quadra "F"e propriedade de Conde André Matarazzo."

22º TABELIÃO DE NOTAS PAULISTA CAPITAL
CARLOS DE ANDRADE RIZZO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de S.to
ASSIS CAMILO GOMES
PABLO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
AUTENTICAÇÃO
1057AG458228
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56520

4

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de venda e compra de 24/04/1986 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2240, às fls.266, escritura de venda e compra de 24/04/1986 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2240, às fls.262 e escritura de venda e compra de 20/08/1986 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2254, às fls.222

Descrição conforme incorporação: "Localizado no 3º pavimento do edifício, contendo a área real útil de 144,60m2, a área real acessória de 32,80m2, a área real comum de 122,48m2, perfazendo a área real global de 299,88m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio a fração ideal de terreno de 3,125% e confrontando-se de quem do imóvel olha para a rua, pela frente e pelo lado direito com os recuos do edifício, pelo lado esquerdo com os apartamentos final "2", halls e poço de um dos elevadores sociais, halls de serviço e caixa de escadas e pelos fundos com os apartamentos de final "3" e as áreas livres existentes entre estes apartamentos."

Valor Contábil: 159.146,65 (cento e cinqüenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

e) Avenida Brigadeiro Luis Antonio nº 2.466, Edifício Ouro Preto, Bela Vista, conjuntos 101, 102, 103 e 104, cabendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 18, 19 e 20, localizadas no 2º subsolo;

Contribuinte: 009.077.0488-3 (conjunto 101)
Matrícula 50.702 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Conjunto para escritório sob nº 101 (duplex), no 10º ou 11º andares ou 11º e 12º pavimentos do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo uma área útil coberta e descoberta de 131,95m2, uma área comum de 26,91m2, perfazendo a área total de 158,86m2, cabendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 3,906%, é de uso exclusivo e faz parte de sua área os terraços descobertos, é também de seu uso e propriedade exclusiva a área existente sobre a cobertura da casa de máquinas e caixa d'água superior, bem como a copa existente ao lado do apartamento do zelador."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.257

Contribuinte 009.077.0489-1 (conjunto 102)
Matrícula 50.703 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Conjunto para escritório sob nº 102, localizado no 10º andar ou 11º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com área útil de 41,71m2, a área comum de 15,70m2, perfazendo a área total de 57,41m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 1,412%."
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.257

Valor Contábil dos conjuntos 101 e 102: R$ 2.680,23 (dois mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos).

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
22º TABELIONATO DE NOTAS - CAPITAL
CARLOS ALBERTO BERNARDES - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDO NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 584
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458229

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56520
5
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Contribuinte 009.077.0490-5 (conjunto 103)
Matrícula 50.704 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Conjunto para escritório sob nº 103, localizado no 10º andar ou 11º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com a área útil de 41,71m2, a área comum de 15,70m2, perfazendo a área total de 57,41m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 1,412%"
Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Contribuinte 009.077.0491-3 (conjunto 104)
Matrícula 50.705 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Conjunto para escritório sob nº 104, localizado no 10º andar ou 11º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com a área útil de 41,71m2, a área comum de 15,70m2, perfazendo a área total de 57,41m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 1,412%"
Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Contribuinte 009.077.0492-1 (vaga 18)
Matrícula 50.706 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Vaga número 18, no 2º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2 e correspondendo-lhea fração ideal no terreno e demais coisas comuns do condomínio de 0,608%, vaga essa sem auxílio de manobristas"
Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Contribuinte 009.077.0493-1 (vaga 19)
Matrícula 50.707 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Vaga número 19, no 2º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2 e correspondendo-lhea fração ideal no terreno e demais coisas comuns do condomínio de 0,608%, vaga essa sem auxílio de manobristas"
Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Contribuinte 009.077.0494-8 (vaga 20)
Matrícula 50.708 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Vaga número 20, no 2º subsolo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, com 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2 e correspondendo-lhea fração ideal no terreno e demais coisas comuns do condomínio de 0,608%, vaga essa sem auxílio de manobristas"

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PEDROSO PABLOS
CARLOS DE CAMPOS SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO É PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
SÃO PAULO-SP 22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO ASSIS CAMILO GOMES
PABLO SOARES DE ANDRADE SILVA
1057AG458230 ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO

56528

6

TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Título aquisitivo (pela Magnum S/A Participações e Empreendimentos): escritura de venda e compra de 19/12/1980 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1.615, às fls.251

Valor Contábil dos conjuntos 103 e 104 e vagas 18, 19 e 20: R$ 2.744,62 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

f) 1/6 (um sexto) dos imóveis sito à Avenida Brigadeiro Luis Antonio nº 2.466, Edifício Ouro Preto, Bela Vista, conjunto 01, loja e 20 (vinte) vagas na garagem, localizadas no 1º subsolo
Contribuintes: 009.077.0450-6 (mezanino), 009.077.0451-4 (loja 1), 009.077.0495-6 (20 vagas)
Título aquisitivo: escritura de assembléia geral extraordinária para aumento de capital social de 13/06/1995, lavrada no 16º Tabelionato de Notas no livro 2017, às fls.07

Matrícula 50.714 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"O conjunto nº 01, localizado no andar térreo ou 1º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo uma área útil coberta de 64,24m2, uma área útil descoberta de 125,84m2, perfazendo uma área total de 190,08m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 4,673%, correspondendo-lhe, ainda as áreas externas no fundo e partes das laterais

Matrícula 50.715 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma loja com mezzanino localizada no andar térreo ou 1º pavimento do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo uma área útil coberta de 189,73m2, uma área útil descoberta de 250,14m2, perfazendo uma área total de 439,87m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio uma fração ideal de 10,817%. A área do mezzanino é de uso exclusivo e privativa da loja, correspondendo-lhe, ainda as áreas externas de frente e parte das laterais

Matrícula 50.716 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.717 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.718 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1º sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17º

9º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PEDROSO PAES CAPITAL
CARLOS DE CAMPOS SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458231
ASSIS CAMILO GOMES
PAULO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
7
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.719 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.720 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.721 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.722 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.723 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.724 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.725 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra,

ANA PAULA PRONTIM PASCHOAL
CARLOS DE CAMPOS SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458232
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
8
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.726 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.727 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.728 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.729 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.730 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.731 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.732 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra,

ANA PAULA PRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
2 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458233
EMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
SUBSTITUTOS
SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.733 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.734 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Matrícula 50.735 do 4º Cartório de Imóveis da Capital
"Uma vaga para a guarda de automóvel, indeterminada e não localizada no 1° sub-solo do Edifício Ouro Preto, situado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2.466, no 17° subdistrito Bela Vista, contendo 11,96m2 de área útil, 12,76m2 de área de manobra, perfazendo uma área total de 24,72m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns de condomínio uma fração ideal de 0,608%"

Valor Contábil: R$ 163.881,51 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinqüenta e um centavos).

g) Rua Alagoas nº 676, apartamento 111, Edifício Maison Verte, Higienópolis, cabendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas nas garagens do edifício, de número 12 e 13, sendo a vaga 13 dupla, localizadas no 1º subsolo.
Contribuinte 011.114.0149-7
Matrícula mãe nº 61.989 do 5º Cartório de Imóveis da Capital

"Um prédio de dois pavimentos, situado à Rua Alagoas 676, antigo 44, no 7° subdistrito-Consolação, medindo o terreno em sua integridade 15,00m de frente para a citada rua Alagoas, por 47,50m da frente aos fundos confinando de um lado, com Manoel Lopes Leal, de outro lado e nos fundos, com GermaineLucie Burchard ou sucessores, atualmente confronta do lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o prédio nº 634, do lado esquerdo, com o prédio nº 698, ambos da rua Alagoas e, nos fundos, com os prédios nºs 53, 55 e 63 da Praça Villaboim"
Título aquisitivo: pela escritura de venda e compra de 11/11/92 lavrada no 22º Tabelionato de Notas no livro 2726, fls.078
Descrição conforme incorporação: "apartamento nº 111, localizado no 11° andar do edifício, conterá a área real útil de 385,92m2, a área real acessória de garagem de 30,00m2, a área real comum de 216,77m2, perfazendo a área real global de 632,69m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio a fração ideal de 11,40%".

Valor Contábil: R$ 563.918,21 (quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e dezoito reais e vinte e um centavos

ANA PAULA PECORILLI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERI COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
S. PAULO-SP 22 MAIO 2012
ASSIS CAMILO GOMES
FABIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de S. Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458234

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

h) 1/3 (um terço) do edifício sito à Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036, Vila Clementino;
Contribuinte 042.017.0004-6
Matrícula nº 48033 do 14º Cartório de Imóveis da Capital.
"Um terreno situado entre os números 1010 e 1040, constituído pelo perímetro A-B-C-D-A, de formato praticamente regular, de aproximadamente 879,31m2, que assim se descreve e confronta para quem de dentro da área olha para a Rua Dr. Diogo de Faria: frente – linha A-B medindo mais ou menos 14,57m, confrontando com o leito da Rua Dr. Diogo de Faria, seguindo seu alinhamento, do lado direito: - linha B-C, mede mais ou menos 60,46m, confrontando com o imóvel de nº 1.040 da Rua Dr. Diogo de Faria, do lado esquerdo: - linha reta A-D, medindo mais ou menos 60,11m, confrontando com o imóvel nº 1.016 da Rua Dr. Diogo de Faria, de propriedade de quem de direito, atualmente confrontando com o imóvel nº 1.016 da Rua Dr. Diogo de Faria e os imóveis de números 72, 78, 84, 90, 96, 102 e 108 da Rua Leandro Dupré, fundos: - linha reta C-D, medindo mais ou menos 14,77m, confrontando com propriedade de quem de direito, atualmente confrontando com o imóvel de número 711, situado na Rua Estado de Israel, de propriedade da transmitente"
Título aquisitivo (pela Construtora Wasserman S/A): escritura de venda e compra de 06/11/1981 lavrada no 4º Tabelionato de Notas no livro 1675, às fls.45

Valor Contábil: R$ 2.765.909,09 (dois milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e nove reais e nove centavos).

VALOR TOTAL DOS BENS IMÓVEIS: R$ 3.897.672,48 (TRÊS MILHÕES, OITOCENTOS E NOVENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

II – PARTE DA CONTA DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO: ***R$ 2.665.183,85 (dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).***

III – CAPITAL SOCIAL – R$ 1.232.488,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

CANCELADO

III - CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO

O critério usado para a avaliação foi o valor contábil dos bens, mediante o exame minucioso do patrimônio da sociedade cindida, demonstrações contábeis, capital social e balanço patrimonial levantado em 30.06.2004. Os bens, direitos e obrigações descritos no item II acima serão vertidos da sociedade cindida para a sociedade **RELUSITA PARTICIPAÇÕES S/A**, com sede social à Rua Alagoas, n.º 676, apt.º 111, bairro

ANA PAULA FRONTINI FABIANO
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
22 MAIO 2012
Colégio Notarial do Brasil Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458235
ABEL CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CAPITAL SÃO PAULO
56528
TÍTULO PARA EXAME E CÁLCULO

Higienópolis, na Capital do Estado de São Paulo, obedecendo-se os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

IV - CONCLUSÃO

O **PERITO RESPONSÁVEL** examinou cuidadosamente o patrimônio acima e concluiu que o acervo líquido contábil nesta data que corresponde ao valor total da parcela cindida é de **R$ 3.897.672,48 (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos).**

São Paulo, 30 de junho de 2004.

p. ***MASTER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.***

MARCELO COLANERI KITASAUA - administrador

LEONARDO ZACCARIA - PERITO RESPONSÁVEL

22º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ANA PAULA PRONTINI - TABELIÃ
CARLOS DE CAMPOS - SUBSTITUTO
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA, EXTRAÍDA NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FÉ.
AV. BRASIL Nº 564
SÃO PAULO - SP 22 MAIO 2012
VALOR POR AUTENTICAÇÃO R$ 2,35
ASSIS CAMILO GOMES
FÁBIO SOARES DE ANDRADE SILVA
ESCREVENTES AUTORIZADOS
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
1057AG458236

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EB9.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO PARA RETIRADA DE ACIONISTA DE SOCIEDADES

Pelo presente instrumento particular entre as partes, a saber:

De um lado,

1) **Lucia Wasserman Knittel**, brasileira, casada, do lar, portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.527.777-SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 136.830.348-07, doravante denominada simplesmente "Lucia" e, na qualidade de assistente, seu marido **Simon Knittel**, brasileiro, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.520.572, inscrito no CPF/MF sob nº 060.227.818-09, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alagoas nº 676, apartamento 111, Higienópolis;

de outro lado,

2) **Construtora Wasserman S/A**, empresa regularmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.437.571/0001-10, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036, com seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 374.978 em 24 de agosto de 1.965 e última alteração arquivada sob nº 92.408/95-3 em 13 de junho de 1.995, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por **Pérola Wasserman**, brasileira, empresária, divorciada, portadora da Carteira de Identidade RG nº11.622.783-7 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 107.016.268-01, doravante designada individualmente como "Construtora" e conjuntamente com a sociedade qualificada no item 3 abaixo, como "Sociedades".

3) **Magnum S/A Participações e Empreendimentos**, empresa regularmente constituída, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.812.328/0001-10, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036, com seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 252.133 em 26 de maio de 1.964 e última alteração arquivada sob nº 730597/78 em 12 de dezembro de 1.978, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por **Pérola Wasserman**, brasileira, empresária, divorciada, portadora da Carteira de Identidade RG nº11.622.783-7 SSP-SP, inscrita no

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

CPF/MF sob nº 107.016.268-01, doravante designada individualmente como "Magnum" e conjuntamente com a sociedade qualificada no item 2 acima, como "Sociedades".

e, como Intervenientes anuentes,

4) Pérola Wasserman, acima qualificada e Isaac Daniel Wasserman, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 19.555.992 e inscrito no CPF/MF sob nº 131.938.178-21, e sua esposa, na qualidade de assistente, Tânia Wasserman, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o no. 146.244.

CONSIDERANDO que Lucia é detentora de 2.960.038 ações ordinárias nominativas da Wasserman e 2.475.000 ações ordinárias nominativas da Magnum e que as partes desejam, acordar as condições para a retirada de Lucia das Sociedades;

Resolvem as partes celebrar o presente Instrumento Particular de Acordo para a retirada da Lucia das Sociedades, nos termos e condições abaixo ajustados.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO ACORDO E BENS QUE REPRESENTARÃO O PAGAMENTO

1.1. O objeto é a retirada da acionista Lúcia de ambas as empresas, o que se operará mediante a implementação das operações societárias descritas abaixo.

1.2. Os bens que serão entregues à dissidente, no estado em que se encontram, como forma de pagamento e mediante a implementação das operações societárias abaixo descritas são os seguintes:

a) Rua Raul Pompéia nº 905, apartamento 13, Edifício Opus D'Art, Pompéia, correspondendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 161 e 162, localizadas no 1º subsolo, além do depósito privativo nº 50, localizado no 1º subsolo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

b) Rua Raul Pompéia nº 905, apartamento 124, Edifício Opus D'Art, Pompéia, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 87, 107 e 108, localizadas no 2º subsolo, além do depósito privativo nº 31, localizado no 2º subsolo

c) Rua Califórnia nº 693, apartamento 12, Edifício California Dream, Brooklin Novo, correspondendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 66, localizada no 3º subsolo e 37, localizada no 2º subsolo, além do depósito privativo nº 26, localizado no 3º subsolo

d) Rua Califórnia nº 693, apartamento 83, Edifício California Dream, Brooklin Novo, correspondendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 76 e 77, localizadas no 3º subsolo, além do depósito privativo nº 20, localizado no 3º subsolo

e) Rua Califórnia nº 693, apartamento 103, Edifício California Dream, Brooklin Novo, correspondendo-lhe o uso de 1 (uma) vaga dupla acessórias na garagem do edifício, de número 81, localizada no 3º subsolo, além do depósito privativo nº 30, localizado no 3º subsolo

f) Rua Califórnia nº 693, vaga autônoma nº 35, localizada no 2º subsolo, Edifício California Dream, Brooklin Novo,

g) Rua Califórnia nº 693, vaga autônoma nº 36, localizada no 2º subsolo, Edifício California Dream, Brooklin Novo,

h) Rua Mattia Fillizolla nº 60, apartamento 31, Edifício Maison Royale, Real Parque, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 32 e 33, localizadas no 3º subsolo e vaga número 37, localizada no 2º subsolo, além do depósito privativo nº 9, localizado no 3º subsolo,

i) Rua Mattia Fillizolla nº 60, apartamento 82, Edifício Maison Royale, Real Parque, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 89, 90 e 91, localizadas no 1º subsolo, além do depósito privativo nº 28, localizado no 1º subsolo

j) Rua Doutor Clóvis de Oliveira nº 353, apartamento de cobertura nº 164, Edifício Tocantins, Caxingui, correspondendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, localizadas no 1º subsolo,

k) 1/3 (um terço) do edifício sito à Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036, Vila Clementino;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

l) Avenida Brigadeiro Luis Antonio nº 2.466, Edifício Ouro Preto, Bela Vista, conjuntos 101, 102, 103 e 104, cabendo-lhe o uso de 3 (três) vagas acessórias na garagem do edifício, de números 18, 19 e 20, localizadas no 2º subsolo;

m) 1/6 (um sexto) dos imóveis sito à Avenida Brigadeiro Luis Antonio nº 2.466, Edifício Ouro Preto, Bela Vista, conjunto 01, loja e 20 (vinte) vagas na garagem, localizadas no 1º subsolo;

n) Rua Alagoas nº 676, apartamento 111, Edifício Maison Verte, Higienópolis, cabendo-lhe o uso de 2 (duas) vagas nas garagens do edifício, de número 12 e 13, sendo a vaga 13 dupla, localizadas no 1º subsolo.

1.3. Como parte integrante deste acordo (Anexo I), segue planilha contendo os imóveis, os valores das despesas com IPTU e condomínio, os valores contábeis para cada imóvel, os valores de venda (de mercado) e, ainda, os valores venais constantes dos IPTU´s com os respectivos valores de ITBI.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DO ACORDO

2.1. Para a retirada da Lucia das sociedades, decidiram as partes, por mútuo acordo, implementar as operações societárias a seguir descritas, as quais culminarão na retirada da Lucia e entrega dos bens descritos na cláusula 1.2 acima:

2.1.1. ATOS PREPARATÓRIOS: (i) as partes deliberaram, por mútuo acordo, proceder à reavaliação do imóvel da sede atual da Wasserman, situado na Rua Dr. Diogo de Faria, nº 1036, Vila Clementino, reavaliação esta devidamente amparada em Laudo de Avaliação e com a contabilização da correspondente conta de reserva de reavaliação, conforme determina a legislação em vigor; (ii) também deliberaram as partes, como ato preparatório para a retirada da Lúcia e de reorganização societária das empresas, procederem à incorporação da Magnum, pela Wasserman, o que ocorrerá na mesma data em que as partes formalizarão, societariamente, a retirada da Lúcia, ora contratada, qual seja, dia 30.06.2004.

2.1.2. ATOS SOCIETÁRIOS QUE FORMALIZARÃO A RETIRADA DA LUCIA: (i) as partes formalizarão no dia 30.06.2004 uma redução de capital da Wasserman, por valor contábil, com pagamento em bens, no exato valor registrado na contabilidade da empresa. O pagamento em bens ora acordado, far-se-á pela entrega dos imóveis descritos na cláusula 1.2,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

alíneas "a", "b", "d", "f", "i" e "j" acima; (ii) na mesma data, 30.06,2004, as partes formalizarão a cisão parcial e desproporcional da Wasserman, a fim de verter para uma nova sociedade da qual participará a acionista retirante, Lúcia, os imóveis descritos na cláusula 1.2, alíneas "c", "e", "g", "h", "k", "l", "m" e "n", registrados no ativo da Wasserman, 1/3 da conta de reserva de reavaliação, registrada no Patrimônio Líquido da Wasserman em razão da reavaliação do imóvel descrito na cláusula 1.2, alínea "k", e, finalmente, uma parcela da conta capital, também registrada no Patrimônio Líquido da Wasserman; e (iii) por fim, os acionistas remanescentes na Wasserman, após a cisão, deliberarão a capitalização da conta de reserva de reavaliação, registrada no Patrimônio Líquido e decorrente da reavaliação do imóvel descrito na cláusula 1.2, alínea "k", o que deverá ocorrer também na nova sociedade da Lucia, até 30.10.2004.

2.2. As partes comprometem-se de maneira irrevogável e irretratável a formalizarem todos os atos descritos nas cláusulas 2.1.1. e 2.1.2. acima, a fim de dar integral cumprimento ao acordado neste ato, inclusive os livros societários, atas, livros de transferência de ações, livros de presença e ata realizada em 30.04.2003.

2.3. Caberá exclusivamente à Lucia o pagamento das despesas com a lavratura das escrituras definitivas dos imóveis, emolumentos do Cartório de Notas e de registro perante o Cartório Imobiliário competente, além do imposto de transmissão *inter vivos* devidos (ITBI), os quais serão por esta pagos em razão da redução de capital prevista na cláusula 2.1.2, (i).

2.4. A partir do dia 30.06.2004, Lucia será a única responsável pelo pagamento de quaisquer impostos e encargos incidentes sobre todos os imóveis, especialmente, IPTU, taxas condominiais e taxa de lixo, bem como quaisquer outros que forem criados. As Empresas permanecem responsáveis pelos impostos e encargos incidentes sobre todos os imóveis relativos ao período anterior à data de 30.06.2004, ainda que lançados ou cobrados posteriormente à sua assinatura.

2.5. As Empresas deverão ter todos os imóveis descritos na cláusula 1.2. acima, objeto do presente contrato livres e desembaraçados de quaisquer ônus até o dia 30.06.2004 e não poderão, em qualquer hipótese, dispor de tais bens que não para os fins ora contratados.

2.5.1. Os bens descritos na cláusula 1.2., alínea, "l" estão penhorados, conforme informações descritas no Anexo 2 ao presente contrato. As Empresas protocolaram petição

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

solicitando substituição de penhora (Anexo 2) e a Lucia concorda em aguardar o prazo de 12 (doze) meses, a contar da presente data, para que a substituição da penhora se concretize. Caso a penhora ora referida, pré-existente ao presente acordo, não seja substituída no prazo ora estabelecido, então à Lucia ou à nova empresa da Lucia, caberá o recebimento do correspondente valor de venda, em dinheiro, conforme consta do Anexo 1 ao presente, com a correspondente transferência do referido bem para a Wasserman.

2.5.2. Com exceção do previsto na cláusula 2.5.1., acima, caso as Empresas disponham dos bens descritos na cláusula 1.2. ou caso sofram os mesmos ônus, restrições ou constrições judiciais, a contar desta data, então à Lucia caberá o recebimento do correspondente valor de venda, em dinheiro, conforme consta do Anexo 1 ao presente.

2.6. Os imóveis tidos em condomínio poderão ser vendidos ou alugados mediante votação da maioria, desde que dentro dos valores mínimos fixados abaixo. Para venda ou locação por valores inferiores aos mínimos ora estabelecidos, será necessária a expressa concordância de todos os condôminos. Cada parte receberá os proveitos da venda ou os valores locatícios e pagará as despesas e impostos eventualmente incorridos com a venda, proporcionalmente à sua propriedade.

IMÓVEL	**VALOR MÍNIMO PARA VENDA**	**VALOR MÍNIMO PARA LOCAÇÃO**
Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036, Vila Clementino	**R$ 7.500.000,00***	0,5% sobre o valor mínimo de venda
Avenida Brigadeiro Luis Antonio nº 2.466, Edifício Ouro Preto, Bela Vista, conjunto 01, loja e 20 (vinte) vagas na garagem, localizadas no 1º subsolo	**R$ 550.000,00***	**R$ 7.500,00** e ***

*Os valores ora estabelecidos deverão ser reajustados anualmente pelo IGP-M.
**Esse valor corresponde ao valor total da locação, sendo certo que à Wasserman cabe hoje ½ do valor total da locação e que à Lucia, com o condomínio ora acordado caberá 1/3 da ½ do valor total da locação. Wasserman. Os imóveis poderão ser alugados separadamente.
*** Esse valor deve ser atualizado com o mesmo índice adotado no contrato de locação hoje em vigor e desde de que assim acordado e aceito pelo atual inquilino.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

2.6.1. Os imóveis mantidos em regime de condomínio são gravados com a cláusula de impenhorabilidade. Fica vedado a qualquer das partes, individualmente consideradas, promover qualquer procedimento, judicial ou não, para dissolver este condomínio, sob pena de pagamento aos demais de multa no valor de 1/3 (um terço) sobre o valor de mercado do bem.

2.7. É vedada a cessão, onerosa ou gratuita, total ou parcial, dos bens mantidos em condomínio e é vedado o uso destes bens por Lucia e pelas Empresas e seus sócios remanescentes. O imóvel sito à Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036, caso seja nova e futuramente ocupado pelas Empresas, pagarão as mesmas à Lucia, a título de aluguel, 1/3 (um terço) sobre o valor de mercado de aluguel do imóvel, observado sempre o valor mínimo estabelecido na cláusula 2.8 acima, pelo período em que o imóvel permanecer ocupado, isentando-a, neste período, das despesas de manutenção do edifício encargos e impostos sobre ele incidentes.

2.8. Tendo em vista que o conteúdo de todas as informações e documentos porventura levados a conhecimento de Lucia dizem respeito à esfera de direitos disponíveis das partes e a todo o relacionamento havido anteriormente a esta data, entre Lucia, as Empresas e pessoa de seus sócios, fica estipulado que o conteúdo do presente instrumento, bem como de todos os documentos, fatos e informações obtidos desde o início do relacionamento entre as partes, quer no âmbito familiar, quer na esfera comercial, são revestidos do mais absoluto sigilo e confidencialidade. Qualquer prejuízo causado às Empresas e/ou aos sócios remanescentes pelo desrespeito à cláusula de sigilo poderá ser objeto dos competentes pleitos indenizatórios.

2.9. Os imóveis situados no Edifício Opus D'Art ainda se encontram em fase de obras e estão hipotecados ao Banco Bradesco como garantia do pagamento de financiamento de produção obtido pela Wasserman. Caso Lucia venda algum dos imóveis e necessite outorgar a escritura imediatamente após o registro do Certificado de Conclusão de Obras ("Habite-se"), comunicará a venda, de imediato, à Wasserman e concederá, a partir da comunicação, o prazo de 90 (noventa) dias para a liberação da referida hipoteca.

2.10. Quanto ao imóvel situado no Edifício Maison Verte, qualquer eventual irregularidade da construção do 2º pavimento do apartamento de cobertura correrá por conta exclusiva e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

responsabilidade única de Lucia, especialmente em caso de alienação a terceiros ou fiscalização pela Municipalidade.

2.11. A loja situada no Edifício Ouro Preto está atualmente alugada, sendo que cabe à nova empresa da Lucia (a ser criada em razão da cisão descrita na cláusula 2.1.2., (ii)) 1/6 do valor locatício pago pelo inquilino enquanto perdurar a relação locatícia. O valor total do aluguel é de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo que cabe à Magnum o valor de R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinqüenta reais), ou seja, ½ do valor total do aluguel. Lucia autoriza a Wasserman, na qualidade de incorporadora da Magnum e sucessora universal de seus direitos e obrigações, a continuar recebendo os valores dos alugueres e fazendo o repasse da parte que lhe cabe.

2.11.1 Terminada a relação e desde que não seja possível o recebimento espontâneo e imediato das despesas de eventuais ocupantes do imóvel (na hipótese de não desocupação do mesmo), então a nova empresa da Lucia passará a concorrer com 1/6 (um sexto) das despesas de manutenção, impostos e encargos que recaem sobre o imóvel. Uma vez recebidos, judicial ou extrajudicialmente, valores de despesas e/ou aluguéis em atraso, Lucia fará jus ao recebimento da parte correspondente à sua parcela de propriedade.

2.11.2 Os valores de alugueres atualmente recebidos serão pagos à nova empresa da Lucia, descontando-se a CPMF de sua parte, mediante depósito a ser realizado diretamente em conta corrente de sua titularidade, a ser informada por escrito, servindo o comprovante de depósito como recibo. Caso vença o primeiro aluguel a ser depositado na conta da nova empresa da Lucia e caso a mesma não possua, ainda, CNPJ e conta bancária, por estar em fase de constituição, então a Lucia, na qualidade de representante legal da empresa em constituição, receberá, pessoalmente ou através de procurador, os pagamentos diretamente na Wasserman, contra a entrega do correspondente recibo.

2.11.3 Caso haja necessidade de qualquer medida judicial contra o inquilino, a nova empresa da Lucia arcará com valor proporcional à sua participação.

2.12. As despesas de IPTU, taxas condominiais e taxa de lixo dos imóveis consistentes no conjunto 01 e 20 vagas na garagem do Edifício Ouro Preto serão pagas pela nova empresa da Lucia na proporção de sua propriedade, portanto, concorrendo com 1/6 (um sexto) dos valores. Os pagamentos deverão ser realizados em cheque ou dinheiro, sendo a nova empresa da Lucia obrigada a enviá-los à sede da Wasserman com antecedência mínima de 48

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

(quarenta e oito) horas do vencimento. Os valores devidos são comunicados neste ato, Anexo 3 ao presente contrato, havendo nova comunicação apenas em caso de majoração ou redução dos valores. Assim, Lucia declara ter conhecimento dos valores que deverão ser mensalmente disponibilizados às Empresas.

2.13. Caso os pagamentos não sejam realizados na data estabelecida, está autorizada a imediata execução das importâncias, incidindo, sobre os valores em aberto, multa de 20% (vinte por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, além das despesas e custas processuais e honorários advocatícios.

2.14. O apartamento de cobertura do Edifício Tocantins será vendido pela Lucia, após a redução de capital da Wasserman, pela importância de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) que serão pagos pelo comprador da seguinte forma: parte do preço, R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), no apartamento 21 do mesmo edifício e R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) em dinheiro, mediante obtenção de autorização de uso do dinheiro depositado na conta de FGTS. Lucia terá a prerrogativa de insistir em concluir a venda ora referida, pelo valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

2.15. Uma vez realizada a venda do apartamento de cobertura referido na cláusula 2.14. acima , Lucia pagará a comissão do corretor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais) à Wasserman pela revisão de entrega do apartamento ao comprador.

2.16. Caso não se concretize a venda acima referida, Lucia permanecerá como proprietária do imóvel de cobertura, apartamento 164, não sendo imputada qualquer penalidade à Wasserman, declarando-se sua ausência absoluta de responsabilidade sobre o evento.

2.17. O imóvel situado na Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036 será ocupado temporariamente pela Wasserman que poderá lá permanecer pelo tempo necessário à reforma e mudança para sua nova sede. Em razão desta ocupação e somente pelo tempo que ela perdurar, a Wasserman pagará à nova empresa da Lucia a importância mensal de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a título de locação, devendo ser pago todo dia 5 (cinco) do mês subseqüente ao vencido. Para os efeitos da cobrança de aluguel ora acordada, inicia-se a locação no dia 01.07.2004.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

2.18. Quando a Wasserman desocupar o imóvel situado na Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036, passará a nova empresa da Lucia a ser responsável pelo pagamento de 1/3 (um terço) das despesas com manutenção e impostos incidentes sobre o bem, especialmente IPTU, manutenção de elevador, luz, gás, água, material de limpeza e segurança/zeladoria, cujos valores serão oportunamente comunicados à Lucia. Da mesma forma que os demais pagamentos, estes deverão ser realizados em cheque ou dinheiro, sendo Lucia obrigada a enviá-los à sede da Wasserman com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do vencimento. .

2.19. Caso os pagamentos não sejam realizados na data estabelecida, está autorizada a imediata execução das importâncias, incidindo, sobre os valores em aberto, multa de 20% (vinte por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, além das despesas e custas processuais e honorários advocatícios.

2.20. O imóvel situado na Rua Doutor Diogo de Faria nº 1.036 será exposto à locação de terceiros imediatamente. Caso alugado no período em que a Wasserman se dispôs a ocupá-lo, esta fará a desocupação imediata e, tão logo o novo inquilino assuma a posse sobre o imóvel com o recebimento das chaves, cessará sua obrigação de pagamento de aluguel à nova empresa da Lucia, que passará a receber 1/3 (um terço) dos valores pagos pelo novo inquilino.

2.21. Lucia deverá, a partir da data da assinatura desta escritura, realizar o pagamento de 1/3 das despesas com locação, taxas condominiais, IPTU e taxa de lixo do imóvel sito à Rua Maranhão nº 227, apartamento 82, Edifício Itajaí, Higienópolis, ou outro imóvel que vier a substituí-lo para a mesma finalidade. Referido pagamento deverá ser realizado em cheque ou dinheiro, sendo Lucia obrigada a enviá-los à sede da Wasserman com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do vencimento. Os valores devidos são comunicados neste ato, Anexo 3 ao presente contrato, havendo nova comunicação apenas em caso de majoração ou redução dos valores. Assim, Lucia declara ter conhecimento dos valores que deverão ser mensalmente disponibilizados à Wasserman.

2.22. Caso os pagamentos não sejam realizados na data estabelecida, está autorizada a imediata execução das importâncias, incidindo, sobre os valores em aberto, multa de 20% (vinte por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, além das despesas e custas processuais e honorários advocatícios.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

2.23. Lucia autoriza a Wasserman, enquanto perdurar sua relação locatícia, a descontar os valores referidos na cláusula 2.21. acima, do aluguel de R$ 12.000,00 (doze mil reais) pago mensalmente, transferindo-lhe somente o valor líquido por depósito a ser realizado diretamente em conta corrente de titularidade da nova empresa da Lucia, a ser informada por escrito, servindo o comprovante de depósito como recibo. Caso vença o primeiro aluguel a ser depositado na conta da nova empresa da Lucia e caso a mesma não possua, ainda, CNPJ e conta bancária, por estar em fase de constituição, então a Lucia, na qualidade de representante legal da empresa em constituição, receberá, pessoalmente ou através de procurador, os pagamentos diretamente na Wasserman, contra a entrega do correspondente recibo.

2.23.1. Tendo em vista que as despesas de condomínio do imóvel referido na cláusula 2.21. vencem todo dia 25 (vinte e cinco), excepcionalmente em 05.08.2004, serão descontados pela Wasserman os condomínios referentes ao mês de Julho e Agosto, vencidos respectivamente, em 25.06.2004 e 25.07.2004.

2.24. A propriedade denominada "Sitio do Capitão", será desocupada, pela Lucia, de seus objetos pessoais e mobiliário por ela adquirido, no prazo de 15 (quinze) dias pelo que dão as demais partes no presente contrato, quitação plena, geral, irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Após a assinatura deste contrato, Lucia não poderá mais fazer uso do nome das Empresas em seu benefício, nem tampouco contrair dívidas em seu nome, gerando ônus e obrigações em desfavor das Empresas e de seus sócios remanescentes.

3.1.1. Desde que concretizada a retirada da Lucia das Empresas, outorgam as mesmas neste ato, bem como os intervenientes anuentes, total quitação à Lucia, não podendo ser a ela atribuída qualquer responsabilidade, seja de que natureza for, por atos, contratos, administração, recolhimento de impostos, encargos trabalhistas e previdenciários ou atividades desenvolvidas pelas Empresas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

3.1.2. Desde que concretizada a retirada da Lucia das Empresas, outorgam Lucia e seu cônjuge, que assina o presente contrato na qualidade de assistente, neste ato quitação às Empresas e aos seus acionistas.

3.2. As Empresas realizarão as comunicações às administradoras dos condomínios da posse dos imóveis, solicitando que os boletos e comunicações sejam enviados diretamente para o endereço residencial da Lucia e não mais à sede das Empresas. Lucia enviará as cartas aos zeladores de cada edifício, bem como ficará responsável pela verificação da correta implementação das alterações ora referidas. Lucia deverá, também, providenciar a alteração dos endereços nos carnês de IPTU dos próximos exercícios.

3.3. As partes declaram, neste ato que nada mais terão a haver ou reclamar mutuamente, seja a que título for e a qualquer tempo, outorgando-se, por isso, a mais plena, geral, absoluta plena e irrevogável quitação.

3.4. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, sendo eficaz entre as partes, seus herdeiros e sucessores.

3.5. Os direitos e obrigações deste contrato não poderão ser cedidos sem expresso consentimento por escrito das partes.

3.6 Ainda que qualquer cláusula ou disposição do presente contrato seja considerada nula ou ineficaz, esse fato não invalidará as demais cláusulas, nem o contrato que continuará plenamente em vigor, obrigando as partes e seus sucessores.

3.7. A falha, omissão ou atraso de qualquer das partes para exercerem seus direitos outorgados por este instrumento não poderão ser interpretados como renúncia, perdão ou novação das disposições aqui estabelecidas.

3.8. Qualquer alteração ao presente contrato só será válida se feita por escrito e assinada pelas partes contratantes.

3.9. O presente contrato é firmado entre as partes com natureza jurídica de Transação preventiva de litígio, conforme artigos 840 e seguintes do Código Civil.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, assinam este contrato em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo para todos os fins de direito.

São Paulo, 30 de Junho de 2004.

P._____
Construtora Wasserman S/A
Pérola Wasserman

P._____
Magnum S/A Participações e Empreendimentos
Pérola Wasserman

_____
Lucia Wasserman Knittel

_____
Simon Knittel

Intervenientes Anuentes:

_____
Pérola Wasserman

_____
Isaac Daniel Wasserman
Tânia Wasserman

Testemunhas:

1._____
R.G.: 9.784.924-SSP/SP
CPF: 845.785.998-68

2._____
R.G.: 2.[illegible]
CPF: 044.241.078-68

(Estas assinaturas pertencem ao Instrumento Particular de Acordo para Retirada de Acionista de Empresas, celebrado entre Lucia Wasserman Knittel, Construtora Wasserman S/A e Magnum S/A Participações e Empreendimentos, em 30.06.2004)

F:\PESSOA FISICA\LUCIA KNITTEL\SOCIETÁRIO\Documentos\Acordo30.junho.2004.rtf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

ANEXO 1

DOS IMÓVEIS QUE SERÃO TRANSFERIDOS PARA LUCIA WASSERMAN KNITTEL E PARA A NOVA EMPRESA DA LUCIA

IMÓVEL	QUANTIDADE DE UNIDADES	DESPESAS APROXIMADAS CONDOMÍNIO IPTU – Em R$	VALOR CONTÁBIL (centavos desprezados)
Ed. Califórnia Dream	Apartamento 12 (1º. Andar – frente) com 2 vagas	Cond. – 500 IPTU – 126,93	115.445,00
Ed. Califórnia Dream	Apartamento 103 (10º. Andar – fundo) com 2 vagas	Cond. – 500 IPTU – 126,93	115.445,00
Ed. Califórnia Dream	Apartamento 83 (fundo) com 2 vagas	Cond. – 500 IPTU – 126,93	115.445,00
Ed. Califórnia Dream	Duas vagas adicionais de garagem	Cond. – 47,82 IPTU – 52,16	17.004,00
Ed. Tocantins	Cobertura nº 164/ fundo Vagas – 3	Cond. – 1142,87 IPTU – 317,22	179.320,41
Ed. Mason Royale	Apartamento 31 Vagas – 3	Cond. – 901,63* IPTU – 225,21	159.146,00
Ed. Mason Royale	Apartamento 82/frente Vagas – 3	Cond. – 901,63* IPTU – 225,21	159.146,00
Ed. Opus D´Art	Apartamento 13, 1º. Andar/ fundos Vagas – duas	Cond./IPTU – ainda não tem	219.924,00
Ed. Opus D´Art	Apartamento 124, 12º. Andar/ fundos Vagas – três	Cond./IPTU – ainda não tem	234.461,00
Prédio da Sede	1/3 de Todo o imóvel	Cond. - Não tem IPTU – 908,00	100.725,24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

Ed. Ouro Preto	Conjunto 101 – 10º.andar, sem vaga de garagem	Cond. - 638,01 IPTU – 142,87	--------***1**
Ed. Ouro Preto	Conjunto 102 - 10º. Andar, sem vaga de garagem	Cond. – 321,42 IPTU – 48,74	2.680,23
Ed. Ouro Preto	Conjunto 103 - 10º. Andar, com uma vaga de garagem	Cond. – 321,42 IPTU – 48,74***3**	--------***2**
Ed. Ouro Preto	Conjunto 104 - 10º. Andar, com duas vagas de garagem	Cond. – 321,42 IPTU – 48,74 Cond.-237,20***3** IPTU- 21,05***3**	2.744,62
Ed. Ouro Preto	1/3 dos 50% de vinte vagas de garagem	Cond. – 1106,00 IPTU – 529,00	--------***4**
Ed. Ouro Preto	1/3 dos 50% do Mezanino Vagas – não tem	Cond. – não tem IPTU – 173,88	--------***4**
Ed. Ouro Preto	1/3 dos 50% da Loja Vagas – não tem	Cond. – não tem IPTU é de 6.800/ano	163.881,00
Ed. Mason Verte	Um apartamento de cobertura	Cond. – 1.865,69 IPTU – 877,37	563.918,00

* O valor real do condomínio é R$ 756,00 e o acréscimo é um fundo de obras e vai se prolongar por mais alguns meses.

***1** – O valor contábil dos conjuntos 101 e 102 estão somados e expressados no conjunto 102.

***2** – O valor contábil dos conjuntos 103 e 104, bem como das três vagas de garagem estão somados e expressados no conjunto 104.

***3** – As despesas foram somadas para as três vagas e estão expressadas no conjunto 104: Cond. R$ 237,20 e IPTU – R$ 21,05

***4** – O valor contábil correspondente ao 1/3 dos 50% do Mezanino e das vagas estão somados e representados na loja.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

ANEXO 2

CONFORME PETIÇÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

ANEXO 3

Relação de Despesas Mensais atribuíveis à Lucia

1 – Edifício Itajaí – 1/3 do Total

Condomínio – R$ 330,00 (trezentos e trinta reais)
Aluguel – R$ 424,00 (quatrocentos e vinte e quatro reais)
IPTU – R$ 36,55 (trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)
Taxa de Lixo – R$ 6,67 (seis reais e sessenta e sete centavos)
Total – R$ 797,22 (setecentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos)

2 – Edifício Ouro Preto – 1/6 do Total

2.1. Conjunto 1

Condomínio – não tem
IPTU – R$ 28,98 (vinte e oito reais e noventa e oito centavos)
Taxa de Lixo – R$ 3,33 (três reais e trinta e três centavos)
Total – R$ 32,31 (trinta e dois reais e trinta e um centavos)

2.2. Loja

Condomínio – não tem
IPTU – R$ 113,34 (cento e treze reais e trinta e quatro centavos)
Taxa de Lixo – R$ 3,33 (três reais e trinta e três centavos)
Total – R$ 116,67 (cento e dezesseis reais e sessenta e sete centavos)

2.3. 20 Vagas de Garagem do Primeiro Subsolo

Condomínio – R$ 295,50 (duzentos e noventa e cinco reais e cinqüenta centavos)
IPTU – R$ 88,30 (oitenta e oito reais e trinta centavos)
Taxa de Lixo – não tem
Total – R$ 383,80 (trezentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC4.

V.

1. Estão presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada (pedidos, aliás, reiterados inúmeras vezes pelo autor da demanda - ver fls. 18/19, 276/278, 552/555 e 792/796), especialmente para viabilizar a nomeação de interventor na empresa para a condução dos negócios até a efetivação da dissolução parcial e respectiva apuração dos haveres.

1.1. Por primeiro, porque o mandato da atual diretoria encerrou-se no dia 31 de maio de 2010 e os acionistas, principalmente em razão da quebra de confiança exaustivamente discutida nos autos, não deliberaram sobre a eleição da nova diretoria.

1.2. Por segundo, porque existe a necessidade da preservação do patrimônio da empresa para se ultimar a dissolução pretendida pelo autor e a respectiva apuração dos haveres. Há indícios efetivos de que o patrimônio da empresa está sendo dilapidado. De fato, por exemplo, há nos autos comprovação de que os dois cheques provenientes da venda dos imóveis da Avenida Aclimação e Avenida Madre Cabrini foram depositados na conta da empresa **WASSERMAN & MACEDO [ver fls. 797/798 – tendo havido retirada sem identificação de R$ 730.000,00 – cf. extrato de fls. 804].**

1.3 A própria ré **PÉROLA WASSERMAN**, em declaração prestada nos autos do processo 583.00.2010.215297-7, em curso na 37ª Vara Cível do Fórum João Mendes Junior, declarou, de próprio punho (fls. 133), que o dinheiro que se encontrava na conta corrente 9765-9, da agência 2282, do Banco Bradesco S/A, pertence à Construtora Wasserman S/A, sendo que o dinheiro apenas transita em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC9.

referida conta como "custodiante e gerenciadora de tais recursos".

2. Como se vê, a única alternativa no presente caso viável canaliza para a nomeação dos interventores para orientar a condução da empresa em preservação dos interesses societários e das partes litigantes. Nesse campo, bem decidiu o TJSP (AI n. 243.871-4/1-00, 1ª Câmara de Direito Privado, j. 13-8-2002, Rel. Des. Gildo dos Santos):

> **"DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE CUMULADA COM APURAÇÃO DE HAVERES – Decisão afastando as partes da gerência da empresa e nomeando Interventor - Admissibilidade - Hipótese em que há situação de tensão entre as partes, certo que a interlocutória visou ao regular andamento do feito e à continuação dos objetivos societários - Agravo de instrumento não provido."**

3. Realmente, cuida-se na espécie de tutela preventiva. O seu objetivo básico é "impedir, de forma direta e principal, a violação do próprio direito material da parte. É providência judicial que veda (...) a prática de ato contrário aos deveres estabelecidos pela ordem jurídica, ou ainda sua continuação ou repetição" (Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado, 10ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007, p. 671).

4. Para o implemento da intervenção, hei por bem em nomear os peritos contador **JUBRAY SACCHI** e administrador **RENATO TUMANG**. No prazo de 5 dias, os interventores deverão apresentar um plano detalhado da intervenção, expedindo-se o cartório o necessário para o cumprimento desta decisão.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC9.

5. Em 48 horas, deposite o autor os honorários provisórios dos interventores, arbitrados em **R$ 10.000,00** (dez mil reais).

6. No mais, segue sentença impressa em 14 (catorze) laudas.

Int.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EC9.

Autos n. 583.00.2010.158646-9
25ª Vara Cível do Fórum Central da Capital

V.

I.

Trata-se de ação de dissolução parcial de sociedade, cumulada com apuração de haveres, ajuizada por **ISAAC DANIEL WASSERMAN** em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN**. Segundo a inicial, o autor é acionista da empresa ré, detendo 50% do seu capital acionário, conjuntamente com sua irmã Pérola, que detém o mesmo percentual. A ré Construtora Wasserman S/A é sociedade anônima de capital fechado, estritamente familiar, voltada à construção civil e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, fundada originalmente pelo pai dos litigantes, Dr. GUILHERMINO WASSERMAN, nos idos de 1960, e assim presidida até seu falecimento ocorrido em maio de 1995. Após o falecimento do fundador, o capital social foi distribuído entre seus filhos, Pérola, Lúcia e Issac, passando a corré Pérola a exercer a administração da empresa como Diretora-Presidente. Ao longo dos trabalhos desenvolvidos, a empresa conquistou sólida posição comercial e renome, bem assim vasto patrimônio. Esta tranquilidade financeira proporcionou o desenvolvimento de pelo menos seis empreendimentos de porte. No início de 2004 a empresa tinha uma condição patrimonial absolutamente cômoda, conforme detalhado no item 5 da inicial. Além dos imóveis, que somavam 22 milhões de reais, existem também os imóveis que servem de residência para os próprios acionistas. Já descontente com os rumos impostos pela

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

Diretora-Presidente, a acionista Lúcia exigiu sua imediata retirada da empresa, com a desafetação de parte do ativo e do imóvel que serve como sua residência. Desse modo, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2004, foi deliberada a cisão parcial da sociedade com a conversão de parte de seu patrimônio para constituição da nova sociedade, com a retirada das ações de Lúcia e incorporação da empresa Magnun S/A Participações e Empreendimentos. Naquela ocasião, o capital da empresa ré foi reavaliado e devidamente integralizado no importe de R$ 17.624.496,00 e distribuído em 7.496.620 ações ordinárias nominativas, divididas da seguinte forma: a) Pérola Wasserman – 50% - 3.748.310 ações; b) Issac Daniel Wasserman – 50% - 3.748.310 ações. Mesmo considerando o impacto do pagamento dos haveres decorrente da cisão parcial, remanesceu para a empresa patrimônio para o desenvolvimento de suas atividades. Sem a resistência da irmã dissidente, e gozando de plena confiança do acionista remanescente, a Diretora Presidente passou a gerenciar a empresa de modo cada vez mais isolado e tendencioso. Esta lesiva administração consumiu significativamente o patrimônio remanescente, comprometendo o desenvolvimento do único empreendimento em curso, situado na Avenida Aclimação, 350, que hoje se encontra paralisado e com a expectativa de venda pelo valor de R$ 1.650.000,00. Já no ano de 2005, alegando dificuldades financeiras no fluxo de caixa, a Diretora Presidente determinou a suspensão do pagamento dos vencimentos do autor, fato este que perdura até os dias de hoje. Todavia, o destino dos vultosos recursos desaparecidos do caixa da empresa somente surgiu à tona recentemente, fulminando de modo absolutamente avassalador toda confiança depositada na Diretora-Presidente e sepultando completamente a possibilidade da manutenção do *affectio societatis*. Em verdade, a Diretora passou a gerir os recursos pertencentes à sociedade por meio de empresa paralela, mantida por ela, PÉROLA WASSERMAN e seu então companheiro,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

VENTURA PEREIRA MACEDO, de nome WASSERMAN & MACEDO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 01.5588.682/0001-15. Todos os valores recebíveis, aluguéis, levantamentos judiciais, venda de imóveis, saldos de contratos e outros créditos pertencentes e creditados à CONSTRUTORA WASSERMAN S/A eram imediatamente transferidos indevidamente à WASSERMAN & MACEDO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, e a partir daí utilizados para pagamento das contas pessoais da Diretora-Presidente, sacados, ou ainda, transferidos para sua conta pessoal, sem qualquer prestação de contas ou satisfação de seu irmão acionista, ora autor. Todos os fatos descritos na inicial culminaram na absoluta quebra de confiança, autorizando a propositura da presente ação. No mais, aduziu o autor na inicial a irregularidade da representação da Companhia e a paralização das atividades da empresa. Postulou a concessão de tutela antecipada e o acolhimento do pedido, com a dissolução da presente sociedade, procedendo-se à posterior liquidação, com nomeação do liquidante devidamente habilitado para o encargo. Com a inicial, o autor juntou os documentos de fls. 22/266.

O pedido de tutela antecipada foi indeferido.

Os réus, devidamente citados, contestaram a fls. 301/317. Em preliminar defenderam a falta de interesse processual. No mérito, outrossim, aguardam a improcedência. Não existiu conduta lesiva por parte da administração da empresa, porquanto a empresa operou até 2008 e não 2005, sendo o último empreendimento da ré sito na Rua Raul Pompéia, 905, denominado de Opus D' Art, cujo engenheiro responsável era o autor. De fato, a partir de 2005 ficou combinado entre as partes que os sócios não fariam retiradas a título de pro-labore. Entretanto, com referência à sócia Pérola ficou acertado que a mesma, por não possuir outra

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

fonte de renda, faria retiradas por conta do seu crédito aportado na empresa. Em 1998, a ré Pérola desfez-se de um imóvel e aportou o capital de R$ 158.581,76; por isso, combinou com seu irmão que faria o resgate de forma paulatina, devidamente atualizada e com juros de 1%. A ré não se apropriou de dinheiro da empresa, apesar de não ter tido tempo para prestar contas. O autor ausentou-se da empresa em 2009. Ficou combinado entre as partes que, uma vez sanadas as pendências judiciais, haveria o acerto financeiro entre as partes, ficando para decisão futura se a empresa seria cindida ou extinta. A própria esposa do autor, advogada da empresa, sugeriu a utilização de uma terceira empresa, para recebimento dos recursos financeiros da requerida com contrato de mútuo, a fim de evitar-se penhora on-line, mantendo-se assim a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos. Em verdade, a ré Pérola, apesar de não desviar nada da empresa, se vê envolvida em manobra ardilosa engendrada pelo seu ex-companheiro que, de forma covarde, utilizou-se da ingenuidade de seu irmão, ora autor, para utilizá-lo a fim de auferir vantagem. Toda a receita que a empresa aufere é no sentido de saneá-la para posteriormente ser feita a cisão ou extinção, sendo certo afirmar que já providenciou a ré Pérola sondagem de uma empresa especializada em cisões, fato este de pleno conhecimento do autor. Se de um lado não houve assembleia para renovação do mandato da diretoria, a empresa não pode ficar acéfala; diante da recusa do autor, a ré Pérola, por força da aplicação analógica do artigo 861 e seguintes do CC, c/c o artigo 144 da Lei n. 6.404/76, continua administrando a empresa, de forma zelosa e segura. Com a contestação, a ré juntou os documentos de fls. 318/545.

Renovou o autor o pedido de concessão de tutela antecipada a fls. 552/555.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

Designada audiência de tentativa de conciliação, nos moldes do artigo 125, IV, do CPC.

As partes entabularam acordo parcial apenas para viabilizar a solução final da lide por meio de autocomposição, mais especificamente por meio de oportuna cisão da empresa, para a qual ficou estabelecido o prazo de 30 dias contado do fechamento do balanço de 2010. Neste acordo parcial, ainda, ficou ajustado que até o encerramento do balanço relativo ao exercício de 2010, a administração seria levada a efeito conjuntamente pela ré Pérola e por pessoa de confiança designada pelo autor.

Noticiou o autor o descumprimento do acordo; reiterando a concessão da tutela antecipada (fls. 613/616).

As rés manifestaram sobre o pedido de intervenção e os autos vieram conclusos.

Em apenso, autos da ação cautelar de arrolamento, com concessão de liminar (autos n. 583.00.2010.159480-3).

É o relatório.

D E C I D O.

II.

Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, pois desnecessária a designação de audiência de instrução, debates e julgamento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

Não há que se falar em falta de interesse processual. A pretensão do autor é útil, necessária e adequada. Busca-se, com a presente demanda, a dissolução da sociedade anônima fechada e a respectiva apuração de haveres. Nessa senda, especialmente diante da assertiva de quebra da *affectio societatis*, viável a pretensão do autor, mormente considerando a resistência das rés. Aplica-se, *mutatis mutandis*, o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, à luz do artigo 5º, XXXV, da CF. É o suficiente para a rejeição da objeção.

Rejeitada a preliminar, no mérito digo que a demanda é procedente.

De fato, o enquadramento da sociedade anônima pode ser feito como sendo de capital aberto ou fechado. Essa divisão tem em mira a admissão de negociação dos valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão ou na bolsa. Em outras palavras, "as companhias fechadas (*closed held corporations*) são aquelas, no direito norte-americano, que contam com poucos participantes e não têm um mercado para suas ações, ao passo que as companhias abertas (*Pucblicy held corporations*) são aquelas que têm seus títulos (*securities*) em mercado, através de lançamentos de ações mediante *underwriting*, no mercado primário de ações (*public issue of securities*) (Wilson de Souza Campos Batalha e Sílvia Marina L. Batalha de Rodrigues Netto, A Nova Lei das S.A., São Paulo, LTr, 1998, p. 48).

Nesse vértice, é muito comum, por razões das mais variadas [como na espécie vertente – uma S.A. com dois acionistas apenas], empresas familiares optarem por constituir a sociedade como uma companhia fechada familiar. Nestes casos, por certo, identifica-se o *intuitu personae*, a par de estarmos diante de uma sociedade de capitais. Na autorizada lição de Fábio Konder

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

Comparato, estas sociedades, em verdade, representam o oposto das sociedades anônimas originais. E por quê? Porque "ela é (a companhia fechada), tanto interna quanto externamente, uma verdadeira sociedade de pessoas, dominada pelo princípio da identificação dos acionistas (sejam eles pessoas físicas ou jurídicas), de sua colaboração pessoal no exercício da empresa e da boa-fé em seu relacionamento recíproco" (Direito Empresarial – Estudos e Pareceres, São Paulo, Saraiva, p. 160).

Sem dúvida, nas palavras de Rubens Requião, "sua concepção não se prende exclusivamente à formação do capital desconsiderando a qualidade pessoal dos sócios. Em nosso País, com efeito, prevalece sociedade anônima constituída tendo em vista o caráter pessoal dos sócios, ou a sua qualidade de parentesco, e por isso chamada de sociedade anônima familiar". E mais: como dito alhures:

> **"a *affectio societatis* surge nessas sociedades com toda a nitidez, como em qualquer outra das sociedades de tipo personalista. Seus interesses estão, pois, regulados pelo contrato, o que explica a pouca ingerência da fiscalização de órgãos públicos em seus negócios" (Curso de Direito Comercial, 11ª edição, São Paulo, Saraiva, 1982, v. 2, p. 28).**

Pois bem.

Indiscutivelmente, não pode o autor ser mantido na sociedade diante do desaparecimento da ***affectio societatis***. Nesse sentido, o Código Civil é expresso. Realmente, "a resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte (art. 473, *caput*, do CC). E mais:

> ***"Art. 1029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa recusa.***
>
> ***Parágrafo único. Nos 30 (trinta) dias subseqüentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade".***

A rigor, como se infere claramente do comando legal, poder-se-ia dizer desnecessária a demanda judicial para a pretendida dissolução; a notificação, na forma da lei, tratando-se de sociedade por prazo indeterminado, já teria o condão de atingir o resultado pretendido. Em outras palavras: restariam tão-somente as discussões quanto à apuração dos haveres em balanço especialmente elaborado.

De fato, "em regra, é livre a retirada do sócio nas sociedades limitadas e anônimas fechadas, por prazo indeterminado, desde que tenha integralizado a respectiva parcela do capital, operando-se a denúncia (CC 473 e 1029)" **(Enunciado n. 390 da Jornada IV Jornada de Direito Civil do STJ)**.

E, nessa senda, realmente andou bem o Código Civil. Efetivamente, considerando que a *affectio societatis* constitui o tempero básico para qualquer vinculação em sociedade de pessoas, sempre na ideia da busca do fim comum, desaparecendo esse espírito de união, infelizmente, não há mais motivo para a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

continuidade da associação. Vale dizer, na sociedade por prazo indeterminado, à evidência, não precisa haver justificativa do sócio retirante.

Nem poderia ser diferente!

A lei ordinária está em sintonia com o princípio fundamental insculpido no art. 5º, XX, da Constituição Federal, porquanto é cediço que ***"ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado"***.

Com efeito, "quando pessoas coligam-se entre si, em caráter estável, sob uma direção comum para fins lícitos, dão origem às associações em sentido amplo. A liberdade de associação presta-se a satisfazer necessárias várias dos indivíduos, aparecendo, ao constitucionalismo atual, como básica para o Estado Democrático de Direito. Quando não podem obter os bens da vida que desejam, por si mesmo, os homens somam esforços, a associação é a fórmula para tanto. Associando-se com outros, promove-se maior compreensão recíproca, amizade e cooperação, além de expandirem as potencialidades de auto-expressão. A liberdade de associação propicia autoconhecimento, desenvolvimento da personalidade, constituindo-se em meio orientado para a busca da auto-realização. Indivíduos podem-se associar para alcançar metas econômicas, ou para se defenderem, para mútuo apoio, para fins religiosos, para promover interesses gerais ou da coletividade, para fins altruísticos, ou para fazerem ouvir, conferindo maior ímpeto à democracia participativa. Por isso mesmo, o direito de associação está vinculado ao preceito de proteção da dignidade da pessoa, aos princípios de livre iniciativa, da autonomia da vontade e da garantia da liberdade de expressão (Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

Gustavo Gonet Branco, Curso de Direito Constitucional, São Paulo, Saraiva, 2007, p. 391).

São, pois, quatro os elementos da liberdade de associação tratado no art. 5º, XX, da CF: a) o de criar associação, que não depende de autorização; b) o de aderir a qualquer associação, pois ninguém pode ser obrigado a associar-se; c) o desligar-se da associação, porque ninguém poderá ser compelido a permanecer associado; e d) o de dissolver espontaneamente a associação, já que não se pode compelir a associação a existir (José Afonso da Silva, Comentário Contextual à Constituição, São Paulo, Malheiros, 2005, p. 115).

O fato é que, apesar do princípio constitucional e da clareza do art. 1029 do CC, a retirada do autor ainda não foi alcançada. Tanto é assim que as partes, em juízo, celebraram acordo parcial exatamente na tentativa, **DIGA-SE FRUSTRADA**, de se viabilizar a solução final da lide por meio de autocomposição, mais especificamente por meio de oportuna "cisão" da empresa, para a qual ficou estabelecido o prazo de 30 dias contado do fechamento do balanço de 2010. Nesse acordo parcial ficou, ainda, ajustado que até o encerramento do balanço relativo ao exercício de 2010, a administração seria levada a efeito conjuntamente pela ré Pérola e por pessoa de confiança designada pelo autor, o que não aconteceu segundo as próprias partes noticiaram nos autos.

Por tudo, frustrada a composição definitiva, hei por bem em acolher o pedido do autor (de dissolução parcial e não total - segundo constou do termo de fls. 607/608), para decretar a dissolução parcial da sociedade, com a exclusão do autor do quadro societário **[correta a opção pela dissolução parcial, pois, neste caso, deve-se atuar no sentido de harmonizar a dissolução**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

com os princípios da prevalência da função socioeconômica e comunitária da companhia e o da preservação da empresa, previstos nos artigos 116 e 117 da LSA – ver a respeito: TJSP, EDcl n. 994.06.035538-5/50001, Terceira Câmara de Direito Privado, j. 7-12-2010, rel. Des. Egidio Giacoia].

Nesse prisma, aliás, decidiu o STJ em caso símile (STJ, EREsp n. 419.174-SP, Segunda Seção, j. 28-5-2008, rel. Min. Aldir Passarinho Junior):

> **"COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FAMILIAR. DISSOLUÇÃO PARCIAL. INEXISTÊNCIA DE AFFECTIO SOCIETATIS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA.**
>
> **I. A 2ª Seção, quando do julgamento do EREsp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da affectio societatis.**
>
> **II. Embargos conhecidos e providos, para julgar procedente a ação de dissolução parcial.**

Nem se afirme que a dissolução parcial não seria possível por estarmos diante de sociedade anônima com apenas dois acionistas. Vale dizer, mesmo em se tratando de sociedade com dois sócios deve ser admitida a dissolução parcial, em especial diante da regra contida na letra "d", do inciso I, do art. 206 da Lei n. 6.404/76. Neste particular, pelo sistema legal, a reconstituição da sociedade (mínimo de dois sócios) pode ser feita

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

até a assembleia geral ordinária do ano seguinte onde foi identificada a existência de acionista único.

Decretada a dissolução parcial, anoto que em liquidação por arbitramento serão apurados todos os direitos e haveres do autor perante a sociedade até a presente data (manifestação inconteste da retirada do autor da sociedade, isto é, na forma do ajuste feito no acordo parcial de fls. 607/608).

Essa liquidação deve ser feita com base na situação patrimonial da sociedade, tudo na forma do balanço que será especialmente levantado pelo perito judicial (até a presente data – como dito - considerando o caráter declaratório desta sentença).

Nesse sentido, veja-se o preciso acórdão do STJ relatado pela Min. **NANCY ANDRIGHI**, nos autos do recurso especial n. 646.221-PR, 3ª Turma, j. 19-4-2005, cuja ementa restou lançada da seguinte forma:

> "***Direito societário. Recurso especial.*** *Dissolução parcial de sociedade* ***limitada por tempo indeterminado. Retirada do sócio. Apuração*** *de* ***haveres. Momento.***
>
> ***- A data-base para apuração dos haveres coincide com o momento em que o sócio manifestar vontade*** *de* ***se retirar da*** *sociedade* ***limitada estabelecida por tempo indeterminado.***
>
> ***- Quando o sócio exerce o direito*** *de* ***retirada*** *de sociedade* ***limitada por tempo indeterminado, a sentença apenas declara a***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

> *dissolução parcial,* ***gerando, portanto, efeitos ex tunc. Recurso especial conhecido e provido".***

À vista destas considerações, a procedência do pedido inicial (declaratório de dissolução parcial da sociedade e condenatório ao pagamento dos haveres) é medida de rigorosa justiça, nos moldes da fundamentação alhures.

III.

Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTES** as ações (principal e cautelar) ajuizadas por **ISAAC DANIEL WASSERMAN** em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN** para, mantida a liminar cautelar concedida nos autos do arrolamento de bens:

> a) declarar a dissolução parcial da empresa **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, com a retirada do autor da sociedade;
>
> b) condenar a sociedade ao pagamento dos haveres, após a realização de rigorosa apuração em liquidação por arbitramento, devidamente corrigidos pela Tabela Prática de Atualização do Tribunal de Justiça, e juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação, na forma do art. 219 do CPC (a respeito dos juros: STJ, EDiv no REsp n. 564.711-RS, Segunda Seção, j. 27-6-2007, rel. Min. Ari Pargendler),.

A reconstituição da sociedade (mínimo de dois sócios) deverá ser implementada até a assembleia geral

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

ordinária do próximo ano, tudo na forma do 206, I, "d", da Lei n. 6.404/76.

Diante da sucumbência, condeno as rés ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em **R$ 15.000,00** (quinze mil reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC.

Desde já, para o arbitramento, caso o Juízo seja provocado pelo credor, com fundamento no artigo 475-D, nomeio o perito Contador **JUBRAY SACCHI**, devendo o autor depositar seus honorários periciais em cinco dias, arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos e formulação de quesitos (art. 421 do CPC). Laudo em 60 (sessenta) dias. Intime-se o perito para indicar, em cinco dias, depositados os honorários provisórios, o local, a data e o horário do início dos trabalhos periciais, na esteira do artigo 431-A do CPC.

P.R.I.

São Paulo, 16 de março de 2011.

GILSON DELGADO MIRANDA
Juiz de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ECD.

fls. 1

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000542050

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0158646-56.2010.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante CONSTRUTORA WASSERMAN S/A, é apelado ISAAC DANIEL WASSERMAN.

ACORDAM, em 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Conheceram do recurso e negaram-lhe provimento, com observação, v.u. Determinaram a expedição de ofício à Seção paulista da OAB para adoção das medidas pertinentes, nos termos dos arts. 195 e 196 do CPC", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores JOSÉ REYNALDO (Presidente sem voto), LIGIA ARAÚJO BISOGNI E ROBERTO MAC CRACKEN.

São Paulo, 16 de outubro de 2012.

Ricardo Negrão
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICARDO NEGRAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/pgdLocalizarDocumento.do, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código 5030ED0.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO Nº : 18.904 - EMP
APEL. Nº : 0158646-56.2010.8.26.0100
COMARCA: SÃO PAULO
APTE. : CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
APDO. : ISAAC DANIEL WASSERMAN
INTERDA. : PÉROLA WASSERMAN
INTERDO. : VENTURA PEREIRA MACEDO

EMBARGOS DE TERCEIRO N. 0267543-56.2011.8.26.0000
EMBTE. : SANDRA DA COSTA PALHAIS
EMBDO. : CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
EMBDO. : ISAAC DANIEL WASSERMAN
EMBDO. : PÉROLA WASSERMAN
INTERDO. : VENTURA PEREIRA MACEDO

RECURSO − Apelação − Protocolização dentro da quinzena legal, mas retenção indevida dos autos − Devolução depois do prazo legal, após tentativa de contato telefônico pela Serventia − Inaplicabilidade da sanção processual de não conhecimento do recurso − Sanção imposta ao advogado pela infração disciplinar verificada (CPC, arts. 195 e 196), e não ao cliente, que tem assegurado o direito de recorrer − Apelação conhecida
JUROS MORATÓRIOS − Dissolução parcial da sociedade − Apuração de haveres − Juros − Termo inicial − Citação − Orientação do STJ neste sentido − Apelação improvida
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA − Dissolução parcial da sociedade − Sentença declaratória − Efeito ex tunc − Momento da manifestação de vontade acerca da retirada fixado como data-base da apuração de haveres − Correção monetária incidente desde a data-base da apuração de haveres fixada na sentença − Fato que poderia ser dirimido via embargos declaratórios − Apelação improvida, com observação
SUCUMBÊNCIA − Pedido inaugural de liquidação da sociedade − Provimento jurisdicional declarando a dissolução parcial da sociedade e condenando as rés à apuração de haveres − Hipótese em que embora tenha ocorrido acolhimento parcial do pedido, autor atingiu seu objetivo (retirada da sociedade e apuração de haveres) − Resistência das rés ao pedido do autor − Sucumbência integral das demandadas − Recurso improvido

Dispositivo: conhecem o recurso e negam-lhe provimento, com observação. Determinam a expedição de ofício à Seção paulista da OAB para adoção das medidas pertinentes, nos termos dos arts. 195 e 196 do CPC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código 5030ED0.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recurso de apelação interposto por **Construtora Wasserman S/A** dirigido à r. sentença proferida pelo Dr. Gilson Delgado Miranda, MM. Juiz de Direito da E. 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, que julgou procedentes as ações principal e cautelar ajuizadas pelo **Sr. Isaac Daniel Wasserman** em face da ora apelante e da **Sra. Pérola Wasserman.**

O Magistrado declarou a dissolução parcial da empresa Construtora Wasserman S/A, com a retirada do apelado da sociedade, condenando-a ao pagamento dos haveres, após apuração em liquidação por arbitramento, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% desde a citação. Determinou, ainda, que a reconstituição da sociedade seja implementada até a assembleia geral ordinária do ano de 2012 (Lei n. 6.404/76, art. 206, I, "d").

Por fim, condenou as rés ao pagamento das verbas de sucumbência, fixando os honorários advocatícios em R 15.000,00 (fl. 858-871).

Em razões recursais a recorrente busca afastar a incidência de juros moratórios e atualização monetária desde a citação, defendendo sua aplicação somente a partir da homologação do laudo contábil na fase de liquidação da sentença. Pede ainda o reconhecimento da sucumbência recíproca, uma vez que o objetivo do suplicado (liquidação da sociedade) não foi alcançado (fl. 884-890).

Preparo e porte de remessa e retorno às fl. 891-892.

Contrarrazões às fl. 916-926 pela intempestividade do recurso ou, subsidiariamente, seu improvimento.

Anota-se a existência de pedido de cancelamento do arrolamento do bem matriculado sob n. 181.564, processamento em apenso por ordem deste Relator, mas equivocadamente autuado como embargos de terceiro n. 0267543-56.2011.8.26.0000.

É o relatório.

1. <u>"EMBARGOS DE TERCEIRO"</u>

Embora autuado como "embargos de terceiro", o incidente processado em apenso é mero pedido de cancelamento do arrolamento do bem matriculado sob n. 181.564, que poderia ser resolvido por decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 01586465620108260100 e código 5030ED0.
Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114

monocrática deste Relator.

A reautuação do incidente, porém, implicaria maior demora na apreciação do pedido da arrematante. Assim, em observância ao princípio da economia processual e da celeridade, a petição será examinada neste aresto.

A **Sra. Sandra da Costa Palhais**, na qualidade de arrematante de um dos bens arrolados na medida cautelar apensa, requer a expedição de ofício ao 14º Cartório de Registro de Imóveis para cancelamento do ônus ou, subsidiariamente, a expedição de carta de sentença para este fim (fl. 2-3 do apenso).

Intimado para se manifestar, o apelado não se opôs ao pedido (fl. 10), quedando-se inerte a Construtora apelante.

A medida cautelar de arrolamento de bens foi proposta incidentalmente à ação de dissolução da sociedade, concedendo-se a liminar ante a suspeita de dilapidação do patrimônio societário (fl. 2-21 e 295-296 do 3º e 4º apensos, respectivamente).

O imóvel matriculado sob n. 181.564, de propriedade da Construtora Wasserman S/A, foi arrolado em 2 de agosto de 2010 por ordem do MM. Juiz da 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo. No mês seguinte foi averbada a penhora do bem, efetuada na ação de execução por título judicial movida pelo Sr. Felipe Boleiz em face da sociedade apelante, registrando-se em 22 de julho de 2011 a arrematação efetuada pela peticionária aos 20 de junho (fl. 5-6 do 5º apenso).

Não obstante o provimento jurisdicional favorável ao autor, Sr. Isaac Daniel Wasserman, trouxe a Sra. Sandra prova documental do ato de constrição que recaiu sobre o imóvel e da arrematação do bem (fl. 5-6 do 5º apenso), demonstrando sua boa-fé e a legitimidade de sua pretensão.

Destarte, defere-se a expedição de ofício ao Cartório de Imóveis competente informando o cancelamento do arrolamento do imóvel matriculado sob n. 181.564 (av. 1).

2. APELAÇÃO

I – TEMPESTIVIDADE RECURSAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDA GOMES CAMACHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código 5030ED0.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Com fulcro no art. 195 do Código de Processo Civil, o recorrido sustenta a intempestividade do recurso.

A r. sentença foi disponibilizada em 18 de março de 2011 (fl. 873) e o protocolo se deu aos 5 de abril (fl. 884), último dia útil inserido na quinzena legal.

De fato, o advogado da apelante retirou os autos de cartório no dia 31 de março de 2011) e os devolveu somente no dia 14 de abril (fl. 879), depois de tentativa frustrada de contato telefônico pela Serventia (fl. 906).

Entretanto, em que pese o argumento do apelado, a devolução tardia dos autos não impede o conhecimento do recurso, pois a infração disciplinar praticada pelo advogado (art. 34, inciso XXII da Lei nº 8.906/94) não pode prejudicar seu cliente e impedir seu direito de recorrer, constitucionalmente garantido.

A sanção é aplicável ao advogado (CPC, art. 196), e não ao seu cliente, conforme orientação pacificada na Corte Superior:

> PROCESSUAL CIVIL - DEVOLUÇÃO TARDIA DOS AUTOS (ART. 195 CPC) - CONTESTAÇÃO OFERECIDA NO PRAZO RECURSAL - TEMPESTIVIDADE.
>
> I - A devolução tardia dos autos não enseja a decretação da intempestividade da peça contestatória apresentada no prazo legal.
>
> Não se pode impor pena tão grave à parte quanto a revelia, quando a infração, perpetrada pelo advogado, é passível de sanção própria.
>
> II - Recurso Especial conhecido e provido.
>
> (REsp 138.164/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/1998, DJ 14/12/1998, p. 229).

> - Protocolizados os embargos declaratórios da União dentro do prazo legal, é irrelevante a data em que foram os autos devolvidos em cartório.
>
> - Dentre as sanções contidas no art 195 do CPC, pela demora na devolução dos autos pelo advogado, não se inclui o não-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDA GOMES CAMACHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/pgdLocalizarDocumento.do, informe o processo 0158646562010826010 e código 5030ED0.

conhecimento do recurso por intempestividade.

- Tempestividade dos segundos embargos declaratórios que se reconhece.

(REsp 505.371/DF, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2004, DJ 21/03/2005, p. 318)

- PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AUTOS DEVOLVIDOS APOS O PRAZO. TEMPESTIVIDADE.

- SE O RECURSO FOI INTERPOSTO TEMPESTIVAMENTE, MESMO EM PROTOCOLO INTEGRADO, E OS AUTOS FORAM DEVOLVIDOS APÓS O DECURSO DE PRAZO, DESCABE IMPOR SANÇÃO DE ORDEM PROCESSUAL, COMO O NÃO CONHECIMENTO DO APELO.

- RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

(REsp 77.374/SP, Rel. Ministro WILLIAM PATTERSON, SEXTA TURMA, julgado em 06/02/1996, DJ 15/04/1996, p. 11570)

Ainda neste sentido: REsp 852.701/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2006, DJ 11/12/2006, p. 348.

Não é outro o entendimento dos integrantes desta C. 2ª Câmara Reservada:

RECURSO - Apelação - Intempestividade - Inocorrência - Demora na devolução dos autos que não implica no reconhecimento da intempestividade do recurso – Precedentes - Preliminar rejeitada.
(Apel. n. 0117715-45.2009.8.26.0003; 14ª Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Lígia Araújo Bisogni; Data do julgamento: 30/05/2012; Data de registro: 05/06/2012)

Prazo - Contestação apresentado dentro do prazo legal - Restituição dos autos a *posteriori* - Pretensão de reconhecimento de revelia - Descabimento - Falha cometida pelo advogado, sendo injustificada a aplicação de sanção à parte - Precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça - Agravo de instrumento desprovido.
(AI n. 9001023-47.2008.8.26.0000; 12ª Câmara de Direito Privado; Rel. Des. José Reynaldo; Data do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDA GOMES CAMACHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 01586465620108260100 e código 5030ED0.

julgamento: 18/06/2008; Data de registro: 16/07/2008)

E ainda:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - BEM MÓVEL - APELAÇÃO DECLARADA INTEMPESTIVA - AUTOS DEVOLVIDOS APÓS O PRAZO LEGAL - RECURSO PROTOCOLADO TEMPESTIVAMENTE - A DEVOLUÇÃO DO PROCESSO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO LEGAL NÃO ACARRETA O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO - ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL MAJORITÁRIO NESSE SENTIDO - AGRAVO PROVIDO.
(AI n. 0291881-94.2011.8.26.; 29ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Francisco Thomaz; Data do julgamento: 11/04/2012; Data de registro: 14/04/2012).

INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO - Execução fiscal de ITU – Exceção de pré-executividade acolhida – Apelação. - Não ocorrência - Protocolo no prazo legal - Devolução de autos tardia - Data do protocolo que deve prevalecer para aferição da tempestividade - A sanção prevista no art. 195 do CPC dirige-se ao advogado, não podendo ser a parte prejudicada - Recurso conhecido.
(Apel. 0132892-29.2007.8.26.0000; 14ª Câmara de Direito Público; Rel. Des. Marino Neto; Data do julgamento: 27/10/2011; Data de registro: 03/11/2011).

Com esses fundamentos, rejeita-se a preliminar de intempestividade recursal, mas com fulcro no art. 196, *caput* e parágrafo único, determina-se a expedição de ofício à seção paulista da Ordem dos Advogados para adoção das medidas pertinentes.

II – JUROS DE MORA

Argumenta a recorrente que a aplicação dos juros de mora desde a citação impõe encargo excessivo, pois existente gritante disparidade entre o pedido inaugural (dissolução da sociedade) e o provimento jurisdicional concedido (dissolução parcial da sociedade).

O fato apresentado (acolhimento parcial do pedido) não possui o condão de alterar o termo inicial dos juros, fixados na r. sentença.

Sobre esse tema, ademais, a Corte Superior pacificou entendimento, adotando a data da citação como termo inicial dos juros de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDA GOMES CAMACHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090, informe o processo 01586465620108260100 e código 5030ED0.

mora:

> No que concerne ao termo inicial dos juros moratórios, o entendimento esposado pelo Tribunal de origem não está em consonância com a recente jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "Na ação de apuração de haveres resultante de dissolução parcial da sociedade, os juros incidentes sobre o montante da condenação fluem a partir da citação inicial." (EREsp 564711/RS, Relator Ministro Ari Pargendler, 2ª Seção, DJ 27/08/2007).
>
> Note-se que o entendimento que os agravantes pretendem ver prevalecer foi superado por ocasião do referido julgamento da Segunda Seção. Com efeito, antes havia, efetivamente, julgados no sentido de que o *dies a quo* dos juros de mora devidos pela sociedade ao sócio que dela se retirasse mediante propositura de ação de dissolução parcial seria o da constituição do título executivo. Contudo, deve prevalecer o atual entendimento da Segunda Seção, cuja função precípua foi pacificar a jurisprudência da Corte a respeito da questão.
>
> (AgRg no Ag 1079418/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 20/03/2009)

Com esses fundamentos, mantém-se o ato citatório como termo inicial dos juros de mora.

III – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Bem consignado pelo i. Juiz de Direito, Dr. Gilson Delgado Miranda, que a sentença que declara a dissolução parcial da sociedade tem natureza declaratória, gerando efeitos *ex tunc.*

Disso decorre que a data-base para apuração de haveres é o momento em que o sócio manifesta sua vontade de se retirar da sociedade, bem como que o valor eventualmente apurado em favor do autor será corrigido monetariamente a partir da data-base fixada, e não da citação.

Não foi outro o entendimento do i. Magistrado singular, embora exposto em redação pouco clara, nos seguintes termos:

> Decretada a dissolução parcial, anoto que em liquidação por arbitramento serão apurados todos os direitos e haveres do autor perante a sociedade até a presente data (manifestação inconteste da retirada do autor da sociedade, isto é, na forma do ajuste feito no

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GILSON DELGADO MIRANDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 0158646562010826010 0 e código 5030ED0.

acordo parcial de fls. 607/608).

Essa liquidação deve ser feita com base na situação patrimonial da sociedade, tudo na forma do balanço que será especialmente levantado pelo perito judicial (até a presente data – como dito – considerando o caráter declaratório desta sentença).

(...)

III.

Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTES** as ações (principal e cautelar) ajuizadas por **ISAAC DANIEL WASSERMAN** em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN** para, mantida a liminar cautelar concedida nos autos do arrolamento de bens:

(...)

(b) condenar a sociedade ao pagamento dos haveres, após a realização de rigorosa apuração em liquidação por arbitramento, devidamente corrigidos pela Tabela Prática de Atualização do Tribunal de Justiça, e juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação, na forma do art. 219 do CPC (...).

Como se vê, embora não tenha consignado expressamente o termo inicial da atualização monetária, da leitura do dispositivo e da interpretação sistemática acerca da data-base da apuração dos haveres, depreende-se que a r. sentença fixou a data-base de apuração de haveres como termo inicial da correção monetária.

A via processual pertinente era, portanto, os embargos declaratórios e não a apelação.

Não obstante, a questão é aclarada, devendo ser observada na fase de liquidação da sentença.

IV – ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA

Melhor sorte não merece a apelante neste capítulo recursal.

Embora o pedido inaugural tenha sido de liquidação da sociedade, a recorrente e a cointeressada Pérola Wasserman insurgiram-se contra a pretensão, defendendo na contestação a improcedência do pedido, mesmo depois de confirmar a existência de precedentes tentativas extrajudiciais de cisão da sociedade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GIULIANA ORTOLANI GUIMARAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 01586465620108260100 e código 5030ED0.

fls. 174

É certo que em audiência de conciliação (fl. 607-608) os litigantes pactuaram a adoção de administração conjunta para viabilizar futura cisão da sociedade apelante, mas a medida acordada não foi implementada, subsistindo a resistências das rés à pretensão deduzida pelo autor.

Consectária da resistência ao pedido é a imposição às rés ao pagamento das verbas de sucumbência.

Neste sentido:

> "COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. APURAÇÃO DE HAVERES DO SÓCIO PELO VALOR PATRIMONIAL REAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS NS. 282 E 356-STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RESISTÊNCIA AO PEDIDO. CABIMENTO. CRITÉRIO. CPC, ART. 20, § 4º.
>
> (...)
>
> II. Devidos honorários advocatícios em face da resistência, em juízo, ao pedido de dissolução da sociedade por parte do sócio remanescente, adequados às circunstâncias da espécie, que não recomendam a sua incidência em percentual sobre os haveres do retirante.
>
> III. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido."
>
> (REsp 38259/SC, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJ 24/09/2001)

E, ainda: AgRg no Ag 1079418/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 20/03/2009; e REsp 867137/RN, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 01/04/2008.

Anota-se, por fim, que o acolhimento parcial do pedido — em decorrência dos princípios da preservação da empresa e o da prevalência da função socioeconômica e comunitária da companhia, conforme pontuado pelo i. Magistrado sentenciante às fl. 867 — não implica sucumbência recíproca porque o escopo do autor foi atingido: retirar-se da sociedade e realizar a apuração de seus haveres.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDA GOMES CAMACHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295124
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código 5030ED0.

fls. 175

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em razão do exposto, nega-se provimento ao recurso, com observação, e defere-se o pedido formulado no incidente indevidamente denominado "embargos de terceiro", determinando-se a expedição de ofício ao Cartório de Imóveis competente informando o cancelamento do arrolamento do imóvel matriculado sob n. 181.564 (av. 1).

Expeça-se ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, instruído com cópia deste acórdão e de fl. 879, para adoção das medidas pertinentes à retenção indevida dos autos pelo advogado da recorrente (CPC, art. 195 e art. 196, *caput* e parágrafo único).

RICARDO NEGRÃO
RELATOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICARDO NEGRAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/pastaDigitalConferirDocumento.do, informe o processo 01586465620108260100 e código 5030ED0.

4. CONCLUSÃO

Procedidos todos os cálculos e apresentadas todas as considerações pertinentes, conclui-se que, em janeiro de 2011, os valores de mercado dos bens avaliados são:

- Rua Diogo de Faria nº 1020, Vila Clementino, São Paulo – SP.

R$ 6.900.000,00
(seis milhões e novecentos mil reais)

- Apartamento 121 do Edifício Maison Mont Clair localizado na Rua Maranhão nº 202, Higienópolis, São Paulo – SP.

R$ 2.000.000,00
(dois milhões de reais)

- Rua Guarará nº 108 – lojas 1 e 2 – São Paulo.

R$ 1.200.000,00
(um milhão e duzentos mil reais)

- Avenida Brigadeiro Luiz Antônio nº 2460 – São Paulo.

R$ 3.500.000,00
(três milhões e quinhentos mil reais)

- Avenida Brigadeiro Luiz Antônio nº 2466 – cj 01 – São Paulo.

R$ 260.000,00
(duzentos e sessenta mil reais)

- Avenida Brigadeiro Luiz Antônio nº 2466 – 20 vagas de estacionamento – São Paulo.

R$ 800.000,00
(oitocentos mil reais)

R Augusta 1909 cj 33 São Paulo 01413-000
Fone 11 3085-8141 Fax 11 3088-1885
opalvac@conectacaoconsultores.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ED2.

Octavio Galvão Neto
Engenheiro civil

- Rua Rio de Janeiro nº 66 – apartamento 151 e vaga de estacionamento – Guarujá.

R$ 350.000,00
(trezentos e cinquenta mil reais)

- Sítio do Capitão – Mairiporã.

R$ 2.360.000,00
(dois milhões e trezentos e sessenta mil reais)

- Rua Loefgreen nº 2359 – apartamento 141 com 5 vagas de estacionamento – São Paulo.

R$ 3.300.000,00
(três milhões e trezentos mil reais)

- Rua Onze de Junho nº 730 – apartamento 102 com 1 vaga de estacionamento – São Paulo.

R$ 360.000,00
(três milhões e novecentos mil reais)

- Rua Quitanduba nº 212 – apartamento 31 com 1 vaga de estacionamento – São Paulo.

R$ 200.000,00
(duzentoss mil reais)

R Augusta 1939 cj 23 São Paulo 01413-000
Fone 11 3085-6141 Fax 11 3088-1863
ogalvao@contactoconsultores.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ED2.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais restando, encerra o presente trabalho que é composto de 134 (cento e trinta e quatro) folhas impressas, todas rubricadas, sendo esta última datada e assinada e dez anexos.

São Paulo, 12 de agosto de 2014

Engº Octavio Galvão Neto
CREA 0600762541
IBAPE/SP nº 700, FRICS
Certificado Avaliações IBAPE AAA

R. Augusto 1939 Cj 23 São Paulo
Fone: (11) 2058-4151 Fax: 11 2058-1685
ogalvao@conectoconsultores.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ED2.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
Comarca de São Paulo
25ª. Vara Cível - Fórum Central
Praça João Mendes s/n.º, 10º andar - sala n.º 1017, Centro, - CEP 01501-900, São Paulo - SP

Processo n.º 2010.158646-0/000001 (Ordem: 1265-1/2010)

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ação: CARTA DE SENTENÇA
Exequente: ISAAC DANIEL WASSERMAN
Executadas: CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
PÉROLA WASSERMAN

Aos **dezesseis dias do mês de maio de dois mil e doze**, às 16h30min, nesta cidade e Comarca de São Paulo, na sala de audiência do Juízo da 25ª Vara Cível, sob presidência do MM. Juiz de Direito Dr. GILSON DELGADO MIRANDA e comigo Escrevente abaixo assinado foi aberta a **audiência de tentativa de conciliação (art. 125, IV, do CPC)** nos autos da ação supra referida. **Apregoadas as partes**, compareceu o exequente, acompanhado de seu advogado, Sr. DANNYEL SPRINGER MOLLIET, inscrito na OAB/SP sob o nº 147.509, bem como a executada Pérola Wasserman, por si e pela Construtora, acompanhada de seu advogado, Sr. EVERALDO LEITÃO DE OLIVEIRA, inscrito na OAB sob o nº 152.600. Abertos os trabalhos, a tentativa de conciliação restou **parcialmente frutífera**, nos seguintes termos: "As partes, alicerçadas nos princípios da probidade e da boa-fé, neste ato representadas de acordo com a lei, mediante concessões recíprocas, celebram transação, em caráter irrevogável e irretratável, a qual será regida de acordo com as cláusulas e condições abaixo, obrigando-se a bem e fielmente cumprir, por si, seus sucessores e cessionários, a qualquer tempo e título, a saber: **1-** Para pagamento parcial dos haveres cabentes ao exequente Isaac Wasserman, as partes ajustam dação em pagamento dos seguintes imóveis: **a)** Rua Maranhão, 202, apto 121, matrícula n. 3.668 - 5º CRI/São Paulo; **b)** Rua Rio de Janeiro, 66, apto 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas n. 24.256 e 24.257 - 1º CRI/Guarujá; **2-** A dação em pagamento indicada no item 1 será formalizada por específica

Cópia
Cópia

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ED5.

escritura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de hoje, arcando o exequente com as custas e emolumentos inerentes a esta operação, ressalvando, contudo, que as custas e emolumentos decorrentes do registro da incorporação da empresa MAGNUM para a Construtora Wasserman S/A serão arcados pelas executadas; **3-** Para fins específicos desta transação, sem prejuízo da futura avaliação dos imóveis indicados no item 1, necessária para efetiva apuração dos haveres, estes imóveis serão transmitidos pelos valores contábeis lançados em balanço; **4-** O exequente fica com a posse definitiva dos imóveis indicados no item 1, passando, a partir desta data, a arcar com todos os custos e despesas deles decorrentes, bem como assume o todo o passivo condominial e tributário dos imóveis indicados no item 1, inclusive obrigando-se frente ao ressarcimento pleiteado judicialmente por Julio Fruchtengarten (processo n. 583.00.2010.154084-9, 18ª Vara Cível do Fórum Central); **5-** Os bens relacionados no item 1, independentemente da dação em pagamento acima ajustada, serão devidamente avaliados para fins de compensação e ajuste dos haveres totais; **6-** Em contrapartida, o exequente concorda com o levantamento do arrolamento do imóvel 'Sítio do Capitão', matrículas n. 4.858 e 13.978 - 1º CRI/Mairiporã, incluindo os eventuais direitos sobre a área contígua usucapida, autorizando que as executadas Pérola Wasserman e Construtora Wasserman S/A, desde já, alienem-no de qualquer forma e/ou deem-lhe a destinação que entenderem pertinente, passando as executadas, a partir desta data, a arcar com todos os custos e despesas decorrente deste imóvel; **7-** Da mesma forma, independentemente da forma ou valor da alienação autorizada no item 6, o referido imóvel deverá ser devidamente avaliado para fins de compensação e ajuste dos haveres totais; **8-** Os custos de eventual alienação do imóvel indicado no item 6, outrossim, serão arcados pelos beneficiários da respectiva transação; **9-** Por fim, o exequente se compromete a, dentro de 5 (cinco)

Cópia

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ED5.

dias, comparecer à agência Bradesco na qual a Construtora Wasserman S/A mantém conta corrente para a exclusão do certificado de acesso da conta e devolução do respectivo *token*". **Por fim, pelo MM. Juiz foi dito:** "VISTOS. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo parcial celebrado entre as partes. No mais, conclusos para deliberação sobre o prosseguimento da perícia de engenharia para avaliação dos bens". **Nada mais.** Publicada em audiência, saem as partes intimadas. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____ (Francisco José Barbosa de Barros Neto), Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Cópia

MM. Juiz de Direito: _____

Exequente: _____

Adv. do exequente: _____

Executadas: _____ _____

Adv. das executadas: _____

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030ED5.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado nesta Capital na Rua Maranhão, n.º 202 – Higienópolis. Às 20:00 horas do dia 07 de março de 2007, no salão de festas do próprio Edifício, reuniu-se em primeira convocação à Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio Edifício Maison Mont Clair. Verificada a falta de "quorum" regulamentar, foi encerrada a presente reunião. Às 20:30 horas, do mesmo dia e local, reuniu-se em segunda convocação à Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio Edifício Maison Mont Clair. Estiveram presentes, os Senhores condôminos por si ou por seus procuradores, que assinaram o livro de presenças, o qual faz parte integrante da presente ata. Por parte da Administradora Larcon Imóveis e Administração Ltda., estiveram presentes os Senhores José Lourenço Filho e Mario Morita. Iniciada a reunião, foi indicada e eleita pela unanimidade dos presentes a Dra. Tânia Wassermann (Apto. 121) para a presidência dos trabalhos que convidou a mim Mario Morita para secretariá-la. Abertos os trabalhos, após a leitura de carta convocatória, datada de 12 de fevereiro de 2007, regularmente enviada a todos os condôminos pela Administradora, a Sra. Presidente sugeriu e foi aceito por todos a inversão da ordem do dia, iniciando-se pelo terceiro item em função de estar presente na Assembléia o Sr. Sidney Samuel representante da empresa ALFA Ltda. convidado para apresentar a proposta de reestruturação do sistema de Monitoramento. Assim, passou-se ao terceiro item da ordem do dia: **"REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO"**. Feita a apresentação, o Sr. Sidney explicou os serviços que são prestados pela empresa, esclarecendo aos presentes que elaborou proposta, a pedido da Dra. Tânia, referente a manutenção de interfones, portões, porteiro eletrônico, fechadura, cerca do alarme, antenas coletivas, sensores, controle de acesso e computadores, sendo no valor de R$. 296,80 ou de R$. 429,00 com inclusão de peças. Ainda, estava propondo a venda de um computador com placa de captura de imagem, para até 16 câmeras e 10 câmeras coloridas com fonte e caixa de proteção pelo valor de R$. 3.800,00 facilitados em quatro parcelas, sendo que conforme informação recebida o condomínio o sistema de CFTV atual é alugado ao custo de R$. 600,00 mensais. A seguir foram elucidadas algumas dúvidas dos condôminos e agradecido a presença do Sr. Sidney que também agradeceu a oportunidade de apresentação de sua proposta retirando-se da Assembléia. Após algumas considerações foi deliberado que seja verificado o custo atual de manutenção do condomínio dos itens de equipamentos propostos para analise e deliberação posterior em Assembléia. A seguir a Sra. Presidente passou para o primeiro item da ordem do dia: **"ESTUDO E APROVAÇÃO PARA SOLUÇÃO DO PROBLEMA NA FACHADA DO EDIFÍCIO COM CONSEQUENTE LIBERAÇÃO DE VERBA".** Com a palavra a Sra. Síndica, relembrou o ocorrido no inicio do ano, quando se desprenderam algumas cerâmicas da fachada, tendo sido contratado o empreiteiro para retirada de outras cerâmicas que ofereciam perigo imediato de queda. Informou, ainda, que foi elaborado um levantamento da situação, tendo sido apresentado que existem vários pontos em situação de risco. Assim, foram solicitados os orçamentos para revisão geral da fachada, tendo sido

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EDA.

apresentados os das empresas: M. Bergman Ltda., Climbex Ltda., SG Construtora e Serviços Ltda., Solução Engenharia Ltda. e Solução Comercio e Serviços Ltda. cujos custos variam entre R$. 63.000,00 à R$. 124.000,00. Para facilitar na analise foi distribuído um quadro sinótico dos custos por empresa. Discutido amplamente o assunto foi sugerido pelo Sr. Luiz Roberto (apto.11) que fossem solicitados novos orçamentos às empresas separando os custos, ou seja, com o custo por metro quadrado para retirada das cerâmicas para após ser realizada a medição, encontrando a metragem necessária para substituição, no que ele se prontificava a realizar. Separadamente o custo por metro quadrado de reposição e o custo por metro quadrado da cerâmica, devendo esta Assembléia ficar suspensa "sine die" até o recebimento dos novos orçamentos. Após, serem convocados os condôminos para reinicio da discussão e definição dos serviços e aprovação do orçamento. Foi discutido quanto a responsabilidade da Construtora pela queda das cerâmicas da fachada, tendo sido explicado pelo representante da administradora que nos termos da lei quanto aos defeitos construtivos era de cinco anos e quanto a estrutura de 20 anos.. Foi perguntado pelo Sr. Benedito qual a data do habite-se sendo informado ser de 23.10.1987.Foi solicitado pelo mesmo o envio de cópia de todas as atas das Assembléias do Condomínio. O Sr. Luiz Roberto (apto.11) foi de opinião que sendo o problema desde a entrega do edifício existe a responsabilidade da Construtora. A Dra. Tânia informou que tendo sido a fachada do edifício reparada por outras empresas não havia como responsabilizar a Construtora, principalmente por já terem passados quase vinte anos. Discutido amplamente o assunto ficou de ser discutido em próxima oportunidade. A seguir a Sra. Presidente passou ao segundo item da ordem do dia; **" TRANSFORMAÇÃO DO USO DO SALÃO DE FESTAS PARA SALA DE GINÁSTICA".** Foi explicado que estando o salão de festas sendo utilizado também como Sala de Ginástica, existindo no local alguns equipamentos doados por moradores, a Dra. Tânia propôs doar uma Estação de Musculação de sua propriedade ao Condomínio, sugerindo a transformação do uso do Salão de Festas para Sala de Ginástica de forma definitiva, pois ficaria inviável a remoção dos equipamentos quando da realização de festas. Foi explicado que esta transformação estava condicionada aprovação da totalidade dos condôminos por se tratar de modificação do uso da área comum. Colocada em votação, foi a transformação do salão de festas em sala de ginástica aprovada pela unanimidade dos condôminos presentes, ficando a Sra. Síndica de coletar a assinatura de concordância dos condôminos ausentes. Foi sugerida e aprovada a colocação de piso emborrachado no local, para não danificar o assoalho de madeira existente no local. Dando seqüência aos trabalhos, a Sra. Presidente passou ao quarto e ultimo item da ordem do dia: **"ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL DO CONDOMÍNIO".** Inicialmente foi lembrado o problema ocorrido no automóvel do condômino Sr. Luiz Navarro (apto. 21) quando foi danificado pelo portão da garagem acionado pelo funcionário. Foi explicado pelo Sr. Duílio, atual Sub-Síndico que não existia cobertura deste risco no seguro do condomínio, pois além da pequena probabilidade de ocorrer tal sinistro, ainda encareceria

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EDA.

em demasia o custo do prêmio. O Sr. Luiz Navarro ficou de apresentar posteriormente o custo do reparo do veículo para decisão por parte do Condomínio em Assembléia. Foi sugerido pela Sra. Mathilde Salomon e aprovado por todos estudo para implantação de estrutura interna de recolhimento seletivo do lixo. A seguir a Sra. Presidente indagou aos presentes se mais alguém desejaria fazer uso da palavra. Não tendo ninguém se manifestado, a Sra.Presidente deu por encerrada a presente reunião devendo ser reiniciada em data previamente comunicada aos condôminos para deliberação definitiva quanto a aprovação do orçamento de reparo na fachada do edifício e da aquisição de sistema CFTV pelo condomínio com as manutenções sugeridas. A presente ata segue assinada pela Sra. Presidente e por mim secretário. São Paulo 07 de março de 2007.

Tânia Wasserman
Presidenta

Mario Morita
Secretário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EDA.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado nesta Capital na rua Maranhão, nº 202 – Higienópolis. Às 20:00 hs. do dia 16 de junho de 2008, na sala de ginástica do próprio edifício, reuniram-se em primeria convocação os condôminos do Condomínio Edifício Maison Mont Clair para Assembléia Geral Extraordinária, atendendo ao edital de convocação da Sra. Síndica, regularmente enviado a todos os condôminos pela Administradora, datado de 03 de junho de 2008. Verificada a falta de "quorum" regulamentar, foi encerrada a presente reunião. Às 20:30 hs., do mesmo dia e local, reuniram-se em segunda convocação os condôminos do Condomínio Edifício Maison Mont Clair para Assembléia Geral Extraordinária nos termos do edital de convocação. Os condôminos presentes, por si ou por seus procuradores, assinaram a lista de presenças o qual faz parte integrante da presente ata. Por parte da Administradora Larcon Imóveis e Administração Ltda., estiveram presentes os Srs. José Lourenço Filho e Mario Morita. Iniciada a reunião foi indicada e eleita pela unanimidade dos presentes a Sra.Tânia Wasserman (apto. 121) para a presidência dos trabalhos no que acedeu e convidou a mim, Mario Morita para secretariá-la. Abertos os trabalhos após a leitura da carta convocatória a Sra. Presidente colocou em pauta o primeiro item da ordem do dia: **"ESCLARECIMENTOS QUANTO AO ANDAMENTO DA OBRA DA FACHADA DO EDIFÍCIO".** Com a palavra a Sra.Tânia informou aos presentes que havia convocado esta Assembléia diante do fato de ter recebido do Sr. Salvador Martinez, responsável pela empresa que está executando os serviços de recuperação da fachada do edifício, a informação fundamentada através de planilhas e fotos das etapas dos serviços na fachada, da necessidade da revisão dos valores do contrato, visto que a metragem dos serviços previstos de retirada e substituição das lajotas, ultrapassou em muito a estimativa inicial, estando previsto no contrato a possibilidade de reavaliação dos custos por qualquer das partes. A seguir passou a palavra ao Sr. Salvador convidado por ela para os esclarecimentos que os condôminos desejassem. Com a palavra o Sr. Salvador distribuiu entre os presentes cópia da carta explicativa datada de 28 de maio de 2008, e em seguida fez circular entre os presentes as diversas fotos tiradas da fachada em cada etapa dos trabalhos, mostrando a grande área de retirada das lajotas. A seguir explicou que o estado da fachada estava pior do que se imaginava, pois pela sua vistoria inicial foram detectados 1.173 pontos de retirada e substituição das lajotas com área média por ponto de aproximadamente 0,68 cm2, quando na realidade a média por ponto ultrapassou 1m2(um metro quadrado) aumentando significativamente os custos, estando os custos com uma diferença atual, considerando outros fatores explicados na carta, no valor de R$ 93.482,50 e que não suportaria tal diferença. Com a palavra o Sr. Luiz Navarro solicitou esclarecimentos quanto a diferença em valores ser maior do que a diferença em metragem. Ainda que na sua opinião o condomínio não devia arcar com toda a diferença achando a margem de erro muito grande já que ele como profissional teve a oportunidade de verificar tecnicamente a fachada. O Sr. Salvador explicou que quando da retirada das lajotas outras foram se desprendendo pela nova situação diante do tempo entre a vistoria e o inicio da execução dos serviços, inclusive com o impacto que estas lajotas sofreram com a retirada das lajotas da mesma área. Ainda, que a diferença incluía o requadramento de mais de vinte janelas além da quantidade prevista, os descontos solicitados no fechamento do contrato em mais de R$ 10.000,00 e também outros serviços extras solicitados, como a pintura do prédio e o tratamento dos tijolos do andar térreo. A seguir, já entrando no segundo item da ordem do dia: **"ADEQUAÇÃO DOS CUSTOS DA OBRA DA FACHADA DO EDIFÍCIO EM RAZÃO DA SITUAÇÃO ATUAL, COM CONSEQUENTE ARRECADAÇÃO DE VERBA COMPLEMENTAR"**, foi indagado quanto caberia a cada apartamento caso fosse rateado este valor de R$ 93.000,00, tendo sido informado que para os apartamentos tipo o valor de R$ 7.376,00 o que representaria 05(cinco) parcelas adicionais do mesmo valor da atual arrecadação que encerra em junho de 2008, ou seja continuaria a arrecadação por mais cinco meses. Após, varias considerações foi colocado em votação se alguém discordava em complementar o pagamento para conclusão dos serviços, independente do valor, sendo que todos votaram a favor de se complementar o pagamento da verba. A seguir foi colocado em discussão o valor da verba complementar a ser paga e a forma de arrecadação para os condôminos. Discutido amplamente o assunto, após varias sugestões e negociações com o Sr. Salvador, foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes o pagamento da verba complementar de R$ 70.000,00 à empresa Solução do Sr. Salvador para conclusão total dos serviços contratados em 05(cinco) parcelas mensais a partir de junho de 2008, sendo a primeira de R$ 13.000,00 e as demais de R$ 14.250,00 cada uma. Foi aprovado, também, que para pagamento da primeira parcela a verba seja utilizada do saldo de caixa atual do condomínio e para pagamento das demais parcelas, seja arrecadada a verba complementar em 04(quatro) parcelas mensais de R$ 14.321,92 cada uma, a partir de julho de 2008, com vencimento no dia 17 de cada mês, cabendo a cada apartamento por parcela, do 1º ao 10º andar a quota-parte de R$ 1.130,00 por parcela, ao apto. do 11º andar a quota parte de R$ 1.184,42 por parcela e ao apto. 121 a quota parte de R$ 1.837,50 por parcela. A seguir foi perguntado ao Sr. Salvador qual era a previsão de conclusão dos serviços, tendo o mesmo informado que a parte das lajotas estava prevista entre o final do mês de julho e inicio do mês de agosto de 2008, dependendo das condições do tempo. A seguir, esgotados os assuntos, a Sra. Presidente indagou se mais alguém desejava fazer uso da palavra. Não tendo ninguém se manifestado, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, cuja ata foi por mim redigida, segue assinada pela Sra. Presidente e por mim Secretário. São Paulo, 16 de junho de 2008.

MárioMorita
Secretário

TâniaWasserman
Presidente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EDE.

31

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica S P
MICROFILME Nº 8625340

LARCON

LARCON - IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA.

CONDOMINIOS - LOCAÇÕES - VENDAS

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado nesta Capital à Rua Maranhão, n.º 202 - Higienópolis. Às 20:00 horas do dia 21 de agosto de 2007, no salão de festas do próprio Edificio, reuniu-se em primeira convocação à Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio Edificio Maison Mont Clair. Verificada a falta de "quorum" regulamentar, foi encerrada a presente reunião. Às 20:30 horas, do mesmo dia e local, reuniu-se em segunda convocação à Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio Edificio Maison Mont Clair. Estiveram presentes, os Senhores condôminos por si ou por seus procuradores, que assinaram o livro de presenças, o qual faz parte integrante da presente ata. Por parte da Administradora Larcon Imóveis e Administração S/C Ltda., estiveram presentes os Senhores José Lourenço Filho e Mario Morita. Iniciada a reunião, foi indicado e eleito pela unanimidade dos presentes o Sr. Duílio J.S. Novaes (Apto. 41) para a presidência dos trabalhos que convidou a mim Mario Morita para secretariá-lo. Abertos os trabalhos, após a leitura de carta convocatória regularmente enviada pela administradora a todos os condôminos, datada de 10 de agosto de 2007 o Sr. Presidente colocou em pauta o primeiro item da ordem do dia: **"ELEIÇÃO DE SÍNDICO PELA DEMISSÃO DO ATUAL POR MOTIVO DE SAÚDE PARA COMPLEMENTAR O MANDATO DA ATUAL GESTÃO".** Foi explicado que em razão do pedido de demissão do Sr. Benedito Pinto de Oliveira (Apto.101) por motivo de saúde, havia necessidade de eleger novo Síndico para complementar o mandato da atual gestão que vai até do dia 06 de outubro de 2008. Inicialmente foi solicitado que se apresentassem os candidatos ou fossem feitas indicações para o cargo de Síndico do Condomínio. O Sr. Luiz Navarro (apto.21) Síndico em exercício indicou o Sr. Duílio no que foi acompanhado pelos demais condôminos presentes. Com a palavra o Sr. Duílio agradeceu a indicação e informou que aceitava com uma condição, ou seja, desde que o Condomínio desistisse da idéia de entrar com a ação contra a Construtora Wasserman quanto ao assunto da fachada do edifício. Pois, ao seu ver, os custos da ação envolvendo peritos, advogados, etc., ainda. o tempo da demanda e a chance de ganho que estimava em 50%(cinqüenta por cento) não compensariam. Afinal para solução do problema o custo seria equivalente e o condomínio não continuaria a correr riscos com a queda das cerâmicas, afora os problemas de infiltrações para as unidades. Inclusive que deve ser resolvido urgentemente pois quanto mais passar o tempo, maiores serão os custos, já que o processo de desprendimento das cerâmicas com a infiltração da água aumentará a reparação pela área maior que fica comprometida. Foi levantada hipótese de retirada de toda a cerâmica e fazer novo revestimento com massa e pintura, tendo sido consultado o engenheiro presente na Assembléia que informou ser o custo maior do que na reposição das cerâmicas. Diante das ponderações acima, foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes a desistência de qualquer demanda judicial contra Construtora Wasserman, devendo ser atualizados os orçamentos das empresas contatadas e ou solicitados novos orçamentos de outras empresas especializadas para a aprovação definitiva por parte do Condomínio e execução urgente dos serviços de restauração da fachada com a reposição das cerâmicas. Foi sugerido a contratação de seguro para a obra. Ficando resolvida desta forma a condição do Sr. Duílio para aceitar o cargo de Síndico, foi solicitado ao mesmo que se pronunciasse. Com a palavra o Sr. Duílio informou que *resolvida esta pendência sugeria que a Dra. Tânia continuasse como Síndica e ele como Sub-Síndico,* inclusive com a eleição de novo Conselho Consultivo/fiscal diante dos cargos que ficariam vagos. Aceita a proposta por todos, foram indicados, eleitos e considerados empossados pela unanimidade dos presentes os seguintes condôminos para compor o Corpo Diretivo do Condomínio, devendo complementar o mandato da atual gestão até outubro de 2008: **Dra. TÂNIA WASSERMAN** (apto. 121) para Cargo de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EE2.

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica S P
REGISTRO Nº 8625340

LARCON

LARCON - IMOVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA.

CONDOMINIOS - LOCAÇÕES - VENDAS

SÍNDICA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR; Duílio J.S. Pinto Novaes (apto. 41) para o cargo de **SUB-SÍNDICO**. Para o **CONSELHO CONSULTIVO/FISCAL** foram indicados e eleitos, também pela unanimidade dos presentes os seguintes condôminos: **Sra. Roberta Cohen** Apto.(31), **Sr. Luiz Antonio Navarro** (Apto.21) e a **Sra. Maria Angélica Milan de Oliveira** (Apto.101). Para. **SUPLENTE** do conselho Consultivo/fiscal o **Sr. Luiz Roberto Conti Machado** (Apto.11). A seguir o Sr. Presidente passou para o segundo e último item da ordem do dia: **"ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA (CÂMERAS CFTV, CERCA ELÉTRICA. ALARME E ACESSO)".** O Sr. Luiz Navarro informou aos presentes que em função do termino do prazo do Contrato de Locação dos Equipamentos do Sistema de Segurança, havia recebido proposta de outra empresa prevendo também a compra dos equipamentos para avaliação. Inclusive, havia solicitado a administradora uma planilha das propostas das empresas. Resumindo, havia três propostas: **1)** Aquisição dos equipamentos atualmente instalados ao custo de R$. 4.500,00, com garantia de 1 (um) ano; 2) Aquisição de novos equipamentos ao custo total de R$.8.150,00 e 3) Redução do valor de aluguel dos equipamentos de R$ 600,00 para R$.450,00. Analisadas as propostas foi aprovado pela unanimidade dos presentes, continuar com a locação dos equipamentos por mais 1 (um) ano ao custo mensal de R$.450,00. O Sr. Duílio ficou de contatar empresas para aprovar os reparos na cerca elétrica e contratação dos serviços monitoramento e apoio de segurança. Foi sugerido pelos presentes a realização de revisão hidráulica em todas unidades e áreas comuns, objetivando a redução do consumo de água, conseqüentemente dos custos. Foi sugerida a aplicação das sobras das receitas ordinárias do Condomínio. A seguir o Sr. Presidente indagou aos presentes se mais alguém desejaria fazer o uso da palavra. Não tendo ninguém se manifestado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião cuja ata foi por mim redigida e segue assinado pelo Sr. Presidente e por mim secretário. São Paulo 21 de agosto de 2007.

Sr. Duílio J.S. Novaes
Presidente

Sr. Mario Morita
Secretário

3º R.T.D.
Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Praça Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP
Apresentado hoje, protocolado, registrado,
microfilmado e digitalizado sob nº 8625340
São Paulo, 11 SET 2007
EMOLUMENTOS 27,82
ESTADO 7,31
IPESP 5,86
REG.CIVIL 1,46
T.JUSTIÇA 1,46
ISSQN 44,51
SELOS E TAXAS RECOLHIDOS POR VERBA
BEL. JOSÉ MARIA SIVIERO - OF. REGISTRADOR
BEL. FRANCISCO ROBERTO LONGO - OF. SUBSTITUTO
ESCREVENTES AUTORIZADOS:
BEL. JORGE MANUEL P. ALMEIDA
EDER GOMES DA COSTA
BEL. RÉGIS DOS SANTOS SILVA
LUCIANO AUGUSTO DA SILVA

Av. Ipiranga, 1100 - 12º Andar - CEP 01040-000 - Tel.: (11) 6014-5255 - Fax: (11) 6014-5262 - São Paulo - SP
E-mail: larcon@larcon.com.br - Site: www.larcon.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EE2.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado nesta Capital à Rua Maranhão, n.° 202 - Higienópolis. Às 20:00 horas do dia 26 de setembro de 2006, no salão de festas do próprio Edificio, reuniu-se em primeira convocação à Assembléia Geral Ordinária do Condomínio Edificio Maison Mont Clair. Verificada a falta de "quorum" regulamentar, foi encerrada a presente reunião. Às 20:30 horas, do mesmo dia e local, reuniu-se em segunda convocação à Assembléia Geral Ordinária do Condomínio Edificio Maison Mont Clair. Estiveram presentes, os Senhores condôminos por si ou por seus procuradores, que assinaram o livro de presenças, o qual faz parte integrante da presente ata. Por parte da Administradora Larcon Imóveis e Administração S/C Ltda., estiveram presentes os Senhores José Lourenço Filho e Mario Morita. Iniciada a reunião, foi indicada e eleita pela unanimidade dos presentes a Dra. Tânia Wasserman (Apto. 121) para a presidência dos trabalhos que convidou a mim Mario Morita para secretariá-la. Abertos os trabalhos, após a leitura de carta convocatória, datada de 12 de setembro de 2006, regularmente enviada pela administradora a todos os condôminos, a Sra. Presidente colocou em pauta o primeiro item da ordem do dia: **"APROVAÇÃO DAS CONTAS DO CONDOMÍNIO ATÉ AGOSTO DE 2006".** Foi explicado que as contas em aprovação eram as constantes dos demonstrativos enviados mensalmente a todos os condôminos, juntamente com o boleto de pagamento e que as pastas mensais com o balancete e os documentos respectivos foram conferidas e aprovadas pelo Conselho Consultivo, estando no recinto da Assembléia possibilitando eventuais consultas. A seguir foi indagado se existia alguma dúvida e não tendo ninguém se manifestado, foram as contas do Condomínio até agosto de 2006 colocadas em votação e aprovadas pela unanimidade dos presentes. A seguir a Sra. Presidente passou ao segundo item da ordem do dia: **"ELEIÇÃO DE SÍNDICO, SUB-SÍNDICO E CONSELHO CONSULTIVO".** Foi explicado que o mandato da atual gestão estará se encerrando no próximo dia 07/10/06, havendo a necessidade da eleição de novo Corpo Diretivo. Foi solicitado, inicialmente que se apresentassem os candidatos ou fossem feitas as indicações para o cargo de Síndico do Condomínio. Foi sugerida a reeleição do atual Síndico, mas o Dr. Duílio se declinou da indicação esclarecendo que já estava há muito tempo no cargo e era a favor da renovação, indicando a Dra. Tânia Wasserman. que acedeu, desde que recebesse o apoio dos demais condôminos. Foi sugerido que o Dr. Duílio ficasse no cargo de Sub-Síndico apoiando a Dra. Tânia, no que acedeu. Não existindo mais indicações nem candidatos, foi colocada em votação e eleita pela unanimidade dos presentes a **Dra. Tânia Wasserman** (apto. 121) para Cargo de **SÍNDICA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR**. Da mesma forma, foi eleito o Dr. Duílio J.S. Pinto Novaes (apto. 41) para o cargo de **SUB-SÍNDICO**. Para o **CONSELHO CONSULTIVO** foram indicados e eleitos, também pela unanimidade dos presentes os seguintes condôminos: **Sr. Benedito Pinto de Oliveira** (Apto.101), **Sr. Luiz Antonio Navarro** (Apto.21) **e a Sra. Roberta Cohen** (Apto.31). Para. **SUPLENTE** do conselho Consultivo foi indicado e eleito o Sr. **Luiz Roberto Conti Machado** (Apto.11). Todos eleitos e considerados empossados em seus cargos a partir de 08/10/06 nos termos da Convenção do Condomínio. A seguir a Sra. Presidente passou para o terceiro e último item da ordem do dia: **"ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL DO CONDOMÍNIO".** Foi discutido quanto a forma de remuneração do Salário Habitação do Zelador, tendo sido deliberado que a Sra. Síndica, conforme já é prerrogativa de convenção, converse com o funcionário, pois todos concordavam ser um bom funcionário, e obtenha um acordo bom para as partes, inclusive efetuando a arrecadação de verba necessária se for o caso. Foi explicado pelo Dr. Duílio o atual problema com a fachada do edifico, cujas cerâmicas estão se soltando e caindo, colocando em risco a integridade física das pessoas. Foi sugerida a inspeção da fachada por empresa especializada e apresentação de orçamentos para a restauração, devendo o assunto ser levado para deliberação da Assembléia. Foi solicitado contato com a NET e agendamento de reunião com a Sra. Síndica, Sr. Benedito e outros que queiram participar, para discutir proposta de assinatura de Contrato Coletivo com sinal DIGITAL e acesso a Internet VIRTUA. Considerando que o contrato de administração do condomínio em vigor há quase vinte anos, foi sugerido envio de minuta de novo contrato para analise do Síndico, tendo sido votado e aprovado pela maioria dos presentes a continuidade dos serviços da Larcon Imóveis. A seguir a Sra. Presidente indagou aos presentes se mais alguém desejaria fazer o uso da palavra. Não tendo ninguém se manifestado, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião cuja ata foi por mim redigida e segue assinada pela Sra. Presidente e por mim secretário. São Paulo 26 de setembro de 2006.

Dra. Tânia Wasserman
Presidenta

Sr. Mario Morita
Secretário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EE7.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria da Administração Tributária - CAT

IPVA 2012

FAC
9912268653/2010 - DR/RJ
SEGURADORA LÍDER
CORREIOS

ta: 27

33401077

CTC MOOCA SPM PL5
ISAAC DANIEL WASSERMAN
RUA MARANHAO 00202 AP 121
HIGIENOPOLIS SAO PAULO SP
01240-000

72104061665010800000025077102912 11
Data da Postagem: 29/12/11

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA CORREIOS
1000000084

AVISO DE VENCIMENTO

RENAVAM:	Contribuinte	
709379790	ISAAC DANIEL WASSERMAN	
	Responsável	
	ISAAC DANIEL WASSERMAN	
Marca / Modelo	Placa Atual	Município
HONDA/CIVIC EX	CMP8100	100-4 - SAO PAULO
Ano de Fabricação	Combustível	Espécie / Tipo
1998	GASOLINA	PASSAGEIRO/AUTOMOVEL

IPVA 2012

	Valor (R$)
(1) IPVA apurado	598,75
(2) Crédito da Nota Fiscal Paulista	--x--
(3) IPVA devido (3) = (1) - (2)	598,75

Pagamento à Vista	Data de Vencimento	Valor do Imposto (R$)
Com Desconto	24/01/2012	580,80
Sem Desconto	29/02/2012	598,75

Pagamento Parcelado	Data de Vencimento	Valor do Imposto (R$)
1ª Parcela pago 17/01/2012	24/01/2012	199,59
2ª Parcela pago 28/2/2012	29/02/2012	199,59
3ª Parcela pago 27/3/2012	26/03/2012	199,59

Seguro Obrigatório - DPVAT 2012

Data de Vencimento: será a mesma da 1ª parcela ou do pagamento à vista do IPVA

Prêmio Tarifário (R$)	Custo do Bilhete (R$)	IOF (R$)	Valor Total (R$)
96,63	4,15	0,38	101,16

Licenciamento Antecipado (Atenção: vide pré-requisitos no verso)

Opte por receber o documento em seu endereço. Mais comodidade e conforto

Extrato para simples conferência - Atualizado até 11/12/2011

Há débitos de IPVA de exercícios anteriores que inviabilizem o Licenciamento Antecipado?	
SIM (*)	
NÃO	X

Multas de Trânsito

Órgão	Qtde.	Valor (R$)
Município		
CETESB		
DER		
DERSA		
DETRAN		
Outros Estados e Polícia Rodoviária Federal		

Seguro Obrigatório

Exercício	Valor (R$)
2012	101,16
Pago 17/01/2012	

Postagem de CRLV (R$): 11,00

Taxa de Licenciamento (R$): 63,24 pago 27/3/2012

Os valores da taxa de licenciamento, multas de trânsito e DPVAT poderão sofrer alterações, inclusive por baixa de débitos.

(*) Verifique os valores dos débitos do IPVA do veículo, relativos a anos anteriores, no site www3.fazenda.sp.gov.br e no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br

SENHOR CAIXA:
Este Aviso é meramente informativo

NÃO AUTENTICAR

2012

H2021051.334 - 001077 - 001077

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EEC.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2013
Ano-Calendário 2012

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS

DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante			Telefone
131.938.178-21	ISAAC DANIEL WASSERMAN			(11) 31293153
Endereço		Número	Complemento	
RUA MARANHAO		202	APTO.121	
Bairro/Distrito	CEP	Município		UF
HIGIENOPOLIS	01240-000	SAO PAULO		SP

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	0,00
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 22/04/2013 às 08:01:45
0546879348

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EEF.

AES Eletropaulo

Uma Empresa AES Brasil

Unid. de Entrega	Sequência	Medidor
B4371721	0169	5160625

Conta Referente a	Data de Emissão	Vencimento
NOV 2013	26 NOV 2013	**06 DEZ 2013**

TANIA WASSERMAN
R MARANHAO 00202 12
CEP: 01240-000 SAO PAULO - SP

Nota Fiscal Série B nº 005528576
Reservado ao Fisco BB3A.FBE4.9F5A.5731.3ADB.E2CA.4C99.D8C6
CÓD CLIENTE: 0011844763
CFOP:5258 (Venda de en. elétrica a não contribuinte)

Dica de segurança da AES Eletropaulo: Ao construir ou reformar, cuidado com a rede elétrica. Mantenha uma distância segura de no mínimo de 3 metros dos fios elétricos.

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A.
Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, Loja 1 e 2, Térreo,
1º ao 7º andar - Torre II - Bairro Sítio Tamboré - Barueri/SP - Cep. 06460-040
CNPJ: 61.695.227/0001-93 - Inscrição Estadual: 206.165.226.110
Regime Especial Proc. Nº 1000635-686924/2005

Responsável pela iluminação pública na sua rua/região:
LIGUE ILUME/DEPTO.ILUM.PÚBLICA 0800 779 0156

Ponto de Atendimento mais próximo, das 8h30 às 16h30:
Rua Rui Barbosa 97

Dados do Cliente/Unidade Consumidora

TANIA WASSERMAN
R MARANHAO 202 12
CEP: 01240-000 SAO PAULO - SP
CPF/CNPJ: 148.432.458-79 e INSC.EST. ISENTO
E-mail: twadvocacia@uol.com.br

IMPORTANTE:
Contas pagas após o vencimento terão multa de 2%, juros de mora de 0,033% ao dia e atualização financeira a serem incluídos na próxima conta.

Nº DA INSTALAÇÃO
66890519

RESUMO DA SUA CONTA (R$)

Fornecimento		Tributos		Itens financeiros		Outros produtos e serviços		Abatimentos e devoluções		TOTAL A PAGAR
219,36	+	87,80	+	0,00	+	4,44	-	0,00	=	311,60

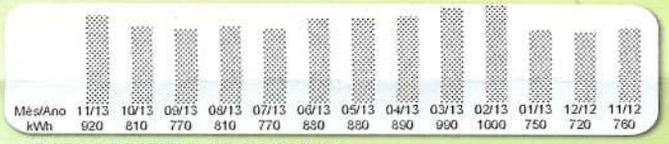
NOTIFICAÇÃO/REAVISO DE CONTAS VENCIDAS

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

folha.: 1/1

FORNECIMENTO	
CONSUMO X TUSD (VALOR DO kWh)	
920,0 kWh X R$ 0,09120000	83,90
CONSUMO X TE (VALOR DO kWh)	
920,0 kWh X R$ 0,14724000	135,46
TRIBUTOS	
PIS/PASEP (0,64%)	1,96
COFINS (2,95%)	9,05
ICMS	76,79
OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS	
COSIP LEI 13.479/02	4,44

HISTÓRICO DE CONSUMO



Composição do fornecimento e tributos cobrados nesta conta - Res. 166/2005

	Energia	Distribuição	Transmissão	Encargos	Tributos
R$	117,86	50,80	23,56	27,15	87,80

DADOS DE LEITURA DO MEDIDOR

Anterior	Leitura	Atual	Leitura	Próxima	Entrega
24 OUT	8962	26 NOV	9054	24 DEZ	29 NOV

- No mês de 11/2013 vigoraria a bandeira vermelha, a qual implicaria R$ 0,030/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos.
- Unidade Consumidora faturada pela Tarifa Residencial Plena.
- Sua conta com vencimento em 05/11/2013 no valor de 272,83 foi quitada através de Débito Automático.

DADOS TÉCNICOS DA INSTALAÇÃO

Medidor	Fator Multiplicador	Classe/Subclasse	Faturamento	Tipo de Tarifa
5160625	10	Resid/Resid	Trifásico	B1_RESID

Tensão Nominal	Tensão Mínima	Tensão Máxima
120/208 (BT) V	113/196 V	132/229 V

ICMS - Lei Estadual 6374 de 01/03/89
Valor da Nota Fiscal: R$ 311,60 Base de Cálculo R$ 307,16
Aliquota 25% - Valor R$ 76,79

PORTARIA CAT61

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ENERGIA	920,00	0,33870	311,60
DEDUÇÃO	0,00	0,00000	0,00
OUTROS NÃO TRIBUTÁVEIS	0,00	0,00000	0,00

INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO

Mês de Referência: SET 13

Conjunto Elétrico: CENTRO

		Limite Permitido Ano	Trimestre	Mês	Verificado Mês
Horas que o cliente ficou sem energia	DIC	16,95	8,47	4,23	0,00
Vezes que o cliente ficou sem energia	FIC	11,45	5,72	2,86	0,00
Máx. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	DMIC	-	-	2,26	0,00

Encargo de uso do sistema de distribuição (CUSD) 70,22

Atenção: o cliente tem direito de solicitar apuração do DIC, FIC, DMIC e DICRI e ser compensado em caso de ultrapassagem do limite permitido. O processo de apuração dos indicadores técnicos da AES Eletropaulo é certificado pela norma ISO 9001:2008.

VALOR DA FATURA A PAGAR 311,60

O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Considerar esta conta quitada somente após o débito em sua conta corrente.

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição: valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R$/MWh ou em R$/kW, utilizado para efetuar o faturamento mensal de usuários do sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema.
TE - Tarifa de Energia: valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R$/MWh, utilizado para efetuar o faturamento mensal referente ao consumo de energia elétrica.

Nº da Fatura	Data de Emissão	Conta Referente a	Nº da Instalação	Consumo (kWh)	Vencimento	Total a Pagar (R$)
555891349142	26 NOV 2013	NOV 2013	66890519	920	06 DEZ 2013	311,60

TANIA WASSERMAN

Nota Fiscal Série B Nº 005528576

DÉBITO AUTOMÁTICO BANCO BRADESCO S/A

836500000036 116000481006 866832363315 000321566812

Se por algum motivo de seu conhecimento não ocorrer o débito automático, pague esta conta em qualquer banco autorizado.

AES Eletropaulo
Uma Empresa AES Brasil
Autenticação Mecânica
Não vale como recibo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EF2.

Companhia de Gás de São Paulo
Rua Capitão Faustino de Lima 134 CEP 03040 030 Brás São Paulo SP
CNPJ 61.856.571/0006-21 Insc. Estadual 108.701.514.110
Insc. Municipal 514.108.514.110
Inscrição Única Regime Especial - Processo UA 51089-697928/2002

COMGÁS
Natural

Nota Fiscal/Conta de Gás

Usuário
ISAAC DANIEL WASSERMAN

Código do Usuário	Mês de Referência	Vencimento	Valor Total a Pagar (R$)
2248042	DEZ/2013	12/12/2013	433,52

Endereço (Unidade Usuária)
R MARANHAO 202
APTO 121
Cidade
SAO PAULO

Nota Fiscal / Conta de Gás Nº	Data Emissão	Data de Apresentação da Conta	Tipo de Conta
000.067.208	04/12/2013	06/12/2013	NORMAL

Dados Cadastrais

CNPJ / CPF	Inscrição Estadual	Código do Cliente	Para Cadastramento em Débito Automático Banco	Agência	CÓDIGO
131.938.178-21		481570	237	3193	2248042

Segmento	Unidade de Leitura
Residencial	21012BDL

Dados de Consumo

Data Leitura-Anterior	Data Leitura Atual	Dias de Consumo	Tipo de Medidor
01/11/2013	02/12/2013	031	CD004

Leitura Medidor-Anterior	Leitura Medidor-Atual	Consumo (m³ /mês)-Medido	Número do Medidor
6.411,00	6.516,00	105,00	7101367

Poder Calorífico	Pressão	Consumo (m³ /mês) Corrigido / Faturado	Previsão Próxima Leitura
1,0064	0,9428	99,63	02/01/2014

Demonstrativo de Tributos
Base de Cálculo ICMS Reduzida - Conv. 18/92

Base de Cálculo (R$)	% ICMS	Valor % ICMS
289,01	18,00	52,02

Base de Cálculo da Substituição Tributária
(Somente p/ unidades usuárias de GNV)

Base de Cálculo (R$)	% ICMS	Valor ICMS (R$)
0,00	0,00	0,00

Histórico de Consumo 12 últimos meses (m³ /mês)

Mês	Medido	Corrigido / Faturado
NOV/2013	130,00	123,37
OUT/2013	97,00	92,07
SET/2013	128,00	122,05
AGO/2013	128,00	122,14
JUL/2013	151,00	144,23
JUN/2013	121,01	115,47
MAI/2013	119,00	114,00
ABR/2013	82,00	78,69
MAR/2013	86,01	82,50
FEV/2013	93,00	88,99
JAN/2013	50,00	47,87
DEZ/2012	75,00	71,93

Dados Tarifários

m³/ mês	Fixo (R$)	Variável (R$)
1,00	6,62	
2,00		4.2666130
4,00		1.9589220
7,00		3.3143970
20,00		3.7010010
65,63		3.9814060

Tarifa c/ ICMS (R$/m³)	Tarifa s/ ICMS (R$/m³)
4,351415	3,829245

Avisos ao Usuário
Valor PIS: R$ 7.15 Valor COFINS: R$ 32.95 Total de Impostos (incluindo ICMS): R$ 92.12
Débito automático conta de gás 11/2013 liquidada

Dados do Faturamento	Valor (R$)
Fornecimento de Gás Natural	433,52

Reservado ao Fisco d5a3.b265.4bca.78f8.264f.01aa.d14b.7d40

Via do usuário
Autenticação Mecânica

Nota Fiscal / Conta de Gás — Nº 000.067.208

Usuário: ISAAC DANIEL WASSERMAN

Código do Usuário	Mês de Referência	Vencimento	Total a Pagar (R$)
2248042	DEZ/2013	12/12/2013	433,52

Para Cadastramento em Débito Automático

Banco	Agência	Código
237	3193	2248042

O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Sobre a conta paga após o vencimento incidirá multa de 2% e juros moratórios de 0,033% ao dia que serão incluídos em conta futura (portaria CSPE n. 156 de 30/11/2001).
Verifique se ocorreu débito automático em sua conta corrente, no vencimento. Se, por qualquer motivo o débito não for efetuado, utilize esta nota fiscal / conta de gás para o pagamento em qualquer banco autorizado.

Bancos autorizados a receber esta conta: Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Federal, Citibank, HSBC, Itaú, Safra e Santander.

836400000045 335200577229 000916941008 000224804203

Débito Automático

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EF2.

São Paulo 03 de junho de 2008.

Prezado (a) Condômino (a):

REF.: ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Fica V.Sa. convidado(a) a comparecer à Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, situado nesta Capital na Rua Maranhão, nº 202 – Higienópolis, que se fará realizar em primeira convocação às **20:00 horas do dia 16 de junho de 2008**, no salão de festas do próprio Edifício. Caso não haja o comparecimento mínimo exigido de 50% dos Condôminos, haverá segunda convocação às **20:30 horas**, do mesmo dia e local, esta se realizando com qualquer número de condôminos presentes, para tratar da seguinte ordem do dia:

1. **ESCLARECIMENTOS QUANTO AO ANDAMENTO DA OBRA DA FACHADA DO EDIFÍCIO;**
2. **ADEQUAÇÃO DOS CUSTOS DA OBRA DA FACHADA DO EDIFÍCIO EM RAZÃO DA SITUAÇÃO ATUAL, COM CONSEQUENTE ARRECADAÇÃO DE VERBA COMPLEMENTAR.**

Diante da importância do assunto pelos custos envolvidos, contamos com a presença de todos. Caso não possam comparecer poderão fazer-se representar através de procurador com mandato próprio.

Atenciosamente

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR
Dra. Tânia Wasserman - Síndica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EF5.

São Paulo 08 de outubro de 2007.

Prezado (a) Condômino (a):

REF.: ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos da Assembléia anterior, fica V.Sa. convidado(a) a comparecer à Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, situado nesta Capital na Rua Maranhão, nº 202 – Higienópolis, que se fará realizar em primeira convocação às **20:00 horas do dia 23 de outubro de 2007**, no salão de festas do próprio Edifício. Caso não haja o comparecimento mínimo exigido de 50% dos Condôminos, haverá segunda convocação às **20:30 horas**, do mesmo dia e local, esta se realizando com qualquer número de condôminos presentes, para tratar exclusivamente da seguinte ordem do dia:

1. **APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO EDIFÍCIO, COM CONSEQUENTE LIBERAÇÃO DE VERBA PARA ARRECADAÇÃO;**

Diante da importância do assunto discutido em várias Assembléias e diante dos custos envolvidos, contamos com a presença de todos. Caso não possam comparecer poderão fazer-se representar através de procurador com mandato próprio.

Atenciosamente

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR
Dra. Tânia Wasserman - Síndica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EF9.

LARCON

LARCON - IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA.

CONDOMINIOS - LOCAÇÕES - VENDAS

São Paulo 19 de março de 2007.

Prezado (a) Condômino (a):

REF.: ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (CONTINUAÇÃO DE 07.03.07)

CONVOCAÇÃO PARA REINICIO DOS TRABALHOS

Conforme deliberado na Assembléia de 07 de março de 2007, fica V.Sa. convidado(a) a comparecer às **20:00 horas do dia 28 de março de 2007**, no salão de festas do próprio Edifício, para continuação dos trabalhos da Assembléia acima referenciada, quando deverão ser concluídos os seguintes itens daquela pauta:

1. **DEFINIÇÃO QUANTO A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO;**
2. **ANALISE E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA FACHADA DO EDIFÍCIO COM CONSEQUENTE LIBERAÇÃO DE VERBA.**

Diante da importância dos assuntos a serem discutidos, encarecemos a presença de todos, para que as decisões representem de fato o desejo e a opinião da maioria do Condomínio,

Atenciosamente

p/ COND. EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR
Dra. Tânia Wasserman - Síndica.

próx 11/04
pauta:
- eleição síndico e subsíndico
- acionar CW ?

Av. Ipiranga, 1100 - 12º Andar - CEP 01040-000 - Tel.: (11) 6014-5255 - Fax: (11) 6014-5262 - São Paulo - SP
E-mail: larcon@larcon.com.br - Site: www.larcon.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EFC.

128 – COND. EDIFICIO MAISON MONT CLAIR
CORPO DIRETIVO ELEITO NA A.G.O 26.09.06

SÍNDICO(A):

DRA. TANIA WASSERMAN – APTO 121

SUB-SÍNDICO(A):

DR. DUILIO J. S. PINTO NOVAES – APTO 41

CONSELHO CONSULTIVO:

EFETIVO:

SRA. ROBERTA COHEN – APTO 31

SR. BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA – APTO 101

SR. LUIS ANTONIO NAVARRO – APTO 21

SUPLENTES:

SR. LUIS ROBERTO CONTI MACHADO – APTO 11

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EFC.

/imprimirPopup.
fls. 197

BANCO DO BRASIL — **Cobrança Integrada BB**

Cedente
CREA-SP Conselho Regional de Engenharia e Agr
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059
01452-920 SAO PAULO - SP SP CNPJ 60.985.017/0001-77

Vencimento: 31/03/2014
Valor do documento: 413,67

(-) desconto / abatimento	(-) outras deduções	(+) mora / multa	(+) outros acréscimos	(=) Valor cobrado

Data do documento	Nº documento	Tipo doc.	Aceite	Data proces.	Nosso número
04/01/2014	5060842322	RC	N	13/01/2014	49.194.653.324-4

Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	x Valor	Agência/Código Cedente
	16-035	R$			3336-7 / 70.824-0

Nome do sacado
ISAAC DANIEL WASSERMAN

Endereço
Rua MARANHAO 202 APTO 121 - HIGIENOPOLIS

Município: Sao Paulo — UF: SP — CEP: 01240-000

Instruções de responsabilidade do cedente

ANUIDADE DE 2014 - COTA UNICA
Pagamento ate 31/01/2014 = R$ 350,00
Pagamento ate 28/02/2014 = R$ 370,00
Pagamento ate 31/03/2014 = R$ 413,67
PARCELAMENTO - VIDE VERSO
NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO

Mod. F164... SIGB-11136 - dab

Este recibo somente terá validade com a autenticação mecânica ou acompanhado do recibo de pagamento emitido pelo Banco.
Recebimento através do cheque nº _____ do banco _____
Este quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo banco sacado.

Autenticação mecânica - **Recibo do sacado**

BANCO DO BRASIL | **001-9** | 00194.91943 65332.433369 00070.824164 5 60190000041367

Local de pagamento
Pagável em qualquer banco até o vencimento.

Vencimento: 31/03/2014

Cedente
CREA-SP Conselho Regional de Engenharia e Agr

Agência / Código cedente: 3336-7 / 70.824-0

Data do documento	Nº documento	Tipo doc.	Aceite	Data proces.	Nosso número
04/01/2014	5060842322	RC	N	13/01/2014	49.194.653.324-4

Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	16-035	R$			413,67

Instruções de responsabilidade do cedente

ANUIDADE DE 2014 - COTA UNICA
Pagamento ate 31/01/2014 = R$ 350,00
Pagamento ate 28/02/2014 = R$ 370,00
Pagamento ate 31/03/2014 = R$ 413,67
PARCELAMENTO - VIDE VERSO
NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO

(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros acréscimos
(=) Valor cobrado

Sacado
ISAAC DANIEL WASSERMAN
Rua MARANHAO 202 APTO 121 - HIGIENOPOLIS
01240-000 Sao Paulo SP
Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - **Ficha de compensação**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295144
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030EFE.

Tania Wasserman

De: Tania Wasserman <twadvocacia@uol.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 22 de janeiro de 2015 11:28
Para: Tania
Assunto: ENC: Rematrícula 2015

De: ALEX SANDRO DA SILVA [mailto:ALEX.S@renascenca.br]
Enviada em: terça-feira, 20 de janeiro de 2015 17:32
Para: Tania Wasserman
Assunto: RES: Rematrícula 2015

Tania,

Consta em abertas as mensalidades de:

Dez/2014 – R$ 4.765,00
Jan/2015 – R$ 5.312,00

Att,

Alex Sandro da Silva
Analista de cobrança

www.renascenca.br - alex.s@renascenca.br



De: Colégio Renascença [mailto:marketing@news.renascenca.br]
Enviada em: terça-feira, 20 de janeiro de 2015 15:44
Para: twadvocacia@uol.com.br
Assunto: Rematrícula 2015

Não consegue visualizar nosso e-mail? Visualize clicando aqui



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030F01.

Rematrícula 2015

Prezado Responsável Financeiro,

Recebemos a confirmação de matrícula de seu(sua) filho(a) para 2015. Entretanto há pendência(s) do ano de 2014 em aberto. Para que a matrícula possa ser considerada válida e o nome do aluno seja inserido nas listas de classe (que serão divulgadas em 21/1/2015), pedimos que entrem em contato com o Departamento Financeiro o quanto antes, a fim de regularizar a situação.

De acordo com o contrato de prestação de serviço 2015, somente após a quitação integral deste(s) débito(s) o aluno estará apto a frequentar as aulas.

Atenciosamente,

Departamento Financeiro

SOCIEDADE HEBRAICO BRASILEIRA RENASCENÇA

Rua São Vicente de Paula, 659 - Santa Cecília - São Paulo, SP
renascenca@renascenca.br

Curta nossa página No FACEBOOK

Curta nosso canal No YOUTUBE

Siga-nos no Twitter @colrenascenca

Não responda este e-mail, qualquer dúvida acesse a **Central de Atendimento**

Seu Email Cadastrado no banco de dados é:twadvocacia@uol.com.br
Acesse o link caso você não queira receber mais esse tipo de mensagem.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030F01.

Banco Itaú S.A. | 341-7

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO APÓS VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ

Vencimento: 10/03/2012

Cedente/Sacador: SOCIEDADE HEBRAICO BRASILEIRA RENASCENÇA

Agência / Código Cedente: 0061/55900-1

Data do Documento	Número do Documento	Esp. Doc.	Aceite	Data do Proces.
17/02/2012	724428	ME	N	17/02/2012

Nosso Número: 175/28724428-6

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	175	R$		

(=) Valor do Documento: 136,75

Instruções (Mensagem de responsabilidade do cedente)

MATRÍCULA: **H07800592** **ENS. FUNDAMENTAL - 3º ANO**

ALUNO: **GUILHERME WASSERMAN**

Após vcto. cobrar R$ 2,73 de multa mais R$ 0,04 ao dia.

Após vencimento somente no Itaú.

Não receber após 15 dias do vencimento.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

PROJETO CIÊNCIAS - SANGARI

Sacado TANIA WASSERMAN — CNPJ/CPF: 148.432.458-79

R. MARANHÃO, 202 AP121 HIGIENÓPOLIS

01240-000 São Paulo

Sacador / Cedente

Recibo do Sacado

Recebimento através do Cheque nº do Banco:

Esta quitação só terá validade após pagamento do cheque pelo banco sacado.

Autenticação Mecânica

.....

Banco Itaú S.A. | 341-7

34191 75280 72442 860069 15590 010003 1 52680000013675

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO APÓS VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ

Vencimento: 10/03/2012

Cedente/Sacador: SOCIEDADE HEBRAICO BRASILEIRA RENASCENÇA

Agência / Código Cedente: 0061/55900-1

Data do Documento	Número do Documento	Esp. Doc.	Aceite	Data de Proces.
17/02/2012	724428	ME	N	17/02/2012

Nosso Número: 175/28724428-6

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	175	R$		

(=) Valor do Documento: 136,75

Instruções (Mensagem de responsabilidade do cedente)

MATRÍCULA: **H07800592** **ENS. FUNDAMENTAL - 3º ANO**

ALUNO: **GUILHERME WASSERMAN**

Após vcto. cobrar R$ 2,73 de multa mais R$ 0,04 ao dia.

Após vencimento somente no Itaú.

Não receber após 15 dias do vencimento.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

PROJETO CIÊNCIAS - SANGARI

Sacado TANIA WASSERMAN — CNPJ/CPF: 148.432.458-79

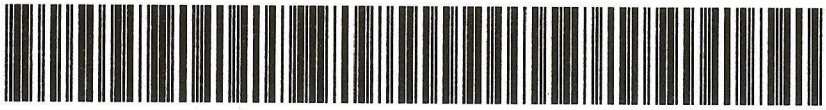
R. MARANHÃO, 202 AP121 HIGIENÓPOLIS

01240-000 SÃO PAULO

Sacador / Cedente

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica



.....

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030F03.

Banco Itaú S.A. | 341-7

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO APÓS VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ

Vencimento: 10/03/2012

Cedente/Sacador: SOCIEDADE HEBRAICO BRASILEIRA RENASCENÇA

Agência / Código Cedente: 0061/55900-1

Data do Documento	Número do Documento	Esp. Doc.	Aceite	Data do Proces.
01/03/2012	725037	ME	N	01/03/2012

Nosso Número: 175/37725037-5

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	175	R$		

(=) Valor do Documento: 130,00

Instruções (Mensagem de responsabilidade do cedente)

H07800591 GABRIELA WASSERMAN

Após vcto. cobrar R$ 2,60 de multa mais R$ 0,04 ao dia.

Após vencimento somente no Itaú.

Não receber após 15 dias do vencimento.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

CURSO OPTATIVO - DANÇA

Sacado TANIA WASSERMAN CNPJ/CPF: 148.432.458-79

R. MARANHÃO, 202 AP121 HIGIENÓPOLIS

01240-000 HIGIENÓPOLIS

Sacador / Cedente

Recibo do Sacado

Recebimento através do Cheque nº do Banco:

Autenticação Mecânica

Esta quitação só terá validade após pagamento do cheque pelo banco sacado.

Banco Itaú S.A. | 341-7

34191 75371 72503 750068 15590 010003 5 52680000013000

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO APÓS VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ

Vencimento: 10/03/2012

Cedente/Sacador: SOCIEDADE HEBRAICO BRASILEIRA RENASCENÇA

Agência / Código Cedente: 0061/55900-1

Data do Documento	Número do Documento	Esp. Doc.	Aceite	Data de Proces.
01/03/2012	725037	ME	N	01/03/2012

Nosso Número: 175/37725037-5

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	175	R$		

(=) Valor do Documento: 130,00

Instruções (Mensagem de responsabilidade do cedente)

H07800591 GABRIELA WASSERMAN

Após vcto. cobrar R$2,60 de multa mais R$ 0,04 ao dia.

Após vencimento somente no Itaú.

Não receber após 15 dias do vencimento.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

CURSO OPTATIVO - DANÇA

Sacado TANIA WASSERMAN CNPJ/CPF: 148.432.458-79

R. MARANHÃO, 202 AP121 HIGIENÓPOLIS

01240-000 HIGIENÓPOLIS

Sacador / Cedente

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030F03.

Procuração "*ad judicia*"

Isaac Daniel Wasserman, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 19.555.992, inscrito no CPF/MF sob nº 131.938.178-21, com endereço na Cidade de São Paulo à Rua Maranhão nº 202, apartamento 121, CEP 01240-000, nomeia e constitui sua bastante procuradora a advogada **Tânia Wasserman**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob nº 146.244, com escritório na Cidade de São Paulo à Rua Sergipe nº 401, conjunto 1308, CEP 01243-001, telefone 55 11 3255-4742, à qual confere amplos poderes para representá-lo, *ad judicia*, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, acompanhando umas e outras até final decisão, conferindo-lhes poderes para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, independente de ordem ou nomeação, podendo substabelecer com ou sem reservas de poderes, bem como para representá-lo perante repartições, autarquias e empresas públicas federais, estaduais ou municipais.

O presente mandato é outorgado com poderes especiais para acompanhar até final decisão a ação de indenização nº 1008880-28.2018.8.26.0100 proposta por Condomínio Edifício Maison Mont Clair, também contra a Construtora Wasserman S/A, em trâmite perante a 31ª Vara Cível do Foro Central da Capital.

São Paulo, 27 de setembro de 2.018

Isaac Daniel Wasserman

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 19:07 , sob o número WJMJ18413295114
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 5030F06.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 55/84: Providencie o executado a distribuição correta da petição, bem como a denominação correta, no prazo de 5 dias, mantendo o conteúdo.

Intime-se.

São Paulo, 09 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 09/10/2018 às 13:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 508ED4C.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0400/2018, foi disponibilizado na página 891 do Diário da Justiça Eletrônico em 11/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 55/84: Providencie o executado a distribuição correta da petição, bem como a denominação correta, no prazo de 5 dias, mantendo o conteúdo. Intime-se."

SÃO PAULO, 11 de outubro de 2018.

Regina Celia Estevam De Paula
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por REGINA CELIA ESTEVAM DE PAULA, liberado nos autos em 11/10/2018 às 10:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 50C1CAE.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, também contra a **Construtora Wasserman S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., aditar a petição de embargos anteriormente apresentada, da forma seguinte:

Inicialmente, esclarece tratarem os presentes de embargos à execução e, por isso, adita o valor atribuído à causa para R$ 352.079,75 (trezentos e cinquenta e dois mil, setenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Sobre o indeferimento do pedido de gratuidade, esclarece o seguinte:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/10/2018 às 17:18 , sob o número WJMJ18414403697
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51C225B.

O embargante está sendo assistido por advogada particular que, no entanto, é sua esposa!! Por óbvio que não há contrato de honorários nem tampouco o embargante efetuou qualquer pagamento a esse título.

Conforme cópia da última declaração de imposto de renda, em anexo, o embargante não possui bens nem rendimentos, apenas conseguindo alguns pouquíssimos trabalhos na área de perícias de engenharia.

O embargante encontra-se em uma situação financeira delicada pois, muito embora tenha se retirado da empresa da qual foi sócio, não recebeu um centavo por seus haveres.

De fato, o embargante reside no apartamento objeto da ação porquanto existe a promessa de dação em pagamento por parte de sua saída da empresa executada.

No entanto, essa dação ainda não se concretizou, estando irregular a escritura , impossibilitando, ao embargante, vender o apartamento onde reside com sua família e ir para outro menor. Ninguém aceitaria comprar o imóvel sem a documentação em ordem.

Atualmente, o embargante não possui bens, exceto a posse da sua residência, nem valores em moeda corrente, pelo que o pagamento das custas e despesas processuais nestes autos certamente trará prejuízos ainda maiores ao seu sustento e ao de sua família, já tão prejudicada em razão da situação provocada pela ex sócia do embargante.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/10/2018 às 17:18 , sob o número WJMJ18414403697
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51C225B.

Desta sorte, insiste lhe sejam deferidos os benefícios da gratuidade processual, para todos os fins de direito.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 324 de outubro de 2.018

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/10/2018 às 17:18 , sob o número WJMJ18414403697
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51C225B.

NOME: **Isaac Daniel Wasserman**

CPF: **131.938.178-21** **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL **EXERCÍCIO 2018** **ANO-CALENDÁRIO 2017**

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome:	Isaac Daniel Wasserman	CPF:	131.938.178-21
Data de Nascimento:	07/09/1969	Título Eleitoral:	0167294600116
Possui cônjuge ou companheiro(a)?	Sim	CPF do cônjuge ou companheiro(a):	148.432.458-79
Houve mudança de endereço?	Não		
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental?	Não		
Endereço:	Rua MARANHÃO	Número:	202
Complemento:	APARTAMENTO 121	Bairro/Distrito:	HIGIENOPOLIS
Município:	São Paulo	UF:	SP
		DDD/Telefone:	(11) 3129-3153
CEP:	01243-001	DDD/Celular:	(11) 99981-6484
E-mail:	IWASSERMAN@UOL.COM.BR		
Natureza da Ocupação:	12 - Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador-titular		
Ocupação Principal:	214 Engenheiro, arquiteto e afins		
Tipo de declaração:	Declaração de Ajuste Anual Original		
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2017:	162714139352		

DEPENDENTES

Sem informações

ALIMENTANDOS

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

Sem informações

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem informações

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/10/2018 às 17:18 , sob o número WJMJ18414403697
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51C225E.

NOME: **Isaac Daniel Wasserman**
CPF: **131.938.178-21** **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL **EXERCÍCIO 2018** **ANO-CALENDÁRIO 2017**

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

Sem informações

PAGAMENTOS EFETUADOS

Sem informações

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2016	SITUAÇÃO EM 31/12/2017
61	saldo em conta corrente no Banco Bradesco S/A 105 - Brasil CNPJ: Agência: 3193 Conta: 2104-0	0,10	0,10
61	saldo em conta corrente perante o Banco Intermedium S/A 105 - Brasil CNPJ: Agência: 0001 Conta: 684292-5	3.544,04	1.258,21
32	2.501 cotas do capital social da empresa I.D.Tec.Engenharia S/C Ltda 105 - Brasil CNPJ: 04.396.803/0001-68	2.501,00	2.501,00
TOTAL		6.045,14	3.759,31

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem informações

ESPÓLIO

Sem informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS

Sem informações

DOAÇÕES DIRETAMENTE NA DECLARAÇÃO - ECA

Sem informações

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/10/2018 às 17:18 , sob o número WJMJ18414403697
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51C225E.

NOME: **Isaac Daniel Wasserman**

CPF: **131.938.178-21**

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL **EXERCÍCIO 2018** **ANO-CALENDÁRIO 2017**

RESUMO — TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO AS DEDUÇÕES LEGAIS

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL	0,00

DEDUÇÕES

Contribuição à previdência oficial e à previdência complementar pública (até o limite do patrocinador)	0,00
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar, pública (acima do limite do patrocinador) ou privada, e Fapi	0,00
Dependentes	0,00
Despesas com instrução	0,00
Despesas médicas	0,00
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	0,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
TOTAL	0,00

IMPOSTO DEVIDO

Base de cálculo do imposto	0,00
Imposto devido	0,00
Dedução de incentivo	0,00
Imposto devido I	0,00
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00
Imposto devido II	0,00
Imposto devido RRA	0,00
Aliquota efetiva (%)	0,00
Total do imposto devido	0,00

IMPOSTO PAGO

Imposto retido na fonte do titular	0,00
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	0,00

IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DE IMPOSTO A PAGAR	0,00

PARCELAMENTO

Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Débito automático: NÃO

Banco	
Agência (sem DV)	
Conta para crédito	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/10/2018 às 17:18 , sob o número WJMJ18414403697
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51C225E.

NOME: **Isaac Daniel Wasserman**

CPF: **131.938.178-21**

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL **EXERCÍCIO 2018** **ANO-CALENDÁRIO 2017**

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2016	6.045,14
Bens e direitos em 31/12/2017	3.759,31
Dívidas e ônus reais em 31/12/2016	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2017	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	0,00
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	0,00
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/10/2018 às 17:18 , sob o número WJMJ18414403697
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51C225E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ALBERTO GIBIN VILLELA**

Vistos.

Fls. 205/211: Nada a deliberar.

Remeto a parte à decisão de fls. 203.

Intime-se.

São Paulo, 25 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALBERTO GIBIN VILLELA, liberado nos autos em 25/10/2018 às 15:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 51CA9D2.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0420/2018, foi disponibilizado na página 511 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 205/211: Nada a deliberar. Remeto a parte à decisão de fls. 203. Intime-se."

SÃO PAULO, 29 de outubro de 2018.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 29/10/2018 às 10:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 533B9B0.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que foram distribuídos embargos à execução de número 1105491-43.2018. Nada Mais. São Paulo, 12 de dezembro de 2018. Eu, ___, Marcelo de Lima Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO DE LIMA SILVA, liberado nos autos em 12/12/2018 às 16:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 61E2C4F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer, por ora, a regularização de sua representação judicial, com:

(1) a juntada do anexo (i) **instrumento particular de procuração**, (ii) bem como do comprovante de pagamento da taxa judicial devida e (ii) da Ata da Assembleia Geral que elegeu a Síndica signatária da procuração, declara, nos termos do art. 425, IV, do CPC, a autencidade dos documentos acostados,

(2) **revogando-se**, por meio do instrumento de procuração juntado, nos termos do art. 111 do Código de Processo Civil, o mandato anteriormente concedido (fls. 43), sendo que os mandatários anteriores já foram cientificados da referida revogação,

(3) constituindo seus **novos procuradores**, Dra. ANA MARA FRANÇA MACHADO, inscrita na OAB/SP n. 282.287, e Dr. BEN-HUR BELMONTE NETO, inscrito na OAB/SP sob o n. 264.145,

(4) requerendo, por fim, que sejam publicadas as comunicações futuras em nome de **ambos os procuradores mencionados no item 3** acima, atualizando-se o cadastro deste processo perante o distribuidor para a remoção dos procuradores cujos poderes foram revogados (fls. 43) e a inclusão dos atuais defensores (item 3 acima).

Termos em que
Pede deferimento.

São Paulo, 21 de janeiro de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:26 , sob o número WJMJ19400552173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6509D10.

PROCURAÇAO AD JUDITIA ET EXTRA

COM REVOGAÇÃO DE MANDATO ANTERIOR

OUTORGANTE: **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR**, localizado na Rua Maranhão, n. 202, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 59.086.074/0001-35, neste ato representado por sua síndica, Dra. ANA MARA FRANÇA MACHADO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o n. 282.287 e no CPF/MF sob o n. 313.010.608-10, com endereço comercial na Rua Álvaro de Carvalho, 48, 3º andar, Centro, São Paulo –SP.

OUTORGADOS: (1) **BEN-HUR BELMONTE NETO**, brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/SP sob o n. 264.145 e no CPF/MF sob o n. 226.907.698-24, (2) **ANA MARA FRANÇA MACHADO**, brasileira, advogada, casada, inscrita na OAB/SP sob o n. 282.287 e no CPF/MF sob o n. 313.010.608-10, ambos com endereço comercial na Rua Álvaro de Carvalho, 48, 3º andar, Centro, São Paulo -SP, os quais não fazem parte de sociedade profissional de advocacia.

OBJETO: Por meio do presente instrumento, o OUTORGANTE constitui os OUTORGADOS como seus procuradores para atuarem, judicial e extrajudicialmente, na cobrança e execução dos débitos condominiais objeto da Ação de Execução n. 1008880-28.2018.8.26.0100, bem como nos autos dos Embargos à Execução n. 1116342-44.2018.8.26.0100 e 1105491-43.2018.8.26.0100, que tramitam perante a 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP, para fins de atuar judicialmente e promover a cobrança ou execução de todos os responsáveis pelos débitos condominiais do apartamento 121 do CONDOMINIO EDIFICIO MONT CLAIR, bem como atuar em todas as ações, exceções, recursos e incidentes respectivos.

PODERES: A presente procuração é outorgada com poderes gerais para o foro, bem como com poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência de pedido, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, não detendo poderes para receber citação ou renunciar ao direito no qual se funda a ação, podendo, ainda, substabelecer total ou parcialmente, com ou sem reserva de poderes.

REVOGAÇÃO DE MANDATO ANTERIOR: Por este instrumento, também ficam revogadas todas as anteriores procurações outorgadas pelo OUTORGANTE nos autos objeto do processo de execução, outorgadas aos advogados ROBERTO MASSAIO YAMAMOTO (OAB/SP 125.394) e FABIO HASHIMOTO (OAB/SP 338.400), ambos da sociedade de advogados YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME (OAB/SP 3.979), nos termos do art. 111 da Lei 13.105/2015, e art. 682, I, e art. 692, da Lei 10.406/2002.

São Paulo, 01 de janeiro de 2019.

Ana Mara F Machado

CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR

(por sua Síndica Dra. Ana Mara França Machado)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:26 , sob o número WJMJ19400552173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6509D14.



85840000000-0 24000185111-1 90590004077-5 37020190218-4

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Condominio Edificio Maison Mont Clair			07 - Data de Vencimento 18/02/2019
02 - Endereço Rua Maranhão 202 Sao Paulo SP			08 - Valor Total R$ 24,00
03 - CNPJ Base / CPF 59.086.074	04 - Telefone (11)2198-8400	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **190590004077370**
06 - Observações Proc. Origem 1008880-28.2018.8.26.0100 - Foro Central Cível			Emissão: 19/01/2019

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

190590004077370-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

DARE-SP

Documento Detalhe

	01 - Código de Receita – Descrição **304-9** — Extra-Orçamentária e Anulação de Despesa - carteira de previdência dos advogados de São Paulo		02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1130401 - TAXA DE MANDATO (PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO)	19 - Qtde Serviços: 1	
15 - Nome do Contribuinte Condominio Edificio Maison Mont Clair	03 - Data de Vencimento 18/02/2019 04 - Cnpj ou Cpf 59.086.074/0001-35	06 -	09 - Valor da Receita R$ 24,00	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00	
16 - Endereço Rua Maranhão 202 Sao Paulo SP	05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00	
18 - Nº do Documento Detalhe **190590004077370-0001** Emissão: 19/01/2019	17 - Observações Proc. Origem 1008880-28.2018.8.26.0100 - Foro Central Cível	08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 24,00**	

85840000000-0 24000185111-1 90590004077-5 37020190218-4

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Condominio Edificio Maison Mont Clair			07 - Data de Vencimento 18/02/2019
02 - Endereço Rua Maranhão 202 Sao Paulo SP			08 - Valor Total R$ 24,00
03 - CNPJ Base / CPF 59.086.074	04 - Telefone (11)2198-8400	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **190590004077370**
06 - Observações Proc. Origem 1008880-28.2018.8.26.0100 - Foro Central Cível			Emissão: 19/01/2019

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:26 , sob o número WJMJ19400552173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6509D16.

Pagamento realizado com sucesso.

Forma de pagamento

Débito em conta

Agência / Conta corrente: 0001 / 000010979791

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

AMBIENTE DE PAGAMENTOS

DARE - SP

Valor: R$ 24,00

Numero do Controle: 19.059.000.407.737-0

Codigo de Barras: 85840000000-0 24000185111-1 90590004077-5 37020190218-4

Data de Vencimento: 18/02/2019

Data Arrecadacao: 21/01/2019

Data da Transacao: 19/01/2019

Hora Transacao: 11:20:00

Canal: INTERNET BANKING

Convenio de Arrecadacao: 003364960009000 02913

Comprovante de pagamento emitido de acordo com a Portaria CAT-126 de 16/09/2011, autorizado pelo Processo SF 1000050-534681/2003.

Pagamento efetuado com base nas informacoes do codigo de barras.

Guarde este recibo junto com o documento original para eventual comprovacao do pagamento.

Primeira Via

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

AMBIENTE DE PAGAMENTOS

DARE - SP

Valor: R$ 24,00

Numero do Controle: 19.059.000.407.737-0

Codigo de Barras: 85840000000-0 24000185111-1 90590004077-5 37020190218-4

Data de Vencimento: 18/02/2019

Data Arrecadacao: 21/01/2019

Data da Transacao: 19/01/2019

Hora Transacao: 11:20:00

Canal: INTERNET BANKING

Convenio de Arrecadacao: 003364960009000 02913

Comprovante de pagamento emitido de acordo com a Portaria CAT-126 de 16/09/2011, autorizado pelo Processo SF 1000050-534681/2003.

Pagamento efetuado com base nas informacoes do codigo de barras.

Guarde este recibo junto com o documento original para eventual comprovacao do pagamento.

Via Contribuinte

Data / Hora da transação:

19/01/2019 11:20:00

Autenticação bancária:

MBB35DFA1CB8D9FDD6BA470

Pagar outra conta

Compartilhar

Central de Atendimento Santander
4004-3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800-702-3535 (Demais Localidades)
SAC 0800-762-7777
Ouvidoria 0800-726-0322

Fechar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:26 , sob o número WJMJ19400552173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6509D18.

CONVIVIUM BRASIL

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
SEDE PRÓPRIA - DESDE 1983

TELEFONE: (11) 3791-6979
WWW.CONVIVIUMBR.COM.BR

ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR

LOCAL: Sala de Ginástica do Edifício
DATA: 12 de Dezembro de 2018.
HORA: 20h00min em segunda convocação.
PRESIDENTE: Sr. Benedito Pinto de Oliveira (Aptº. 101)
SECRETÁRIO: Sr. Saulo Zaniboni Alves (Convivium Adm. Condomínios.)

ORDEM DO DIA:

1º.) Aprovação de contas do período de novembro/2017 a outubro/2018;
2º.) Renovação do contrato de Síndica profissional;
3°.) Eleição de Subsíndico e conselho consultivo;
4°.) Previsão Orçamentária;
5°.) Demissão do funcionário Arikelson, conforme discutido em reunião com o conselho;
6°.) Discussão sobre portaria virtual;
7°.) Assuntos gerais.

Aos 12 dias do mês de Dezembro de 2018, em segunda convocação às 20h00min, reuniram-se os Condôminos do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, sito a Rua Maranhão, 202 – São Paulo, para deliberarem sobre a Ordem do Dia acima. Para presidir os trabalhos foi convidado o Sr. Benedito Pinto de Oliveira (Aptº. 101) que convidou a mim, Saulo Zaniboni Alves, para secretariá-lo, ambos aprovados por unanimidade. **1º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Aprovação de contas do período de novembro/2017 a outubro/2018 (As contas estão disponíveis a todos, inclusive através do site: www.conviviumbr.com.br): A Sra. Sindica disse que as pastas de prestação de contas são elaboradas e enviadas pela Convivium mensalmente para o Condomínio, nelas estão todos os comprovantes de pagamento, NFs, extratos e demonstrativos. O Conselho analisa os documentos e todas as pastas estão aprovadas pela Direção, porém se algum Condômino quiser analisá-las, basta solicitar. Após breve debate, as contas foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. **2º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Renovação do contrato de Síndica profissional; Diante do fim do contrato de um ano da Sra. Graça, os presentes decidiram por não renovar o contrato,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:26 , sob o número WJMJ19400552173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6509D1D.

CONVIVIUM BRASIL
ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
SEDE PRÓPRIA - DESDE 1983
TELEFONE: (11) 3791-6979
WWW.CONVIVIUMBR.COM.BR

elegendo por unanimidade a Sra. Ana Mara França Machado (Apto. 11) como Sindica, para cumprir o mandato até dezembro/2019. As funções administrativas continuam a cargo da Convivium Adm. de Condomínios LTDA, assim como a movimentação bancária, através de poderes aos seus sócios. **3º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Eleição de Subsíndico e conselho consultivo; Houve apenas uma alteração no quadro Diretivo, com a entrada do Sr. Oraci Pinheiro Jr.(Apto 51) como Conselheiro. **4º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Aprovação de previsão orçamentária para o próximo exercício; O Sr. Saulo apresentou previsão de gastos para o próximo ano, explicou que o Condomínio é atingido por aumentos significativos, como o salário dos funcionários, contas de água e luz, contratos de manutenção, etc. Com isso, para o ano seguinte, seria necessário um reajuste de 6,95%:

DESPESAS	***ATUAL***	***PREVISTO***
Salário *Liquido + Impostos – Dissídio Outubro*	R$ 26.970,00	R$ 28.100,00
Manutenções *Elevador + Bombas + Portão + Jardim*	R$ 2.100,00	R$ 2.270,00
Sabesp *Aumento em Novembro*	R$ 3.450,00	R$ 3.720,00
Eletropaulo *Aumento Variável*	R$ 1.440,00	R$ 1.555,00
Telefone e Gás	R$ 205,00	R$ 220,00
Materiais de consumo *Material de Limpeza + Materiais diversos*	R$ 250,00	R$ 410,00
Seguro Predial Obrigatório	R$ 255,00	R$ 280,00
Serviços prestados *Serviços eventuais e Periódicos*	R$ 1.360,00	R$ 2.000,00
Equipamentos, Ferramentas, Móveis e Utensílios	R$ 350,00	R$ 350,00
Expediente/Honorários *Taxa de Administração + Correio + Cópias etc.*	R$ 1.830,00	R$ 1.980,00
Sindico profissional	R$ 2.100,00	R$ 2.260,00
Diversos e Imprevistos	R$ 280,00	R$ 280,00
Despesas bancárias	R$ 130,00	R$ 140,00
Total de Despesas Ordinárias	**R$ 40.720,00**	**R$ 43.565,00**
Fundo de Reserva	R$ 2.003,00	R$ 2.180,00
Provisão 13º e Férias	R$ 3.409,00	R$ 3.750,00
Inadimplência	R$ 4.346,00	R$ 4.700,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:26 , sob o número WJMJ19400552173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6509D1D.

CONVIVIUM BRASIL
ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
SEDE PRÓPRIA - DESDE 1983
TELEFONE: (11) 3791-6979
WWW.CONVIVIUMBR.COM.BR

Total Geral ---------- R$ 50.478,00 R$ 54.195,00

Alguns Condôminos sugeriram que com a redução de um funcionário, haverá uma sobra de caixa, proposta que foi colocada em votação e aprovada por maioria. Após debate sobre o tema, o reajuste proposto não foi aprovado. **5º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Demissão do funcionário Arikelson, conforme discutido em reunião com o conselho; Foi aprovada a demissão do funcionário, que deverá cumprir o aviso prévio. Para o pagamento será utilizado parte do saldo em caixa e rateando uma parcela extra, em fevereiro/19, de R$ 900,00 por unidade tipo, respeitando a proporcionalidade das frações das unidades. **6º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Discussão sobre portaria virtual; Foi feita uma apresentação do sistema de portarias remota e virtual, pelo representante da empresa White. Os condôminos presentes elucidaram dúvidas e, por maioria, decidiram que os estudos devem continuar para melhor apresentação posterior. **7º. ITEM DA ORDEM DO DIA:** Assuntos gerais, sem caráter deliberativo: A Sra. Ana Mara fez críticas à condução do processo de cobrança contra a unidade 121 pelos atuais advogados do condomínio e se dispôs a assumir a ação. O Sr. Benedito lembrou que isso já foi tentando anteriormente (destituição dos advogados), porém não foi efetivado tendo em vista a exigência de honorários. Após debate, ficou aprovada a destituição dos atuais advogados, ficando pendente acertarmos o percentual dos honorários que serão devidos a eles e a Sra. Ana Mara irá assumir a ação. Não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia.

PRESIDENTE
Sr. Benedito Pinto de Oliveira

SECRETÁRIO
Sr. Saulo Zaniboni Alves

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:26 , sob o número WJMJ19400552173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6509D1D.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100
URGENTE – PEDIDO DE PENHORA DE CRÉDITO

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** (já citado) e de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua advogada, expor e requerer o quanto segue:

Em outros autos, o EXECUTADO ofereceu à penhora (doc. 01) um crédito seu que foi **em 17/01/2019** informado nos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca de São Paulo (doc. 02).

Conforme documentos acostados (inclusive a título de sigilo) nos autos dos Embargos à Execução oferecidos pelo EXECUTADO (autos apensos nº 1116342-44.2018.8.26.0100), o EXECUTADO alega que não possui bens, nem valores bancários, deixando de assegurar o juízo, não tendo sido pedido – e, portanto, deferido – a suspensão desta execução (doc. 03, r. decisão de fls. 174 dos autos apensos).

O débito **desatualizado**, conforme constou na inicial de distribuição, era de **R$352.079,75** (trezentos e cinquenta e dois mil, setenta e nove reais e setenta e cinco centavos), relativos a mais de 4 anos e meio de débitos condominiais sem sucesso de pagamento.

Sem embargo de posterior atualização e, considerando a janela de oportunidade que se tem no presente momento de **urgência**, requer-se a imediata **penhora do crédito nos rostos dos autos nº 0158646-56.2010.8.26.0100**, nos termos do art. 855 do CPC, do valor integral (a ser liquidado e especificado) do débito em execução, ou, se for o caso, até o limite do valor certo que constou da inicial **R$352.079,75** (sujeito ainda a atualização, pois existe mais de 1 ano de débitos em aberto em adição). Subsidiariamente, requer seja a medida tomada a título cautelar.

Termos em que
pede deferimento.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516907.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 45ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

URGENTE

Processo nº 0015543-10.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação Sumária de Indenização** que move contra **Octavio Galvão Neto**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue:

Conforme anteriormente esclarecido, o autor somente possuía participação nos bens do ativo imobilizado da Construtora da qual foi sócio mas, após a sua retirada e o processamento da fase de liquidação de sentença, ainda não encerrada, não recebeu absolutamente nada por seus haveres.

O autor, ora executado, não possui bens, senão a expectativa de receber pelo pagamento de sua participação, em razão da dissolução parcial da empresa. Tal apuração encontra-se em fase de liquidação, conforme sabido pelo exequente pois ele mesmo foi o perito responsável pela avaliação dos imóveis que compõem o ativo da empresa dissolvida.

Os imóveis mencionados pelo exequente pertencem, ainda, à empresa da qual o executado foi acionista e, diferentemente do que este, de forma irresponsável alega, as respectivas escrituras não foram outorgadas ao executado por culpa EXCLUSIVA da Construtora Wasserman, que deve registrar uma alteração societária de incorporação, precedente a escritura que deve ser outorgada, pagando, para isso, o ITBI correspondente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA VARGAS SEGALLA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 12/09/2018 10:49:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0015543-10.2018.8.26.0100 e código 15B2357.

Ademais, o valor do imóvel sobre o qual se requereu a penhora possui valor de avaliação superior a R$ 600.000,00, o que se apresenta exagerado frente ao valor do crédito do exequente.

Assim, o executado oferece à penhora o único bem que possui: os direitos de crédito que lhe cabem sobre sua retirada da empresa Construtora Wasserman S/A, direitos esses que estão sendo apurados nos autos da ação nº 0158646.56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo.

O executado possui créditos líquidos, já depositados em juízo, referentes a uma multa pelo fato da empresa requerida descumprir o acordo judicial entabulado. Desse valor, pode ser destacado, EM MOEDA CORRENTE, o valor devido ao exequente.

Assim, oferece à penhora os valores acima referidos, em moeda corrente nacional, evitando a desnecessária, exagerada e abusiva penhora de um imóvel

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 23 de agosto de 2.018

Tânia Wasserman
OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/08/2018 10:31:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0158646-56.2018.8.26.0100 e código 15B2B572.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 45ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

URGENTE

Processo nº 0015543-10.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação Sumária de Indenização** que move contra **Octavio Galvão Neto**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue:

Conforme anteriormente esclarecido, o autor somente possuía participação nos bens do ativo imobilizado da Construtora da qual foi sócio mas, após a sua retirada e o processamento da fase de liquidação de sentença, ainda não encerrada, não recebeu absolutamente nada por seus haveres.

Os imóveis mencionados pelo exequente pertencem, ainda, à empresa da qual o executado foi acionista e, diferentemente do que este, de forma irresponsável alega, as respectivas escrituras não foram outorgadas ao executado por culpa EXCLUSIVA da Construtora Wasserman, que deve registrar uma alteração societária de incorporação, precedente a escritura que deve ser outorgada, pagando, para isso, o ITBI correspondente.

Ademais, o valor do imóvel sobre o qual se requereu a penhora possui valor de avaliação superior a R$ 600.000,00, o que se apresenta exagerado frente ao valor do crédito do exequente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA VARGAS SEGALLA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/10/2018 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0015543-10.2018.8.26.0100 e código 65A00EC6.

Assim, o executado ofereceu à penhora os direitos de crédito que lhe cabem sobre sua retirada da empresa Construtora Wasserman S/A, direitos esses que estão sendo apurados nos autos da ação nº 0158646.56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo.

O executado possui créditos líquidos, já depositados em juízo, referentes a uma multa pelo fato da empresa requerida descumprir o acordo judicial entabulado. Desse valor, pode ser destacado, EM MOEDA CORRENTE, o valor devido ao exequente.

O levantamento desse crédito já está deferido, com o trânsito em julgado da decisão proferida naqueles autos, abaixo copiada:

Partes do processo

Exibindo Somente as principais partes. >>Exibir todas as partes.

Reqte: Isaac Daniel Wasserman
Advogado: Dannyel Springer Molliet

Reqdo: Construtora Wasserman S/A
Advogado: Carlos Eduardo Zavala
Advogado: Carlos Eduardo Gonzales Barreto

Outros: Ventura Pereira Macedo
Advogado: Rogerio Licastro Torres de Mello
Advogado: Jose Cabral Pereira Fagundes Junior

Movimentações

Exibindo 5 últimas. >>Listar todas as movimentações.

Data	Movimento
22/11/2018	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80059 - Protocolo: FJMJ18016196261*
14/11/2018	Autos no Prazo
14/11/2018	Certidão de Publicação Expedida

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/12/2018 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0015880-28.2018.8.26.0100 e código 65A0012.

Data	Movimento
	Relação :0382/2018 Data da Disponibilização: 14/11/2018 Data da Publicação: 19/11/2018 Número do Diário: 2700 Página: 903/908
12/11/2018	Remetido ao DJE *Relação: 0382/2018 Teor do ato: Vistos. Fls. 1049: Diante do trânsito em julgado do AI nº 2165373-59.2017.8.26.0100, antes de deferir a expedição de mandado de levantamento em favor do exequente, cumpra-se a decisão de fls. 1830/1833, item 2. Expeça-se ofício ao Banco do Brasil a fim de que informe o saldo atualizado da conta judicial vinculada aos presentes autos. Servirá a presente decisão, por cópia digitada, como OFÍCIO, para ser entregue, pela parte exequente, diretamente ao Banco do Brasil. Após, tornem conclusos. Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*

Assim, requer a substituição da penhora do bem imóvel indicado pelos valores acima referidos, em moeda corrente nacional, evitando a desnecessária, exagerada e abusiva penhora de um imóvel

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 30 de novembro de 2.018

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 03/12/2018 às 10:17 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0005880-28.2018.8.26.0100 e código 65A06F26.

Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

e-SAJ Portal de Serviços

CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

BEN HUR BELMONTE NETO (Sair)

MENU

> Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 1ºGrau

Consulta de Processos do 1ºGrau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Algumas unidades dos foros listados abaixo não estão disponíveis para consulta. Para saber quais varas estão disponíveis em cada foro clique aqui.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para pesquisa

Foro: Foro Central Cível

Pesquisar por: Nome da parte

Nome da parte: isaac daniel wasserman ☐ Pesquisar por nome completo

Dados do processo

Processo: 0158646-56.2010.8.26.0100 (583.00.2010.158646)
Classe: Dissolução e Liquidação de Sociedade
Área: Cível
Assunto: Dissolução
Local Físico: 17/01/2019 00:00 - No Cartório
Distribuição: 05/07/2010 às 17:47 - Livre
25ª Vara Cível - Foro Central Cível
Controle: 2010/001265
Juiz: LEILA HASSEM DA PONTE
Valor da ação: R$ 200.000,00

Partes do processo

Exibindo Somente as principais partes. »Exibir todas as partes.

Reqte: Isaac Daniel Wasserman
Advogado: Dannyel Springer Molliet

Reqdo: Construtora Wasserman S/A
Advogado: Carlos Eduardo Zavala
Advogado: Carlos Eduardo Gonzales Barreto

Outros: Ventura Pereira Macedo
Advogado: Rogerio Licastro Torres de Mello
Advogado: Jose Cabral Pereira Fagundes Junior

Movimentações

Exibindo todas as movimentações. »Listar somente as 5 últimas.

Data	Movimento
17/01/2019	Conclusos para Decisão *10º Tipo de local de destino: Juiz de Direito Especificação do local de destino: LEILA HASSEM DA PONTE*
16/01/2019	Ofício Juntado
09/01/2019	Autos no Prazo
06/12/2018	Expedição de documento *DAT URGENTE - OFÍCIO*
04/12/2018	Autos no Prazo
22/11/2018	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80059 - Protocolo: FJMJ18016196261*
14/11/2018	Autos no Prazo
14/11/2018	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0382/2018 Data da Disponibilização: 14/11/2018 Data da Publicação: 19/11/2018 Número do Diário: 2700 Página: 903/908*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
12/11/2018	Remetido ao DJE *Relação: 0382/2018 Teor do ato: Vistos. Fls. 1049: Diante do trânsito em julgado do AI nº 2165373-59.2017.8.26.0100, antes de deferir a expedição de mandado de levantamento em favor do exequente, cumpra-se a decisão de fls. 1830/1833, item 2. Expeça-se ofício ao Banco do Brasil a fim de que informe o saldo atualizado da conta judicial vinculada aos presentes autos. Servirá a presente decisão, por cópia digitada, como OFÍCIO, para ser entregue, pela parte exequente, diretamente ao Banco do Brasil. Após, tornem conclusos. Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
08/11/2018	Decisão *Vistos. Fls. 1049: Diante do trânsito em julgado do AI nº 2165373-59.2017.8.26.0100, antes de deferir a expedição de mandado de levantamento em favor do exequente, cumpra-se a decisão de fls. 1830/1833, item 2. Expeça-se ofício ao Banco do Brasil a fim de que informe o saldo atualizado da conta judicial vinculada aos presentes autos. Servirá a presente decisão, por cópia digitada, como OFÍCIO, para ser entregue, pela parte exequente, diretamente ao Banco do Brasil. Após, tornem conclusos. Intime-se.*
08/11/2018	Recebidos os Autos da Conclusão *Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Unid. de Proc. Judicial das 21ª a 25ª Varas Cíveis*
01/10/2018	Conclusos para Decisão *10º Tipo de local de destino: Juiz de Direito Especificação do local de destino: LEILA HASSEM DA PONTE*
25/09/2018	Expedição de documento
24/09/2018	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0328/2018 Data da Disponibilização: 24/09/2018 Data da Publicação: 25/09/2018 Número do Diário: 2665 Página: 351/353*
21/09/2018	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80058 - Protocolo: FJMJ18014488605*
21/09/2018	Remetido ao DJE *Relação: 0328/2018 Teor do ato: Vistos. Fls. 1030/1031: Diante da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis, retifique-se o ofício de fls. 1921 a fim de constar a "cota parte dos imóveis pertencentes a empresa Magnum Participações, CNPJ 60.812.328/0001-34". Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
19/09/2018	Decisão *Vistos. Fls. 1030/1031: Diante da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis, retifique-se o ofício de fls. 1921 a fim de constar a "cota parte dos imóveis pertencentes a empresa Magnum Participações, CNPJ 60.812.328/0001-34". Intime-se.*
18/09/2018	Recebidos os Autos da Conclusão *Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Unid. de Proc. Judicial das 21ª a 25ª Varas Cíveis*
06/08/2018	Conclusos para Decisão *10º Tipo de local de destino: Juiz de Direito Especificação do local de destino: LEILA HASSEM DA PONTE*
25/07/2018	Autos no Prazo
25/07/2018	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0254/2018 Data da Disponibilização: 25/07/2018 Data da Publicação: 26/07/2018 Número do Diário: 2623 Página: 413/419*
24/07/2018	Remetido ao DJE *Relação: 0254/2018 Teor do ato: Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): Manifeste-se a parte interessada sobre o(s) ofício(s) juntado(s), f. 1924/1925 no prazo de 15 dias. Nada Mais. São Paulo, 18 de julho de 2018 Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
23/07/2018	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
20/07/2018	Remetido ao DJE *Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): Manifeste-se a parte interessada sobre o(s) ofício(s) juntado(s), f. 1924/1925 no prazo de 15 dias. Nada Mais. São Paulo, 18 de julho de 2018*
20/07/2018	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0251/2018 Data da Disponibilização: 20/07/2018 Data da Publicação: 23/07/2018 Número do Diário: 2620 Página: 452/459*
19/07/2018	Remetido ao DJE *Relação: 0251/2018 Teor do ato: f. 1922 Em cumprimento a r. Decisão de f. 1918 e f. 1905, expedi OFICIO para 4° OFICIO REG. IMÓVEIS DE SÃO PAULO, à disposição da parte interessada para retirada/impressão e comprovação da distibuição em 10dias Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
18/07/2018	Certidão de Cartório Expedida *f. 1926 Manifeste-se a parte interessada sobre o(s) ofício(s) juntado(s), f. 1924/1925 no prazo de 15 dias*
18/07/2018	Mensagem Eletrônica (e-mail) Juntada *encaminhando decisão oficio*
18/07/2018	Certidão de Cartório Expedida *f. 1922 Em cumprimento a r. Decisão de f. 1918 e f. 1905, expedi OFICIO para 4° OFICIO REG. IMÓVEIS DE SÃO PAULO, à disposição da parte interessada para retirada/impressão e comprovação da distibuição em 10dias*
10/07/2018	Certidão de Cartório Expedida *f. 193 Em cumprimento a r. Decisão de f. 1918, anotei a PENHORA NO ROSTOS DOS AUTOS PROVENIENTE DA 18ª VC CENTRAL, ref. aos autos n° 1127642-42.2014.8.26.0100**
09/04/2018	Expedição de documento

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
09/04/2018	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0129/2018 Data da Disponibilização: 09/04/2018 Data da Publicação: 10/04/2018 Número do Diário: 2551 Página: 438/445*
06/04/2018	Remetido ao DJE *Relação: 0129/2018 Teor do ato: Vistos.1. Chamo o feito à ordem.Cuida-se de ação de dissolução e liquidação de sociedade autuada sob nº 0158646-56.2010.8.26.0100. Encontram-se apensos aos presentes, os autos do cumprimento provisório de sentença nº 1002205-30.2010.8.26.0100 e os autos do arrolamento de bens nº 0159480-59.2010.8.26.0100.Doravante, a fim de se evitar tumulto processual, determino que todas as petições devem ser dirigidas aos autos principais.2. Fls. 1913/1914: Anote-se e ciência às partes acerca da penhora no rosto dos autos proveniente do juízo da 18ª Vara Cível (processo. 1127642-42.2014.8.26.0100).3. No mais, cumpra a Serventia o item 1 da decisão de fls. 1905.Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
28/03/2018	Decisão *Vistos.1. Chamo o feito à ordem.Cuida-se de ação de dissolução e liquidação de sociedade autuada sob nº 0158646-56.2010.8.26.0100. Encontram-se apensos aos presentes, os autos do cumprimento provisório de sentença nº 1002205-30.2010.8.26.0100 e os autos do arrolamento de bens nº 0159480-59.2010.8.26.0100.Doravante, a fim de se evitar tumulto processual, determino que todas as petições devem ser dirigidas aos autos principais.2. Fls. 1913/1914: Anote-se e ciência às partes acerca da penhora no rosto dos autos proveniente do juízo da 18ª Vara Cível (processo. 1127642-42.2014.8.26.0100).3. No mais, cumpra a Serventia o item 1 da decisão de fls. 1905.Intime-se.*
28/03/2018	Recebidos os Autos da Conclusão *Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Unid. de Proc. Judicial das 21ª a 25ª Varas Cíveis*
23/02/2018	Conclusos para Despacho *vol 10 Tipo de local de destino: Juiz de Direito Especificação do local de destino: Leila Hassem da Ponte*
29/01/2018	Expedição de documento
29/01/2018	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0476/2017 Data da Disponibilização: 29/01/2018 Data da Publicação: 30/01/2018 Número do Diário: 2505 Página: 530/535*
24/01/2018	Remetido ao DJE *Relação: 0476/2017 Teor do ato: Vistos.Em resposta ao oficio de fls. 883/884, oficie-se informando que, por ora, não há valor depositado nos autos pertencente à Construtora Wasserman. Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
12/12/2017	Decisão *Vistos.Em resposta ao oficio de fls. 883/884, oficie-se informando que, por ora, não há valor depositado nos autos pertencente à Construtora Wasserman. Intime-se.*
12/12/2017	Recebidos os Autos da Conclusão *Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Unid. de Proc. Judicial das 21ª a 25ª Varas Cíveis*
06/11/2017	Conclusos para Despacho *vol 10º Tipo de local de destino: Juiz de Direito Especificação do local de destino: Leila Hassem da Ponte*
26/10/2017	Autos no Prazo
18/10/2017	Remetido ao DJE *REL-376*
03/10/2017	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80057*
28/09/2017	Expedição de documento
28/09/2017	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0368/2017 Data da Disponibilização: 28/09/2017 Data da Publicação: 29/09/2017 Número do Diário: 2440 Página: 502/511*
27/09/2017	Remetido ao DJE *Relação: 0368/2017 Teor do ato: Vistos.1. Fls. 1871/1873: Expeça-se oficio ao 4º Oficial de Registro de Imóveis da Capital a fim de retificar o arrolamento dos respectivos imóveis determinado por esse juízo, de modo a constar apenas a cota parte do imóvel pertencente à executada Construtora Wassermann. 2. Fls. 1901/1903: Cumpra-se a decisão da Superior Instância que concedeu efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida às fls. 1830/1833.Aguarde-se o julgamento do agravo. 3. Sem prejuízo, cumpra a Serventia o item 1 da decisão de fls. 1868.Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
26/09/2017	Decisão *Vistos.1. Fls. 1871/1873: Expeça-se oficio ao 4º Oficial de Registro de Imóveis da Capital a fim de retificar o arrolamento dos respectivos imóveis determinado por esse juízo, de modo a constar apenas a cota parte do imóvel pertencente à executada Construtora Wassermann. 2. Fls. 1901/1903: Cumpra-se a decisão da Superior Instância que concedeu efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida às fls. 1830/1833.Aguarde-se o julgamento do agravo. 3. Sem prejuízo, cumpra a Serventia o item 1 da decisão de fls. 1868.Intime-se.*
11/09/2017	Ofício Juntado
11/09/2017	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80056 - Protocolo: FJMJ17016010397*
11/09/2017	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0342/2017 Data da Disponibilização: 11/09/2017 Data da Publicação: 12/09/2017 Número do Diário: 2427 Página: 449/454*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
06/09/2017	Remetido ao DJE *Relação: 0342/2017 Teor do ato: Vistos.1. Em resposta ao oficio de fls. 1839 da 10ª Vara Cível, cumpra a Serventia o comando de fls. 1799, item 2.2. Fls. 1841/1867: Anote-se a interposição de agravo, ficando mantida a decisão por seus próprios fundamentos.Em não havendo notícia da concessão do efeito suspensivo, cumpra-se a decisão de fls. 1830/1833.Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
05/09/2017	Decisão *Vistos.1. Em resposta ao oficio de fls. 1839 da 10ª Vara Cível, cumpra a Serventia o comando de fls. 1799, item 2.2. Fls. 1841/1867: Anote-se a interposição de agravo, ficando mantida a decisão por seus próprios fundamentos.Em não havendo notícia da concessão do efeito suspensivo, cumpra-se a decisão de fls. 1830/1833.Intime-se.*
01/09/2017	Conclusos para Decisão
01/09/2017	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80055 - Protocolo: FSTA17000655371*
28/08/2017	Ofício Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Ofício em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80054*
28/08/2017	Expedição de documento
16/08/2017	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0308/2017 Data da Disponibilização: 16/08/2017 Data da Publicação: 17/08/2017 Número do Diário: 2411 Página: 472/478*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
15/08/2017	Remetido ao DJE

Relação: 0308/2017 Teor do ato: Vistos.1. Fls. 1596/1610 e 1761/1766: Trata-se de impugnação apresentada por PEROLA WASSERMAN nos autos do cumprimento de sentença instaurado por ISAAC DANIEL WASSERMAN. Segundo a impugnante, a execução da astreinte fixada no valor de R$ 400,00 por dia de descumprimento, que culminou no montante de R$ 358.400,00 é nula, em razão da falta de intimação pessoal do devedor para cumprimento da obrigação de fazer. Aduz ainda, que o valor da multa cominatória encontra-se elevada, caracterizando o enriquecimento ilícito do impugnado. Desta feita, pleiteia o impugnante a revogação da multa diária exequenda ou a redução do seu valor, bem como seja deferida a adjudicação dos imóveis a favor do exequente/impugnado em substituição ao cumprimento da obrigação de fazer. O impugnado manifestou-se às fls. 1705/1715 e às fls. 1824/1825.É o relatório.D E C I D O.A impugnação não merece acolhimento. A astreinte, como se sabe, é multa cominatória, que se aplica no caso de descumprimento de obrigação de fazer. Cabe ressaltar que as astreintes são devidas quando a parte, intimada para cumprir a ordem judicial, não o faz voluntariamente, desobedecendo à decisão judicial, como ocorreu no caso em tela. Cinge-se a impugnação à falta de intimação pessoal para o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na formalização da dação em pagamento de dois imóveis pertencentes à Construtora Wasserman ((i) Rua Maranhao, 202, apto. 121, matrícula nº 3668 no 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo e (ii) Rua Rio de Janeiro, 66, apto. 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas nº 24.256 e 24.257 no 1º Cartório de Registro de Imóveis do Guarujá/SP), que impossibilitaria a incidência de astreintes, em consonância com a Súmula n. 410 do E. STJ "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.".Assim, apesar de não ter havido intimação pessoal para a cobrança da multa diária decorrente do não cumprimento da obrigação de fazer, é certo que referida obrigação surgiu em razão de acordo celebrado entre as partes em audiência realizada por esse juízo em 16.05.2012, nos autos do cumprimento provisório de sentença instaurado sob nº 1002205-30.2010.8.26.0100, que contou com a presença pessoal da impugnante, o que demonstra ciência inequívoca quanto ao conteúdo da obrigação de fazer estabelecida no acordo celebrado, in verbis: " (...) 1- Para pagamento parcial dos haveres cabentes ao exequente Isaac Wasserman, as partes ajustam dação em pagamento dos seguintes imóveis: a) Rua Maranhão, 202, apto 121, matrícula n. 3.668 5º CRI/São Paulo; b) Rua Rio de Janeiro, 66, apto 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas n. 24.256 e 24.257 1º CRI/Guarujá; 2- A dação em pagamento indicada no item 1 será formalizada por específica escritura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de hoje, arcando o exequente com as custas e emolumentos inerentes a esta operação, ressalvando, contudo, que as custas e emolumentos decorrentes do registro da incorporação da empresa MAGNUM para a Construtora Wasserman S/A serão arcados pelas executadas;(...)". É de se ressaltar que, a impugnante foi intimada através de seu patrono devidamente constituído nos autos e detém inequívoco conhecimento da presente execução e da obrigação de fazer assumida. Neste diapasão, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo já se posicionou no sentido de que, em sendo demonstrada a inequívoca ciência do executado sobre a estipulação de multa cominatória em caso de descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, é inaplicável a Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça.Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que rejeitou a impugnação. Cumprimento de sentença. Obrigação de fazer. Inaplicabilidade da Súmula 410 do STJ. Ciência inequívoca do agravante quanto ao decidido, tanto que cumpriu parcialmente a sentença, depositando o valor da condenação a título de danos morais. Multa diária. Imposição de multa por descumprimento justificada, porém fixada em patamar excessivo. Caso que impõe necessária redução, a fim de evitar situação de enriquecimento sem causa ao agravado. Decisão parcialmente reformada." (TJSP, AI n. 2230190-06.2015.8.26.0000, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mario A. Silveira, 30.11.2015) Ademais, tratando-se de obrigação de fazer posterior às Leis n. 11.232/2005 e n. 11.382/2006, e segundo posição consolidada do C. Superior Tribunal de Justiça faz-se desnecessária a intimação pessoal do executado para cumprimento da obrigação de fazer imposta em sentença, para fins de aplicação das astreinte, após a vigência da Lei n. 11.232/2005.Sobre o tema, o E. Tribunal de Justiça já decidiu: "MULTA DIÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE MANDAMENTO JUDICIAL FIXADO EM SENTENÇA DEFINITIVA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSSOAL PARA FINS DE COBRANÇA DE MULTA JUDICIAL. Inaplicabilidade da Súmula 410 do E. STJ. De acordo com o entendimento do mesmo E. STJ, no caso em tela não deve ser aplicada a Súmula 410, cuja eficácia é restrita às obrigações regidas pelo sistema anterior à reforma promovida pelas Leis 11.232/2005 e 11.382/2006. Valor da multa que se encontra razoável e compatível ante a efetiva inércia do banco agravante em cumprir a determinação judicial. Recurso não provido." (TJSP, Apel. n. 2095945-24.2016.8.260000, 22ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Roberto Mac Cracken, j. 09.06.2016).No que tange à redução do valor das astreintes, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, de fato, firmou o entendimento de que é possível a redução do montante da multa cominatória quando se verificar que o valor atinge patamares exorbitantes. No entanto, tal precedente não aplica-se in casu, considerando-se o fato ensejador da multa cominatória, bem como as consequências causadas ao impugnado.Com efeito, o valor alcançado das astreintes decorreu da própria impugnante, simplesmente da sua resistência em cumprir a ordem judicial proferida por esse juízo, mormente considerarmos que até o presente momento não cumpriu a obrigação que lhe foi imposta. Cumpre esclarecer que, diferentemente do que aduz a impugnante, o não cumprimento da obrigação não se deu em razão da ausência do recolhimento das custas e emolumentos que é de responsabilidade do exequente/impugnado, mas sim pelo não cumprimento da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis (fls.1600), ônus da impugnante. No que concerne ao pleito formulado pela impugnante de adjudicação dos referidos imóveis ao exequente, em que pese a sua concordância, resta indeferido. Isso porque, a obrigação de fazer estabelecida à impugnante não pode ser suprida pela adjudicação dos imóveis, especialmente, em decorrência da existência da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis que deve ser cumprida em todos os seus termos, não se aplicando, in casu, o disposto no artigo 536 do CPC/2015.Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, REJEITO a impugnação apresentada pelo PEROLA WASSERMAN nos autos do cumprimento de sentença instaurado por ISAAC DANIEL WASSERMAN.2. Oficie-se ao Banco do Brasil a fim de que informe o saldo atualizado da conta judicial vinculada aos presentes autos.3. Após, dê-se ciência às partes. Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
14/08/2017	Decisão *Vistos.1. Fls. 1596/1610 e 1761/1766: Trata-se de impugnação apresentada por PEROLA WASSERMAN nos autos do cumprimento de sentença instaurado por ISAAC DANIEL WASSERMAN. Segundo a impugnante, a execução da astreinte fixada no valor de R$ 400,00 por dia de descumprimento, que culminou no montante de R$ 358.400,00 é nula, em razão da falta de intimação pessoal do devedor para cumprimento da obrigação de fazer. Aduz ainda, que o valor da multa cominatória encontra-se elevada, caracterizando o enriquecimento ilícito do impugnado. Desta feita, pleiteia o impugnante a revogação da multa diária exequenda ou a redução do seu valor, bem como seja deferida a adjudicação dos imóveis a favor do exequente/impugnado em substituição ao cumprimento da obrigação de fazer. O impugnado manifestou-se às fls. 1705/1715 e às fls. 1824/1825.É o relatório.D E C I D O.A impugnação não merece acolhimento. A astreinte, como se sabe, é multa cominatória, que se aplica no caso de descumprimento de obrigação de fazer. Cabe ressaltar que as astreintes são devidas quando a parte, intimada para cumprir a ordem judicial, não o faz voluntariamente, desobedecendo à decisão judicial, como ocorreu no caso em tela. Cinge-se a impugnação à falta de intimação pessoal para o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na formalização da dação em pagamento de dois imóveis pertencentes à Construtora Wasserman ((i) Rua Maranhao, 202, apto. 121, matrícula nº 3668 no 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo e (ii) Rua Rio de Janeiro, 66, apto. 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas nº 24.256 e 24.257 no 1º Cartório de Registro de Imóveis do Guarujá/SP), que impossibilitaria a incidência de astreintes, em consonância com a Súmula n. 410 do E. STJ "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.".Assim, apesar de não ter havido intimação pessoal para a cobrança da multa diária decorrente do não cumprimento da obrigação de fazer, é certo que referida obrigação surgiu em razão de acordo celebrado entre as partes em audiência realizada por esse juízo em 16.05.2012, nos autos do cumprimento provisório de sentença instaurado sob nº 1002205-30.2010.8.26.0100, que contou com a presença pessoal da impugnante, o que demonstra ciência inequívoca quanto ao conteúdo da obrigação de fazer estabelecida no acordo celebrado, in verbis: " (...) 1- Para pagamento parcial dos haveres cabentes ao exequente Isaac Wasserman, as partes ajustam dação em pagamento dos seguintes imóveis: a) Rua Maranhão, 202, apto 121, matrícula n. 3.668 5º CRI/São Paulo; b) Rua Rio de Janeiro, 66, apto 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas n. 24.256 e 24.257 1º CRI/Guarujá; 2- A dação em pagamento indicada no item 1 será formalizada por específica escritura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de hoje, arcando o exequente com as custas e emolumentos inerentes a esta operação, ressalvando, contudo, que as custas e emolumentos decorrentes do registro da incorporação da empresa MAGNUM para a Construtora Wasserman S/A serão arcados pelas executadas;(...)". É de se ressaltar que, a impugnante foi intimada através de seu patrono devidamente constituído nos autos e detém inequívoco conhecimento da presente execução e da obrigação de fazer assumida. Neste diapasão, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo já se posicionou no sentido de que, em sendo demonstrada a inequívoca ciência do executado sobre a estipulação de multa cominatória em caso de descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, é inaplicável a Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça.Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que rejeitou a impugnação. Cumprimento de sentença. Obrigação de fazer. Inaplicabilidade da Súmula 410 do STJ. Ciência inequívoca do agravante quanto ao decidido, tanto que cumpriu parcialmente a sentença, depositando o valor da condenação a título de danos morais. Multa diária. Imposição de multa por descumprimento justificada, porém fixada em patamar excessivo. Caso que impõe necessária redução, a fim de evitar situação de enriquecimento sem causa ao agravado. Decisão parcialmente reformada." (TJSP, AI n. 2230190-06.2015.8.26.0000, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mario A. Silveira, 30.11.2015) Ademais, tratando-se de obrigação de fazer posterior às Leis n. 11.232/2005 e n. 11.382/2006, e segundo posição consolidada do C. Superior Tribunal de Justiça faz-se desnecessária a intimação pessoal do executado para cumprimento da obrigação de fazer imposta em sentença, para fins de aplicação das astreinte, após a vigência da Lei n. 11.232/2005.Sobre o tema, o E. Tribunal de Justiça já decidiu: "MULTA DIÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE MANDAMENTO JUDICIAL FIXADO EM SENTENÇA DEFINITIVA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSSOAL PARA FINS DE COBRANÇA DE MULTA JUDICIAL. Inaplicabilidade da Súmula 410 do E. STJ. De acordo com o entendimento do mesmo E. STJ, no caso em tela não deve ser aplicada a Súmula 410, cuja eficácia é restrita às obrigações regidas pelo sistema anterior à reforma promovida pelas Leis 11.232/2005 e 11.382/2006. Valor da multa que se encontra razoável e compatível ante a efetiva inércia do banco agravante em cumprir a determinação judicial. Recurso não provido." (TJSP, Apel. n. 2095945-24.2016.8.260000, 22ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Roberto Mac Cracken, j. 09.06.2016).No que tange à redução do valor das astreintes, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, de fato, firmou o entendimento de que é possível a redução do montante da multa cominatória quando se verificar que o valor atinge patamares exorbitantes. No entanto, tal precedente não aplica-se in casu, considerando-se o fato ensejador da multa cominatória, bem como as consequências causadas ao impugnado.Com efeito, o valor alcançado das astreintes decorreu da própria impugnante, simplesmente da sua resistência em cumprir a ordem judicial proferida por esse juízo, mormente considerarmos que até o presente momento não cumpriu a obrigação que lhe foi imposta. Cumpre esclarecer que, diferentemente do que aduz a impugnante, o não cumprimento da obrigação não se deu em razão da ausência do recolhimento das custas e emolumentos que é de responsabilidade do exequente/impugnado, mas sim pelo não cumprimento da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis (fls.1600), ônus da impugnante. No que concerne ao pleito formulado pela impugnante de adjudicação dos referidos imóveis ao exequente, em que pese a sua concordância, resta indeferido. Isso porque, a obrigação de fazer estabelecida à impugnante não pode ser suprida pela adjudicação dos imóveis, especialmente, em decorrência da existência da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis que deve ser cumprida em todos os seus termos, não se aplicando, in casu, o disposto no artigo 536 do CPC/2015.Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, REJEITO a impugnação apresentada pelo PEROLA WASSERMAN nos autos do cumprimento de sentença instaurado por ISAAC DANIEL WASSERMAN.2. Oficie-se ao Banco do Brasil a fim de que informe o saldo atualizado da conta judicial vinculada aos presentes autos.3. Após, dê-se ciência às partes. Intime-se.*
05/07/2017	Conclusos para Decisão
05/07/2017	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0238/2017 Data da Disponibilização: 05/07/2017 Data da Publicação: 06/07/2017 Número do Diário: 2381 Página: 613/618*
04/07/2017	Remetido ao DJE *Relação: 0238/2017 Teor do ato: Vistos.Baixo os autos, sem decisão, dentro do prazo legal, em razão do gozo de férias.Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)*
03/07/2017	Despacho *Vistos.Baixo os autos, sem decisão, dentro do prazo legal, em razão do gozo de férias.Intime-se.*
14/06/2017	Conclusos para Decisão
09/06/2017	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80053 - Protocolo: FJMJ17012720930*
07/06/2017	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80052 - Protocolo: FJMJ17013615786*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
24/04/2017	Documento Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Documentos Diversos em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80050*
24/04/2017	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0142/2017 Data da Disponibilização: 24/04/2017 Data da Publicação: 25/04/2017 Número do Diário: 2332 Página: 501/504*
20/04/2017	Remetido ao DJE *Relação: 0142/2017 Teor do ato: Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):Ciência da petição do leiloeiro às fls. 1803 informando que o imóvel penhorado nestes autos está sendo levado a leilão no processo 0207822-67.2011.8.26.0100 que tramita na 39ª Vara Cível do Foro Central da Capital com 1ª praça em 14/10/2016 e 2ª praça em 16/11/2016. No silêncio, os autos serão remetidos ao arquivo.Nada Mais. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
19/04/2017	Ato ordinatório *Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):Ciência da petição do leiloeiro às fls. 1803 informando que o imóvel penhorado nestes autos está sendo levado a leilão no processo 0207822-67.2011.8.26.0100 que tramita na 39ª Vara Cível do Foro Central da Capital com 1ª praça em 14/10/2016 e 2ª praça em 16/11/2016. No silêncio, os autos serão remetidos ao arquivo.Nada Mais.*
17/04/2017	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80049*
07/03/2017	Autos no Prazo
03/03/2017	Documento Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Documentos Diversos em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80048 - Complemento: comprovante de deposito judicial*
03/03/2017	Ofício Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Ofício em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80047*
08/02/2017	Autos no Prazo
08/02/2017	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0030/2017 Data da Disponibilização: 08/02/2017 Data da Publicação: 09/02/2017 Número do Diário: 2284 Página: 512/527*
07/02/2017	Remetido ao DJE *Relação: 0030/2017 Teor do ato: Vistos.Primeiramente, dê-se ciência às partes acerca da notícia do praceamento de imóvel penhorado nestes autos.Após, tornem os autos conclusos para apreciação das petições de fls. 1705/1715, 1761/1767 e 1805/1807.Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
06/02/2017	Decisão *Vistos.Primeiramente, dê-se ciência às partes acerca da notícia do praceamento de imóvel penhorado nestes autos.Após, tornem os autos conclusos para apreciação das petições de fls. 1705/1715, 1761/1767 e 1805/1807.Intime-se.*
09/12/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80046 - Protocolo: FJMJ16017047181*
02/12/2016	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0504/2016 Data da Disponibilização: 02/12/2016 Data da Publicação: 05/12/2016 Número do Diário: 2252 Página: 556/563*
01/12/2016	Remetido ao DJE *Relação: 0504/2016 Teor do ato: Vistos.1. Fls. 1761/1766: Manifeste-se o exequente acerca da impugnação apresentada, no prazo de 15 dias.2. Fls. 1797: Em resposta ao ofício da 10ª Vara Cível, oficie-se informando que, por ora, não há qualquer valor depositado nos autos pertencente à executada Construtora Wasserman S/A. 3. No mais, aguarde-se a reposta do oficio encaminhado à 33ª Vara Cível Central (fls. 1795).Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
30/11/2016	Decisão *Vistos.1. Fls. 1761/1766: Manifeste-se o exequente acerca da impugnação apresentada, no prazo de 15 dias.2. Fls. 1797: Em resposta ao ofício da 10ª Vara Cível, oficie-se informando que, por ora, não há qualquer valor depositado nos autos pertencente à executada Construtora Wasserman S/A. 3. No mais, aguarde-se a reposta do oficio encaminhado à 33ª Vara Cível Central (fls. 1795).Intime-se.*
21/10/2016	Ofício Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Ofício em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80045*
08/09/2016	Autos no Prazo
06/09/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80044 - Protocolo: FJMJ16014645088*
29/08/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80043*
24/08/2016	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
10/08/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80042 - Protocolo: FSTA16000785240*
27/07/2016	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0310/2016 Data da Disponibilização: 27/07/2016 Data da Publicação: 28/07/2016 Número do Diário: 2166 Página: 424/428*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
26/07/2016	Remetido ao DJE *Relação: 0310/2016 Teor do ato: Vistos.Fls. 1698/1703: ciência às partes da penhora realizada no rosto dos autos.Fls. 1705/1741: manifestem-se os requeridos.Fls. 1742/1752: oficie-se à 33ª Vara Cível solicitando informações.Int. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
25/07/2016	Despacho *Vistos.Fls. 1698/1703: ciência às partes da penhora realizada no rosto dos autos.Fls. 1705/1741: manifestem-se os requeridos.Fls. 1742/1752: oficie-se à 33ª Vara Cível solicitando informações.Int.*
12/07/2016	Certidão de Cartório Expedida *Certifico e dou fé que em cumprimento ao item 2 da decisão de fls. 1693 anotei na contracapa dos autos e no sistema informatizado o nome do novo patrono da coexecutada Perla indicado a fls. 1594/1595. Certifico mais e finalmente que anotei no sistema e capa do processo a penhora no rosto dos autos procedida a fls. 1698/1703.*
11/07/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80041*
11/07/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80040*
03/06/2016	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0218/2016 Data da Disponibilização: 03/06/2016 Data da Publicação: 06/06/2016 Número do Diário: 2128 Página: 316-320*
02/06/2016	Remetido ao DJE *Relação: 0218/2016 Teor do ato: Vistos.1. Fls. 1592/1593: Esclareça o exequente os perdidos formulados, vez que não há noticia nos autos de que o montante penhorado no juízo da 39ª Vara Cível (fls. 1580), encontra-se a disposição desse juízo.2. 1594/1595: Anote-se na contracapa nos autos e no sistema informatizado.3. Fls. 1596/1610: Manifeste-se o exquente acerca da impugnação apresentada no prazo de 15 dias.Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
01/06/2016	Decisão *Vistos.1. Fls. 1592/1593: Esclareça o exequente os perdidos formulados, vez que não há noticia nos autos de que o montante penhorado no juízo da 39ª Vara Cível (fls. 1580), encontra-se a disposição desse juízo.2. 1594/1595: Anote-se na contracapa nos autos e no sistema informatizado.3. Fls. 1596/1610: Manifeste-se o exquente acerca da impugnação apresentada no prazo de 15 dias.Intime-se.*
17/05/2016	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0196/2016 Data da Disponibilização: 17/05/2016 Data da Publicação: 18/05/2016 Número do Diário: 2117 Página: 425/430*
16/05/2016	Remetido ao DJE *Relação: 0196/2016 Teor do ato: Ciência às partes da petição do perito juntada às fls. 1584/1586, estimando seus honorários profissionais na importância equivalente a R$20.000,00. Nada Mais. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
13/05/2016	Ato ordinatório *Ciência às partes da petição do perito juntada às fls. 1584/1586, estimando seus honorários profissionais na importância equivalente a R$20.000,00. Nada Mais.*
13/05/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80035 - Protocolo: FJMJ16011624879*
03/05/2016	Recebidos os Autos do Perito *Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Cartório da 25ª Vara Cível*
10/03/2016	Remetidos os Autos para o Perito *Tipo de local de destino: Perito Especificação do local de destino: Perito*
01/03/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80032*
11/02/2016	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0058/2016 Data da Disponibilização: 10/02/2016 Data da Publicação: 11/02/2016 Número do Diário: 2052 Página: 444/451*
05/02/2016	Remetido ao DJE *Relação: 0058/2016 Teor do ato: Vistos. Fls. 1574: Intime-se o perito contábil a dar início aos trabalhos. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
03/02/2016	Decisão *Vistos. Fls. 1574: Intime-se o perito contábil a dar início aos trabalhos. Intime-se.*
28/01/2016	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80033 - Protocolo: FJMJ16010123648*
28/01/2016	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0008/2016 Data da Disponibilização: 28/01/2016 Data da Publicação: 29/01/2016 Número do Diário: 2045 Página: 400/407*
27/01/2016	Remetido ao DJE *Relação: 0008/2016 Teor do ato: Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): Ciência do ofício da 4ª Vara Cível de Pinheiros comunicando que foi anotada a penhora no rosto dos autos do processo 0123628-52.2007.8.26.0011 até o limite de R$ 403.740,00 (27/02/2015). No silêncio, os autos serão remetidos ao arquivo. Nada Mais. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
19/01/2016	Ato ordinatório *Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): Ciência do ofício da 4ª Vara Cível de Pinheiros comunicando que foi anotada a penhora no rosto dos autos do processo 0123628-52.2007.8.26.0011 até o limite de R$ 403.740,00 (27/02/2015). No silêncio, os autos serão remetidos ao arquivo. Nada Mais.*
18/01/2016	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0436/2015 Data da Disponibilização: 17/12/2015 Data da Publicação: 18/12/2015 Número do Diário: 2029 Página: 379/382*
16/12/2015	Remetido ao DJE *Relação: 0436/2015 Teor do ato: Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): Ciência do mandado cumprido positivo sobre penhora no rosto dos autos nº 0215884-33.2010.8.26.0100 na 33ª Vara Cível às fls 1562/1565, cujo teor dos autos consta. No silêncio, os autos serão remetidos ao arquivo. Nada Mais. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
16/12/2015	Ato ordinatório *Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s): Ciência do mandado cumprido positivo sobre penhora no rosto dos autos nº 0215884-33.2010.8.26.0100 na 33ª Vara Cível às fls 1562/1565, cujo teor dos autos consta. No silêncio, os autos serão remetidos ao arquivo. Nada Mais.*
10/12/2015	Mandado Devolvido Cumprido Positivo *Certidão - Oficial de Justiça - Mandado Cumprido Positivo*
10/12/2015	Documento Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Documentos Diversos em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80030 - Complemento: Mandado*
10/12/2015	Documento Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80029 - Complemento: mandado*
13/11/2015	Ofício Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Ofício em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80028*
27/10/2015	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
27/10/2015	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
27/10/2015	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
14/10/2015	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0346/2015 Data da Disponibilização: 14/10/2015 Data da Publicação: 15/10/2015 Número do Diário: 1987 Página: 453/457*
13/10/2015	Remetido ao DJE *Relação: 0346/2015 Teor do ato: Vistos. Providencie a z. serventia a retificação dos oficios expedidos às fls. 1546/1548, de modo a constar que sejam transferidos os valores remanescentes pertencentes às corrés, sem limite do débito, conforme pleiteado pelo exequente às fls. 769/771 dos autos do arrolamento em apenso. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
09/10/2015	Decisão *Vistos. Providencie a z. serventia a retificação dos oficios expedidos às fls. 1546/1548, de modo a constar que sejam transferidos os valores remanescentes pertencentes às corrés, sem limite do débito, conforme pleiteado pelo exequente às fls. 769/771 dos autos do arrolamento em apenso. Intime-se.*
16/09/2015	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
16/09/2015	Ofício Expedido *Ofício - Oficial de Justiça - Mandado Penhora no Rosto dos Autos - Execução Fiscal*
16/09/2015	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
16/09/2015	Ofício Expedido *Ofício - Genérico*
04/09/2015	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0294/2015 Data da Disponibilização: 04/09/2015 Data da Publicação: 08/09/2015 Número do Diário: 1961 Página: 394/400*
03/09/2015	Remetido ao DJE *Relação: 0294/2015 Teor do ato: Vistos. 1. Fls. 1448/1450: Antes os esclarecimentos prestados pelo perito, homologo o laudo de avaliação dos imóveis constante às fls. 1075/1281, para que produza os jurídicos e regulares efeitos. 2. Fls. 1451: Considerando a inércia do exequente em promover o depósito dos honorários periciais, expeça-se certidão em favor do perito, por se tratar de título executivo extrajudicial, conforme disposto no artigo 585, inciso VI, do Código de Processo Civil, para execução em procedimento próprio. 3. Fls. 1453/1459: Defiro a expedição dos ofícios pleiteados pelo exequente nos itens "a", "c" e "d", sem prejuízo da penhora no rosto dos autos deferida às fls. 1437. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
03/09/2015	Decisão *Vistos. 1. Fls. 1448/1450: Antes os esclarecimentos prestados pelo perito, homologo o laudo de avaliação dos imóveis constante às fls. 1075/1281, para que produza os jurídicos e regulares efeitos. 2. Fls. 1451: Considerando a inércia do exequente em promover o depósito dos honorários periciais, expeça-se certidão em favor do perito, por se tratar de título executivo extrajudicial, conforme disposto no artigo 585, inciso VI, do Código de Processo Civil, para execução em procedimento próprio. 3. Fls. 1453/1459: Defiro a expedição dos ofícios pleiteados pelo exequente nos itens "a", "c" e "d", sem prejuízo da penhora no rosto dos autos deferida às fls. 1437. Intime-se.*
06/08/2015	Petição Juntada

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
31/07/2015	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80027*
31/07/2015	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80026*
31/07/2015	Documento Juntado *Juntada a petição diversa - Tipo: Documentos Diversos em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80025 - Complemento: mandado de levantamento judicial*
24/07/2015	Recebidos os Autos do Perito *carga do 7º volume Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Cartório da 25ª Vara Cível*
14/05/2015	Remetidos os Autos para o Perito *carga do 7º volume Tipo de local de destino: Perito Especificação do local de destino: Perito*
23/04/2015	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0118/2015 Data da Disponibilização: 23/04/2015 Data da Publicação: 24/04/2015 Número do Diário: 1870 Página: 447/454*
22/04/2015	Remetido ao DJE *Relação: 0118/2015 Teor do ato: Vistos. 1. Fls. 1441/1442: Defiro a expedição de guia de levantamentos dos honorários provisórios depositados no valor de R$ 10.000,00 em favor do perito. 2. No mais, reporto-me a decisão de fls. 1437. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
17/04/2015	Decisão *Vistos. 1. Fls. 1441/1442: Defiro a expedição de guia de levantamentos dos honorários provisórios depositados no valor de R$ 10.000,00 em favor do perito. 2. No mais, reporto-me a decisão de fls. 1437. Intime-se.*
15/04/2015	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80024*
04/03/2015	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0052/2015 Data da Disponibilização: 04/03/2015 Data da Publicação: 05/03/2015 Número do Diário: 1838 Página: 490/497*
03/03/2015	Remetido ao DJE *Relação: 0052/2015 Teor do ato: Vistos. 1. Fls. 1363/1375: Antes de homologar o laudo de avaliação dos imóveis, intime-se o perito para que manifeste-se sobre o parecer técnico divergente juntado às fls. 1300/1337. 2. Defiro a penhora no rosto dos autos do processo nº 0215884-33.2010.8.26.0100, em curso perante o juízo da 33ª Vara Cível do Foro Central, de eventual crédito pertencente à executada Construtora Wasserman S/A, até o limite do débito no valor de R$ 403.740,00 (R$ 358.400,00 + R$ 45.340,00). Expeça-se o necessário. 3. As transferências de eventuais valores para esse juízo serão determinadas em momento oportuno. 4. No mais, cumpra o exequente o quanto determinado às fls. 1360. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP)*
02/03/2015	Decisão *Vistos. 1. Fls. 1363/1375: Antes de homologar o laudo de avaliação dos imóveis, intime-se o perito para que manifeste-se sobre o parecer técnico divergente juntado às fls. 1300/1337. 2. Defiro a penhora no rosto dos autos do processo nº 0215884-33.2010.8.26.0100, em curso perante o juízo da 33ª Vara Cível do Foro Central, de eventual crédito pertencente à executada Construtora Wasserman S/A, até o limite do débito no valor de R$ 403.740,00 (R$ 358.400,00 + R$ 45.340,00). Expeça-se o necessário. 3. As transferências de eventuais valores para esse juízo serão determinadas em momento oportuno. 4. No mais, cumpra o exequente o quanto determinado às fls. 1360. Intime-se.*
20/02/2015	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80023*
10/02/2015	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0024/2015 Data da Disponibilização: 10/02/2015 Data da Publicação: 11/02/2015 Número do Diário: 417/433 Página:*
09/02/2015	Remetido ao DJE *Relação: 0024/2015 Teor do ato: Vistos. Como se sabe, os honorários periciais devem ser fixados pelo juiz, em seu prudente arbítrio, sem excessos, mas levando-se em conta o trabalho desenvolvido, sua maior ou menor complexidade, a qualidade e o alcance da perícia, o tempo demandado, a necessidade de deslocamento e, ainda, a natureza e a especialidade do expert, não se esquecendo o múnus público exercício pelo perito, de maneira a não afastar as partes da Justiça. O Sr. Perito detalhou o minucioso trabalho feito, com base nos estudos técnicos e na tabela de referência, que, em razão de sua complexidade, quantidade de imóveis avaliados e horas trabalhadas, justificam o valor fixado de honorários periciais. Nesse contexto, e considerando o princípio da razoabilidade, verifico que o valor apresentado a titulo de honorários periciais (R$ 40.400,00) não está excessivo, vez que foram objetos da perícia 11 imóveis, dentre eles, destacam-se prédios comerciais e sítio. Assim sendo, concedo ao autor o prazo de 10 dias para o depósito dos honorários restantes no valor de R$ 30.400,00. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
02/02/2015	Decisão *Vistos. Como se sabe, os honorários periciais devem ser fixados pelo juiz, em seu prudente arbítrio, sem excessos, mas levando-se em conta o trabalho desenvolvido, sua maior ou menor complexidade, a qualidade e o alcance da perícia, o tempo demandado, a necessidade de deslocamento e, ainda, a natureza e a especialidade do expert, não se esquecendo o múnus público exercício pelo perito, de maneira a não afastar as partes da Justiça. O Sr. Perito detalhou o minucioso trabalho feito, com base nos estudos técnicos e na tabela de referência, que, em razão de sua complexidade, quantidade de imóveis avaliados e horas trabalhadas, justificam o valor fixado de honorários periciais. Nesse contexto, e considerando o princípio da razoabilidade, verifico que o valor apresentado a titulo de honorários periciais (R$ 40.400,00) não está excessivo, vez que foram objetos da perícia 11 imóveis, dentre eles, destacam-se prédios comerciais e sítio. Assim sendo, concedo ao autor o prazo de 10 dias para o depósito dos honorários restantes no valor de R$ 30.400,00. Intime-se.*
28/01/2015	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária - Número: 80022*
08/01/2015	Recebidos os Autos do Perito *Tipo de local de destino: Cartório Especificação do local de destino: Cartório da 25ª Vara Cível*
17/12/2014	Remetidos os Autos para o Perito *somente o 7º volume Tipo de local de destino: Perito Especificação do local de destino: Perito* ***Vencimento:** 23/01/2015*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
12/12/2014	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0450/2014 Data da Disponibilização: 12/12/2014 Data da Publicação: 15/12/2014 Número do Diário: 1794 Página: 474/482*
11/12/2014	Remetido ao DJE *Relação: 0450/2014 Teor do ato: Vistos. Intime-se o perito para se manifestar sobre as impugnações dos honorários periciais apresentadas às fls.1347/1348 e 1349/1350. Após, tornem conclusos para decisão. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
10/12/2014	Decisão *Vistos. Intime-se o perito para se manifestar sobre as impugnações dos honorários periciais apresentadas às fls.1347/1348 e 1349/1350. Após, tornem conclusos para decisão. Intime-se.*
04/12/2014	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80021 - Protocolo: FIPI14000390446*
04/12/2014	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80020*
23/10/2014	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0384/2014 Data da Disponibilização: 23/10/2014 Data da Publicação: 24/10/2014 Número do Diário: 1761 Página: 354/356*
22/10/2014	Remetido ao DJE *Relação: 0384/2014 Teor do ato: Vistos. Primeiramente, manifestem-se as partes acerca da pretensão do perito, em relação aos seus honorários definitivos. Prazo: 10 dias. Após, tornem os autos conclusos. Intime-se. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
21/10/2014	Decisão *Vistos. Primeiramente, manifestem-se as partes acerca da pretensão do perito, em relação aos seus honorários definitivos. Prazo: 10 dias. Após, tornem os autos conclusos. Intime-se.*
20/10/2014	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80019*
20/10/2014	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80018 - Protocolo: FJMJ14011511155*
20/10/2014	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80017*
20/10/2014	Petição Juntada *Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Dissolução e Liquidação de Sociedade - Número: 80016*
22/08/2014	Petição Juntada
20/08/2014	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0292/2014 Data da Disponibilização: 20/08/2014 Data da Publicação: 21/08/2014 Número do Diário: 1715 Página: 409/515*
19/08/2014	Remetido ao DJE *Relação: 0292/2014 Teor do ato: Ciência às partes da juntada do laudo pericial às fls. 1072-1281. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
18/08/2014	Laudo Juntado
18/08/2014	Ato ordinatório *Ciência às partes da juntada do laudo pericial às fls. 1072-1281.*
22/07/2014	Petição Juntada
27/03/2014	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0104/2014 Data da Disponibilização: 27/03/2014 Data da Publicação: 28/03/2014 Número do Diário: 1620 Página: 540/547*
26/03/2014	Remetido ao DJE *Relação: 0104/2014 Teor do ato: Vistos Fica a devedora intimada na pessoa de seu advogado a efetuar o pagamento da dívida apurada pelo credor em R$ 35.176,55 no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de multa de 10%. Int. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
24/03/2014	Determinada a Manifestação do Requerido/Executado *Vistos Fica a devedora intimada na pessoa de seu advogado a efetuar o pagamento da dívida apurada pelo credor em R$ 35.176,55 no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de multa de 10%. Int.*
13/03/2014	Petição Juntada
26/02/2014	Apensado ao processo *Apenso o processo 1002205-30.2010.8.26.0100 - Classe: Cumprimento Provisório de Sentença - Assunto principal: ASSUNTOS ANTIGOS DO SAJ - Assunto não informado*
26/02/2014	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0068/2014 Data da Disponibilização: 26/02/2014 Data da Publicação: 27/02/2014 Número do Diário: 1601 Página: 437/439*
25/02/2014	Remetido ao DJE *Relação: 0068/2014 Teor do ato: Vistos. Cumpra-se o V. Acórdão. Apensem-se os autos de Cumprimento Provisório de Sentença de nº 1002205-30.2010.8.26.0100 a estes autos. Doravante, todas as petições deverão ser dirigidas aos autos principais. Int. Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)*
24/02/2014	Despacho *Vistos. Cumpra-se o V. Acórdão. Apensem-se os autos de Cumprimento Provisório de Sentença de nº 1002205-30.2010.8.26.0100 a estes autos. Doravante, todas as petições deverão ser dirigidas aos autos principais. Int.*
10/02/2014	Incidente Processual Instaurado *Seq.: 03 - Embargos de Terceiro*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
26/11/2013	Recebidos os Autos do Tribunal de Justiça
18/07/2013	Certidão de Cartório Expedida *Certidão - Genérica*
18/07/2013	Remetidos os Autos para o Tribunal de Justiça - Seção de Direito Privado
28/06/2013	Petição Juntada
18/06/2013	Petição Juntada *03*
18/06/2013	Ofício Juntado
14/05/2013	Certidão de Publicação Expedida *Relação :0083/2013 Data da Disponibilização: 14/05/2013 Data da Publicação: 15/05/2013 Número do Diário: 1414 Página: 345/353*
13/05/2013	Remetido ao DJE *Relação: 0083/2013 Teor do ato: Vistos. Fls. 1037: recolha a corré Construtora Wasserman as despesas no valor de R$ 22,00 (na guia FEDT - Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Justiça), após, solicite-se o desbloqueio dos veículos pelo sistema RENAJUD. Fls. 1041/1042: ciência às partes com urgência, por publicação no DJE. Int. (fls. 1041/1042: petição do perito que antes de sair de férias devolveu os autos e fixou datas para a realização das vistorias restantes, entretanto constatou que por equívoco de funcionários do seu escritório, o último volume dos autos não foi entregue com os demais, em razão disso, a programação não foi feita e ficou prejudicada. Visando reparar a falha, fixa o dia 13/05/2013 para a vistoria do Sítio do Capital em Mairiporã e na sequência sejam vistoriados os dois imóveis restantes: Rua Loefgren e Rua Onze de Junho) Advogados(s): Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Everaldo Leitao de Oliveira (OAB 152600/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Marcia Cristiane Saqueto Silva (OAB 295708/SP)*
09/05/2013	Despacho *Vistos. Fls. 1037: recolha a corré Construtora Wasserman as despesas no valor de R$ 22,00 (na guia FEDT - Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Justiça), após, solicite-se o desbloqueio dos veículos pelo sistema RENAJUD. Fls. 1041/1042: ciência às partes com urgência, por publicação no DJE. Int.(fls. 1041/1042: petição do perito que antes de sair de férias devolveu os autos e fixou datas para a realização das vistorias restantes, entretanto constatou que por equívoco de funcionários do seu escritório, o último volume dos autos não foi entregue com os demais, em razão disso, a programação não foi feita e ficou prejudicada. Visando reparar a falha, fixa o dia 13/05/2013 para a vistoria do Sítio do Capital em Mairiporã e na sequência sejam vistoriados os dois imóveis restantes: Rua Loefgren e Rua Onze de Junho)*
06/05/2013	Petição Juntada *04*
25/10/2012	Mudança de Classe Processual
26/07/2011	Data da Publicação SIDAP *CERTIFICO que remeto à publicação do Diário Oficial, nos termos do artigo 162, parágrafo 4º do C.P.C.: ?Ciência do ofício do Bradesco . Nada mais.*
25/07/2011	Despacho Proferido *CERTIFICO que remeto à publicação do Diário Oficial, nos termos do artigo 162, parágrafo 4º do C.P.C.: ?Ciência do ofício do Bradesco . Nada mais.*
25/05/2011	Data da Publicação SIDAP *Fls. 915 - Vistos. 1- Expeçam-se ofícios, na forma da proposta de fls. 914, item 3. 2- Outrossim, acolho a indicação do preposto dos interventores, Sr. Walter Romero. 3- Por fim, cumpra-se integralmente o comando de fls. 912. Int.*
24/05/2011	Despacho Proferido *Vistos. 1- Expeçam-se ofícios, na forma da proposta de fls. 914, item 3. 2- Outrossim, acolho a indicação do preposto dos interventores, Sr. Walter Romero. 3- Por fim, cumpra-se integralmente o comando de fls. 912. Int.*
16/05/2011	Data da Publicação SIDAP *Fls. 912 - Fls. 874: diante da manifestação do autor, e visando à execução da liminar mantida na sentença de fls. 855/871, determino a Serventia que extraia, com urgência, cópias dos autos dos processos n°s 583.00.2010.158646-9 e 583.00.2010.159480-3 (em apenso), para formação dos incidentes. Em se tratando de extração de cópias integrais dos autos, desnecessária a renumeração dos incidentes pela Serventia. Fls. 907/910: anote-se na contra capa dos autos, dando ciência às partes. No mais, recebo o recurso de apelação da requerida de fls. 884/890, em ambos os efeitos, exceto com relação à tutela antecipada confirmada, a qual fica recebida somente no efeito devolutivo. Vista ao autor, para apresentar as contrarrazões, no prazo legal. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça ? Seção de Direito Privado, observadas as formalidades legais. Int. (fls. 907/910 se refere ao ofício da 33ª Vara Cível da Capital, procedendo à penhora no rosto dos autos, para garantia do crédito do Condomínio Edifício Opus D?art, no valor de R$ 930.000,00, nos autos do Proc. Ordinário, nº 10.215884-2, em trâmite naquela Vara)*
13/05/2011	Processo Incidental *Processo Incidental 583.00.2010.158646-0/000001-000 Instaurado em 13/05/2011*
12/05/2011	Despacho Proferido *Fls. 874: diante da manifestação do autor, e visando à execução da liminar mantida na sentença de fls. 855/871, determino a Serventia que extraia, com urgência, cópias dos autos dos processos n°s 583.00.2010.158646-9 e 583.00.2010.159480-3 (em apenso), para formação dos incidentes. Em se tratando de extração de cópias integrais dos autos, desnecessária a renumeração dos incidentes pela Serventia. Fls. 907/910: anote-se na contra capa dos autos, dando ciência às partes. No mais, recebo o recurso de apelação da requerida de fls. 884/890, em ambos os efeitos, exceto com relação à tutela antecipada confirmada, a qual fica recebida somente no efeito devolutivo. Vista ao autor, para apresentar as contrarrazões, no prazo legal. Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça ? Seção de Direito Privado, observadas as formalidades legais. Int. (fls. 907/910 se refere ao ofício da 33ª Vara Cível da Capital, procedendo à penhora no rosto dos autos, para garantia do crédito do Condomínio Edifício Opus D?art, no valor de R$ 930.000,00, nos autos do Proc. Ordinário, nº 10.215884-2, em trâmite naquela Vara)*
13/04/2011	Data da Publicação SIDAP *1 - Cobre-se a devolução dos autos, em 24 horas. 2 - Decorrido o prazo, expeça-se mandado de busca e apreensão, na forma do pedido. Int. (na petição do autor solicitando a devolução dos autos pela requerida).*
12/04/2011	Despacho Proferido *1 - Cobre-se a devolução dos autos, em 24 horas. 2 - Decorrido o prazo, expeça-se mandado de busca e apreensão, na forma do pedido. Int. (na petição do autor solicitando a devolução dos autos pela requerida).*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
17/03/2011	Data da Publicação SIDAP *Fls. 855-857 - V. Estão presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada (pedidos, aliás, reiterados inúmeras vezes pelo autor da demanda - ver fls. 18/19, 276/278, 552/555 e 792/796), especialmente para viabilizar a nomeação de interventor na empresa para a condução dos negócios até a efetivação da dissolução parcial e respectiva apuração dos haveres. 1.1. Por primeiro, porque o mandato da atual diretoria encerrou-se no dia 31 de maio de 2010 e os acionistas, principalmente em razão da quebra de confiança exaustivamente discutida nos autos, não deliberaram sobre a eleição da nova diretoria. 1.2. Por segundo, porque existe a necessidade da preservação do patrimônio da empresa para se ultimar a dissolução pretendida pelo autor e a respectiva apuração dos haveres. Há indícios efetivos de que o patrimônio da empresa está sendo dilapidado. De fato, por exemplo, há nos autos comprovação de que os dois cheques provenientes da venda dos imóveis da Avenida Aclimação e Avenida Madre Cabrini foram depositados na conta da empresa WASSERMAN & MACEDO [ver fls. 797/798 ? tendo havido retirada sem identificação de R$ 730.000,00 ? cf. extrato de fls. 804]. 1.3 A própria ré PÉROLA WASSERMAN, em declaração prestada nos autos do processo 583.00.2010.215297-7, em curso na 37ª Vara Cível do Fórum João Mendes Junior, declarou, de próprio punho (fls. 133), que o dinheiro que se encontrava na conta corrente 9765-9, da agência 2282, do Banco Bradesco S/A, pertence à Construtora Wasserman S/A, sendo que o dinheiro apenas transita em referida conta como ?custodiante e gerenciadora de tais recursos?. 2. Como se vê, a única alternativa no presente caso viável canaliza para a nomeação dos interventores para orientar a condução da empresa em preservação dos interesses societários e das partes litigantes. Nesse campo, bem decidiu o TJSP (AI n. 243.871-4/1-00, 1ª Câmara de Direito Privado, j. 13-8-2002, Rel. Des. Gildo dos Santos): ?DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE CUMULADA COM APURAÇÃO DE HAVERES ? Decisão afastando as partes da gerência da empresa e nomeando Interventor - Admissibilidade - Hipótese em que há situação de tensão entre as partes, certo que a interlocutória visou ao regular andamento do feito e à continuação dos objetivos societários - Agravo de instrumento não provido.? 3. Realmente, cuida-se na espécie de tutela preventiva. O seu objetivo básico é ? impedir, de forma direta e principal, a violação do próprio direito material da parte. É providência judicial que veda (...) a prática de ato contrário aos deveres estabelecidos pela ordem jurídica, ou ainda sua continuação ou repetição? (Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado, 10ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007, p. 671). 4. Para o implemento da intervenção, hei por bem em nomear os peritos contador JUBRAY SACCHI e administrador RENATO TUMANG. No prazo de 5 dias, os interventores deverão apresentar um plano detalhado da intervenção, expedindo-se o cartório o necessário para o cumprimento desta decisão. 5. Em 48 horas, deposite o autor os honorários provisórios dos interventores, arbitrados em R$ 10.000,00 (dez mil reais). 6. No mais, segue sentença impressa em 14 (catorze) laudas. Int.*
17/03/2011	Data da Publicação SIDAP *Fls. 858-871 - Autos n. 583.00.2010.158646-9 25ª Vara Cível do Fórum Central da Capital V. I. Trata-se de ação de dissolução parcial de sociedade, cumulada com apuração de haveres, ajuizada por ISAAC DANIEL WASSERMAN em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN. Segundo a inicial, o autor é acionista da empresa ré, detendo 50% do seu capital acionário, conjuntamente com sua irmã Pérola, que detém o mesmo percentual. A ré Construtora Wasserman S/A é sociedade anônima de capital fechado, estritamente familiar, voltada à construção civil e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, fundada originalmente pelo pai dos litigantes, Dr. GUILHERMINO WASSERMAN, nos idos de 1960, e assim presidida até seu falecimento ocorrido em maio de 1995. Após o falecimento do fundador, o capital social foi distribuído entre seus filhos, Pérola, Lúcia e Issac, passando a corré Pérola a exercer a administração da empresa como Diretora-Presidente. Ao longo dos trabalhos desenvolvidos, a empresa conquistou sólida posição comercial e renome, bem assim vasto patrimônio. Esta tranquilidade financeira proporcionou o desenvolvimento de pelo menos seis empreendimentos de porte. No início de 2004 a empresa tinha uma condição patrimonial absolutamente cômoda, conforme detalhado no item 5 da inicial. Além dos imóveis, que somavam 22 milhões de reais, existem também os imóveis que servem de residência para os próprios acionistas. Já descontente com os rumos impostos pela Diretora-Presidente, a acionista Lúcia exigiu sua imediata retirada da empresa, com a desafetação de parte do ativo e do imóvel que serve como sua residência. Desse modo, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2004, foi deliberada a cisão parcial da sociedade com a conversão de parte de seu patrimônio para constituição da nova sociedade, com a retirada das ações de Lúcia e incorporação da empresa Magnun S/A Participações e Empreendimentos. Naquela ocasião, o capital da empresa ré foi reavaliado e devidamente integralizado no importe de R$ 17.624.496,00 e distribuído em 7.496.620 ações ordinárias nominativas, divididas da seguinte forma: a) Pérola Wasserman ? 50% - 3.748.310 ações; b) Issac Daniel Wasserman ? 50% - 3.748.310 ações. Mesmo considerando o impacto do pagamento dos haveres decorrente da cisão parcial, remanesceu para a empresa patrimônio para o desenvolvimento de suas atividades. Sem a resistência da irmã dissidente, e gozando de plena confiança do acionista remanescente, a Diretora Presidente passou a gerenciar a empresa de modo cada vez mais isolado e tendencioso. Esta lesiva administração consumiu significativamente o patrimônio remanescente, comprometendo o desenvolvimento do único empreendimento em curso, situado na Avenida Aclimação, 350, que hoje se encontra paralisado e com a expectativa de venda pelo valor de R$ 1.650.000,00. Já no ano de 2005, alegando dificuldades financeiras no fluxo de caixa, a Diretora Presidente determinou a suspensão do pagamento dos vencimentos do autor, fato este que perdura até os dias de hoje. Todavia, o destino dos vultosos recursos desaparecidos do caixa da empresa somente surgiu à tona recentemente, fulminando de modo absolutamente avassalador toda confiança depositada na Diretora-Presidente e sepultando completamente a possibilidade da manutenção do affectio societatis. Em verdade, a Diretora passou a gerir os recursos pertencentes à sociedade por meio de empresa paralela, mantida por ela, PÉROLA WASSERMAN e seu então companheiro, VENTURA PEREIRA MACEDO, de nome WASSERMAN & MACEDO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 01.5588.682/0001-15. Todos os valores recebíveis, aluguéis, levantamentos judiciais, venda de imóveis, saldos de contratos e outros créditos pertencentes e creditados à CONSTRUTORA WASSERMAN S/A eram imediatamente transferidos indevidamente à WASSERMAN & MACEDO COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, e a partir daí utilizados para pagamento das contas pessoais da Diretora-Presidente, sacados, ou ainda, transferidos para sua conta pessoal, sem qualquer prestação de contas ou satisfação de seu irmão acionista, ora autor. Todos os fatos descritos na inicial culminaram na absoluta quebra de confiança, autorizando a propositura da presente ação. No mais, aduziu o autor na inicial a irregularidade da representação da Companhia e a paralização das atividades da empresa. Postulou a concessão de tutela antecipada e o acolhimento do pedido, com a dissolução da presente sociedade, procedendo-se à posterior liquidação, com nomeação do liquidante devidamente habilitado para o encargo. Com a inicial, o autor juntou os documentos de fls. 22/266. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Os réus, devidamente citados, contestaram a fls. 301/317. Em preliminar defenderam a falta de interesse processual. No mérito, outrossim, aguardam a improcedência. Não existiu conduta lesiva por parte da administração da empresa, porquanto a empresa operou até 2008 e não 2005, sendo o último empreendimento da ré sito na Rua Raul Pompéia, 905, denominado de Opus D? Art, cujo engenheiro responsável era o autor. De fato, a partir de 2005 ficou combinado entre as partes que os sócios não fariam retiradas a título de pro-labore. Entretanto, com referência à sócia Pérola ficou acertado que a mesma, por não possuir outra fonte de renda, faria retiradas por conta do seu crédito aportado na empresa. Em 1998, a ré Pérola desfez-se de um imóvel e aportou o capital de R$ 158.581,76; por isso, combinou com seu irmão que faria o resgate de forma paulatina, devidamente atualizada e com juros de 1%. A ré não se apropriou de dinheiro da empresa, apesar de não ter tido tempo para prestar contas. O autor ausentou-se da empresa em 2009. Ficou combinado entre as partes que, uma vez sanadas as pendências judiciais, haveria o acerto financeiro entre as partes, ficando para decisão futura se a empresa seria cindida ou extinta. A própria esposa do autor, advogada da empresa, sugeriu a utilização de uma terceira empresa, para recebimento dos recursos financeiros da requerida com contrato de mútuo, a fim de evitar-se penhora on-line, mantendo-se assim a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos. Em verdade, a ré Pérola, apesar de não desviar nada da empresa, se vê envolvida em manobra ardilosa engendrada pelo seu ex-companheiro que, de forma covarde, utilizou-se da ingenuidade de seu irmão, ora autor, para utilizá-lo a fim de auferir vantagem. Toda a receita que a empresa aufere é no sentido de saneá-la para posteriormente ser*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data **Movimento**

feita a cisão ou extinção, sendo certo afirmar que já providenciou a ré Pérola sondagem de uma empresa especializada em cisões, fato este de pleno conhecimento do autor. Se de um lado não houve assembleia para renovação do mandato da diretoria, a empresa não pode ficar acéfala; diante da recusa do autor, a ré Pérola, por força da aplicação analógica do artigo 861 e seguintes do CC, c/c o artigo 144 da Lei n. 6.404/76, continua administrando a empresa, de forma zelosa e segura. Com a contestação, a ré juntou os documentos de fls. 318/545. Renovou o autor o pedido de concessão de tutela antecipada a fls. 552/555. Designada audiência de tentativa de conciliação, nos moldes do artigo 125, IV, do CPC. As partes entabularam acordo parcial apenas para viabilizar a solução final da lide por meio de autocomposição, mais especificamente por meio de oportuna cisão da empresa, para a qual ficou estabelecido o prazo de 30 dias contado do fechamento do balanço de 2010. Neste acordo parcial, ainda, ficou ajustado que até o encerramento do balanço relativo ao exercício de 2010, a administração seria levada a efeito conjuntamente pela ré Pérola e por pessoa de confiança designada pelo autor. Noticiou o autor o descumprimento do acordo; reiterando a concessão da tutela antecipada (fls. 613/616). As rés manifestaram sobre o pedido de intervenção e os autos vieram conclusos. Em apenso, autos da ação cautelar de arrolamento, com concessão de liminar (autos n. 583.00.2010.159480-3). É o relatório. D E C I D O. II. Procedo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, pois desnecessária a designação de audiência de instrução, debates e julgamento. Não há que se falar em falta de interesse processual. A pretensão do autor é útil, necessária e adequada. Busca-se, com a presente demanda, a dissolução da sociedade anônima fechada e a respectiva apuração de haveres. Nessa senda, especialmente diante da assertiva de quebra da affectio societatis, viável a pretensão do autor, mormente considerando a resistência das rés. Aplica-se, mutatis mutandis, o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, à luz do artigo 5º, XXXV, da CF. É o suficiente para a rejeição da objeção. Rejeitada a preliminar, no mérito digo que a demanda é procedente. De fato, o enquadramento da sociedade anônima pode ser feito como sendo de capital aberto ou fechado. Essa divisão tem em mira a admissão de negociação dos valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão ou na bolsa. Em outras palavras, ?as companhias fechadas (closed held corporations) são aquelas, no direito norte-americano, que contam com poucos participantes e não têm um mercado para suas ações, ao passo que as companhias abertas (Pucblicy held corporations) são aquelas que têm seus títulos (securities) em mercado, através de lançamentos de ações mediante underwriting, no mercado primário de ações (public issue of securities) (Wilson de Souza Campos Batalha e Sílvia Marina L. Batalha de Rodrigues Netto, A Nova Lei das S.A., São Paulo, LTr, 1998, p. 48). Nesse vértice, é muito comum, por razões das mais variadas [como na espécie vertente ? uma S.A. com dois acionistas apenas], empresas familiares optarem por constituir a sociedade como uma companhia fechada familiar. Nestes casos, por certo, identifica-se o intuitu personae, a par de estarmos diante de uma sociedade de capitais. Na autorizada lição de Fábio Konder Comparato, estas sociedades, em verdade, representam o oposto das sociedades anônimas originais. E por quê? Porque ?ela é (a companhia fechada), tanto interna quanto externamente, uma verdadeira sociedade de pessoas, dominada pelo princípio da identificação dos acionistas (sejam eles pessoas físicas ou jurídicas), de sua colaboração pessoal no exercício da empresa e da boa-fé em seu relacionamento recíproco? (Direito Empresarial ? Estudos e Pareceres, São Paulo, Saraiva, p. 160). Sem dúvida, nas palavras de Rubens Requião, ?sua concepção não se prende exclusivamente à formação do capital desconsiderando a qualidade pessoal dos sócios. Em nosso País, com efeito, prevalece sociedade anônima constituída tendo em vista o caráter pessoal dos sócios, ou a sua qualidade de parentesco, e por isso chamada de sociedade anônima familiar?. E mais: como dito alhures: ?a affectio societatis surge nessas sociedades com toda a nitidez, como em qualquer outra das sociedades de tipo personalista. Seus interesses estão, pois, regulados pelo contrato, o que explica a pouca ingerência da fiscalização de órgãos públicos em seus negócios? (Curso de Direito Comercial, 11ª edição, São Paulo, Saraiva, 1982, v. 2, p. 28). Pois bem. Indiscutivelmente, não pode o autor ser mantido na sociedade diante do desaparecimento da affectio societatis. Nesse sentido, o Código Civil é expresso. Realmente, ? a resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte (art. 473, caput, do CC). E mais: ?Art. 1029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa recusa. Parágrafo único. Nos 30 (trinta) dias subseqüentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade?. A rigor, como se infere claramente do comando legal, poder-se-ia dizer desnecessária a demanda judicial para a pretendida dissolução; a notificação, na forma da lei, tratando-se de sociedade por prazo indeterminado, já teria o condão de atingir o resultado pretendido. Em outras palavras: restariam tão-somente as discussões quanto à apuração dos haveres em balanço especialmente elaborado. De fato, ?em regra, é livre a retirada do sócio nas sociedades limitadas e anônimas fechadas, por prazo indeterminado, desde que tenha integralizado a respectiva parcela do capital, operando-se a denúncia (CC 473 e 1029)? (Enunciado n. 390 da Jornada IV Jornada de Direito Civil do STJ). E, nessa senda, realmente andou bem o Código Civil. Efetivamente, considerando que a affectio societatis constitui o tempero básico para qualquer vinculação em sociedade de pessoas, sempre na ideia da busca do fim comum, desaparecendo esse espírito de união, infelizmente, não há mais motivo para a continuidade da associação. Vale dizer, na sociedade por prazo indeterminado, à evidência, não precisa haver justificativa do sócio retirante. Nem poderia ser diferente! A lei ordinária está em sintonia com o princípio fundamental insculpido no art. 5º, XX, da Constituição Federal, porquanto é cediço que ?ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado?. Com efeito, ?quando pessoas coligam-se entre si, em caráter estável, sob uma direção comum para fins lícitos, dão origem às associações em sentido amplo. A liberdade de associação presta-se a satisfazer necessárias várias dos indivíduos, aparecendo, ao constitucionalismo atual, como básica para o Estado Democrático de Direito. Quando não podem obter os bens da vida que desejam, por si mesmo, os homens somam esforços, a associação é a fórmula para tanto. Associando-se com outros, promove-se maior compreensão recíproca, amizade e cooperação, além de expandirem as potencialidades de auto-expressão. A liberdade de associação propicia autoconhecimento, desenvolvimento da personalidade, constituindo-se em meio orientado para a busca da auto-realização. Indivíduos podem-se associar para alcançar metas econômicas, ou para se defenderem, para mútuo apoio, para fins religiosos, para promover interesses gerais ou da coletividade, para fins altruísticos, ou para fazerem ouvir, conferindo maior ímpeto à democracia participativa. Por isso mesmo, o direito de associação está vinculado ao preceito de proteção da dignidade da pessoa, aos princípios de livre iniciativa, da autonomia da vontade e da garantia da liberdade de expressão (Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, Curso de Direito Constitucional, São Paulo, Saraiva, 2007, p. 391). São, pois, quatro os elementos da liberdade de associação tratado no art. 5º, XX, da CF: a) o de criar associação, que não depende de autorização; b) o de aderir a qualquer associação, pois ninguém pode ser obrigado a associar-se; c) o desligar-se da associação, porque ninguém poderá ser compelido a permanecer associado; e d) o de dissolver espontaneamente a associação, já que não se pode compelir a associação a existir (José Afonso da Silva, Comentário Contextual à Constituição, São Paulo, Malheiros, 2005, p. 115). O fato é que, apesar do princípio constitucional e da clareza do art. 1029 do CC, a retirada do autor ainda não foi alcançada. Tanto é assim que as partes, em juízo, celebraram acordo parcial exatamente na tentativa, DIGA-SE FRUSTRADA, de se viabilizar a solução final da lide por meio de autocomposição, mais especificamente por meio de oportuna ?cisão? da empresa, para a qual ficou estabelecido o prazo de 30 dias contado do fechamento do balanço de 2010. Nesse acordo parcial ficou, ainda, ajustado que até o encerramento do balanço relativo ao exercício de 2010, a administração seria levada a efeito conjuntamente pela ré Pérola e por pessoa de confiança designada pelo autor, o que não aconteceu segundo as próprias partes noticiaram nos autos. Por tudo, frustrada a composição definitiva, hei por bem em acolher o pedido do autor (de dissolução parcial e não total - segundo constou do termo de fls. 607/608), para decretar a dissolução parcial da sociedade, com a exclusão do autor do quadro societário [correta a opção pela dissolução parcial, pois, neste caso, deve-se atuar no sentido de harmonizar a dissolução com os princípios da prevalência da função socioeconômica e comunitária da companhia e o da preservação da empresa, previstos nos artigos 116 e 117 da LSA ? ver a respeito: TJSP, EDcl n. 994.06.035538-5/50001, Terceira Câmara de Direito Privado, j. 7-12-2010, rel. Des. Egidio Giacoia]. Nesse prisma, aliás, decidiu o STJ em caso símile (STJ, EREsp n. 419.174-SP, Segunda Seção, j. 28-5-2008, rel. Min.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
	Aldir Passarinho Junior): ?COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FAMILIAR. DISSOLUÇÃO PARCIAL. INEXISTÊNCIA DE AFFECTIO SOCIETATIS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA. I. A 2ª Seção, quando do julgamento do EREsp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da affectio societatis. II. Embargos conhecidos e providos, para julgar procedente a ação de dissolução parcial. Nem se afirme que a dissolução parcial não seria possível por estarmos diante de sociedade anônima com apenas dois acionistas. Vale dizer, mesmo em se tratando de sociedade com dois sócios deve ser admitida a dissolução parcial, em especial diante da regra contida na letra ?d?, do inciso I, do art. 206 da Lei n. 6.404/76. Neste particular, pelo sistema legal, a reconstituição da sociedade (mínimo de dois sócios) pode ser feita até a assembleia geral ordinária do ano seguinte onde foi identificada a existência de acionista único. Decretada a dissolução parcial, anoto que em liquidação por arbitramento serão apurados todos os direitos e haveres do autor perante a sociedade até a presente data (manifestação inconteste da retirada do autor da sociedade, isto é, na forma do ajuste feito no acordo parcial de fls. 607/608). Essa liquidação deve ser feita com base na situação patrimonial da sociedade, tudo na forma do balanço que será especialmente levantado pelo perito judicial (até a presente data ? como dito - considerando o caráter declaratório desta sentença). Nesse sentido, veja-se o preciso acórdão do STJ relatado pela Min. NANCY ANDRIGHI, nos autos do recurso especial n. 646.221-PR, 3ª Turma, j. 19-4-2005, cuja ementa restou lançada da seguinte forma: ?Direito societário. Recurso especial. Dissolução parcial de sociedade limitada por tempo indeterminado. Retirada do sócio. Apuração de haveres. Momento. - A data-base para apuração dos haveres coincide com o momento em que o sócio manifestar vontade de se retirar da sociedade limitada estabelecida por tempo indeterminado. - Quando o sócio exerce o direito de retirada de sociedade limitada por tempo indeterminado, a sentença apenas declara a dissolução parcial, gerando, portanto, efeitos ex tunc. Recurso especial conhecido e provido?. À vista destas considerações, a procedência do pedido inicial (declaratório de dissolução parcial da sociedade e condenatório ao pagamento dos haveres) é medida de rigorosa justiça, nos moldes da fundamentação alhures. III. Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES as ações (principal e cautelar) ajuizadas por ISAAC DANIEL WASSERMAN em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN para, mantida a liminar cautelar concedida nos autos do arrolamento de bens: a) declarar a dissolução parcial da empresa CONSTRUTORA WASSERMAN S/A, com a retirada do autor da sociedade; b) condenar a sociedade ao pagamento dos haveres, após a realização de rigorosa apuração em liquidação por arbitramento, devidamente corrigidos pela Tabela Prática de Atualização do Tribunal de Justiça, e juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação, na forma do art. 219 do CPC (a respeito dos juros: STJ, EDiv no REsp n. 564.711-RS, Segunda Seção, j. 27-6-2007, rel. Min. Ari Pargendler),. A reconstituição da sociedade (mínimo de dois sócios) deverá ser implementada até a assembleia geral ordinária do próximo ano, tudo na forma do 206, I, ?d?, da Lei n. 6.404/76. Diante da sucumbência, condeno as rés ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC. Desde já, para o arbitramento, caso o Juízo seja provocado pelo credor, com fundamento no artigo 475-D, nomeio o perito Contador JUBRAY SACCHI, devendo o autor depositar seus honorários periciais em cinco dias, arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos e formulação de quesitos (art. 421 do CPC). Laudo em 60 (sessenta) dias. Intime-se o perito para indicar, em cinco dias, depositados os honorários provisórios, o local, a data e o horário do início dos trabalhos periciais, na esteira do artigo 431-A do CPC. P.R.I. São Paulo, 16 de março de 2011. GILSON DELGADO MIRANDA Juiz de Direito Valor do Preparo R$ 4.157,95 - Valor do Porte de Remessa R$ 125,00
16/03/2011	Sentença Registrada *Número Sentença: 434/2011 Livro: 190 Folha(s): de 39 até 52 Data Registro: 16/03/2011 17:16:06*
16/03/2011	Despacho Proferido *V. Estão presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada (pedidos, aliás, reiterados inúmeras vezes pelo autor da demanda - ver fls. 18/19, 276/278, 552/555 e 792/796), especialmente para viabilizar a nomeação de interventor na empresa para a condução dos negócios até a efetivação da dissolução parcial e respectiva apuração dos haveres. 1.1. Por primeiro, porque o mandato da atual diretoria encerrou-se no dia 31 de maio de 2010 e os acionistas, principalmente em razão da quebra de confiança exaustivamente discutida nos autos, não deliberaram sobre a eleição da nova diretoria. 1.2. Por segundo, porque existe a necessidade da preservação do patrimônio da empresa para se ultimar a dissolução pretendida pelo autor e a respectiva apuração dos haveres. Há indícios efetivos de que o patrimônio da empresa está sendo dilapidado. De fato, por exemplo, há nos autos comprovação de que os dois cheques provenientes da venda dos imóveis da Avenida Aclimação e Avenida Madre Cabrini foram depositados na conta da empresa WASSERMAN & MACEDO [ver fls. 797/798 ? tendo havido retirada sem identificação de R$ 730.000,00 ? cf. extrato de fls. 804]. 1.3 A própria ré PÉROLA WASSERMAN, em declaração prestada nos autos do processo 583.00.2010.215297-7, em curso na 37ª Vara Cível do Fórum João Mendes Junior, declarou, de próprio punho (fls. 133), que o dinheiro que se encontrava na conta corrente 9765-9, da agência 2282, do Banco Bradesco S/A, pertence à Construtora Wasserman S/A, sendo que o dinheiro apenas transita em referida conta como ?custodiante e gerenciadora de tais recursos?. 2. Como se vê, a única alternativa no presente caso viável canaliza para a nomeação dos interventores para orientar a condução da empresa em preservação dos interesses societários e das partes litigantes. Nesse campo, bem decidiu o TJSP (AI n. 243.871-4/1-00, 1ª Câmara de Direito Privado, j. 13-8-2002, Rel. Des. Gildo dos Santos): ?DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE CUMULADA COM APURAÇÃO DE HAVERES ? Decisão afastando as partes da gerência da empresa e nomeando Interventor - Admissibilidade - Hipótese em que há situação de tensão entre as partes, certo que a interlocutória visou ao regular andamento do feito e à continuação dos objetivos societários - Agravo de instrumento não provido.? 3. Realmente, cuida-se na espécie de tutela preventiva. O seu objetivo básico é ? impedir, de forma direta e principal, a violação do próprio direito material da parte. É providência judicial que veda (...) a prática de ato contrário aos deveres estabelecidos pela ordem jurídica, ou ainda sua continuação ou repetição? (Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado, 10ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007, p. 671). 4. Para o implemento da intervenção, hei por bem em nomear os peritos contador JUBRAY SACCHI e administrador RENATO TUMANG. No prazo de 5 dias, os interventores deverão apresentar um plano detalhado da intervenção, expedindo-se o cartório o necessário para o cumprimento desta decisão. 5. Em 48 horas, deposite o autor os honorários provisórios dos interventores, arbitrados em R$ 10.000,00 (dez mil reais). 6. No mais, segue sentença impressa em 14 (catorze) laudas. Int.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
16/03/2011	Sentença Proferida *Sentença nº 434/2011 registrada em 16/03/2011 no livro nº 190 às Fls. 39/52: Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES as ações (principal e cautelar) ajuizadas por ISAAC DANIEL WASSERMAN em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E PÉROLA WASSERMAN para, mantida a liminar cautelar concedida nos autos do arrolamento de bens: a) declarar a dissolução parcial da empresa CONSTRUTORA WASSERMAN S/A, com a retirada do autor da sociedade; b) condenar a sociedade ao pagamento dos haveres, após a realização de rigorosa apuração em liquidação por arbitramento, devidamente corrigidos pela Tabela Prática de Atualização do Tribunal de Justiça, e juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação, na forma do art. 219 do CPC (a respeito dos juros: STJ, EDiv no REsp n. 564.711-RS, Segunda Seção, j. 27-6-2007, rel. Min. Ari Pargendler),. A reconstituição da sociedade (mínimo de dois sócios) deverá ser implementada até a assembleia geral ordinária do próximo ano, tudo na forma do 206, I, ?d?, da Lei n. 6.404/76. Diante da sucumbência, condeno as rés ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC. Desde já, para o arbitramento, caso o Juízo seja provocado pelo credor, com fundamento no artigo 475-D, nomeio o perito Contador JUBRAY SACCHI, devendo o autor depositar seus honorários periciais em cinco dias, arbitrados em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos e formulação de quesitos (art. 421 do CPC). Laudo em 60 (sessenta) dias. Intime-se o perito para indicar, em cinco dias, depositados os honorários provisórios, o local, a data e o horário do início dos trabalhos periciais, na esteira do artigo 431-A do CPC. P.R.I. Valor do Preparo R$ 4.157,95 - Valor do Porte de Remessa R$ 125,00*
03/03/2011	Data da Publicação SIDAP *Fls. 918/851: Manifeste-se o autor, caso queira, no prazo de 24 horas acerca dos documentos juntados pelas rés. Após, tornem conclusos com urgência para apreciação do pedido de fls. 792/817. Int.*
01/03/2011	Despacho Proferido *Fls. 918/851: Manifeste-se o autor, caso queira, no prazo de 24 horas acerca dos documentos juntados pelas rés. Após, tornem conclusos com urgência para apreciação do pedido de fls. 792/817. Int.*
08/02/2011	Data da Publicação SIDAP *Fls. 818 - Vistos. Fls. 792/817. Com urgência, em homenagem ao contraditório, digam os réus em cinco dias (art. 398). Int.*
07/02/2011	Despacho Proferido *Vistos. Fls. 792/817. Com urgência, em homenagem ao contraditório, digam os réus em cinco dias (art. 398). Int.*
07/02/2011	Data da Publicação SIDAP *Fls. 791 - Fls. 687/790. Diga o autor, em cinco dias (art. 398). Após, cls. Int.*
04/02/2011	Despacho Proferido *Fls. 687/790. Diga o autor, em cinco dias (art. 398). Após, cls. Int.*
21/01/2011	Aguardando Devolução de Autos *Aguardando Devolução de Autos*
07/01/2011	Data da Publicação SIDAP *1- J. digam as rés, em cinco dias, com urgência. 2- Após, cls. Int.*
16/12/2010	Despacho Proferido *1- J. digam as rés, em cinco dias, com urgência. 2- Após, cls. Int.*
29/11/2010	Despacho Proferido *Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dez, às 14h00min, nesta cidade e Comarca de São Paulo, na sala de audiências do Juízo da 25ª Vara Cível, sob presidência do MM. Juiz de Direito, Dr. SAMUEL FRANCISCO MOURÃO NETO, comigo Escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação (art. 125, IV, do CPC) nos autos da ação supra referida. Apregoadas as partes, compareceu a procuradora do autor, Sra. TANIA WASSERMAN (RG 25.845.452-0 SSP/SP), acompanhada de seu advogado, Dr. DANNYEL SPRINGER MOLLIET, inscrito na OAB/SP sob o nº 147.509, o procurador da CONSTRUTORA ré, Sr. GILBERTO VENANCIO (RG 2.583.491 SSP/SP), e a ré PEROLA WASSERMAN, acompanhados de seu advogado, Dr. EVERALDO LEITÃO DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/SP sob o nº 152.600. Ausente o terceiro interessado. Abertos os trabalhos, a proposta de tentativa de conciliação restou frutífera em parte, e apenas para os fins que a seguir serão explicitados: ?1- Neste ato, o autor recebe dos réus os balanços relativos aos exercícios de 2007, 2008 e 2009. 2- Ajustam as partes que até o encerramento do balanço relativo ao exercício de 2010, previsto para o início de março de 2011, a administração da Construtora Wasserman será levada a efeito conjuntamente pela requerida Pérola e por pessoa de confiança que será indicada pelo autor Isaac Daniel Wasserman, mas desde logo aceitado que essa pessoa não poderá ser Tânia Wasserman. A administração conjunta, desde que seja feita a indicação pelo autor Isaac, poderá ter início imediatamente. 3- O administrador conjunto, indicado pelo autor Isaac, terá acesso a todos os documentos da Construtora Wasserman, tanto aqueles que se encontrem na própria empresa requerida, como também no escritório de contabilidade que presta serviços a ela (Contabilidade Okuma). 4- Fica acertado que o administrador conjunto indicado pelo autor Isaac deverá respeitar a jornada de trabalho das 08 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, não podendo atuar antes e nem depois desses horários, mas não ficando, por óbvio, vinculado ao cumprimento dessa integral jornada. 5- Fica também estabelecido que todos os cheques da Construtora Wasserman terão que ser assinados pelos dois administradores, bem assim qualquer pagamento feito pela empresa dependerá de prévia e expressa concordância de ambos. 6- Fica expressamente assentado que o administrador indicado pelo autor Isaac, e dele para este fim será mandatário, não terá nenhum vínculo empregatício com a Construtora Wasserman, limitando-se a atuar em nome do sócio Isaac; 7- O acordo parcial ora levado a efeito tem por escopo, se o caso, viabilizar a solução final da lide por meio de autocomposição, mais especificamente por meio de oportuna cisão da empresa Construtora Wasserman, para a qual fica estabelecido um prazo de 30 dias, contado do fechamento do balanço de 2010; 8- Embora não guarde pertinência objetiva e nem subjetiva com este processo, mas para fim de homologação pelo MM. Juízo da 8ª Vara Cível do Foro Central, processo nº 583.00.2010.104242 (ordem 94/2010), fica acertado entre a Construtora Wasserman de um lado, e Tânia Wasserman, de outro, que o valor devido a esta por aquela em razão da venda de imóvel situado na Av. Aclimação e da permuta do imóvel da Rua Madre Cabrini, no total de R$ 68.000,00, será pago da seguinte forma: R$ 30.000,00 no dia 30 de novembro de 2010, mediante depósito em conta corrente de Tânia Wasserman (Banco Bradesco, agência 3193, conta nº 12.018-9), e R$ 38.000,00 quando do efetivo recebimento, pela Construtora, da segunda e última parcela da entrada do preço. No particular, as partes se comprometem a apresentar este termo ao MM. Juízo competente para que delibere a respeito?. Pelo advogado do autor e da Construtora ré foi requerida a juntada de procurações, a qual foi deferida. A seguir, pelo MM. Juiz foi dito: ?VISTOS. Homologo a transação para os fins especificados pelas partes, sem extinção do processo, e ressalvando que a homologação do item 8 não é de competência desse Juízo?. Nada mais. Publicada em audiência, saem as partes intimadas. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu,_____,(André Henrique Carlos), Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*
18/11/2010	Data da Publicação SIDAP *Aguarde-se a audiência designada. Int.*
17/11/2010	Despacho Proferido *Aguarde-se a audiência designada. Int.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Movimento
27/10/2010	Data da Publicação SIDAP *Fls. 589 - V. 1. À réplica. 2. Com fundamento no artigo 125, IV, do CPC, assinalo audiência de tentativa de conciliação para o dia 29 de novembro de 2010, às 16h00. 3. O pedido de fls. 552/553 será apreciado após a realização da audiência indicada no item 2. Int.*
26/10/2010	Despacho Proferido *V. 1. À réplica. 2. Com fundamento no artigo 125, IV, do CPC, assinalo audiência de tentativa de conciliação para o dia 29 de novembro de 2010, às 16h00. 3. O pedido de fls. 552/553 será apreciado após a realização da audiência indicada no item 2. Int.*
07/10/2010	Aguardando Devolução de Autos *Aguardando Devolução de Autos*
31/08/2010	Data da Publicação SIDAP *Fls. 289 - 1- O pleito de reconsideração da decisão que indeferiu a tutela antecipada será analisado após a resposta dos réus. 2- Mantenho, por ora, o comando de fls. 267. 3- Aguarde-se a citação. Int.*
30/08/2010	Despacho Proferido *1- O pleito de reconsideração da decisão que indeferiu a tutela antecipada será analisado após a resposta dos réus. 2- Mantenho, por ora, o comando de fls. 267. 3- Aguarde-se a citação. Int.*
26/08/2010	Processo Apensado *Processo 583.00.2010.159480-3/000000-000 apensado em 26/08/2010*
03/08/2010	Data da Publicação SIDAP *CERTIFICO, para os devidos fins, que nos termos do artigo 162, parágrafo 4º do CPC, remeto à publicação: recolha o autor o valor de R$14,00 para expedição das cartas de citação.*
02/08/2010	Despacho Proferido *CERTIFICO, para os devidos fins, que nos termos do artigo 162, parágrafo 4º do CPC, remeto à publicação: recolha o autor o valor de R$14,00 para expedição das cartas de citação.*
07/07/2010	Data da Publicação SIDAP *Fls. 2676 - Vistos. 1- Indefiro o recolhimento das custas processuais ao final, uma vez que o presente processo não encerra nenhuma das hipóteses previstas na Lei Estadual 11.608/2003. Desta feita, recolha o autor, em 30 dias, as custas processuais e de citação, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 257 c/c art. 267, III, ambos do CPC. 2- Indefiro, por ora, o pedido de tutela antecipada, pois não é possível vislumbrar a prova inequívoca da verossimilhança da alegação. Segundo Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, como a tutela antecipada ?foi criada em benefício apenas do autor, com a finalidade de agilizar a entrega da prestação jurisdicional, deve ser concedida com parcimônia, de sorte a garantir a obediência ao princípio constitucional da igualdade de tratamento das partes. Como a norma prevê apenas a cognição sumária, como condição para que o juiz conceda a antecipação, o juízo de probabilidade da afirmação feita pelo autor deve ser exigido em grau compatível com os direitos colocados em jogo? (Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 9ª Ed., Ed. RT, 2006, p. 455). Logo, faz-se prudente aguardar a citação do réu e sua conseqüente defesa com vistas a evitar qualquer espécie de dano irreparável ou de difícil reparação às partes. 3- Cumprido o item 1, cite-se, com observância das formalidades legais. Int.*
06/07/2010	Recebimento de Carga *Recebimento de Carga sob nº 806794*
06/07/2010	Despacho Proferido *Vistos. 1- Indefiro o recolhimento das custas processuais ao final, uma vez que o presente processo não encerra nenhuma das hipóteses previstas na Lei Estadual 11.608/2003. Desta feita, recolha o autor, em 30 dias, as custas processuais e de citação, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 257 c/c art. 267, III, ambos do CPC. 2- Indefiro, por ora, o pedido de tutela antecipada, pois não é possível vislumbrar a prova inequívoca da verossimilhança da alegação. Segundo Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, como a tutela antecipada ?foi criada em benefício apenas do autor, com a finalidade de agilizar a entrega da prestação jurisdicional, deve ser concedida com parcimônia, de sorte a garantir a obediência ao princípio constitucional da igualdade de tratamento das partes. Como a norma prevê apenas a cognição sumária, como condição para que o juiz conceda a antecipação, o juízo de probabilidade da afirmação feita pelo autor deve ser exigido em grau compatível com os direitos colocados em jogo? (Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 9ª Ed., Ed. RT, 2006, p. 455). Logo, faz-se prudente aguardar a citação do réu e sua conseqüente defesa com vistas a evitar qualquer espécie de dano irreparável ou de difícil reparação às partes. 3- Cumprido o item 1, cite-se, com observância das formalidades legais. Int.*
05/07/2010	Carga à Vara Interna *Carga à Vara Interna sob nº 806794 - Local Origem: 630-Distribuidor(Fórum Central Cível João Mendes Júnior) Local Destino: 595-25ª. Vara Cível(Fórum Central Cível João Mendes Júnior) Data de Envio: 05/07/2010 Data de Recebimento: 06/07/2010 Previsão de Retorno: Sem prev. retorno Vol.: Todos*
05/07/2010	Processo Distribuído *Processo Distribuído por Sorteio p/ 25ª. Vara Cível*

Petições diversas

Data	Tipo
17/01/2013	Petição Intermediária
11/04/2013	Petição Intermediária
02/05/2013	Petição Intermediária
17/05/2013	Petição Intermediária
17/05/2013	Petição Intermediária
21/05/2013	Petição Intermediária
27/06/2013	Petição Intermediária
09/08/2013	Petição Intermediária
21/10/2013	Petição Intermediária
30/10/2013	Petição Intermediária
15/01/2014	Petição Intermediária
12/03/2014	Petição Intermediária
28/05/2014	Petição Intermediária
14/08/2014	Petição Intermediária
25/08/2014	Petição Intermediária
25/08/2014	Petição Intermediária
01/09/2014	Petição Intermediária
05/09/2014	Petição Intermediária
05/11/2014	Petição Intermediária
11/11/2014	Petição Intermediária

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

Data	Tipo
09/01/2015	Petição Intermediária
19/02/2015	Petição Intermediária
15/04/2015	Petição Intermediária
25/05/2015	Documentos Diversos mandado de levantamento judicial
29/07/2015	Petição Intermediária
29/07/2015	Petição Intermediária
06/11/2015	Ofício
30/11/2015	Documentos Diversos mandado
01/12/2015	Documentos Diversos Mandado
18/12/2015	Ofício
14/01/2016	Petição Intermediária
20/01/2016	Petição Intermediária
06/04/2016	Ofício
05/05/2016	Petição Intermediária
18/05/2016	Petição Intermediária
18/05/2016	Petição Intermediária
23/05/2016	Petição Intermediária
24/05/2016	Petição Intermediária
21/06/2016	Petição Intermediária
21/06/2016	Petição Intermediária
04/08/2016	Petição Intermediária
25/08/2016	Petição Intermediária
02/09/2016	Petição Intermediária
04/10/2016	Ofício
06/12/2016	Petição Intermediária
09/01/2017	Ofício
01/02/2017	Documentos Diversos comprovante de deposito judicial
17/04/2017	Petição Intermediária
20/04/2017	Documentos Diversos
03/05/2017	Petição
04/05/2017	Petição Intermediária
06/06/2017	Petição Intermediária
02/08/2017	Ofício
28/08/2017	Petição Intermediária
04/09/2017	Petição Intermediária
20/09/2017	Petição Intermediária
20/08/2018	Petições Diversas
21/11/2018	Petições Diversas

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Recebido em	Classe
05/07/2010	Cumprimento Provisório de Sentença - 00001 (1002205-30.2010.8.26.0100)
10/02/2014	Embargos de Terceiro - 00003

Apensos, Entranhados e Unificados

Número	Classe	Apensamento	Motivo
1002205-30.2010.8.26.0100 (01)	Cumprimento Provisório de Sentença	26/02/2014	Despacho fls. 1059/1060 - processo n.º 0158646-56.2010.8.26.0100
0159480-59.2010.8.26.0100	Arrolamento de Bens	26/08/2010	da cautelar de arrolamento

Audiências

Data	Audiência	Situação	Qt. Pessoas
29/11/2010	Conciliação	Pendente	0

Histórico de classes

Data	Tipo	Classe	Área	Motivo
01/05/2012	Inicial	Dissolução e Liquidação de Sociedades	Cível	-
01/05/2012	Correção	Dissolução e Liquidação de Sociedade	Cível	-
25/10/2012	Evolução	Dissolução e Liquidação de Sociedade	Cível	-

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6516918.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1116342-44.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Embargos À Execução - Imputação do Pagamento**
Embargante:	**Isaac Daniel Wasserman**
Embargado	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO

Vistos,

Tendo em vista a documentação acostada às fls. 168/173 defiro os beneficios da justiça gratuita. **Tarje-se**.

Recebo os embargos à execução para discussão, sem atribuição de efeito suspensivo, vez que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória. Ademais, o juízo da execução ainda não está seguro.

Com efeito, além de não se poder vislumbrar, à primeira vista, a probabilidade do direito, não se verifica também o perigo de dano, além daquilo que é inerente a toda e qualquer excussão patrimonial.

No mesmo sentido, não há como se ter por perfeitamente caracterizada a ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 311, do Código de Processo Civil, sendo o caso de se estabelecer o contraditório antes da apreciação das teses lançadas.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo.

Em termos de prosseguimento, intime-se o embargado, na pessoa de seu patrono, para, querendo, apresentar impugnação, no prazo de 15 dias.

Anoto que a parte embargada deverá regularizar a representação processual nestes autos, apresentando procuração e suas custas. De mesma maneira, o advogado da embargante deverá apresentar a documentação pertinente nos autos da execução, para defesa dos direitos de seu cliente naquele processo.

Apense-se e certifique-se nos autos do processo 1008880-28.2018.8.26.0100 a existência destes embargos.

Intime-se.

São Paulo, 11 de dezembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 23/01/2019 às 16:16 , sob o número WJMJ19400582706
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 65043180.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

1- Anoto, para meu controle, que o executado apresentou embargos à execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100, os quais foram recebidos sem efeito suspensivo.

2- Fls. 222: Defiro a penhora no rosto dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, dos valores cabentes aos executados, até o limite da dívida (R$ 352.079,75 – fevereiro de 2018).

Expeça-se o necessário, com urgência.

Intime-se.

São Paulo, 24 de janeiro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 24/01/2019 às 13:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 652B8FD.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0029/2019, foi disponibilizado na página 769 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/01/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1- Anoto, para meu controle, que o executado apresentou embargos à execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100, os quais foram recebidos sem efeito suspensivo. 2- Fls. 222: Defiro a penhora no rosto dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, dos valores cabentes aos executados, até o limite da dívida (R$ 352.079,75 - fevereiro de 2018). Expeça-se o necessário, com urgência. Intime-se."

SÃO PAULO, 29 de janeiro de 2019.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 29/01/2019 às 10:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 65944A8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA [COMARCA DO PROCESSO]
[FORO DO PROCESSO]
[VARA DO PROCESSO]
[Endereço Completo da Vara do Processo]
Horário de Atendimento ao Público: das [Horário de Atendimento ao Público]

OFÍCIO – PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Processo Digital n°:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

São Paulo, 29 de janeiro de 2019.

Senhor(a) Juiz(a),

Pelo presente, informo a Vossa Excelência que foi determinado o ato constritivo de PENHORA em numerário existente nos autos sob nº **0158646-56.2010.8.26.0100**, em que figuram como partes **Isaac Daniel Wasserman X Construtora Wasserman S/A**, até o limite do débito que importa em R$ 352.079,75, atualizado até fevereiro de 2018.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À) Exmo(a). Sr(a).
JUIZ(A) DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL CENTRAL

[Número do Processo]

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 29/01/2019 às 18:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 659BF6D.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

URGENTE: PEDIDO DE PENHORA DE CRÉDITO (ATUALIZAÇÃO DO VALOR PENHORADO)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o quanto segue:

Tendo em vista uma janela de oportunidade para a penhora de créditos em favor do Réu, a Autora requereu a penhora de créditos do Réu no valor do débito desatualizado desses autos (fl. 222).

Vossa Excelência deferiu o pedido e determinou a penhora no rosto dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, até o limite da dívida atualizado somente até fevereiro de 2018, qual seja, R$352.079,75 (fl. 247).

A Autora apresenta nessa oportunidade o **valor atualizado do débito** (doc. anexo) referente à presente ação até o mês de janeiro de 2019, que resulta em R$486.607,40 (quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sete reais e quarenta centavos)[1].

Assim, requer que o valor da penhora no rosto dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, seja atualizado para R$486.607,40, com expedição urgente de ofício comunicando a extensão da penhora para este valor.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

[1] Valor da planilha anexa (R$442.370,33) acrescido de 10% de honorários (art. 827 do CPC), resultando em R$442.370,33 (valor atualizado) + R$44.237,03 (honorários 10%) = R$486.607,40.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2019 às 17:52 , sob o número WJMJ19401110700
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 660CE7F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

URGENTE: PEDIDO DE PENHORA DE CRÉDITO (ATUALIZAÇÃO DO VALOR PENHORADO)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o quanto segue:

Tendo em vista uma janela de oportunidade para a penhora de créditos em favor do Réu, a Autora requereu a penhora de créditos do Réu no valor do débito desatualizado desses autos (fl. 222).

Vossa Excelência deferiu o pedido e determinou a penhora no rosto dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, até o limite da dívida atualizado somente até fevereiro de 2018, qual seja, R$352.079,75 (fl. 247).

A Autora apresenta nessa oportunidade o **valor atualizado do débito** (doc. anexo) referente à presente ação até o mês de janeiro de 2019, que resulta em R$486.607,40 (quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sete reais e quarenta centavos)[1].

Assim, requer que o valor da penhora no rosto dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, seja atualizado para R$486.607,40, com expedição urgente de ofício comunicando a extensão da penhora para este valor.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

[1] Valor da planilha anexa (R$442.370,33) acrescido de 10% de honorários (art. 827 do CPC), resultando em R$442.370,33 (valor atualizado) + R$44.237,03 (honorários 10%) = R$486.607,40.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2019 às 17:55 , sob o número WJMJ19401111073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 660D07F.

Relatório de Débito Atualizado Monetariamente
Período de 01/01/1980 a 30/01/2019
Cálculo até 30/01/2019

Emitido em 30/01/2019 às 07:56 hs

Condomínio: 400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR

Bloco: 0

Condômino: 121 - ISAAC DANIEL WASSERMAN

*** Jurídico**

A/c.: DRA. TÂNIA WASSERMAN
Endereço: RUA MARANHÃO, 202 - SÃO PAULO - SP - 01240-000
Fone: 3129-3153-RESID 99979-8869-DRA.TANIA 3255-4742-DRA.TANIA
Endereço 2: - - - Fone:

Recibo	Vencto	Histórico	Principal	Multa	Correção*	Juros*	Total
2307140	03/08/2014	Condomínio - Ago/14	3.442,07	68,84	974,64	2.377,34	6.862,89
		Fundo de Reserva - Ago/14	160,38	3,21	45,41	110,77	319,77
		Prov. 13o. Salário/Férias - Ago/14	300,21	6,00	85,01	207,35	598,57
2373640	03/09/2014	Condomínio - Set/14	3.442,07	68,84	966,57	2.328,29	6.805,77
		Fundo de Reserva - Set/14	160,38	3,21	45,04	108,49	317,12
		Prov. 13o. Salário/Férias - Set/14	300,21	6,00	84,30	203,07	593,58
2440470	03/10/2014	Condomínio - Out/14	4.066,00	81,32	1.116,00	2.684,29	7.947,61
		Fundo de Reserva - Out/14	196,00	3,92	53,80	129,40	383,12
		Prov. 13o. Salário/Férias - Out/14	308,00	6,16	84,54	203,34	602,04
		Fundo de Obras pc.1/6	500,00	10,00	137,24	330,09	977,33
2481180	03/11/2014	Condomínio - Nov/14	4.066,00	81,32	1.096,08	2.621,70	7.865,10
		Fundo de Reserva - Nov/14	196,00	3,92	52,84	126,38	379,14
		Prov. 13o. Salário/Férias - Nov/14	308,00	6,16	83,03	198,60	595,79
		Fundo de Obras pc.2/6	500,00	10,00	134,79	322,40	967,19
2542370	03/12/2014	Condomínio - Dez/14	4.066,00	81,32	1.068,44	2.555,72	7.771,48
		Fundo de Reserva - Dez/14	196,00	3,92	51,50	123,20	374,62
		Prov. 13o. Salário/Férias - Dez/14	308,00	6,16	80,93	193,59	588,68
		Fundo de Obras pc.3/6	500,00	10,00	131,39	314,28	955,67
2581270	03/01/2015	Condomínio - Jan/15	4.066,00	81,32	1.036,29	2.488,13	7.671,74
		Fundo de Reserva - Jan/15	196,00	3,92	49,95	119,94	369,81
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jan/15	308,00	6,16	78,50	188,48	581,14
		Fundo de Obras pc.4/6	500,00	10,00	127,43	305,97	943,40
2802010	03/02/2015	Condomínio - Fev/15	5.578,00	111,56	1.317,95	3.293,53	10.301,04
		Fundo de Reserva - Fev/15	231,00	4,62	54,58	136,39	426,59
		Prov. 13o. Salário/Férias - Fev/15	385,00	7,70	90,97	227,32	710,99
2845280	03/03/2015	Condomínio - Mar/15	5.578,00	111,56	1.237,59	3.186,49	10.113,64
		Fundo de Reserva - Mar/15	231,00	4,62	51,25	131,96	418,83
		Prov. 13o. Salário/Férias - Mar/15	385,00	7,70	85,42	219,94	698,06
2938960	03/04/2015	Condomínio - Abr/15	5.578,00	111,56	1.207,23	3.103,56	10.000,35
		Fundo de Reserva - Abr/15	231,00	4,62	49,99	128,52	414,13
		Prov. 13o. Salário/Férias - Abr/15	385,00	7,70	83,32	214,21	690,23
3093510	03/05/2015	Condomínio - Maio/15	3.952,00	79,04	820,89	2.134,85	6.986,78
		Fundo de Reserva - Maio/15	231,00	4,62	47,98	124,78	408,38
		Prov. 13o. Salário/Férias - Maio/15	385,00	7,70	79,97	207,97	680,64
		Rateio Inadimplencia - Maio/15	1.627,00	32,54	337,95	878,90	2.876,39
3145920	03/06/2015	Condomínio - Jun/15	3.952,00	79,04	773,32	2.065,87	6.870,23
		Fundo de Reserva - Jun/15	231,00	4,62	45,20	120,75	401,57
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jun/15	385,00	7,70	75,34	201,26	669,30
		Rateio Inadimplencia - Jun/15	1.627,00	32,54	318,37	850,50	2.828,41
3211780	03/07/2015	Condomínio - Jul/15	3.952,00	79,04	736,62	2.002,42	6.770,08
		Fundo de Reserva - Jul/15	231,00	4,62	43,06	117,05	395,73
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jul/15	385,00	7,70	71,76	195,07	659,53
		Rateio Inadimplencia - Jul/15	1.627,00	32,54	303,26	824,38	2.787,18
3273140	03/08/2015	Condomínio - Ago/15	3.952,00	79,04	709,12	1.943,47	6.683,63
		Fundo de Reserva - Ago/15	231,00	4,62	41,45	113,60	390,67
		Prov. 13o. Salário/Férias - Ago/15	385,00	7,70	69,08	189,33	651,11
		Rateio Inadimplencia - Ago/15	1.627,00	32,54	291,94	800,11	2.751,59
3311170	03/09/2015	Condomínio - Set/15	3.952,00	79,04	697,29	1.891,33	6.619,66
		Fundo de Reserva - Set/15	231,00	4,62	40,76	110,55	386,93
		Prov. 13o. Salário/Férias - Set/15	385,00	7,70	67,93	184,25	644,88
		Rateio Inadimplencia - Set/15	1.627,00	32,54	287,07	778,64	2.725,25
3399720	03/10/2015	Condomínio - Out/15	3.952,00	79,04	673,30	1.834,69	6.539,03
		Fundo de Reserva - Out/15	231,00	4,62	39,36	107,24	382,22
		Prov. 13o. Salário/Férias - Out/15	385,00	7,70	65,59	178,73	637,02
		Rateio Inadimplencia - Out/15	1.627,00	32,54	277,19	755,32	2.692,05
3479190	03/11/2015	Condomínio - Nov/15	3.952,00	79,04	637,35	1.773,99	6.442,38
		Fundo de Reserva - Nov/15	231,00	4,62	37,25	103,69	376,56
		Prov. 13o. Salário/Férias - Nov/15	385,00	7,70	62,09	172,82	627,61
		Rateio Inadimplencia - Nov/15	1.627,00	32,54	262,39	730,33	2.652,26
3540560	03/12/2015	Condomínio - Dez/15	3.952,00	79,04	586,10	1.708,34	6.325,48

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2019 às 17:55 , sob o número WJMJ19401111073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 660D087.

CONVIVIUM BRASIL

Relatório de Débito Atualizado Monetariamente
Período de 01/01/1980 a 30/01/2019
Cálculo até 30/01/2019

Emitido em 30/01/2019 às 07:56 hs

Condomínio: 400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR

Bloco: 0

		Fundo de Reserva - Dez/15	231,00	4,62	34,26	99,86	369,74
		Prov. 13o. Salário/Férias - Dez/15	385,00	7,70	57,10	166,43	616,23
		Rateio Inadimplencia - Dez/15	1.627,00	32,54	241,29	703,31	2.604,14
3603130	03/01/2016	Condomínio - Jan/16	3.952,00	79,04	544,93	1.647,35	6.223,32
		Fundo de Reserva - Jan/16	231,00	4,62	31,85	96,29	363,76
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jan/16	385,00	7,70	53,09	160,48	606,27
		Rateio Inadimplencia - Jan/16	1.627,00	32,54	224,34	678,20	2.562,08
3679170	03/02/2016	Condomínio - Fev/16	3.952,00	79,04	492,89	1.583,38	6.107,31
		Fundo de Reserva - Fev/16	231,00	4,62	28,81	92,55	356,98
		Prov. 13o. Salário/Férias - Fev/16	385,00	7,70	48,02	154,25	594,97
		Rateio Inadimplencia - Fev/16	857,00	17,14	106,88	343,36	1.324,38
3718580	03/03/2016	Condomínio - Mar/16	3.952,00	79,04	450,32	1.523,66	6.005,02
		Fundo de Reserva - Mar/16	231,00	4,62	26,32	89,06	351,00
		Prov. 13o. Salário/Férias - Mar/16	385,00	7,70	43,87	148,43	585,00
		Rateio Inadimplencia - Mar/16	857,00	17,14	97,65	330,41	1.302,20
3797780	03/04/2016	Condomínio - Abr/16	3.952,00	79,04	430,69	1.472,37	5.934,10
		Fundo de Reserva - Abr/16	231,00	4,62	25,17	86,06	346,85
		Prov. 13o. Salário/Férias - Abr/16	385,00	7,70	41,96	143,44	578,10
		Rateio Inadimplencia - Abr/16	857,00	17,14	93,40	319,29	1.286,83
3862670	03/05/2016	Condomínio - Maio/16	3.952,00	79,04	402,32	1.418,68	5.852,04
		Fundo de Reserva - Maio/16	231,00	4,62	23,52	82,92	342,06
		Prov. 13o. Salário/Férias - Maio/16	385,00	7,70	39,19	138,20	570,09
		Rateio Inadimplencia - Maio/16	857,00	17,14	87,24	307,64	1.269,02
3905630	03/06/2016	Condomínio - Jun/16	3.952,00	79,04	359,29	1.361,00	5.751,33
		Fundo de Reserva - Jun/16	231,00	4,62	21,00	79,55	336,17
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jun/16	385,00	7,70	35,00	132,59	560,29
		Rateio Inadimplencia - Jun/16	857,00	17,14	77,91	295,14	1.247,19
3985370	03/07/2016	Condomínio - Jul/16	3.952,00	79,04	338,75	1.310,94	5.680,73
		Fundo de Reserva - Jul/16	231,00	4,62	19,80	76,63	332,05
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jul/16	385,00	7,70	33,00	127,71	553,41
		Rateio Inadimplencia - Jul/16	857,00	17,14	73,46	284,28	1.231,88
4128630	03/08/2016	Condomínio - Ago/16	3.952,00	79,04	310,97	1.259,18	5.601,19
		Fundo de Reserva - Ago/16	231,00	4,62	18,18	73,60	327,40
		Prov. 13o. Salário/Férias - Ago/16	385,00	7,70	30,29	122,67	545,66
		Rateio Inadimplencia - Ago/16	857,00	17,14	67,43	273,06	1.214,63
4250730	03/09/2016	Condomínio - Set/16	3.952,00	79,04	297,54	1.212,00	5.540,58
		Fundo de Reserva - Set/16	231,00	4,62	17,39	70,84	323,85
		Prov. 13o. Salário/Férias - Set/16	385,00	7,70	28,99	118,07	539,76
		Rateio Inadimplencia - Set/16	857,00	17,14	64,52	262,82	1.201,48
4400220	03/10/2016	Condomínio - Out/16	3.952,00	79,04	294,07	1.167,78	5.492,89
		Fundo de Reserva - Out/16	231,00	4,62	17,19	68,26	321,07
		Prov. 13o. Salário/Férias - Out/16	385,00	7,70	28,65	113,76	535,11
		Rateio Inadimplencia - Out/16	857,00	17,14	63,77	253,24	1.191,15
4481270	03/11/2016	Condomínio - Nov/16	3.952,00	79,04	286,74	1.122,62	5.440,40
		Fundo de Reserva - Nov/16	231,00	4,62	16,76	65,62	318,00
		Prov. 13o. Salário/Férias - Nov/16	385,00	7,70	27,93	109,36	529,99
		Rateio Inadimplencia - Nov/16	857,00	17,14	62,18	243,44	1.179,76
4596510	03/12/2016	Condomínio - Dez/16	3.952,00	79,04	283,73	1.078,69	5.393,46
		Fundo de Reserva - Dez/16	231,00	4,62	16,58	63,05	315,25
		Prov. 13o. Salário/Férias - Dez/16	385,00	7,70	27,64	105,09	525,43
		Rateio Inadimplencia - Dez/16	857,00	17,14	61,53	233,92	1.169,59
4678270	03/01/2017	Condomínio - Jan/17	3.952,00	79,04	277,68	1.034,09	5.342,81
		Fundo de Reserva - Jan/17	231,00	4,62	16,23	60,44	312,29
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jan/17	385,00	7,70	27,05	100,74	520,49
		Rateio Inadimplencia - Jan/17	857,00	17,14	60,22	224,25	1.158,61
4784750	03/02/2017	Condomínio - Fev/17	3.952,00	79,04	259,67	986,86	5.277,57
		Fundo de Reserva - Fev/17	231,00	4,62	15,18	57,68	308,48
		Prov. 13o. Salário/Férias - Fev/17	385,00	7,70	25,30	96,14	514,14
		Rateio Inadimplencia - Fev/17	857,00	17,14	56,31	214,00	1.144,45
4870270	03/03/2017	Condomínio - Mar/17	3.952,00	79,04	249,40	941,70	5.222,14
		Fundo de Reserva - Mar/17	231,00	4,62	14,58	55,04	305,24
		Prov. 13o. Salário/Férias - Mar/17	385,00	7,70	24,30	91,74	508,74
		Rateio Inadimplencia - Mar/17	857,00	17,14	54,08	204,21	1.132,43
4920820	03/04/2017	Condomínio Ordinário - Abr/2017	3.952,00	79,04	235,75	896,03	5.162,82
		Fundo de Reserva - Abr/2017	231,00	4,62	13,78	52,37	301,77
		Prov. 13o. Salário/Férias - Abr/2017	385,00	7,70	22,97	87,29	502,96

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2019 às 17:55 , sob o número WJMJ19401111073 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 660D087.

CONVIVIUM BRASIL

Relatório de Débito Atualizado Monetariamente
Período de 01/01/1980 a 30/01/2019
Cálculo até 30/01/2019

Emitido em 30/01/2019 às 07:56 hs

Condomínio: 400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR

Bloco: 0

		Rateio Inadimplencia - Abr/2017	857,00	17,14	51,12	194,30	1.119,56
5039710	03/05/2017	Condomínio Ordinário - Mai/2017	3.952,00	79,04	232,32	852,67	5.116,03
		Fundo de Reserva - Mai/2017	231,00	4,62	13,58	49,84	299,04
		Prov. 13o. Salário/Férias - Mai/2017	385,00	7,70	22,63	83,07	498,40
		Rateio Inadimplencia - Mai/2017	857,00	17,14	50,38	184,90	1.109,42
5107130	03/06/2017	Condomínio Ordinário - Jun/2017	3.952,00	79,04	217,05	807,14	5.055,23
		Fundo de Reserva - Jun/2017	231,00	4,62	12,69	47,18	295,49
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jun/2017	385,00	7,70	21,14	78,63	492,47
		Rateio Inadimplencia - Jun/2017	857,00	17,14	47,07	175,03	1.096,24
5249490	03/07/2017	Condomínio Ordinário - Jul/2017	3.952,00	79,04	201,81	761,91	4.994,76
		Fundo de Reserva - Jul/2017	231,00	4,62	11,80	44,54	291,96
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jul/2017	385,00	7,70	19,66	74,22	486,58
		Rateio Inadimplencia - Jul/2017	857,00	17,14	43,76	165,22	1.083,12
5397840	03/08/2017	Condomínio Ordinário - Ago/2017	3.952,00	79,04	194,62	718,36	4.944,02
		Fundo de Reserva - Ago/2017	231,00	4,62	11,38	41,99	288,99
		Prov. 13o. Salário/Férias - Ago/2017	385,00	7,70	18,96	69,98	481,64
		Rateio Inadimplencia - Ago/2017	857,00	17,14	42,20	155,78	1.072,12
5496490	03/09/2017	Condomínio Ordinário - Set/2017	3.952,00	79,04	187,45	674,96	4.893,45
		Fundo de Reserva - Set/2017	231,00	4,62	10,96	39,45	286,03
		Prov. 13o. Salário/Férias - Set/2017	385,00	7,70	18,26	65,75	476,71
		Rateio Inadimplencia - Set/2017	857,00	17,14	40,65	146,37	1.061,16
5571830	03/10/2017	Condomínio Ordinário - Out/2017	3.952,00	79,04	187,45	632,77	4.851,26
		Fundo de Reserva - Out/2017	231,00	4,62	10,96	36,99	283,57
		Prov. 13o. Salário/Férias - Out/2017	385,00	7,70	18,26	61,64	472,60
		Rateio Inadimplencia - Out/2017	857,00	17,14	40,65	137,22	1.052,01
5667220	03/11/2017	Condomínio Ordinário - Nov/2017	3.952,00	79,04	171,90	588,41	4.791,35
		Fundo de Reserva - Nov/2017	231,00	4,62	10,05	34,39	280,06
		Prov. 13o. Salário/Férias - Nov/2017	385,00	7,70	16,75	57,32	466,77
		Rateio Inadimplencia - Nov/2017	857,00	17,14	37,28	127,60	1.039,02
5744980	03/12/2017	Condomínio Ordinário - Dez/2017	3.952,00	79,04	164,35	545,40	4.740,79
		Fundo de Reserva - Dez/2017	231,00	4,62	9,61	31,88	277,11
		Prov. 13o. Salário/Férias - Dez/2017	385,00	7,70	16,01	53,13	461,84
		Rateio Inadimplencia - Dez/2017	857,00	17,14	35,64	118,27	1.028,05
5819580	03/01/2018	Condomínio Ordinário - Jan/2018	3.952,00	79,04	153,47	502,14	4.686,65
		Fundo de Reserva - Jan/2018	231,00	4,62	8,97	29,35	273,94
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jan/2018	385,00	7,70	14,95	48,92	456,57
		Rateio Inadimplencia - Jan/2018	857,00	17,14	33,28	108,89	1.016,31
5911390	03/02/2018	Condomínio Ordinário - Fev/2018	5.248,00	104,96	191,04	609,84	6.153,84
		Fundo de Reserva - Fev/2018	257,00	5,14	9,36	29,87	301,37
		Prov. 13o. Salário/Férias - Fev/2018	437,00	8,74	15,91	50,78	512,43
		Rateio Inadimplencia - Fev/2018	557,00	11,14	20,28	64,73	653,15
5989600	03/03/2018	Condomínio Ordinário - Mar/2018	5.248,00	104,96	181,08	553,40	6.087,44
		Fundo de Reserva - Mar/2018	257,00	5,14	8,87	27,10	298,11
		Prov. 13o. Salário/Férias - Mar/2018	437,00	8,74	15,08	46,08	506,90
		Rateio Inadimplencia - Mar/2018	557,00	11,14	19,22	58,74	646,10
6067350	03/04/2018	Condomínio Ordinário - Abr/2018	5.248,00	104,96	177,21	497,72	6.027,89
		Fundo de Reserva - Abr/2018	257,00	5,14	8,68	24,37	295,19
		Prov. 13o. Salário/Férias - Abr/2018	437,00	8,74	14,76	41,45	501,95
		Rateio Inadimplencia - Abr/2018	557,00	11,14	18,81	52,83	639,78
6167120	03/05/2018	Condomínio Ordinário - Mai/2018	5.248,00	104,96	165,62	441,49	5.960,07
		Fundo de Reserva - Mai/2018	257,00	5,14	8,11	21,62	291,87
		Prov. 13o. Salário/Férias - Mai/2018	437,00	8,74	13,79	36,76	496,29
		Rateio Inadimplencia - Mai/2018	557,00	11,14	17,58	46,86	632,58
6227360	03/06/2018	Condomínio Ordinário - Jun/2018	5.248,00	104,96	142,00	384,65	5.879,61
		Fundo de Reserva - Jun/2018	257,00	5,14	6,95	18,84	287,93
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jun/2018	437,00	8,74	11,82	32,03	489,59
		Rateio Inadimplencia - Jun/2018	557,00	11,14	15,07	40,82	624,03
6316200	03/07/2018	Condomínio Ordinário - Jul/2018	5.248,00	104,96	64,52	325,05	5.742,53
		Fundo de Reserva - Jul/2018	257,00	5,14	3,16	15,92	281,22
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jul/2018	437,00	8,74	5,37	27,07	478,18
		Rateio Inadimplencia - Jul/2018	557,00	11,14	6,85	34,50	609,49
6397570	03/08/2018	Condomínio Ordinário - Ago/2018	5.248,00	104,96	51,01	270,20	5.674,17
		Fundo de Reserva - Ago/2018	257,00	5,14	2,50	13,23	277,87
		Prov. 13o. Salário/Férias - Ago/2018	437,00	8,74	4,25	22,50	472,49
		Rateio Inadimplencia - Ago/2018	557,00	11,14	5,41	28,68	602,23
6486750	03/09/2018	Condomínio Ordinário - Set/2018	5.248,00	104,96	51,01	216,16	5.620,13

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2019 às 17:55 , sob o número WJMJ19401111073 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 660D087.

CONVIVIUM BRASIL

Relatório de Débito Atualizado Monetariamente
Período de 01/01/1980 a 30/01/2019
Cálculo até 30/01/2019

Emitido em 30/01/2019 às 07:56 hs

Condomínio: 400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR

Bloco: 0

		Fundo de Reserva - Set/2018		257,00	5,14	2,50	10,59	275,23
		Prov. 13o. Salário/Férias - Set/2018		437,00	8,74	4,25	18,00	467,99
		Rateio Inadimplencia - Set/2018		557,00	11,14	5,41	22,94	596,49
6545470	03/10/2018	Condomínio Ordinário - Out/2018		5.248,00	104,96	34,85	161,63	5.549,44
		Fundo de Reserva - Out/2018		257,00	5,14	1,71	7,92	271,77
		Prov. 13o. Salário/Férias - Out/2018		437,00	8,74	2,90	13,46	462,10
		Rateio Inadimplencia - Out/2018		557,00	11,14	3,70	17,16	589,00
6610440	03/11/2018	Condomínio Ordinário - Nov/2018		5.248,00	104,96	13,38	107,33	5.473,67
		Fundo de Reserva - Nov/2018		257,00	5,14	0,66	5,26	268,06
		Prov. 13o. Salário/Férias - Nov/2018		437,00	8,74	1,11	8,94	455,79
		Rateio Inadimplencia - Nov/2018		557,00	11,14	1,42	11,39	580,95
6666770	03/12/2018	Condomínio Ordinário - Dez/2018		5.248,00	104,96	13,38	53,66	5.420,00
		Fundo de Reserva - Dez/2018		257,00	5,14	0,66	2,63	265,43
		Prov. 13o. Salário/Férias - Dez/2018		437,00	8,74	1,11	4,47	451,32
		Rateio Inadimplencia - Dez/2018		557,00	11,14	1,42	5,70	575,26
6740720	03/01/2019	Condomínio Ordinário - Jan/2019		5.248,00	104,96	0,00	0,00	5.352,96
		Fundo de Reserva - Jan/2019		257,00	5,14	0,00	0,00	262,14
		Prov. 13o. Salário/Férias - Jan/2019		437,00	8,74	0,00	0,00	445,74
		Rateio Inadimplencia - Jan/2019		557,00	11,14	0,00	0,00	568,14
			Subtotal:	**310.610,32**	**6.212,20**	**31.961,75**	**93.586,06**	**442.370,33**

Total Geral: 442.370,33

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2019 às 17:55 , sob o número WJMJ19401111073 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 660D087.

MICHELLE GUARNIERI DE MELLO

De: MICHELLE GUARNIERI DE MELLO
Enviado em: quinta-feira, 7 de fevereiro de 2019 10:37
Para: JOAO MENDES - 25 VARA CIVEL
Assunto: Penhora no Rosto dos Autos - Ref. Processo n° 1008880-28.2018.8.26.0100 (nosso)
Anexos: 1008880282018.pdf; 10088802820181.pdf

Prioridade: Alta

Controle:

Destinatário	Entrega
JOAO MENDES - 25 VARA CIVEL	Entregue: 07/02/2019 10:37

Ref. Processo n° 1008880-28.2018.8.26.0100 (nosso)

Em atenção ao quanto determinado nos autos do processo em epígrafe, encaminho ofício para Penhora no Rosto dos Autos dos **processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100 (vosso).**

MICHELLE GUARNIERI DE MELLO
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UPJ IV - Unidade de Processamento Judicial IV
Praça Doutor João Mendes, s/n - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01501-900
Tel: (11) 2127-6233
E-mail: michelled@tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MICHELLE GUARNIERI DE MELLO, liberado nos autos em 07/02/2019 às 10:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 66D1136.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0158646-56.2010.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução**
Requerente:	**Isaac Daniel Wasserman**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LEILA HASSEM DA PONTE**

Vistos.

1. Anote-se a penhora no rosto dos autos proveniente do juízo da 31ª Vara Cível do Foro Central, processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100, no valor de R$ 352.079,75 (atualizado até 02/2018), referente ao débito condominial de responsabilidade do executado, aqui credor, Isaac Daniel Wasserman.

2. Logo, ao menos por ora, fica suspensa qualquer levantamento nos autos em favor do exequente.

3. No mais, aguarde-se a manifestação do exequente acerca do ofício de fls. 1969, conforme comando de fls. 2004.

Intime-se.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LEILA HASSEM DA PONTE. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e o código 2S000010R0IH.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MICHELLE GUARNIERI DE MELLO, liberado nos autos em 07/02/2019 às 17:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 66E77DC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 250 e 251: A petição deverá ser encaminha para aquele juízo informando o valor atualizado da penhora.

Deverá, ainda, a parte regularizar sua representação processual naqueles autos.

Intime-se.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 12/02/2019 às 15:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6747845.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0054/2019, foi disponibilizado na página 651 do Diário da Justiça Eletrônico em 14/02/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 250 e 251: A petição deverá ser encaminha para aquele juízo informando o valor atualizado da penhora. Deverá, ainda, a parte regularizar sua representação processual naqueles autos. Intime-se."

SÃO PAULO, 14 de fevereiro de 2019.

Selma Aparecida de Oliveira Ilha de Campos
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SELMA APARECIDA DE OLIVEIRA ILHA DE CAMPOS, liberado nos autos em 14/02/2019 às 10:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6778B3C.

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO, antigo patrono do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR**, que move ação em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem a presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

MM. Juiz, em atenção ao trabalho desenvolvido pelo antigo patrono do Condomínio Exequente, requer a reserva de 2/3 (dois terço) dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Ademais, requer que todas as publicações também venham na pessoa do patrono subscritor, Dr. Roberto Massao Yamamoto.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
São Paulo, 12 de Fevereiro de 2019

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/SP Nº 3.979

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO
OAB/SP Nº 125.394

Rua Libero Badaró, Nº 158 – Centro – CEP. 01008-904 - São Paulo – SP.
Tel. (11) 3107-3831 – contato@yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2019 às 14:30 , sob o número WJMJ19402120300
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 67E108F.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 260: Cadastre-se como terceiro interessado.

Anoto, contudo, que o terceiro interessado deverá acostar aos autos o termo de rescisão da outorga processual. Eventual reserva de honorários advocatícios sucumbenciais serão analisados posteriormente.

Intime-se.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 27/02/2019 às 15:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 688BE10.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0077/2019, foi disponibilizado na página 568 do Diário da Justiça Eletrônico em 01/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 260: Cadastre-se como terceiro interessado. Anoto, contudo, que o terceiro interessado deverá acostar aos autos o termo de rescisão da outorga processual. Eventual reserva de honorários advocatícios sucumbenciais serão analisados posteriormente. Intime-se."

SÃO PAULO, 1 de março de 2019.

Claudia Nunes De Almeida
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLAUDIA NUNES DE ALMEIDA, liberado nos autos em 01/03/2019 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 68C0268.

YAMAMOTO
ADVOGADOS
ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO.

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO, nos autos do processo em epígrafe, da ação que, em patrocínio do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR** move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN,** em trâmite perante este D. Juízo e respectivo Cartório, vem respeitosamente à presença de V. Exa., informar e requerer a juntada do anexo termo de rescisão da outorga processual para os devidos fins de direito.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 1 de março de 2019.

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO
OAB/SP Nº 125.394

Rua Libero Badaró, n.º 158 – 4º andar – Centro – São Paulo/SP.
TEL: (011) 3107-3831 – FAX: (011) 3241-1482
EMAIL: contato@yamamotoadvogados.com.br
www.yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/03/2019 às 14:38 , sob o número WJMJ19402939709
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6905C22.

PROCURAÇAO AD JUDITIA ET EXTRA

COM REVOGAÇÃO DE MANDATO ANTERIOR

OUTORGANTE: **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR**, localizado na Rua Maranhão, n. 202, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 59.086.074/0001-35, neste ato representado por sua síndica, Dra. ANA MARA FRANÇA MACHADO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o n. 282.287 e no CPF/MF sob o n. 313.010.608-10, com endereço comercial na Rua Álvaro de Carvalho, 48, 3º andar, Centro, São Paulo –SP.

OUTORGADOS: (1) **BEN-HUR BELMONTE NETO**, brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/SP sob o n. 264.145 e no CPF/MF sob o n. 226.907.698-24, (2) **ANA MARA FRANÇA MACHADO**, brasileira, advogada, casada, inscrita na OAB/SP sob o n. 282.287 e no CPF/MF sob o n. 313.010.608-10, ambos com endereço comercial na Rua Álvaro de Carvalho, 48, 3º andar, Centro, São Paulo -SP, os quais não fazem parte de sociedade profissional de advocacia.

OBJETO: Por meio do presente instrumento, o OUTORGANTE constitui os OUTORGADOS como seus procuradores para atuarem, judicial e extrajudicialmente, na cobrança e execução dos débitos condominiais objeto da Ação de Execução n. 1008880-28.2018.8.26.0100, bem como nos autos dos Embargos à Execução n. 1116342-44.2018.8.26.0100 e 1105491-43.2018.8.26.0100, que tramitam perante a 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP, para fins de atuar judicialmente e promover a cobrança ou execução de todos os responsáveis pelos débitos condominiais do apartamento 121 do CONDOMINIO EDIFICIO MONT CLAIR, bem como atuar em todas as ações, exceções, recursos e incidentes respectivos.

PODERES: A presente procuração é outorgada com poderes gerais para o foro, bem como com poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência de pedido, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, não detendo poderes para receber citação ou renunciar ao direito no qual se funda a ação, podendo, ainda, substabelecer total ou parcialmente, com ou sem reserva de poderes.

REVOGAÇÃO DE MANDATO ANTERIOR: Por este instrumento, também ficam revogadas todas as anteriores procurações outorgadas pelo OUTORGANTE nos autos objeto do processo de execução, outorgadas aos advogados ROBERTO MASSAIO YAMAMOTO (OAB/SP 125.394) e FABIO HASHIMOTO (OAB/SP 338.400), ambos da sociedade de advogados YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS ME (OAB/SP 3.979), nos termos do art. 111 da Lei 13.105/2015, e art. 682, I, e art. 692, da Lei 10.406/2002.

São Paulo, 01 de janeiro de 2019.

Ana Mara F Machado

CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR

(por sua Síndica Dra. Ana Mara França Machado)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:46 , sob o número WJMJ19400554419
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO MASSAIO YAMAMOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/01/2019 às 11:46 , sob o número WJMJ19402939709
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6905C24.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias.

No silêncio, aguarde-se provocação em arquivo.

Int.

São Paulo, 22 de março de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 22/03/2019 às 15:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6A4C41F.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0104/2019, foi disponibilizado na página 778 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. No silêncio, aguarde-se provocação em arquivo. Int."

SÃO PAULO, 26 de março de 2019.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 26/03/2019 às 10:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6A801C5.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Ação de Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A** e **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao r. despacho de fls. 265, expor e requerer o quanto segue.

Considerando o teor da manifestação do Coexecutado ISAAC e, para se evitar qualquer posterior alegação de nulidade, **requer seja** a Coexecutada **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A citada**, **por carta postal**, no seguinte endereço, conforme informado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Doc.01) e também pela própria Construtora Wasserman em processo recentemente ajuizado por si[1], juntando-se os anexos comprovantes das custas judiciais devidas (Doc.02):

CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
Rua Frei Caneca, n.º 558, Conjunto 1.208, CEP n.º 01307-000, São Paulo – SP.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 26 de março de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

[1] Processo nº 1093958-24.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 28ª Vara Cível deste Foro Central.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/03/2019 às 18:26 , sob o número WJMJ19404061034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6A95C63.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA

CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.

TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35300142331	13/06/1995	25/03/2019 22:50:56

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/06/1995	60.437.571/0001-10	105.835.830.110

CAPITAL

R$ 17.624.496,00 (DEZESSETE MILHÕES, SEISCENTOS E VINTE QUATRO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA FREI CANECA	NÚMERO: 558	
BAIRRO: CONSOLACAO	COMPLEMENTO: CONJUNTO 1208	
MUNICÍPIO: SAO PAULO	CEP: 01307-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL

INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 25833491, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR COMERCIAL.

PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE.

VANESSA WASSERMAN MACEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 455.405.328-80, RG/RNE: 340839934, RESIDENTE À RUA GUARANA, 108, LJ.2, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SECRETÁRIO E DIRETOR.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 146.356/06-8 SESSÃO: 30/05/2006

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/03/2019 às 18:26 , sob o número WJMJ19404061034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6A95C68.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA GUARANA, 108, LJ 02, JD. PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 18/05/2006.

NUM.DOC: 329.982/06-0 SESSÃO: 19/12/2006

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 11/12/2006.

NUM.DOC: 239.135/07-6 SESSÃO: 19/06/2007

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.E., DATADA DE: 31/05/2007.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 2583491 - SP, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL.

NUM.DOC: 537.650/12-0 SESSÃO: 12/12/2012

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/11/2012. ELEICAO DA DIRETORIA

CORREÇÃO DE CNPJ 60.437.571/0001-10

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.E., DATADA DE: 30/11/2012.

REMANESCENTE PEROLA WASERMAN, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 107.016.268-01, RG/RNE: 11622783, RESIDENTE À RUA DR. CLOVIS DE OLIVEIRA, 353, APTO 163, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR PRESIDENTE.

REMANESCENTE GILBERTO VENANCIO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 044.241.078-68, RG/RNE: 25833491, RESIDENTE À AVENIDA JOAO MARTINS EREDIA, 136, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL.

REMANESCENTE VANESSA WASSERMAN MACEDO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 455.405.328-80, RG/RNE: 34.083.993-4, RESIDENTE À RUA GUARANA, 108, LJ.2, SAO PAULO - SP, COMO DIRETOR E SECRETÁRIO.

NUM.DOC: 145.849/14-4 SESSÃO: 22/04/2014

ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/01/2014. DELIBERACOES: APOS A LEITURA DAS MATERIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, A ASSEMBLEIA TOMOU, POR VOTACAO UNANIME, AS DELIBERACOES A SEGUIR RELACIONADAS, DEIXANDO DE VOTAR OS LEGALMENTE IMPEDIDOS: A) ALTERACAO DO ENDERECO DA SEDE SOCIAL POR MELHOR ATENDER AOS OBJETIVOS SOCIAIS, QUE PASSA DA RUA GUARARA N . 108 LOJA 0 2 CEP 01425-000, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO SP, PARA A RUA FREI CANECA N . 558 CONJUNTO 1208 CEP 01307-000 CERQUEIRA CESAR, SAO PAULO SP. DIANTE D O QUE FICOU DELIBERADO, NECESSARIO SE FAZ ALTERAR O ARTIGO 3 . DO ESTATUTO SOCIAL, QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDACAO: ARTIGO 3 . A SOCIEDADE TEM SEDE E FO RO NA CIDADE DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, A RUA FREI CANECA N . 558 CON JUNTO 1208 CEP 01307-000, CERQUEIRA CESAR.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA FREI CANECA, 558, CONJUNTO 1208, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, CEP 01307-000. CONFORME A.G.E., DATADA DE: 10/01/2014.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35300142331
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 22/03/2019

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada emitida para BEN HUR BELMONTE NETO : 22690769824. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 114623749, segunda-feira, 25 de março de 2019 às 22:50:55.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/03/2019 às 18:26 , sob o número WJMJ19404061034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6A95C68.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2019032523003304

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
condominio maison mont clair			59.086.074/0001-35

Nº do processo	Unidade	CEP
10088802820188260100	31 Vara Civel	01240-000

Endereço	Código
rua maranhao 202	120-1

Histórico	Valor
Despesa com citação postal de Construtora Wasserman S/A no endereço Rua Frei Caneca, 558, conjunto 1208, CEP 01307-000, Sao Paulo - SP.	37,60
	Total 37,60

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868200000004 | 376051174005 | 112015908607 | 740001353040



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2019032523003304

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
condominio maison mont clair			59.086.074/0001-35

Nº do processo	Unidade	CEP
10088802820188260100	31 Vara Civel	01240-000

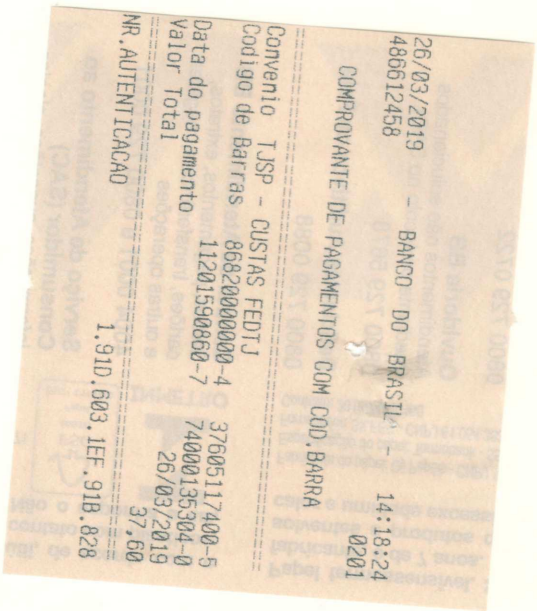
Endereço	Código
rua maranhao 202	120-1

Histórico	Valor
Despesa com citação postal de Construtora Wasserman S/A no endereço Rua Frei Caneca, 558, conjunto 1208, CEP 01307-000, Sao Paulo - SP.	37,60
	Total 37,60

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868200000004 | 376051174005 | 112015908607 | 740001353040





26/03/2019 14:18:24
486612458 - BANCO DO BRASIL -
COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA
0201
Convenio TJSP - CUSTAS FEDTJ
Codigo de Barras 868200000004-4
112015908607-7 376051174005-5
740001353040-0
Data do pagamento 26/03/2019
Valor Total 37,60
NR.AUTENTICACAO
1.91D.603.1EF.91B.828

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/03/2019 às 18:26 , sob o número WJMJ19404061034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6A95C6D.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **RENATA MARTINS DE CARVALHO**

Vistos.

Fls. 267: Expeça-se carta no endereço requerido.

Intime-se.

São Paulo, 22 de abril de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RENATA MARTINS DE CARVALHO, liberado nos autos em 22/04/2019 às 14:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6C941BD.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0143/2019, foi disponibilizado na página 678-703 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/04/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 267: Expeça-se carta no endereço requerido. Intime-se."

SÃO PAULO, 24 de abril de 2019.

MÁRCIO PEREIRA DE SOUZA
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 24/04/2019 às 11:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6CD12E3.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE CITAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Destinatário(a):
Construtora Wasserman Ltda.
Rua Frei Caneca, 558, Cjto 1208, Consolacao
São Paulo-SP
CEP 01307-000

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão para, **no prazo de 03 (três) dias úteis, pagar a dívida no valor de R$ R$ 352.079,75**, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o(a) executado(a) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC).

ADVERTÊNCIAS: 1- No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). **2-** O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias úteis, contados da juntada do AR aos autos, conforme r. decisão disponibilizada na internet.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. São Paulo, 24 de abril de 2019. LAIS AKEMI FERREIRA, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 24/04/2019 às 16:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 6CDECFB.

fls. 274

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

30/04/2019
LOTE: 60488

AR
9912760497 SF/SP
DJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Construtora Wasserman Ltda.

Rua Frei Caneca, 558, Cjto 1208, Consolacao

Sao Paulo, SP

01307-000

AR979952668JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

CDD VERGUEIRO
07 MAI 2019
SF/SPM

JJ

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros _____

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA 07/05/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por u-post-correios.com.br, liberado nos autos em 10/05/2019 às 01:04
Para conferir o original, acesse o site https://ww



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Certifico e dou fé que **decorreu o prazo legal** sem a manifestação do(a)(s) interessado(a)(s). Nada Mais. São Paulo, 13 de junho de 2019. Eu, ___, Marcelo Da Silva Santiago, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO DA SILVA SANTIAGO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 14:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 734573A.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Decorrido o prazo sem apresentação de embargos pelo coexecutado, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias.

No silêncio, aguarde-se provocação em arquivo.

Int.

São Paulo, 13 de junho de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 13/06/2019 às 15:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7348418.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0219/2019, foi disponibilizado na página 490-508 do Diário da Justiça Eletrônico em 17/06/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Decorrido o prazo sem apresentação de embargos pelo coexecutado, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. No silêncio, aguarde-se provocação em arquivo. Int."

SÃO PAULO, 17 de junho de 2019.

MÁRCIO PEREIRA DE SOUZA
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 17/06/2019 às 11:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 73C5EC6.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial (débitos condominiais) que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A** e **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao r. despacho de fls. 276, nos termos do art. 835, I, §1º, do CPC, bem como art. 837 do CPC, requerer o quanto segue.

I. DO ESTADO DA PENHORA ANTERIOR

Inicialmente, o **EXEQUENTE** informa que a penhora no rosto dos autos nº 0158646-56.2010.8.26.0100, da 25ª Vara Cível deste Foro Central, determinada por Vossa Excelência (fls. 247), se encontra pendente de aperfeiçoamento. Ocorre que foi apurado, naqueles autos, que o dinheiro ali depositado em favor do **COEXECUTADO** ISAAC DANIEL WASSERMAN, oriundo de outro processo (0215884-33.2010.8.26.0100, da 33ª Vara Cível deste Foro Central), pode ter sido transferido com algum erro quanto ao seu valor, tendo o MM. Juízo da 25ª Cível determinado a expedição de um Ofício à 33ª Vara Cível para esclarecimentos, o que ainda também não ocorreu (doc. 01), de modo que a referida penhora se encontra pendente de aperfeiçoamento e, com isso, o crédito do **EXEQUENTE** permanece não garantido.

II. DOS NOVOS PEDIDOS DE PENHORA

(1) Considerando que a outra **COEXECUTADA**, uma vez citada, não pagou e também não nomeou bens à penhora (fls. 275), requer sejam penhorados **dinheiro e/ou ativos financeiros** da **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A** (CNPJ 60.437.571/0001-10), por meio do sistema BACENJUD (guia anexa), até o limite de R$, 568.613,22 (quinhentos e sessenta e oito mil, seiscentos e treze reais e vinte e dois centavos), correspondente ao débito em execução atualizado até a presente data (R$516.921,02), acrescido dos honorários de 10% (art. 827 do CPC e fls. 273), conforme planilha anexa (doc. 2).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C0.

(2) Nos autos do processo da 25ª Vara Cível do For Central, os aqui COEXECUTADOS são, respectivamente, Exequente (ISAAC DANIEL WASSERMAN) e Executada (CONSTRUTORA WASSERMAN S/A/). Assim, aquele MM. Juízo determinou, em favor do ora **COEXECUTADO** ISAAC DANIEL WASSERMAN, a penhora de valores depositados em favor da aqui também **COEXECUTADA** CONSTRUTORA WASSERMAN, em outros autos de sua própria competência (processo nº 0157885-25.2010.8.26.0100) (doc. 03). Desta forma, requer seja também determinada a penhora de referidos créditos, no rosto daqueles autos[1], em favor da **EXEQUENTE**, comunicando-se **imediatamente** o MM. Juízo da 25ª Vara Cível do Foro Central, por meio de e-mail, apenas para evitar o levantamento daqueles valores pelo ora **COEXECUTADO**, até que se lavre o competente Ofício pela Ilma. Serventia deste Juízo.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 04 de julho de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

[1] Processo nº 0157885-25.2010.8.26.0100, 25ª Vara Cível do Foro Central.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C0.

2060

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0158646-56.2010.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução**
Requerente:	**Isaac Daniel Wasserman**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LEILA HASSEM DA PONTE**

Vistos.

1. Primeiramente, determino a Serventia que observe atentamente a ordem cronológica das datas dos protocolos das petições, a fim de se evitar qualquer tumulto processual e prejuízo às partes, bem como para melhor análise por esse juízo.

2. Fls. 2035/2039: Por ora, está sobrestado qualquer levantamento nos autos, diante da divergência com relação ao valor equivocadamente transferido a esse juízo, proveniente do juízo da 33ª Vara Cível, conforme constou no item 2 da decisão de fls. 2033.

3. Fls. 2043/2044: Aguarde-se a resposta do ofício encaminhado ao juízo da 33ª Vara Cível.

4. Fls. 2045/2047: Reporto-me à decisão de fls. 2033, item 1.

5. Fls. 2048/2056: Anote-se a penhora no rosto dos autos proveniente do juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, processo nº 0001253-56.2019.8.26.0002, em desfavor da aqui executada Construtora Wasserman S/A.

6. Fls. 2057/2058: Desentranhe-se a resposta do ofício da Cielo, devendo a Serventia providenciar a regular juntada, vez que refere-se a demanda diversa que tramita perante a 23ª Vara Cível.

7. Por fim, desde já, fica consignado que, oportunamente, esse juízo deliberará acerca dos valores aqui depositados observando-se as penhoras nos rostos dos autos e a natureza do crédito.

Intime-se.

São Paulo, 01 de março de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LEILA HASSEM DA PONTE Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e o código 2S000001 10WCI.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C6.

2063

TJ/SP - COMARCA DE SÃO PAULO
Certidão - Processo 0158646-56.2010.8.26.0100

Emitido em: 12/03/2019 09:03
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0071/2019, foi disponibilizado na página 491/496 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP)
Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP)
Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP)
Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP)
Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP)
Marcos Tomanini (OAB 140252/SP)
Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1. Primeiramente, determino a Serventia que observe atentamente a ordem cronológica das datas dos protocolos das petições, a fim de se evitar qualquer tumulto processual e prejuízo às partes, bem como para melhor análise por esse juízo. 2. Fls. 2035/2039: Por ora, está sobrestado qualquer levantamento nos autos, diante da divergência com relação ao valor equivocadamente transferido a esse juízo, proveniente do juízo da 33ª Vara Cível, conforme constou no item 2 da decisão de fls. 2033. 3. Fls. 2043/2044: Aguarde-se a resposta do oficio encaminhado ao juízo da 33ª Vara Cível. 4. Fls. 2045/2047: Reporto-me à decisão de fls. 2033, item 1. 5. Fls. 2048/2056: Anote-se a penhora no rosto dos autos proveniente do juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, processo nº 0001253-56.2019.8.26.0002, em desfavor da aqui executada Construtora Wasserman S/A. 6. Fls. 2057/2058: Desentranhe-se a resposta do ofício da Cielo, devendo a Serventia providenciar a regular juntada, vez que refere-se a demanda diversa que tramita perante a 23ª Vara Cível. 7. Por fim, desde já, fica consignado que, oportunamente, esse juízo deliberará acerca dos valores aqui depositados observando-se as penhoras nos rostos dos autos e a natureza do crédito. Intime-se."

SÃO PAULO, 12 de março de 2019.

Rui Fernando Fattori Júnior
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C6.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 04/07/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006812	Condomínio Ago/14	03/08/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	2.743,68	1.139,40	**7.393,99**
J		Fundo de Reserva Ago/14	03/08/2014	R$	160,38	160,38	3,21	127,84	53,09	**344,52**
J		Prov. 13º Salário Ago/14	03/08/2014	R$	300,21	300,21	6,00	239,30	99,38	**644,89**
J	00006823	Condomínio Set/14	03/09/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	2.684,03	1.116,73	**7.311,67**
J		Fundo de Reserva Set/14	03/09/2014	R$	160,38	160,38	3,21	125,06	52,03	**340,68**
J		Prov. 13º Salário Set/14	03/09/2014	R$	300,21	300,21	6,00	234,09	97,40	**637,70**
J	00006824	Condomínio - Out/14	03/10/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.104,09	1.298,46	**8.549,87**
J		Fundo de Reserva - Out/14	03/10/2014	R$	196,00	196,00	3,92	149,63	62,59	**412,14**
J		Prov. 13o. Salário Out/14	03/10/2014	R$	308,00	308,00	6,16	235,14	98,36	**647,66**
J		Fundo de Obras pc.1/6	03/10/2014	R$	500,00	500,00	10,00	381,71	159,67	**1.051,38**
J	00006825	Condomínio - Nov/14	03/11/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.033,56	1.269,75	**8.450,63**
J		Fundo de Reserva - Nov/14	03/11/2014	R$	196,00	196,00	3,92	146,23	61,21	**407,36**
J		Prov. 13o. Salário Nov/14	03/11/2014	R$	308,00	308,00	6,16	229,79	96,18	**640,13**
J		Fundo de Obras pc.2/6	03/11/2014	R$	500,00	500,00	10,00	373,04	156,14	**1.039,18**
J	00006826	Condomínio - Dez/14	03/12/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	2.961,03	1.236,37	**8.344,72**
J		Fundo de Reserva - Dez/14	03/12/2014	R$	196,00	196,00	3,92	142,74	59,60	**402,26**
J		Prov. 13o. Salário Dez/14	03/12/2014	R$	308,00	308,00	6,16	224,30	93,66	**632,12**
J		Fundo de Obras pc.3/6	03/12/2014	R$	500,00	500,00	10,00	364,12	152,04	**1.026,16**
J	00006827	Condomínio - Jan/15	03/01/2015	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	2.864,80	1.157,86	**8.169,98**
J		Fundo de Reserva - Jan/15	03/01/2015	R$	196,00	196,00	3,92	138,09	55,81	**393,82**
J		Prov. 13o. Salário Jan/15	03/01/2015	R$	308,00	308,00	6,16	217,01	87,71	**618,88**
J		Fundo de Obras pc.4/6	03/01/2015	R$	500,00	500,00	10,00	352,29	142,38	**1.004,67**
J	00006828	Condomínio Fev/15	03/02/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	3.813,10	1.504,96	**11.007,62**
J		Fundo de Reserva Fev/15	03/02/2015	R$	231,00	231,00	4,62	157,91	62,32	**455,85**
J		Prov. 13o. Salário Fev/15	03/02/2015	R$	385,00	385,00	7,70	263,18	103,87	**759,75**
J	00006829	Condomínio Mar/15	03/03/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	3.685,50	1.397,94	**10.773,00**
J		Fundo de Reserva Mar/15	03/03/2015	R$	231,00	231,00	4,62	152,63	57,89	**446,14**
J		Prov. 13o. Salário Mar/15	03/03/2015	R$	385,00	385,00	7,70	254,38	96,49	**743,57**
J	00006830	Condomínio Abr/15	03/04/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	3.589,15	1.347,98	**10.626,69**
J		Fundo de Reserva Abr/15	03/04/2015	R$	231,00	231,00	4,62	148,63	55,82	**440,07**
J		Prov. 13o. Salário Abr/15	03/04/2015	R$	385,00	385,00	7,70	247,73	93,04	**733,47**
J	00006831	Condomínio - Mai/15	03/05/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.468,60	906,16	**7.405,80**
J		Fundo de Reserva - Mai/15	03/05/2015	R$	231,00	231,00	4,62	144,30	52,97	**432,89**
J		Prov. 13o. Salário Mai/15	03/05/2015	R$	385,00	385,00	7,70	240,49	88,28	**721,47**
J		Rateio Inadimplência Mai/15	03/05/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.016,30	373,06	**3.048,90**
J	00006832	Condomínio Jun/15	03/06/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.400,74	868,43	**7.300,21**
J		Fundo de Reserva Jun/15	03/06/2015	R$	231,00	231,00	4,62	140,33	50,76	**426,71**
J		Prov. 13o. Salário Jun/15	03/06/2015	R$	385,00	385,00	7,70	233,88	84,60	**711,18**
J		Rateio Inadimplencia Jun/15	03/06/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	988,36	357,53	**3.005,43**
J	00006833	Condomínio Jul/15	03/07/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.338,19	840,18	**7.209,41**
J		Fundo de Reserva Jul/15	03/07/2015	R$	231,00	231,00	4,62	136,67	49,11	**421,40**
J		Prov. 13o. Salário Jul/15	03/07/2015	R$	385,00	385,00	7,70	227,78	81,85	**702,33**
J		Rateio Inadimplência Jul/15	03/07/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	962,61	345,89	**2.968,04**
J	00006834	Condomínio Ago/15	03/08/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.283,76	828,03	**7.142,83**
J		Fundo de Reserva Ago/15	03/08/2015	R$	231,00	231,00	4,62	133,49	48,40	**417,51**
J		Prov. 13o. Salário Ago/15	03/08/2015	R$	385,00	385,00	7,70	222,48	80,67	**695,85**
J		Rateio Inadimplência Ago/15	03/08/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	940,20	340,89	**2.940,63**
J	00006835	Condomínio Set/15	03/09/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.223,83	803,38	**7.058,25**
J		Fundo de Reserva Set/15	03/09/2015	R$	231,00	231,00	4,62	129,99	46,96	**412,57**
J		Prov. 13o. Salário Set/15	03/09/2015	R$	385,00	385,00	7,70	216,64	78,26	**687,60**
J		Rateio Inadimplência Set/15	03/09/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	915,53	330,74	**2.905,81**
J	00006836	Condomínio Out/15	03/10/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.158,87	766,44	**6.956,35**
J		Fundo de Reserva Out/15	03/10/2015	R$	231,00	231,00	4,62	126,19	44,80	**406,61**
J		Prov. 13o. Salário Out/15	03/10/2015	R$	385,00	385,00	7,70	210,32	74,67	**677,69**
J		Rateio Inadimplência Out/15	03/10/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	888,78	315,53	**2.863,85**
J	00006837	Condomínio Nov/15	03/11/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.087,72	713,77	**6.832,53**
J		Fundo de Reserva Nov/15	03/11/2015	R$	231,00	231,00	4,62	122,03	41,72	**399,37**
J		Prov. 13o. Salário Nov/15	03/11/2015	R$	385,00	385,00	7,70	203,38	69,53	**665,61**
J		Rateio Inadimplência Nov/15	03/11/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	859,49	293,85	**2.812,88**
J	00006838	Condomínio Dez/15	03/12/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.022,07	671,45	**6.724,56**
J		Fundo de Reserva Dez/15	03/12/2015	R$	231,00	231,00	4,62	118,19	39,25	**393,06**
J		Prov. 13o. Salário Dez/15	03/12/2015	R$	385,00	385,00	7,70	196,99	65,41	**655,10**
J		Rateio Inadimplência Dez/15	03/12/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	832,47	276,43	**2.768,44**
J	00006839	Condomínio Jan/16	03/01/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.945,67	601,50	**6.578,21**
J		Fundo de Reserva Jan/16	03/01/2016	R$	231,00	231,00	4,62	113,73	35,16	**384,51**
J		Prov. 13o. Salário Jan/16	03/01/2016	R$	385,00	385,00	7,70	189,55	58,60	**640,85**
J		Rateio Inadimplência Jan/16	03/01/2016	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	801,01	247,63	**2.708,18**
J	00006840	Condomínio Fev/16	03/02/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.881,47	557,90	**6.470,41**
J		Fundo de Reserva Fev/16	03/02/2016	R$	231,00	231,00	4,62	109,97	32,61	**378,20**
J		Prov. 13o. Salário Fev/16	03/02/2016	R$	385,00	385,00	7,70	183,29	54,35	**630,34**
J		Rateio Inadimplência Fev/16	03/02/2016	R$	857,00	857,00	17,14	408,00	120,98	**1.403,12**
J	00006841	Condomínio Mar/16	03/03/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.827,54	537,80	**6.396,38**
J		Fundo de Reserva Mar/16	03/03/2016	R$	231,00	231,00	4,62	106,82	31,44	**373,88**
J		Prov. 13o. Salário Mar/16	03/03/2016	R$	385,00	385,00	7,70	178,04	52,39	**623,13**
J		Rateio Inadimplência Mar/16	03/03/2016	R$	857,00	857,00	17,14	396,30	116,62	**1.387,06**
J	00006842	Condomínio Abr/16	03/04/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.770,51	508,74	**6.310,29**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C8.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 04/07/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006842	Fundo de Reserva Abr/16	03/04/2016	R$	231,00	231,00	4,62	103,49	29,74	**368,85**
J		Prov. 13o. Salário Abr/16	03/04/2016	R$	385,00	385,00	7,70	172,48	49,56	**614,74**
J		Rateio Inadimplência Abr/16	03/04/2016	R$	857,00	857,00	17,14	383,94	110,32	**1.368,40**
J	00006843	Condomínio Mai/16	03/05/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.708,38	464,69	**6.204,11**
J		Fundo de Reserva Mai/16	03/05/2016	R$	231,00	231,00	4,62	99,86	27,16	**362,64**
J		Prov. 13o. Salário Mai/16	03/05/2016	R$	385,00	385,00	7,70	166,43	45,27	**604,40**
J		Rateio Inadimplência Mai/16	03/05/2016	R$	857,00	857,00	17,14	370,47	100,77	**1.345,38**
J	00006844	Condomínio Jun/16	03/06/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.655,64	443,65	**6.130,33**
J		Fundo de Reserva Jun/16	03/06/2016	R$	231,00	231,00	4,62	96,77	25,93	**358,32**
J		Prov. 13o. Salário Jun/16	03/06/2016	R$	385,00	385,00	7,70	161,29	43,22	**597,21**
J		Rateio Inadimplência Jun/16	03/06/2016	R$	857,00	857,00	17,14	359,03	96,21	**1.329,38**
J	00006845	Condomínio Jul/16	03/07/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.600,65	415,20	**6.046,89**
J		Fundo de Reserva Jul/16	03/07/2016	R$	231,00	231,00	4,62	93,56	24,27	**353,45**
J		Prov. 13o. Salário Jul/16	03/07/2016	R$	385,00	385,00	7,70	155,93	40,45	**589,08**
J		Rateio Inadimplência Jul/16	03/07/2016	R$	857,00	857,00	17,14	347,10	90,04	**1.311,28**
J	00006846	Condomínio Ago/16	03/08/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.551,38	401,46	**5.983,88**
J		Fundo de Reserva Ago/16	03/08/2016	R$	231,00	231,00	4,62	90,68	23,47	**349,77**
J		Prov. 13o. Salário Ago/16	03/08/2016	R$	385,00	385,00	7,70	151,13	39,11	**582,94**
J		Rateio Inadimplência Ago/16	03/08/2016	R$	857,00	857,00	17,14	336,42	87,06	**1.297,62**
J	00006847	Condomínio Set/16	03/09/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.505,84	397,91	**5.934,79**
J		Fundo de Reserva Set/16	03/09/2016	R$	231,00	231,00	4,62	88,02	23,26	**346,90**
J		Prov. 13o. Salário Set/16	03/09/2016	R$	385,00	385,00	7,70	146,70	38,76	**578,16**
J		Rateio Inadimplência Set/16	03/09/2016	R$	857,00	857,00	17,14	326,55	86,29	**1.286,98**
J	00006848	Condomínio Out/16	03/10/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.459,08	390,40	**5.880,52**
J		Fundo de Reserva Out/16	03/10/2016	R$	231,00	231,00	4,62	85,29	22,82	**343,73**
J		Prov. 13o. Salário Out/16	03/10/2016	R$	385,00	385,00	7,70	142,14	38,03	**572,87**
J		Rateio Inadimplência Out/16	03/10/2016	R$	857,00	857,00	17,14	316,40	84,66	**1.275,20**
J	00006849	Condomínio Nov/16	03/11/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.413,87	387,31	**5.832,22**
J		Fundo de Reserva Nov/16	03/11/2016	R$	231,00	231,00	4,62	82,64	22,64	**340,90**
J		Prov. 13o. Salário Nov/16	03/11/2016	R$	385,00	385,00	7,70	137,74	37,73	**568,17**
J		Rateio Inadimplência Nov/16	03/11/2016	R$	857,00	857,00	17,14	306,60	83,99	**1.264,73**
J	00006850	Condomínio Dez/16	03/12/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.367,77	381,13	**5.779,94**
J		Fundo de Reserva Dez/16	03/12/2016	R$	231,00	231,00	4,62	79,95	22,28	**337,85**
J		Prov. 13o. Salário Dez/16	03/12/2016	R$	385,00	385,00	7,70	133,25	37,13	**563,08**
J		Rateio Inadimplência Dez/16	03/12/2016	R$	857,00	857,00	17,14	296,60	82,65	**1.253,39**
J	00006851	Condomínio Jan/17	03/01/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.318,11	362,67	**5.711,82**
J		Fundo de Reserva Jan/17	03/01/2017	R$	231,00	231,00	4,62	77,05	21,20	**333,87**
J		Prov. 13o. Salário Jan/17	03/01/2017	R$	385,00	385,00	7,70	128,41	35,33	**556,44**
J		Rateio Inadimplencia Jan/17	03/01/2017	R$	857,00	857,00	17,14	285,84	78,65	**1.238,63**
J	00006852	Condomínio Fev/17	03/02/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.271,13	352,16	**5.654,33**
J		Fundo de Reserva Fev/17	03/02/2017	R$	231,00	231,00	4,62	74,30	20,58	**330,50**
J		Prov. 13o. Salário Fev/17	03/02/2017	R$	385,00	385,00	7,70	123,83	34,31	**550,84**
J		Rateio Inadimplencia Fev/17	03/02/2017	R$	857,00	857,00	17,14	275,65	76,37	**1.226,16**
J	00006853	Condomínio Mar/17	03/03/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.223,38	338,17	**5.592,59**
J		Fundo de Reserva Mar/17	03/03/2017	R$	231,00	231,00	4,62	71,51	19,77	**326,90**
J		Prov. 13o. Salário Mar/17	03/03/2017	R$	385,00	385,00	7,70	119,18	32,94	**544,82**
J		Rateio Inadimplencia Mar/17	03/03/2017	R$	857,00	857,00	17,14	265,29	73,33	**1.212,76**
J	00006854	Condomínio Ordinário Abr/17	03/04/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.178,74	334,68	**5.544,46**
J		Fundo de Reserva Abr/2017	03/04/2017	R$	231,00	231,00	4,62	68,90	19,56	**324,08**
J		Prov. 13o. Salário Abr/2017	03/04/2017	R$	385,00	385,00	7,70	114,83	32,60	**540,13**
J		Rateio Inadimplência Abr/17	03/04/2017	R$	857,00	857,00	17,14	255,61	72,58	**1.202,33**
J	00006855	Condomínio Ordinário Mai/17	03/05/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.131,02	319,02	**5.481,08**
J		Fundo de Reserva Mai/17	03/05/2017	R$	231,00	231,00	4,62	66,11	18,65	**320,38**
J		Prov. 13o. Salário Mai/17	03/05/2017	R$	385,00	385,00	7,70	110,18	31,08	**533,96**
J		Rateio Inadimplencia Mai/17	03/05/2017	R$	857,00	857,00	17,14	245,26	69,18	**1.188,58**
J	00006856	Condomínio Ordinário Jun/17	03/06/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.087,52	319,02	**5.437,58**
J		Fundo de Reserva Jun/17	03/06/2017	R$	231,00	231,00	4,62	63,57	18,65	**317,84**
J		Prov. 13o. Salário Jun/17	03/06/2017	R$	385,00	385,00	7,70	105,95	31,08	**529,73**
J		Rateio Inadimplencia Jun/17	03/06/2017	R$	857,00	857,00	17,14	235,83	69,18	**1.179,15**
J	00006857	Condomínio Ordinário Jul/17	03/07/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.042,24	311,64	**5.384,92**
J		Fundo de Reserva Jul/17	03/07/2017	R$	231,00	231,00	4,62	60,92	18,22	**314,76**
J		Prov. 13o. Salário Jul/17	03/07/2017	R$	385,00	385,00	7,70	101,53	30,36	**524,59**
J		Rateio Inadimplencia Jul/17	03/07/2017	R$	857,00	857,00	17,14	226,01	67,58	**1.167,73**
J	00006858	Condomínio Ordinário Ago/17	03/08/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	998,82	311,64	**5.341,50**
J		Fundo de Reserva Ago/17	03/08/2017	R$	231,00	231,00	4,62	58,38	18,22	**312,22**
J		Prov. 13o. Salário Ago/17	03/08/2017	R$	385,00	385,00	7,70	97,30	30,36	**520,36**
J		Rateio Inadimplencia Ago/17	03/08/2017	R$	857,00	857,00	17,14	216,60	67,58	**1.158,32**
J	00006859	Condomínio Ordinário Set/17	03/09/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	955,39	311,64	**5.298,07**
J		Fundo de Reserva Set/17	03/09/2017	R$	231,00	231,00	4,62	55,84	18,22	**309,68**
J		Prov. 13o. Salário Set/17	03/09/2017	R$	385,00	385,00	7,70	93,07	30,36	**516,13**
J		Rateio Inadimplencia Set/17	03/09/2017	R$	857,00	857,00	17,14	207,18	67,58	**1.148,90**
J	00006860	Condomínio Ordinário Out/17	03/10/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	908,60	295,63	**5.235,27**
J		Fundo de Reserva Out/17	03/10/2017	R$	231,00	231,00	4,62	53,11	17,28	**306,01**
J		Prov. 13o. Salário Out/17	03/10/2017	R$	385,00	385,00	7,70	88,52	28,80	**510,02**
J		Rateio Inadimplencia Out/17	03/10/2017	R$	857,00	857,00	17,14	197,03	64,11	**1.135,28**
J	00006861	Condomínio Ordinário Nov/17	03/11/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	863,78	287,86	**5.182,68**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C8.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 04/07/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006861	Fundo de Reserva Nov/17	03/11/2017	R$	231,00	231,00	4,62	50,49	16,83	**302,94**
J		Prov. 13o. Salário Nov/17	03/11/2017	R$	385,00	385,00	7,70	84,15	28,04	**504,89**
J		Rateio Inadimplencia Nov/17	03/11/2017	R$	857,00	857,00	17,14	187,31	62,42	**1.123,87**
J	00006862	Condomínio Ordinário Dez/17	03/12/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	818,46	276,66	**5.126,16**
J		Fundo de Reserva Dez/17	03/12/2017	R$	231,00	231,00	4,62	47,84	16,17	**299,63**
J		Prov. 13o. Salário Dez/17	03/12/2017	R$	385,00	385,00	7,70	79,73	26,95	**499,38**
J		Rateio Inadimplencia Dez/17	03/12/2017	R$	857,00	857,00	17,14	177,48	59,99	**1.111,61**
J	00007716	Condomínio Ordinário Jan/18	03/01/2018	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	773,61	266,77	**5.071,42**
J		Fundo de Reserva Jan/18	03/01/2018	R$	231,00	231,00	4,62	45,22	15,59	**296,43**
J		Prov. 13o. Salário Jan/18	03/01/2018	R$	385,00	385,00	7,70	75,36	25,99	**494,05**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2018	R$	857,00	857,00	17,14	167,76	57,85	**1.099,75**
J	00007717	Condomínio Ordinário Fev/18	03/02/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	968,48	344,00	**6.665,44**
J		Fundo de Reserva Fev/18	03/02/2018	R$	257,00	257,00	5,14	47,43	16,85	**326,42**
J		Prov. 13o. Salário Fev/18	03/02/2018	R$	437,00	437,00	8,74	80,64	28,64	**555,02**
J		Rateio Inadimplencia Fev/18	03/02/2018	R$	557,00	557,00	11,14	102,79	36,51	**707,44**
J	00007719	Condomínio Ordinário Mar/18	03/03/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	910,88	340,01	**6.603,85**
J		Fundo de Reserva Mar/18	03/03/2018	R$	257,00	257,00	5,14	44,61	16,65	**323,40**
J		Prov. 13o. Salário Mar/18	03/03/2018	R$	437,00	437,00	8,74	75,85	28,31	**549,90**
J		Rateio Inadimplencia Mar/18	03/03/2018	R$	557,00	557,00	11,14	96,68	36,09	**700,91**
J	00007720	Condomínio Ordinário Abr/18	03/04/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	852,16	328,08	**6.533,20**
J		Fundo de Reserva Abr/18	03/04/2018	R$	257,00	257,00	5,14	41,73	16,07	**319,94**
J		Prov. 13o. Salário Abr/18	03/04/2018	R$	437,00	437,00	8,74	70,96	27,32	**544,02**
J		Rateio Inadimplencia Abr/18	03/04/2018	R$	557,00	557,00	11,14	90,44	34,82	**693,40**
J	00007721	Condomínio Ordinário Mai/18	03/05/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	791,94	303,76	**6.448,66**
J		Fundo de Reserva Mai/18	03/05/2018	R$	257,00	257,00	5,14	38,78	14,88	**315,80**
J		Prov. 13o. Salário Mai/18	03/05/2018	R$	437,00	437,00	8,74	65,94	25,29	**536,97**
J		Rateio Inadimplencia Mai/18	03/05/2018	R$	557,00	557,00	11,14	84,05	32,24	**684,43**
J	00007722	Condomínio Ordinário Jun/18	03/06/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	725,01	224,01	**6.301,98**
J		Fundo de Reserva Jun/18	03/06/2018	R$	257,00	257,00	5,14	35,50	10,97	**308,61**
J		Prov. 13o. Salário Jun/18	03/06/2018	R$	437,00	437,00	8,74	60,37	18,65	**524,76**
J		Rateio Inadimplencia Jun/18	03/06/2018	R$	557,00	557,00	11,14	76,95	23,78	**668,87**
J	00007723	Condomínio Ordinário Jul/18	03/07/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	667,57	210,10	**6.230,63**
J		Fundo de Reserva Jul/18	03/07/2018	R$	257,00	257,00	5,14	32,69	10,29	**305,12**
J		Prov. 13o. Salário Jul/18	03/07/2018	R$	437,00	437,00	8,74	55,59	17,50	**518,83**
J		Rateio Inadimplencia Jul/18	03/07/2018	R$	557,00	557,00	11,14	70,85	22,30	**661,29**
J	00007724	Condomínio Ordinário Ago/18	03/08/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	611,94	210,10	**6.175,00**
J		Fundo de Reserva Ago/18	03/08/2018	R$	257,00	257,00	5,14	29,97	10,29	**302,40**
J		Prov. 13o. Salário Ago/18	03/08/2018	R$	437,00	437,00	8,74	50,96	17,50	**514,20**
J		Rateio Inadimplencia Ago/18	03/08/2018	R$	557,00	557,00	11,14	64,95	22,30	**655,39**
J	00007725	Condomínio Ordinário Set/18	03/09/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	554,64	193,46	**6.101,06**
J		Fundo de Reserva Set/18	03/09/2018	R$	257,00	257,00	5,14	27,16	9,47	**298,77**
J		Prov. 13o. Salário Set/18	03/09/2018	R$	437,00	437,00	8,74	46,19	16,11	**508,04**
J		Rateio Inadimplencia Set/18	03/09/2018	R$	557,00	557,00	11,14	58,87	20,53	**647,54**
J	00007726	Condomínio Ordinário Out/18	03/10/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	497,19	171,37	**6.021,52**
J		Fundo de Reserva Out/18	03/10/2018	R$	257,00	257,00	5,14	24,35	8,39	**294,88**
J		Prov. 13o. Salário Out/18	03/10/2018	R$	437,00	437,00	8,74	41,40	14,27	**501,41**
J		Rateio Inadimplencia Out/18	03/10/2018	R$	557,00	557,00	11,14	52,77	18,19	**639,10**
J	00007727	Condomínio Ordinário Nov/18	03/11/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	441,95	171,37	**5.966,28**
J		Fundo de Reserva Nov/18	03/11/2018	R$	257,00	257,00	5,14	21,64	8,39	**292,17**
J		Prov. 13o. Salário Nov/18	03/11/2018	R$	437,00	437,00	8,74	36,80	14,27	**496,81**
J		Rateio Inadimplencia Nov/18	03/11/2018	R$	557,00	557,00	11,14	46,91	18,19	**633,24**
J	00007728	Condomínio Ordinário Dez/18	03/12/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	386,16	163,64	**5.902,76**
J		Fundo de Reserva Dez/18	03/12/2018	R$	257,00	257,00	5,14	18,91	8,01	**289,06**
J		Prov. 13o. Salário Dez/18	03/12/2018	R$	437,00	437,00	8,74	32,16	13,63	**491,53**
J		Rateio Inadimplencia Dez/18	03/12/2018	R$	557,00	557,00	11,14	40,99	17,37	**626,50**
J	00007729	Condomínio Ordinário Jan/19	03/01/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	329,81	143,85	**5.826,62**
J		Fundo de Reserva - Jan/19	03/01/2019	R$	257,00	257,00	5,14	16,15	7,04	**285,33**
J		Prov. 13o. Salário Jan/19	03/01/2019	R$	437,00	437,00	8,74	27,46	11,98	**485,18**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2019	R$	557,00	557,00	11,14	35,00	15,27	**618,41**
J	00007730	Condomínio Ordinário Fev/19	03/02/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	273,36	114,33	**5.740,65**
J		Fundo de Reserva Fev/19	03/02/2019	R$	257,00	257,00	5,14	13,39	5,60	**281,13**
J		Prov. 13o. Salário Fev/19	03/02/2019	R$	437,00	437,00	8,74	22,76	9,52	**478,02**
J		Rateio Inadimplencia Fev/19	03/02/2019	R$	557,00	557,00	11,14	29,01	12,13	**609,28**
J		Rescisão Funcionário parc1/1	03/02/2019	R$	1.464,00	1.464,00	29,28	76,26	31,89	**1.601,43**
J	00007731	Condomínio Ordinário Mar/19	03/03/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	217,02	72,55	**5.642,53**
J		Fundo de Reserva Mar/19	03/03/2019	R$	257,00	257,00	5,14	10,63	3,55	**276,32**
J		Prov. 13o. Salário Mar/19	03/03/2019	R$	437,00	437,00	8,74	18,07	6,04	**469,85**
J		Rateio Inadimplencia Mar/19	03/03/2019	R$	557,00	557,00	11,14	23,03	7,70	**598,87**
J	00007732	Condomínio Ordinário Abr/19	03/04/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	161,79	40,20	**5.554,95**
J		Fundo de Reserva Abr/19	03/04/2019	R$	257,00	257,00	5,14	7,92	1,97	**272,03**
J		Prov. 13o. Salário Abr/19	03/04/2019	R$	437,00	437,00	8,74	13,47	3,35	**462,56**
J		Rateio Inadimplencia Abr/19	03/04/2019	R$	557,00	557,00	11,14	17,17	4,27	**589,58**
J	00032705	Condomínio Mai/2019	03/05/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	107,22	8,03	**5.468,21**
J		Fundo de Reserva Mai/2019	03/05/2019	R$	257,00	257,00	5,14	5,25	0,39	**267,78**
J		Prov 13/Férias - Mai/2019	03/05/2019	R$	437,00	437,00	8,74	8,93	0,67	**455,34**
J		Rateio Inadimplência Mai/19	03/05/2019	R$	557,00	557,00	11,14	11,38	0,85	**580,37**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C8.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 04/07/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00015635	CONDOMÍNIO JUNHO/2019	03/06/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	53,54	0,00	**5.407,52**
J		FD. RESERVA JUNHO/2019	03/06/2019	R$	257,00	257,00	5,14	2,62	0,00	**264,76**
J		13º/FÉRIAS JUNHO/2019	03/06/2019	R$	438,00	438,00	8,76	4,47	0,00	**451,23**
J		RAT INADIMPL JUNHO/2019	03/06/2019	R$	558,00	558,00	11,16	5,69	0,00	**574,85**
J	00040712	CONDOMÍNIO JULHO/2019	03/07/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	0,00	0,00	**5.353,98**
J		FD. RESERVA JULHO/2019	03/07/2019	R$	257,00	257,00	5,14	0,00	0,00	**262,14**
J		13º/FÉRIAS JULHO/2019	03/07/2019	R$	438,00	438,00	8,76	0,00	0,00	**446,76**
J		RAT INADIMPL JULHO/2019	03/07/2019	R$	558,00	558,00	11,16	0,00	0,00	**569,16**
			Subtotal:		**351.074,32**	**351.074,32**	**7.021,48**	**118.273,55**	**40.551,67**	**516.921,02**
			Total geral:							**516.921,02**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0C8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0158646-56.2010.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução**
Requerente:	**Isaac Daniel Wasserman**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LEILA HASSEM DA PONTE**

Vistos.

1. Fls. 2092/2097: **DEFIRO** a penhora no rosto do crédito remanescente depositado em favor da parte executada Construtora Wasserman, no rosto dos autos nº 0157885-25.2010.8.26.0100 , em trâmite perante esse juizo, na forma do artigo 860 do CPC, por ofício (Parecer 606/2016-J, 23/11/2016, processo nº 2016/00180539 – Corregedoria Geral de Justiça.

Fica a parte executada intimada na pessoa de seu patrono constituído acerca da penhora e do prazo de 15 (quinze) dias para oferecer impugnação.

Servirá a presente decisão, por cópia digitada, como OFÍCIO para penhora no rosto dos autos, a ser protocolada diretamente pelo requerente nos autos do processo nº 0157885-25.2010.8.26.0100.

2. No mais, aguarde-se o integral cumprimento do comando de fls. 2060.

Intime-se.

São Paulo, 30 de maio de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEILA HASSEM DA PONTE, Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código 269000001UMM6.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2019070410383999

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR			59.086.074/0001-35

Nº do processo	Unidade	CEP
10088802820188260100	31 Vara Civel Foro Central	

Endereço	Código
	434-1

Histórico	Valor
BACENJUD	15,00
	Total 15,00

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868500000000 | 150051174009 | 143415908604 | 740001359995

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2019070410383999

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR			59.086.074/0001-35

Nº do processo	Unidade	CEP
10088802820188260100	31 Vara Civel Foro Central	

Endereço	Código
	434-1

Histórico	Valor
BACENJUD	15,00
	Total 15,00

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868500000000 | 150051174009 | 143415908604 | 740001359995

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2019070410383999

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR			59.086.074/0001-35

Nº do processo	Unidade	CEP
10088802820188260100	31 Vara Civel Foro Central	

Endereço	Código
	434-1

Histórico	Valor
BACENJUD	15,00
	Total 15,00

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868500000000 | 150051174009 | 143415908604 | 740001359995

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0D2.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0D2.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/07/2019 - AUTO-ATENDIMENTO - 14.52.13
594805948

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
TJ-SP - Fundo Especial de Despesa-FEDTJ

CLIENTE: LUIZ ROBERTO C MACHADO
AGENCIA: 5948-X CONTA: 17.748-2
==========
CNPJ 59086074/0001-35
Receita 0434-1
Número do Processo..... 1008880282018
Valor Total Arrecadado 15,00
==========
Data do pagamento: 04/07/2019
Numero do Documento: 070.401
Autenticacao SISBB: 0.1DF.FE7.2B9.378.CD0
==========
Central de atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes e cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais: agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a deficientes auditivos ou de fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de ouvidoria.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/07/2019 às 18:11 , sob o número WJMJ19409830222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 769A0D2.

PODER JUDICIÁRIO
DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE CUSTA

Emitido em : 22/07/2019 - 13:00:11

DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO

Nome : exequente
Endereço :

DADOS DO PROCESSO

Número : 1008880-28.2018.8.26.0100
Tipo de custas : Pesquisas - Bacenjud, Renajud, Infojud, Ser
Data do cálculo : 22/07/2019
Requerente : Condomínio Edifício Maison Mont Clair
Requerido : Isaac Daniel Wasserman
Nome da ação : Execução de Título Extrajudicial
Área : Cível
Valor da causa : R$ 352.079,75
Perc. cálculo : 100,00 %
Cartório : Unid. de Proc. Judicial das 31ª a 35ª Varas Cíveis
Comarca : SÃO PAULO

TAXA JUDICIÁRIA				**SUBTOTAL R$ 15,00**	
	CÓDIGO	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	VALOR
Taxa Judiciária	1				15,00

TOTAL A RECOLHER
R$ 15,00

Selma Aparecida de Oliveira Ilha de Campos
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SELMA APARECIDA DE OLIVEIRA ILHA DE CAMPOS, liberado nos autos em 22/07/2019 às 13:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 78E75C3.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

1. Defiro bloqueio/arresto *on line* pelo sistema Bacenjud, desbloqueados, desde já, valores irrisórios dado o custo operacional do sistema. Seguem extratos negativos.

2. Oficie-se ao Juízo da 25ª Vara Cível Central solicitando penhora até o valor de R$ 568.613,22 (atualizado até julho/2019), no rosto do autos do 0157885-25.2010.8.26.0100 em que são partes: Isaac Daniel Wasserman e Construtora Wasserman. Na mesma oportunidade, solicite-se transferência do referido valor para conta de depósito judicial no Banco do Brasil S.A., vinculada a estes autos e à disposição desta 31ª Vara Cível.

Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como OFÍCIO, cabendo ao(à) exequente encaminhar e comprovar nos autos. Facultado ainda, ao exequente, instruir esta com planilha atualizada do débito.

Intime-se.

São Paulo, 23 de julho de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 25/07/2019 às 15:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 793CCF3.

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	EJUBP.ACHUNG quinta-feira, 25/07/2019

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

O Comitê Gestor do Bacen Jud Informa:

- As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (instituições financeiras que custodiam investimentos de devedores) já estão respondendo ordens de bloqueio de valores mobiliários pelo sistema BACENJUD 2.0.

Até que sejam criados códigos específicos de resposta para o bloqueio e transferência dos ativos sob a responsabilidade desses novos participantes, os quais podem não ser líquidos (apuração imediata do valor), convencionou-se como resposta padrão a mensagem "bloqueio: R$0,01 - um centavo", via sistema. Nesses casos, SUGERE-SE NÃO DESBLOQUEAR a ordem, e aguardar o prazo de 30 dias, pois provavelmente as instituições financeiras encaminharão ofício, via Correios, com mais informações.

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20190006971282
Número do Processo:	1008880-28.2018.8.26.0100
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO
Vara/Juízo:	2026 - 31ª VARA CÍVEL CENTRAL
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Cesar Augusto Vieira Macedo (Protocolizado por Anna Chung)
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Condominio Edificio Maison Mont Clair
Deseja bloquear conta-salário?	Não

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **60.437.571/0001-10 -** CONSTRUTORA WASSERMAN SA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
23/07/2019 10:07	Bloq. Valor	Cesar Augusto Vieira Macedo	568.613,22	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	23/07/2019 20:36
Nenhuma ação disponível						

BCO RENDIMENTO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
23/07/2019 10:07	Bloq. Valor	Cesar Augusto Vieira Macedo	568.613,22	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas	0,00	24/07/2019 18:50

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 25/07/2019 às 15:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 793D1B6.

				inativas. 0,00		
Nenhuma ação disponível						

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
23/07/2019 10:07	Bloq. Valor	Cesar Augusto Vieira Macedo	568.613,22	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	24/07/2019 05:14
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
23/07/2019 10:07	Bloq. Valor	Cesar Augusto Vieira Macedo	568.613,22	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	24/07/2019 03:19
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	Condominio Edificio Maison Mont Clair	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBP.

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 25/07/2019 às 15:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 793D1B6.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0271/2019, foi disponibilizado na página 601/620 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/07/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1. Defiro bloqueio/arresto on line pelo sistema Bacenjud, desbloqueados, desde já, valores irrisórios dado o custo operacional do sistema. Seguem extratos negativos. 2. Oficie-se ao Juízo da 25ª Vara Cível Central solicitando penhora até o valor de R$ 568.613,22 (atualizado até julho/2019), no rosto do autos do 0157885-25.2010.8.26.0100 em que são partes: Isaac Daniel Wasserman e Construtora Wasserman. Na mesma oportunidade, solicite-se transferência do referido valor para conta de depósito judicial no Banco do Brasil S.A., vinculada a estes autos e à disposição desta 31ª Vara Cível. Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como OFÍCIO, cabendo ao(à) exequente encaminhar e comprovar nos autos. Facultado ainda, ao exequente, instruir esta com planilha atualizada do débito. Intime-se."

SÃO PAULO, 29 de julho de 2019.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 29/07/2019 às 12:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 797BF94.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº:	**1116342-44.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Embargos À Execução - Imputação do Pagamento**
Embargante:	**Isaac Daniel Wasserman**
Embargado:	**Condominio Edificio Maison Mont Clair**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Isaac Daniel Wasserman apresentou embargos à execução proposta por **Condomínio Edifício Maison Mont Clair** em face do embargante e da **Construtora Wasserman S/A**. Alega, em síntese, que é mero possuidor do imóvel gerador do débito desde dezembro de 2000, e que em 16/05/2012 recebeu o bem em dação em pagamento embora não tenha ocorrido ainda a outorga da escritura. Afirma que se trata de bem de família, impenhorável. Afirma ainda que foi mero acionista da coexecutada Construtora Wasserman, sem poderes de representação, de modo que a citação feita na sua pessoa é nula. Requereu que seja declarado que a responsabilidade pelo pagamento da dívida é apenas da coexecutada Construtora Wasserman. Requereu ainda gratuidade de justiça.

Decisão de fls. 174 deferiu a gratuidade e recebeu os embargos sem efeito suspensivo.

Contestação às fls. 233/241, com alegações acerca de ser impertinente a reclamação de nulidade da citação da coexecutada, de que a responsabilidade pelo pagamento é do embargante, que reside no imóvel há mais de vinte anos, e da possibilidade de penhora de bem de família por dívida condominial. Impugnou a gratuidade concedida ao autor.

O embargante não se manifestou sobre a impugnação, vide certidão de fls. 263.

É o breve relatório.
Decido.

Mantenho a gratuidade concedida ao embargante, pois as vagas e genéricas alegações da embargada não são suficientes para se concluir que tenha sido concedida equivocadamente.

Prejudicada a questão relativa à alegada nulidade de citação da corré Construtora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 05/08/2019 às 16:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A19AF6.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Wasserman ante a efetiva citação ocorrida às fls. 274 dos autos principais. Prejudicada também a questão acerca da impenhorabilidade do imóvel pois sequer foi requerida sua penhora nos autos da execução.

Irrelevante que a esposa e patrona do embargante tenha sido síndica do condomínio exequente.

O que realmente importa para a solução da demanda é que o embargante confessa que estabeleceu residência no imóvel desde o ano 2000 e que o recebeu em dação em pagamento.

Assim, além de possuidor, o embargante é também proprietário do bem desde a homologação da sentença copiada às fls. 66/68.

Ou seja, há mais do que uma "promessa de dação em pagamento" conforme alegado às fls. 150. O fato de a construtora não lhe ter outorgado a escritura não lhe aproveita, pois há instrumentos para regularizar a situação, com o devido registro da propriedade na matrícula do imóvel, tais como a propositura de uma ação de obrigação de fazer, de adjudicação etc.

Assim, o que exsurge dos autos é que o embargante é proprietário de fato e de direito do imóvel, e como tal deve responder pelo pagamento das dívidas a ele inerentes.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os presentes Embargos e determino o prosseguimento da execução nos autos principais nº 1008880-28.2018.8.26.0100. Custas e honorários advocatícios pelo embargante, fixados em 10% do valor da causa, com exigibilidade **temporariamente suspensa** conforme art. 98, §3º, CPC.

Certificado o trânsito em julgado, aguarde-se o prazo de 30 dias, arquivando-se estes autos principais da fase de conhecimento.

Em caso de futura execução, fica a parte interessada já advertida de que deverá instaurar incidente digital, nos termos do Provimento CG nº 16/2016 e dos Comunicados CG nº 438 e 441 de 2016, cumprindo especialmente o quanto determinado no item 2 do Comunicado CG nº 438/2016 ("No cumprimento de sentença deverão ser anexados os documentos mencionados no Provimento CG nº 16/2016, na seguinte ordem: petição, sentença, acórdão, certidão do trânsito em julgado (se o caso) e documentos pertinentes ao pedido do início da fase executiva"), sem prejuízo dos demais documentos elencados no art. 1.286, §2º das Normas da Corregedoria ("O requerimento de cumprimento de sentença deverá ser realizado por peticionamento e instruído com as seguintes peças: I - sentença e acórdão, se existente; II - certidão de trânsito em julgado, se o caso; III - demonstrativo do débito atualizado ou planilha do órgão pagador, quando se tratar de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 05/08/2019 às 16:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A19AF6.

execução por quantia certa; IV - mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias"), principalmente para que se possa cadastrar corretamente a parte executada e seus eventuais patronos.

Serventia: comunique-se na execução.

P.R.I.

São Paulo, 24 de junho de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 05/08/2019 às 16:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A19AF6.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção a r. decisão de fl. 291, comprovar a distribuição do Ofício referente a penhora nos rosto dos autos do processo 0157885-25.2010.8.26.0100 da 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP (Doc. 01).

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 06 de agosto de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/08/2019 às 17:53 , sob o número WJMJ19411665454
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A3BE65.

CÓPIA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Processo n. 0157885-25.2010.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, terceiro interessado que move **Ação de Execução de Título Extrajudicial** em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o quanto segue:

A Requerente, Condomínio Edifício Maison Mont Clair, move ação de Execução de Título Extrajudicial em face de Issac Daniel Wasserman e Construtora Wasserman S.A., processo **1008880-28.2018.8.26.0100, em curso perante a 31ª Vara desse foro Central.**

Naqueles autos foi determinada a **penhora no rosto dos autos** deste processo até o limite da dívida atualizado somente até julho de 2019, qual seja, **R$568.613,22 (quinhentos e sessenta e oito mil, seiscentos e treze reais e vinte e dois centavos)**, conforme decisão anexa (Doc. 01).

Conforme foi verificado pessoalmente em cartório, o referido Ofício já foi comunicado por e-mail a essa serventia, a qual informou que já providenciou a sua juntada aos autos.

Não obstante, com o fim de comprovar nos autos do processo 1008880-28.2018.8.26.0100 a distribuição do referido Ofício, apresentamos o mesmo nessa oportunidade e reiteramos o pedido para que o valor de R$568.613,22 seja penhorado no rosto desses autos.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 06 de agosto de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/08/2019 às 17:53 , sob o número WJMJ19411665454
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A3BE67.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

1. Defiro bloqueio/arresto *on line* pelo sistema Bacenjud, desbloqueados, desde já, valores irrisórios dado o custo operacional do sistema. Seguem extratos negativos.

2. Oficie-se ao Juízo da 25ª Vara Cível Central solicitando penhora até o valor de R$ 568.613,22 (atualizado até julho/2019), no rosto do autos do 0157885-25.2010.8.26.0100 em que são partes: Isaac Daniel Wasserman e Construtora Wasserman. Na mesma oportunidade, solicite-se transferência do referido valor para conta de depósito judicial no Banco do Brasil S.A., vinculada a estes autos e à disposição desta 31ª Vara Cível.

Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como OFÍCIO, cabendo ao(à) exequente encaminhar e comprovar nos autos. Facultado ainda, ao exequente, instruir esta com planilha atualizada do débito.

Intime-se.

São Paulo, 23 de julho de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 25/07/2019 às 15:00 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/08/2019 às 17:53 , sob o número WJMJ19411665454
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A3BE67.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, também contra a **Construtora Wasserman S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue.

Quando do proferimento da r. sentença de fls., assim ficou determinado:

Relação: 0229/2019 Teor do ato: Diante do exposto, julgo improcedentes os presentes Embargos e determino o prosseguimento da execução nos autos principais nº 1008880-28.2018.8.26.0100. Custas e honorários advocatícios pelo embargante, fixados em 10% do valor da causa, com exigibilidade temporariamente suspensa conforme art. 98, §3º, CPC. Certificado o trânsito em julgado, aguarde-se o prazo de 30 dias, arquivando-se estes autos principais da fase de conhecimento. ...” (sic)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/08/2019 às 13:59 , sob o número WJMJ19411796796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A69DE2.

Inexistiu qualquer outra decisão posterior que cassasse os benefícios da gratuidade processual antes deferidos ao executado. Assim, a exigibilidade das custas e honorários de sucumbência continua suspensa.

Isto posto, o executado concorda com a penhora de seus créditos nos autos da Ação de Dissolução de Sociedade que tramita perante a 25ª Vara Cível, EXCETO no que tange as custas e honorários, indevidamente incluídos pelo exequente aos cálculos.

Assim, requer seja expedido novo ofício para retificar a determinação anterior, excluindo da penhora as custas e honorários.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 8 de agosto de 2.019

Tânia Wasserman
OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/08/2019 às 13:59 , sob o número WJMJ19411796796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7A69DE2.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 301/302: Diga a exequente se houve a inclusão das custas e honorários advocatícios arbitrados nos embargos de terceiro.

Anoto, por oportuno, que naqueles autos o executado (ali embargante) é beneficiário da justiça gratuita.

Intime-se.

São Paulo, 21 de agosto de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 22/08/2019 às 14:39 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7B792B5.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0311/2019, foi disponibilizado na página 555/569 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/08/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 301/302: Diga a exequente se houve a inclusão das custas e honorários advocatícios arbitrados nos embargos de terceiro. Anoto, por oportuno, que naqueles autos o executado (ali embargante) é beneficiário da justiça gratuita. Intime-se."

SÃO PAULO, 26 de agosto de 2019.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 26/08/2019 às 12:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7BC7691.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção a r. decisão de fl. 303 e petição de fls. 301-302, expor e requer o que segue:

I. ESCLARECIMENTO QUANTO AOS CÁLCULOS E A NÃO INCLUSÃO DOS HONORÁRIOS DOS EMBARGOS NA PENHORA REALIZADA

A Exequente informa que, nos termos de sua petição de fls. 278-279, no cálculo do crédito penhorado **não foram incluídas as verbas de sucumbência dos Embargos à Execução**, mas tão somente os honorários legais de 10% devidos nos termos do art. 827, *caput*, do CPC, conforme a r. decisão de fls. 53, exclusivamente devidos em sede desta Execução, onde o **EXECUTADO** não é beneficiário da Justiça Gratuita.

Assim, os cálculos apresentados e a penhora realizada englobam os valores devidos apenas nesta ação de Execução, não tendo sido incluídos valores devidos nos Embargos à Execução.

O EXEQUENTE aproveita a oportunidade para atualizar o seu crédito para a presente data (doc. 02):

Atualização Monetária (índice de ago/2019): R$532.169,04
10% de honorários (art. 827 do CPC e fls. 53): R$53.216,90
Total = **R$585.385,94**

II. QUANTO À REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

O valor dos honorários advocatícios arbitrados na r. sentença dos Embargos à Execução, em favor do **EXEQUENTE**, foi de 10% sobre o valor da causa (vide sentença de fls. 266-268 dos Autos Apensos nº 1116342-44.2018.8.26.0100 – Embargos à Execução da presente Execução). Sendo o valor da causa de R$352.079,75 (03/10/2018), este valor, corrigido monetariamente pela Tabela do TJ/SP até ago/2019 é de R$362.119,97, de modo que os honorários de 10% sobre o mesmo são equivalentes, hoje, a R$36.211,99, valor este

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA3795.

que é de verba alimentar (art. 85, §14º, CPC) e se encontra com a exigibilidade suspensa pelo deferimento do benefício da Justiça Gratuita em favor do **EXECUTADO ISAAC**.

Dito isto, conforme o Ofício do Banco do Brasil de fls. 893 do processo nº 0157885-25.2010.8.26.0110, o **EXECUTADO** tem em seu favor um depósito em dinheiro de R$599.034,87, sobre o qual recaiu a penhora para satisfação do crédito do **EXEQUENTE** nessa Execução, no total de R$568.613,22 (doc. 01), atualmente em **R$585.385,94** (vide acima). Portanto, do valor depositado em favor do **EXECUTADO**, restaria ainda um saldo de R$13.648,00.

Considerando que este saldo em favor do **EXECUTADO** pode ser usado para satisfazer os honorários de sucumbência dos Embargos devidos em favor dos advogados do **EXEQUENTE**, requer seja o benefício da Justiça Gratuita **revogado parcial e especificamente** para que a penhora se estenda até a totalidade do valor ali depositado (R$599.034,87), englobando assim uma parcela significativa (R$13.648,93) do total dos honorários devidos (R$36.211,99), permanecendo o saldo restante de honorários (R$22.563,06) com a exigibilidade suspensa.

A suspensão da exigibilidade dos honorários em sede de Embargos à Execução, decorrente da concessão do benefício da Justiça Gratuita, deve perdurar até o momento em que o Executado demonstre ter capacidade de arcar com os valores devidos, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, diante deste saldo, o **EXEQUENTE** requer a revogação do benefício com o escopo específico acima, de permitir a sua inclusão na penhora já realizada, uma vez que os ativos líquidos e disponíveis em favor do **EXECUTADO** assim o permite:

> "A gratuidade deve ser revogada quando provada a existência de patrimônio de valor relevante que evidencie situação econômica favorável ao custeio das despesas processuais" (TJ/SP, Ap. Cível, 0014008-86-2014.8.26.0229, 10ª Câmara de D. Público, Rel. Des. Teresa Ramos Marques, j. 2/09/2019).

III. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Pelo exposto, requer:

1) Tenha sido esclarecida a questão dos cálculos da penhora, os quais contemplaram apenas os honorários da Execução (827, CPC, e r. decisão de fls. 53), e não os honorários dos Embargos à Execução;

2) Diante da localização de ativos líquidos do **EXECUTADO**, que seja revogado parcial e especificamente o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, para que a penhora se estenda à totalidade do saldo em favor do **EXECUTADO** (conforme fls. 893 do processo nº 0157885-25.2010.8.28.0100, da 25ª Vara Cível deste Foro Central) de R$599.034,87, sendo parte do valor utilizado para pagamento dos honorários fixados na r. sentença do Embargos à Execução; e

3) Considerando o sucesso da penhora noticiada, requer V.Exa. se digne a determinar ao Banco do Brasil a transferência dos valores das seguintes contas bancárias para uma conta deste MM. Juízo (doc. 01):

   a. Conta nº 3100126875669;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA3795.

b. Conta nº 3400116011975; e
c. Conta nº 3400116011978.

Em sua totalidade (R$599.034,87 em jun/2019), caso acolhida a revogação parcial e específica da Justiça Gratuita, incluindo-se aí o quanto possível do valor dos honorários dos Embargos; **ou, subsidiariamente**

até o valor de **R$585.385,94** (ago/2019), que é o débito atualizado desta Execução, sem a inclusão dos honorários dos Embargos.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 03 de setembro de 2019.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA3795.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874

SÃO PAULO

5º Vol.

TITULAR I

Foro Central Cível / 25ª Vara Cível

0157885-25.2010.8.26.0100

JUÍZ

CAR

ESC

Classe	:	Execução de Título Extrajudicial
Assunto principal	:	Espécies de Contratos
Competência	:	Cível
Valor da ação	:	R$ 40.819,71
Volume	:	1/1
Reqte	:	**Esfera Equipamentos Ltda . Epp**
Advogado	:	Ricardo Dias Trotta (OAB: 144402/SP)
Reqdo	:	**Construtora Wasserman S/A**
Advogado	:	Marcos Tomanini (OAB: 140252/SP)
ArremTerc	:	Cid Ward Cavalcante
Advogada	:	Gisele Souza do Prado (OAB: 261508/SP)
Outros	:	Abdenur Kulaif
Advogado	:	Valter Raimundo da Costa Junior (OAB: 108337/SP)

Foro Central Cível / 25ª Vara Cível
0157885-25.2010.8.26.0100

Observação	:	Ação: 31087 - Execução de Título Extrajudicial Ação Complementar: 31087 - Execução de Título Extrajudicial
Distribuição	:	Livre - 08/07/2010 11:05:01

TENHORA NO ROSTO DESTES AUTOS AS FLS. 888 E AS FLS. 889 (EFETIVADA), P/GARANTIA DO VALOR DE R$ 568.613,22 REF. AO PROC. 1008880-28.2018.8.26.0100, EM TRAMITE PERANTE A 3ª V.C. CENTRAL.

25
Cível

2010/001285
JuizTitular I

AUTUAÇÃO

Em 21 de junho de 2018,
autuo neste Ofício
que segue(m) e lavro este termo.
Eu, ( ), Escr., subscr.

REG. SOB nº 0157885-25.2010

LIVRO nº - Fls.

Titular I

ARTES GRÁFICAS - TJ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA3799.

889

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0157885-25.2010.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**
Requerente:	**Esfera Equipamentos Ltda . Epp**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LEILA HASSEM DA PONTE**

Vistos.

1. Fls. 887: Anote-se a penhora no rosto dos autos proveniente do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, que tramita perante este juízo, em desfavor da requerida Construtora Wasserman.

2. Fls. 888: Anote-se a penhora no rosto dos autos proveniente do processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100, que tramita perante o juizo da 31ª Vara Cível do Foro Central, em desfavor da requerida Construtora Wasserman.

2. No mais, aguarde-se a resposta do ofício de fls. 881.

Intime-se.

São Paulo, 07 de agosto de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LEILA HASSEM DA PONTE. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0157885-25.2010.8.26.0100 e o código 2S000001241M8.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA3799.

896

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Físico nº:	**0157885-25.2010.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**
Requerente:	**Esfera Equipamentos Ltda . Epp**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ofício da dd. 31ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo / SP às fls. 888 - Proc. 1008880-28.2018.8.26.0100, tendo como Exequente : Condomínio Edifício Maison Mont Clair, e como Executado : Isaac Daniel Wasserman, solicitando a "Penhora no Rosto" destes autos, **efetivada às fls. 889, para a garantia do valor de R$ 568.613,22**. CIÊNCIA às partes.

Nada Mais. São Paulo, 19 de agosto de 2019. Eu, ___, Milton Cassimiro, Escrevente Técnico Judiciário.

CERTIDÃO - Remessa ao DJE

Certifico e dou fé que remeti ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) ato(s) ordinatório(s) acima em _____/_____/_____.
Eu, ___, Milton Cassimiro, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA3799.

893

BANCO DO BRASIL

OFICIO CENOP SJ N.º : 2019/348666-GSV 38467938
AOF : 2019/348666
São Paulo, 13 de Junho de 2019.

Processo Nº : 0157885-25.2010.8.26.0100
Ofício Nº : OF S/N DE 20/05/2019
Requerente : ESFERA EQUIPAMENTOS LTDA EPP
Requerido (a) : CONSTRUTORA WASSERMAN S/A
Assunto : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - ESPÉCIES DE CONTRATOS

Vara 25

Meritíssimo(a) Juiz(a),

Em atendimento à requisição de Vossa Excelência, por meio do ofício expedido nos autos do processo em epígrafe, informamos a V. Exa. que foram localizadas a(s) conta(s) judicial(is), com saldos atualizados até a presente data:

- Nº 3100126875669 - R$ 93.680,84
- Nº 3400116011975 - R$ 218.732,28
- Nº 3400116011978 - R$ 286.621,75

Informamos, outrossim, que o saldo da conta judicial nº 1100120307321 foi levantado em 04 e 14/08/2017, em decorrência dos mandados nº 533 e 534/2017.

Salientamos ainda, que deverá constar o número deste ofício caso o mesmo seja utilizado para emissão de Mandado de Levantamento Judicial.

Declaramos que as informações constantes deste documento e de seus eventuais anexos, requisitados ao Banco do Brasil S.A., estão protegidos pela Lei Complementar Nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações e serviços prestados pelas Instituições Financeiras, cuja integridade e preservação ora transferimos para essa Autoridade.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos, aproveitando o ensejo para enviar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

BANCO DO BRASIL S.A.
CENOP SERVIÇOS SÃO PAULO/SP

LEANDRO LIMA DE SOUSA
Gerente de Grupo

TJ LPJ 3 10/JUL/2019 14:19 00000222122

100 FJMJ.19.01332886-8 050719 1435 14

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) DA

25ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL CÍVEL - SP - CAPITAL

CENOP SERVIÇOS/SP - CENTRAL DE OFÍCIOS

1ª Via ENVIO

DDV

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA3799.

CONVIVIUM BRASIL

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 02/09/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006812	Condomínio Ago/14	03/08/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	2.839,81	1.144,52	**7.495,24**
J		Fundo de Reserva Ago/14	03/08/2014	R$	160,38	160,38	3,21	132,32	53,33	**349,24**
J		Prov. 13º Salário Ago/14	03/08/2014	R$	300,21	300,21	6,00	247,68	99,82	**653,71**
J	00006823	Condomínio Set/14	03/09/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	2.779,64	1.121,82	**7.412,37**
J		Fundo de Reserva Set/14	03/09/2014	R$	160,38	160,38	3,21	129,52	52,27	**345,38**
J		Prov. 13º Salário Set/14	03/09/2014	R$	300,21	300,21	6,00	242,43	97,84	**646,48**
J	00006824	Condomínio - Out/14	03/10/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.216,54	1.304,45	**8.668,31**
J		Fundo de Reserva - Out/14	03/10/2014	R$	196,00	196,00	3,92	155,05	62,88	**417,85**
J		Prov. 13o. Salário Out/14	03/10/2014	R$	308,00	308,00	6,16	243,65	98,81	**656,62**
J		Fundo de Obras pc.1/6	03/10/2014	R$	500,00	500,00	10,00	395,54	160,41	**1.065,95**
J	00006825	Condomínio - Nov/14	03/11/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.145,36	1.275,71	**8.568,39**
J		Fundo de Reserva - Nov/14	03/11/2014	R$	196,00	196,00	3,92	151,62	61,50	**413,04**
J		Prov. 13o. Salário Nov/14	03/11/2014	R$	308,00	308,00	6,16	238,26	96,64	**649,06**
J		Fundo de Obras pc.2/6	03/11/2014	R$	500,00	500,00	10,00	386,79	156,88	**1.053,67**
J	00006826	Condomínio - Dez/14	03/12/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.072,08	1.242,29	**8.461,69**
J		Fundo de Reserva - Dez/14	03/12/2014	R$	196,00	196,00	3,92	148,09	59,88	**407,89**
J		Prov. 13o. Salário Dez/14	03/12/2014	R$	308,00	308,00	6,16	232,71	94,10	**640,97**
J		Fundo de Obras pc.3/6	03/12/2014	R$	500,00	500,00	10,00	377,78	152,77	**1.040,55**
J	00006827	Condomínio - Jan/15	03/01/2015	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	2.974,17	1.163,69	**8.285,18**
J		Fundo de Reserva - Jan/15	03/01/2015	R$	196,00	196,00	3,92	143,37	56,10	**399,39**
J		Prov. 13o. Salário Jan/15	03/01/2015	R$	308,00	308,00	6,16	225,29	88,15	**627,60**
J		Fundo de Obras pc.4/6	03/01/2015	R$	500,00	500,00	10,00	365,74	143,10	**1.018,84**
J	00006828	Condomínio Fev/15	03/02/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	3.961,34	1.512,88	**11.163,78**
J		Fundo de Reserva Fev/15	03/02/2015	R$	231,00	231,00	4,62	164,05	62,65	**462,32**
J		Prov. 13o. Salário Fev/15	03/02/2015	R$	385,00	385,00	7,70	273,42	104,42	**770,54**
J	00006829	Condomínio Mar/15	03/03/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	3.831,46	1.405,74	**10.926,76**
J		Fundo de Reserva Mar/15	03/03/2015	R$	231,00	231,00	4,62	158,67	58,22	**452,51**
J		Prov. 13o. Salário Mar/15	03/03/2015	R$	385,00	385,00	7,70	264,45	97,03	**754,18**
J	00006830	Condomínio Abr/15	03/04/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	3.734,00	1.355,72	**10.779,28**
J		Fundo de Reserva Abr/15	03/04/2015	R$	231,00	231,00	4,62	154,63	56,14	**446,39**
J		Prov. 13o. Salário Abr/15	03/04/2015	R$	385,00	385,00	7,70	257,72	93,57	**743,99**
J	00006831	Condomínio - Mai/15	03/05/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.570,17	911,59	**7.512,80**
J		Fundo de Reserva - Mai/15	03/05/2015	R$	231,00	231,00	4,62	150,23	53,28	**439,13**
J		Prov. 13o. Salário Mai/15	03/05/2015	R$	385,00	385,00	7,70	250,39	88,81	**731,90**
J		Rateio Inadimplência Mai/15	03/05/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.058,11	375,29	**3.092,94**
J	00006832	Condomínio Jun/15	03/06/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.501,48	873,82	**7.406,34**
J		Fundo de Reserva Jun/15	03/06/2015	R$	231,00	231,00	4,62	146,22	51,08	**432,92**
J		Prov. 13o. Salário Jun/15	03/06/2015	R$	385,00	385,00	7,70	243,69	85,13	**721,52**
J		Rateio Inadimplencia Jun/15	03/06/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.029,83	359,74	**3.049,11**
J	00006833	Condomínio Jul/15	03/07/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.438,29	845,54	**7.314,87**
J		Fundo de Reserva Jul/15	03/07/2015	R$	231,00	231,00	4,62	142,52	49,42	**427,56**
J		Prov. 13o. Salário Jul/15	03/07/2015	R$	385,00	385,00	7,70	237,54	82,37	**712,61**
J		Rateio Inadimplência Jul/15	03/07/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.003,82	348,10	**3.011,46**
J	00006834	Condomínio Ago/15	03/08/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.383,57	833,38	**7.247,99**
J		Fundo de Reserva Ago/15	03/08/2015	R$	231,00	231,00	4,62	139,32	48,71	**423,65**
J		Prov. 13o. Salário Ago/15	03/08/2015	R$	385,00	385,00	7,70	232,21	81,19	**706,10**
J		Rateio Inadimplência Ago/15	03/08/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	981,29	343,09	**2.983,92**
J	00006835	Condomínio Set/15	03/09/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.323,08	808,70	**7.162,82**
J		Fundo de Reserva Set/15	03/09/2015	R$	231,00	231,00	4,62	135,79	47,27	**418,68**
J		Prov. 13o. Salário Set/15	03/09/2015	R$	385,00	385,00	7,70	226,31	78,78	**697,79**
J		Rateio Inadimplência Set/15	03/09/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	956,39	332,93	**2.948,86**
J	00006836	Condomínio Out/15	03/10/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.257,29	771,71	**7.060,04**
J		Fundo de Reserva Out/15	03/10/2015	R$	231,00	231,00	4,62	131,94	45,11	**412,67**
J		Prov. 13o. Salário Out/15	03/10/2015	R$	385,00	385,00	7,70	219,90	75,18	**687,78**
J		Rateio Inadimplência Out/15	03/10/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	929,31	317,71	**2.906,56**
J	00006837	Condomínio Nov/15	03/11/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.185,01	718,99	**6.935,04**
J		Fundo de Reserva Nov/15	03/11/2015	R$	231,00	231,00	4,62	127,72	42,03	**405,37**
J		Prov. 13o. Salário Nov/15	03/11/2015	R$	385,00	385,00	7,70	212,86	70,04	**675,60**
J		Rateio Inadimplência Nov/15	03/11/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	899,55	296,00	**2.855,09**
J	00006838	Condomínio Dez/15	03/12/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.118,45	676,62	**6.826,11**
J		Fundo de Reserva Dez/15	03/12/2015	R$	231,00	231,00	4,62	123,83	39,55	**399,00**
J		Prov. 13o. Salário Dez/15	03/12/2015	R$	385,00	385,00	7,70	206,38	65,92	**665,00**
J		Rateio Inadimplência Dez/15	03/12/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	872,15	278,56	**2.810,25**
J	00006839	Condomínio Jan/16	03/01/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.040,56	606,59	**6.678,19**
J		Fundo de Reserva Jan/16	03/01/2016	R$	231,00	231,00	4,62	119,28	35,46	**390,36**
J		Prov. 13o. Salário Jan/16	03/01/2016	R$	385,00	385,00	7,70	198,79	59,09	**650,58**
J		Rateio Inadimplência Jan/16	03/01/2016	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	840,08	249,73	**2.749,35**
J	00006840	Condomínio Fev/16	03/02/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.975,42	562,95	**6.569,41**
J		Fundo de Reserva Fev/16	03/02/2016	R$	231,00	231,00	4,62	115,47	32,91	**384,00**
J		Prov. 13o. Salário Fev/16	03/02/2016	R$	385,00	385,00	7,70	192,44	54,84	**639,98**
J		Rateio Inadimplência Fev/16	03/02/2016	R$	857,00	857,00	17,14	428,37	122,08	**1.424,59**
J	00006841	Condomínio Mar/16	03/03/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.921,02	542,82	**6.494,88**
J		Fundo de Reserva Mar/16	03/03/2016	R$	231,00	231,00	4,62	112,29	31,73	**379,64**
J		Prov. 13o. Salário Mar/16	03/03/2016	R$	385,00	385,00	7,70	187,14	52,88	**632,72**
J		Rateio Inadimplência Mar/16	03/03/2016	R$	857,00	857,00	17,14	416,58	117,71	**1.408,43**
J	00006842	Condomínio Abr/16	03/04/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.863,36	513,74	**6.408,14**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA379C.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 02/09/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006842	Fundo de Reserva Abr/16	03/04/2016	R$	231,00	231,00	4,62	108,92	30,03	**374,57**
J		Prov. 13o. Salário Abr/16	03/04/2016	R$	385,00	385,00	7,70	181,53	50,05	**624,28**
J		Rateio Inadimplência Abr/16	03/04/2016	R$	857,00	857,00	17,14	404,08	111,41	**1.389,63**
J	00006843	Condomínio Mai/16	03/05/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.800,27	469,63	**6.300,94**
J		Fundo de Reserva Mai/16	03/05/2016	R$	231,00	231,00	4,62	105,23	27,45	**368,30**
J		Prov. 13o. Salário Mai/16	03/05/2016	R$	385,00	385,00	7,70	175,38	45,75	**613,83**
J		Rateio Inadimplência Mai/16	03/05/2016	R$	857,00	857,00	17,14	390,39	101,84	**1.366,37**
J	00006844	Condomínio Jun/16	03/06/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.747,05	448,58	**6.226,67**
J		Fundo de Reserva Jun/16	03/06/2016	R$	231,00	231,00	4,62	102,12	26,22	**363,96**
J		Prov. 13o. Salário Jun/16	03/06/2016	R$	385,00	385,00	7,70	170,20	43,70	**606,60**
J		Rateio Inadimplência Jun/16	03/06/2016	R$	857,00	857,00	17,14	378,85	97,27	**1.350,26**
J	00006845	Condomínio Jul/16	03/07/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.691,43	420,09	**6.142,56**
J		Fundo de Reserva Jul/16	03/07/2016	R$	231,00	231,00	4,62	98,86	24,55	**359,03**
J		Prov. 13o. Salário Jul/16	03/07/2016	R$	385,00	385,00	7,70	164,78	40,92	**598,40**
J		Rateio Inadimplência Jul/16	03/07/2016	R$	857,00	857,00	17,14	366,79	91,10	**1.332,03**
J	00006846	Condomínio Ago/16	03/08/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.641,83	406,33	**6.079,20**
J		Fundo de Reserva Ago/16	03/08/2016	R$	231,00	231,00	4,62	95,97	23,75	**355,34**
J		Prov. 13o. Salário Ago/16	03/08/2016	R$	385,00	385,00	7,70	159,94	39,58	**592,22**
J		Rateio Inadimplência Ago/16	03/08/2016	R$	857,00	857,00	17,14	356,03	88,11	**1.318,28**
J	00006847	Condomínio Set/16	03/09/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.596,18	402,79	**6.030,01**
J		Fundo de Reserva Set/16	03/09/2016	R$	231,00	231,00	4,62	93,30	23,54	**352,46**
J		Prov. 13o. Salário Set/16	03/09/2016	R$	385,00	385,00	7,70	155,50	39,24	**587,44**
J		Rateio Inadimplência Set/16	03/09/2016	R$	857,00	857,00	17,14	346,14	87,35	**1.307,63**
J	00006848	Condomínio Out/16	03/10/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.549,21	395,26	**5.975,51**
J		Fundo de Reserva Out/16	03/10/2016	R$	231,00	231,00	4,62	90,55	23,10	**349,27**
J		Prov. 13o. Salário Out/16	03/10/2016	R$	385,00	385,00	7,70	150,92	38,51	**582,13**
J		Rateio Inadimplência Out/16	03/10/2016	R$	857,00	857,00	17,14	335,95	85,71	**1.295,80**
J	00006849	Condomínio Nov/16	03/11/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.503,89	392,17	**5.927,10**
J		Fundo de Reserva Nov/16	03/11/2016	R$	231,00	231,00	4,62	87,90	22,92	**346,44**
J		Prov. 13o. Salário Nov/16	03/11/2016	R$	385,00	385,00	7,70	146,51	38,20	**577,41**
J		Rateio Inadimplência Nov/16	03/11/2016	R$	857,00	857,00	17,14	326,12	85,04	**1.285,30**
J	00006850	Condomínio Dez/16	03/12/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.457,62	385,98	**5.874,64**
J		Fundo de Reserva Dez/16	03/12/2016	R$	231,00	231,00	4,62	85,20	22,56	**343,38**
J		Prov. 13o. Salário Dez/16	03/12/2016	R$	385,00	385,00	7,70	142,00	37,60	**572,30**
J		Rateio Inadimplência Dez/16	03/12/2016	R$	857,00	857,00	17,14	316,09	83,70	**1.273,93**
J	00006851	Condomínio Jan/17	03/01/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.407,54	367,51	**5.806,09**
J		Fundo de Reserva Jan/17	03/01/2017	R$	231,00	231,00	4,62	82,27	21,48	**339,37**
J		Prov. 13o. Salário Jan/17	03/01/2017	R$	385,00	385,00	7,70	137,12	35,80	**565,62**
J		Rateio Inadimplencia Jan/17	03/01/2017	R$	857,00	857,00	17,14	305,23	79,69	**1.259,06**
J	00006852	Condomínio Fev/17	03/02/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.360,29	356,98	**5.748,31**
J		Fundo de Reserva Fev/17	03/02/2017	R$	231,00	231,00	4,62	79,51	20,87	**336,00**
J		Prov. 13o. Salário Fev/17	03/02/2017	R$	385,00	385,00	7,70	132,52	34,78	**560,00**
J		Rateio Inadimplencia Fev/17	03/02/2017	R$	857,00	857,00	17,14	294,98	77,41	**1.246,53**
J	00006853	Condomínio Mar/17	03/03/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.312,21	342,98	**5.686,23**
J		Fundo de Reserva Mar/17	03/03/2017	R$	231,00	231,00	4,62	76,70	20,05	**332,37**
J		Prov. 13o. Salário Mar/17	03/03/2017	R$	385,00	385,00	7,70	127,83	33,41	**553,94**
J		Rateio Inadimplencia Mar/17	03/03/2017	R$	857,00	857,00	17,14	284,56	74,38	**1.233,08**
J	00006854	Condomínio Ordinário Abr/17	03/04/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.267,45	339,48	**5.637,97**
J		Fundo de Reserva Abr/2017	03/04/2017	R$	231,00	231,00	4,62	74,08	19,84	**329,54**
J		Prov. 13o. Salário Abr/2017	03/04/2017	R$	385,00	385,00	7,70	123,47	33,07	**549,24**
J		Rateio Inadimplência Abr/17	03/04/2017	R$	857,00	857,00	17,14	274,85	73,62	**1.222,61**
J	00006855	Condomínio Ordinário Mai/17	03/05/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.219,36	323,81	**5.574,21**
J		Fundo de Reserva Mai/17	03/05/2017	R$	231,00	231,00	4,62	71,27	18,93	**325,82**
J		Prov. 13o. Salário Mai/17	03/05/2017	R$	385,00	385,00	7,70	118,79	31,54	**543,03**
J		Rateio Inadimplencia Mai/17	03/05/2017	R$	857,00	857,00	17,14	264,42	70,22	**1.208,78**
J	00006856	Condomínio Ordinário Jun/17	03/06/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.175,81	323,81	**5.530,66**
J		Fundo de Reserva Jun/17	03/06/2017	R$	231,00	231,00	4,62	68,73	18,93	**323,28**
J		Prov. 13o. Salário Jun/17	03/06/2017	R$	385,00	385,00	7,70	114,54	31,54	**538,78**
J		Rateio Inadimplencia Jun/17	03/06/2017	R$	857,00	857,00	17,14	254,98	70,22	**1.199,34**
J	00006857	Condomínio Ordinário Jul/17	03/07/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.130,34	316,42	**5.477,80**
J		Fundo de Reserva Jul/17	03/07/2017	R$	231,00	231,00	4,62	66,07	18,49	**320,18**
J		Prov. 13o. Salário Jul/17	03/07/2017	R$	385,00	385,00	7,70	110,12	30,82	**533,64**
J		Rateio Inadimplencia Jul/17	03/07/2017	R$	857,00	857,00	17,14	245,12	68,62	**1.187,88**
J	00006858	Condomínio Ordinário Ago/17	03/08/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.086,87	316,42	**5.434,33**
J		Fundo de Reserva Ago/17	03/08/2017	R$	231,00	231,00	4,62	63,53	18,49	**317,64**
J		Prov. 13o. Salário Ago/17	03/08/2017	R$	385,00	385,00	7,70	105,88	30,82	**529,40**
J		Rateio Inadimplencia Ago/17	03/08/2017	R$	857,00	857,00	17,14	235,69	68,62	**1.178,45**
J	00006859	Condomínio Ordinário Set/17	03/09/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.043,39	316,42	**5.390,85**
J		Fundo de Reserva Set/17	03/09/2017	R$	231,00	231,00	4,62	60,99	18,49	**315,10**
J		Prov. 13o. Salário Set/17	03/09/2017	R$	385,00	385,00	7,70	101,64	30,82	**525,16**
J		Rateio Inadimplencia Set/17	03/09/2017	R$	857,00	857,00	17,14	226,26	68,62	**1.169,02**
J	00006860	Condomínio Ordinário Out/17	03/10/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	996,23	300,39	**5.327,66**
J		Fundo de Reserva Out/17	03/10/2017	R$	231,00	231,00	4,62	58,23	17,56	**311,41**
J		Prov. 13o. Salário Out/17	03/10/2017	R$	385,00	385,00	7,70	97,05	29,26	**519,01**
J		Rateio Inadimplencia Out/17	03/10/2017	R$	857,00	857,00	17,14	216,03	65,14	**1.155,31**
J	00006861	Condomínio Ordinário Nov/17	03/11/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	951,20	292,61	**5.274,85**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA379C.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 02/09/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006861	Fundo de Reserva Nov/17	03/11/2017	R$	231,00	231,00	4,62	55,60	17,10	**308,32**
J		Prov. 13o. Salário Nov/17	03/11/2017	R$	385,00	385,00	7,70	92,67	28,51	**513,88**
J		Rateio Inadimplencia Nov/17	03/11/2017	R$	857,00	857,00	17,14	206,27	63,45	**1.143,86**
J	00006862	Condomínio Ordinário Dez/17	03/12/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	905,61	281,39	**5.218,04**
J		Fundo de Reserva Dez/17	03/12/2017	R$	231,00	231,00	4,62	52,93	16,45	**305,00**
J		Prov. 13o. Salário Dez/17	03/12/2017	R$	385,00	385,00	7,70	88,22	27,41	**508,33**
J		Rateio Inadimplencia Dez/17	03/12/2017	R$	857,00	857,00	17,14	196,38	61,02	**1.131,54**
J	00007716	Condomínio Ordinário Jan/18	03/01/2018	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	860,51	271,50	**5.163,05**
J		Fundo de Reserva Jan/18	03/01/2018	R$	231,00	231,00	4,62	50,30	15,87	**301,79**
J		Prov. 13o. Salário Jan/18	03/01/2018	R$	385,00	385,00	7,70	83,83	26,45	**502,98**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2018	R$	857,00	857,00	17,14	186,60	58,88	**1.119,62**
J	00007717	Condomínio Ordinário Fev/18	03/02/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.083,61	350,27	**6.786,84**
J		Fundo de Reserva Fev/18	03/02/2018	R$	257,00	257,00	5,14	53,07	17,15	**332,36**
J		Prov. 13o. Salário Fev/18	03/02/2018	R$	437,00	437,00	8,74	90,23	29,17	**565,14**
J		Rateio Inadimplencia Fev/18	03/02/2018	R$	557,00	557,00	11,14	115,01	37,18	**720,33**
J	00007719	Condomínio Ordinário Mar/18	03/03/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.025,86	346,28	**6.725,10**
J		Fundo de Reserva Mar/18	03/03/2018	R$	257,00	257,00	5,14	50,24	16,96	**329,34**
J		Prov. 13o. Salário Mar/18	03/03/2018	R$	437,00	437,00	8,74	85,42	28,83	**559,99**
J		Rateio Inadimplencia Mar/18	03/03/2018	R$	557,00	557,00	11,14	108,88	36,75	**713,77**
J	00007720	Condomínio Ordinário Abr/18	03/04/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	966,84	334,33	**6.654,13**
J		Fundo de Reserva Abr/18	03/04/2018	R$	257,00	257,00	5,14	47,35	16,37	**325,86**
J		Prov. 13o. Salário Abr/18	03/04/2018	R$	437,00	437,00	8,74	80,51	27,84	**554,09**
J		Rateio Inadimplencia Abr/18	03/04/2018	R$	557,00	557,00	11,14	102,62	35,48	**706,24**
J	00007721	Condomínio Ordinário Mai/18	03/05/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	906,07	309,98	**6.569,01**
J		Fundo de Reserva Mai/18	03/05/2018	R$	257,00	257,00	5,14	44,37	15,18	**321,69**
J		Prov. 13o. Salário Mai/18	03/05/2018	R$	437,00	437,00	8,74	75,45	25,81	**547,00**
J		Rateio Inadimplencia Mai/18	03/05/2018	R$	557,00	557,00	11,14	96,17	32,90	**697,21**
J	00007722	Condomínio Ordinário Jun/18	03/06/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	837,47	230,15	**6.420,58**
J		Fundo de Reserva Jun/18	03/06/2018	R$	257,00	257,00	5,14	41,01	11,27	**314,42**
J		Prov. 13o. Salário Jun/18	03/06/2018	R$	437,00	437,00	8,74	69,74	19,16	**534,64**
J		Rateio Inadimplencia Jun/18	03/06/2018	R$	557,00	557,00	11,14	88,89	24,43	**681,46**
J	00007723	Condomínio Ordinário Jul/18	03/07/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	779,69	216,22	**6.348,87**
J		Fundo de Reserva Jul/18	03/07/2018	R$	257,00	257,00	5,14	38,18	10,59	**310,91**
J		Prov. 13o. Salário Jul/18	03/07/2018	R$	437,00	437,00	8,74	64,92	18,00	**528,66**
J		Rateio Inadimplencia Jul/18	03/07/2018	R$	557,00	557,00	11,14	82,75	22,95	**673,84**
J	00007724	Condomínio Ordinário Ago/18	03/08/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	723,99	216,22	**6.293,17**
J		Fundo de Reserva Ago/18	03/08/2018	R$	257,00	257,00	5,14	35,45	10,59	**308,18**
J		Prov. 13o. Salário Ago/18	03/08/2018	R$	437,00	437,00	8,74	60,29	18,00	**524,03**
J		Rateio Inadimplencia Ago/18	03/08/2018	R$	557,00	557,00	11,14	76,84	22,95	**667,93**
J	00007725	Condomínio Ordinário Set/18	03/09/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	666,30	199,56	**6.218,82**
J		Fundo de Reserva Set/18	03/09/2018	R$	257,00	257,00	5,14	32,63	9,77	**304,54**
J		Prov. 13o. Salário Set/18	03/09/2018	R$	437,00	437,00	8,74	55,48	16,62	**517,84**
J		Rateio Inadimplencia Set/18	03/09/2018	R$	557,00	557,00	11,14	70,72	21,18	**660,04**
J	00007726	Condomínio Ordinário Out/18	03/10/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	608,34	177,44	**6.138,74**
J		Fundo de Reserva Out/18	03/10/2018	R$	257,00	257,00	5,14	29,79	8,69	**300,62**
J		Prov. 13o. Salário Out/18	03/10/2018	R$	437,00	437,00	8,74	50,66	14,78	**511,18**
J		Rateio Inadimplencia Out/18	03/10/2018	R$	557,00	557,00	11,14	64,57	18,83	**651,54**
J	00007727	Condomínio Ordinário Nov/18	03/11/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	553,04	177,44	**6.083,44**
J		Fundo de Reserva Nov/18	03/11/2018	R$	257,00	257,00	5,14	27,08	8,69	**297,91**
J		Prov. 13o. Salário Nov/18	03/11/2018	R$	437,00	437,00	8,74	46,05	14,78	**506,57**
J		Rateio Inadimplencia Nov/18	03/11/2018	R$	557,00	557,00	11,14	58,70	18,83	**645,67**
J	00007728	Condomínio Ordinário Dez/18	03/12/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	497,04	169,71	**6.019,71**
J		Fundo de Reserva Dez/18	03/12/2018	R$	257,00	257,00	5,14	24,34	8,31	**294,79**
J		Prov. 13o. Salário Dez/18	03/12/2018	R$	437,00	437,00	8,74	41,39	14,13	**501,26**
J		Rateio Inadimplencia Dez/18	03/12/2018	R$	557,00	557,00	11,14	52,75	18,01	**638,90**
J	00007729	Condomínio Ordinário Jan/19	03/01/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	440,23	149,90	**5.943,09**
J		Fundo de Reserva - Jan/19	03/01/2019	R$	257,00	257,00	5,14	21,56	7,34	**291,04**
J		Prov. 13o. Salário Jan/19	03/01/2019	R$	437,00	437,00	8,74	36,66	12,48	**494,88**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2019	R$	557,00	557,00	11,14	46,72	15,91	**630,77**
J	00007730	Condomínio Ordinário Fev/19	03/02/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	383,13	120,35	**5.856,44**
J		Fundo de Reserva Fev/19	03/02/2019	R$	257,00	257,00	5,14	18,76	5,89	**286,79**
J		Prov. 13o. Salário Fev/19	03/02/2019	R$	437,00	437,00	8,74	31,90	10,02	**487,66**
J		Rateio Inadimplencia Fev/19	03/02/2019	R$	557,00	557,00	11,14	40,66	12,77	**621,57**
J		Rescisão Funcionário parc1/1	03/02/2019	R$	1.464,00	1.464,00	29,28	106,88	33,57	**1.633,73**
J	00007731	Condomínio Ordinário Mar/19	03/03/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	325,89	78,52	**5.757,37**
J		Fundo de Reserva Mar/19	03/03/2019	R$	257,00	257,00	5,14	15,96	3,85	**281,95**
J		Prov. 13o. Salário Mar/19	03/03/2019	R$	437,00	437,00	8,74	27,14	6,54	**479,42**
J		Rateio Inadimplencia Mar/19	03/03/2019	R$	557,00	557,00	11,14	34,59	8,33	**611,06**
J	00007732	Condomínio Ordinário Abr/19	03/04/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	269,95	46,13	**5.669,04**
J		Fundo de Reserva Abr/19	03/04/2019	R$	257,00	257,00	5,14	13,22	2,26	**277,62**
J		Prov. 13o. Salário Abr/19	03/04/2019	R$	437,00	437,00	8,74	22,48	3,84	**472,06**
J		Rateio Inadimplencia Abr/19	03/04/2019	R$	557,00	557,00	11,14	28,65	4,90	**601,69**
J	00032705	Condomínio Mai/2019	03/05/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	214,68	13,93	**5.581,57**
J		Fundo de Reserva Mai/2019	03/05/2019	R$	257,00	257,00	5,14	10,51	0,68	**273,33**
J		Prov 13/Férias - Mai/2019	03/05/2019	R$	437,00	437,00	8,74	17,88	1,16	**464,78**
J		Rateio Inadimplência Mai/19	03/05/2019	R$	557,00	557,00	11,14	22,78	1,48	**592,40**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA379C.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 02/09/2019
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00015635	CONDOMÍNIO JUNHO/2019	03/06/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	160,80	5,89	**5.520,67**
J		FD. RESERVA JUNHO/2019	03/06/2019	R$	257,00	257,00	5,14	7,87	0,29	**270,30**
J		13º/FÉRIAS JUNHO/2019	03/06/2019	R$	438,00	438,00	8,76	13,42	0,49	**460,67**
J		RAT INADIMPL JUNHO/2019	03/06/2019	R$	558,00	558,00	11,16	17,09	0,63	**586,88**
J	00040712	CONDOMÍNIO JULHO/2019	03/07/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	107,19	5,35	**5.466,52**
J		FD. RESERVA JULHO/2019	03/07/2019	R$	257,00	257,00	5,14	5,25	0,26	**267,65**
J		13º/FÉRIAS JULHO/2019	03/07/2019	R$	438,00	438,00	8,76	8,94	0,45	**456,15**
J		RAT INADIMPL JULHO/2019	03/07/2019	R$	558,00	558,00	11,16	11,39	0,57	**581,12**
	00048863	CONDOMÍNIO AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	53,54	0,00	**5.407,52**
		FD. RESERVA AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	257,00	257,00	5,14	2,62	0,00	**264,76**
		13º/FÉRIAS AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	438,00	438,00	8,76	4,47	0,00	**451,23**
		RAT INADIMPL AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	558,00	558,00	11,16	5,69	0,00	**574,85**
			Subtotal:		**357.576,32**	**357.576,32**	**7.151,52**	**126.451,72**	**40.989,48**	**532.169,04**
			Total geral:							**532.169,04**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2019 às 18:04 , sob o número WJMJ19413407274
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7CA379C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

1. Deverá a parte exequente apresentar planilha atualizada do débito nos autos de nº 0157885-25.2010.8.26.0100.

2. Aguarde-se a transferência **efetiva** do valor.

3. O pedido de levantamento dos beneficios da justiça gratuita deverá ser feito nos autos em que foram deferidos, incumbindo a parte instruir seu pedido com a documentação pertinente.

Intime-se.

São Paulo, 20 de setembro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 20/09/2019 às 13:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7E6B856.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0358/2019, foi disponibilizado na página 521/535 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/09/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1. Deverá a parte exequente apresentar planilha atualizada do débito nos autos de nº 0157885-25.2010.8.26.0100. 2. Aguarde-se a transferência efetiva do valor. 3. O pedido de levantamento dos beneficios da justiça gratuita deverá ser feito nos autos em que foram deferidos, incumbindo a parte instruir seu pedido com a documentação pertinente. Intime-se."

SÃO PAULO, 24 de setembro de 2019.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 24/09/2019 às 13:39 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 7EB4DC6.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman**

Certifico e dou fé que **decorreu o prazo legal** sem a manifestação do(a)(s) interessado(a)(s). Nada Mais. São Paulo, 11 de novembro de 2019. Eu, ___, Marcelo Da Silva Santiago, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO DA SILVA SANTIAGO, liberado nos autos em 11/11/2019 às 18:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 82B79AD.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Compulsando os autos dos embargos à execução, verifica-se que foi deferida gratuidade de justiça ao embargado, inclusive constando da condenação que as custas e os honorários advocatícios estão com exigibilidade suspensa.

Assim, ante a evidente acessoriedade dos embargos face à execução, os benefícios de gratuidade deferidos naqueles autos também devem ser conferidos nesta execução. **Anote-se.**

Dessa forma, deve o exequente apresentar planilha de cálculo correta nos autos da penhora, sem o cômputo dos honorários.

Aguarde-se, por 30 (trinta) dias, resposta da penhora no rosto dos autos.

No silêncio, aguarde-se provocação no arquivo.

Intime-se.

São Paulo, 16 de dezembro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 16/12/2019 às 13:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 858907F.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0488/2019, foi disponibilizado na página 637/649 do Diário da Justiça Eletrônico em 18/12/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
20/12/2019 à 31/12/2019 - Recesso - Suspensão
01/01/2020 à 06/01/2020 - Recesso - Suspensão

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Compulsando os autos dos embargos à execução, verifica-se que foi deferida gratuidade de justiça ao embargado, inclusive constando da condenação que as custas e os honorários advocatícios estão com exigibilidade suspensa. Assim, ante a evidente acessoriedade dos embargos face à execução, os benefícios de gratuidade deferidos naqueles autos também devem ser conferidos nesta execução. Anote-se. Dessa forma, deve o exequente apresentar planilha de cálculo correta nos autos da penhora, sem o cômputo dos honorários. Aguarde-se, por 30 (trinta) dias, resposta da penhora no rosto dos autos. No silêncio, aguarde-se provocação no arquivo. Intime-se."

SÃO PAULO, 18 de dezembro de 2019.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 18/12/2019 às 15:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 85DE0A0.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presentes Execução de Título Extrajudicial movida em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados, nos termos do art. 1.022, I, do CPC, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

em face da r. decisão de fls. 319, pelas razões a seguir apresentadas.

I. OBSCURIDADE QUANTO AO MOMENTO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA E SUA EXTENSÃO

Na r. decisão de fls. 316, Vossa Excelência deixou de apreciar o pedido de revogação da gratuidade de justiça formulado pelo Exequente (fls. 305-307) nesses autos da Execução, uma vez que a concessão do benefício da gratuidade se deu em sede de Embargos (autos apensos nº 1116342-44.2018.8.26.0100, fls. 266-268), e não nos presentes autos.

No entanto, Vossa Excelência proferiu nestes autos, de ofício, a r. decisão de fls. 319, em sentido contrário da r. decisão anterior de fls. 316, determinando que a gratuidade de justiça concedida em sede de Embargos à Execução atinja, igualmente, os honorários que foram fixados em sede de Execução (por força do art. 827, *caput*, do CPC, e mandado de citação de fls. 53).

À guisa de esclarecimento sobre o histórico de pedidos de gratuidade da justiça, constata-se, que o COEXECUTADO Daniel Isaac formulou pedido expresso de concessão do benefício nesses autos da Execução (fls. 82-83). Contudo, sua manifestação inicial foi recebida como Embargos à Execução (r. decisão de fls.203), conforme vem admitindo a jurisprudência dominante. Contudo, na formulação autônoma de seu pedido de justiça gratuita nesses autos da Execução (fls. 205-207), o COEXECUTADO teve como resposta deste MM. Juízo uma negativa (r. decisão de fls. 212), a qual precluiu sem qualquer interposição do recurso cabível de Agravo de Instrumento (art. 1.015, V, CPC) por parte do COEXECUTADO.

Na fundamentação da r. decisão de fls. 319, Vossa Excelência invoca a "*evidente acessoriedade dos embargos face à execução*" para determinar que a gratuidade ali concedida atinja também a presente Execução, apesar de não ter apreciado o pedido anterior

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/01/2020 às 17:17 , sob o número WJMJ20400832712
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8801BB5.

deste EXEQUENTE (fls. 305-307) com base em entendimento diametralmente oposto (r. decisão de fls. 316).

Quanto à acessoriedade, é de praxe que, concedida a gratuidade em sede de Execução (principal), esta se estenda aos Embargos (acessório)[1], até mesmo porque os Embargos se dão posteriormente, sendo a extensão do benefício dado em sede de Execução aos Embargos um sucedâneo lógico da regra *accessorium non ducit sed sequitur suum principale*.

Contudo, a situação presente é no sentido inverso: a gratuidade não foi concedida em sede de Execução (fls. 203 e 212), mas sim em sede de Embargos à Execução, em 24/06/2019, posteriormente inclusive a ordens de penhora (p.ex., fls. 247, fls. 258 desses autos) que incluíam a totalidade do débito (com os 10% de honorários fixados no mandado de citação, conforme tabelas de fls. 251 e outras apresentadas posteriormente). O que se deixou de incluir foram os honorários majorados em 10% em sede de Embargos (conforme r. sentença de fls. 266-268 daqueles autos).

Desse modo, a r. decisão de fls. 319 determina que esse atingimento da gratuidade se dê pela via inversa (do acessório para o principal) à natural e, inclusive, de maneira retroativa às ordens de penhora já executadas. Some-se a isto o fato de que a r. sentença dos Embargos (fls. 267 dos autos apensos nº 1116342-44.2018.8.26.0100) determina expressamente que a gratuidade atinja apenas a exigibilidade dos honorários fixados nos Embargos (em 10%), silenciando-se quanto à sua extensão à Execução.

Por fim, segue-se que a reformulação da r. decisão de fls. 316 pela r. decisão de fls. 319 se deu de ofício por este MM. Juízo. Assim, *data maxima venia,* ou se considera que o conteúdo da r. decisão de fls. 319 é declaratório, o que inovaria a parte dispositiva da r. sentença de fls. 266-268 dos Embargos à Execução (limitada à exigibilidade dos honorários ali fixados), bem como traria os efeitos retroativos de rever penhoras determinadas por este MM. Juízo, bem como e de inversão da regra do "acessório segue o principal" acima expostos, ou se considera que a decisão tem caráter constitutivo, o que feriria, por sua vez, o princípio dispositivo do art. 99, 141 e 223 do CPC, uma vez que a concessão da gratuidade exige iniciativa da parte, não podendo ser concedida de ofício pelo magistrado, e, tendo sido requerida pelo COEXECUTADO (fls. 205-207), foi indeferida (fls. 212) sem a interposição do recurso cabível.

Diante da convivência de duas decisões díspares em seu conteúdo (fls. 316 e 319), do prejuízo ao Exequente (que não teve seu pedido de fls. 305-307 apreciado), bem como diante da ausência de pedido expresso do COEXECUTADO Daniel Isaac para a concessão de benefício nesses autos entre as referidas decisões, requer-se que Vossa Excelência esclareça, afastando qualquer obscuridade:

a) se a r. decisão de fls. 319 tem caráter declaratório, hipótese em que se indaga sobre a extensão da concessão da gratuidade diante da redação da parte dispositiva da r. sentença dos Embargos à Execução, que limita o benefício às verbas sucumbenciais ali fixadas; ou

b) se a r. decisão de fls. 319 tem caráter constitutivo, hipótese em que se indaga acerca do esclarecimento desta obscuridade quanto à concessão do benefício de ofício por este MM. Juízo, revendo-se decisão anterior (fls. 212), bem como diante da ausência

[1] Nesse sentido: STJ, Resp 1505935/PR.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/01/2020 às 17:17 , sob o número WJMJ20400832712
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8801BB5.

de recurso por parte do COEXECUTADO, diante do regramento dos art. 99, 141 e 223 do CPC, que exigem a iniciativa da parte e instituem o regime de preclusão de atos consumados e decisões já proferidas sem que houvesse recurso.

II. OBSCURIDADE QUANTO À PRESENÇA DE COEXECUTADO NÃO BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA E A ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS

Por fim, na r. decisão de fls. 319, Vossa Excelência determina que o EXEQUENTE apresente a tabela com a atualização dos cálculos, nos autos em que se encontram as penhoras, sem a inclusão dos honorários de 10% fixados nos termos do art. 827 do CPC.

Contudo, esta Execução conta com **dois** COEXECUTADOS. Enquanto que o COEXECUTADO Daniel Isaac requereu o benefício da justiça gratuita (concedido na r. sentença dos Embargos à Execução), a COEXECUTADA Construtora Wasserman S.A., citada (fls. 273-274), deixou de apresentar Embargos à Execução e, de forma geral, não tem se manifestado e tampouco constituiu procurador nos autos.

Assim, a EXEQUENTE requer seja esclarecido, para que não haja dúvida futura, que a penhora no rosto dos autos, deferida às fls. 291, incidente sobre créditos da Construtora Wasserman, **inclua os honorários** fixados nos termos do art. 827 do CPC, bem como no mandado de citação de fls. 273, uma vez que esta COEXECUTADA **não é beneficiária da gratuidade de justiça**.

São Paulo, 27 de janeiro de 2020.

Termos em que
pede deferimento.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/01/2020 às 17:17 , sob o número WJMJ20400832712
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8801BB5.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Rejeito os embargos de declaração, visto que possuem caráter infringente, visando à alteração do já decidido. Alega o exequente que a gratuidade do executado não foi concedida nestes autos. De acordo com fls. 203 e 212, porém, percebe-se que o Juízo não chegou a decidir sobre a gratuidade nestes autos, mas o benefício foi apreciado nos embargos à execução.

No mais, não se verifica nos autos a citação da empresa coexecutada, da qual não há notícia de gratuidade. Somente face à pessoa jurídica é possível a execução de custas e honorários.

De fato, não há na sentença atacada qualquer das hipóteses previstas no artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

Neste sentido: "Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em consequência, a desconstituição do ato decisório" (RTJ 154/223, 155/964).

Mantenho, pois, a decisão proferida tal como lançada.

Intime-se.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 13/02/2020 às 16:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 889A767.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0073/2020, foi disponibilizado na página 604/618 do Diário da Justiça Eletrônico em 17/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Rejeito os embargos de declaração, visto que possuem caráter infringente, visando à alteração do já decidido. Alega o exequente que a gratuidade do executado não foi concedida nestes autos. De acordo com fls. 203 e 212, porém, percebe-se que o Juízo não chegou a decidir sobre a gratuidade nestes autos, mas o benefício foi apreciado nos embargos à execução. No mais, não se verifica nos autos a citação da empresa coexecutada, da qual não há notícia de gratuidade. Somente face à pessoa jurídica é possível a execução de custas e honorários. De fato, não há na sentença atacada qualquer das hipóteses previstas no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Neste sentido: "Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em consequência, a desconstituição do ato decisório" (RTJ 154/223, 155/964). Mantenho, pois, a decisão proferida tal como lançada. Intime-se."

SÃO PAULO, 17 de fevereiro de 2020.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 17/02/2020 às 12:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 89EF65B.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

I. ESCLARECIMENTOS QUANTO ÀS PENHORAS ANTERIORES

A requerimento do **EXEQUENTE**, este MM. Juízo deferiu duas penhoras no rosto dos autos dos seguintes processos, ambos da 25ª Vara Cível: (1) 0157885-25.2010.08.26.0100 (execução), em que havia valores em favor da **COEXECUTADA CONSTRUTORA WASSERMAN**; e (2) 0158646-56.2010.8.26.0100 (dissolução de sociedade), em que havia valores em favor do **COEXECUTADO ISAAC** (este último, beneficiário da justiça gratuita).

Em relação ao primeiro processo (valores em favor da **CONSTRUTORA WASSERMAN**), antes da penhora oriunda desses autos ter sido efetivada, o **COEXECUTADO ISAAC** (que também é credor da Construtora Wasserman) já havia penhorado, em seu favor, por força de decisão oriunda do segundo processo, os valores ali depositados em favor da ora **COEXECUTADA CONSTRUTORA WASSERMAN**. Assim, restou prejudicada a penhora em favor do ora **EXEQUENTE**.

Em relação ao segundo processo, os valores que haviam sido ali depositados estão sendo remetidos à 33ª Vara Cível (processo 0215884-33.2010.8.26.0100), de onde originaram. Mas, conforme dito acima, já há determinação de que valores decorrentes do primeiro processo sejam encaminhados a este segundo, oque possibilitará eventual satisfação (ainda que parcial) do débito ora em execução e dará à penhora alguma efetividade. Contudo, há também neste segundo processo outras penhoras, precedentes à do ora **EXEQUENTE**, de modo que a efetivação do pagamento, total ou parcial, naqueles autos, é ainda incerta.

Oportunamente, efetivando-se a transferência desses valores (**que excedem R$600.000,00**) em favor do **COEXECUTADO ISAAC** nos autos deste segundo processo (dissolução de sociedade), o ora **EXEQUENTE** se reservará ao direito de demonstrar que os pressupostos da gratuidade de justiça aqui concedida terão se esvaído por um fato superveniente (o recebimento de referidos créditos de mais de R$600 mil), de modo a ensejar sua revogação e restaurar exigibilidade dos honorários advocatícios dos patronos do **EXEQUENTE**. Por ora, tal fato não ocorreu, mas há expectativa que ocorra em breve, momento em que este **EXEQUENTE** se manifestará a respeito, nos termos do art. 100 do CPC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593DE.

II. NOTÍCIA DE NOVOS VALORES EM FAVOR DA CONSTRUTORA WASSERMAN E ATUALIZAÇÃO DO VALOR EM EXECUÇÃO

Há notícia de que existe: (1) um saldo residual decorrente de alienação forçada de imóvel em favor da **COEXECUTADA WASSERMAN S/A** nos autos do processo nº 0207822-67.2011.8.26.0100, da 39ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca de São Paulo (doc. 01); e (2) o envio iminente do numerário de mais de R$ 1 milhão em favor da **CONSTRUTORA WASSERMAN** nos autos do processo nº 0215884-33.2010.8.26.0100, da 33ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca de São Paulo (doc. 02).

Considerando, nos termos da r. decisão de fls. 324, que não há qualquer suspensão da exigibilidade da verba sucumbencial em face da referida Construtora, apresenta-se abaixo (doc. 03) a atualização dos cálculos para fins de instrução das penhoras no rosto dos autos abaixo requeridas, com a inclusão dos honorários advocatícios:

Débitos Atualizados (fev/2020): R$607.628,44
10% de honorários (art. 827 do CPC): R$60.762,84
Total = **R$668.391,28**

II. PEDIDO

Pelo exposto, requer seja determinada a **penhora no rosto dos autos** dos seguintes processos, relativa aos valores ali disponibilizados ou em vias de serem disponibilizados em favor da **COEXECUTADA CONSTRUTORA WASSERMAN S.A**., nos termos do art. 860 do CPC, atualizados no importe de **R$668.391,28** (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos) (fev/2020):

a) Processo **nº 0207822-67.2011.8.26.0100**, da **39ª Vara Cível** deste Foro Central da Comarca de São Paulo – SP; e

b) Processo **nº 0215884-33.2010.8.26.0100**, da **33ª Vara Cível** deste Foro Central da Comarca de São Paulo,

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593DE.

2977
VRe

COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
18ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 20ª andar - salas nº 2004/2006 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: 2171-6150 - E-mail: sp18cv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0735345-90.1994.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico**
Requerente:	**Maria Angelica Milan de Oliveira e outro**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **William Mikalauskas**

Vistos.

Inicialmente, verifica-se erro na data grafada no formulário de carga rápida de fl. 2647, pois, embora conste retirada dos autos em 02/12/2014, na verdade, os mesmos foram retirados em 02/12/0215, como demonstra o protocolo eletrônico registrado no referido formulário.

Logo, evidente que a executada, em 02/12/2015, tomou ciência inequívoca de todas decisões acerca da penhora levada a cabo, sem qualquer insurgência, apresentando impugnação apenas em 06/05/2016 (fls. 2786/2790), quando vencido o prazo para tanto.

Assim, rejeito a impugnação apresentado e julgo prejudicadas as questões trazidas pela executada.

A Contadoria Judicial calculou o valor exequendo (fls. 2871/2872), concluindo pelo montante de R$ 426.947,43, sendo a base de cálculo o "valor cobrado indevidamente", nos exatos termos do decido nos autos (fls. 2895), razão pela qual homologo-o.

Por fim, defiro a penhora no rosto dos autos nº 0207822-67.2011.8.26.0100, perante a 39ª VCível do Foro Central, para reserva de eventuais valores que remanescerem em favor de executada Construtora Wasserman, até o limite de R$ 426.947,43

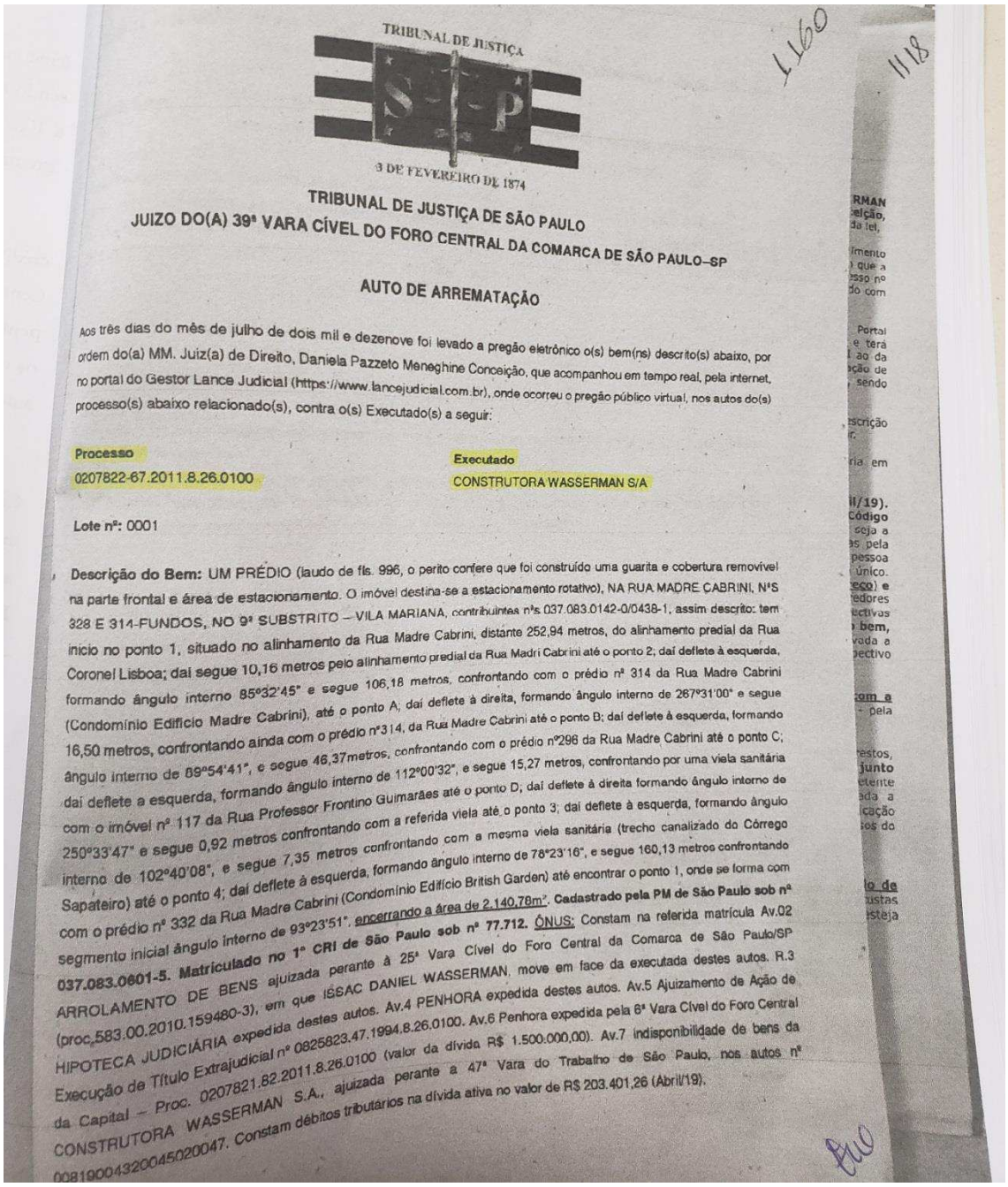
Serve a presente decisão de ofício, devendo a exequente apresenta-lo ao Douto Juízo.

Intime-se.

São Paulo, 25 de novembro de 2019.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por WILLIAM MIKALAUSKAS. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0735345-90.1994.8.26.0100 e o código 2S000013LQII.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593E4.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

JUIZO DO(A) 39ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO–SP

AUTO DE ARREMATAÇÃO

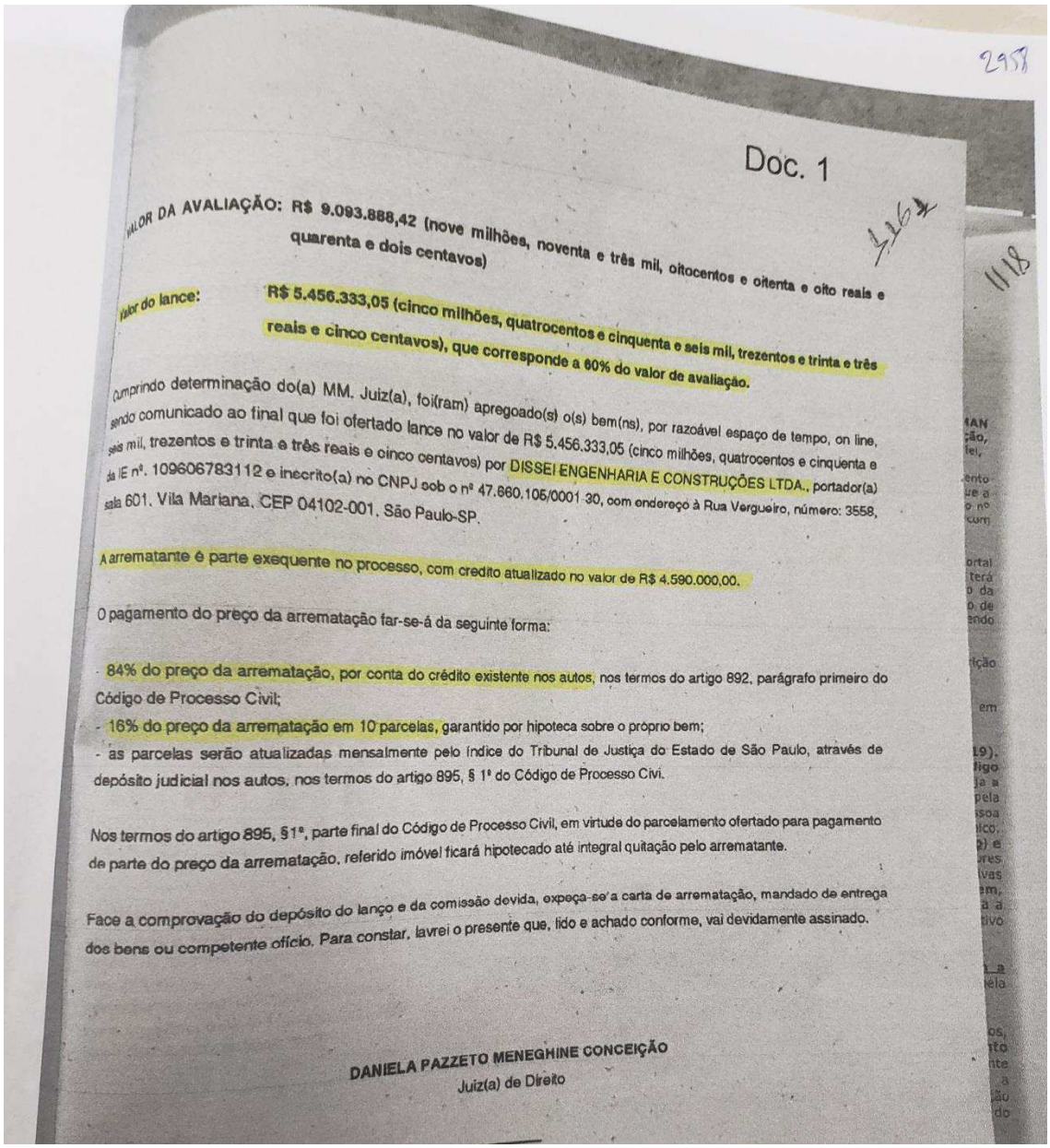
Aos três dias do mês de julho de dois mil e dezenove foi levado a pregão eletrônico o(s) bem(ns) descrito(s) abaixo, por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito, Daniela Pazzeto Meneghine Conceição, que acompanhou em tempo real, pela internet, no portal do Gestor Lance Judicial (https://www.lancejudicial.com.br), onde ocorreu o pregão público virtual, nos autos do(s) processo(s) abaixo relacionado(s), contra o(s) Executado(s) a seguir:

Processo	Executado
0207822-67.2011.8.26.0100	CONSTRUTORA WASSERMAN S/A

Lote nº: 0001

Descrição do Bem: UM PRÉDIO (laudo de fls. 996, o perito confere que foi construído uma guarita e cobertura removível na parte frontal e área de estacionamento. O imóvel destina-se a estacionamento rotativo), NA RUA MADRE CABRINI, NºS 328 E 314-FUNDOS, NO 9º SUBSTRITO – VILA MARIANA, contribuintes nºs 037.083.0142-0/0438-1, assim descrito: tem início no ponto 1, situado no alinhamento da Rua Madre Cabrini, distante 252,94 metros, do alinhamento predial da Rua Coronel Lisboa; daí segue 10,16 metros pelo alinhamento predial da Rua Madri Cabrini até o ponto 2; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno 85º32'45" e segue 106,18 metros, confrontando com o prédio nº 314 da Rua Madre Cabrini (Condomínio Edifício Madre Cabrini), até o ponto A; daí deflete à direita, formando ângulo interno de 267º31'00" e segue 16,50 metros, confrontando ainda com o prédio nº314, da Rua Madre Cabrini até o ponto B; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 89º54'41", e segue 46,37metros, confrontando com o prédio nº296 da Rua Madre Cabrini até o ponto C; daí deflete a esquerda, formando ângulo interno de 112º00'32", e segue 15,27 metros, confrontando por uma viela sanitária com o imóvel nº 117 da Rua Professor Frontino Guimarães até o ponto D; daí deflete à direita formando ângulo interno de 250º33'47" e segue 0,92 metros confrontando com a referida viela até o ponto 3; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 102º40'08", e segue 7,35 metros confrontando com a mesma viela sanitária (trecho canalizado do Córrego Sapateiro) até o ponto 4; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 78º23'16", e segue 160,13 metros confrontando com o prédio nº 332 da Rua Madre Cabrini (Condomínio Edifício British Garden) até encontrar o ponto 1, onde se forma com segmento inicial ângulo interno de 93º23'51", encerrando a área de 2.140,78m². **Cadastrado pela PM de São Paulo sob nº 037.083.0601-5. Matriculado no 1º CRI de São Paulo sob nº 77.712.** ÔNUS: Constam na referida matrícula Av.02 ARROLAMENTO DE BENS ajuizada perante à 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP (proc.583.00.2010.159480-3), em que ISSAC DANIEL WASSERMAN, move em face da executada destes autos. R.3 HIPOTECA JUDICIÁRIA expedida destes autos. Av.4 PENHORA expedida destes autos. Av.5 Ajuizamento de Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 0825823.47.1994.8.26.0100. Av.6 Penhora expedida pela 6ª Vara Cível do Foro Central da Capital – Proc. 0207821.82.2011.8.26.0100 (valor da dívida R$ 1.500.000,00). Av.7 indisponibilidade de bens da CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., ajuizada perante a 47ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos nº 00819004320045020047. Constam débitos tributários na dívida ativa no valor de R$ 203.401,26 (Abril/19).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593E4.



2958

Doc. 1

VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 9.093.888,42 (nove milhões, noventa e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos)

Valor do lance: R$ 5.456.333,05 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e cinco centavos), que corresponde a 60% do valor de avaliação.

Cumprindo determinação do(a) MM. Juiz(a), foi(ram) apregoado(s) o(s) bem(ns), por razoável espaço de tempo, on line, sendo comunicado ao final que foi ofertado lance no valor de R$ 5.456.333,05 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e cinco centavos) por DISSEI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., portador(a) da IE nº. 109606783112 e inscrito(a) no CNPJ sob o nº 47.860.105/0001-30, com endereço à Rua Vergueiro, número: 3558, sala 601, Vila Mariana, CEP 04102-001, São Paulo-SP.

A arrematante é parte exequente no processo, com credito atualizado no valor de R$ 4.590.000,00.

O pagamento do preço da arrematação far-se-á da seguinte forma:

- 84% do preço da arrematação, por conta do crédito existente nos autos, nos termos do artigo 892, parágrafo primeiro do Código de Processo Civil;
- 16% do preço da arrematação em 10 parcelas, garantido por hipoteca sobre o próprio bem;
- as parcelas serão atualizadas mensalmente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através de depósito judicial nos autos, nos termos do artigo 895, § 1º do Código de Processo Civi.

Nos termos do artigo 895, §1º, parte final do Código de Processo Civil, em virtude do parcelamento ofertado para pagamento de parte do preço da arrematação, referido imóvel ficará hipotecado até integral quitação pelo arrematante.

Face a comprovação do depósito do lanço e da comissão devida, expeça-se a carta de arrematação, mandado de entrega dos bens ou competente ofício. Para constar, lavrei o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

DANIELA PAZZETO MENEGHINE CONCEIÇÃO
Juiz(a) de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593E4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
39ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 12º andar - salas nº 1220/1226 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2171-6258 - E-mail: sp39cv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0207822-67.2011.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico**
Requerente:	**Dissei Engenharia e Construções Ltda.**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A**

C O N C L U S Ã O

Em 29 de agosto de 2019, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 39ª Vara Cível a(o) Dr(ª). Daniela Pazzeto Meneghine Conceição.

Vistos.

1.) Fls. 1.195/1.211: A alegação de nulidade do leilão designado por falta de intimação não merece prosperar, eis que o procurador foi devidamente cientificado da alienação judicial que foi realizada.

Basta observar que às fls. 1119/1121 o I. Leiloeiro apresentou os editais e demais informações necessárias, onde constam o dia, horário e local tanto com relação à primeira quanto à segunda praça.

Note-se que na decisão de fls. 1137/1138, além do cancelamento do leilão já pretendido pela executada, denota-se que houve determinação expressa de publicação dos editais dos leilões, conferindo ciência ampla e irrestrita aos procuradores às datas, editais, bem como todos os demais elementos apresentados pelo I. Leiloeiro.

Em uma segunda oportunidade, às fls. 1148, o I. Leiloeiro comprovou a publicação dos editais determinada por este Juízo, sendo novamente conferida ciência da efetivação da publicação dos editais às fls. 1149.

Ademais, a simples intimação dos advogados da determinação de publicação dos editais de leilão já confere ampla ciência de sua existência e, por consequência, da data, horário e local de sua realização.

Compulsando as certidões de publicações das referidas decisões, também denoto que o advogado subscritor consta em todas estas, motivo pelo qual não há que se alegar hipótese de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARIA LA PASCALINA CONCEICAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/08/2019 às 12:30 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0207822-67.2011.8.26.0100 e código 2A000012QW5U.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
39ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 12º andar - salas nº 1220/1226 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2171-6258 - E-mail: sp39cv@tjsp.jus.br

nulidade com base no artigo 889, I do NCPC, não havendo qualquer determinação judicial que conste da decisão judicial a menção expressa do dia, horário e local.

Da mesma forma, não prospera a alegação de falta de transparência no certame, eis que não há obrigatoriedade legal de que a relação dos lances sejam trazidos nos autos, uma vez que tampouco há qualquer indício de prática fraude ou conluio fraudulento no sistema eletrônico de lances da gestora.

Incumbe destacar que o artigo 14 da Resolução CNJ 236/2016 impõe a definição dos critérios de cadastramentos necessários para a garantia da segurança e confiabilidade dos lances, necessários para o exercício de sua atividade: "*Art. 14. Caberá ao leiloeiro do sistema de alienação judicial eletrônica (as próprias unidades judiciais ou as entidades credenciadas) a definição dos critérios de participação na alienação judicial eletrônica com o objetivo de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances*".

Portanto, se a gestora encontra-se devidamente cadastrada perante esta Corte e inexistindo qualquer indício, o pedido de nulidade do leilão com base na simples ausência de eventuais relações dos lanços ofertados não merece prosperar.

Por outro lado, no tocante à compensação pretendida, verifico a ocorrência de sérias circunstâncias que ensejam a nulidade do leilão judicial.

Noto que na decisão lavrada em 06/10/2014, foi acolhida a impugnação da executada que reconheceu como valor do débito a monta de R$ 740.907,98 (setecentos e quarenta mil, novecentos e sete reais e noventa e oito centavos) em dezembro/2012.

Deve-se, outrossim, considerar que consta da sentença a seguinte condenação: "*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação, para rescindir o contrato celebrado entre as partes e condenar CONSTRUTORA WASSERMAN S/A a restituir à autora a importância de R$ 500.000,00, atualizada monetariamente do desembolso e acrescida de juros de mora legais da citação. Considerando a distribuição da sucumbência, responderá, ainda, por 70% das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação*".

Após esta decisão, não verifico que tenha qualquer decisão judicial homologando o valor de R$ 4.590.000,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa mil reais).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADAMANTIA PRADA LEITE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/09/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0207822-67.2011.8.26.0100 e código 2A000012QW5U.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
39ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 12º andar - salas nº 1220/1226 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2171-6258 - E-mail: sp39cv@tjsp.jus.br

Mas uma simples análise matemática já é possível verificar que o débito constante destes autos jamais poderia ter alcançado tal fração com a inserção de correção monetária e juros de mora.

O I. Leiloeiro, por sua vez, em momento algum apurou tais cálculos anteriormente à realização do certame, causando-me estranheza o fato de ter afirmado no auto de arrematação a menção de que "*o arrematante é parte exequente no processo, com crédito atualizado no valor de R$ 4.590.000,00*" (fls. 1.154/1.155 e 1.160/1.161), sem a demonstração da origem da decisão judicial que autorizou tais valores e também autorizou o auxiliar da Justiça a proceder de forma unilateral.

Além das divergências apontadas, verifico que nos autos há diversos créditos oriundos de penhora no rosto dos autos e de honorários advocatícios de ex-procuradores, que prejudica a análise da legalidade da compensação, uma vez que este Juízo não tem conhecimento se o valor residual, ainda que fosse correto, seria suficiente para conferir a quitação de todos os credores preferenciais.

Por todas estas razões, **declaro a nulidade do leilão judicial descrito no auto de leilão de fls. 1.154 e constante do auto de arrematação de fls. 1.160/1.161.**

2.) Fls. 1.272/1.273: Quanto ao pedido da procuradora "Fernanda", deverá formular o pedido respectivo no cumprimento de sentença referente ao feito nº 0825823-47.1994.8.26.0100, na medida em que não verifico nenhuma determinação oriunda daquele feito no sentido de reservar ou penhorar créditos nestes autos.

Portanto, deverá ser formulado o pedido naqueles autos, a fim de que eventual ordem de penhora seja cumprida neste feito.

3.) Intimem-se todos os terceiros credores a fim de que tragam no prazo de 15 (quinze) dias os memoriais de cálculo atualizado.

Intime-se a exequente a fim de que apresente nos autos memorial de cálculo atualizado do débito, seguindo-se todas as orientações no tocante às determinações da sentença e da decisão que acolheu a impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARIA LA PASTINA CONCEICAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/09/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0207822-67.2011.8.26.0100 e código 2A000EE12QW5U.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
39ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 12º andar - salas nº 1220/1226 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2171-6258 - E-mail: sp39cv@tjsp.jus.br

Somente após a apuração dos débitos é que será analisado eventual pedido de designação de nova hasta pública.

4.) Comunique-se o I. Leiloeiro a respeito do teor desta decisão judicial.

Intime-se.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARIA LA PASCALINA CONCEICAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/08/2019 às 12:30 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0207822-67.2011.8.26.0100 e código 2A000012QW5U.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL - 33ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CONCLUSÃO

Em 30 de janeiro de 2020 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, Dr. Douglas Iecco Ravacci.
Eu, Douglas Iecco Ravacci, Juiz de Direito, subscrevi.

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0215884-33.2010.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Condomínio Edifício Opus D art**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Douglas Iecco Ravacci**

Vistos,

Fls 1743/1746, **1751/1752**, **1763/1771**, **Fls. 1759/1761 e 1778**: tendo em vista o trânsito em julgado do recurso contra a decisão que determinou o recálculo do débito, restou reservando nos autos a quantia de R$ 41.320,77.

O condomínio apresentou memória de cálculo apurando saldo remanescente de de R$ 24.969,20, contra o qual se insurge a executada Construtora Wasserman sob alegação de que não há saldo mas sim valor a ser devolvidos nos autos (R$ 613.361,80).

Ocorre que os cálculos já foram há muito tempo apresentados, restando apenas discussão sobre incidência, ou não, de juros de mora sobre custas e despesas processuais. Portanto, encontra-se preclusão a impugnação da Construtora.

Defiro a expedição de mandado de levantamento em favor do Condomínio no valor de **R$ 24.969,20**, com encargos desde outubro de 2014; e de R$ 1.095,27, com encargos desde outubro de 2018 (custas e despesas posteriores).

Do saldo – R$ 15.256,30, expeça-se mandado de levantamento em favor da Relusita no valor de **R$ 5.085,43** com encargos desde outubro de 2014. O restante R$ 10.170,87 permecerá nos autos até que se consumem todas as penhoras nos autos.

Fls. 1756: diante do tempo decorrido cobre-se do Banco do Brasil informaçoes sobre a transferência de crédito à disposição do juízo da 18a VC, processo 0735345-90.1994.8.26.0100.

Fls. 1757, 1773/1775, **1776, 1780/1788**, **1790/1796**, **1812/1823**: o terceiro Isaac Daninel Wasserman informou nos autos que foram determinadas duas penhoras da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LUCIA CATABRIGA BRUNIALTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0215884-33.2010.8.26.0100 e código 2A000071436HZ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL - 33ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

25a VC0158646-56.2010.8.26.0100, não ocorrendo duplicidade.

Ocorre que somente há uma penhora anotada nos autos (certidão de fls. 1603, no valor atualizado de R$ 508.244,63), posterior à penhora da 18a VC, de modo que deve ser devolvido o valor aos autos, bem como o outro de R$ 512.528,67, para o devido cumprimento das penhoras, respeitando a anterioridade.

Oficie-se à 25a VC, referente ao processo 0158646-56.2010.8.26.0100, solicitando a devolução dos dois valores transferido àquele juízo, instruindo como cópia dos depósitos, e esclarecendo que a penhora de R$ 403.740,00 já encontra-se anotada.

Fls. 1798/1804: providencie a serventia certidão nos autos de todas as penhoras, bem como as já efetivadas com transferência, bem como saldo em conta judicial após os levantamento acima determinados.

Anote a serventia a ampliação da penhora referente ao processo 0158646-56.2010.8.26.0100, da 25a VC (referente a todos os valores destinados à Construtora Wasserman), considerando a data da juntada do primeiro ofício recebido.

Após, tornem concluso para que se responda o oficio da 39 VC, referente ao processo 0825823-47.1994.8.26.0100/01.

Int.

São Paulo, 30 de janeiro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA LUIZA BARBOSA DE CARVALHO e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0008880-28.2019.8.26.0100 e código 2A000071436HZ.

Relatório Débitos Atualizado

20/02/2020

Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR

Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman

Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006812	Condomínio Ago/14	03/08/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	3.148,78	1.259,97	**7.919,66**
J		Fundo de Reserva Ago/14	03/08/2014	R$	160,38	160,38	3,21	146,72	58,71	**369,02**
J		Prov. 13º Salário Ago/14	03/08/2014	R$	300,21	300,21	6,00	274,63	109,89	**690,73**
J	00006823	Condomínio Set/14	03/09/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	3.085,95	1.236,71	**7.833,57**
J		Fundo de Reserva Set/14	03/09/2014	R$	160,38	160,38	3,21	143,79	57,62	**365,00**
J		Prov. 13º Salário Set/14	03/09/2014	R$	300,21	300,21	6,00	269,15	107,86	**683,22**
J	00006824	Condomínio - Out/14	03/10/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.575,66	1.439,65	**9.162,63**
J		Fundo de Reserva - Out/14	03/10/2014	R$	196,00	196,00	3,92	172,36	69,40	**441,68**
J		Prov. 13o. Salário Out/14	03/10/2014	R$	308,00	308,00	6,16	270,85	109,05	**694,06**
J		Fundo de Obras pc.1/6	03/10/2014	R$	500,00	500,00	10,00	439,71	177,04	**1.126,75**
J	00006825	Condomínio - Nov/14	03/11/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.501,23	1.410,19	**9.058,74**
J		Fundo de Reserva - Nov/14	03/11/2014	R$	196,00	196,00	3,92	168,78	67,98	**436,68**
J		Prov. 13o. Salário Nov/14	03/11/2014	R$	308,00	308,00	6,16	265,22	106,82	**686,20**
J		Fundo de Obras pc.2/6	03/11/2014	R$	500,00	500,00	10,00	430,55	173,41	**1.113,96**
J	00006826	Condomínio - Dez/14	03/12/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.424,43	1.375,95	**8.947,70**
J		Fundo de Reserva - Dez/14	03/12/2014	R$	196,00	196,00	3,92	165,08	66,33	**431,33**
J		Prov. 13o. Salário Dez/14	03/12/2014	R$	308,00	308,00	6,16	259,40	104,23	**677,79**
J		Fundo de Obras pc.3/6	03/12/2014	R$	500,00	500,00	10,00	421,10	169,20	**1.100,30**
J	00006827	Condomínio - Jan/15	03/01/2015	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.320,06	1.295,40	**8.762,78**
J		Fundo de Reserva - Jan/15	03/01/2015	R$	196,00	196,00	3,92	160,04	62,44	**422,40**
J		Prov. 13o. Salário Jan/15	03/01/2015	R$	308,00	308,00	6,16	251,50	98,13	**663,79**
J		Fundo de Obras pc.4/6	03/01/2015	R$	500,00	500,00	10,00	408,27	159,30	**1.077,57**
J	00006828	Condomínio Fev/15	03/02/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	4.428,63	1.691,49	**11.809,68**
J		Fundo de Reserva Fev/15	03/02/2015	R$	231,00	231,00	4,62	183,40	70,05	**489,07**
J		Prov. 13o. Salário Fev/15	03/02/2015	R$	385,00	385,00	7,70	305,67	116,75	**815,12**
J	00006829	Condomínio Mar/15	03/03/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	4.290,04	1.581,69	**11.561,29**
J		Fundo de Reserva Mar/15	03/03/2015	R$	231,00	231,00	4,62	177,66	65,50	**478,78**
J		Prov. 13o. Salário Mar/15	03/03/2015	R$	385,00	385,00	7,70	296,10	109,17	**797,97**
J	00006830	Condomínio Abr/15	03/04/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	4.187,59	1.530,43	**11.407,58**
J		Fundo de Reserva Abr/15	03/04/2015	R$	231,00	231,00	4,62	173,42	63,38	**472,42**
J		Prov. 13o. Salário Abr/15	03/04/2015	R$	385,00	385,00	7,70	289,03	105,63	**787,36**
J	00006831	Condomínio - Mai/15	03/05/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.887,16	1.034,16	**7.952,36**
J		Fundo de Reserva - Mai/15	03/05/2015	R$	231,00	231,00	4,62	168,76	60,45	**464,83**
J		Prov. 13o. Salário Mai/15	03/05/2015	R$	385,00	385,00	7,70	281,27	100,75	**774,72**
J		Rateio Inadimplência Mai/15	03/05/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.188,62	425,75	**3.273,91**
J	00006832	Condomínio Jun/15	03/06/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.814,84	995,46	**7.841,34**
J		Fundo de Reserva Jun/15	03/06/2015	R$	231,00	231,00	4,62	164,53	58,19	**458,34**
J		Prov. 13o. Salário Jun/15	03/06/2015	R$	385,00	385,00	7,70	274,22	96,98	**763,90**
J		Rateio Inadimplencia Jun/15	03/06/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.158,84	409,82	**3.228,20**
J	00006833	Condomínio Jul/15	03/07/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.748,63	966,47	**7.746,14**
J		Fundo de Reserva Jul/15	03/07/2015	R$	231,00	231,00	4,62	160,66	56,49	**452,77**
J		Prov. 13o. Salário Jul/15	03/07/2015	R$	385,00	385,00	7,70	267,77	94,15	**754,62**
J		Rateio Inadimplência Jul/15	03/07/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.131,59	397,89	**3.189,02**
J	00006834	Condomínio Ago/15	03/08/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.691,93	954,01	**7.676,98**
J		Fundo de Reserva Ago/15	03/08/2015	R$	231,00	231,00	4,62	157,35	55,76	**448,73**
J		Prov. 13o. Salário Ago/15	03/08/2015	R$	385,00	385,00	7,70	262,25	92,94	**747,89**
J		Rateio Inadimplência Ago/15	03/08/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.108,24	392,76	**3.160,54**
J	00006835	Condomínio Set/15	03/09/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.628,67	928,72	**7.588,43**
J		Fundo de Reserva Set/15	03/09/2015	R$	231,00	231,00	4,62	153,65	54,28	**443,55**
J		Prov. 13o. Salário Set/15	03/09/2015	R$	385,00	385,00	7,70	256,08	90,47	**739,25**
J		Rateio Inadimplência Set/15	03/09/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.082,20	382,34	**3.124,08**
J	00006836	Condomínio Out/15	03/10/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.559,37	890,82	**7.481,23**
J		Fundo de Reserva Out/15	03/10/2015	R$	231,00	231,00	4,62	149,60	52,07	**437,29**
J		Prov. 13o. Salário Out/15	03/10/2015	R$	385,00	385,00	7,70	249,33	86,78	**728,81**
J		Rateio Inadimplência Out/15	03/10/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.053,67	366,74	**3.079,95**
J	00006837	Condomínio Nov/15	03/11/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.482,59	836,78	**7.350,41**
J		Fundo de Reserva Nov/15	03/11/2015	R$	231,00	231,00	4,62	145,11	48,91	**429,64**
J		Prov. 13o. Salário Nov/15	03/11/2015	R$	385,00	385,00	7,70	241,85	81,52	**716,07**
J		Rateio Inadimplência Nov/15	03/11/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.022,06	344,50	**3.026,10**
J	00006838	Condomínio Dez/15	03/12/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.412,20	793,36	**7.236,60**
J		Fundo de Reserva Dez/15	03/12/2015	R$	231,00	231,00	4,62	141,00	46,37	**422,99**
J		Prov. 13o. Salário Dez/15	03/12/2015	R$	385,00	385,00	7,70	235,00	77,29	**704,99**
J		Rateio Inadimplência Dez/15	03/12/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	993,08	326,62	**2.979,24**
J	00006839	Condomínio Jan/16	03/01/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.328,79	721,60	**7.081,43**
J		Fundo de Reserva Jan/16	03/01/2016	R$	231,00	231,00	4,62	136,12	42,18	**413,92**
J		Prov. 13o. Salário Jan/16	03/01/2016	R$	385,00	385,00	7,70	226,87	70,30	**689,87**
J		Rateio Inadimplência Jan/16	03/01/2016	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	958,74	297,08	**2.915,36**
J	00006840	Condomínio Fev/16	03/02/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.259,80	676,87	**6.967,71**
J		Fundo de Reserva Fev/16	03/02/2016	R$	231,00	231,00	4,62	132,09	39,56	**407,27**
J		Prov. 13o. Salário Fev/16	03/02/2016	R$	385,00	385,00	7,70	220,15	65,94	**678,79**
J		Rateio Inadimplência Fev/16	03/02/2016	R$	857,00	857,00	17,14	490,04	146,78	**1.510,96**
J	00006841	Condomínio Mar/16	03/03/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.203,03	656,25	**6.890,32**
J		Fundo de Reserva Mar/16	03/03/2016	R$	231,00	231,00	4,62	128,77	38,36	**402,75**
J		Prov. 13o. Salário Mar/16	03/03/2016	R$	385,00	385,00	7,70	214,62	63,93	**671,25**
J		Rateio Inadimplência Mar/16	03/03/2016	R$	857,00	857,00	17,14	477,73	142,31	**1.494,18**
J	00006842	Condomínio Abr/16	03/04/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.142,44	626,44	**6.799,92**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593E9.

Relatório Débitos Atualizado

20/02/2020

Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR

Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman

Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006842	Fundo de Reserva Abr/16	03/04/2016	R$	231,00	231,00	4,62	125,23	36,62	**397,47**
J		Prov. 13o. Salário Abr/16	03/04/2016	R$	385,00	385,00	7,70	208,72	61,03	**662,45**
J		Rateio Inadimplência Abr/16	03/04/2016	R$	857,00	857,00	17,14	464,60	135,85	**1.474,59**
J	00006843	Condomínio Mai/16	03/05/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.075,53	581,24	**6.687,81**
J		Fundo de Reserva Mai/16	03/05/2016	R$	231,00	231,00	4,62	121,32	33,97	**390,91**
J		Prov. 13o. Salário Mai/16	03/05/2016	R$	385,00	385,00	7,70	202,19	56,62	**651,51**
J		Rateio Inadimplência Mai/16	03/05/2016	R$	857,00	857,00	17,14	450,08	126,04	**1.450,26**
J	00006844	Condomínio Jun/16	03/06/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.019,91	559,67	**6.610,62**
J		Fundo de Reserva Jun/16	03/06/2016	R$	231,00	231,00	4,62	118,07	32,71	**386,40**
J		Prov. 13o. Salário Jun/16	03/06/2016	R$	385,00	385,00	7,70	196,78	54,52	**644,00**
J		Rateio Inadimplência Jun/16	03/06/2016	R$	857,00	857,00	17,14	438,02	121,36	**1.433,52**
J	00006845	Condomínio Jul/16	03/07/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.961,45	530,47	**6.522,96**
J		Fundo de Reserva Jul/16	03/07/2016	R$	231,00	231,00	4,62	114,65	31,01	**381,28**
J		Prov. 13o. Salário Jul/16	03/07/2016	R$	385,00	385,00	7,70	191,08	51,68	**635,46**
J		Rateio Inadimplência Jul/16	03/07/2016	R$	857,00	857,00	17,14	425,34	115,03	**1.414,51**
J	00006846	Condomínio Ago/16	03/08/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.909,92	516,38	**6.457,34**
J		Fundo de Reserva Ago/16	03/08/2016	R$	231,00	231,00	4,62	111,64	30,18	**377,44**
J		Prov. 13o. Salário Ago/16	03/08/2016	R$	385,00	385,00	7,70	186,06	50,30	**629,06**
J		Rateio Inadimplência Ago/16	03/08/2016	R$	857,00	857,00	17,14	414,17	111,98	**1.400,29**
J	00006847	Condomínio Set/16	03/09/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.862,95	512,74	**6.406,73**
J		Fundo de Reserva Set/16	03/09/2016	R$	231,00	231,00	4,62	108,89	29,97	**374,48**
J		Prov. 13o. Salário Set/16	03/09/2016	R$	385,00	385,00	7,70	181,49	49,95	**624,14**
J		Rateio Inadimplência Set/16	03/09/2016	R$	857,00	857,00	17,14	403,99	111,19	**1.389,32**
J	00006848	Condomínio Out/16	03/10/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.814,43	505,03	**6.350,50**
J		Fundo de Reserva Out/16	03/10/2016	R$	231,00	231,00	4,62	106,06	29,52	**371,20**
J		Prov. 13o. Salário Out/16	03/10/2016	R$	385,00	385,00	7,70	176,76	49,20	**618,66**
J		Rateio Inadimplência Out/16	03/10/2016	R$	857,00	857,00	17,14	393,46	109,52	**1.377,12**
J	00006849	Condomínio Nov/16	03/11/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.767,83	501,86	**6.300,73**
J		Fundo de Reserva Nov/16	03/11/2016	R$	231,00	231,00	4,62	103,33	29,33	**368,28**
J		Prov. 13o. Salário Nov/16	03/11/2016	R$	385,00	385,00	7,70	172,22	48,89	**613,81**
J		Rateio Inadimplência Nov/16	03/11/2016	R$	857,00	857,00	17,14	383,36	108,83	**1.366,33**
J	00006850	Condomínio Dez/16	03/12/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.720,09	495,52	**6.246,65**
J		Fundo de Reserva Dez/16	03/12/2016	R$	231,00	231,00	4,62	100,54	28,96	**365,12**
J		Prov. 13o. Salário Dez/16	03/12/2016	R$	385,00	385,00	7,70	167,57	48,27	**608,54**
J		Rateio Inadimplência Dez/16	03/12/2016	R$	857,00	857,00	17,14	373,00	107,45	**1.354,59**
J	00006851	Condomínio Jan/17	03/01/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.667,82	476,59	**6.175,45**
J		Fundo de Reserva Jan/17	03/01/2017	R$	231,00	231,00	4,62	97,49	27,86	**360,97**
J		Prov. 13o. Salário Jan/17	03/01/2017	R$	385,00	385,00	7,70	162,48	46,43	**601,61**
J		Rateio Inadimplencia Jan/17	03/01/2017	R$	857,00	857,00	17,14	361,67	103,35	**1.339,16**
J	00006852	Condomínio Fev/17	03/02/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.618,86	465,79	**6.115,69**
J		Fundo de Reserva Fev/17	03/02/2017	R$	231,00	231,00	4,62	94,63	27,23	**357,48**
J		Prov. 13o. Salário Fev/17	03/02/2017	R$	385,00	385,00	7,70	157,71	45,38	**595,79**
J		Rateio Inadimplencia Fev/17	03/02/2017	R$	857,00	857,00	17,14	351,05	101,01	**1.326,20**
J	00006853	Condomínio Mar/17	03/03/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.568,87	451,45	**6.051,36**
J		Fundo de Reserva Mar/17	03/03/2017	R$	231,00	231,00	4,62	91,70	26,39	**353,71**
J		Prov. 13o. Salário Mar/17	03/03/2017	R$	385,00	385,00	7,70	152,84	43,98	**589,52**
J		Rateio Inadimplencia Mar/17	03/03/2017	R$	857,00	857,00	17,14	340,21	97,90	**1.312,25**
J	00006854	Condomínio Ordinário Abr/17	03/04/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.522,83	447,87	**6.001,74**
J		Fundo de Reserva Abr/2017	03/04/2017	R$	231,00	231,00	4,62	89,01	26,18	**350,81**
J		Prov. 13o. Salário Abr/2017	03/04/2017	R$	385,00	385,00	7,70	148,35	43,63	**584,68**
J		Rateio Inadimplência Abr/17	03/04/2017	R$	857,00	857,00	17,14	330,23	97,12	**1.301,49**
J	00006855	Condomínio Ordinário Mai/17	03/05/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.472,74	431,80	**5.935,58**
J		Fundo de Reserva Mai/17	03/05/2017	R$	231,00	231,00	4,62	86,08	25,24	**346,94**
J		Prov. 13o. Salário Mai/17	03/05/2017	R$	385,00	385,00	7,70	143,47	42,07	**578,24**
J		Rateio Inadimplencia Mai/17	03/05/2017	R$	857,00	857,00	17,14	319,37	93,64	**1.287,15**
J	00006856	Condomínio Ordinário Jun/17	03/06/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.428,11	431,80	**5.890,95**
J		Fundo de Reserva Jun/17	03/06/2017	R$	231,00	231,00	4,62	83,48	25,24	**344,34**
J		Prov. 13o. Salário Jun/17	03/06/2017	R$	385,00	385,00	7,70	139,13	42,07	**573,90**
J		Rateio Inadimplencia Jun/17	03/06/2017	R$	857,00	857,00	17,14	309,69	93,64	**1.277,47**
J	00006857	Condomínio Ordinário Jul/17	03/07/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.381,13	424,23	**5.836,40**
J		Fundo de Reserva Jul/17	03/07/2017	R$	231,00	231,00	4,62	80,73	24,80	**341,15**
J		Prov. 13o. Salário Jul/17	03/07/2017	R$	385,00	385,00	7,70	134,55	41,33	**568,58**
J		Rateio Inadimplencia Jul/17	03/07/2017	R$	857,00	857,00	17,14	299,50	91,99	**1.265,63**
J	00006858	Condomínio Ordinário Ago/17	03/08/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.336,58	424,23	**5.791,85**
J		Fundo de Reserva Ago/17	03/08/2017	R$	231,00	231,00	4,62	78,13	24,80	**338,55**
J		Prov. 13o. Salário Ago/17	03/08/2017	R$	385,00	385,00	7,70	130,21	41,33	**564,24**
J		Rateio Inadimplencia Ago/17	03/08/2017	R$	857,00	857,00	17,14	289,84	91,99	**1.255,97**
J	00006859	Condomínio Ordinário Set/17	03/09/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.292,03	424,23	**5.747,30**
J		Fundo de Reserva Set/17	03/09/2017	R$	231,00	231,00	4,62	75,52	24,80	**335,94**
J		Prov. 13o. Salário Set/17	03/09/2017	R$	385,00	385,00	7,70	125,87	41,33	**559,90**
J		Rateio Inadimplencia Set/17	03/09/2017	R$	857,00	857,00	17,14	280,18	91,99	**1.246,31**
J	00006860	Condomínio Ordinário Out/17	03/10/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.242,88	407,80	**5.681,72**
J		Fundo de Reserva Out/17	03/10/2017	R$	231,00	231,00	4,62	72,65	23,84	**332,11**
J		Prov. 13o. Salário Out/17	03/10/2017	R$	385,00	385,00	7,70	121,08	39,73	**553,51**
J		Rateio Inadimplencia Out/17	03/10/2017	R$	857,00	857,00	17,14	269,52	88,43	**1.232,09**
J	00006861	Condomínio Ordinário Nov/17	03/11/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.196,33	399,83	**5.627,20**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593E9.

Relatório Débitos Atualizado

20/02/2020

Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR

Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman

Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006861	Fundo de Reserva Nov/17	03/11/2017	R$	231,00	231,00	4,62	69,93	23,37	**328,92**
J		Prov. 13o. Salário Nov/17	03/11/2017	R$	385,00	385,00	7,70	116,55	38,95	**548,20**
J		Rateio Inadimplencia Nov/17	03/11/2017	R$	857,00	857,00	17,14	259,43	86,70	**1.220,27**
J	00006862	Condomínio Ordinário Dez/17	03/12/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.149,04	388,34	**5.568,42**
J		Fundo de Reserva Dez/17	03/12/2017	R$	231,00	231,00	4,62	67,16	22,70	**325,48**
J		Prov. 13o. Salário Dez/17	03/12/2017	R$	385,00	385,00	7,70	111,94	37,83	**542,47**
J		Rateio Inadimplencia Dez/17	03/12/2017	R$	857,00	857,00	17,14	249,17	84,21	**1.207,52**
J	00007716	Condomínio Ordinário Jan/18	03/01/2018	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.102,31	378,20	**5.511,55**
J		Fundo de Reserva Jan/18	03/01/2018	R$	231,00	231,00	4,62	64,43	22,11	**322,16**
J		Prov. 13o. Salário Jan/18	03/01/2018	R$	385,00	385,00	7,70	107,39	36,84	**536,93**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2018	R$	857,00	857,00	17,14	239,04	82,01	**1.195,19**
J	00007717	Condomínio Ordinário Fev/18	03/02/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.402,72	491,70	**7.247,38**
J		Fundo de Reserva Fev/18	03/02/2018	R$	257,00	257,00	5,14	68,69	24,08	**354,91**
J		Prov. 13o. Salário Fev/18	03/02/2018	R$	437,00	437,00	8,74	116,80	40,94	**603,48**
J		Rateio Inadimplencia Fev/18	03/02/2018	R$	557,00	557,00	11,14	148,88	52,19	**769,21**
J	00007719	Condomínio Ordinário Mar/18	03/03/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.343,33	487,61	**7.183,90**
J		Fundo de Reserva Mar/18	03/03/2018	R$	257,00	257,00	5,14	65,78	23,88	**351,80**
J		Prov. 13o. Salário Mar/18	03/03/2018	R$	437,00	437,00	8,74	111,86	40,60	**598,20**
J		Rateio Inadimplencia Mar/18	03/03/2018	R$	557,00	557,00	11,14	142,57	51,75	**762,46**
J	00007720	Condomínio Ordinário Abr/18	03/04/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.282,23	475,37	**7.110,56**
J		Fundo de Reserva Abr/18	03/04/2018	R$	257,00	257,00	5,14	62,79	23,28	**348,21**
J		Prov. 13o. Salário Abr/18	03/04/2018	R$	437,00	437,00	8,74	106,77	39,58	**592,09**
J		Rateio Inadimplencia Abr/18	03/04/2018	R$	557,00	557,00	11,14	136,09	50,45	**754,68**
J	00007721	Condomínio Ordinário Mai/18	03/05/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.218,71	450,42	**7.022,09**
J		Fundo de Reserva Mai/18	03/05/2018	R$	257,00	257,00	5,14	59,68	22,06	**343,88**
J		Prov. 13o. Salário Mai/18	03/05/2018	R$	437,00	437,00	8,74	101,48	37,51	**584,73**
J		Rateio Inadimplencia Mai/18	03/05/2018	R$	557,00	557,00	11,14	129,35	47,81	**745,30**
J	00007722	Condomínio Ordinário Jun/18	03/06/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.144,31	368,60	**6.865,87**
J		Fundo de Reserva Jun/18	03/06/2018	R$	257,00	257,00	5,14	56,04	18,05	**336,23**
J		Prov. 13o. Salário Jun/18	03/06/2018	R$	437,00	437,00	8,74	95,29	30,69	**571,72**
J		Rateio Inadimplencia Jun/18	03/06/2018	R$	557,00	557,00	11,14	121,45	39,12	**728,71**
J	00007723	Condomínio Ordinário Jul/18	03/07/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.084,39	354,33	**6.791,68**
J		Fundo de Reserva Jul/18	03/07/2018	R$	257,00	257,00	5,14	53,10	17,35	**332,59**
J		Prov. 13o. Salário Jul/18	03/07/2018	R$	437,00	437,00	8,74	90,30	29,51	**565,55**
J		Rateio Inadimplencia Jul/18	03/07/2018	R$	557,00	557,00	11,14	115,09	37,61	**720,84**
J	00007724	Condomínio Ordinário Ago/18	03/08/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.027,31	354,33	**6.734,60**
J		Fundo de Reserva Ago/18	03/08/2018	R$	257,00	257,00	5,14	50,31	17,35	**329,80**
J		Prov. 13o. Salário Ago/18	03/08/2018	R$	437,00	437,00	8,74	85,55	29,51	**560,80**
J		Rateio Inadimplencia Ago/18	03/08/2018	R$	557,00	557,00	11,14	109,04	37,61	**714,79**
J	00007725	Condomínio Ordinário Set/18	03/09/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	967,34	337,26	**6.657,56**
J		Fundo de Reserva Set/18	03/09/2018	R$	257,00	257,00	5,14	47,37	16,52	**326,03**
J		Prov. 13o. Salário Set/18	03/09/2018	R$	437,00	437,00	8,74	80,55	28,08	**554,37**
J		Rateio Inadimplencia Set/18	03/09/2018	R$	557,00	557,00	11,14	102,67	35,80	**706,61**
J	00007726	Condomínio Ordinário Out/18	03/10/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	906,81	314,59	**6.574,36**
J		Fundo de Reserva Out/18	03/10/2018	R$	257,00	257,00	5,14	44,41	15,41	**321,96**
J		Prov. 13o. Salário Out/18	03/10/2018	R$	437,00	437,00	8,74	75,51	26,20	**547,45**
J		Rateio Inadimplencia Out/18	03/10/2018	R$	557,00	557,00	11,14	96,24	33,39	**697,77**
J	00007727	Condomínio Ordinário Nov/18	03/11/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	850,13	314,59	**6.517,68**
J		Fundo de Reserva Nov/18	03/11/2018	R$	257,00	257,00	5,14	41,63	15,41	**319,18**
J		Prov. 13o. Salário Nov/18	03/11/2018	R$	437,00	437,00	8,74	70,79	26,20	**542,73**
J		Rateio Inadimplencia Nov/18	03/11/2018	R$	557,00	557,00	11,14	90,23	33,39	**691,76**
J	00007728	Condomínio Ordinário Dez/18	03/12/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	792,35	306,67	**6.451,98**
J		Fundo de Reserva Dez/18	03/12/2018	R$	257,00	257,00	5,14	38,80	15,02	**315,96**
J		Prov. 13o. Salário Dez/18	03/12/2018	R$	437,00	437,00	8,74	65,98	25,54	**537,26**
J		Rateio Inadimplencia Dez/18	03/12/2018	R$	557,00	557,00	11,14	84,10	32,55	**684,79**
J	00007729	Condomínio Ordinário Jan/19	03/01/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	733,11	286,37	**6.372,44**
J		Fundo de Reserva - Jan/19	03/01/2019	R$	257,00	257,00	5,14	35,90	14,02	**312,06**
J		Prov. 13o. Salário Jan/19	03/01/2019	R$	437,00	437,00	8,74	61,05	23,85	**530,64**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2019	R$	557,00	557,00	11,14	77,81	30,39	**676,34**
J	00007730	Condomínio Ordinário Fev/19	03/02/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	673,08	256,08	**6.282,12**
J		Fundo de Reserva Fev/19	03/02/2019	R$	257,00	257,00	5,14	32,96	12,54	**307,64**
J		Prov. 13o. Salário Fev/19	03/02/2019	R$	437,00	437,00	8,74	56,05	21,32	**523,11**
J		Rateio Inadimplencia Fev/19	03/02/2019	R$	557,00	557,00	11,14	71,44	27,18	**666,76**
J		Rescisão Funcionário parc1/1	03/02/2019	R$	1.464,00	1.464,00	29,28	187,77	71,44	**1.752,49**
J	00007731	Condomínio Ordinário Mar/19	03/03/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	612,28	213,22	**6.178,46**
J		Fundo de Reserva Mar/19	03/03/2019	R$	257,00	257,00	5,14	29,98	10,44	**302,56**
J		Prov. 13o. Salário Mar/19	03/03/2019	R$	437,00	437,00	8,74	50,98	17,75	**514,47**
J		Rateio Inadimplencia Mar/19	03/03/2019	R$	557,00	557,00	11,14	64,98	22,63	**655,75**
J	00007732	Condomínio Ordinário Abr/19	03/04/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	553,30	180,02	**6.086,28**
J		Fundo de Reserva Abr/19	03/04/2019	R$	257,00	257,00	5,14	27,10	8,82	**298,06**
J		Prov. 13o. Salário Abr/19	03/04/2019	R$	437,00	437,00	8,74	46,07	14,99	**506,80**
J		Rateio Inadimplencia Abr/19	03/04/2019	R$	557,00	557,00	11,14	58,73	19,11	**645,98**
J	00032705	Condomínio Mai/2019	03/05/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	495,00	147,02	**5.994,98**
J		Fundo de Reserva Mai/2019	03/05/2019	R$	257,00	257,00	5,14	24,24	7,20	**293,58**
J		Prov 13/Férias - Mai/2019	03/05/2019	R$	437,00	437,00	8,74	41,22	12,24	**499,20**
J		Rateio Inadimplência Mai/19	03/05/2019	R$	557,00	557,00	11,14	52,54	15,60	**636,28**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593E9.

Relatório Débitos Atualizado

20/02/2020

Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR

Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman

Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00015635	CONDOMÍNIO JUNHO/2019	03/06/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	439,42	138,81	**5.932,21**
J		FD. RESERVA JUNHO/2019	03/06/2019	R$	257,00	257,00	5,14	21,52	6,80	**290,46**
J		13º/FÉRIAS JUNHO/2019	03/06/2019	R$	438,00	438,00	8,76	36,67	11,58	**495,01**
J		RAT INADIMPL JUNHO/2019	03/06/2019	R$	558,00	558,00	11,16	46,71	14,76	**630,63**
J	00040712	CONDOMÍNIO JULHO/2019	03/07/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	384,46	138,26	**5.876,70**
J		FD. RESERVA JULHO/2019	03/07/2019	R$	257,00	257,00	5,14	18,82	6,77	**287,73**
J		13º/FÉRIAS JULHO/2019	03/07/2019	R$	438,00	438,00	8,76	32,08	11,54	**490,38**
J		RAT INADIMPL JULHO/2019	03/07/2019	R$	558,00	558,00	11,16	40,87	14,70	**624,73**
J	00048863	CONDOMÍNIO AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	329,21	132,77	**5.815,96**
J		FD. RESERVA AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	257,00	257,00	5,14	16,12	6,50	**284,76**
J		13º/FÉRIAS AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	438,00	438,00	8,76	27,47	11,08	**485,31**
J		RAT INADIMPL AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	558,00	558,00	11,16	35,00	14,11	**618,27**
J	00058272	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	274,01	126,20	**5.754,19**
J		FD. RESERVA SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	257,00	257,00	5,14	13,42	6,18	**281,74**
J		13º/FÉRIAS SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	438,00	438,00	8,76	22,86	10,53	**480,15**
J		RAT INADIMPL SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	558,00	558,00	11,16	29,13	13,42	**611,71**
	00067514	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	219,21	126,20	**5.699,39**
		FD. RESERVA OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	257,00	257,00	5,14	10,73	6,18	**279,05**
		13º/FÉRIAS OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	438,00	438,00	8,76	18,29	10,53	**475,58**
		RAT INADIMPL OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	558,00	558,00	11,16	23,30	13,42	**605,88**
	00076013	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	164,34	124,00	**5.642,32**
		FD. RESERVA NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	257,00	257,00	5,14	8,05	6,07	**276,26**
		13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	438,00	438,00	8,76	13,71	10,35	**470,82**
		RAT INADIMPL NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	558,00	558,00	11,16	17,47	13,18	**599,81**
	00083012	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	108,97	94,58	**5.557,53**
		FD. RESERVA DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	257,00	257,00	5,14	5,34	4,63	**272,11**
		13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	438,00	438,00	8,76	9,09	7,89	**463,74**
		RAT INADIMPL DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	558,00	558,00	11,16	11,58	10,05	**590,79**
	00090420	CONDOMÍNIO JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	54,19	65,32	**5.473,49**
		FD. RESERVA JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	257,00	257,00	5,14	2,65	3,20	**267,99**
		13º/FÉRIAS JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	438,00	438,00	8,76	4,52	5,45	**456,73**
		RAT INADIMPL JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	558,00	558,00	11,16	5,76	6,94	**581,86**
	00099542	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	0,00	0,00	**5.353,98**
		FD. RESERVA FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	257,00	257,00	5,14	0,00	0,00	**262,14**
		13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	438,00	438,00	8,76	0,00	0,00	**446,76**
		RAT INADIMPL FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	558,00	558,00	11,16	0,00	0,00	**569,16**
			Subtotal:		**396.588,32**	**396.588,32**	**7.931,76**	**151.393,16**	**51.715,20**	**607.628,44**
			Total geral:							**607.628,44**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2020 às 16:31 , sob o número WJMJ20402460715
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8A593E9.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Oficie-se aos Juízos das 33ª Vara Cível Central e 39ª Vara Cível Central solicitando penhora até o valor de R$668.391,28 (atualizado até fevereiro/2020), no rosto do autos de nº 0207822-67.2011.8.26.0100 (39ª Vara) em que são partes: Dissei Engenharia e Construções Ltda e Construtora Wasserman S/A; e nos autos de nº 0215884-33.2010.8.26.0100 (33ª Vara) em que são partes: Condomínio Edifício Opus D`Art e Construtora Wasserman S/A. Na mesma oportunidade, solicite-se transferência do referido valor para conta de depósito judicial no Banco do Brasil S/A, vinculada a estes autos e à disposição desta 31ª Vara Cível.

Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como OFÍCIO, cabendo ao(à) exequente encaminhar e comprovar nos autos. Facultado ainda, ao exequente, instruir esta com planilha atualizada do débito.

Intime-se.

São Paulo, 12 de março de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 12/03/2020 às 13:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8C1707A.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0114/2020, foi disponibilizado na página 733/745 do Diário da Justiça Eletrônico em 16/03/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Oficie-se aos Juízos das 33ª Vara Cível Central e 39ª Vara Cível Central solicitando penhora até o valor de R$668.391,28 (atualizado até fevereiro/2020), no rosto do autos de nº 0207822-67.2011.8.26.0100 (39ª Vara) em que são partes: Dissei Engenharia e Construções Ltda e Construtora Wasserman S/A; e nos autos de nº 0215884-33.2010.8.26.0100 (33ª Vara) em que são partes: Condomínio Edifício Opus D`Art e Construtora Wasserman S/A. Na mesma oportunidade, solicite-se transferência do referido valor para conta de depósito judicial no Banco do Brasil S/A, vinculada a estes autos e à disposição desta 31ª Vara Cível. Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como OFÍCIO, cabendo ao(à) exequente encaminhar e comprovar nos autos. Facultado ainda, ao exequente, instruir esta com planilha atualizada do débito. Intime-se."

SÃO PAULO, 16 de março de 2020.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 16/03/2020 às 12:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8C631C6.

YAMAMOTO
ADVOGADOS
ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP

Autos do Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO, ex patrono do Exequente, infra-assinado nos autos da ação epigrafada, que lhe move **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR,** em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN**, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, tendo em vista o pedido de reserva de honorários feito por este subscritor às fls. 260, discorrer e requerer o abaixo exposto:

De prima, em razão da revogação de seus poderes nestes autos, este subscritor requereu às fls. 260, a reserva dos honorários sucumbenciais no importe de 2/3 (dois terços) sobre o valor total da presente demanda, contudo, Vossa Excelência na r. decisão proferida às fls. 261, determinou que para avaliação do pedido de reserva dos honorários seria necessário a juntada do termo de rescisão da outorga processual, termo este que já juntado aos autos às fls. 263/264.

Entretanto, nota-se que apesar deste patrono ter atendido a determinação feita por Vossa Excelência, o pedido de reserva de honorários ainda não foi apreciado, desta feita, reitera-se a petição protocolada às fls.260, requerendo a reserva dos honorários sucumbenciais deste patrono no importe de 2/3 do valor da presente ação.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 17 de março de 2020.

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/SP Nº3979

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO
OAB/SP 125.394

Rua Libero Badaró, Nº 158 – 4º andar – São Paulo – CEP. 01008-904
TEL: (011) 3107-3831
EMAIL: contato@yamamotoadvogados.com.br
www.yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2020 às 12:42 , sob o número WJMJ20404105742
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8CE942A.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção a r. decisão de fl. 341, comprovar a distribuição do Ofício referente a penhora no rosto dos autos nos processos n. 0207822-67.2011.8.26.0100, da 39ª Vara Cível do Foro Central (Doc.01) e 0215884-33.2010.8.26.0100, da 33ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP (Doc. 02), ambos instruídos com a planilha de débitos atualizada.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 24 de março de 2020.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2020 às 14:43 , sob o número WJMJ20404113591
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8CEB411.

CÓPIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Processo n. 0207822-67.2011.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, terceiro interessado que move **Ação de Execução de Título Extrajudicial** em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A e ISAAC DANIEL WASSERMAN**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o quanto segue:

A Requerente, Condomínio Edifício Maison Mont Clair, move ação de Execução de Título Extrajudicial em face de Issac Daniel Wasserman e Construtora Wasserman S.A., processo **1008880-28.2018.8.26.0100, em curso perante a 31ª Vara desse foro Central.**

Naqueles autos foi determinada a **penhora no rosto dos autos** deste processo até o limite da dívida atualizado até fevereiro de 2020, qual seja, R$668.391,28 (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), conforme decisão anexa (Doc. 01) e a transferência do referido valor à conta judicial vinculada ao referido processo.

Por fim, e de acordo com o contido no Ofício anexo, a Requerente apresenta os cálculos atualizados do valor a ser penhorado, acompanhado da planilha de cálculo (Doc. 02):

Débitos Atualizados (mar/2020): R$618.822,80
10% de honorários (art. 827 do CPC): R$61.882,28
Total = R$680.705,08

Isto posto, requer a juntada com urgência do Oficio anexo para fins de efetivação da ordem de penhora no rosto dos autos ali contida, nos termos do art. 860 do CPC, referente aos créditos da construtora Wasserman, instruída com a anexa planilha de atualização dos cálculos até o valor de R$680.705,08 (seiscentos e oitenta mil, setecentos e cinco reais e oito centavos) e a transferência do referido valor à conta vinculada ao processo 1008880-28.2018.8.26.0100 da 31ª Vara deste Foro Central.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 16 de março de 2020.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

39ºOF. CIVEL CENTRAL 16/MAR/2020 16:23 002709

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2020 às 14:43 , sob o número WJMJ20404113591
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8CEB416.

CÓPIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Processo n. 0215884-33.2010.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, terceiro interessado que move **Ação de Execução de Título Extrajudicial** em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A e ISAAC DANIEL WASSERMAN**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requer o quanto segue:

A Requerente, Condomínio Edifício Maison Mont Clair, move ação de Execução de Título Extrajudicial em face de Issac Daniel Wasserman e Construtora Wasserman S.A., processo **1008880-28.2018.8.26.0100, em curso perante a 31ª Vara desse foro Central.**

Naqueles autos foi determinada a **penhora no rosto dos autos** deste processo até o limite da dívida atualizado até fevereiro de 2020, qual seja, R$668.391,28 (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), conforme decisão anexa (Doc. 01) e a transferência do referido valor à conta judicial vinculada ao referido processo.

Por fim, e de acordo com o contido no Ofício anexo, a Requerente apresenta os cálculos atualizados do valor a ser penhorado, acompanhado da planilha de cálculo (Doc. 02):

Débitos Atualizados (mar/2020): R$618.822,80
10% de honorários (art. 827 do CPC): R$61.882,28
Total = R$680.705,08

Isto posto, requer a juntada com urgência do Oficio anexo para fins de efetivação da ordem de penhora no rosto dos autos ali contida, nos termos do art. 860 do CPC, referente aos créditos da construtora Wasserman, instruída com a anexa planilha de atualização dos cálculos até o valor de R$680.705,08 (seiscentos e oitenta mil, setecentos e cinco reais e oito centavos) e a transferência do referido valor à conta vinculada ao processo 1008880-28.2018.8.26.0100 da 31ª Vara deste Foro Central.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 16 de março de 2020.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

UPJ 4 16/MAR/2020 16:33 000817

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2020 às 14:43 , sob o número WJMJ20404113591
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8CEB419.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 343: A reserva de honorários será apreciada futuramente no momento da finalização do processo.

Alerto ao patrono que ainda não há nos autos nenhum valor a ser levantamento pelo exequente.

Fls. 344: Aguarde-se eventual transferência.

Intime-se.

São Paulo, 27 de março de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 27/03/2020 às 12:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8D19567.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0131/2020, foi disponibilizado na página 782/806 do Diário da Justiça Eletrônico em 02/04/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 343: A reserva de honorários será apreciada futuramente no momento da finalização do processo. Alerto ao patrono que ainda não há nos autos nenhum valor a ser levantamento pelo exequente. Fls. 344: Aguarde-se eventual transferência. Intime-se."

SÃO PAULO, 2 de abril de 2020.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 02/04/2020 às 10:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 8D85F2E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Justiça Gratuita

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, cumulado com o artigo 152, VI, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Manifeste(m)-se o(s) exequente(s) em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. Nada Mais. São Paulo, 04 de dezembro de 2020. Eu, ___, Mila Hiromi Wauke, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MILA HIROMI WAUKE, liberado nos autos em 04/12/2020 às 14:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A29721B.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0400/2020, foi disponibilizado na página 1407/1426 do Diário da Justiça Eletrônico em 10/12/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Manifeste(m)-se o(s) exequente(s) em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias."

SÃO PAULO, 10 de dezembro de 2020.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 10/12/2020 às 09:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A2DB658.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A** e **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao r. despacho de fls. 349, expor e requerer o quanto segue.

I. CITAÇÃO E INCLUSÃO DA ESPOSA DO COEXECUTADO PESSOA FÍSICA COMO MEDIDA PARA A PENHORA DO IMÓVEL (BEM DE FAMÍLIA)

Os débitos em execução, relativos às contribuições condominiais do imóvel objeto da matrícula nº 84.810, do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo (unidade autônoma em edifício edilício), amontam hoje mais de **R$739.984,42** (sobre os quais ainda incidem os acréscimos processuais) (doc. 01).

Esclareça-se que, até o presente momento, esta execução é movida em face de:

(a) Construtora Wasserman S/A, na qualidade de *sucessora legal* (por incorporação societária) da proprietária registrada do imóvel (cf. documentos de fls. 29-36 e matrícula anexa) (doc. 02) que, citada, manteve-se inerte (fls. 274-275); e

(b) Isaac Daniel Wasserman, possuidor da unidade, ocupada a título de residência de sua família, e a quem foi atribuído o imóvel como pagamento de haveres em razão de sua retirada da sociedade **COEXECUTADA** (fls. 37-39), momento em que ele foi investido na posse definitiva (por *traditio brevi manu*) e exclusiva do bem que já ocupava, sem, no entanto, ter sido operada a transferência da propriedade por meio de registro. Citado, o **COEXECUTADO** pessoa física apresentou Embargos à Execução, os quais foram improvidos, com trânsito em julgado em 25/07/2019 (autos nº 1116342-44.2018.8.26.010),

Diante da situação juridicamente ambivalente, ambos (proprietário registrado **e** ocupante/morador) são reputados **codevedores solidários** pela jurisprudência[1], uma vez que as contribuições condominiais têm natureza de obrigação *propter rem* e, a despeito da ausência de registro, os moradores ocupam o imóvel com ânimo definitivo e com justo título.

Contudo, o **COEXECUTADO** pessoa física **é casado**, utilizando o bem imóvel como moradia sua e de sua família. Em 18/06/2020, o casal de moradores Isaac Daniel Wasserman e Tânia Wasserman celebraram com o **EXEQUENTE** um Instrumento **Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças** (doc. 03), no qual reconhecem sua responsabilidade conjunta e solidária sobre os débitos ora em execução (vide Considerandos e Cláusula 1ª).

[1] STJ, REsp 1.345.331/RS, 2ª Seção, Min. Luis Felipe Salomão, j. 08/04/2015: "No ponto, releva notar que as despesas condominiais, compreendidas como obrigações *propter rem*, são de responsabilidade daquele que detém a qualidade de proprietário da unidade imobiliária, ou ainda pelo titular de um dos aspectos da propriedade, tais como a posse, o gozo ou a fruição, desde que esse tenha estabelecido relação jurídica direta com o condomínio"; STJ, REsp 1.704.498 – SP, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 17/04/2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96CE.

Igualmente, informam no referido instrumento de Confissão de Dívidas que têm buscado o reconhecimento da aquisição da propriedade do imóvel por meio procedimento extrajudicial de usucapião.

Assim, nos termos do art. 73, §1º, I, III e IV, e art. 790, IV, do CPC, é necessária **a citação** de **TANIA WASSERMAN**, na qualidade de **cônjuge** do **COEXECUTADO ISAAC** e **coabitante** do imóvel, devedora solidária das contribuições condominiais (nos termos, inclusive, do instrumento anexo), para que passe a integrar a presente execução, a fim de que seja possível **a penhora do imóvel** para satisfação do crédito do **EXEQUENTE**.

II. DA PENHORA DO IMÓVEL POR DÍVIDA *PROPTER REM* (CONTRIBUIÇÃO CONDOMINIAL)

Citada **TANIA WASSERMAN** e, não pagando ou nomeando outros bens à penhora, requer o **EXEQUENTE** seja penhorado o imóvel objeto da matrícula nº 84.810, do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, cujas contribuições condominiais são objeto da presente execução;

Em razão da natureza *propter rem* da dívida exequenda, e da exceção prevista no art. 3º, IV, da Lei 8.009/1990, a jurisprudência tem sido firme[2] no sentido de estar **afastada a impenhorabilidade do imóvel bem de família**, uma vez que se trata de execução das contribuições condominiais que aproveita também o direito de moradia dos demais condôminos, o que justifica a constitucionalidade da exceção legal, nos termos do art. 1.336, II, do CC/02 e art. 12 da Lei 4.591/1964.

Por fim, ainda que haja averbação premonitória na Av-01 da matrícula (que não se confunde com a penhora), e em vistas do art. 958 e art. 961, do CC, o crédito ora exequendo goza de privilégio sobre quaisquer outros, por se tratar de crédito real. De qualquer forma, sendo realizada a penhora do imóvel, o **EXEQUENTE** providenciará a oportuna intimação dos credores a que se referem à referida averbação premonitória, para que não haja também qualquer alegação futura de nulidade.

Pelo exposto, requer:

a) a **citação** de **TANIA WASSERMAN**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.845.452-0 SSP/SP, inscrita no CPMF/MF sob o nº 148.432.458-79, com domicílio na Rua Maranhão, nº 202, 12º andar, apartamento 121, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240-000, **pela via postal**, conforme custas recolhidas nesse sentido (doc. 04), nos termos dos art. 73, §1º, I, III e IV, e art. 790, IV, e art. 827 e ss. do CPC, para que pague o valor de **R$739.984,42** (débitos condominiais), acrescidos de honorários advocatícios de 10%;

b) caso não pague, nem nomeie outros bens legítimos à penhora, que seja então penhorado eletronicamente o imóvel objeto da matrícula nº 84.810, do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, cujas contribuições condominiais são objeto da presente execução, momento em que serão recolhidas as custas respectivas.

Termos em que
Pede deferimento.

São Paulo, 19 de janeiro de 2021.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

[2] STJ, AR 5.931, 2ª Seção, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, j. 09;/05/2018: "5. A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que é possível a penhora de bem de família quando a dívida é oriunda de cobrança de taxas e despesas condominiais". STF, AI 586908 / SP, Rel. Min, Marco Aurélio, j. 12/03/2009. A constitucionalidade da exceção pode ser arguida analogamente à *ratio decidendi* que levou à edição do Tema 295 de Repercussão Geral do STF, com base no julgamento anterior do RE 407.688 pelo Plenário, no sentido de que também o direito de moradia (art. 6º, *caput*, da CF, com redação da EC 26/2000) dos demais condôminos deve ser privilegiado ao se permitir a excussão do imóvel inadimplente em benefício do condomínio.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96CE.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 17/12/2020
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006812	Condomínio Ago/14	03/08/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	3.717,80	1.380,93	**8.609,64**
J		Fundo de Reserva Ago/14	03/08/2014	R$	160,38	160,38	3,21	173,23	64,34	**401,16**
J		Prov. 13º Salário Ago/14	03/08/2014	R$	300,21	300,21	6,00	324,25	120,44	**750,90**
J	00006823	Condomínio Set/14	03/09/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	3.650,99	1.357,07	**8.518,97**
J		Fundo de Reserva Set/14	03/09/2014	R$	160,38	160,38	3,21	170,12	63,23	**396,94**
J		Prov. 13º Salário Set/14	03/09/2014	R$	300,21	300,21	6,00	318,43	118,36	**743,00**
J	00006824	Condomínio - Out/14	03/10/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	4.239,18	1.581,30	**9.967,80**
J		Fundo de Reserva - Out/14	03/10/2014	R$	196,00	196,00	3,92	204,35	76,23	**480,50**
J		Prov. 13o. Salário Out/14	03/10/2014	R$	308,00	308,00	6,16	321,12	119,78	**755,06**
J		Fundo de Obras pc.1/6	03/10/2014	R$	500,00	500,00	10,00	521,29	194,45	**1.225,74**
J	00006825	Condomínio - Nov/14	03/11/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	4.159,84	1.551,09	**9.858,25**
J		Fundo de Reserva - Nov/14	03/11/2014	R$	196,00	196,00	3,92	200,52	74,77	**475,21**
J		Prov. 13o. Salário Nov/14	03/11/2014	R$	308,00	308,00	6,16	315,11	117,50	**746,77**
J		Fundo de Obras pc.2/6	03/11/2014	R$	500,00	500,00	10,00	511,54	190,74	**1.212,28**
J	00006826	Condomínio - Dez/14	03/12/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	4.077,58	1.515,98	**9.740,88**
J		Fundo de Reserva - Dez/14	03/12/2014	R$	196,00	196,00	3,92	196,56	73,08	**469,56**
J		Prov. 13o. Salário Dez/14	03/12/2014	R$	308,00	308,00	6,16	308,88	114,84	**737,88**
J		Fundo de Obras pc.3/6	03/12/2014	R$	500,00	500,00	10,00	501,42	186,42	**1.197,84**
J	00006827	Condomínio - Jan/15	03/01/2015	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	3.962,30	1.433,39	**9.543,01**
J		Fundo de Reserva - Jan/15	03/01/2015	R$	196,00	196,00	3,92	191,00	69,10	**460,02**
J		Prov. 13o. Salário Jan/15	03/01/2015	R$	308,00	308,00	6,16	300,15	108,58	**722,89**
J		Fundo de Obras pc.4/6	03/01/2015	R$	500,00	500,00	10,00	487,25	176,27	**1.173,52**
J	00006828	Condomínio Fev/15	03/02/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	5.297,73	1.878,62	**12.865,91**
J		Fundo de Reserva Fev/15	03/02/2015	R$	231,00	231,00	4,62	219,39	77,80	**532,81**
J		Prov. 13o. Salário Fev/15	03/02/2015	R$	385,00	385,00	7,70	365,65	129,66	**888,01**
J	00006829	Condomínio Mar/15	03/03/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	5.144,36	1.766,04	**12.599,96**
J		Fundo de Reserva Mar/15	03/03/2015	R$	231,00	231,00	4,62	213,04	73,14	**521,80**
J		Prov. 13o. Salário Mar/15	03/03/2015	R$	385,00	385,00	7,70	355,07	121,89	**869,66**
J	00006830	Condomínio Abr/15	03/04/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	5.034,07	1.713,48	**12.437,11**
J		Fundo de Reserva Abr/15	03/04/2015	R$	231,00	231,00	4,62	208,47	70,96	**515,05**
J		Prov. 13o. Salário Abr/15	03/04/2015	R$	385,00	385,00	7,70	347,46	118,27	**858,43**
J	00006831	Condomínio - Mai/15	03/05/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.479,73	1.162,58	**8.673,35**
J		Fundo de Reserva - Mai/15	03/05/2015	R$	231,00	231,00	4,62	203,39	67,95	**506,96**
J		Prov. 13o. Salário Mai/15	03/05/2015	R$	385,00	385,00	7,70	338,99	113,26	**844,95**
J		Rateio Inadimplência Mai/15	03/05/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.432,57	478,62	**3.570,73**
J	00006832	Condomínio Jun/15	03/06/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.401,59	1.122,89	**8.555,52**
J		Fundo de Reserva Jun/15	03/06/2015	R$	231,00	231,00	4,62	198,83	65,63	**500,08**
J		Prov. 13o. Salário Jun/15	03/06/2015	R$	385,00	385,00	7,70	331,38	109,39	**833,47**
J		Rateio Inadimplencia Jun/15	03/06/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.400,40	462,28	**3.522,22**
J	00006833	Condomínio Jul/15	03/07/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.330,74	1.093,17	**8.454,95**
J		Fundo de Reserva Jul/15	03/07/2015	R$	231,00	231,00	4,62	194,69	63,90	**494,21**
J		Prov. 13o. Salário Jul/15	03/07/2015	R$	385,00	385,00	7,70	324,48	106,50	**823,68**
J		Rateio Inadimplência Jul/15	03/07/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.371,23	450,05	**3.480,82**
J	00006834	Condomínio Ago/15	03/08/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.271,32	1.080,40	**8.382,76**
J		Fundo de Reserva Ago/15	03/08/2015	R$	231,00	231,00	4,62	191,21	63,15	**489,98**
J		Prov. 13o. Salário Ago/15	03/08/2015	R$	385,00	385,00	7,70	318,69	105,25	**816,64**
J		Rateio Inadimplência Ago/15	03/08/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.346,77	444,79	**3.451,10**
J	00006835	Condomínio Set/15	03/09/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.203,87	1.054,46	**8.289,37**
J		Fundo de Reserva Set/15	03/09/2015	R$	231,00	231,00	4,62	187,27	61,63	**484,52**
J		Prov. 13o. Salário Set/15	03/09/2015	R$	385,00	385,00	7,70	312,11	102,72	**807,53**
J		Rateio Inadimplência Set/15	03/09/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.319,00	434,11	**3.412,65**
J	00006836	Condomínio Out/15	03/10/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.128,92	1.015,60	**8.175,56**
J		Fundo de Reserva Out/15	03/10/2015	R$	231,00	231,00	4,62	182,89	59,36	**477,87**
J		Prov. 13o. Salário Out/15	03/10/2015	R$	385,00	385,00	7,70	304,82	98,94	**796,46**
J		Rateio Inadimplência Out/15	03/10/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.288,14	418,11	**3.365,79**
J	00006837	Condomínio Nov/15	03/11/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.044,66	960,20	**8.035,90**
J		Fundo de Reserva Nov/15	03/11/2015	R$	231,00	231,00	4,62	177,96	56,12	**469,70**
J		Prov. 13o. Salário Nov/15	03/11/2015	R$	385,00	385,00	7,70	296,61	93,54	**782,85**
J		Rateio Inadimplência Nov/15	03/11/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.253,45	395,30	**3.308,29**
J	00006838	Condomínio Dez/15	03/12/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.968,03	915,68	**7.914,75**
J		Fundo de Reserva Dez/15	03/12/2015	R$	231,00	231,00	4,62	173,48	53,52	**462,62**
J		Prov. 13o. Salário Dez/15	03/12/2015	R$	385,00	385,00	7,70	289,14	89,20	**771,04**
J		Rateio Inadimplência Dez/15	03/12/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.221,91	376,98	**3.258,43**
J	00006839	Condomínio Jan/16	03/01/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.875,15	842,09	**7.748,28**
J		Fundo de Reserva Jan/16	03/01/2016	R$	231,00	231,00	4,62	168,06	49,22	**452,90**
J		Prov. 13o. Salário Jan/16	03/01/2016	R$	385,00	385,00	7,70	280,10	82,04	**754,84**
J		Rateio Inadimplência Jan/16	03/01/2016	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.183,67	346,68	**3.189,89**
J	00006840	Condomínio Fev/16	03/02/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.799,82	796,23	**7.627,09**
J		Fundo de Reserva Fev/16	03/02/2016	R$	231,00	231,00	4,62	163,65	46,54	**445,81**
J		Prov. 13o. Salário Fev/16	03/02/2016	R$	385,00	385,00	7,70	272,76	77,57	**743,03**
J		Rateio Inadimplência Fev/16	03/02/2016	R$	857,00	857,00	17,14	607,15	172,67	**1.653,96**
J	00006841	Condomínio Mar/16	03/03/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.739,49	775,09	**7.545,62**
J		Fundo de Reserva Mar/16	03/03/2016	R$	231,00	231,00	4,62	160,12	45,30	**441,04**
J		Prov. 13o. Salário Mar/16	03/03/2016	R$	385,00	385,00	7,70	266,88	75,51	**735,09**
J		Rateio Inadimplência Mar/16	03/03/2016	R$	857,00	857,00	17,14	594,07	168,08	**1.636,29**
J	00006842	Condomínio Abr/16	03/04/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.674,31	744,52	**7.449,87**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96D3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 17/12/2020
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006842	Fundo de Reserva Abr/16	03/04/2016	R$	231,00	231,00	4,62	156,32	43,52	**435,46**
J		Prov. 13o. Salário Abr/16	03/04/2016	R$	385,00	385,00	7,70	260,53	72,53	**725,76**
J		Rateio Inadimplência Abr/16	03/04/2016	R$	857,00	857,00	17,14	579,93	161,45	**1.615,52**
J	00006843	Condomínio Mai/16	03/05/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.601,07	698,18	**7.330,29**
J		Fundo de Reserva Mai/16	03/05/2016	R$	231,00	231,00	4,62	152,04	40,81	**428,47**
J		Prov. 13o. Salário Mai/16	03/05/2016	R$	385,00	385,00	7,70	253,40	68,02	**714,12**
J		Rateio Inadimplência Mai/16	03/05/2016	R$	857,00	857,00	17,14	564,05	151,40	**1.589,59**
J	00006844	Condomínio Jun/16	03/06/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.541,83	676,05	**7.248,92**
J		Fundo de Reserva Jun/16	03/06/2016	R$	231,00	231,00	4,62	148,58	39,52	**423,72**
J		Prov. 13o. Salário Jun/16	03/06/2016	R$	385,00	385,00	7,70	247,62	65,86	**706,18**
J		Rateio Inadimplência Jun/16	03/06/2016	R$	857,00	857,00	17,14	551,20	146,60	**1.571,94**
J	00006845	Condomínio Jul/16	03/07/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.478,89	646,12	**7.156,05**
J		Fundo de Reserva Jul/16	03/07/2016	R$	231,00	231,00	4,62	144,90	37,77	**418,29**
J		Prov. 13o. Salário Jul/16	03/07/2016	R$	385,00	385,00	7,70	241,49	62,94	**697,13**
J		Rateio Inadimplência Jul/16	03/07/2016	R$	857,00	857,00	17,14	537,55	140,11	**1.551,80**
J	00006846	Condomínio Ago/16	03/08/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.424,61	631,67	**7.087,32**
J		Fundo de Reserva Ago/16	03/08/2016	R$	231,00	231,00	4,62	141,72	36,92	**414,26**
J		Prov. 13o. Salário Ago/16	03/08/2016	R$	385,00	385,00	7,70	236,20	61,54	**690,44**
J		Rateio Inadimplência Ago/16	03/08/2016	R$	857,00	857,00	17,14	525,78	136,98	**1.536,90**
J	00006847	Condomínio Set/16	03/09/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.376,08	627,94	**7.035,06**
J		Fundo de Reserva Set/16	03/09/2016	R$	231,00	231,00	4,62	138,88	36,70	**411,20**
J		Prov. 13o. Salário Set/16	03/09/2016	R$	385,00	385,00	7,70	231,47	61,17	**685,34**
J		Rateio Inadimplência Set/16	03/09/2016	R$	857,00	857,00	17,14	515,26	136,17	**1.525,57**
J	00006848	Condomínio Out/16	03/10/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.325,54	620,03	**6.976,61**
J		Fundo de Reserva Out/16	03/10/2016	R$	231,00	231,00	4,62	135,93	36,24	**407,79**
J		Prov. 13o. Salário Out/16	03/10/2016	R$	385,00	385,00	7,70	226,55	60,40	**679,65**
J		Rateio Inadimplência Out/16	03/10/2016	R$	857,00	857,00	17,14	504,30	134,46	**1.512,90**
J	00006849	Condomínio Nov/16	03/11/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.277,43	616,78	**6.925,25**
J		Fundo de Reserva Nov/16	03/11/2016	R$	231,00	231,00	4,62	133,12	36,05	**404,79**
J		Prov. 13o. Salário Nov/16	03/11/2016	R$	385,00	385,00	7,70	221,87	60,09	**674,66**
J		Rateio Inadimplência Nov/16	03/11/2016	R$	857,00	857,00	17,14	493,87	133,75	**1.501,76**
J	00006850	Condomínio Dez/16	03/12/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.227,83	610,28	**6.869,15**
J		Fundo de Reserva Dez/16	03/12/2016	R$	231,00	231,00	4,62	130,22	35,67	**401,51**
J		Prov. 13o. Salário Dez/16	03/12/2016	R$	385,00	385,00	7,70	217,03	59,45	**669,18**
J		Rateio Inadimplência Dez/16	03/12/2016	R$	857,00	857,00	17,14	483,11	132,34	**1.489,59**
J	00006851	Condomínio Jan/17	03/01/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.172,30	590,87	**6.794,21**
J		Fundo de Reserva Jan/17	03/01/2017	R$	231,00	231,00	4,62	126,98	34,54	**397,14**
J		Prov. 13o. Salário Jan/17	03/01/2017	R$	385,00	385,00	7,70	211,62	57,56	**661,88**
J		Rateio Inadimplencia Jan/17	03/01/2017	R$	857,00	857,00	17,14	471,07	128,13	**1.473,34**
J	00006852	Condomínio Fev/17	03/02/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.120,99	579,80	**6.731,83**
J		Fundo de Reserva Fev/17	03/02/2017	R$	231,00	231,00	4,62	123,97	33,89	**393,48**
J		Prov. 13o. Salário Fev/17	03/02/2017	R$	385,00	385,00	7,70	206,62	56,48	**655,80**
J		Rateio Inadimplencia Fev/17	03/02/2017	R$	857,00	857,00	17,14	459,94	125,73	**1.459,81**
J	00006853	Condomínio Mar/17	03/03/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.068,26	565,09	**6.664,39**
J		Fundo de Reserva Mar/17	03/03/2017	R$	231,00	231,00	4,62	120,89	33,03	**389,54**
J		Prov. 13o. Salário Mar/17	03/03/2017	R$	385,00	385,00	7,70	201,49	55,05	**649,24**
J		Rateio Inadimplencia Mar/17	03/03/2017	R$	857,00	857,00	17,14	448,51	122,54	**1.445,19**
J	00006854	Condomínio Ordinário Abr/17	03/04/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.020,68	561,42	**6.613,14**
J		Fundo de Reserva Abr/2017	03/04/2017	R$	231,00	231,00	4,62	118,11	32,82	**386,55**
J		Prov. 13o. Salário Abr/2017	03/04/2017	R$	385,00	385,00	7,70	196,85	54,69	**644,24**
J		Rateio Inadimplência Abr/17	03/04/2017	R$	857,00	857,00	17,14	438,19	121,75	**1.434,08**
J	00006855	Condomínio Ordinário Mai/17	03/05/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.967,68	544,95	**6.543,67**
J		Fundo de Reserva Mai/17	03/05/2017	R$	231,00	231,00	4,62	115,01	31,85	**382,48**
J		Prov. 13o. Salário Mai/17	03/05/2017	R$	385,00	385,00	7,70	191,69	53,09	**637,48**
J		Rateio Inadimplencia Mai/17	03/05/2017	R$	857,00	857,00	17,14	426,69	118,17	**1.419,00**
J	00006856	Condomínio Ordinário Jun/17	03/06/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.921,92	544,95	**6.497,91**
J		Fundo de Reserva Jun/17	03/06/2017	R$	231,00	231,00	4,62	112,34	31,85	**379,81**
J		Prov. 13o. Salário Jun/17	03/06/2017	R$	385,00	385,00	7,70	187,23	53,09	**633,02**
J		Rateio Inadimplencia Jun/17	03/06/2017	R$	857,00	857,00	17,14	416,77	118,17	**1.409,08**
J	00006857	Condomínio Ordinário Jul/17	03/07/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.872,97	537,18	**6.441,19**
J		Fundo de Reserva Jul/17	03/07/2017	R$	231,00	231,00	4,62	109,48	31,40	**376,50**
J		Prov. 13o. Salário Jul/17	03/07/2017	R$	385,00	385,00	7,70	182,46	52,33	**627,49**
J		Rateio Inadimplencia Jul/17	03/07/2017	R$	857,00	857,00	17,14	406,16	116,49	**1.396,79**
J	00006858	Condomínio Ordinário Ago/17	03/08/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.827,29	537,18	**6.395,51**
J		Fundo de Reserva Ago/17	03/08/2017	R$	231,00	231,00	4,62	106,81	31,40	**373,83**
J		Prov. 13o. Salário Ago/17	03/08/2017	R$	385,00	385,00	7,70	178,01	52,33	**623,04**
J		Rateio Inadimplencia Ago/17	03/08/2017	R$	857,00	857,00	17,14	396,25	116,49	**1.386,88**
J	00006859	Condomínio Ordinário Set/17	03/09/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.781,61	537,18	**6.349,83**
J		Fundo de Reserva Set/17	03/09/2017	R$	231,00	231,00	4,62	104,14	31,40	**371,16**
J		Prov. 13o. Salário Set/17	03/09/2017	R$	385,00	385,00	7,70	173,56	52,33	**618,59**
J		Rateio Inadimplencia Set/17	03/09/2017	R$	857,00	857,00	17,14	386,35	116,49	**1.376,98**
J	00006860	Condomínio Ordinário Out/17	03/10/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.729,52	520,34	**6.280,90**
J		Fundo de Reserva Out/17	03/10/2017	R$	231,00	231,00	4,62	101,09	30,41	**367,12**
J		Prov. 13o. Salário Out/17	03/10/2017	R$	385,00	385,00	7,70	168,49	50,69	**611,88**
J		Rateio Inadimplencia Out/17	03/10/2017	R$	857,00	857,00	17,14	375,05	112,84	**1.362,03**
J	00006861	Condomínio Ordinário Nov/17	03/11/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.680,98	512,16	**6.224,18**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96D3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 17/12/2020
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00006861	Fundo de Reserva Nov/17	03/11/2017	R$	231,00	231,00	4,62	98,26	29,94	**363,82**
J		Prov. 13o. Salário Nov/17	03/11/2017	R$	385,00	385,00	7,70	163,76	49,89	**606,35**
J		Rateio Inadimplencia Nov/17	03/11/2017	R$	857,00	857,00	17,14	364,52	111,06	**1.349,72**
J	00006862	Condomínio Ordinário Dez/17	03/12/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.631,31	500,38	**6.162,73**
J		Fundo de Reserva Dez/17	03/12/2017	R$	231,00	231,00	4,62	95,35	29,25	**360,22**
J		Prov. 13o. Salário Dez/17	03/12/2017	R$	385,00	385,00	7,70	158,92	48,75	**600,37**
J		Rateio Inadimplencia Dez/17	03/12/2017	R$	857,00	857,00	17,14	353,75	108,51	**1.336,40**
J	00007716	Condomínio Ordinário Jan/18	03/01/2018	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	1.582,36	489,98	**6.103,38**
J		Fundo de Reserva Jan/18	03/01/2018	R$	231,00	231,00	4,62	92,49	28,64	**356,75**
J		Prov. 13o. Salário Jan/18	03/01/2018	R$	385,00	385,00	7,70	154,15	47,73	**594,58**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2018	R$	857,00	857,00	17,14	343,14	106,25	**1.323,53**
J	00007717	Condomínio Ordinário Fev/18	03/02/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.037,57	639,88	**8.030,41**
J		Fundo de Reserva Fev/18	03/02/2018	R$	257,00	257,00	5,14	99,78	31,34	**393,26**
J		Prov. 13o. Salário Fev/18	03/02/2018	R$	437,00	437,00	8,74	169,67	53,28	**668,69**
J		Rateio Inadimplencia Fev/18	03/02/2018	R$	557,00	557,00	11,14	216,26	67,91	**852,31**
J	00007719	Condomínio Ordinário Mar/18	03/03/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.976,25	635,69	**7.964,90**
J		Fundo de Reserva Mar/18	03/03/2018	R$	257,00	257,00	5,14	96,78	31,13	**390,05**
J		Prov. 13o. Salário Mar/18	03/03/2018	R$	437,00	437,00	8,74	164,56	52,93	**663,23**
J		Rateio Inadimplencia Mar/18	03/03/2018	R$	557,00	557,00	11,14	209,75	67,47	**845,36**
J	00007720	Condomínio Ordinário Abr/18	03/04/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.912,35	623,14	**7.888,45**
J		Fundo de Reserva Abr/18	03/04/2018	R$	257,00	257,00	5,14	93,65	30,52	**386,31**
J		Prov. 13o. Salário Abr/18	03/04/2018	R$	437,00	437,00	8,74	159,24	51,89	**656,87**
J		Rateio Inadimplencia Abr/18	03/04/2018	R$	557,00	557,00	11,14	202,97	66,14	**837,25**
J	00007721	Condomínio Ordinário Mai/18	03/05/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.844,66	597,55	**7.795,17**
J		Fundo de Reserva Mai/18	03/05/2018	R$	257,00	257,00	5,14	90,33	29,26	**381,73**
J		Prov. 13o. Salário Mai/18	03/05/2018	R$	437,00	437,00	8,74	153,61	49,76	**649,11**
J		Rateio Inadimplencia Mai/18	03/05/2018	R$	557,00	557,00	11,14	195,78	63,42	**827,34**
J	00007722	Condomínio Ordinário Jun/18	03/06/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.759,99	513,66	**7.626,61**
J		Fundo de Reserva Jun/18	03/06/2018	R$	257,00	257,00	5,14	86,19	25,15	**373,48**
J		Prov. 13o. Salário Jun/18	03/06/2018	R$	437,00	437,00	8,74	146,55	42,77	**635,06**
J		Rateio Inadimplencia Jun/18	03/06/2018	R$	557,00	557,00	11,14	186,80	54,52	**809,46**
J	00007723	Condomínio Ordinário Jul/18	03/07/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.697,08	499,03	**7.549,07**
J		Fundo de Reserva Jul/18	03/07/2018	R$	257,00	257,00	5,14	83,11	24,44	**369,69**
J		Prov. 13o. Salário Jul/18	03/07/2018	R$	437,00	437,00	8,74	141,31	41,55	**628,60**
J		Rateio Inadimplencia Jul/18	03/07/2018	R$	557,00	557,00	11,14	180,12	52,96	**801,22**
J	00007724	Condomínio Ordinário Ago/18	03/08/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.638,56	499,03	**7.490,55**
J		Fundo de Reserva Ago/18	03/08/2018	R$	257,00	257,00	5,14	80,24	24,44	**366,82**
J		Prov. 13o. Salário Ago/18	03/08/2018	R$	437,00	437,00	8,74	136,44	41,55	**623,73**
J		Rateio Inadimplencia Ago/18	03/08/2018	R$	557,00	557,00	11,14	173,91	52,96	**795,01**
J	00007725	Condomínio Ordinário Set/18	03/09/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.575,31	481,52	**7.409,79**
J		Fundo de Reserva Set/18	03/09/2018	R$	257,00	257,00	5,14	77,14	23,58	**362,86**
J		Prov. 13o. Salário Set/18	03/09/2018	R$	437,00	437,00	8,74	131,18	40,10	**617,02**
J		Rateio Inadimplencia Set/18	03/09/2018	R$	557,00	557,00	11,14	167,20	51,11	**786,45**
J	00007726	Condomínio Ordinário Out/18	03/10/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.510,92	458,28	**7.322,16**
J		Fundo de Reserva Out/18	03/10/2018	R$	257,00	257,00	5,14	73,99	22,44	**358,57**
J		Prov. 13o. Salário Out/18	03/10/2018	R$	437,00	437,00	8,74	125,81	38,16	**609,71**
J		Rateio Inadimplencia Out/18	03/10/2018	R$	557,00	557,00	11,14	160,36	48,64	**777,14**
J	00007727	Condomínio Ordinário Nov/18	03/11/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.452,81	458,28	**7.264,05**
J		Fundo de Reserva Nov/18	03/11/2018	R$	257,00	257,00	5,14	71,15	22,44	**355,73**
J		Prov. 13o. Salário Nov/18	03/11/2018	R$	437,00	437,00	8,74	120,98	38,16	**604,88**
J		Rateio Inadimplencia Nov/18	03/11/2018	R$	557,00	557,00	11,14	154,20	48,64	**770,98**
J	00007728	Condomínio Ordinário Dez/18	03/12/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.392,75	450,15	**7.195,86**
J		Fundo de Reserva Dez/18	03/12/2018	R$	257,00	257,00	5,14	68,20	22,04	**352,38**
J		Prov. 13o. Salário Dez/18	03/12/2018	R$	437,00	437,00	8,74	115,97	37,48	**599,19**
J		Rateio Inadimplencia Dez/18	03/12/2018	R$	557,00	557,00	11,14	147,82	47,78	**763,74**
J	00007729	Condomínio Ordinário Jan/19	03/01/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.329,93	429,34	**7.112,23**
J		Fundo de Reserva - Jan/19	03/01/2019	R$	257,00	257,00	5,14	65,13	21,03	**348,30**
J		Prov. 13o. Salário Jan/19	03/01/2019	R$	437,00	437,00	8,74	110,74	35,75	**592,23**
J		Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2019	R$	557,00	557,00	11,14	141,15	45,57	**754,86**
J	00007730	Condomínio Ordinário Fev/19	03/02/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.265,27	398,28	**7.016,51**
J		Fundo de Reserva Fev/19	03/02/2019	R$	257,00	257,00	5,14	61,96	19,50	**343,60**
J		Prov. 13o. Salário Fev/19	03/02/2019	R$	437,00	437,00	8,74	105,36	33,16	**584,26**
J		Rateio Inadimplencia Fev/19	03/02/2019	R$	557,00	557,00	11,14	134,29	42,27	**744,70**
J		Rescisão Funcionário parc1/1	03/02/2019	R$	1.464,00	1.464,00	29,28	352,97	111,11	**1.957,36**
J	00007731	Condomínio Ordinário Mar/19	03/03/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.198,53	354,34	**6.905,83**
J		Fundo de Reserva Mar/19	03/03/2019	R$	257,00	257,00	5,14	58,69	17,35	**338,18**
J		Prov. 13o. Salário Mar/19	03/03/2019	R$	437,00	437,00	8,74	99,80	29,51	**575,05**
J		Rateio Inadimplencia Mar/19	03/03/2019	R$	557,00	557,00	11,14	127,21	37,61	**732,96**
J	00007732	Condomínio Ordinário Abr/19	03/04/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.134,65	320,30	**6.807,91**
J		Fundo de Reserva Abr/19	03/04/2019	R$	257,00	257,00	5,14	55,57	15,69	**333,40**
J		Prov. 13o. Salário Abr/19	03/04/2019	R$	437,00	437,00	8,74	94,48	26,67	**566,89**
J		Rateio Inadimplencia Abr/19	03/04/2019	R$	557,00	557,00	11,14	120,43	33,99	**722,56**
J	00032705	Condomínio Mai/2019	03/05/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	1.071,49	286,46	**6.710,91**
J		Fundo de Reserva Mai/2019	03/05/2019	R$	257,00	257,00	5,14	52,47	14,03	**328,64**
J		Prov 13/Férias - Mai/2019	03/05/2019	R$	437,00	437,00	8,74	89,22	23,85	**558,81**
J		Rateio Inadimplência Mai/19	03/05/2019	R$	557,00	557,00	11,14	113,72	30,40	**712,26**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96D3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 17/12/2020
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

	Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
J	00015635	CONDOMÍNIO JUNHO/2019	03/06/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.013,77	278,07	**6.645,82**
J		FD. RESERVA JUNHO/2019	03/06/2019	R$	257,00	257,00	5,14	49,64	13,61	**325,39**
J		13º/FÉRIAS JUNHO/2019	03/06/2019	R$	438,00	438,00	8,76	84,59	23,20	**554,55**
J		RAT INADIMPL JUNHO/2019	03/06/2019	R$	558,00	558,00	11,16	107,77	29,56	**706,49**
J	00040712	CONDOMÍNIO JULHO/2019	03/07/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	957,35	277,50	**6.588,83**
J		FD. RESERVA JULHO/2019	03/07/2019	R$	257,00	257,00	5,14	46,87	13,59	**322,60**
J		13º/FÉRIAS JULHO/2019	03/07/2019	R$	438,00	438,00	8,76	79,89	23,16	**549,81**
J		RAT INADIMPL JULHO/2019	03/07/2019	R$	558,00	558,00	11,16	101,77	29,50	**700,43**
J	00048863	CONDOMÍNIO AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	900,14	271,88	**6.526,00**
J		FD. RESERVA AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	257,00	257,00	5,14	44,07	13,31	**319,52**
J		13º/FÉRIAS AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	438,00	438,00	8,76	75,11	22,69	**544,56**
J		RAT INADIMPL AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	558,00	558,00	11,16	95,69	28,90	**693,75**
J	00058272	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	842,87	265,13	**6.461,98**
J		FD. RESERVA SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	257,00	257,00	5,14	41,27	12,98	**316,39**
J		13º/FÉRIAS SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	438,00	438,00	8,76	70,33	22,12	**539,21**
J		RAT INADIMPL SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	558,00	558,00	11,16	89,60	28,19	**686,95**
J	00067514	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	786,68	265,13	**6.405,79**
J		FD. RESERVA OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	257,00	257,00	5,14	38,52	12,98	**313,64**
J		13º/FÉRIAS OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	438,00	438,00	8,76	65,64	22,12	**534,52**
J		RAT INADIMPL OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	558,00	558,00	11,16	83,63	28,19	**680,98**
J	00076013	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	730,19	262,89	**6.347,06**
J		FD. RESERVA NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	257,00	257,00	5,14	35,75	12,87	**310,76**
J		13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	438,00	438,00	8,76	60,93	21,94	**529,63**
J		RAT INADIMPL NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	558,00	558,00	11,16	77,62	27,95	**674,73**
J	00083012	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	670,40	232,72	**6.257,10**
J		FD. RESERVA DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	257,00	257,00	5,14	32,82	11,39	**306,35**
J		13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	438,00	438,00	8,76	55,94	19,42	**522,12**
J		RAT INADIMPL DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	558,00	558,00	11,16	71,27	24,74	**665,17**
J	00090420	CONDOMÍNIO JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	611,24	202,71	**6.167,93**
J		FD. RESERVA JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	257,00	257,00	5,14	29,93	9,93	**302,00**
J		13º/FÉRIAS JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	438,00	438,00	8,76	51,00	16,92	**514,68**
J		RAT INADIMPL JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	558,00	558,00	11,16	64,98	21,55	**655,69**
J	00099542	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	548,97	135,74	**6.038,69**
J		FD. RESERVA FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	257,00	257,00	5,14	26,88	6,65	**295,67**
J		13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	438,00	438,00	8,76	45,81	11,33	**503,90**
J		RAT INADIMPL FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	558,00	558,00	11,16	58,36	14,43	**641,95**
J	00108139	CONDOMÍNIO MARÇO/2020	03/03/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	493,14	125,33	**5.972,45**
J		FD. RESERVA MARÇO/2020	03/03/2020	R$	257,00	257,00	5,14	24,15	6,14	**292,43**
J		13º/FÉRIAS MARÇO/2020	03/03/2020	R$	438,00	438,00	8,76	41,15	10,46	**498,37**
J		RAT INADIMPL MARÇO/2020	03/03/2020	R$	558,00	558,00	11,16	52,42	13,32	**634,90**
J	00113486	CONDOMÍNIO ABRIL/2020	03/04/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	437,60	116,03	**5.907,61**
J		FD. RESERVA ABRIL/2020	03/04/2020	R$	257,00	257,00	5,14	21,43	5,68	**289,25**
J		13º/FÉRIAS ABRIL/2020	03/04/2020	R$	438,00	438,00	8,76	36,52	9,68	**492,96**
J		RAT INADIMPL ABRIL/2020	03/04/2020	R$	558,00	558,00	11,16	46,52	12,33	**628,01**
J	00123937	CONDOMÍNIO MAIO/2020	03/05/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	382,21	106,20	**5.842,39**
J		FD. RESERVA MAIO/2020	03/05/2020	R$	257,00	257,00	5,14	18,71	5,20	**286,05**
J		13º/FÉRIAS MAIO/2020	03/05/2020	R$	438,00	438,00	8,76	31,89	8,86	**487,51**
J		RAT INADIMPL MAIO/2020	03/05/2020	R$	558,00	558,00	11,16	40,63	11,29	**621,08**
J	00124571	CONDOMÍNIO JUNHO/2020	03/06/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	327,61	106,20	**5.787,79**
J		FD. RESERVA JUNHO/2020	03/06/2020	R$	257,00	257,00	5,14	16,04	5,20	**283,38**
J		13º/FÉRIAS JUNHO/2020	03/06/2020	R$	438,00	438,00	8,76	27,34	8,86	**482,96**
J		RAT INADIMPL JUNHO/2020	03/06/2020	R$	558,00	558,00	11,16	34,83	11,29	**615,28**
J	00135748	CONDOMÍNIO JULHO/2020	03/07/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	272,19	89,87	**5.716,04**
J		FD. RESERVA JULHO/2020	03/07/2020	R$	257,00	257,00	5,14	13,33	4,40	**279,87**
J		13º/FÉRIAS JULHO/2020	03/07/2020	R$	438,00	438,00	8,76	22,71	7,50	**476,97**
J		RAT INADIMPL JULHO/2020	03/07/2020	R$	558,00	558,00	11,16	28,94	9,55	**607,65**
J	00143205	CONDOMÍNIO AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	216,80	66,02	**5.636,80**
J		FD. RESERVA AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	257,00	257,00	5,14	10,61	3,23	**275,98**
J		13º/FÉRIAS AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	438,00	438,00	8,76	18,09	5,51	**470,36**
J		RAT INADIMPL AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	558,00	558,00	11,16	23,05	7,02	**599,23**
J	00150688	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	162,02	46,58	**5.562,58**
J		FD. RESERVA SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	257,00	257,00	5,14	7,93	2,28	**272,35**
J		13º/FÉRIAS SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	438,00	438,00	8,76	13,52	3,89	**464,17**
J		RAT INADIMPL SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	558,00	558,00	11,16	17,22	4,95	**591,33**
J	00157167	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	107,08	0,00	**5.461,06**
J		FD. RESERVA OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	257,00	257,00	5,14	5,24	0,00	**267,38**
J		13º/FÉRIAS OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	438,00	438,00	8,76	8,94	0,00	**455,70**
J		RAT INADIMPL OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	558,00	558,00	11,16	11,38	0,00	**580,54**
J	00164957	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	53,54	0,00	**5.407,52**
J		FD. RESERVA NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	257,00	257,00	5,14	2,62	0,00	**264,76**
J		13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	438,00	438,00	8,76	4,47	0,00	**451,23**
J		RAT INADIMPL NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	558,00	558,00	11,16	5,69	0,00	**574,85**
J	00172887	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	0,00	0,00	**5.353,98**
J		FD. RESERVA DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	257,00	257,00	5,14	0,00	0,00	**262,14**
J		13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	438,00	438,00	8,76	0,00	0,00	**446,76**
J		RAT INADIMPL DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	558,00	558,00	11,16	0,00	0,00	**569,16**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96D3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 17/12/2020
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND.EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento	Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
		Subtotal:	**461.608,32**	**461.608,32**	**9.232,16**	**205.049,09**	**64.094,85**	**739.984,42**
		Total geral:						**739.984,42**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96D3.

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

5.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

Matrícula **84.810** | Ficha **01**

São Paulo, **04 de março de 2008**

IMÓVEL: Apartamento duplex n.º 121, tipo "3", localizado no 12.º andar ou 13.º pavimento do EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão, n.º 202, no 7.º Subdistrito - Consolação, com a área real útil de 357,31m², a área real comum de 217,13m², a área real acessória de garagem de 40,00m², perfazendo a área real global de 614,44m², correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio, a fração ideal de 12,83%, estando vinculadas a este apartamento, quatro vagas sob n.ºs 15, 16, 17 e 18 do 2.º subsolo, para estacionamento de quatro automóveis de passeio, com auxílio de manobrista.

CONTRIBUINTE: 010.002.0341-7.

PROPRIETÁRIA: MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, CNPJ 60.812.328/0001-34, com sede nesta Capital, na rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036.

REGISTRO ANTERIOR: R. 5 de 06/06/1986 e R. 9 (Instituição e Especificação de Condomínio) de 22/12/1987, ambos da Matrícula n.º 3.668, deste Oficial de Registro de Imóveis.

MARCO ANTONIO VIOLIN
Oficial Substituto

Av. 01 / 84.810 *averbação premonitória*
Em 14 de dezembro de 2015 - Prot. 292.536 (03/12/2015)

Atendendo ao requerimento datado de 03 de dezembro de 2015 e pela certidão expedida aos 01/12/2015, pelo Juízo de Direito da 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, procedo à presente averbação para constar que foi distribuída no dia 01/09/1994, a Ação de Execução de Título Extrajudicial, sob n. 0825823-47.1994.8.26.0100, à 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, em que são partes: **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, CNPJ 60.437.571/0001-10, com sede nesta Capital, na rua Doutor Diogo de Faria, n. 1.036, Vila Clementino, sucessora por incorporação de MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, já qualificada, exequente e **BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF 122.991.896-53, executado, dando-se início à fase de cumprimento de sentença em 16/09/2015, com inversão dos polos, cujo valor da causa é R$ 129.880,20.

NATALIA BARROS CORREIA NOGUEIRA
Escrevente Autorizada

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:15/12/2020 10:50:35

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96DA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS

Que fazem, de um lado:

(1) **CONDOMÍNIO MAISON MONT CLAIR**, condomínio edilício localizado na Rua Maranhão, nº 202, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 59.086.074/0001-35, neste ato representado por sua Síndica, **ANA MARA FRANÇA MACHADO**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 27.854.556-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 313.010.608-10, com domicílio na Rua Maranhão, nº 202, apartamento 11, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240-000 ("CREDOR");

e, de outro:

(2) **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 19.555.992, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.938.178-21, com domicílio na Rua Maranhão, nº 202, 12ºandar, apartamento 121, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240-000; e

(3) **TÂNIA WASSERMAN**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.845.452-0 SSP/SP, inscrita no CPMF/MF sob o nº 148.432.458-79, com domicílio na Rua Maranhão, nº 202, 12º andar, apartamento 121, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240-000 (Isaac e Tânia referidos, em conjunto como "DEVEDORES", sendo CREDOR e DEVEDORES *referidos, em conjunto, como "Partes").*

CONSIDERANDO QUE:

1. Os **DEVEDORES** são moradores e ocupantes há mais de 20 (vinte) anos, a título de residência própria e de sua família, do imóvel consistente no apartamento nº 121 do Condomínio Maison Mont Clair, localizado na Rua Maranhão, nº 202, Higienópolis, São Paulo – SP, objeto da matrícula nº 84.810 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, compreendendo também as vagas de nº 15, 16, 17 e 18, no 2º subsolo, e inscrito perante o Município de São Paulo sob o contribuinte (SQL) nº 010.002.0341-7 ("Imóvel");

2. O **CREDOR** move em face dos **DEVEDORES** e da Construtora Wasserman S/A uma ação de Execução de Título Extrajudicial, *processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100, com Embargos à Execução autuados sob o nº 1116342-44.2018.8.26.0100*, este último com sentença de improcedência já transitada em julgado (em conjunto "Ação de Execução"), tendo por objeto as contribuições condominiais do Imóvel que vem sendo inadimplidas desde agosto de 2014 ("Débitos Condominiais"), totalizando, na presente data, um débito condominial de R$656.225,80 (seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos);

3. Além dos Débitos Condominiais, os **DEVEDORES** também são responsáveis pelos pagamentos dos encargos, presentes ou futuros, *relacionados à Ação de Execução e aos esforços de cobrança judiciais e extrajudiciais* dos Débitos Condominiais, incluindo o reembolso de despesas e honorários advocatícios, sucumbenciais ou não, na Ação de Execução, sendo que a exigibilidade de parte deles está suspensa por força da concessão da gratuidade de justiça (referidos, em conjunto com os Débitos Condominiais, como "Débitos");

4. Os **DEVEDORES** não constam na matrícula nº 84.810 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo como proprietários do Imóvel, figurando a MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS (CNPJ/MF 60.812.328/0001-34) como proprietária registrada, a qual foi sucedida societariamente, a título de incorporação, pela CONSTRUTORA WASSERMAN S/A (CNPJ/MF 60.437.571/0001-10) ("Construtora Wasserman"), razão pela qual a Ação de Execução foi ajuizada também em face desta, na qualidade de proprietária registrada do Imóvel e responsável pela contribuição condominial;

5. Os **DEVEDORES** declaram ter iniciado um procedimento de usucapião extrajudicial, na modalidade extraordinária, perante o 5º Ofício de Registro de Imóveis, tendo por finalidade o reconhecimento da aquisição de propriedade do Imóvel pelos **DEVEDORES**, com subsequente registro da usucapião em sua matrícula ("Usucapião"); e

6. Nesta data, o **CREDOR** concorda em *cooperar voluntariamente com o procedimento de Usucapião dos* **DEVEDORES**, fornecendo a declaração de anuência, razão pela qual os **DEVEDORES** também concordam em celebrar o presente instrumento.

RESOLVEM AS PARTES:

CLÁUSULA 1ª: Os **DEVEDORES** declaram e reconhecem serem pessoalmente responsáveis pelo pagamento integral dos Débitos e seus acessórios, ainda que tenham alienado ou venham a alienar o Imóvel.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96DD.

Digitalizado com CamScanner

CLÁUSULA 2ª: Caso os **DEVEDORES** venham a alienar, onerar, oferecer em garantia ou ceder quaisquer direitos sobre o Imóvel, por qualquer tipo de ato ou negócio jurídico, gratuita ou onerosamente, a título definitivo ou não, os **DEVEDORES** se obrigam a informar as demais partes ou interessados acerca da existência dos Débitos e da Ação de Execução, bem como a incluir no ato ou negócio a condição de que a integralidade dos Débitos, devidamente atualizada e acrescida de quaisquer acessórios ou verbas existentes naquela data, será paga diretamente pelo adquirente ou beneficiário em favor do **CREDOR**, podendo este valor ser descontado de eventual preço ou contrapartida devida aos **DEVEDORES**.

Parágrafo Primeiro: Para os fins desta cláusula, os **DEVEDORES** declaram que eventual preço ou contrapartida devida em virtude de negócio envolvendo o Imóvel implicará automaticamente na extinção dos requisitos fáticos que permitiram a concessão da justiça gratuita na Ação de Execução, obrigando-se a comunicar tal fato ao juízo competente ou a anuir com eventual manifestação do **CREDOR** nesse sentido.

Parágrafo Segundo: Também os **DEVEDORES** renunciarão aos benefícios da justiça gratuita uma vez que adquirirem qualquer crédito oriundo de negócio que envolva o Imóvel, passando as verbas que porventura estejam com exigibilidade suspensa *por força de decisão judicial a serem integralmente devidas*.

Parágrafo Terceiro: Os **DEVEDORES** se obrigam a não alienar o Imóvel por preço ou contrapartida inferior à totalidade dos Débitos, atualizada e corrigida na data de efetivo pagamento.

Parágrafo Quarto: Ainda que os **DEVEDORES** celebrem negócio cuja contrapartida seja devida em bem da mesma espécie que o Imóvel (permuta) ou, ainda, que seja acordado formas de pagamento ou contrapartida que não impliquem o pagamento em dinheiro aos **DEVEDORES**, isto não afasta a obrigação de o adquirente quitar os Débitos para com o **CREDOR**.

Parágrafo Quinto: As obrigações deste instrumento são válidas ainda que o negócio seja gratuito ou se refira à integralização de capital social ou de patrimônio de pessoa jurídica.

Parágrafo Sexto: Caso os Débitos não sejam pagos diretamente pelo adquirente do Imóvel ou beneficiário do negócio, na forma aqui disposta, ou caso os **DEVEDORES** deixem de incluir cláusula nesse sentido em negócio jurídico que verse acerca de direitos sobre o Imóvel, os **DEVEDORES** deverão pagar pessoal e imediatamente a integralidade dos Débitos, sob pena de, não o fazendo, incorrerem em multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor dos Débitos, até o limite de 10% (dez por cento) do valor dos Débitos, a título de cláusula penal moratória, nos termos do art. 411 do Código Civil, e será devida ainda que a mora seja absoluta e o **CREDOR** tenha que buscar a satisfação das obrigações deste instrumento de outra maneira. Eventual indenização por perdas e danos oriundas do inadimplemento dos **DEVEDORES** terão caráter suplementar e não se compensarão com a multa ora pactuada.

Parágrafo Sétimo: O valor dos Débitos será atualizado com eventuais pagamentos parciais ou amortizações realizadas.

Parágrafo Oitavo: Poderão ser concedidas tutelas provisórias, como medidas cautelares de arresto ou sequestro de bens em favor do CREDOR para garantir que os frutos ou créditos em favor dos **DEVEDORES** de eventual negócio tendo por objeto o Imóvel, estejam eles em posse ou propriedade dos **DEVEDORES** ou de terceiros devedores dessas prestações, sejam destinados ao pagamento integral dos Débitos, incluindo os valores com exigibilidade suspensa por força da gratuidade de justiça.

Parágrafo Nono: Também serão incluídos nos Débitos quaisquer valores que o CREDOR venha a dever em virtude da usucapião do Imóvel pelos **DEVEDORES**, tais como indenizações ou condenações de verbas, sucumbenciais ou não, decorrentes do desfazimento de penhoras ou exclusão da Construtora Wasserman S/A da Ação de Execução.

Parágrafo Décimo: Os **DEVEDORES** não serão responsáveis pelo resultado da ação movida por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO, ex-advogado do condomínio **CREDOR**, na qual pleiteia em face do **CREDOR** o recebimento de honorários de natureza contratual após sua destituição na Ação de Execução, ação essa que tramita sob nº 1016152-39.2019.8.26.0100 perante a 30ª Vara Cível do Foro Central da Capital. Os **DEVEDORES**, no entanto, se responsabilizam pelo pagamento de todos os honorários processuais oriundos da Ação de Execução (atualmente com exigibilidade suspensa), ainda que referidos honorários sejam parcialmente devidos ao advogado destituído, *ROBERTO MASSAO YAMAMOTO* ou a sua sociedade, em virtude de terem originariamente ingressado e atuado na Ação de Execução. Competirá aos **DEVEDORES** fazer o pagamento ou autorizar o levantamento dos honorários diretamente ou em favor dos respectivos advogados credores, nos termos da decisão judicial a ser proferida na Ação de Execução neste sentido.

CLÁUSULA 3ª: As Partes declaram que não há no presente instrumento nenhuma intenção de novar as obrigações que dão origem aos Débitos, as quais permanecem válidas e regidas por suas causas e fontes originais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96DD.

Digitalizado com CamScanner

CLÁUSULA 4ª: Para fins de execução das disposições deste instrumento, incluindo as obrigações de prestar declaração de vontade, os **DEVEDORES** conferem ao **CREDOR** um mandato em causa própria, nos termos do art. 685 do Código Civil, bem como admitem execução específica, nos termos do art. 501 do Código de Processo Civil. Caso venha a tomar alguma medida com base nos poderes ora conferidos, o **CREDOR** deverá cumprir estritamente como o quanto aqui acordado, respondendo por perdas e danos em caso de descumprimento deste dever.

CLÁUSULA 5ª: Caso o **CREDOR** efetive o levantamento judicial dos valores penhorados no rosto dos autos da Ação de Dissolução Societária nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, deverá ser aditado o presente instrumento para o recálculo do débito, descontando os valores que forem levantados, atualizados.

Parágrafo Único Caso o **CREDOR** receba o valor integral dos Débitos antes de efetuar o levantamento judicial das importâncias acima referidas, fica obrigado a apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do levantamento ou recebimento, petição na Ação de Execução requerendo o cancelamento de todas as penhoras que recaiam sobre créditos, valores, bens, penhoras em rosto de autos ou quaisquer ativos de qualquer um dos **DEVEDORES** e desistindo de todas elas, bem como requerendo, em relação aos **DEVEDORES**, a extinção da Ação de Execução referida no "Considerando 2", sob pena de, não o fazendo, incorrerem em multa diária de 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o valor dos Débitos, até o limite de R$10.000,00 (dez mil reais), a título de cláusula penal moratória, nos termos do art. 411 do Código Civil, sem embargo de eventual indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA 5ª: Não podem os **DEVEDORES** se escusarem das obrigações do presente instrumento, ainda que o negócio ou ato envolvendo o Imóvel venha a ser celebrado por terceiro, preposto, mandatário, agente ou qualquer pessoa que não sejam os **DEVEDORES**, ainda que estes não tenham conferido as devidas autorizações ou instruções, ou ainda que os eventuais representantes atuem com excesso ou em abuso de poderes.

CLÁUSULA 6ª: As Partes concordam que o presente instrumento é constituído como título executivo extrajudicial, independentemente da assinatura de duas testemunhas.

CLÁUSULA 7ª: A minuta deste instrumento foi enviada por e-mail aos **DEVEDORES** para que, uma vez aceita, o **CREDOR** assine o Termo de Anuência com a usucapião do imóvel, estando ambos os atos interligados. A concordância com os termos deste instrumento pode ser provada por resposta de e-mail ou outro tipo de comunicação feita pelas Partes, ou com o ato de aceitação e uso, pelos **DEVEDORES**, do Termo de Anuência da usucapião devidamente assinado pelo **CREDOR**, e vice-versa: caso o **CREDOR** receba este instrumento assinado, deve ser também considerado aceito o Termo de Anuência de usucapião do Imóvel, ainda que este não venha a ser entregue assinado.

Parágrafo Único: Em qualquer hipótese, a assinatura do Termo de Anuência da usucapião pelo CREDOR se limita à anuência com a ocupação, pelos **DEVEDORES**, do Imóvel e suas vagas pelo período da usucapião extraordinária, como situações fáticas, não perfazendo nenhuma anuência ou confirmação no tocante aos demais requisitos da usucapião, posto que não competente ao **CREDOR** fazer esta análise.

São Paulo, 18 de junho de 2020.

CONDOMÍNIO MAISON MONT CLAIR
(por sua Síndica ANA MARA FRANÇA MACHADO)

ISAAC DANIEL WASSERMAN

TÂNIA WASSERMAN

Testemunha 01:

Nome:
RG:
CPF:

Testemunha 02:

Nome:
RG:
CPF:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96DD.

Digitalizado com CamScanner

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20201218165821O3

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR			59.086.074/0001-35

Nº do processo	Unidade	CEP
1008880-28.2018.8.26	31 VARA CIVEL FORO CENTRAL	

Endereço	Código
	120-1

Histórico	Valor
CITAÇÃO POR CARTA COM AR DE TANIA WASSERMAN, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.845.452-0 SSP/SP, inscrita no CPMF/MF sob o nº 148.432.458-79, com domicílio na Rua Maranhão, nº 202, 12º andar, apartamento 121, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240- 000.	37,54
	Total 37,54

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868300000006	375451174004	112015908607	740001351030



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20201218165821O3

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR			59.086.074/0001-35

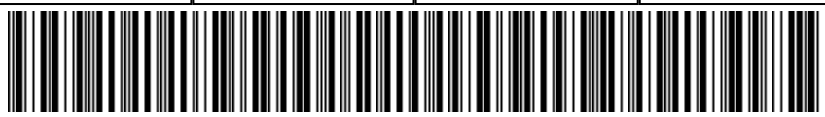
Nº do processo	Unidade	CEP
1008880-28.2018.8.26	31 VARA CIVEL FORO CENTRAL	

Endereço	Código
	120-1

Histórico	Valor
CITAÇÃO POR CARTA COM AR DE TANIA WASSERMAN, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.845.452-0 SSP/SP, inscrita no CPMF/MF sob o nº 148.432.458-79, com domicílio na Rua Maranhão, nº 202, 12º andar, apartamento 121, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240- 000.	37,54
	Total 37,54

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868300000006	375451174004	112015908607	740001351030



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20201218165821O3

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON MONT CLAIR			59.086.074/0001-35

Nº do processo	Unidade	CEP
1008880-28.2018.8.26	31 VARA CIVEL FORO CENTRAL	

Endereço	Código
	120-1

Histórico	Valor
CITAÇÃO POR CARTA COM AR DE TANIA WASSERMAN, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25.845.452-0 SSP/SP, inscrita no CPMF/MF sob o nº 148.432.458-79, com domicílio na Rua Maranhão, nº 202, 12º andar, apartamento 121, Higienópolis, São Paulo – SP, CEP 01240- 000.	37,54
	Total 37,54

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868300000006	375451174004	112015908607	740001351030



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96E0.

G334211551074904018
21/12/2020 15:56:03

Boletos, Convênios e outros

```
 SISBB  -  SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
21/12/2020  -   AUTO-ATENDIMENTO    -   15.55.53
0386700386

            COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: ITAZI T DE E SC LTDA
AGENCIA:  386-7    CONTA:        140.120-3
EFETUADO POR:                     LUI
================================================
Convenio  TJSP - CUSTAS FEDTJ
Codigo de Barras   86830000000-6   37545117400-4
                   11201590860-7   74000135103-0
Data do pagamento                     21/12/2020
Valor Total                                37,54
================================================
DOCUMENTO:  122102
AUTENTICACAO SISBB:
A.BD2.D89.A00.FA7.207
```

Transação efetuada com sucesso por: J6067050 LUIZ ROBERTO CONTI MACHADO.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2021 às 18:19 , sob o número WJMJ21400417619
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A4A96E0.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Ante documento de fls. 359/361, cadastre-se Tania Wasserman no polo passivo da presente execução.

Após, expeça-se carta de citação.

Intime-se.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 02/02/2021 às 12:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A5A0D0E.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0030/2021, foi disponibilizado na página 765/784 do Diário de Justiça Eletrônico em 04/02/2021. Considera-se a data de publicação em 05/02/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ante documento de fls. 359/361, cadastre-se Tania Wasserman no polo passivo da presente execução. Após, expeça-se carta de citação. Intime-se."

SÃO PAULO, 4 de fevereiro de 2021.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 04/02/2021 às 15:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A5E6626.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CARTA DE CITAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Destinatário(a):
Tania Wasserman
R MARANHAO, 202, apto. 121, HIGIENOPOLIS
São Paulo-SP
CEP 01240-000

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão para, **no prazo de 03 (três) dias úteis, pagar a dívida no valor de R$ R$ 352.079,75**, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o(a) executado(a) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC).

ADVERTÊNCIAS: 1- No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). **2-** O recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias úteis, contados da juntada do AR aos autos, conforme r. decisão disponibilizada na internet.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. São Paulo, 04 de março de 2021. LAIS AKEMI FERREIRA, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 05/03/2021 às 14:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código A85DB52.

fls. 367

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

10/03/2021
LOTE: 100531

AR
9912260497 -SE/SP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Tania Wasserman

R MARANHAO, 202, apto. 121, HIGIENOPOLIS

Sao Paulo, SP

01240-000

AR281140142JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

11 [illegible] 2021

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR JOSÉ MARQUES

DATA DE ENTREGA 11/03/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 38 606 269-7

189190866

nos autos em 04/04/2021 às 10:52

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Tânia Wasserman, em causa própria, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue.

Tendo em vista a existência do débito perseguido nestes autos, o condomínio exequente e os executados celebraram acordo extrajudicial no qual ficou assim estabelecido:

CLÁUSULA 5ª: Caso o **CREDOR** efetive o levantamento judicial dos valores penhorados no rosto dos autos da Ação de Dissolução Societária nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital, deverá ser aditado o presente instrumento para o recálculo do débito, descontando os valores que forem levantados, atualizados.

Parágrafo Único Caso o **CREDOR** receba o valor integral dos Débitos antes de efetuar o levantamento judicial das importâncias acima referidas, fica obrigado a apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do levantamento ou recebimento, petição na Ação de Execução requerendo o cancelamento de todas as penhoras que recaiam sobre créditos, valores, bens, penhoras em rosto de autos ou quaisquer ativos de qualquer um dos **DEVEDORES** e desistindo de todas elas, bem como requerendo, em relação aos **DEVEDORES**, a extinção da Ação de Execução referida no "Considerando 2", sob pena de, não o fazendo, incorrerem em multa diária de 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o valor dos Débitos, até o limite de R$10.000,00 (dez mil reais), a título de cláusula penal moratória, nos termos do art. 411 do Código Civil, sem embargo de eventual indenização por perdas e danos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

Assim, os executados assumiram e confessaram a dívida e estabeleceram, com o condomínio, a garantia do pagamento:

a) mediante levantamento judicial dos créditos que cabem ao executado, nos autos da Ação de Dissolução Social, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, créditos esses já penhorados pelo exequente ou
b) caso ocorra o pagamento, pelos executados, o exequente se comprometeu a desistir da penhora desses aludidos créditos.

De pronto, observa-se que o exequente não desistiu da penhora dos créditos que já havia efetivado e que se encontra no rosto dos autos daquela ação. Assim, requerendo, neste momento, a penhora do próprio imóvel, estar-se-ia constituindo dupla garantia, o que não se pode admitir.

O que ocorreu foi que, mesmo com o acordo assinado entre as partes, parece que foi combinado, verbalmente, entre a síndica e alguns condôminos que, caso não fosse levantado o valor penhorado em até um ano, dever-se-ia dar seguimento à ação.

Sobre a penhora, no rosto dos autos da 25ª Vara Cível, a executada esclarece o seguinte:

Quando levado um grande imóvel pertencente a Construtora Wasserman S/A (a sociedade dissolvida) a leilão na 33ª Vara Cível, foi realizado o pagamento de todos os credores que se habilitaram e, a Construtora Wasserman, em uma manobra inaceitável, conseguiu, por seus métodos nada ortodoxos, levantar a quantia de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que deveria ter sido depositada em favor do I.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

Juízo da 25ª Vara, por se tratar de quantia bloqueada para salvaguardar o pagamento de haveres do sócio retirante, ora executado.

Além deste valor, a 33ª Vara Cível acatou a ordem oriunda da 25ª Vara, com duas determinações diversas:

1) o bloqueio e transferência do valor de uma multa, devida pela Construtora Wasserman, pela recusa na outorga da escritura deste mesmo imóvel ao executado, em descumprimento a um acordo judicial celebrado há quase 10 anos e
2) o bloqueio do saldo do leilão realizado.

a pedido do executado, o saldo

A penhora no rosto dos autos foi efetivada e os executados estavam às vésperas de ver levantado o crédito do exequente naqueles autos.

No entanto, a filha do morador do 10º andar, também advogada, atravessou petição da Ação de Dissolução Societária, causando enorme tumulto processual, atrasando o andamento do levantamento dos valores devidos nestes autos.

Em razão exclusiva das petições apresentadas por esta advogada, a integralidade do valor que havia sido transferido aos autos da 25ª Vara Cível (a ação de dissolução societária), provenientes de um leilão realizado pela 33ª Vara Cível, foram devolvidos à essa Vara para análise de anterioridades de penhoras.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

Melhor explicando: foi realizado leilão de um imóvel pertencente a Construtora Wasserman e, após pagar todos os créditos habilitados, ainda restou um saldo do valor da venda judicial. Deste valor:

a) aproximadamente R$ 980.000,00 foi levantado pela Construtora Wasserman;
b) R$ 508.244,63 foram penhorados em favor do coexecutado Isaac e correspondem a multa devida pela Construtora pelo descumprimento do acordo judicial entabulado há mais de dez anos, pelo qual esta deveria ter outorgado a escritura definitiva do imóvel objeto desta ação no prazo de 30 dias após a audiência e
c) R$ 512.528,67 correspondente ao saldo final do leilão, que deveria ser mantido depositado judicialmente, em favor da 25ª Vara Cível, até que se concluísse a apuração de haveres do coexecutado, alí sócio retirante.

A filha do morador do 10º andar do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, na qualidade de advogada, pleiteava, contra a Construtora Wasserman, o recebimento de uma importância correspondente a honorários de sucumbência no valor de R$ 387.272,98 e alegava anterioridade a penhora e ao bloqueio efetivados pelo coexecutado.

Quando essa Dra. Fernanda, após conturbar o andamento do feito, fez com que todo o valor fosse devolvido à 33ª Vara, deu a errada impressão do condomínio exequente que não receberia seu crédito tão cedo.

No entanto, após a análise, mais uma vez, do MM. Juiz da 33ª Vara Cível, assim ficou decidido:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

0215884-33.2010.8.26.0100

Classe	Assunto	Foro	Vara	Juiz
Procedimento Comum Cível	Indenização por Dano Moral	Foro Central Cível	33ª Vara Cível	Douglas Iecco Ravacci

Reqte	Condomínio Edifício Opus D art Advogado: Rubens Leal Santos
Reqdo	Construtora Wasserman S/A Advogado: Carlos Eduardo Zavala Advogado: Marcos Tomanini
Outros	Jubray Sacchi
Terceiro	Pérola Wasserman Advogado: Marcos Tomanini
Gestor	Fernando Cabecas Barbosa Advogado: Luiz Aparecido Azevedo
ArremTerc	Encantada Participações S/A Advogado: Otavio Alfieri Albrecht
TerIntCer	Paulo Sergio Ferrari Advogado: Maurício Bíscaro
Fiscal	Prefeitura Municipal de São Paulo - Procurador Luccas Lombardo de Lima Advogado: Luccas Lombardo de Lima

Relação: 0033/2020 Teor do ato: Vistos, Fls 1743/1746, 1751/1752, 1763/1771, Fls. 1759/1761 e 1778: tendo em vista o trânsito em julgado do recurso contra a decisão que determinou o recálculo do débito, restou reservando nos autos a quantia de R$ 41.320,77. O condomínio apresentou memória de cálculo apurando saldo remanescente de de R$ 24.969,20, contra o qual se insurge a executada Construtora Wasserman sob alegação de que não há saldo mas sim valor a ser devolvidos nos autos (R$ 613.361,80). Ocorre que os cálculos já foram há muito tempo apresentados, restando apenas discussão sobre incidência, ou não, de juros de mora sobre custas e despesas processuais. Portanto, encontra-se preclusão a impugnação da Construtora. Defiro a expedição de mandado de levantamento em favor do Condomínio no valor de R$ 24.969,20, com encargos desde outubro de 2014; e de R$ 1.095,27, com encargos desde outubro de 2018 (custas e despesas posteriores). Do saldo - R$ 15.256,30, expeça-se mandado de levantamento em favor da Relusita no valor de R$ 5.085,43 com encargos desde outubro de 2014. O restante R$ 10.170,87 permecerá nos autos até que se consumem todas as penhoras nos autos. Fls. 1756: diante do tempo decorrido cobre-se do Banco do Brasil informaçoes sobre a transferência de crédito à disposição do juízo da 18a VC, processo 0735345-90.1994.8.26.0100. Fls. 1757, 1773/1775, 1776, 1780/1788, 1790/1796, 1812/1823: o terceiro Isaac Daniel Wasserman informou nos autos que foram determinadas duas penhoras da 25ª VC 0158646-56.2010.8.26.0100, não ocorrendo duplicidade. Ocorre que somente há uma penhora anotada nos autos (certidão de fls. 1603, no valor atualizado de R$ 508.244,63), posterior à

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

> *penhora da 18a VC, de modo que deve ser devolvido o valor aos autos, bem como o outro de R$ 512.528,67, para o devido cumprimento das penhoras, respeitando a anterioridade. Oficie-se à 25a VC, referente ao processo 0158646-56.2010.8.26.0100, solicitando a devolução dos dois valores transferido àquele juízo, instruindo como cópia dos depósitos, e esclarecendo que a penhora de R$ 403.740,00 já encontra-se anotada. Fls. 1798/1804: providencie a serventia certidão nos autos de todas as penhoras, bem como as já efetivadas com transferência, bem como saldo em conta judicial após os levantamento acima determinados.* ***Anote a serventia a ampliação da penhora referente ao processo 0158646-56.2010.8.26.0100, da 25a VC (referente a todos os valores destinados à Construtora Wasserman), considerando a data da juntada do primeiro ofício recebido.*** *Após, tornem concluso para que se responda o oficio da 39 VC, referente ao processo 0825823-47.1994.8.26.0100/01.*

Desta forma, o MM. Juiz da 33ª Vara determinou o pagamento, à Fernanda, do seu crédito de R$ 387.272,98 e, IMEDIATAMENTE APÓS, o reforço da penhora requerida pelo coexecutado Isaac, com a devolução de todo o saldo para a 25ª Vara Cível.

Assim, dos R$ 1.020.000,00 (valor histórico de fevereiro de 2015) que retornaram para conta à disposição da 33ª Vara Cível em 13/03/2020 (abaixo transcrito), R$ 387.000,00 serão destacados para o pagamento da filha do morador do 10º andar e o saldo integral, PERTENCENTE AO EXECUTADO ISAAC E PENHORADO NO ROSTO DOS AUTOS PELO EXEQUENTE, será finalmente transferido à 25ª Vara Cível, para os autos da Ação de Dissolução Social.

Cabe esclarecer que o saldo desses valores, ou seja, o saldo em fevereiro de 2015, quando foram bloqueados no leilão e transferidos para a conta da 25ª Vara, correspondiam a pouco mais de R$ 1.020.000,00.

Todavia, o importe que está prestes a retornar aos autos da Dissolução Social da 25ª Vara Cível superam o R$ 1.500.000,00 em razão da correção e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

aplicação de juros na conta judicial, sobre o valor do saldo bruto de aproximadamente R$ 633.000, EM FEVEREIRO DE 2015!

13/03/2020

Relação: 0101/2020 Teor do ato: Vistos. 1. Fls. 2118/2124: Indefiro os pedidos formulados pelo terceiro Ronald Arthur Dillon, uma vez que não integra a presente lide, restringindo-se os seus interesses à penhora no rosto dos autos, já devidamente anotada por esse juízo às fls. 2060, proveniente do juízo da1ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, processo nº 0001253-56.2019.8.26.0002, onde lá figura como credor. Nessa esteira, não é demais reiterar que não há qualquer valor depositado nos autos pertencente à Construtora Wasserman, que figura como executada, restando os autos pendentes da regular apuração de haveres decorrente da dissolução parcial da sociedade. Ademais, consigno que eventual arguição de fraude à execução, bem como qualquer pretensão relacionada à desconsideração da personalidade jurídica da empresa, deve ser arguida e apreciada pelo juízo onde tramita o cumprimento de sentença instaurado pelo terceiro Ronald Arthur Dillon em face da Construtora Wasserman. 2. Conforme se observa, o levantamento dos valores depositados nos autos, provenientes do juízo da 33ª Vara Cível (fls. 1811 R$ 508.244,63 e fls. 1812 R$ 512.528,67), estava sobrestado diante da informação de que havia equívoco quanto aos valores transferidos. Pois bem. Em consulta aos autos do processo nº 0215884-33.2010.8.26.0100 da 33ª Vara Cível do Foro Central, verifiquei constar decisão proferida na data de 30.01.2020 solicitando a devolução dos dois valores transferidos para esse juízo, quais sejam, R$ 508.244,63 e R$512.528,67. Isso porque, com relação ao depósito do valor de R$ 508.244,63, transferido em cumprimento a penhora no rosto dos autos, verificou-se a anotação de uma penhora no rosto dos autos anterior do juízo da 18ª Vara Cível. Quanto ao depósito do valor de R$512.528,67, de fato, constato que foi efetuado em duplicidade, uma vez que esse juízo determinou tão somente a penhora no rosto dos autos deferida às fls. 1437, no valor de R$ 403.740,00 (R$ 358.400,00 + R$ 45.340,00), referente ao débito atualizado até fevereiro/2015. Assim sendo, expeça-se ofício ao Banco do Brasil a fim de que transfira o saldo existente nas contas judiciais nº 3700122089779 (depósito de fls.1812) e nº 4500124252600 (depósito de fls. 1811) para uma conta judicial à disposição do juízo da 33ª Vara Cível do Foro Central, processo nº 0215884-33.2010.8.26.0100. Oportunamente, como consignou o D. Juízo da 33ª Vara Cível, diante do saldo remanescente existente em favor da Construtora Wasserman, as penhoras lá anotadas no rosto dos autos serão cumpridas com observância da anterioridade da penhora. Importante constar que, após a efetivação da devolução dos valores, por ora, não há notícia de qualquer outro valor depositados nos autos. 3. Anoto para controle desse juízo que na presente demanda encontram-se anotadas as seguintes penhoras no rosto dos autos: - Fls. 1698: penhora no rosto dos autos do juízo da 10ª Vara Cível Central, processo nº 0716341-28.1998.8.26.0100, do valor pertencente à Construtora Wasserman, até o limite do débito no valor de R$ 576.624,07,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

atualizado até 19.02.2016; - Fls. 1914: penhora no rosto dos autos do juízo da 18ª Vara Cível, processo nº 1127642-42.2014.8.26.0100, do valor pertencente a Isaac Wasserman, até o limite do débito no valor de R$ 2.372,06, atualizado até setembro/2017; - Fls. 2009/2011: penhora no rosto dos autos do juízo da 31ª Vara Cível, processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100, do valor pertencente a Isaac Wasserman, até o limite do débito no valor de R$ 352.079,75, atualizado até fevereiro/2018; - Fls. 2049: penhora no rosto dos autos do juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, processo nº 0001253-56.2019.8.26.0002, do valor pertencente à Construtora Wasserman. 4. Cumpra a Serventia o quanto determinado no item 2, oficiando-se ao Banco do Brasil para a devolução dos valores, ficando prejudicado qualquer levantamento nos autos, face à inexistência de saldo. 5. Manifeste-se as partes em termos de prosseguimento do feito, visando a apuração de haveres da sociedade, considerando que se encontra pendente o depósito dos honorários para a realização da perícia contábil. Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Dannyel Springer Molliet (OAB 147509/SP), Rogerio Licastro Torres de Mello (OAB 156617/SP), Carlos Eduardo Zavala (OAB 185740/SP), Carlos Eduardo Gonzales Barreto (OAB 203615/SP), Jose Cabral Pereira Fagundes Junior (OAB 95808/SP), Larissa Tobias Tomanini (OAB 358208/SP)

Assim, a executada DISCORDA da penhora do imóvel porque o condomínio credor não desistiu da penhora, no rosto dos autos, do valor do crédito, sobre os valores pertencentes inequivocamente ao executado naqueles autos. A penhora do imóvel, sem a desistência da penhora do crédito do executado, não há que subsistir.

Ainda, DISCORDA da penhora do imóvel pois o valor monetário referente a multa que a Construtora deve ao executado por não ter outorgado a escritura do imóvel, já está liberado em favor do executado, por decisão irrecorrível, conforme se depreendeu da análise do primeiro despacho no início copiado.

O único prazo que se deve aguardar, é o andamento processual a ser dado pelo Cartório da 33ª Vara Cível, ao processo físico, transferindo, por ofício, o crédito do executado novamente a disposição da 25ª Vara Cível, quando, então, será soerguido pelo exequente para a quitação do débito perseguido nestes autos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

Além de gerar uma despesa processual desnecessária, certamente a avaliação do imóvel durante a pandemia será prejudicada e o tempo até a conclusão de todos os trâmites avaliatórios e expropriatórios, certamente os valores EM DINHEIRO já terão sido levantados.

Em se tratando do atendimento à preferência legal, requer seja determinada a manutenção da penhora do dinheiro, crédito do executado, no rosto dos autos da ação de dissolução social em trâmite perante a 25ª Vara Cível, termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 12 de abril de 2.021

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AB945D7.

EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DA 18ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO-SP

Autos nº. 0735345-90.1994.8.26.0100

CONSTRUTORA WASSERMAN S/A, já qualificada anteriormente, nos autos da presente ação que lhe move FERNANDA MILAN DE OLIVEIRA, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., expor e requerer o que se segue.

I – Que ocorreu o envio dos autos a Contadoria Judicial, com o fito a dar cumprimento ao que foi decidido nos autos do Agravo de Instrumento de nº. 06018-08.2020.8.26.0000, procedendo ao recálculo do valor devido, com base nas diretrizes firmadas no referido Agravo de Instrumento, que definiu qual a correta base de cálculo para computo dos honorários advocatícios, nos seguintes termos:

> *"Ante o exposto,dá-se parcial provimento ao agravo de instrumento para fixar como base de cálculo do valor dos honorários advocatícios a diferença entre o valor executado no cumprimento de sentença da reconvenção iniciado pela ora agravante(R$ 1.465.469,77 p. 182) e o valor apontado como incontroverso pelos agravados em impugnação (R$ 318.422,87 p. 207), ambos atualizados até a data da condenação; sobre esse valor incidirão atualização monetária e juros de mora a partir de julho/2013 (p. 246),data do trânsito em julgado da respectiva sentença condenatória, determinando-se a remessa dos autos à contadoria em primeiro grau para apuração do valor."*

II – Os autos foram enviados ao Sr. Contador que procedeu aos cálculos tendo apurado que o valor atualizado do débito para Novembro/2020 é de R$ 205.959,75, e posteriormente, incidindo juros de mora de 1% desde jul/2013 até Novembro/2020 o valor é de R$ 387.272,98.

III – Concorda com a forma de realização dos cálculos, no quesito de base de cálculo e termo inicial da correção monetária e juros de mora, que foi a determinada no acórdão. Porém, como esclarecido na própria petição da Exequente de fls. 4063, o valor executado **desde 2015 está garantido por penhora no rosto dos autos sobre depósito judicial em favor desta Executada, ou seja, penhora sobre DINHEIRO, e que ainda não foi transferido para estes autos por um equivoco,** vejamos:

> *"[...]Desde julho de 2015, os Honorários estão garantidos por penhora de crédito da Executada no processo 0215884-33.2010.8.26.0100 da 33ª Vara Cível deste Foro Central (auto de penhora a fls. 3615), mas o valor penhorado naquele processo ainda não foi transferido à disposição deste Juízo, pois, por equívoco, foi encaminhado à 25ª Vara deste Foro Central para pagamento de outro credor da Executada no processo 0158646-56.2010.8.26.0100, em detrimento da penhora prioritária, por anterioridade e natureza alimentar, deferida nestes*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS WASSERMAN, e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 03/07/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0735345-90.1994.8.26.0100 e código ABF2456B.

autos. Em janeiro de 2020, o Juízo da 33ª Vara solicitou a devolução dos valores erroneamente transferidos ao processo da 25ª Vara (doc. 1), ao que, em março de 2020, o Juízo da 25ª Vara determinou a expedição de ofício ao Banco do Brasil para transferência dos depósitos ao Juízo de origem (doc. 2), e, desde então, não houve movimentações processuais em ambos os processos. Ou seja, ao que tudo indica, desde o ano passado, os valores penhorados em garantia do adimplemento dos Honorários encontram-se em conta judicial vinculada ao processo 0215884-33.2010.8.26.0100 da 33ª Vara."

IV – Ou seja, desde 2015 esta execução **já esta garantida com penhora em dinheiro sobre depósito judicial, o que apenas não foi transferido por um equivoco, já tendo sido determinada a transferência, há tempos, porem na fila para cumprimento, e inclusive levando em consideração o período de paralisação dos processos físicos pela Covid. Assim, discorda-se quando ao termo final do juros de mora, que deve ser a data em que garantida a execução com penhora sobre dinheiro.**

V – Assim, correto o cálculo quando ao valor da base de cálculo e os termos iniciais de incidência de juros e correção monetária. Porém, entende-se que devem os consectários da mora serem calculados apenas até jul/2015, quando ocorreu a penhora sobre depósito judicial em processo alheio, em penhora no rosto dos autos, cuja transferência já foi determinada.Os juros de mora, definidos pelo Tribunal com incidência a partir de jul/2013 devem incidir **apenas até julho/2015 quando efetivada a penhora sobre dinheiro da Executada,** visto inexistir mora a partir daí, estando a execução garantida!

VI - Dessa forma, como confesso pela própria Exequente temos que, desde Jul/2015 houve a efetiva penhora de dinheiro/depósito judicial suficiente para o pagamento da dívida. Como sabemos, a penhora de dinheiro/depósito judicial é o meio mais liquido de garantia da execução, sendo inclusive o primeiro inciso do Art. 835 do Código de Processo Civil, possuindo portanto o mais alto grau de preferência no rol de bens penhoráveis, vejamos:

Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; § 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no caput de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

VII - No caso dos autos, houve a penhora em dinheiro/depósito, sendo que, efetivada a penhora em dinheiro/depósito judicial, garantindo a execução, não temos a aplicação de juros de mora a partir da data da penhora, e apenas a remuneração bancária do depósito judicial desde a data da penhora.

VIII - Ou seja, não há nenhum fato ou omissão imputável ao ora devedor que justifique a aplicação dos juros de mora, de modo que, nos termos do Art. 396 do Código Civil não pode ser penalizado com a mora, vejamos: *Art. 396. Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.*

IX - Ora Excelência, a demora na transferência dos valores penhorados para o presente processo é fato totalmente alheio à vontade e a culpa da ora Executada, não podendo ela ser penalizada em razão disso. Ocorreu a errônea transferência para os autos da 25ª Vara, porém, foi prontamente verificado o erro e determinada a devolução do valor erroneamente transferido para a 33ª vara, para então pagamento correto das penhoras no

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS SEIMAN, protocolado em 04/07/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0215884-33.2010.8.26.0100 e código ABF24568.

rosto dos autos preferenciais. A demora na transferência não pode ser apenada à Executada.

X- Tal fato demonstra que não há qualquer atitude ou omissão imputável a ora Executada que justifique a aplicação dos juros de mora ora cobrados, APÓS A PENHORA OCORRIDA, sendo que a demora na transferência dos valores para o presente processo não é por culpa da Executada!

XI – Neste sentido:

EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. DINHEIRO. NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DA DÍVIDA OBJETO DA EXECUÇÃO A PARTIR DO RESPECTIVO DEPÓSITO JUDICIAL. RESPONSABILIDADE DOS ENCARGOS QUE PASSA A SER DO BANCO DEPOSITÁRIO. AGRAVO IMPROVIDO. ***Havendo penhora sobre dinheiro, a partir do momento em que efetivado o depósito judicial respectivo cessa a incidência de juros de mora e da correção monetária sobre a dívida, passando os encargos à responsabilidade do banco depositário.*** *(TJ-SP - AI: 20636170720178260000 SP 2063617-07.2017.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 02/05/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 02/05/2017)*

SEGURO DE VIDA EM GRUPO. CUMPRIMENTO DE DECISÃO PROFERIDA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. VERIFICAÇÃO DE QUE A PLANILHA DE CÁLCULO DA CONTADORIA JUDICIAL NÃO AFRONTA O ACÓRDÃO PROFERIDO, NO QUE TANGE AOS JUROS DE MORA, BEM COMO ADEQUA A EXECUÇÃO AO POSTULADO NA SÚMULA 179 DO E. STJ. ***ENTENDIMENTO DE QUE A PENHORA EM DINHEIRO, ASSIM COMO O DEPÓSITO JUDICIAL PARA GARANTIA DO JUÍZO, TEM O EFEITO ANÁLOGO AO DO PAGAMENTO E PRODUZ EFEITO LIBERATÓRIO NA DATA DE SUA EFETIVAÇÃO, CESSANDO PARA O DEPOSITANTE A RESPONSABILIDADE PELOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, QUE PASSA, A PARTIR DE ENTÃO, A SER DO BANCO DEPOSITÁRIO,*** *SEGUNDO AS REGRAS ESTABELECIDAS PELAS AUTORIDADES MONETÁRIAS.ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM R$ 2.000,00, POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA. Recurso de apelação parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 01026443720088260100 SP 0102644-37.2008.8.26.0100, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 16/05/2017, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2017).*

PENHORA ON LINE – DEPÓSITO JUDICIAL – VALOR DA EXECUÇÃO – MORA – ACRÉSCIMO DE JUROS E CORREÇÃO –INVIABILIDADE 1 – O enunciado da Súmula 179 do C. STJ prevê que "O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos"; 2 –O depósito judicial ou o bloqueio on line da quantia devida pelo credor afasta a mora e o dever de este pagar correção monetária até a data do efetivo levantamento, pois tal dever é transferido para a instituição financeira depositária da quantia; ***3 –Se houve demora entre a data do depósito e a data do levantamento da quantia depositada***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS GARMAN, protocolado em 10/07/2017 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703886-20.2016.8.26.0100 e código ABF24568.

tal demora não pode ser imputada ao devedor, que se isentou da mora no momento em que realizou o depósito, sendo indevida a cobrança a maior referente a correção até a data do efetivo levantamento.*RECURSO IMPROVIDO. (TJ-SP 00634697920088260506 SP 0063469-79.2008.8.26.0506, Relator Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 20/09/2017, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 26/09/2017)*

Vale novamente repetir Excelência, a ora Executada não pode ser penalizada por situações que não tem culpa, como é o caso da demora na transferência do depósito judicial penhora, fazendo então incidir, sobre os juros de mora, o prescrito no Art. 396 do Código Civil, devendo cessar os juros de mora sobre o cálculo desde a data da penhora em jul/2015, ou subsidiariamente ao menos desde que determinada a transferência para estes autos, não podendo o equivoco na demora da transferência ser imputado à Executada.

Neste sentido já se decidiu em caso semelhante, no qual houve demora na transferência de penhora no rosto dos autos efetuada sobre deposito judicial:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Divergência acerca do termo final de incidência dos juros remuneratórios – Pretensão de reformar a decisão que acolheu parcialmente a impugnação apresentada pela devedora, determinando o recálculo do débito, com atualização e juros de 01/11/2017 até 11/01/2018, e dedução do valor bloqueado, fluindo atualização e juros pelo saldo remanescente – Arresto/penhora sobre depósito judicial que interrompe a mora da devedora, passando o valor a ser remunerado exclusivamente pela instituição depositária – Acolhimento da pretensão da exequente que acarretaria remuneração em duplicidade - Decisão mantida – Recurso improvido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2086262-21.2020.8.26.0000; Relator (a): Maria Laura Tavares; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Foro de Campinas - 1ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 05/06/2020; Data de Registro: 05/06/2020)

Assim, devem os juros de mora terem como termo final jul/2015, ou subsidiariamente, no caso de não ser este o entendimento, a data em que determinada a transferência para estes autos, ainda não recebida por mora judiciaria.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 04 de Fevereiro de 2021

MARCOS TOMANINI

OAB/SP 140.252

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS TOMANINI, protocolado em 04/02/2021 às 18:16 , sob o número WJMJ21405615745
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0703886-90.2018.8.26.0100 e código ABF24568.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 368/380: manifeste-se o exequente, no prazo de 10 dias.

No mesmo prazo, deverá o exequente informar o andamento das penhoras deferidas às fls. 341, perante os Juízos das 33ª e 39ª Varas Cíveis Centrais.

Intime-se.

São Paulo, 13 de abril de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 13/04/2021 às 11:35 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ABA20DD.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0109/2021, foi disponibilizado na página 501/513 do Diário de Justiça Eletrônico em 15/04/2021. Considera-se a data de publicação em 16/04/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 368/380: manifeste-se o exequente, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, deverá o exequente informar o andamento das penhoras deferidas às fls. 341, perante os Juízos das 33ª e 39ª Varas Cíveis Centrais. Intime-se."

SÃO PAULO, 15 de abril de 2021.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 15/04/2021 às 00:48 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ABD92AA.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN e TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao r. despacho de fls. 381, manifestar-se em relação à petição de fls. 368-376.

I. DA FALTA DE LEGITIMIDADE E INTERESSE PROCESSUAL DA COEXECUTADA NA IMPUGNAÇÃO DAS PENHORAS

A **COEXECUTADA TANIA WASSERMAN**, pessoalmente devedora, não possui qualquer bem de sua propriedade ou direito de sua titularidade que esteja penhorado nos autos, e tampouco ela demonstrou ser de sua propriedade o imóvel objeto do pedido de penhora (fls. 351-352), ora impugnado. Sua citação para compor a presente lide executiva se deu por dois motivos: **(a)** o fato de ser pessoalmente codevedora do crédito em execução, conforme instrumento de Confissão de Dívida (fls. 359-361); e **(b)** preventivamente, por força dos art. 73, §1º, I, III e IV, art. 790, IV, e art. 842 do CPC, que exigem a intimação e citação do cônjuge quando há penhora de imóvel, **ainda que o cônjuge não seja proprietário do bem**, apenas para afastar qualquer alegação futura de nulidade, nos termos da petição de fls. 351-352.

Segundo o que se extrai da fundamentação da r. decisão de fls. 364, foi somente em virtude da primeira razão acima exposta (item "a"), ou seja, por ser codevedora solidária do débito em execução, por força do instrumento de fls. 359-361, que **TANIA WASSERMAN** foi admitida como litisconsorte neste processo executivo.

No caso do imóvel sobre o qual recai o pedido de penhora (matrícula nº 84.810), o mesmo é *ocupado* por **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **TANIA WASSERMAN**, na qualidade de cônjuges residentes no local, o que faz deles, por força de pacífico entendimento jurisprudencial[1], codevedores solidários das contribuições condominiais, junto da proprietária **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, por se tratar de obrigação *propter rem*.

No entanto, o imóvel é presumivelmente *de propriedade* de **MAGNUM S/A**, a única proprietária registrada do imóvel (cf. art. 1.232, art. 1.245 e 1.247 do CC), que foi extinta e absorvida, (fls. 28 e ss.), por incorporação à **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, a qual passou a ser **proprietária** do imóvel na qualidade de *sucessora legal por incorporação* (cf. art. 1.116 c/c 1.227, *in fine*¸ do CC).

Referido imóvel foi objeto de instrumento de *dação em pagamento* em favor de **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, tendo sido prometido como forma de pagamento parcial de seus haveres, devidos em decorrência de sua retirada da sociedade (fls. 37). Porém, ao que consta, jamais houve lavratura de escritura pública e, certamente,

[1] STJ, REsp 1.345.331/RS, 2ª Seção, Min. Luis Felipe Salomão, j. 08/04/2015: "No ponto, releva notar que as despesas condominiais, compreendidas como obrigações *propter rem*, são de responsabilidade daquele que detém a qualidade de proprietário da unidade imobiliária, ou ainda pelo titular de um dos aspectos da propriedade, tais como a posse, o gozo ou a fruição, desde que esse tenha estabelecido relação jurídica direta com o condomínio"; STJ, REsp 1.704.498 – SP, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 17/04/2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/04/2021 às 21:30 , sob o número WJMJ21406874914
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AD5CBE0.

jamais houve registro de título translativo do bem em favor de **ISAAC** ou **TANIA** na matrícula do imóvel. Também para fins de qualquer juízo sobre a comunicação patrimonial ou não do imóvel, tampouco há registro, nos autos, da data e do regime de casamento entre **ISAAC** e **TANIA**, o que não permite sequer entender se, recebido como pagamento de haveres na sociedade, se tal imóvel se comunicaria ou não com o patrimônio da cônjuge **TANIA**. Portanto, qualquer especulação sobre o regime dominial do imóvel seria imprudente, e a única referência legítima de propriedade e de direitos sobre o imóvel deve ser feita **à luz do registro imobiliário**.

Assim, considerando o art. 54, parágrafo único, da Lei 13.097/2015, bem como os art. 1.232, art. 1.245 e 1.247 do CC, a única proprietária do imóvel objeto do pedido de penhora é a **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, de maneira que a **COEXECUTADA TANIA** não tem legitimidade para impugnar a penhora sobre o bem que não é de sua propriedade. Igualmente, o eventual desfazimento da penhora sobre o imóvel não teria o condão de liberar qualquer penhora existente sobre bem ou direito de **TANIA WASSERMAN** (posto que inexistente), e portanto também lhe faltaria interesse processual em referida impugnação.

II. DO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO PORÉM SIMPLES DO CÔNJUGE CODEVEDOR

Todos os **COEXECUTADOS** respondem solidariamente pela integralidade do débito em execução, porém não de forma unitária, e sim divisível, perfazendo um litisconsórcio simples. No caso dos cônjuges pessoalmente codevedores, o litisconsórcio é simples, porém necessário. No entanto, não perde sua característica divisível entre os referidos codevedores solidários.

Conforme art. 117 do CPC, os litisconsortes simples devem ser tratados em relação à **EXEQUENTE** como **litigantes distintos**. A situação deve ser idêntica, portanto, à execução concomitante de tantas ações executivas quantos fossem os devedores, salvo, no tocante aos cônjuges, no que diz respeito à formação de litisconsórcio necessário (porém simples) em virtude da exigência legal.

Assim, os limites às penhoras devem ser considerados de acordo com o valor devido por cada **COEXECUTADO**, que é, para cada um, a totalidade do débito. Não há qualquer penhora em face da **COEXECUTADA TANIA WASSERMAN**, sendo que as penhoras existentes devem ser consideradas somente em relação à responsabilidade patrimonial do devedor proprietário do bem ou titular do direito penhorado.

III. DA INSUFICIÊNCIA DAS PENHORAS EXISTENTES

A **COEXECUTADA TANIA WASSERMAN** impugna o pedido de penhora do imóvel (fls. 351-352) objeto da matrícula nº 84.810 do 5º CRI de São Paulo – SP, cujas contribuições condominiais inadimplidas são objeto da presente execução, sob o argumento de **excesso de penhora**, pois o crédito em execução já seria objeto de penhoras de créditos no rosto de certos autos:

> "De pronto, observa-se que o exequente não desistiu da penhora dos créditos que já havia efetivado e que se encontra no rosto dos autos daquela ação. Assim, requerendo, neste momento, a penhora do próprio imóvel, estar-se-ia constituindo dupla garantia, o que não se pode admitir." (fls. 369).

Cabe ressaltar, no entanto, que a penhora do crédito só se reputa completa a partir do momento em que atinja bens de valor suficiente para o pagamento do crédito em execução, nos termos do art. 831 do CPC:

> "Art. 831. A penhora deverá recair sobre **tantos bens quantos bastem** para o pagamento do principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios."

Nos termos da planilha de cálculo de fls. 353-357, o débito principal em execução era de R$739.984,42 em dezembro de 2020. Acrescido de honorários de 10% (execução), mais 10% (embargos à execução), chega-se a quase

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/04/2021 às 21:30 , sob o número WJMJ21406874914
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AD5CBE0.

R$888.000,00. Considerando que já se passaram 04 meses inadimplentes desde então, o débito atual é próximo de R$910.000,00 (novecentos e dez mil reais).

Ao contrário do que afirma a **COEXECUTADA**, não há nos autos penhora de dinheiro, mas somente **penhora no rosto dos autos (art. 860 do CPC)**, que incidem sobre **eventuais créditos** sobressalentes, cujos valores permanecem ilíquidos, uma vez que: (a) existem penhoras prioritárias em referidos autos, nos termos do art. 797 do CPC; (b) o valor das penhoras prioritárias não estão liquidados, de maneira que não é possível dizer se haverá qualquer crédito atingido pela penhora no rosto dos autos, uma vez liquidados e executadas as penhoras ali existentes.

As penhoras de atualmente existentes recaem no rosto dos seguintes autos:

(1) Processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, 25ª Vara Cível do Foro Central
Penhora de créditos de ISAAC DANIEL WASSERMAN em face da CONSTRUTORA WASSERMAN
Nesse processo, todo o valor existente foi transferido para os autos abaixo. Eventual sobra, após executadas as penhoras do processo abaixo, devem retornar a esses autos. No entanto, o valor é incerto. Há, ainda, penhora prioritária antes da penhora oriunda desses autos.

(2) Processo nº 0215884-33.2010.8.26.0100, 33ª Vara Cível do Foro Central
Penhora de créditos da CONSTRUTORA WASSERMAN em face de OPUS D'ART
Há um valor de aprox. R$ 1 milhão, mas que deve ser usado nas penhoras prioritárias, de valores altíssimos (conforme petição de fls. 368-376), mas ainda ilíquidos, de maneira que é incerto qual valor sobrará (se é que algum valor sobrará). De qualquer maneira, o débito integral da presente execução já chega a R$900 mil, de modo que **a única certeza é que o valor sobejante será bastante inferior ao do débito ora em execução**, de maneira que, mesmo positiva, a penhora aqui é **não cobre** a totalidade do débito (art. 831 do CPC).

(3) Processo nº 0207822-67.2011.8.26.0100, 39ª Vara Cível
Penhora de créditos da CONSTRUTORA WASSERMAN em face de DISSEI
Há penhoras prioritárias que somam mais de R$2 milhões (sem atualização), e aguardando desfecho de leilão para saber se haverá eventual valor. Não há perspectiva de que sobre qualquer crédito após a execução das penhoras prioritárias.

Conforme se vê, apesar da incerteza e iliquidez, é possível dizer, com grande margem de certeza, que as penhoras no rosto dos autos hoje existentes (que não atingem dinheiro, mas créditos **eventuais** e incertos) **será inferior ao valor do débito desta execução**.

Portanto, a penhora sobre o imóvel (de onde se originam os créditos ora executados) terá o condão de **complementar as penhoras hoje** existentes, até que se garanta a integralidade do valor ora em execução, nos termos do art. 831 do CPC. Neste momento, sabe-se que não há penhora de bens e direitos suficientes para cobrir o débito em execução.

Deve-se também considerar que eventual leilão do bem imóvel pode atingir o valor mínimo de 50% (art. 891, parágrafo único, do CPC). Não há, atualmente, avaliação do imóvel cuja penhora agora se requer. Mas, há grandes chances de que, arrematado pelo valor mínimo de 50%, sequer a sua alienação seja suficiente para quitar os débitos ora em execução, que até eventual segundo leilão e (com sorte) arrematação, poderão ultrapassar o valor de 50% do imóvel.

Assim, todas as penhoras hoje existentes nos autos, somadas à penhora do imóvel, são absolutamente necessárias – e podem ainda ser insuficientes – para os fins do art. 831 do CPC.

Cancelar qualquer uma das penhoras hoje existentes pode significar que outros credores (como já existem, em referidos autos, outras penhoras no rosto dos autos posteriores àquelas emanadas dos presentes autos) obtenham uma prioridade que hoje não possuem em relação ao **EXEQUENTE**, por força do art. 797 do CPC. E o risco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/04/2021 às 21:30 , sob o número WJMJ21406874914
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AD5CBE0.

de que sequer a alienação do bem imóvel, de onde se originam os débitos *propter rem*, seja suficiente para cobrir a dívida, é a cada dia mais real.

Não há excesso, mas sim **insuficiência** de penhoras até o presente momento.

IV. ESCLARECIMENTOS QUANTO AOS FATOS

No tocante às alegações da **COEXECUTADA**, na última Assembleia Geral de Condomínio do **EXEQUENTE** foi definido que a insuficiência das penhoras no rosto dos autos deveria ser suprida e complementada com a penhora do próprio imóvel, unidade autônoma devedora, nos termos do art. 831 do CPC.

Quanto aos termos da Confissão de Dívida (fls. 359/361) reproduzidos pela **COEXECUTADA** em sua petição de fls. 368-376, esclarece-se que a Cláusula Quinta apenas determina que, havendo levantamento de valores (ou seja, satisfação do crédito) por qualquer uma das penhoras existentes, ou por venda particular do imóvel com reserva de valores para pagamento do débito, o **EXEQUENTE** requererá a baixa das penhoras sobressalentes. No entanto, a realidade atual é de insuficiência das penhoras, de inexistência de venda e, portanto, de inaplicabilidade da Cláusula Quinta por não observância fática de seu pressuposto: a satisfação do crédito.

V. PEDIDOS

Pelo exposto, requer seja **indeferida a impugnação** apresentada pela **CODEVEDORA TANIA WASSERMAN** às fls. 368-376, por lhe faltar legitimidade e interesse, uma vez que não prova ser proprietária do imóvel, e tampouco lhe aproveitar qualquer baixa das penhoras ora existentes, que recaem sobre créditos incertos **dos demais COEXECUTADOS** (**ISAAC** e **CONSTRUTORA WASSSERMAN**), sendo todos litisconsortes simples e codevedores solidários, devendo serem tratados autonomamente, nos termos do art. 176 do CPC.

Subsidiariamente, que seja **indeferida a impugnação ao pedido de penhora do imóvel**, pois as penhoras existentes (nos rostos dos autos) têm demonstrado serem insuficientes para cobrir o crédito ora em execução e, ainda que se some a penhora sobre o imóvel, até mesmo a liquidação forçada do imóvel em leilão pode ser insuficiente para satisfação do crédito do **EXEQUENTE**, devendo todas as penhoras serem mantidas, bem como acrescida a penhora sobre o imóvel, para que se chegue perto de cobrir a integralidade do crédito, **nos termos do art. 831 do CPC**, e haja alguma chance de satisfação do crédito ora em execução, que é o escopo da presente demanda.

Caso esse MM. Juízo entenda pertinente, que sejam oficiados os MM. Juízos da 25º, 33ª e 39ª Vara Cível para que informem nos processos acima referidos a quantidade de penhoras prioritárias em relação à penhora no rosto dos autos, valor atualizado dos débitos e eventual perspectiva de saldo em favor do **EXEQUENTE**, posto que inexistente até o momento.

Termos em que
Pede deferimento.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/04/2021 às 21:30 , sob o número WJMJ21406874914
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AD5CBE0.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Tânia Wasserman, em causa própria, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., manifestar-se acerca da petição de fls.383 a386, da forma seguinte.

O exequente apresentou petição afirmando que a citação da executada se deu apenas para cumprir uma formalidade legal, posto que a mesma não é proprietária do bem, mas, tão somente, esposa do coexecutado Isaac, ocupante do imóvel. Além disso, afirmou que nos autos da Ação de Dissolução Social promovida pelo executado Isaac contra a Construtora Wasserman, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, não há bens pertencentes a empresa parcialmente dissolvida (a Construtora executada) capazes de garantir o pagamento do crédito decorrente desta ação e, por isso, a penhora no rosto daqueles autos restaria infrutífera pela insuficiência de bens. Finalmente, o exequente afirmou que são também insubsistentes as penhoras realizadas naqueles autos.

No entanto, o exequente está absoluta e totalmente equivocado quanto as suas afirmações, senão vejamos:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

A executada, ora peticionária, é proprietária do imóvel devedor, juntamente com seu esposo Isaac, conforme atesta a certidão de matrícula em anexo. Portanto, a executada tem legitimidade para impugnar a penhora requerida.

Quanto a garantia do pagamento do débito, compulsando os autos da Ação de Dissolução Social acima mencionada, constata-se fazer parte dos bens remanescentes da Construtora Wasserman, um terreno situado na Rua Madre Cabrini nº 314 fundos e 328, matriculada sob nº 77.712 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo.

Referido imóvel, muito embora averbado com algumas penhoras de credores da Construtora, **está sendo oferecido à venda pelo valor de R$ 14 a 15 milhões** de reais, conforme comprovam as cópias das duas propostas recebidas pela empresa.

A Construtora pretende, com o produto da venda deste imóvel, liquidar todas as suas dívidas e, da parte cabente ao executado, certamente haverá saldo suficiente para quitar a dívida desses autos.

Caso este imóvel não seja alienado, de forma particular, como pretende a Construtora coexecutada, o processo no qual foi avaliado já se encontra em fase de leilão, aguardando apenas a designação de datas para praceamento pelo leiloeiro já nomeado, conforme comprova o r. despacho abaixo copiado:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

0207822-67.2011.8.26.0100

Classe	Assunto	Foro	Vara	Juiz
Procedimento Comum Cível	Ato / Negócio Jurídico	Foro Central Cível	39ª Vara Cível	Daniela Pazzeto Meneghine Conceição

PARTES DO PROCESSO

Reqte	Dissei Engenharia e Construções Ltda. Advogado: Ladislaus Karpat
Reqdo	Construtora Wasserman S/A Advogado: Marcos Tomanini
TerIntCer	Ronald Arthur Dillon Advogado: Oseas Davi Viana
Credor	Fernanda Milan de Oliveira Advogada: Fernanda Milan de Oliveira

05/03/2021 — *Remetido ao DJE - Relação: 0110/2021 ... Como arremate, pode-se concluir que o parecer apenas tem intuito meramente protelatório, eis que segundo certificado nos autos, vê-se que não houve qualquer formulação de pedido de reavaliação nos últimos 12 (doze) meses (fls. 1665). Ante o exposto, rejeito o pedido de reavaliação, nos termos da fundamentação.* ***Intime-se o I. Leiloeiro, nos termos da decisão de fls. 1564/1567****. Intime-se. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Fernanda Milan de Oliveira (OAB 234381/SP), Ladislaus Karpat (OAB 45486/SP), Oseas Davi Viana (OAB 19801/SP)*

22/10/2020 — *Remetido ao DJE Relação: 0525/2020 Teor do ato: Vistos. 1. Impende destacar que foi proferida decisão decretando a nulidade do leilão judicial às fls. 1311/1314, eis que o então leiloeiro nomeado procedeu indevidamente a compensação de créditos sequer constantes dos autos, ...*

A fim de viabilizar a realização de novo certame de alienação judicial, determinei que a z. serventia certificasse nos autos todas as penhoras formalizadas no rosto destes autos, evitando-se assim o lamentável cenário ocorrido anteriormente. Realizadas as regularizações necessárias, desde já esclareço que na alienação judicial deverá o I. Leiloeiro prever no edital a ser editado a existência de proibição expressa de compensação. Observo que já houve intimação dos proprietários, registro da constrição e avaliação do bem (com ciência das partes). Após a realização do certame, o valor arrecadado deverá permanecer depositado nos autos a fim de se deflagrar o concurso de credores e análise das preferências legais. 2. ***Promova-se o praceamento do bem penhorado pelo SISTEMA ELETRÔNICO autorizado pelo art. 879, II, do CPC e regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009, medida que visa a aumentar a quantidade de participantes, propiciando, de conseguinte, uma maior divulgação e, assim, potencializar a eventual arrematação em benefício do credor (art. 797 do CPC) e dos devedores (art. 805 do CPC). 3. Nomeio leiloeiro DANILO CARDOSO DA SILVA ARENA LEILÃO***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

> ***(www.Arenaleilao.Com.Br arenaleilao@arenaleilao.Com.Br tel: (11) 3333-3769),*** *especialmente considerando o cadastramento da gestora já implementado junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de São Paulo (STI). 4. Deverá o exequente contatar a gestora para as providências de praxe, observadas as regras pertinentes previstas no CPC, cabendo à mesma as intimações de cônjuges, coproprietários, credores hipotecários, etc. e no Provimento CSM n. 1625/2009, em especial: a) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa no primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital (art. 11 do Prov. CSM n. 1625/2009); b) não havendo lanço superior ao valor atualizado da avaliação nos três dias subsequentes ao da publicação do edital, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá por no mínimo vinte dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital (art. 12 do Prov. CSM n. 1625/2009); c) em segundo pregão, para os fins do art. 891 do CPC, não serão admitidos lanços inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor atualizado da avaliação, percentual excepcionalmente identificado por conta da controvérsia que se instalou em relação ao real valor do imóvel (art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009); ...Int. Advogados(s): Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Fernanda Milan de Oliveira (OAB 234381/SP), Ladislaus Karpat (OAB 45486/SP), Oseas Davi Viana (OAB 19801/SP)*

Ademais, a executada insiste no fato de que o exequente não desistiu da penhora, no rosto dos autos, dos créditos, tanto de Isaac, quanto do valor que está depositado judicialmente à disposição do I. Juízo da 33ª Vara Cível, que já havia efetivado naquela ação.

Há que se esclarecer que **existem dois bloqueios**, **EM DINHEIRO**, nos autos da Dissolução Social: **um cujo favorecido é Isaac e o outro**, é o bloqueio do saldo do leilão de um imóvel da Construtora, **à disposição do I. Juízo da 25ª Vara Cível**. Explico:

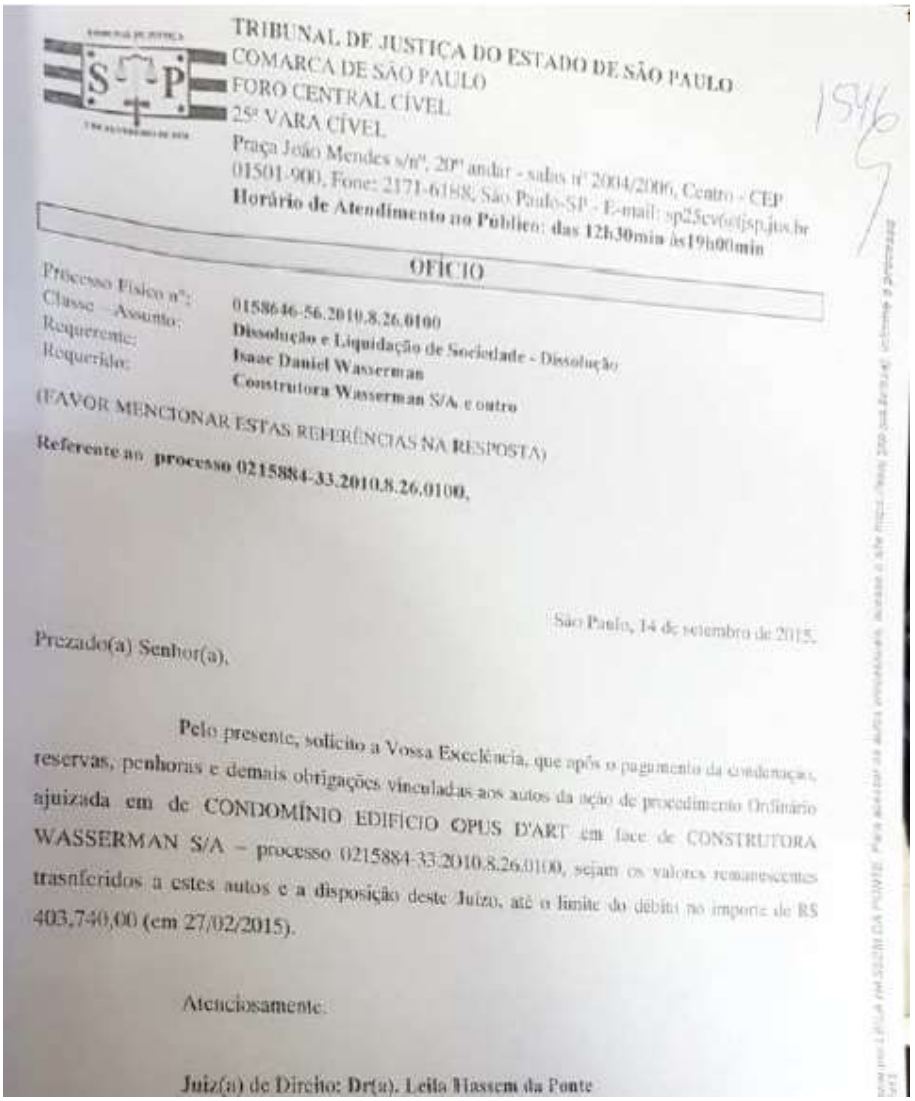
Quando realizado leilão de um grande imóvel pertencente a Construtora Wasserman e, após pagar todos os créditos habilitados, ainda restou um saldo do valor da venda judicial. Deste valor:

a) **R$ 403.740,00 (atualizados apenas até fevereiro de 2015) foram penhorados, em favor do coexecutado Isaac** e correspondem a multa devida pela Construtora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

pelo descumprimento do acordo judicial entabulado há mais de dez anos, pelo qual esta deveria ter outorgado a escritura definitiva do imóvel objeto desta ação no prazo de 30 dias após a audiência e

b) R$ 512.528,67 correspondente ao saldo final do leilão, que foi BLOQUEADO e encontra-se depositado judicialmente, em favor da 33ª Vara Cível, às vias de ser transferido para a 25ª Vara Cível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 20º andar - salas nº 2004/2006, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

1546

OFÍCIO

Processo Físico nº: **0158646-56.2010.8.26.0100**
Classe - Assunto: **Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução**
Requerente: **Isaac Daniel Wasserman**
Requerido: **Construtora Wasserman S/A e outro**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Referente ao processo 0215884-33.2010.8.26.0100.

São Paulo, 14 de setembro de 2015.

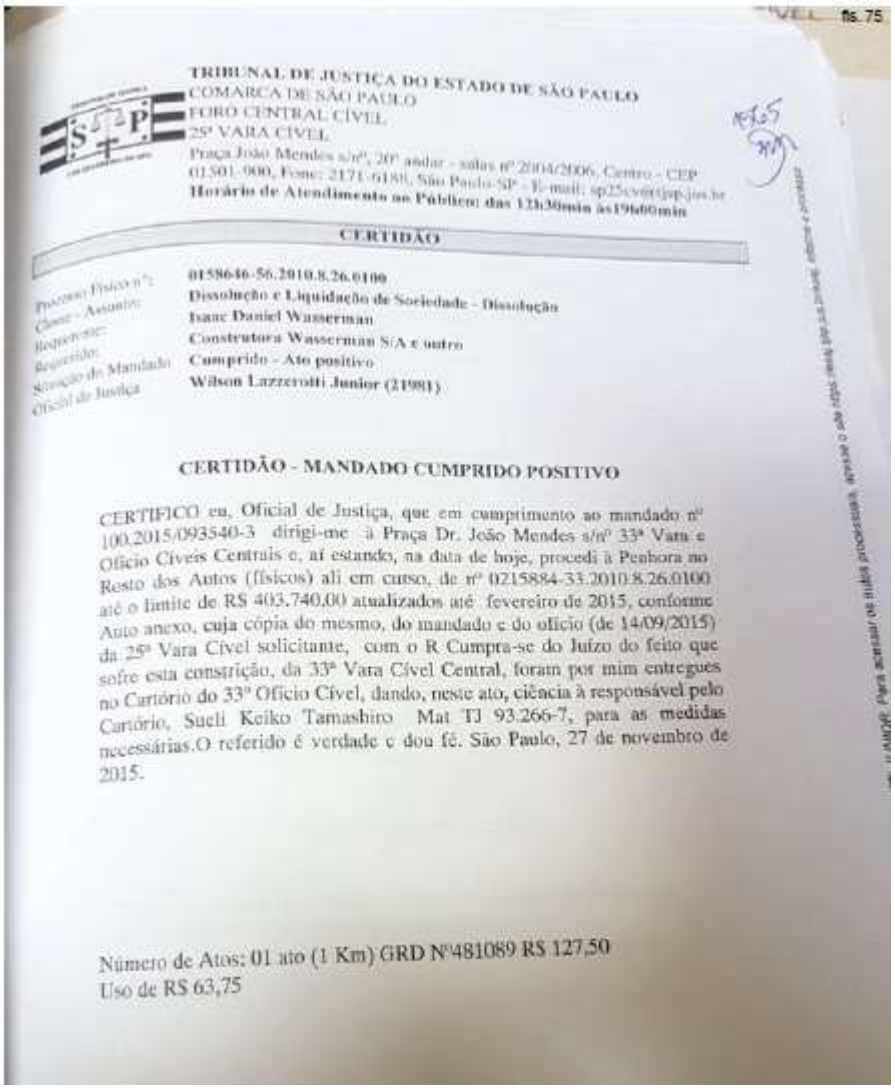
Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, solicito a Vossa Excelência, que após o pagamento da condenação, reservas, penhoras e demais obrigações vinculadas aos autos da ação de procedimento Ordinário ajuizada em de CONDOMÍNIO EDIFÍCIO OPUS D'ART em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A – processo 0215884-33.2010.8.26.0100, sejam os valores remanescentes trasnferidos a estes autos e a disposição deste Juízo, até o limite do débito no importe de R$ 403,740,00 (em 27/02/2015).

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Leila Hassem da Ponte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.



fls. 75

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 20º andar - salas nº 2004/2006, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6181, São Paulo-SP - E-mail: sp25cvel@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº: 0158646-56.2010.8.26.0100
Classe - Assunto: Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução
Requerente: Isaac Daniel Wasserman
Requerido: Construtora Wasserman S/A e outro
Situação do Mandado: Cumprido - Ato positivo
Oficial de Justiça: Wilson Lazzerotti Junior (21981)

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 100.2015/093540-3 dirigi-me à Praça Dr. João Mendes s/nº 33ª Vara e Ofício Cíveis Centrais e, aí estando, na data de hoje, procedi à Penhora no Resto dos Autos (físicos) ali em curso, de nº 0215884-33.2010.8.26.0100 até o limite de R$ 403.740,00 atualizados até fevereiro de 2015, conforme Auto anexo, cuja cópia do mesmo, do mandado e do ofício (de 14/09/2015) da 25ª Vara Cível solicitante, com o R.Cumpra-se do Juízo do feito que sofre esta constrição, da 33ª Vara Cível Central, foram por mim entregues no Cartório do 33º Ofício Cível, dando, neste ato, ciência à responsável pelo Cartório, Sueli Keiko Tamashiro Mat TJ 93.266-7, para as medidas necessárias.O referido é verdade e dou fé. São Paulo, 27 de novembro de 2015.

Número de Atos: 01 ato (1 Km) GRD Nº481089 R$ 127,50
Uso de R$ 63,75

O valor dessa PENHORA existente **em favor do executado Isaac,** apenas atualizada pela poupança, ainda sem o acréscimo de juros da conta judicial, **soma R$ 528.148,33!!** Vale ressaltar que **este valor PERTENCE DE FORMA LÍQUIDA E CERTA AO EXECUTADO, SEM QUE CAIBA QUALQUER RECURSO**!!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

Correção Monetária
Valores atualizados até 30/04/2021
Indexador utilizado: Poupan?a (Bancen tabela 196) (Bancen tabela 196, dep?sitos a partir de 01/06/2012)

27/11/2015 *R$ 403.740,00 x 1,308139713* *R$ 528.148,33*

	Resumo		
	Valores	***Custas***	***Total***
Valores atualizados	*R$ 528.148,33*	*R$ 0,00*	*R$ 528.148,33*
Total	***R$ 528.148,33***	***R$ 0,00***	***R$ 528.148,33***

A filha do morador do 10º andar do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, na qualidade de advogada, pleiteava, contra a Construtora Wasserman, o recebimento de uma importância correspondente a honorários de sucumbência no valor de R$ 387.272,98 e alegava anterioridade a penhora e ao bloqueio efetivados pelo coexecutado.

Acerca dessa discussão, o MM. Juiz da 33ª Vara Cível, assim decidiu:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

0215884-33.2010.8.26.0100

Classe	Assunto	Foro	Vara	Juiz
Procedimento Comum Cível	Indenização por Dano Moral	Foro Central Cível	33ª Vara Cível	Douglas Iecco Ravacci

Reqte	Condomínio Edifício Opus D art Advogado: Rubens Leal Santos
Reqdo	Construtora Wasserman S/A Advogado: Carlos Eduardo Zavala Advogado: Marcos Tomanini
Outros	Jubray Sacchi
Terceiro	Pérola Wasserman Advogado: Marcos Tomanini
Gestor	Fernando Cabecas Barbosa Advogado: Luiz Aparecido Azevedo
ArremTerc	Encantada Participações S/A Advogado: Otavio Alfieri Albrecht
TerIntCer	Paulo Sergio Ferrari Advogado: Maurício Bíscaro
Fiscal	Prefeitura Municipal de São Paulo - Procurador Luccas Lombardo de Lima Advogado: Luccas Lombardo de Lima

Relação: 0033/2020 Teor do ato: Vistos, Fls 1743/1746, 1751/1752, 1763/1771, Fls. 1759/1761 e 1778: tendo em vista o trânsito em julgado do recurso contra a decisão que determinou o recálculo do débito, restou reservando nos autos a quantia de R$ 41.320,77. O condomínio apresentou memória de cálculo apurando saldo remanescente de de R$ 24.969,20, contra o qual se insurge a executada Construtora Wasserman sob alegação de que não há saldo mas sim valor a ser devolvidos nos autos (R$ 613.361,80). Ocorre que os cálculos já foram há muito tempo apresentados, restando apenas discussão sobre incidência, ou não, de juros de mora sobre custas e despesas processuais. Portanto, encontra-se preclusão a impugnação da Construtora. Defiro a expedição de mandado de levantamento em favor do Condomínio no valor de R$ 24.969,20, com encargos desde outubro de 2014; e de R$ 1.095,27, com encargos desde outubro de 2018 (custas e despesas posteriores). Do saldo - R$ 15.256,30, expeça-se mandado de levantamento em favor da Relusita no valor de R$ 5.085,43 com encargos desde outubro de 2014. O restante R$ 10.170,87 permecerá nos autos até que se consumem todas as penhoras nos autos. Fls. 1756: diante do tempo decorrido cobre-se do Banco do Brasil informaçoes sobre a transferência de crédito à disposição do juízo da 18a VC, processo 0735345-90.1994.8.26.0100. Fls. 1757, 1773/1775, 1776, 1780/1788, 1790/1796, 1812/1823: o terceiro Isaac Daniel Wasserman informou nos autos que foram determinadas duas penhoras da 25ª VC 0158646-56.2010.8.26.0100, não ocorrendo duplicidade. Ocorre que somente há uma penhora anotada nos autos (certidão de fls. 1603, no valor atualizado de R$ 508.244,63), posterior à

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

> ***penhora da 18a VC, de modo que deve ser devolvido o valor aos autos, bem como o outro de R$ 512.528,67, para o devido cumprimento das penhoras, respeitando a anterioridade. Oficie-se à 25a VC, referente ao processo 0158646-56.2010.8.26.0100, solicitando a devolução dos dois valores transferido àquele juízo, instruindo como cópia dos depósitos, e esclarecendo que a penhora de R$ 403.740,00 já encontra-se anotada****. Fls. 1798/1804: providencie a serventia certidão nos autos de todas as penhoras, bem como as já efetivadas com transferência, bem como saldo em conta judicial após os levantamento acima determinados. **Anote a serventia a ampliação da penhora referente ao processo 0158646-56.2010.8.26.0100, da 25a VC (referente a todos os valores destinados à Construtora Wasserman), considerando a data da juntada do primeiro ofício recebido.** Após, tornem concluso para que se responda o oficio da 39 VC, referente ao processo 0825823-47.1994.8.26.0100/01.*

Desta forma, o MM. Juiz da 33ª Vara determinou o pagamento, à Fernanda, do seu crédito de R$ 387.272,98 e, **IMEDIATAMENTE APÓS, o reforço da penhora requerida pelo coexecutado Isaac, com a devolução de todo o saldo para a 25ª Vara Cível**.

Assim, dos R$ 1.020.000,00 (valor histórico de fevereiro de 2015) que retornaram para conta à disposição da 33ª Vara Cível em 13/03/2020 (abaixo transcrito), R$ 387.000,00 serão destacados para o pagamento da filha do morador do 10º andar e **o saldo integral, PERTENCENTE AO EXECUTADO ISAAC, será finalmente transferido à 25ª Vara Cível**, para os autos da Ação de Dissolução Social.

Com o retorno desse saldo, penhorado em favor do executado Isaac, aos autos da 25ª Vara Cível, o Condomínio exequente terá, em razão de sua penhora CONTRA O EXECUTADO ISAAC, a exclusividade e anterioridade do pagamento!!

Cabe esclarecer que o saldo desses valores, ou seja, o saldo em fevereiro de 2015, quando foram bloqueados no leilão e transferidos para a conta da 25ª Vara, correspondiam a pouco mais de R$ 1.020.000,00.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

Todavia, **o importe que está prestes a retornar aos autos da Dissolução Social da 25ª Vara Cível superam o R$ 1.500.000,00 em razão da correção e aplicação de juros na conta judicial,** sobre o valor do saldo bruto de aproximadamente R$ 633.000,00 EM FEVEREIRO DE 2015!

Assim, a executada DISCORDA da penhora do imóvel porque, com a penhora efetivada, pelo Condomínio credor, EM DINHEIRO, no rosto dos autos da ação de Dissolução de Sociedade, do valor do crédito, penhora essa que recaiu **sobre os valores pertencentes inequivocamente ao executado Isaac,** a penhora do imóvel não há que subsistir.

Ainda, DISCORDA da penhora do imóvel pois, conforme anteriormente esclarecido, **o valor monetário penhorado pelo exequente**, referente a multa que a Construtora deve ao executado Isaac, por não ter outorgado a escritura do imóvel, **já está liberado em favor do executado, por decisão irrecorrível.**

O único prazo que se deve aguardar, é o andamento processual a ser dado pelo Cartório da 33ª Vara Cível, ao processo FÍSICO, transferindo, por ofício, o crédito do executado novamente a disposição da 25ª Vara Cível, quando, então, será soerguido pelo exequente para a quitação do débito perseguido nestes autos.

Além de gerar uma despesa processual desnecessária, certamente a avaliação do imóvel durante a pandemia será prejudicada e o tempo até a conclusão de todos os trâmites avaliatórios e expropriatórios, certamente os valores EM DINHEIRO já terão sido levantados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

Em se tratando do atendimento à preferência legal, requer seja determinada a manutenção da penhora do dinheiro, crédito do executado Isaac, no rosto dos autos da ação de dissolução social em trâmite perante a 25ª Vara Cível, suficiente à satisfação integral do crédito perseguido nesses autos.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 7 de maio de 2.021

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7451.

LIVRO Nº 2 REGISTRO GERAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

matrícula 77.712 | ficha 01 | São Paulo, 25 de abril de 1.997.-

UM PRÉDIO, na Rua Madre Cabrini, nºs 328 e 314-fundos, no 9º subdistrito - VILA MARIANA, contribuintes nºs 037.083.0142-0/0438-1, assim descrito:- tem início no ponto 1, situado no alinhamento da Rua Madre Cabrini, distante 252,94ms do alinhamento predial da Rua Coronel Lisboa; daí segue 10,16ms pelo alinhamento predial da Rua Madre Cabrini até o ponto 2; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno 85°32'45" e segue 106,18ms confrontando com o prédio nº 314 da Rua Madre Cabrini (Condomínio Edifício Madre Cabrini), até o ponto A; daí deflete à direita, formando ângulo interno de 267°31'00" e segue 16,50ms, confrontando ainda com o prédio nº 314 da Rua Madre Cabrini até o ponto B; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 89°54'41", e segue 46,37ms confrontando com o prédio nº 296 da Rua Madre Cabrini até o ponto C; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 112°00'32", e segue 15,27ms confrontando por uma viela sanitária com o imóvel nº 117 da Rua Professor Frontino Guimarães até o ponto D; daí deflete à direita, formando ângulo interno de 250°33'47" e segue 0,92m confrontando com a referida viela até o ponto 3; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 102°40'08", e segue 7,35ms confrontando com a mesma viela sanitária (trecho canalizado do Córrego do Sapateiro) até o ponto 4; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 78°23'16", e segue 160,13ms confrontando com o prédio nº 332 da Rua Madre Cabrini (Condomínio Edifício British Garden) até encontrar o ponto 1, onde forma com segmento

.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-. (continua no verso) .-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:24/02/2021 12:53:24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7456.

matrícula 77.712 | ficha 01v°

inicial ângulo interno de 93°23'51", encerrando a área de 2.140,78m2 (dois mil, cento e quarenta metros quadrados e setenta e oito decímetros quadrados).--- **PROPRIETÁRIA** : CONSTRUTORA WASSERMAN S/A, com sede nesta Capital, na Rua Dr. Diogo de Faria, 1036, inscrita no CGC sob n° 60.437.571/0001-10.- **TÍTULO AQUISITIVO**: matrículas n°s 23.780 e 67.930. **O OFICIAL DESIGNADO**

AV-1/77.712 A presente matrícula foi aberta nos termos do mandado datado de 14/04/97, expedido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara e Cartório do 1° Ofício, ambos de Registros Públicos desta Capital, nos autos n° 272/96, de retificação de Área e Unificação requerida pela CONSTRUTORA WASSERMAN S/A em virtude da fusão dos imóveis objeto das matrículas nos 23.780 e 67.930 que passaram a constituir um só todo devidamente descrito na presente.--- São Paulo, 25 de abril de 1.997.--- EU AUXILIAR A DIGITEL.- O SUBSTITUTO .-

AV. 02 – Em 20 de agosto de 2010

Ref. prenotação n. 282.864, de 16 de agosto de 2010

ARROLAMENTO DE BENS: Averba-se, nos termos da Certidão expedida em 3 de agosto de 2010, pela 25ª Vara do Foro Central Cível desta Comarca da Capital, nos autos n. 583.00.2010.159480-3/000000-000, da Ação de Arrolamento de bens movida por ISSAC DANIEL WASSERMAN, RG 19.555.992-SSP/SP, CPF(MF) n. 131.938.178-21, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Maranhão n. 202, ap. 121, nesta Capital, em face da proprietária CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., qualificada, e de PÉROLA WASSERMAN, RG n. 11.622.783-7-SSP/SP, CPF(MF) n. 107.016.268-01, brasileira, divorciada, empresária, com endereço -.(continua na ficha 02).-

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:24/02/2021 12:53:24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7456.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

1.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de São Paulo - Capital

matrícula 77.712 | ficha 02 | São Paulo, **20 de agosto de 2010**

residencial na Rua Loefgren n. 2.359, ap. 151 – Vila Clementino, procedemos ao arrolamento de bens do imóvel desta matrícula, em virtude de fundado receio de extravio ou de dissipação de bens, na esteira do art. 855 do CPC. (Microfilme n. 282.864).

Pedro Sergio Rizzo Zuttion
Escrevente

Maria do Carmo Medeiros de Souza
Substituta do Oficial

R. 03 – Em 12 de dezembro de 2012

Ref. prenotação n. 311.416, de 11 de dezembro de 2012

HIPOTECA JUDICIÁRIA: Conforme Mandado expedido em 26 de novembro de 2012 pelo MM. Juiz de Direito da 39ª Vara Cível do Foro Central desta Comarca da Capital, Dr. Rodrigo Faccio da Silveira, nos autos da Ação de Procedimento Ordinário n. 0207822-67.2011.8.26.0100, movida por DISSEI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., procedemos ao registro da hipoteca judiciária do imóvel, conforme decisão proferida em 16 de outubro de 2012. Deu-se à causa o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). (Microfilme n. 311.416).

Ramiro Carlos Neres Paixão
Escrevente

Fiauzilino Araújo dos Santos
OFICIAL

AV. 04 – Em 5 de junho de 2013

Ref. prenotação n. 315.444, de 7 de maio de 2013

PENHORA: Conforme Certidão expedida em 7 de maio de 2013, na forma do Provimento CG.06/2009, pela 39ª Vara Cível do Foro Central desta Comarca da Capital, nos autos da Ação de Execução Civil n. 583.00.2011.207822, movida por DISSEI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ(MF) sob n. 47.660.105/0001-30, em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., inscrita no CNPJ(MF) sob n. 60.437.571/0001-10, procedemos à averbação da penhora do imóvel, em garantia de uma dívida no valor de R$ 1.346.223,00 (um milhão trezentos e quarenta e seis mil duzentos e vinte e três reais), tendo sido nomeada depositária do bem, a executada. (Microfilme n. 315.444).

Ramiro Carlos Neres Paixão
Escrevente

Maria do Carmo Medeiros de Souza
Substituta do Oficial

-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-(continua no verso)-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:24/02/2021 12:53:24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7456.

matrícula 77.712 | ficha 02 verso

AV. 05 – Em 28 de dezembro de 2015

Ref. prenotação n. 343.037, de 17 de dezembro de 2015

AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO: Procede-se a esta averbação nos termos da Certidão expedida em 1º de dezembro de 2015, pela 39ª Vara Cível do Foro Central Cível, desta Comarca da Capital, instruída com requerimento formalizado nesta Capital em 17 de dezembro de 2015, para consignar o ajuizamento da Ação de Execução de Título Extrajudicial n. 0825823-47.1994.8.26.0100, movida por CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., qualificada, em face de BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA, CPF(MF) n. 122.991.896-53, no valor de R$ 129.880,20 (cento e vinte e nove mil oitocentos e oitenta reais e vinte centavos), constando ainda que ocorreu a inversão de polos. (Microfilme n. 343.037).

Walter James Magalhães de Moraes
Escrevente

Flauzilino Araújo dos Santos
OFICIAL

AV. 06 – Em 10 de junho de 2016

Ref. prenotação n. 347.822, de 6 de junho de 2016

PENHORA: Conforme Certidão expedida em 3 de junho de 2016, na forma do Provimento CG.06/2009, pela 6ª Vara Cível do Foro Central desta Comarca da Capital, nos autos da Ação de Execução Civil n. 0207821-82.2011.8.26.0100, movida por DISSEI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ(MF) n. 47.660.105/0001-30; e DI VULCANO COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. – ME, CNPJ(MF) n. 57.869.067/0001-84, em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., CNPJ(MF) n. 60.437.571/0001-10, procedemos à averbação da penhora do imóvel, em garantia de uma dívida no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), tendo sido nomeada depositária do bem, a executada. (Microfilme n. 347.822).

Marcelo Henrique Tiburtino
Escrevente

Flauzilino Araújo dos Santos
OFICIAL

AV. 07 – Em 12 de fevereiro de 2019

Ref. prenotação n. 374.975, de 7 de fevereiro de 2019

.-.(continua na ficha n. 03).-.

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:24/02/2021 12:53:24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7456.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

1.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de São Paulo - Capital

CNS 11.145-0

matrícula **77.712** | ficha **03** | São Paulo, **12 de fevereiro de 2019**

Conforme Cadastro n. 201902.0619.00702402-IA-550, disponibilizado em 6 de fevereiro de 2019 na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, por decisão proferida pelo Juízo do Trabalho da 47ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos n. 00819004320045020047, foi decretada a **indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**, inscrita no CNPJ(MF) sob n. 60.437.571/0001-10. (Microfilme n. 374.975).
Selo Digital Nº 1114503E1000077712000719M.

Alberto Estevam Dometto Rizzo
Escrevente

Flauzilino Araújo dos Santos
OFICIAL

AV. 08 – Em 10 de junho de 2019

Ref. prenotação n. 377.972, de 17 de maio de 2019

PENHORA: Conforme Certidão expedida em 17 de maio de 2019, na forma do Provimento CG.06/2009, pela 39ª Vara Cível do Foro Central desta Comarca da Capital, nos autos da Ação de Execução Civil n. 0825823471994, movida por BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF(MF) sob n. 122.991.896-53, em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., inscrita no CNPJ(MF) sob n. 60.437.571/0001-10, procedemos à averbação da penhora do imóvel, em garantia de uma dívida no valor de R$ 138.320,70 (cento e trinta e oito mil trezentos e vinte reais e setenta centavos), tendo sido nomeada depositária do bem, a executada. (Microfilme n. 377.972).
Selo Digital Nº 1114503310000777120008196.

Ariane Medeiros Mendonça
Escrevente

Flauzilino Araújo dos Santos
OFICIAL

AV. 09 – Em 10 de junho de 2019

Ref. prenotação n. 378.563, de 5 de junho de 2019

Conforme Cadastro n. 201906.0418.00827580-TA-320, disponibilizado em 4 de junho de 2019 na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, por decisão proferida pelo Juízo do Trabalho da 47ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos n. 00819004320045020047, foi decretado o **levantamento da indisponibilidade dos bens de CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**, qualificada, objeto da AV.07 supra.
-.-(continua no verso)-.

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:24/02/2021 12:53:24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7456.

matrícula 77.712 | ficha 03 verso

(Microfilme n. 378.563).
Selo Digital Nº 1114503E10000777120000919I.

Ariane Medeiros Mendonça
Escrevente

Flauzilino Araújo dos Santos
OFICIAL

R. 10 – Em 26 de setembro de 2019

Ref. prenotação n. 382.166, de 19 de setembro de 2019

HIPOTECA JUDICIÁRIA: Conforme sentença proferida em 7 de março de 2003, pelo Dr. José Paulo Coutinho de Arruda, da 1ª Vara Cível do Foro Regional II – Santo Amaro, desta Comarca da Capital, nos autos n. 0059444-27.2001.8.26.0002, da Ação de Procedimento Comum – Ação Declaratória de Rescisão Contratual, com Pedido de Antecipação de Tutela para Reintegração de Posse, cumulada com Indenização por Perdas e Danos, movida por CONSTRUTORA WASSERMAN S.A. em face de RONALD ARTHUR DILLON, RNE n. V-113344-P, CPF(MF) n. 171.019.338-74, norte americano, e sua mulher DULCE HILARIA NEUWALD DILLON, RG n. 4.668.030, CPF(MF) n. 490.620.938-68, brasileira, aposentados, residentes e domiciliados na Rua João XXIII n. 120, Gramado – RS, e Decisão em Agravo de Instrumento n. 0116104-32.2010.8.26.0000, prolatada pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Elcio Trujillo, da 10ª Camara do Direito Privado, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, instruídas com requerimentos formalizados nesta Capital em 19 de setembro de 2019, procedemos ao registro da hipoteca judiciária do imóvel, para garantia do pagamento do valor R$ 207.413,68 (duzentos e sete mil quatrocentos e treze reais e sessenta e oito centavos), o qual de acordo com a Decisão Interlocutória proferida em 25 de julho de 2019, pela Dra. Carolina Nabarro Munhoz Rossi, da 1ª Vara Cível do Foro Regional II – Santo Amaro, desta Comarca da Capital, nos autos n. 0001253-56.2019.8.26.0002, da Ação de Cumprimento de Sentença, foi atualizado para R$ 1.675.755,40 (um milhão seiscentos e setenta e cinco mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos). (Microfilme n. 382.166).
Selo Digital Nº 1114503210777120010010191I.

Alberto Estevam Danietto Rizzo
Escrevente

Flauzilino Araújo dos Santos
OFICIAL

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:24/02/2021 12:53:24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7456.

Condomínio WT Morumbi
Avenida das Nações Unidas, 14.261 | Ala B | 14° e 15° andares
Vila Gertrudes | São Paulo | SP | 04794-000 | Brasil
www.tegraincorporadora.com.br

TEGRA
INCORPORADORA

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

À CONSTRUTORA WASSERMAN S/A

Ref.: Imóvel localizado na Rua Madre Cabrini, 328

CONFIDENCIAL

Prezados,

A **Tegra Incorporadora,** nova denominação da Brookfield Incorporações é uma das maiores incorporadoras do Brasil. Há 42 anos no mercado imobiliário, conta hoje com mais de 750 colaboradores e uma experiência de mais de 100 mil imóveis desenvolvidos, totalizando mais de 25 milhões de m² construídos e em construção.

A principal acionista da Tegra Incorporadora é o grupo canadense *Brookfield Asset Management (BAM)*, gestora global de investimentos alternativos, com aproximadamente US$ 500 bilhões de ativos sob gestão. Presente em mais de 30 países tem investimentos nos setores Imobiliário, Infraestrutura, Energia Renovável, Agropecuária e Private Equity, possui uma diversidade de produtos e serviços em investimentos públicos e privados, o que amplia a sua capacidade e experiência, proporcionando vantagens competitivas e únicas no mercado onde opera

No Brasil, sua subsidiária integral é a Brookfield Brasil. Com 120 anos de história, investindo e operando no Brasil, conta hoje com aproximadamente 20 mil funcionários e é uma das maiores plataformas de investimentos no País, com mais de R$ 100 bilhões de ativos sob gestão, incluindo recursos próprios e de clientes, entre os quais estão alguns dos maiores investidores institucionais internacionais. A Brookfield Brasil investe nos setores Imobiliário, Shopping Centers, Energia Renovável, Infraestrutura, Florestal, Agropecuário, Private Equity e Serviços Financeiros.

Segmento integrante dos negócios de Private Equity, os investimentos em desenvolvimento imobiliário residencial somam mais de US$ 8 bilhões no mundo. No Brasil, esse negócio é operado por meio da Tegra Incorporadora, uma empresa líder com presença em alguns dos principais centros urbanos do País. A empresa possui um portfólio balanceado dirigido a todos os segmentos de negócios da construção imobiliária comercial e residencial e uma plataforma integrada que atua em todas as fases de desenvolvimento, incluindo aquisição de terrenos, planejamento, desenvolvimento de produto, construção e vendas.

A **Tegra Incorporadora** vem por meio desta formalizar a intenção de estudar a aquisição do imóvel mencionado, para desenvolvimento futuro de empreendimento imobiliário nas condições descritas a seguir:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF74515E.

Condomínio WT Morumbi
Avenida das Nações Unidas, 14.261 | Ala B | 14° e 15° andares
Vila Gertrudes | São Paulo | SP | 04794-000 | Brasil
www.tegraincorporadora.com.br

TEGRA
INCORPORADORA

1. Objeto

Um imóvel situado na Rua Madre Cabrini, 328, cadastrado junto a Prefeitura do Município de São Paulo sob o contribuinte de nº 037.083.0601-5, com área de terreno aproximada de 2.141,00m².

2. Proposta comercial

2.1 A proposta contempla a remuneração **em dinheiro**, no valor total de **R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais)**, sendo:

2.1.1 **R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)** pagos através de 1 (uma) parcela vencendo-se quando da superação das condições suspensivas e resolutivas de contrato;

2.1.2 **R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais)** pagos através de 1 (uma) parcela vencendo-se em 10 (dez) meses após o pagamento da parcela citada na cláusula 2.1.1.

2.2 A comissão imobiliária paga aos intermediadores do negócio será arcada pela Tegra.

3. Condições da Proposta

Será necessário que a Tegra, através de seus contratados, tenha acesso aos imóveis para realização de sondagem do solo e análise ambiental com finalidade de aprofundar os estudos realizados. Também, para que possamos prosseguir à efetivação do negócio, antecipamos algumas condições que deverão ser atendidas:

- Documentação dos imóveis e seus vendedores: até a aprovação do Projeto pretendido iremos lavrar a escritura dos terrenos para ingressar no Registro de Imóveis. Nesse momento as matriculas deverão estar em condições de promover uma aquisição boa, firme e valiosa, permitindo o registro e realização de uma incorporação imobiliária;
- Não haver existência de passivo ambiental impeditivo à realização de projeto imobiliário bem como restrição da Prefeitura Municipal, CONPRESP, CONDEPHAT, COMAR, IPHAN, ou outros órgãos que venham impedir a consecução do empreendimento pretendido;
- O resultado da sondagem e levantamento arbóreo não devem apresentar a existência de formações rochosas ou cobertura vegetal que acarretem alterações substanciais no custo do projeto de construção do Empreendimento pretendido;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF745E.

Condomínio WT Morumbi
Avenida das Nações Unidas, 14.261 | Ala B | 14° e 15° andares
Vila Gertrudes | São Paulo | SP | 04794-000 | Brasil
www.tegraincorporadora.com.br

TEGRA
INCORPORADORA

- Os imóveis devem ser entregues livres e desimpedidos de pessoas e coisas;
- Aprovação final do Comitê de Investimento da Tegra Incorporadora.

4. Opção de compra

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura, findo o qual cessará de pleno direito, sem qualquer ônus para as partes, desvinculando-as de qualquer obrigação aqui assumida. Neste prazo a Tegra desenvolverá a minuta de contrato para apreciação e posterior assinatura das partes.

Após contrato firmado, a Tegra terá 120 (cento e vinte) dias para realizar uma Avaliação Preliminar do Empreendimento que pretende implantar no local, envolvendo: verificação da possibilidade de obtenção de todas as licenças, sejam elas municipais, estaduais ou federais, referentes à implementação do empreendimento imobiliário; e verificação de inexistência de passivo ambiental; verificação preliminar da situação legal dos Imóveis e inexistência de ônus e gravames ou demandas envolvendo os Imóveis, sua proprietária, empresas das quais a proprietária possua participação societária, antecessores e empresas dos antecessores.

Tendo em vista os ônus para a realização da Avaliação do Empreendimento será concedido à Tegra o direito de exclusividade na aquisição dos Imóveis, nos termos e condições aqui estipulados.

5. Confidencialidade

As informações contidas neste documento são CONFIDENCIAIS. No caso de uso indevido ou divulgação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS presentes neste instrumento, a Tegra será legitimada a tomar as medidas judiciais e patrimoniais cabíveis.

Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento, prevalecendo este sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Aguardamos vosso pronunciamento e colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos que se façam necessários.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF745E.

Condomínio WT Morumbi
Avenida das Nações Unidas, 14.261 | Ala B | 14° e 15° andares
Vila Gertrudes | São Paulo | SP | 04794-000 | Brasil
www.tegraincorporadora.com.br

TEGRA
INCORPORADORA

E, por estarem assim justas e combinadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor, teor e efeito.

Lucas Lahoz

TEGRA INCORPORADORA

CONSTRUTORA WASSERMAN SA

pp.
ISAAC DANIEL WASSERMAN
ANUENTE
SÓCIO RETIRANTE

pp. TÂNIA WASSERMAN

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF745E.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

República Federativa do Brasil
5º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo
Sérgio Jacomino - Oficial
C.N.P.J.: 45.592.979/0001-72
Rua Marques de Paranaguá, nº 359, Consolação, Cep.: 01303-050 - Tel.: 3218-0526
www.quinto.com.br

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

5.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS de São Paulo

Matrícula **84.810** | Ficha **01**

São Paulo, **04 de março de 2008**

SRI-Matrícula 00084810

IMÓVEL: Apartamento duplex n.º 121, tipo "3", localizado no 12.º andar ou 13.º pavimento do EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão, n.º 202, no 7.º Subdistrito - Consolação, com a área real útil de 357,31m², a área real comum de 217,13m², a área real acessória de garagem de 40,00m², perfazendo a área real global de 614,44m², correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio, a fração ideal de 12,83%, estando vinculadas a este apartamento, quatro vagas sob n.ºs 15, 16, 17 e 18 do 2.º subsolo, para estacionamento de quatro automóveis de passeio, com auxílio de manobrista.

CONTRIBUINTE: 010.002.0341-7.

PROPRIETÁRIA: MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, CNPJ 60.812.328/0001-34, com sede nesta Capital, na rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036.

REGISTRO ANTERIOR: R. 5 de 06/06/1986 e R. 9 (Instituição e Especificação de Condomínio) de 22/12/1987, ambos da Matrícula n.º 3.668, deste Oficial de Registro de Imóveis.

MARCO ANTONIO VIOLIN
Oficial Substituto

Av. 01 / 84.810 *averbação premonitória*
Em 14 de dezembro de 2015 - Prot. 292.536 (03/12/2015)

Atendendo ao requerimento datado de 03 de dezembro de 2015 e pela certidão expedida aos 01/12/2015, pelo Juízo de Direito da 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, procedo à presente averbação para constar que foi distribuída no dia 01/09/1994, a Ação de Execução de Título Extrajudicial, sob n. 0825823-47.1994.8.26.0100, à 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, em que são partes: **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A,** CNPJ 60.437.571/0001-10, com sede nesta Capital, na rua Doutor Diogo de Faria, n. 1.036, Vila Clementino, sucessora por incorporação de MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, já qualificada, exequente e **BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA,** brasileiro, CPF 122.991.896-53, executado, dando-se início à fase de cumprimento de sentença em 16/09/2015, com inversão dos polos, cujo valor da causa é R$ 129.880,20.

NATALIA BARROS CORREIA NOGUEIRA
Escrevente Autorizada

(continua no verso)

Código Segurança: ** «img_certidao_codigo_autenticidade» **

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferência original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7464.

Matrícula 84.810 | Ficha 01 Verso

R. 02 / 84.810 *usucapião extrajudicial*
Em 22 de fevereiro de 2021 - Prot. 341.030 (20/07/2020)
Selo n. 113571321QW000283731UV21X

Atendendo ao requerimento datado de 7 de julho de 2020, instruído com a Ata Notarial lavrada em 7 de julho de 2020, pelo 3.º Tabelião de Notas desta Capital, no livro 3522, folhas n. 347/349 e demais documentos citados no artigo 216-A da Lei n. 6.015/73, procedo o presente registro para constar que foi reconhecida extrajudicialmente a usucapião do imóvel objeto desta matrícula em favor de **ISSAC DANIEL WASSERMAN**, brasileiro, engenheiro, RG 19.555.992-SSP/SP, CPF 131.938.178-21, filho de Guilermino Wasserman e Clara Wasserman e sua mulher **TÂNIA WASSERMAN**, brasileira, advogada, RG 25.845.452-0-SSP/SP, CPF 148.432.458-79, filha de Julio Fruchtengarten e de Sueli Fruchtengarten, casados em 13/09/1998, sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados nesta Capital, na rua Maranhão, n. 202, apartamento n. 121, e-mail twadvocacia@uol.com.br, ao qual foi atribuído o valor de R$ 2.500.000,00. Valor Venal R$ 2.287.036,00.

CASSIA REGINA PADOVINI DERANIAN
Escrevente Substituta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF7464.

CERTIFICA que presente é cópia autêntica da matrícula a que se refere e foi extraída nos termos do parágrafo 1º do art. 19 da Lei 6.015/73.
O 25º Subdistrito - Pari pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 01/01/1972 até a presente data, tendo pertencido anteriormente aos 15º e 3º Registros.
O 5º Subdistrito - Santa Efigênia pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 21/11/1942 até a presente data, tendo pertencido anteriormente aos 8º, 2º e 3º Registro. O 7º Subdistrito - Consolação pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 26/12/1927 à 09/08/1931 passando novamente a pertencer ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 02/03/1932 até a presente data, tendo pertencido anteriormente a esses dois períodos ao 4º Registro de Imóveis.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

ALESSANDRA REGINA DEFAZIO DA NÓBREGA

Emitido por: Italo ,

AO OFICIAL	R$:	32,97
AO ESTADO	R$:	9,37
À SEC. FAZENDA	R$:	6,41
AO SINOREG	R$:	1,74
AO TR. JUSTIÇA	R$:	2,26
AO MUNICÍPIO	R$:	0,67
AO MP	R$:	1,58
TOTAL	R$:	55,00

PROTOCOLO: 341030

Cod. Seg.: ** «img_certidao_codigo_autenticidade» **

o selo digital ao lado poderá ser consultado no site https://selodigital.tjsp.jus.br/

1135713C3ME000283732PS21A

A presente certidão reflete a situação jurídica do imóvel desta matrícula até o dia útil anterior. Esta certidão tem plena validade em todo o território nacional, a qualquer tempo, sendo que, na hipótese de utilização para lavratura de escritura o prazo de validade é de 30 (trinta) dias (Decreto 93.240/86, art. 1º, IV)

EM BRANCO

EM BRANCO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferência original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcAbrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF17464.

CYRELA
BRAZIL REALTY

São Paulo, 03 de maio de 2021.

Ref.: Terreno situado à Rua Madre Cabrini, 328, com área total de 2.141 m² de acordo com a Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel – IPTU (Contribuinte: 037.083.0601-5).

A/C CONSTRUTORA WASSERMAN SA

Prezados,

Servimo-nos da presente para manifestar nosso interesse em negociar o imóvel em epígrafe.

Seguem abaixo as condições propostas.

I – Condição comercial:

R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) pagos através de 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas no valor **de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)** cada, sendo a primeira na outorga da escritura de venda e compra e as demais nos meses subsequentes, caso superadas as condições resolutivas.

II - Condições Específicas dessa proposta

a) O início do pagamento da parcela acima está condicionado à análise e aprovação da documentação do imóvel e de seus proprietários, ao resultado da análise de passivos ambientais (contaminação, arbóreo), à retificação da área de forma a permitir a aquisição do imóvel pela COMPRADORA, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir das assinaturas dos Compromissos de Venda e Compra;

b) A presente proposta é feita tendo como base a área total dos imóveis, tendo caráter ad Corpus;

c) Os valores descritos acima são livres de comissão de intermediação.

III - Condições Gerais

a) Esta proposta é não vinculante, não gerando obrigação entre as partes. A sua confirmação, depende de informações, dados e elementos mais concretos e aprofundados acerca das questões técnicas, comerciais e jurídicas que envolvem toda a negociação propriamente dita;

b) O imóvel será entregue ao Comprador livre e desocupado de coisas e pessoas no ato da escritura;

c) Uma vez aceita esta proposta encaminharemos para a análise a minuta do Compromisso de Venda e Compra que contemplará as demais condições técnicas e comerciais relativas a esta transação;

d) A presente proposta é válida por 5 (cinco) dias e uma vez aceita o presente documento tem caráter de opção de compra, válido por 90 (noventa) dias, para coordenação do instrumento de compra e venda do imóvel acima mencionado;

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 12º andar – Itaim Bibi
Fone 4502 3613

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF746A.

e) As Informações contidas neste documento são CONFIDENCIAIS.

Atenciosamente,



Sílvia Maris Azevedo Abreu



Leonardo Parente Lima

De acordo em ____/_____/_____,

_____

CONSTRUTORA WASSERMAN SA

Representada por:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/05/2021 às 14:20 , sob o número WJMJ21407278800
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ADF746A.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 383/386 e 387/412: Dê-se vista às partes.

Oportunamente, tornem conclusos.

Intime-se.

São Paulo, 12 de maio de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 12/05/2021 às 14:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AE62233.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0133/2021, foi disponibilizado na página 664-677 do Diário de Justiça Eletrônico em 14/05/2021. Considera-se a data de publicação em 17/05/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 383/386 e 387/412: Dê-se vista às partes. Oportunamente, tornem conclusos. Intime-se."

SÃO PAULO, 14 de maio de 2021.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 14/05/2021 às 22:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AEBCE1F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN e TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao r. despacho de fls. 413, manifestar-se em relação à petição e documentos de fls. 387-412.

I. QUESTÕES PROCESSUAIS

A **EXECUTADA TÂNIA** traz novos documentos que: **(1)** comprovam ter ela adquirido por usucapião, em conjunto com o **EXECUTADO ISAAC**, o imóvel objeto do pedido de penhora de fls. 351-352 (conforme R-02 da matrícula nº 84.810, de 22/02/2021[1]) (fls. 408-410); e **(2)** mostram propostas endereçadas à **EXECUTADA CONSTRUTORA WASSERMAN** para aquisição do imóvel de sua propriedade (matrícula nº 77.712, fls. 398-403) pelo valor de R$14 milhões (fls. 404-407) e R$15 milhões (fls. 411-412).

Ao contrário da informação constante nos autos até então, a **EXECUTADA TANIA** comprova que é proprietária do imóvel. Assim, tem ela legitimidade para impugnar o pedido de penhora de fls. 351-352. No entanto, isso não afasta a questão também arguida pelo **EXEQUENTE** na petição anterior, de fls. 383-386, sobre a independência do tratamento dos **EXECUTADOS** em relação ao **EXEQUENTE**, por se tratar de litisconsórcio simples (ainda que, no caso do casal, também necessário), nos termos do art. 117 do CPC.

Portanto, ainda que a **EXECUTADA TANIA** tenha legitimidade para impugnar o pedido de penhora sobre o imóvel, ainda assim a **impugnação deve ser rejeitada**, pois:

(a) nada impede que o **EXEQUENTE** busque a satisfação da totalidade de seu crédito em relação a cada um dos Executados (codevedores solidários), que devem ser tratados independentemente uns dos outros, em relação ao **EXEQUENTE** (art. 117 do CC), inclusive quanto à garantia de seus patrimônios individuais para satisfação do crédito em execução (art. 789 do CPC e art. 275 do CC), em razão da natureza *simples* do litisconsórcio existente entre eles (há, em realidade, três execuções diferentes processadas nesses autos). Assim, a dívida total deve ser cotejada com o valor de bens penhorados de cada um dos Executados, **individualmente**, para fins de apuração de suficiência e/ou excesso de penhora (art. 831 do CPC); e

(b) ainda que assim não fosse, conforme se demonstrará abaixo, a documentação trazida (fls. 398-412) pela **EXECUTADA TANIA** não comprova sua alegação de que o crédito em execução já estaria totalmente garantido pelas penhoras existentes, como já demonstrado em nossa petição anterior, de fls. 383-386.

[1] Essa é a data de efetivação do registro. Não consta da matrícula a data na qual a usucapião (como aquisição originária) se efetuou.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2021 às 16:49 , sob o número WJMJ21408312190
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AF79DB5.

II. DA EVENTUALIDADE DO CRÉDITO E INCERTEZA DA PENHORA

A **EXECUTADA TANIA** insiste em que há penhora em dinheiro em favor do **EXEQUENTE**, e que essa penhora seria suficiente para garantir o crédito em execução.

No entanto, a **penhora no rosto dos autos** (art. 860 do CPC), nos autos da ação nº 0207822-67.2011.8.26.0100, em trâmite perante a 39ª Vara Cível do Foro Central, em favor do **EXEQUENTE**, tem por objeto ***créditos eventuais*** da **EXECUTADA CONSTRUTORA WASSERMAN**, caso sobejem da alienação forçada do imóvel (conforme art. 907 do CPC). Nessa ação, o imóvel de propriedade da Construtora (matrícula nº 77.712, fls. 398-403) foi penhorado e está sendo utilizado para pagamento não apenas do crédito objeto daquela ação, mas de muitos outros que ou estão gravados na matrícula do imóvel, ou se sub-rogam no valor de venda do bem, por força de lei (p.ex., dívidas fiscais), além das inúmeras penhoras no rosto dos autos já existentes.

Segundo a **EXECUTADA TANIA**, o valor do imóvel seria hoje de R$14 a R$15 milhões (para embasar sua alegação, junta propostas de fls. 404-407 e fls. 411-412), contrariando a avaliação homologada naqueles autos, que chegou ao valor de R$9 milhões (2018).

A **valoração probatória** das propostas juntadas pela **EXECUTADA TANIA** deve ser feita *cum granus salis*: são documentos oportunamente datados de fevereiro e maio de 2021, respectivamente, **fora dos autos** em que o imóvel está penhorado, e **condicionadas à apresentação da documentação favorável do imóvel e de seu proprietário.** Mas, conforme a certidão de matrícula de fls. 398-403, o imóvel está repleto de ônus e penhoras registrados (além das penhoras no rosto dos autos, que não foram aqui indicadas), indo a leilão, a **CONSTRUTORA WASSERMAN** é demandada em diversas ações, sua liquidez é desconhecida, não se sabe se há débitos de IPTU ou danos ambientais, e tais circunstâncias não estão consideradas ou refletidas nessas propostas.

Além disso, as referidas propostas foram *nominalmente endereçadas* à **CONSTRUTORA WASSERMAN**, mas *recebidas* por seu ex-sócio, **ISAAC WASSERMAN**, que já não faz mais parte da referida sociedade desde o **trânsito em julgado** da r. sentença (com efeito constitutivo) que julgou a dissolução parcial da sociedade (art. 605, IV, do CPC). Há nos autos, inclusive, determinação judicial de seu afastamento nas atividades gerenciais da sociedade (conforme ação de dissolução parcial de sociedade nº 0158646-56.2010.8.26.0100, desta MM. 25ª Vara Cível). Portanto, essas propostas, que não são avaliações técnicas de imóveis, além de não serem certas e incondicionadas (todas ressalvam a prévia avaliação de documentação), são também duvidosas quanto à sua legitimidade.

Por fim, a alegação de que tais propostas comprovariam que a liquidação do imóvel, nos autos da ação em trâmite perante a 39ª Vara Cível, seria suficiente para pagar todos os credores sub-rogados no valor de alienação (art. 908 do CPC), ou com penhoras prioritárias (art. 797 do CPC) em relação ao **EXEQUENTE**, também não merece prosperar.

O único documento que poderia comprovar o valor do imóvel seria uma atualização na **avaliação do imóvel homologada pelo MM. Juízo da execução** (feito por perícia técnica), que apurou ser o valor do imóvel de R$9 (nove) milhões. Aquele MM. Juízo também fixou o valor mínimo de arrematação do bem em 60% do valor de avaliação (art. 891, parágrafo único, do CPC), ou seja, aprox. R$5,5 milhões, além de impor comissão do leiloeiro em 5% (cinco por cento). Há também indicação da existência de débitos de IPTU (doc. anexo).

Portanto, temos um imóvel que pode ser **legalmente arrematado** a partir de **R$5,5 milhões**.

Fazendo um exercício grosseiro, com atualização monetária pela Tabela Prática do TJ/SP e incidência de juros moratórios de 1% ao mês, os ônus gravados na matrícula do imóvel, os créditos com preferência legal e as penhoras prioritária em relação ao **EXEQUENTE somam mais de R$10 milhões na presente data:**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2021 às 16:49 , sob o número WJMJ21408312190
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AF79DB5.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	av-04 - penhora	01/05/2013	1.346.233,00	2.068.358,27	0,00	1.964.940,36	0,00	4.033.298,63
2	av-06 - penhora	01/06/2016	1.500.000,00	1.812.587,58	0,00	1.051.300,80	0,00	2.863.888,38
3	av-08 - penhora	01/05/2019	138.320,70	151.904,39	0,00	34.938,01	0,00	186.842,40
4	R-10 - hipoteca judiciaria	01/12/2019	1.675.755,40	1.823.682,17	0,00	291.789,15	0,00	2.115.471,32
5	penhora rosto dos autos	01/11/2019	502.653,72	549.979,25	0,00	93.496,47	0,00	643.475,72
6	débitos IPTU	01/04/2019	203.401,26	224.716,40	0,00	53.931,94	0,00	278.648,34

				Sub-Total				R$ 10.121.624,79

				TOTAL GERAL				R$ 10.121.624,79

Considerando que o crédito ora em execução é de aproximadamente R$1 milhão, seria necessário que o imóvel fosse mesmo alienado por esse valor (de cerca de R$14 milhões) para que houvesse **alguma** perspectiva de recebimento por parte do **EXEQUENTE** (considerando comissão de 5% do leiloeiro, ou de 6% de corretor, além de honorários e custas naqueles autos, conforme art. 907 do CPC).

Mas, como se viu, a avaliação homologada em juízo permite que o imóvel seja arrematado, em segundo leilão, **pelo valor mínimo de R$5,5 milhões**, quase um terço do valor necessário para que o crédito do **EXEQUENTE** tenha alguma chance de ser satisfeito com a sobra da alienação do imóvel.

Assim, não só a penhora tem por objeto um direito (crédito) eventual (a existência do crédito depende do valor pelo qual o imóvel será – se é que será – alienado). Enquanto não houver crédito (ou seja, o direito que é **objeto** da penhora), também não se pode dizer que há uma penhora aperfeiçoada. Quando mais uma penhora em excesso. Há nesse momento, na melhor das hipóteses, uma expectativa, uma medida que visa a se aperfeiçoar, diante de um direito eventual (conforme art. 130 do CC) ainda incerto.

III. DO PEDIDO

Assim, pelo exposto, requer sejam julgadas **improcedentes** as impugnações da **EXECUTADA TANIA** (fls. 368-379 e fls. 387-397) ao pedido de penhora do **EXEQUENTE** (fls. 351-352) sobre o imóvel cujas contribuições condominiais são objeto da presente execução, nos termos da petição de fls. 383-386 e da presente manifestação, com subsequente deferimento da penhora sobre o imóvel objeto da matrícula nº 84.810 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo (fls. 408).

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 24 de maio de 2021.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2021 às 16:49 , sob o número WJMJ21408312190
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AF79DB5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
39ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 12º andar - salas nº 1220/1226 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2171-6258 - E-mail: sp39cv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0207822-67.2011.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico**
Requerente:	**Dissei Engenharia e Construções Ltda.**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A**

C O N C L U S Ã O

Em 27 de março de 2019, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 39ª Vara Cível a(o) Dr(ª). Daniela Pazzeto Meneghine Conceição. Eu, Rodrigo de Abreu Rodrigues, subscrevi.

Vistos.

1. Ante a ausência de oposição das partes, homologo o laudo de avaliação de fls. 979/1040.

2. Promova-se o praceamento do bem penhorado pelo SISTEMA ELETRÔNICO autorizado pelo art. 879, II, do CPC e regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009, medida que visa a aumentar a quantidade de participantes, propiciando, de conseguinte, uma maior divulgação e, assim, potencializar a eventual arrematação em benefício do credor (art. 797 do CPC) e dos devedores (art. 805 do CPC).

3. Acato a indicação do exequente de fls. 1046/1047 e nomeio LANCE JUDICIAL LEILOES ELETRÔNICOS (www.lancejudicial.com.br - tel: (13) 3384-8000, e-mail: andre@lancejudicial.com.Br), especialmente considerando o cadastramento da gestora já implementado junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de São Paulo (STI).

4. Deverá o exequente contatar a gestora para as providências de praxe, observadas as regras pertinentes previstas no CPC, cabendo à mesma as intimações de cônjuges, coproprietários, credores hipotecários, etc. e no Provimento CSM n. 1625/2009, em especial: a) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa no primeiro dia útil subsequente ao da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDREA PAZZETO MENEGHINE CONCEICAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2021 às 16:49 , sob o número WJMJ21408312190
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0207822-67.2011.8.26.0100 e código 15700000118WR7.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
39ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 12º andar - salas nº 1220/1226 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2171-6258 - E-mail: sp39cv@tjsp.jus.br

publicação do edital (art. 11 do Prov. CSM n. 1625/2009); b) não havendo lanço superior ao valor atualizado da avaliação nos três dias subsequentes ao da publicação do edital, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá por no mínimo vinte dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital (art. 12 do Prov. CSM n. 1625/2009); c) **em segundo pregão, para os fins do art. 891 do CPC, não serão admitidos lanços inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor atualizado da avaliação**, percentual excepcionalmente identificado por conta da controvérsia que se instalou em relação ao real valor do imóvel (art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009); d) sobrevindo lanço nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lanços (art. 14 do Prov. CSM n. 1625/2009); e) durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços (art. 15 do Prov. CSM n. 1625/2009); f) serão aceitos lanços superiores ao lanço corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site (art. 16 do Prov. CSM n. 1625/2009; g) a comissão devida ao gestor será de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço (art. 17 do Prov. CSM n. 1625/2009); h) com a aceitação do lanço, o sistema emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao Juízo da execução (art. 18 do Prov. CSM n. 1625/2009); i) o arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o depósito do lanço. A comissão da gestora será paga diretamente (art. 19 do Prov. n. CSM n. 1625/2009); j) o auto de arrematação será assinado por este juiz somente após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão, dispensadas as demais assinaturas referidas no art. 903 do Código de Processo Civil (art. 20 do Prov. n. CSM n. 1625/2009); k) não sendo efetuado o depósito da oferta, o gestor comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do CPC (art. 21 do Prov. n. CSM n. 1625/2009); l) o exequente, se vier a arrematar o imóvel, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de três (3) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a nova praça à custa do exequente (art. 892, § 1º, do CPC).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDREA FERRAZ LEITE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2021 às 16:49 , sob o número WJMJ21408312190
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0207822-67.2011.8.26.0100 e código 15700001.18WR7.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
39ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 12º andar - salas nº 1220/1226 - Centro
CEP: 01501-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 2171-6258 - E-mail: sp39cv@tjsp.jus.br

5. É reservada ao(s) coproprietário(s) ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições (art. 843, § 1º, CPC).

6. Traga o credor certidão atualizada da Prefeitura Municipal em relação aos eventuais débitos de IPTU do imóvel (a informação constará do edital que será publicado).

7. Cumpra-se, no mais, o disposto no artigo 889 do Código de Processo Civil, intimando-se com a antecedência prevista de 05 dias.

8. Fica consignado que será reservada a cota-parte de eventual(is) coproprietário(a)(s) ou do cônjuge alheio à execução sobre o produto da alienação do bem.

Int.

São Paulo, 27 de março de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADAMANTIA PRAZERES MONTENEGRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2021 às 16:49 , sob o número WJMJ21408312190
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0207822-67.2011.8.26.0100 e código 15700001.18WR7.

UM PRÉDIO (laudo de fls. 996, o perito confere que foi construído uma guarita e cobertura removível na parte frontal e área de estacionamento. O imóvel destina-se a estacionamento rotativo), NA RUA MADRE CABRINI, NºS 328 E 314-FUNDOS, NO 9º SUBSTRITO – VILA MARIANA, contribuintes nºs 037.083.0142-0/0438-1, assim descrito: tem inicio no ponto 1, situado no alinhamento da Rua Madre Cabrini, distante 252,94 metros, do alinhamento predial da Rua Coronel Lisboa; daí segue 10,16 metros pelo alinhamento predial da Rua Madri Cabrini até o ponto 2; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno 85º32'45" e segue 106,18 metros, confrontando com o prédio nº 314 da Rua Madre Cabrini (Condomínio Edifício Madre Cabrini), até o ponto A; daí deflete à direita, formando ângulo interno de 267º31'00" e segue 16,50 metros, confrontando ainda com o prédio nº314, da Rua Madre Cabrini até o pontoB; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 89º54'41", e segue 46,37metros, confrontando com o prédio nº296 da Rua Madre Cabrini até o ponto C; daí deflete a esquerda, formando ângulo interno de 112º00'32", e segue 15,27 metros, confrontando por uma viela sanitária com o imóvel nº 117 da Rua Professor Frontino Guimarães até o ponto D; daí deflete à direita formando ângulo interno de 250º33'47" e segue 0,92 metros confrontando com a referida viela até o ponto 3; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 102º40'08", e segue 7,35 metros confrontando com a mesma viela sanitária (trecho canalizado do Córrego Sapateiro) até o ponto 4; daí deflete à esquerda, formando ângulo interno de 78º23'16", e segue 160,13 metros confrontando com o prédio nº 332 da Rua Madre Cabrini (Condomínio Edifício British Garden) até encontrar o ponto 1, onde se forma com segmento inicial ângulo interno de 93º23'51", **encerrando a área de 2.140,78m². Cadastrado pela PM de São Paulo sob nº 037.083.0601-5. Matriculado no 1° CRI de São Paulo sob nº 77.712.**

ÔNUS: Constam na referida matrícula **Av.02** ARROLAMENTO DE BENS ajuizada perante à 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP (proc.583.00.2010.159480-3), em que ISSAC DANIEL WASSERMAN, move em face da executada destes autos. **R.3** HIPOTECA JUDICIÁRIA expedida destes autos. **Av.4**PENHORA expedida destes autos. **Av.5** Ajuizamento de Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 0825823.47.1994.8.26.0100. **Av.6** Penhora expedida pela 6ª Vara Cível do Foro Central da Capital – Proc. 0207821.82.2011.8.26.0100 (valor da dívida R$ 1.500.000,00). **Av.7** indisponibilidade de bens da CONSTRUTORA WASSERMAN S.A., ajuizada perante a 47ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos nº 00819004320045020047.

Valor da AVALIAÇÃO: R$ 9.093.888,42 (nove milhões, noventa e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos) para mar/19.

Constam débitos tributários na dívida ativa no valor de R$ 203.401,26 (Abril/19).

Edital do Leilão

Documentos do Lote

VENDIDO
Apenas vocêvendo este lote!

~~1ª Praça:~~	~~• 14/06/2019 às 13:10~~ ~~• R$ 9.093.888,42~~
2ª Praça:	• 03/07/2019 às 13:10 • R$ 5.456.333,05

Incremento mínimo:

R$ 10.000,00

Modalidade:

Online

Fechado há

19Dias
06Horas
14Minutos
24Segundos

Maior lance:

Confirme o próximo lance no valor de: R$ 5.466.333,05

HABILITAÇÃOAUDITÓRIO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por OSEAS DAVI VIANA.Protocolado em 22/07/2019 às 20:35:52, sob o número WSTA19704385099. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0001253-56.2019.8.26.0002 e o código 9BAC5DD.
Este documento é cópia do original, gerado em 24/07/2019 às 19:38:57 (GMT-03:00) pelo usuário 408312190 - 408312190 - 408312190, sob o número WJMJ21408312190
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008338-28.2019.8.26.0000 e código 7A0000BCS.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Tânia Wasserman, em causa própria, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer o quanto segue:

A executada, compulsando os autos da Ação de Dissolução Social proposta por seu esposo (processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100) e, também, outras ações ainda em andamento contra a Construtora Wasserman, averiguou existir um crédito proveniente da ação processo nº 0157885-25.2010.8.26.0100, abaixo explicado e provado.

O ora executado Isaac, em razão de pedido de penhora no rosto dos autos desta ação referida, após a realização do leilão de dois imóveis ali constritos, obteve o deferimento da transferência, em seu favor, do saldo da hasta pública, saldo esse já transferido para a ação de dissolução societária.

O condomínio exequente sempre esteve ciente dessa transferência de créditos porque, inclusive, opôs embargos de declaração para retificar um ponto importante da r. decisão de extinção proferida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

Naqueles autos (processo nº 0157885-25.2010.8.26.0100), do valor da arrematação (R$ 537.000,00), descontando as dívidas (soma de R$ 292.612,72), o valor transferido para a Ação de Dissolução Societária foi de aproximadamente R$ 244.387,28.

Vide os trechos do andamento processual da ação mencionada (cuja cópia integral extraída do SAJ encontra-se em anexo):

0157885-25.2010.8.26.0100

Classe	Assunto	Foro	Vara	Juiz
Execução de Título Extrajudicial	Espécies de Contratos	Foro Central Cível	25ª Vara Cível	LEILA HASSEM DA PONTE

PARTES DO PROCESSO

Reqte	Esfera Equipamentos Ltda . Epp Advogado: Ricardo Dias Trotta
Reqdo	Construtora Wasserman S/A Advogado: Marcos Tomanini
Outros	Abdenur Kulaif Advogado: Valter Raimundo da Costa Junior
ArremTerc	Cid Ward Cavalcante Advogada: Gisele Souza do Prado

17/12/2019 *Remetido ao DJE Relação: 0467/2019 Teor do ato: Vistos. 1. Fls. 909/910: Passo a apreciar os embargos de declaração opostos pelo Condomínio Maison Mont Clair. Assiste razão ao condomínio, no que tange ao fato de que a Construtora Wasserman integra o polo passivo da ação execução de titulo extrajudicial (cobrança de débito condominial), que tramita perante o juízo da 31ª Vara Cível, processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100. Em consulta aos autos da referida demanda, de fato, verifiquei constar que a Construtora Wasserman lá também figura como executada, motivo pelo qual reconsidero o item 2 da decisão de fls. 906. Todavia, em detida análise dos presentes autos, bem como da ação de dissolução e liquidação da sociedade (processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100 em trâmite perante esse juízo) e da ação de execução de título extrajudicial (processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100 em trâmite perante o juízo da 31ª Vara Cível), há de se concluir que resta prejudicado o cumprimento efetivo da penhora no rosto dos autos, com a transferência do saldo remanescente, deferida pelo juízo da 31ª Vara Cível e devidamente juntada aos presentes*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

autos às fls. 888. Isso porque, como se sabe, existindo mais de uma penhora no rosto dos autos, deverá ser observado o direito de preferência com a precedência da penhora. No presente caso, não subsiste somente a penhora deferida pelo juízo da 31ª Vara Cível (processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100), mas também a penhora deferida por esse juízo nos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100. Nesse vértice, às fls. 887 foi juntada aos autos a penhora proveniente dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, deferida em 30 de maio de 2019, e às fls. 888 a penhora dos autos do processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100, deferida em 23 de julho de 2019. Ou seja, em atenção ao princípio da anterioridade, e uma vez ausente crédito de natureza preferencial, o valor remanescente depositado nos autos deve ser transferido para os autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em tramite perante esse juízo, em cumprimento à penhora no rosto dos autos. A fim de se evitar qualquer controvérsia acerca da preferência das penhoras, desde já, oportuno consignar que, apesar de já destacadas as datas dos respectivos deferimentos, em consulta aos autos da ação de execução de titulo extrajudicial, o próprio condomínio exequente lá formulou o seu pedido, protocolado em 04.07.2019 (fls. 278/279), nos seguintes termos: "(...) (2) Nos autos do processo da 25ª Vara Cível do For Central, os aqui COEXECUTADOS são, respectivamente, Exequente (ISAAC DANIEL WASSERMAN) e Executada (CONSTRUTORA WASSERMAN S/A/). Assim, aquele MM. Juízo determinou, em favor do ora COEXECUTADO ISAAC DANIEL WASSERMAN, a penhora de valores depositados em favor da aqui também COEXECUTADA CONSTRUTORA WASSERMAN, em outros autos de sua própria competência (processo nº 0157885-25.2010.8.26.0100) (doc. 03). Desta forma, requer seja também determinada a penhora de referidos créditos, no rosto daqueles autos1, em favor da EXEQUENTE, comunicando-se imediatamente o MM. Juízo da 25ª Vara Cível do Foro Central, por meio de e-mail, apenas para evitar o levantamento daqueles valores pelo ora COEXECUTADO, até que se lavre o competente Ofício pela Ilma. Serventia deste Juízo." 2. Ante o exposto, DEFIRO a transferência do saldo remanescente depositado nos autos, conforme oficio do Banco do Brasil de fls. 893, para uma conta judicial à disposição desse juízo, vinculada aos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em cumprimento à penhora no rosto dos autos de fls. 887. 3. Expeça-se oficio ao juízo da 31ª Vara Cível, processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100, a fim de informar que a penhora anotada no rosto dos presentes autos restou prejudicada, nos termos da fundamentação alhures. Servirá a presente decisão, por cópia digitada, como OFÍCIO, para ser entregue diretamente pelo condomínio exequente (parte interessada) ao juízo da 31ª Vara Cível. 4. Ante o pagamento e quitação da presente execução, JULGO EXTINTO este processo, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil. P.R.I., anotando-se a extinção do processo no Distribuidor, arquivando-se os autos. Advogados(s): Valter Raimundo da Costa Junior (OAB 108337/SP), Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Ricardo Dias Trotta (OAB 144402/SP), Gisele Souza do Prado (OAB 261508/SP)

17/04/2019 *Remetido ao DJE Relação: 0127/2019 Teor do ato: Vistos. 1. Analisando os autos, verifico pelos oficios do Banco do Brasil, que todas as transferências já foram devidamente*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

efetuadas, nos termos das decisões de fls. 704/706 e fls. 726. 2. Antes de deferir o levantamento do saldo remanescente do produto da arrematação (depósitos de fls. 234/235), bem como do valor depositado a título de remição (fls. 233 - R$ 59.152,26), requeiro a z. Serventia que certifique se todos os mandados de levantamento expedidos nos autos (conf. certidão de fls. 772), já foram levantados pelas respectivas partes, considerando que apenas consta a juntada do comprovante de fls. 828/829. 3. Sem prejuízo, oficie-se ao Banco do Brasil a fim de que informe o saldo das seguintes contas judiciais vinculadas aos presentes autos: - 3100126875669 (valor original R$ 59.152,26 - fls. 233) - 3400116011975 (valor original R$ 215.000,00 - fls. 234) - 3400116011978 (valor original R$ 322.000,00 - fls. 235) - 1100120307321 (valor original R$ 15.543,17 - fls. 472) 4. Após, tornem os autos conclusos para deliberação e extinção. Intime-se. Advogados(s): Valter Raimundo da Costa Junior (OAB 108337/SP), Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Ricardo Dias Trotta (OAB 144402/SP), Gisele Souza do Prado (OAB 261508/SP)

22/06/2017 *Remetido ao DJE Relação: 0218/2017 Teor do ato: Vistos.O artigo 908 do CPC é expresso: "Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências. § 1o No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência. § 2o Não havendo título legal à preferência, o dinheiro será distribuído entre os concorrentes, observando-se a anterioridade de cada penhora.".Observa-se que a preferência no concurso de credores é feita em função da anterioridade da penhora, excetuados créditos preferenciais.Os imóveis que foram objetos de arrematação correspondem as seguintes matrículas nº 180.232 (lote01) e nº 180.233 (lote 02). Os imóveis foram arrematados, respectivamente, pelo valor de R$215.000,00 e R$322.000,00, totalizando R$ 537.000,00 (depósitos de fls. 234 e 235)No caso presente, existem os seguintes credores com direito de disputar o levantamento do produto da arrematação, a saber:a) a exequente Esfera Equipamentos Ltda. com a presente execução no valor de R$61.292,58,b) Esfera Equipamentos Ltda. (penhora da 01ª Vara Cível Central, processo nº 0157884-40.2010.8.26.0100) no valor de R$ 22.441,26;c) Esfera Equipamentos Ltda. (penhora da 28ª Vara Cível Central, processo nº 0138374-41.2010.8.26.0100) no valor de R$ 45.556,07;d) Atex do Brasil Locação de Equipamentos Ltda. (penhora da 2ª Vara Cível do Foro de Guarulhos, processo nº 0071100-76.2010.8.26.0224) no valor de R$ 48.259,85;e) Atex do Brasil Locação de Equipamentos Ltda. (penhora da 39ª Vara Cível Central, processo nº 0180474-11.2010.8.26.0100) no valor de R$ 25.400,17;Quanto à dívida de IPTU (ver fls.695/696 R$ 15.871,63 e 700/702 R$6.492,21), às fls. 648 esse juízo há havia deferido a reserva dos valores necessários para pagamentos dos débitos. Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta, hei por bem em determinar: a) a expedição de mandado de levantamento da importância de R$15.871,63, em favor do arrematante Abdenur Kulaif, referente ao débito de IPTU do imóvel, conforme cálculos apresentados às fls. 695/696.b) a expedição de mandado de levantamento da importância de R$6.492,21, em favor do arrematante Cid Ward Cavalcante, referente ao débito de IPTU do*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

imóvel, conforme documento apresentado às fls.701/702. c) a expedição de mandado de levantamento da importância de R$61.292,58, em favor da exequente Esfera Equipamentos Ltda., referente ao débito da presente execução, conforme cálculos apresentados às fls.688.d) a transferência da importância de R$ 22.441,26 ao juízo da 01ª Vara Cível Central, processo nº 0157884-40.2010.8.26.0100, em favor da credora Esfera Equipamentos Ltda.e) a transferência da importância de R$ 45.556,07 ao juízo da 28ª Vara Cível Central, processo nº 0138374-41.2010.8.26.0100, em favor da credora Esfera Equipamentos Ltda.f) a transferência da importância de R$ 48.259,85 ao juízo da 2ª Vara Cível do Foro de Guarulhos, processo nº 0071100-76.2010.8.26.0224, em favor da credora Atex do Brasil Locação de Equipamentos Ltda.g) a transferência da importância de R$ 25.400,17 ao juízo da 39ª Vara Cível Central, processo nº 0180474-11.2010.8.26.0100, em favor da credora Atex do Brasil Locação de Equipamentos Ltda.Oficie-se ao juízo da 8ª Vara Cível Central, processo nº 1005504-78.2011.8.26.0100, a fim que informe a esse juízo a existência de débito pertencente a devedora Construtora Wasserman S/A. Em caso positivo, informe o valor do débito para a transferência do numerário àquele juízo. Após, tornem os autos conclusos para extinção e expedição de guia de levantamento em favor da executada do saldo remanescente dos depósitos de fls. 234/235. Intime-se. Advogados(s): Valter Raimundo da Costa Junior (OAB 108337/SP), Marcos Tomanini (OAB 140252/SP), Ricardo Dias Trotta (OAB 144402/SP), Gisele Souza do Prado (OAB 261508/SP)

Ademais, a executada insiste no fato de que o condomínio exequente não desistiu da penhora, no rosto dos autos, dos créditos, tanto de Isaac, quanto do valor que está depositado judicialmente à disposição do I. Juízo da 33ª Vara Cível, que já havia efetivado naquela ação.

O condomínio exequente TEM A PREFERÊNCIA SOBRE QUAISQUER CRÉDITOS JÁ DISPONÍVEIS EM FAVOR DO EXECUTADO ISAAC nos autos da Dissolução de sociedade!!!

Esse valor PERTENCENTE EXCLUSIVAMENTE A Isaac corresponde a multa devida pela co-executada Construtora, pela recusa, em quase 11 anos, na outorga exatamente da escritura do imóvel objeto desta ação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

Este valor devido pela co-executada Construtora ao executado Isaac remonta o crédito de R$ 1.263.456,45, que corresponde a multa de R$ 400,00 por dia, estabelecidos em abril de 2014 até a data em que foi registrada a escritura, em 22 de fevereiro de 2021.

O valor devido pela co-executada Construtora a Isaac encontra-se detalhado no demonstrativo em anexo. Cabe ressaltar, ainda, que **A LIQUIDEZ DA EXECUÇÃO DESSA MULTA COMINATÓRIA É CERTA, IMEDIATA E EXIGÍVEL,** posto que já transitou em julgado toda a discussão sobre a exigibilidade.

Há que se esclarecer que **existem TRÊS bloqueios**, **EM DINHEIRO**, nos autos da Dissolução Social: **um deles, cujo favorecido e único credor é Isaac e os outros dois**, são os bloqueios dos saldos dos leilões de imóveis da Construtora, **que já se encontram em conta à disposição do I. Juízo da 25ª Vara Cível**.

Cabe esclarecer que OS VALORES ACIMA SOMENTE NÃO FORAM AINDA SOERGUIDOS porque, para o azar e infelicidade do executado Isaac, tanto a ação de dissolução de sociedade (processo n 0158646-56.2010.8.26.0100), quanto as outras duas ações antes referidas (processos nºs 0215884-33.2010.8.26.0100 e 0157885-25.2010.8.26.0100) são PROCESSOS FÍSICOS que tiveram seu andamento TREMENDAMENTE PREJUDICADO E ATRASADO EM RAZÃO DA PANDEMIA!!!

O executado Isaac não tem culpa pelo fato de que todos os processos em que possui créditos revertidos diretamente a satisfação dos créditos do condomínio exequente, serem processos físicos, não digitalizados!!!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

O executado SEMPRE QUIS EFETUAR O PAGAMENTO!!! Tanto é que firmou acordo com o exequente concordando que o condomínio fará o levantamento de todo o crédito de Isaac, no que tange a essa multa, no limite do valor do crédito!!!

Os valores **EM DINHEIRO, À DISPOSIÇÃO DA 25ª VARA CÍVEL, PRONTOS PARA LEVANTAMENTO PELO EXEQUENTE TÃO LOGO OS PROCESSOS FÍSICOS TENHAM O ANDAMENTO REGULARIZADO** são os seguintes:

a) R$ 403.740,00 (atualizados apenas até fevereiro de 2015) foram penhorados, em favor do coexecutado Isaac e correspondem a multa devida pela Construtora pelo descumprimento do acordo judicial entabulado há mais de dez anos, pelo qual esta deveria ter outorgado a escritura definitiva do imóvel objeto desta ação no prazo de 30 dias após a audiência e

b) R$ 512.528,67 correspondente ao saldo final do leilão, que foi BLOQUEADO e encontra-se depositado judicialmente, em favor da 33ª Vara Cível, às vias de ser transferido para a 25ª Vara Cível TÃO LOGO O ANDAMENTO DOS PROCESSOS FÍSICOS SEJA RETOMADO .

O valor dessa PENHORA existente **em favor do executado Isaac,** apenas atualizada pela poupança, ainda sem o acréscimo de juros da conta judicial, **soma R$ 528.148,33!!** Vale ressaltar que **este valor PERTENCE DE FORMA LÍQUIDA E CERTA AO EXECUTADO, SEM QUE CAIBA QUALQUER RECURSO**!!

Correção Monetária
Valores atualizados até 30/04/2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

Indexador utilizado: Poupan?a (Bancen tabela 196) (Bancen tabela 196, dep?sitos a partir de 01/06/2012)

27/11/2015 *R$ 403.740,00 x 1,308139713* *R$ 528.148,33*

	Resumo		
	Valores	***Custas***	***Total***
Valores atualizados	*R$ 528.148,33*	*R$ 0,00*	*R$ 528.148,33*
Total	***R$ 528.148,33***	***R$ 0,00***	***R$ 528.148,33***

O SALDO BLOQUEADO já foi definido pelo MM.Juiz da 33ª Vara Cível, deve ser revertido em **REFORÇO DE PENHORA EM FAVOR DE ISAAC**!!

Assim, dos R$ 1.020.000,00 (valor histórico de fevereiro de 2015) que retornaram para conta à disposição da 33ª Vara Cível em 13/03/2020, R$ 387.000,00 foram destacados para o pagamento de uma credora e **o saldo integral atualizado, PERTENCENTE AO EXECUTADO ISAAC, será finalmente transferido à 25ª Vara Cível**, para os autos da Ação de Dissolução Social **ASSIM QUE OS PROCESSOS FÍSICOS TIVEREM O ANDAMENTO RETOMADO**.

Com o retorno desse saldo, penhorado em favor do executado Isaac, aos autos da 25ª Vara Cível, o Condomínio exequente terá, em razão de sua penhora CONTRA O EXECUTADO ISAAC, a exclusividade e anterioridade do pagamento!!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

Cabe esclarecer que o saldo desses valores, ou seja, o saldo em fevereiro de 2015, quando foram bloqueados no leilão e transferidos para a conta da 25ª Vara, correspondiam a pouco mais de R$ 1.020.000,00.

Todavia, **o importe que está prestes a retornar aos autos da Dissolução Social da 25ª Vara Cível superam o R$ 1.500.000,00 em razão da correção e aplicação de juros na conta judicial,** sobre o valor do saldo bruto de aproximadamente R$ 633.000,00 EM FEVEREIRO DE 2015!

Assim, a executada DISCORDA da penhora do imóvel porque, com a penhora efetivada, pelo Condomínio credor, EM DINHEIRO, no rosto dos autos da ação de Dissolução de Sociedade, do valor do crédito, penhora essa que recaiu **sobre os valores pertencentes inequivocamente ao executado Isaac,** a penhora do imóvel não há que subsistir.

Ainda, DISCORDA da penhora do imóvel pois, conforme anteriormente esclarecido, **o valor monetário penhorado pelo exequente**, referente a multa que a Construtora deve ao executado Isaac, por não ter outorgado a escritura do imóvel, **já está liberado em favor do executado, por decisão irrecorrível.**

O único prazo que se deve aguardar, é o andamento processual a ser dado pelo Cartório da 33ª Vara Cível, ao processo FÍSICO, transferindo, por ofício, o crédito do executado novamente a disposição da 25ª Vara Cível, quando, então, será soerguido pelo exequente para a quitação do débito perseguido nestes autos.

Além de gerar uma despesa processual desnecessária, certamente a avaliação do imóvel durante a pandemia será prejudicada e o tempo até a conclusão de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

todos os trâmites avaliatórios e expropriatórios, certamente os valores EM DINHEIRO já terão sido levantados.

Em se tratando do atendimento à preferência legal, requer seja determinada a manutenção da penhora do dinheiro, crédito do executado Isaac, no rosto dos autos da ação de dissolução social em trâmite perante a 25ª Vara Cível, suficiente à satisfação integral do crédito perseguido nesses autos.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 26 de maio de 2.021

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AB.

Correção Monetária
Valores atualizados até 01/05/2021
Indexador utilizado: TJ/SP: Débitos Judiciais

01/03/2014	R$ 35.176,55 : 53,206573 x 78,793814	R$ 52.093,09
01/04/2014	R$ 12.400,00 : 53,642866 x 78,793814	R$ 18.213,85
01/05/2014	R$ 12.400,00 : 54,061280 x 78,793814	R$ 18.072,88
01/06/2014	R$ 12.000,00 : 54,385647 x 78,793814	R$ 17.385,58
01/07/2014	R$ 12.400,00 : 54,527049 x 78,793814	R$ 17.918,51
01/08/2014	R$ 12.400,00 : 54,597934 x 78,793814	R$ 17.895,24
01/09/2014	R$ 12.000,00 : 54,696210 x 78,793814	R$ 17.286,86
01/10/2014	R$ 12.400,00 : 54,964221 x 78,793814	R$ 17.775,99
01/11/2014	R$ 12.000,00 : 55,173085 x 78,793814	R$ 17.137,45
01/12/2014	R$ 12.400,00 : 55,465502 x 78,793814	R$ 17.615,33
01/01/2015	R$ 12.400,00 : 55,809388 x 78,793814	R$ 17.506,79
01/02/2015	R$ 11.200,00 : 56,635366 x 78,793814	R$ 15.581,97
01/03/2015	R$ 12.400,00 : 57,292336 x 78,793814	R$ 17.053,65
01/04/2015	R$ 12.000,00 : 58,157450 x 78,793814	R$ 16.258,03
01/05/2015	R$ 12.400,00 : 58,570367 x 78,793814	R$ 16.681,53
01/06/2015	R$ 12.000,00 : 59,150213 x 78,793814	R$ 15.985,16
01/07/2015	R$ 12.400,00 : 59,605669 x 78,793814	R$ 16.391,78
01/08/2015	R$ 12.400,00 : 59,951381 x 78,793814	R$ 16.297,26
01/09/2015	R$ 12.000,00 : 60,101259 x 78,793814	R$ 15.732,21
01/10/2015	R$ 12.400,00 : 60,407775 x 78,793814	R$ 16.174,13
01/11/2015	R$ 12.000,00 : 60,872914 x 78,793814	R$ 15.532,78
01/12/2015	R$ 12.400,00 : 61,548603 x 78,793814	R$ 15.874,34
01/01/2016	R$ 12.400,00 : 62,102540 x 78,793814	R$ 15.732,74
01/02/2016	R$ 11.600,00 : 63,040288 x 78,793814	R$ 14.498,80
01/03/2016	R$ 12.400,00 : 63,639170 x 78,793814	R$ 15.352,86
01/04/2016	R$ 12.000,00 : 63,919182 x 78,793814	R$ 14.792,52

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AE.

01/05/2016	R$ 12.400,00 : 64,328264 x 78,793814	R$ 15.188,40
01/06/2016	R$ 12.000,00 : 64,958680 x 78,793814	R$ 14.555,80
01/07/2016	R$ 12.400,00 : 65,263985 x 78,793814	R$ 14.970,63
01/08/2016	R$ 12.400,00 : 65,681674 x 78,793814	R$ 14.875,43
01/09/2016	R$ 12.000,00 : 65,885287 x 78,793814	R$ 14.351,09
01/10/2016	R$ 12.400,00 : 65,937995 x 78,793814	R$ 14.817,61
01/11/2016	R$ 12.000,00 : 66,050089 x 78,793814	R$ 14.315,28
01/12/2016	R$ 12.400,00 : 66,096324 x 78,793814	R$ 14.782,11
01/01/2017	R$ 12.400,00 : 66,188858 x 78,793814	R$ 14.761,45
01/02/2017	R$ 11.200,00 : 66,466851 x 78,793814	R$ 13.277,16
01/03/2017	R$ 12.400,00 : 66,626371 x 78,793814	R$ 14.664,51
01/04/2017	R$ 12.000,00 : 66,839575 x 78,793814	R$ 14.146,20
01/05/2017	R$ 12.400,00 : 66,893046 x 78,793814	R$ 14.606,05
01/06/2017	R$ 12.000,00 : 67,133860 x 78,793814	R$ 14.084,19
01/07/2017	R$ 12.400,00 : 66,932458 x 78,793814	R$ 14.597,45
01/08/2017	R$ 12.400,00 : 67,046243 x 78,793814	R$ 14.572,68
01/09/2017	R$ 12.000,00 : 67,026129 x 78,793814	R$ 14.106,82
01/10/2017	R$ 12.400,00 : 67,012723 x 78,793814	R$ 14.579,97
01/11/2017	R$ 12.000,00 : 67,260670 x 78,793814	R$ 14.057,63
01/12/2017	R$ 12.400,00 : 67,381739 x 78,793814	R$ 14.500,12
01/01/2018	R$ 12.400,00 : 67,556931 x 78,793814	R$ 14.462,52
01/02/2018	R$ 11.200,00 : 67,712311 x 78,793814	R$ 13.032,94
01/03/2018	R$ 12.400,00 : 67,834193 x 78,793814	R$ 14.403,40
01/04/2018	R$ 12.000,00 : 67,881676 x 78,793814	R$ 13.929,03
01/05/2018	R$ 12.400,00 : 68,024227 x 78,793814	R$ 14.363,17
01/06/2018	R$ 12.000,00 : 68,316731 x 78,793814	R$ 13.840,33
01/07/2018	R$ 12.400,00 : 69,293660 x 78,793814	R$ 14.100,04
01/08/2018	R$ 12.400,00 : 69,466894 x 78,793814	R$ 14.064,88
01/09/2018	R$ 12.000,00 : 69,466894 x 78,793814	R$ 13.611,17
01/10/2018	R$ 12.400,00 : 69,675294 x 78,793814	R$ 14.022,81

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AE.

01/11/2018	R$ 12.000,00 : 69,953995 x 78,793814	R$ 13.516,39
01/12/2018	R$ 12.400,00 : 69,779110 x 78,793814	R$ 14.001,95
01/01/2019	R$ 12.400,00 : 69,876800 x 78,793814	R$ 13.982,37
01/02/2019	R$ 11.200,00 : 70,128356 x 78,793814	R$ 12.583,94
01/03/2019	R$ 12.400,00 : 70,507049 x 78,793814	R$ 13.857,38
01/04/2019	R$ 12.000,00 : 71,049953 x 78,793814	R$ 13.307,90
01/05/2019	R$ 12.400,00 : 71,476252 x 78,793814	R$ 13.669,48
01/06/2019	R$ 12.000,00 : 71,583466 x 78,793814	R$ 13.208,72
01/07/2019	R$ 12.400,00 : 71,590624 x 78,793814	R$ 13.647,64
01/08/2019	R$ 12.400,00 : 71,662214 x 78,793814	R$ 13.634,01
01/09/2019	R$ 12.000,00 : 71,748208 x 78,793814	R$ 13.178,39
01/10/2019	R$ 12.400,00 : 71,712333 x 78,793814	R$ 13.624,48
01/11/2019	R$ 12.000,00 : 71,741017 x 78,793814	R$ 13.179,71
01/12/2019	R$ 12.400,00 : 72,128418 x 78,793814	R$ 13.545,89
01/01/2020	R$ 12.400,00 : 73,008384 x 78,793814	R$ 13.382,62
01/02/2020	R$ 11.600,00 : 73,147099 x 78,793814	R$ 12.495,48
01/03/2020	R$ 12.400,00 : 73,271449 x 78,793814	R$ 13.334,57
01/04/2020	R$ 12.000,00 : 73,403337 x 78,793814	R$ 12.881,24
01/05/2020	R$ 12.400,00 : 73,234509 x 78,793814	R$ 13.341,30
01/06/2020	R$ 12.000,00 : 73,051422 x 78,793814	R$ 12.943,29
01/07/2020	R$ 12.400,00 : 73,270576 x 78,793814	R$ 13.334,73
01/08/2020	R$ 12.400,00 : 73,592966 x 78,793814	R$ 13.276,31
01/09/2020	R$ 12.000,00 : 73,857900 x 78,793814	R$ 12.801,96
01/10/2020	R$ 12.400,00 : 74,500463 x 78,793814	R$ 13.114,59
01/11/2020	R$ 12.000,00 : 75,163517 x 78,793814	R$ 12.579,58
01/12/2020	R$ 12.400,00 : 75,877570 x 78,793814	R$ 12.876,58
01/01/2021	R$ 12.400,00 : 76,985382 x 78,793814	R$ 12.691,28
01/02/2021	R$ 8.800,00 : 77,193242 x 78,793814	R$ 8.982,46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AE.

Resumo			
	Valores	**Custas**	**Total**
Valores atualizados	1.263.456,45	0,00	1.263.456,45
TOTAL	**1.263.456,45**	**0,00**	**1.263.456,45**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código AFC26AE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 19º andar - salas nº 1929, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº:	**0158646-56.2010.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução**
Requerente:	**Isaac Daniel Wasserman**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Leila Hassem da Ponte**

Vistos.

1. Fls. 1596/1610 e 1761/1766: Trata-se de impugnação apresentada por PEROLA WASSERMAN nos autos do cumprimento de sentença instaurado por ISAAC DANIEL WASSERMAN. Segundo a impugnante, a execução da *astreinte* fixada no valor de R$ 400,00 por dia de descumprimento, que culminou no montante de R$ 358.400,00 é nula, em razão da falta de intimação pessoal do devedor para cumprimento da obrigação de fazer. Aduz ainda, que o valor da multa cominatória encontra-se elevada, caracterizando o enriquecimento ilícito do impugnado. Desta feita, pleiteia o impugnante a revogação da multa diária exequenda ou a redução do seu valor, bem como seja deferida a adjudicação dos imóveis a favor do exequente/impugnado em substituição ao cumprimento da obrigação de fazer.

O impugnado manifestou-se às fls. 1705/1715 e às fls. 1824/1825.

É o relatório.

D E C I D O.

A impugnação não merece acolhimento.

A *astreinte*, como se sabe, é multa cominatória, que se aplica no caso de descumprimento de obrigação de fazer. Cabe ressaltar que as *astreintes* são devidas quando a parte, intimada para cumprir a ordem judicial, não o faz voluntariamente, desobedecendo à decisão judicial, como ocorreu no caso em tela.

Cinge-se a impugnação à falta de intimação pessoal para o cumprimento de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEILA HASSEM DA PONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código 25000000WEYPP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 19º andar - salas nº 1929, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

obrigação de fazer, consistente na formalização da dação em pagamento de dois imóveis pertencentes à Construtora Wasserman ((i) Rua Maranhao, 202, apto. 121, matrícula nº 3668 no 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo e (ii) Rua Rio de Janeiro, 66, apto. 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas nº 24.256 e 24.257 no 1º Cartório de Registro de Imóveis do Guarujá/SP), que impossibilitaria a incidência de *astreintes*, em consonância com a Súmula n. 410 do E. STJ "*A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.*".

Assim, apesar de não ter havido intimação pessoal para a cobrança da multa diária decorrente do não cumprimento da obrigação de fazer, é certo que referida obrigação surgiu em razão de acordo celebrado entre as partes em audiência realizada por esse juízo em 16.05.2012, nos autos do cumprimento provisório de sentença instaurado sob nº 1002205-30.2010.8.26.0100, que contou com a presença pessoal da impugnante, o que demonstra ciência inequívoca quanto ao conteúdo da obrigação de fazer estabelecida no acordo celebrado, *in verbis*: " (...) ***1-*** *Para pagamento parcial dos haveres cabentes ao exequente Isaac Wasserman, as partes ajustam dação em pagamento dos seguintes imóveis:* ***a)*** *Rua Maranhão, 202, apto 121, matrícula n. 3.668 – 5º CRI/São Paulo;* ***b)*** *Rua Rio de Janeiro, 66, apto 151 e respectiva vaga de garagem, matrículas n. 24.256 e 24.257 – 1º CRI/Guarujá;* ***2-*** *A dação em pagamento indicada no item 1 será formalizada por específica escritura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de hoje, arcando o exequente com as custas e emolumentos inerentes a esta operação, ressalvando, contudo, que as custas e emolumentos decorrentes do registro da incorporação da empresa MAGNUM para a Construtora Wasserman S/A serão arcados pelas executadas*;(...)".

É de se ressaltar que, a impugnante foi intimada através de seu patrono devidamente constituído nos autos e detém inequívoco conhecimento da presente execução e da obrigação de fazer assumida.

Neste diapasão, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo já se posicionou no sentido de que, em sendo demonstrada a inequívoca ciência do executado sobre a estipulação de multa cominatória em caso de descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, é inaplicável a Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"*AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que rejeitou a*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LILIAN WASSERMAN e outro, protocolado em 26/05/2021 às 16:08 , sob o número WJMJ21408484730
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002205-30.2010.8.26.0100 e código 25000000WEYPP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 19º andar - salas nº 1929, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

impugnação. Cumprimento de sentença. Obrigação de fazer. Inaplicabilidade da Súmula 410 do STJ. Ciência inequívoca do agravante quanto ao decidido, tanto que cumpriu parcialmente a sentença, depositando o valor da condenação a título de danos morais. Multa diária. Imposição de multa por descumprimento justificada, porém fixada em patamar excessivo. Caso que impõe necessária redução, a fim de evitar situação de enriquecimento sem causa ao agravado. Decisão parcialmente reformada." (TJSP, AI n. 2230190-06.2015.8.26.0000, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mario A. Silveira, 30.11.2015)

Ademais, tratando-se de obrigação de fazer posterior às Leis n. 11.232/2005 e n. 11.382/2006, e segundo posição consolidada do C. Superior Tribunal de Justiça faz-se desnecessária a intimação pessoal do executado para cumprimento da obrigação de fazer imposta em sentença, para fins de aplicação das *astreinte*, após a vigência da Lei n. 11.232/2005.

Sobre o tema, o E. Tribunal de Justiça já decidiu:

"*MULTA DIÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE MANDAMENTO JUDICIAL FIXADO EM SENTENÇA DEFINITIVA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSSOAL PARA FINS DE COBRANÇA DE MULTA JUDICIAL. Inaplicabilidade da Súmula 410 do E. STJ. De acordo com o entendimento do mesmo E. STJ, no caso em tela não deve ser aplicada a Súmula 410, cuja eficácia é restrita às obrigações regidas pelo sistema anterior à reforma promovida pelas Leis 11.232/2005 e 11.382/2006. Valor da multa que se encontra razoável e compatível ante a efetiva inércia do banco agravante em cumprir a determinação judicial. Recurso não provido.*" (TJSP, Apel. n. 2095945-24.2016.8.260000, 22ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Roberto Mac Cracken, j. 09.06.2016).

No que tange à redução do valor das *astreintes*, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, de fato, firmou o entendimento de que é possível a redução do montante da multa cominatória quando se verificar que o valor atinge patamares exorbitantes.

No entanto, tal precedente não aplica-se *in casu*, considerando-se o fato ensejador da multa cominatória, bem como as consequências causadas ao impugnado.

Com efeito, o valor alcançado das astreintes decorreu da própria impugnante, simplesmente da sua resistência em cumprir a ordem judicial proferida por esse juízo, mormente considerarmos que até o presente momento não cumpriu a obrigação que lhe foi imposta.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1068896-38.2019.8.26.0100 e código 15000000WEYPP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 19º andar - salas nº 1929, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Cumpre esclarecer que, diferentemente do que aduz a impugnante, o não cumprimento da obrigação não se deu em razão da ausência do recolhimento das custas e emolumentos que é de responsabilidade do exequente/impugnado, mas sim pelo não cumprimento da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis (fls.1600), ônus da impugnante.

No que concerne ao pleito formulado pela impugnante de adjudicação dos referidos imóveis ao exequente, em que pese a sua concordância, resta indeferido. Isso porque, a obrigação de fazer estabelecida à impugnante não pode ser suprida pela adjudicação dos imóveis, especialmente, em decorrência da existência da Nota de Devolução do Cartório de Registro de Imóveis que deve ser cumprida em todos os seus termos, não se aplicando, in casu, o disposto no artigo 536 do CPC/2015.

Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, **REJEITO** a impugnação apresentada pelo PEROLA WASSERMAN nos autos do cumprimento de sentença instaurado por ISAAC DANIEL WASSERMAN.

2. Oficie-se ao Banco do Brasil a fim de que informe o saldo atualizado da conta judicial vinculada aos presentes autos.

3. Após, dê-se ciência às partes.

Intime-se.

São Paulo, 12 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1068896-38.2019.8.26.0100 e código 15000000WEYPP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO**

Vistos.

Fls. 422/431: manifeste-se o exequente.

Oportunamente, tornem conclusos para análise das petições de fls. 387/397 e 415/417.

Intime-se.

São Paulo, 08 de junho de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, liberado nos autos em 08/06/2021 às 12:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código B0BC614.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0168/2021, foi disponibilizado na página 673/690 do Diário de Justiça Eletrônico em 10/06/2021. Considera-se a data de publicação em 11/06/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 422/431: manifeste-se o exequente. Oportunamente, tornem conclusos para análise das petições de fls. 387/397 e 415/417. Intime-se."

SÃO PAULO, 11 de junho de 2021.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 11/06/2021 às 20:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código B1306F8.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A** e **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao r. despacho de fls. 440 e petição de fls. 422-431, expor e requerer o quanto segue.

Em 19/01/2021, o **CONDOMÍNIO EXEQUENTE** requereu a penhora do imóvel cujas contribuições condominiais são objeto da presente execução (fls. 351-352). Segundo art. 835 do CPC, a ordem legal de preferência de bens a penhora é a seguinte:

> "Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
> I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;
> II - títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado;
> III - títulos e valores mobiliários com cotação em mercado;
> IV - veículos de via terrestre;
> **V - bens imóveis;**
> VI - bens móveis em geral;
> VII - semoventes;
> VIII - navios e aeronaves;
> IX - ações e quotas de sociedades simples e empresárias;
> X - percentual do faturamento de empresa devedora;
> XI - pedras e metais preciosos;
> XII - direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia;
> **XIII - outros direitos."** (grifou-se)

A **EXECUTADA** vem, mais uma vez, oferecer à penhora (fls. 422-431) (no rosto de outros autos) créditos supostamente existentes ou disponíveis, mas pendentes de pagamento, liberações, confirmações, concurso de credores, penhoras prioritárias e diversas pendências de toda sorte, como já exaustivamente exposto (fls. 415-417; 383-386).

Se os créditos oferecidos à penhora são tão certos e disponíveis, como afirma e argumenta a **EXECUTADA** (fls. 422-431), então nada impede que esses valores levantados pelos **EXECUTADOS** e **depositados nesses autos**, em dinheiro, conforme a preferência absoluta de que trata o art. 835, I, §1º, e art. 788 do CPC, inclusive a tempo para evitar a alienação forçada do apartamento nesses autos.

Contudo, enquanto isto não ocorre, o **EXEQUENTE** insiste que seja penhorado o imóvel, que tem preferência legal sobre a penhora de créditos, conforme art. 835, V, do CPC, além do fato de se tratar de contribuição condominial, de natureza *propter rem* com preferência também por esse motivo (cf. art. 835, §3º, do CPC e art. 961 do CC).

Assim, reitera-se o pedido de penhora do imóvel, conforme petição de fls. 351-352, rejeitando-se o requerimento de fls. 422-431, em virtude do disposto no art. 835, V, do CPC.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 18 de junho de 2021.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2021 às 16:45 , sob o número WJMJ21409878490
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código B1D4321.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **PAULA DA ROCHA E SILVA FORMOSO**

Vistos.

Sem delongas, afasto o pedido formulado às fls. 387/397. Isso porque, embora afirme a executada Tania que já houve a penhora, em dinheiro, de quantia suficiente para satisfazer a presente execução, não há como se ignorar que, passados quase 3 anos desde o deferimento da primeira penhora, nenhum valor foi soerguido pelo exequente.

Ademais, ainda que físicos os processos nos quais o executado Isaac possui salvo residual, é forçoso reconhecer que a demora em sua tramitação não pode ser imputável unicamente ao exequente, que há muito busca a satisfação de seu crédito, sem sucesso.

Dessa forma, se em termos, de rigor o deferimento da penhora sobre o imóvel de matrícula nº 84.810, sendo certo que a questão relativa à eventual excesso será tratada em momento oportuno, qual seja, na análise efetiva do pedido.

Assim, em prosseguimento, determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 dias, indexar aos autos certidão de matrícula atualizada do imóvel supracitado, uma vez que o documento trazido (matrícula on-line – fls. 358) não serve como certidão, pois não possui validade jurídica, conforme informado pela própria tarja que atravessa o documento.

Oportunamente, tornem conclusos.

Intime-se.

São Paulo, 07 de outubro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULA DA ROCHA E SILVA FORMOSO, liberado nos autos em 07/10/2021 às 15:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BBD6B9B.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0340/2021, foi disponibilizado na página 605/615 do Diário de Justiça Eletrônico em 13/10/2021. Considera-se a data de publicação em 14/10/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. Sem delongas, afasto o pedido formulado às fls. 387/397. Isso porque, embora afirme a executada Tania que já houve a penhora, em dinheiro, de quantia suficiente para satisfazer a presente execução, não há como se ignorar que, passados quase 3 anos desde o deferimento da primeira penhora, nenhum valor foi soerguido pelo exequente. Ademais, ainda que físicos os processos nos quais o executado Isaac possui salvo residual, é forçoso reconhecer que a demora em sua tramitação não pode ser imputável unicamente ao exequente, que há muito busca a satisfação de seu crédito, sem sucesso. Dessa forma, se em termos, de rigor o deferimento da penhora sobre o imóvel de matrícula nº 84.810, sendo certo que a questão relativa à eventual excesso será tratada em momento oportuno, qual seja, na análise efetiva do pedido. Assim, em prosseguimento, determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 dias, indexar aos autos certidão de matrícula atualizada do imóvel supracitado, uma vez que o documento trazido (matrícula on-line fls. 358) não serve como certidão, pois não possui validade jurídica, conforme informado pela própria tarja que atravessa o documento. Oportunamente, tornem conclusos. Intime-se."

SÃO PAULO, 13 de outubro de 2021.

Rick Shodi Shikai
Coordenador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RICK SHODI SHIKAI, liberado nos autos em 13/10/2021 às 15:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BC29A1E.

YAMAMOTO
ADVOGADOS
ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL.

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO, nos autos do processo em epígrafe, da ação que **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR** move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, em trâmite perante este D. Juízo e respectivo Cartório, vem respeitosamente à presença de V. Exa., informar ciência em relação ao despacho de fls., que deferiu a penhora sobre o imóvel de matrícula 84.810 assim como informa que aguarda seja procedido, quando do eventual pagamento do débito executada seja procedido o pagamento dos honorários objeto de pedido de reserva anteriormente requerido.

Rua Libero Badaró, n.º 158 – 4º andar – Centro – São Paulo/SP.
TEL: (011) 3107-3831 – FAX: (011) 3241-1482
EMAIL: contato@yamamotoadvogados.com.br
www.yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/10/2021 às 10:38 , sob o número WJMJ21417217863
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BCA671A.

山本 YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Diante da incontroversa da prestação de serviços advocatícios do peticionante nos autos, requer a reserva de seus honorários sucumbenciais, junto ao bem penhorado pelo trabalho desempenhado na fase de execução.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 13 de outubro de 2021.

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO
OAB/SP N° 125.394

Rua Libero Badaró, n.º 158 – 4º andar – Centro – São Paulo/SP.
TEL: (011) 3107-3831 – FAX: (011) 3241-1482
EMAIL: contato@yamamotoadvogados.com.br
www.yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/10/2021 às 10:38 , sob o número WJMJ21417217863
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BCA671A.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial n. 1008880-28.2018.8.26.0100

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, nos autos da presente **Ação de Execução de Título Extrajudicial,** que move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN, TÂNIA WASSERMAN** e **CONSTRUTORA WASSERMAN S.A.**, neste ato representado por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção a r. decisão de fl. 443, apresentar a **certidão de matrícula atualizada n. 84.810 do 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital**, para que seja efetuada a penhora do imóvel (Doc. 01).

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 19 de outubro de 2021.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/10/2021 às 10:26 , sob o número WJMJ21417305088
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BCC5D23.

República Federativa do Brasil
5° Oficial de Registro de Imóveis de São Paul
Sérgio Jacomino - Oficial
C.N.P.J.: 45.592.979/0001-72
Rua Marques de Paranaguá, nº 359, Consolação, Cep.: 01303-05
www.quinto.com.br

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL — 5.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS de São Paulo

Matrícula	Ficha
84.810	01

São Paulo, **04 de março de 2008**

IMÓVEL: Apartamento duplex n.º 121, tipo "3", localizado no 12.º andar ou 13.º pavimento do EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão, n.º 202, no 7.º Subdistrito - Consolação, com a área real útil de 357,31m², a área real comum de 217,13m², a área real acessória de garagem de 40,00m², perfazendo a área real global de 614,44m², correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio, a fração ideal de 12,83%, estando vinculadas a este apartamento, quatro vagas sob n.ºs 15, 16, 17 e 18 do 2.º subsolo, para estacionamento de quatro automóveis de passeio, com auxílio de manobrista.

CONTRIBUINTE: 010.002.0341-7.

PROPRIETÁRIA: MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, CNPJ 60.812.328/0001-34, com sede nesta Capital, na rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036.

REGISTRO ANTERIOR: R. 5 de 06/06/1986 e R. 9 (Instituição e Especificação de Condomínio) de 22/12/1987, ambos da Matrícula n.º 3.668, deste Oficial de Registro de Imóveis.

MARCO ANTONIO VIOLIN
Oficial Substituto

Av. 01 / 84.810 *averbação premonitória*
Em 14 de dezembro de 2015 - Prot. 292.536 (03/12/2015)

Atendendo ao requerimento datado de 03 de dezembro de 2015 e pela certidão expedida aos 01/12/2015, pelo Juízo de Direito da 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, procedo à presente averbação para constar que foi distribuída no dia 01/09/1994, a Ação de Execução de Título Extrajudicial, sob n. 0825823-47.1994.8.26.0100, à 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, em que são partes: **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, CNPJ 60.437.571/0001-10, com sede nesta Capital, na rua Doutor Diogo de Faria, n. 1.036, Vila Clementino, sucessora por incorporação de MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, já qualificada, exequente e **BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF 122.991.896-53, executado, dando-se início à fase de cumprimento de sentença em 16/09/2015, com inversão dos polos, cujo valor da causa é R$ 129.880,20.

NATALIA BARROS CORREIA NOGUEIRA
Escrevente Autorizada

(continua no verso)

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash e5bf5baf-c84f-4bc8-9e32-8cf05f2836b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/10/2021 às 10:26 , sob o número WJMJ21417305088
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BCC5D25.

Código Segurança: 5o.706774778227887112441344/15720963293

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash e5bf5baf-c84f-4bc8-9e32-8cf05f2836b8

Matrícula	Ficha
84.810	01 Verso

R. 02 / 84.810 *usucapião extrajudicial*
Em 22 de fevereiro de 2021 - Prot. 341.030 (20/07/2020)
Selo n. 113571321QW000283731UV21X

Atendendo ao requerimento datado de 7 de julho de 2020, instruído com a Ata Notarial lavrada em 7 de julho de 2020, pelo 3.º Tabelião de Notas desta Capital, no livro 3522, folhas n. 347/349 e demais documentos citados no artigo 216-A da Lei n. 6.015/73, procedo o presente registro para constar que foi reconhecida extrajudicialmente a usucapião do imóvel objeto desta matrícula em favor de **ISSAC DANIEL WASSERMAN**, brasileiro, engenheiro, RG 19.555.992-SSP/SP, CPF 131.938.178-21, filho de Gullermino Wasserman e Clara Wasserman e sua mulher **TÂNIA WASSERMAN**, brasileira, advogada, RG 25.845.452-0-SSP/SP, CPF 148.432.458-79, filha de Julio Fruchtengarten e de Sueli Fruchtengarten, casados em 13/09/1998, sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados nesta Capital, na rua Maranhão, n. 202, apartamento n. 121, e-mail twadvocacia@uol.com.br, ao qual foi atribuído o valor de R$ 2.500.000,00. Valor Venal R$ 2.287.036,00.

CASSIA REGINA PADOVINI DERANIAN
Escrevente Substituta

Certidão emitida pelo SREI
Registradores

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2021 às 10:20 , sob o número WJMJ21417305088
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, e informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BCC5D25.

O 25º Subdistrito - Pari pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 01/01/1972 até a presente data, tendo pertencido anteriormente aos 15º e 3º Registros. O 5º Subdistrito - Santa Efigênia pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 21/11/1942 até a presente data, tendo pertencido anteriormente aos 8º, 2º e 3º Registro. O 7º Subdistrito - Consolação pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 26/12/1927 à 09/08/1931 passando novamente a pertencer ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 02/03/1932 até a presente data, tendo pertencido anteriormente a esses dois períodos ao 4º Registro de Imóveis.

CERTIFICO e dou fé que a presente certidão é reprodução autêntica da ficha a que se refere e foi extraída sob forma de documento etrônico, mediante processo de certificação digital no âmbito da ICP - Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo se conservada em meio eletrônico, para garantir sua validade, autoria e integridade.

CERTIFICO que o imóvel objeto desta matrícula tem situação jurídica noticiada integralmente nesta cópia reprográfica, abrangendo **ALIENAÇÕES**, **DIREITOS REAIS**, **ÔNUS REAIS**, **AÇÕES REAIS OU PESSOAIS REIPERSECUTÓRIAS** que tenham sido objeto de registro ou averbação, bem como indicação de títulos contraditórios devidamente prenotados até 14/10/2021.

CERTIFICO, mais, que a presente certidão é reprodução autêntica do livro 2 a que se refere, extraída nos termos do § 1º do art. 19 da Lei 6.015/73.

"A pesquisa não abrange a ocorrência de indisponibilidade de bens relativa pessoas sem indicação de CPF/CNPJ nos registros de origem (Art. 13 e Art. 14 § 3º do Prov. CNJ 39/2014). Para a realização de qualquer negócio imobiliário consulte a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens. www.indisponibilidade.org.br"

São Paulo, 19 de outubro de 2021.

Emitido por: kelly

AO OFICIAL	R$:	34,73
AO ESTADO	R$:	9,87
À SEC. FAZENDA	R$:	6,76
AO SINOREG	R$:	1,83
AO TR. JUSTIÇA	R$:	2,38
AO MUNICÍPIO	R$:	0,71
AO MP	R$:	1,67
TOTAL	R$:	57,95

o selo digital abaixo poderá ser consultado no site:
https://selodigital.tjsp.jus.br/

PROTOCOLO: 888.931

Cod. Seg.:
5o.706774778227887112441341572096329388893 1MAT84810

1135713C3JH000364862RR21A

A presente certidão reflete a situação jurídica do imóvel desta matrícula até o dia útil anterior. Esta certidão tem plena validade em todo o território nacional, a qualquer tempo, sendo que, na hipótese de utilização para lavratura de escritura o prazo de validade é de 30 (trinta) dias (Decreto 93.240/86, art. 1º, IV)

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash e5bf5baf-c84f-4bc8-9e32-8cf05f2836b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARA FRANCA MACHADO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/10/2021 às 10:26 , sob o número WMAZ21417305088
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BCC5D25.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, também contra a **Construtora Wasserman S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue.

O exequente requereu, e foi deferida, a penhora do imóvel onde residem os executados.

No entanto, em data anterior, foi realizada a penhora, no rosto dos autos, dos créditos pertencentes ao executado Isaac, nos autos da Ação de Dissolução de Sociedade que tramita perante a 25ª Vara Cível, processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100.

Para evitar a dupla garantia, requer seja expedido ofício para o cancelamento da penhora acima referida, para os fins de direito.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 1º de novembro de 2.021

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/11/2021 às 11:50 , sob o número WJMJ21417956925
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código BDADD32.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **PAULA DA ROCHA E SILVA FORMOSO**

Vistos.

1) Lavre-se termo de penhora do imóvel de matrícula nº 84.810 (fls. 448/450), na forma do art. 845, §1º, do Código de Processo Civil, nomeando-se depositário(a) o(a) executado(a), que deverá ser intimado(a), ao depois, tanto da nomeação como da própria penhora, para os fins dos artigos 841 e 847 do Código de Processo Civil.

Na existência de eventuais credores hipotecários, coproprietários e demais titulares de direitos elencados no art. 799 do Código de Processo Civil, deverá o credor providenciar suas intimações, indicando os respectivos endereços e recolhendo as despesas, sob pena de nulidade.

A seguir, proceda-se ao registro da penhora por intermédio do sistema ARISP, se tecnicamente possível.

Na impossibilidade, o exequente ficará responsável pelo registro da penhora, apresentando cópia do Termo no respectivo Cartório de Imóveis, comprovando-se nos autos em quinze dias.

2) Fls. 151 – Manifeste-se o exequente, no prazo de 15 dias.

Na oportunidade, considerando a penhora acima deferida, deverá se manifestar acerca de eventual excesso à presente execução.

Oportunamente, tornem conclusos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULA DA ROCHA E SILVA FORMOSO, liberado nos autos em 17/03/2022 às 15:48 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código C9895A1.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Intime-se.

São Paulo, 17 de março de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULA DA ROCHA E SILVA FORMOSO, liberado nos autos em 17/03/2022 às 15:48 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código C9895A1.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0151/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)	D.J.E
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)	D.J.E
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)	D.J.E
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. 1) Lavre-se termo de penhora do imóvel de matrícula nº 84.810 (fls. 448/450), na forma do art. 845, §1º, do Código de Processo Civil, nomeando-se depositário(a) o(a) executado(a), que deverá ser intimado(a), ao depois, tanto da nomeação como da própria penhora, para os fins dos artigos 841 e 847 do Código de Processo Civil. Na existência de eventuais credores hipotecários, coproprietários e demais titulares de direitos elencados no art. 799 do Código de Processo Civil, deverá o credor providenciar suas intimações, indicando os respectivos endereços e recolhendo as despesas, sob pena de nulidade. A seguir, proceda-se ao registro da penhora por intermédio do sistema ARISP, se tecnicamente possível. Na impossibilidade, o exequente ficará responsável pelo registro da penhora, apresentando cópia do Termo no respectivo Cartório de Imóveis, comprovando-se nos autos em quinze dias. 2) Fls. 151 Manifeste-se o exequente, no prazo de 15 dias. Na oportunidade, considerando a penhora acima deferida, deverá se manifestar acerca de eventual excesso à presente execução. Oportunamente, tornem conclusos. Intime-se."

São Paulo, 18 de março de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 18/03/2022 às 16:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código C9BD126.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0151/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 22/03/2022. Considera-se a data de publicação em 23/03/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Lavre-se termo de penhora do imóvel de matrícula nº 84.810 (fls. 448/450), na forma do art. 845, §1º, do Código de Processo Civil, nomeando-se depositário(a) o(a) executado(a), que deverá ser intimado(a), ao depois, tanto da nomeação como da própria penhora, para os fins dos artigos 841 e 847 do Código de Processo Civil. Na existência de eventuais credores hipotecários, coproprietários e demais titulares de direitos elencados no art. 799 do Código de Processo Civil, deverá o credor providenciar suas intimações, indicando os respectivos endereços e recolhendo as despesas, sob pena de nulidade. A seguir, proceda-se ao registro da penhora por intermédio do sistema ARISP, se tecnicamente possível. Na impossibilidade, o exequente ficará responsável pelo registro da penhora, apresentando cópia do Termo no respectivo Cartório de Imóveis, comprovando-se nos autos em quinze dias. 2) Fls. 151 Manifeste-se o exequente, no prazo de 15 dias. Na oportunidade, considerando a penhora acima deferida, deverá se manifestar acerca de eventual excesso à presente execução. Oportunamente, tornem conclusos. Intime-se."

SÃO PAULO, 22 de março de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 22/03/2022 às 15:23 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CA1673D.

YAMAMOTO
ADVOGADOS
ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL.

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO, nos autos do processo em epígrafe, da ação que **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR** move em face de **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, em trâmite perante este D. Juízo e respectivo Cartório, vem respeitosamente à presença de V. Exa., reiterar os termos da petição de outubro de 2021 no sentido de informar ciência em relação ao deferimento da penhora sobre o imóvel objeto da presente demanda bem como informar o deslinde da execução e pagamento do débito executado para que seja procedido o pagamento dos honorários objeto de pedido de reserva anteriormente requerido.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 22 de março de 2022.

ROBERTO MASSAO YAMAMOTO
OAB/SP Nº 125.394

YAMAMOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/SP 3.979

Rua Libero Badaró, n.º 158 – 4º andar – Centro – São Paulo/SP.
TEL: (011) 3107-3831 – FAX: (011) 3241-1482
EMAIL: contato@yamamotoadvogados.com.br
www.yamamotoadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO MASSAO YAMAMOTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2022 às 14:13 , sob o número WJMJ22404539620
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CA62742.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN e TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao item "2" da r. decisão de fls. 452-453, manifestar-se acerca da petição de fls. 451[1].

I. DA PENDÊNCIA DE EFETIVAÇÃO DA PENHORA E DA AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL PARA APURAR EVENTUAL EXCESSO

A alegação de fls. 451 de "dupla garantia" não considera o disposto no art. 831 do CPC, que determina que a penhora deverá **recair sobre tantos bens quanto bastem para o pagamento do crédito** (com seus acréscimos), o que não é sequer possível de se saber nesse momento.

A despeito de a r. decisão de fls. 452-453 ter determinado a penhora do imóvel, **referida penhora ainda não se realizou**: nem por meio eletrônico (cf. art. 837, do CPC), nem por termo nos autos, nem por Oficial de Justiça (cf. art. 838 do CPC). Tampouco foram realizadas as medidas subsequentes à penhora (p.ex., intimação do executado e seu cônjuge, cf. art. 841 e 842 do CPC), nem houve o transcurso do prazo para oferecimento de impugnações (inclusive de terceiros) para que se possa considerar estabilizada a penhora (que ainda sequer se efetivou).

Assim, **não há que se falar em excesso ou desfazimento de uma penhora que ainda não ocorreu**. O momento processual adequado reservado pela lei a para a verificação da existência ou não de excesso de penhora é **após a avaliação dos bens já penhorados** (cf. art. 874 do CPC), quando a penhora em si já se encontra **estabilizada** e revestida de certeza:

> "*Art. 874. **Após a avaliação**, o juiz poderá, **a requerimento do interessado e ouvida a parte contrária**, mandar:*
>
> *I - **reduzir a penhora aos bens suficientes** ou transferi-la para outros, se o valor dos bens penhorados for **consideravelmente superior** ao crédito do exequente e dos acessórios;*
>
> *II - ampliar a penhora ou transferi-la para outros bens mais valiosos, se o valor dos bens penhorados for inferior ao crédito do exequente*".

[1] Sem qualquer prejuízo, a r. decisão de fls. 452-453 contém um erro material (de digitação) e faz referência à petição de fls. 151, quando na realidade a petição da EXECUTADA se encontra às fls. 451.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EEC.

II. O IMÓVEL PENHORADO PODE NÃO SER SUFICIENTE PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO

Atualmente, há dois tipos de débitos incidentes sobre o imóvel:

1) **Contribuições condominiais (presente execução)**[2]: em **fevereiro de 2022**, o débito das contribuições condominiais em execução já somava **R$1.184.891,44** (**doc. 01**). Considerando que já se passaram mais de três meses (ou seja, já ao menos mais R$16.500,00 em aberto, sem contar os acréscimos), o débito de condomínio **ultrapassa os R$1,2 milhões** na presente data;

2) **IPTU**[3]: conforme certidão anexa (**doc. 02**), há um **débito de IPTU de R$921.965,28** sobre o imóvel.

Considerando que: **(a)** o **preço mínimo legal** para a arrematação do imóvel é de **50%** (cinquenta por cento) do seu valor de avaliação (art. 891, p. único, do CPC), salvo se este MM. Juízo fixar *outro valor mínimo superior* (cf. art. 880, §1º, art. 885 e art. 891, p. único, do CPC); **(b)** o **valor venal do imóvel para fins de IPTU em 2022** é de **R$2.588.222,00** (**doc. 03**); e **(c)** a existência de débito tributário de IPTU, com preferência legal sobre os créditos de contribuição condominial (cf. art. 186 do CTN), tem-se que:

Item	**DÉBITO**	**VALOR DE VENDA DO IMÓVEL** (arrematação)		
		100% (venal IPTU)	**82%** (*break even*)	**50%** (preço mínimo, cf. art. 891, p. único, do CPC)
		R$2.588.222,00	**R$2.121.965,28**	**R$1.294.111,00**
		SALDO PARA PAGAMENTO DO CONDOMÍNIO		
IPTU (preferência legal, art. 186 do CTN).	R$921.965,28	R$1.666.256,72	R$1.200.000	**R$372.145,72**
		SALDO FINAL (APÓS PAGAMENTO DO CONDOMÍNIO)		
Condomínio	R$1.200.000,00	**R$466.256,72**	**R$0,00**	**-R$ 827.854,28**
TOTAL DÉBITOS	**R$2.121.965,28**			

[2] A natureza *propter rem* da contribuição condominial é pacífica no STJ, cf., dentre outros: STJ, 4ª Turma, REsp 1.473.484 – RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 21/06/2018. Goza assim de privilégio real (art. 961 do CC) e acompanha o bem enquanto não for satisfeito.

[3] Conforme art. 130, *caput* e p. único do CTN e art. 905, II, e art. 908, §1º, do CPC. Além disso, os COEXECUTADOS TANIA e ISAAC, apesar de terem usucapido o bem (cf. R-02 da matrícula de nº 84.810 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, fls. 448-450 dos autos), já eram ocupantes do imóvel no período abrangido pelos débitos de IPTU, sendo, portanto, contribuintes na qualidade de possuidores, cf. art. 32 do CTN e art. 9º da Lei nº 6.989/1966 do Município de São Paulo – SP, ainda que antes da aquisição por usucapião.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EEC.

Para que o fruto da alienação do imóvel satisfizesse os débitos condominiais que recaem sobre si, **na data atual**, com soma zero (*break even*), seria necessária a sua arrematação pelo valor *líquido* de **ao menos 82%** do seu valor venal para fins de IPTU (2022), **o que pode sequer refletir o valor real de mercado do imóvel**.

Caso o imóvel seja arrematado por apenas 50% do valor venal para fins de IPTU e, considerando o privilégio creditório da Fazenda Pública (art. 186 do CTN), que tem um crédito de IPTU sobre o imóvel, **sobrará um débito de R$827.854,28 objeto desta execução**, a ser pago em favor do **EXEQUENTE** na presente ação.

Até que ocorram todos os procedimentos relacionados à penhora, avaliação e execução forçada dos bens, o imóvel já não cobrirá o crédito em execução, que **na presente data** precisaria de ao menos 82% do valor do imóvel para sua satisfação.

Sendo os presentes débitos de **natureza** *propter rem*, **o imóvel é a principal garantia de sua quitação**, pois é o único bem de raiz conhecido dos **EXECUTADOS**, de modo que se deve agir **de maneira a conservar o seu máximo potencial para quitação do débito**, caso seja alienado forçadamente nessa execução.

Isto tudo, obviamente, em um exercício hipotético de raciocínio, **pois ainda não há avaliação de mercado do bem**, de modo que essa insuficiência do imóvel para cobrir o crédito em execução pode ser **ainda maior** – ou menor –, mas, em uma ou outra hipótese, o que se sabe nesse momento é que a situação se encontra **incerta** e **desconhecida**, e assim permanecerá até que se tenha ao menos uma avaliação idônea do bem, nos termos dos art. 870 e ss. do CPC.

Sobretudo, deve-se considerar que a verificação de excesso de penhora é um exercício *prospectivo*, e que deve considerar diversos fatores hoje pouco sabidos (em especial o valor do imóvel), mas que, **em virtude do débito de IPTU, torna o imóvel virtualmente insuficiente para a satisfação do crédito, em qualquer cenário que se projete**. Nesse sentido, as palavras de Fredie Didier Jr. *et al*[4]:

> "Para que não seja excessiva, a penhora deve recair sobre bens que bastem para cobrir a dívida principal atualizada (com correção monetária), bem como os juros e os encargos processuais (custas e honorários). E, **para que não seja diminuta e insuficiente a penhora**, deve ser considerado pelo juiz o tempo necessário para que se chegue à expropriação e ao pagamento, de modo a que se procedam aos inevitáveis acréscimos decorrentes desse período. **É difícil chegar-se a uma perfeita correspondência entre a dívida e a penhora** já no momento em que ela é realizada. Mas existem limites mínimos **impostos pela razoabilidade**, que permitem afastar excessos manifestos" (grifou-se).

[4] DIDIER Jr., Fredie. CUNHA, Leonardo Carneiro da. BRAGA, Paula Sarno. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*, vol. 5: *Execução*, 8. ed., Salvador: Juspodivm, 2018, p. 875-876 (cap. 24, item 7).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EEC.

III. PRECLUSÃO DA QUESTÃO (FLS. 443) – AS OUTRAS "PENHORAS" SÃO PENHORAS NO ROSTO DOS AUTOS (MERA EXPECTATIVA DE DIREITO) SEM EFETIVIDADE ATÉ O MOMENTO – TENTATIVA DE ELIDIR A PREFERÊNCIA DA EXECUÇÃO PELO DINHEIRO (ART. 835, I DO CPC)

Por fim, como já arguido em **vários** outros momentos nesses autos pelo **EXEQUENTE** (cf. fls. 442, 415-417; fls. 383-386; fls. 326-327), as "penhoras" cuja liberação a **COEXECUTADA** pleiteia são todas penhoras no rosto de autos (cf. art. 860 do CPC) relativas a **créditos de recebimento e/ou direito incerto**[5] e, portanto, **não oneram os EXECUTADOS**, mas apenas colocam o **EXEQUENTE** "na fila de espera" para o recebimento desses valores, **caso eles sejam disponibilizados**. Do contrário, o **EXEQUENTE** já teria levantado esses valores!

A questão é, portanto: **(a)** a potencial insuficiência do imóvel para satisfação do crédito (conforme acima demonstrado); e **(b)** a preferência legal por **dinheiro** (cf. art. 835, I, do CPC) que os **EXECUTADOS** tentam desde sempre elidir, pedindo para **retirar penhoras de direitos expectativos** (no rosto dos autos), para que possam perceber tais valores **sem pagar a dívida junto ao condomínio**, deixando-se para a sorte da (eventual e incerta) arrematação do imóvel e sua *improvável* suficiência para satisfação do crédito.

O imóvel, apesar de valioso, **é muito ilíquido**: até mesmo sua arrematação em praça pública é incerta. Por outro lado, a efetividade das penhoras no rosto dos autos é igualmente incerta.

A esse respeito, este MM. Juízo **já decidiu** (r. decisão de fls. 443), inclusive tendo a referida questão **precluído** (art. 505 e art. 507 do CPC):

> Sem delongas, afasto o pedido formulado às fls. 387/397. Isso porque, embora afirme a executada Tania que já houve a penhora, em dinheiro, de quantia suficiente para satisfazer a presente execução, não há como se ignorar que, passados quase 3 anos desde o deferimento da primeira penhora, nenhum valor foi soerguido pelo exequente.
>
> Ademais, ainda que físicos os processos nos quais o executado Isaac possui salvo residual, é forçoso reconhecer que a demora em sua tramitação não pode ser imputável unicamente ao exequente, que há muito busca a satisfação de seu crédito, sem sucesso.
>
> Dessa forma, se em termos, de rigor o deferimento da penhora sobre o imóvel de matrícula nº 84.810, sendo certo que a questão relativa à eventual excesso será tratada em momento oportuno, qual seja, na análise efetiva do pedido.

(r. decisão de fls. 443)

[5] Cf. Enunciado nº 155 da 2ª Jornada de Direito Processual Civil do CJF.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EEC.

Sobre o andamento dos processos nos quais o condomínio possui as anteriores **penhora no rosto dos autos**, há 3 penhoras sobre **créditos dos COEXECUTADOS** (fls. 383/86 e 415/417):

(1) Processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, 25ª Vara Cível do Foro Central Penhora de créditos de ISAAC DANIEL WASSERMAN em face da CONSTRUTORA WASSERMAN: Nesse processo, todo o valor existente foi transferido para os autos abaixo. Eventual sobra, após executadas as penhoras do processo abaixo, devem retornar a esses autos. No entanto, o valor é incerto. Há, ainda, penhora prioritária antes da penhora oriunda desses autos.

(2) Processo nº 0215884-33.2010.8.26.0100, 33ª Vara Cível do Foro Central Penhora de créditos da CONSTRUTORA WASSERMAN em face de OPUS D'AR: Há um valor de aprox. R$1 milhão, mas que deve ser usado nas penhoras prioritárias, de valores altíssimos (conforme petição de fls. 368-376), mas ainda ilíquidos, de maneira que é incerto qual valor sobrará (se é que algum valor sobrará). A única certeza é que o valor sobejante será bastante inferior ao do débito ora em execução, de maneira que, mesmo positiva, a penhora aqui é não cobre a totalidade do débito (art. 831 do CPC).

(3) Processo nº 0207822-67.2011.8.26.0100, 39ª Vara Cível Penhora de créditos da CONSTRUTORA WASSERMAN em face de DISSEI: Há penhoras prioritárias que somam mais de R$2 milhões (sem atualização). O imóvel foi arrematado por R$6.374.320,20 (fls. 2.220 daqueles autos). Os credores habilitados foram discriminados às fls. 2.222 (Isaac é um deles, que tem penhorado cerca de R$120.000,00, valor **muito inferior** ao da presente Execução).

IV. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AOS EXECUTADOS

Enquanto não satisfeito o crédito, nem garantido por bens que **claramente** cubram a totalidade do valor em execução (cf. art. 831 do CPC), a penhora do imóvel e dos demais direitos expectativos não prejudica os **EXECUTADOS**.

Isso porque os débitos em execução são de natureza *propter rem*, e seriam abatidos de qualquer valor de venda do imóvel, ou cobrados do adquirente que porventura assumi-los.

A potencial **insuficiência** do imóvel (especialmente se arrematado pro valor inferior a 82% de seu valor venal) e **dos direitos expectativos nas** penhoras no rosto dos autos demonstram que, ao contrário, **quem permanece prejudicado é o EXEQUENTE**, que após **quatro anos** não viu sequer um centavo dos valores em execução.

Enquanto isso, os **EXECUTADOS** permanecem **não pagando o IPTU sobre o imóvel**, que possui preferência creditícia (art. 186 do CTN), de modo que cada real de IPTU não pago é também um real a menos para o **EXEQUENTE** nessa execução – **quanto mais tempo essa execução durar, menor as chances de se receber algo**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EEC.

V. PEDIDOS

Pelo exposto, em atenção à petição de fls. 541, que alega "dupla garantia", o **EXEQUENTE** requer:

a) seja considerada a preclusão dessa questão, **constantemente levantada pelos EXECUTADOS**, relativa à impossibilidade de penhora do imóvel em conjunto com as penhoras anteriores já efetivadas (no rosto de autos e, até agora, frustradas e infrutíferas), nos termos da r. decisão de fls. 443 e dos art. 505 e 507 do CPC;

b) que seja **primeiro** efetuada a **penhora do bem imóvel**, conforme r. decisão de fls. 452-453, e, após sua efetivação, seja realizada a **avaliação do imóvel**, cf. art. 870 do CPC;

c) que eventual **discussão sobre excesso de penhora** seja reservada ao momento processual oportuno, isto é, à faculdade da parte interessada em argui-la, no prazo legal, após a avaliação do bem imóvel penhorado (cf. art. 874 do CPC);

d) **que tal discussão seja condicionada à demonstração, pelos EXECUTADOS** (cf. regra de distribuição do ônus da prova do art. 373 do CPC) **da existência de valores efetivamente disponíveis nos autos cujas penhoras recaem, com a prova de sobra de depósitos, em dinheiro, após o pagamento das demais penhoras prioritárias**;

e) que seja considerado o cômputo conjunto da **força dos bens e direitos penhorados** em face ao crédito em execução, nos termos do art. 831 do CPC, **considerando-se ainda os débitos de IPTU sobre o imóvel** que gozam de preferência creditícia (art. 186 do CTN) e o eventual valor mínimo de arrematação do bem imóvel (art. 891, p. único, do CPC), resultando em valor **insuficiente** para pagamento dos créditos ora em execução; e

f) que seja mantida, por ora, a penhora do imóvel e as demais penhoras anteriores, no rosto dos autos, diante da **inexistência de prova de excesso** – pelo contrário, há fortes indícios de sua ***insuficiência*** - cf. art. 831 do CPC; e

g) **INDEPENDENTEMENTE DA DISCUSSÃO DE EXCESSO**, que deve vir por iniciativa dos **EXECUTADOS** (uma vez que haja avaliação do bem, cf. art. 874 do CPC), que, após a penhora e avaliação do imóvel, seja o imóvel **imediatamente levado a leilão**, nos termos do art. 879, II, do CPC e ss., **para que o crédito do EXEQUENTE tenha alguma chance de satisfação**, considerando o crescente débito de IPTU que recai sobre o imóvel.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 05 de maio de 2022.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EEC.

Gmail **Ana Mara Machado <anamaramachado@gmail.com>**

Débitos condominiais

Ana Mara Machado <anamaramachado@gmail.com> 24 de fevereiro de 2022 14:05
Para: twadvocacia@uol.com.br, tania@maisviagens.net.br
Cc: BH Neto <fdni175@gmail.com>

Tânia, boa tarde.

Conforme solicitado, segue em anexo o detalhamento dos valores devidos na execução judicial dos débitos condominiais da unidade 121 do Cond. Ed. Maison Mont Clair.

Att.,
Ana Mara

criterios e calculos ap 121 - 23-02-2022 - merged.pdf
185K

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

À
TÂNIA WASSERMAN
Rua Maranhão, nº 202, apt. 121
CEP 01240-000 São Paulo - SP

Prezada Sra. Tânia,

Conforme solicitado, segue detalhamento dos valores devidos na execução judicial dos débitos condominiais da unidade apartamento nº 121 do Edifício Maison Mont Clair e vagas de garagem (matrícula nº 84.810 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, SQL nº 010.002.0341-7), objeto da Ação de Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100 e Embargos à Execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100.

O valor total devido nesta data é de **R$1.184.891,44.**

A) VALOR PRINCIPAL

Vide Tabela Anexa.

SUBTOTAL A: **R$1.026.041,82** (um milhão, vinte e seis mil, quarenta e um reais e oitenta e dois centavos)

Data: **23/02/2022**

Critérios:

- Principal (contribuições condominais inadimplidas de ago/2014 a fev/2021)
  - Correção monetária pelo INPC/IBGE
  - Multa moratória de 20% desde o inadimplemento no vencimento
  - Juros moratórios de 1% desde o inadimplemento no vencimento

CREDOR: **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**

B) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

B.1) Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100

- 10% sobre o débito em execução (Valor Principal x 10%)
  - cf. art. 827, *caput*, CPC.
  - fls. 53; fls. 273; fls. 359-361; 366
  - Valor principal (cf. item A acima): R$1.026.041,82

SUBTOTAL B.1 (Honorários Execução): **R$102.604,18** (cento e dois mil, seiscentos e quatro reais e dezoito centavos)

Data: 23/02/2022

CREDOR: **Advogados** Obs: divisão de honorários a ser fixada pelo juiz entre os atuais advogados e o escritório Yamamoto (cf. fls. 261).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

B.2) Embargos à Execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100

- Majoração em sentença (fls. 266-268): 10% sobre o valor da causa atualizado
  - Cf. art. 827, §2º, do CPC
- Valor da causa em 12/11/2018: R$325.079,75
  - Valor da causa atualizado 23/02/2022: R$396.743,99
    - cf. Súmula 14 do STJ
  - 10% sobre valor da causa atualizado: **R$39.674,39 (1)**

- Juros moratórios de 1% ao mês desde o trânsito em julgado
  - cf. art. 85, §16º, do CPC e STJ, Resp 771029
  - Trânsito em julgado: 05/08/2019 (fls. 270)
    - 05/08/2019 a 23/02/2022: 30 meses a 1% a/m
    - Juros moratórios: 30%: **R$11.902,32 (2)**

SUBTOTAL B.2 (1+2) (Honorários Emb. à Exec.): **R$51.576,72** (cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos).

CREDOR: **Advogados** (Obs: não houve participação do escritório Yamamoto.)

Exigibilidade:

- Suspensa por gratuidade de justiça (fls. 174 e sentença fls. 266-268)
  - Prazo: 05 (cinco) anos do trânsito em julgado, cf. art. 98, §3º
  - Trânsito em julgado: 05/08/2019 (fls. 270)
  - 05 anos: 05/08/2024

- Levantamento da suspensão de Exigibilidade
  - Cláusula 2, §1º da Confissão de Dívida (fls. 359)
  - Por ocasião de venda do imóvel

SUBTOTAL B (Honorários Advocatícios Totais): **R$ 154.180,90** (cento e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta reais e noventa centavos)

C) REEMBOLSO DE DESPESAS JUDICIAIS

Critérios:
- Correção monetária pela Tabela Prática do TJ/SP desde a data do efetivo desembolso
- Juros moratórios somente em caso de cobrança judicial (não aplicados aqui)
- Art. 82, §2º, do CPC

Despesas Execução:
Fls. 45: R$9,00 20/02/2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

Fls. 46: R$21,20 20/02/2018
Fls. 47: R$3.520,79 20/02/2018
Fls. 48: R$21,52 20/02/2018

Fls. 217: R$24,00 21/01/2019
Fls. 270: R$37,60 26/03/2019
Fls. 289: R$15,00 04/07/2019
Fls. 363: R$37,54 21/12/2020

Despesas Embargos à Execução
Fls. 194: R$24,00 21/01/2019

Correção Monetária

TEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	fls. 45	20/02/2018	9,00	11,35	0,00	0,00	0,00	11,35
2	fls. 46	20/02/2018	21,20	26,73	0,00	0,00	0,00	26,73
3	fls. 47	20/02/2018	3.520,79	4.439,21	0,00	0,00	0,00	4.439,21
4	fls. 48	20/02/2018	21,52	27,13	0,00	0,00	0,00	27,13
5	fls. 217	21/01/2019	24,00	29,32	0,00	0,00	0,00	29,32
6	fls. 194 dos embargos exec	21/01/2019	24,00	29,32	0,00	0,00	0,00	29,32
7	fls. 270	26/03/2019	37,60	45,53	0,00	0,00	0,00	45,53
8	fls. 289	04/07/2019	15,00	17,89	0,00	0,00	0,00	17,89
9	fls. 363	21/12/2020	37,54	42,24	0,00	0,00	0,00	42,24

				Sub-Total				R$ 4.668,72

				TOTAL GERAL				R$ 4.668,72

SUBTOTAL C: **R$4.668,72** (quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos).

CREDOR: **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**

D) TOTAL DEVIDO EM 23/02/2022

Subtotal A (valor principal / contribuição condominial): R$1.026.041,82
Subtotal B (honorários advocatícios): R$154.180,90
Subtotal C (despesas judiciais): R$4.668,72

SUBTOTAL A + SUBTOTAL B + SUBTOTAL C = **R$1.184.891,44** (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos).

Data: **23/02/2022**

- Valor válido para o mês de fevereiro/2022

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2022
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006812	Condomínio Ago/14	03/08/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	5.011,74	2.057,69	**10.580,34**
	Fundo de Reserva Ago/14	03/08/2014	R$	160,38	160,38	3,21	233,52	95,88	**492,99**
	Prov. 13º Salário Ago/14	03/08/2014	R$	300,21	300,21	6,00	437,10	179,46	**922,77**
00006823	Condomínio Set/14	03/09/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	4.931,88	2.030,53	**10.473,32**
	Fundo de Reserva Set/14	03/09/2014	R$	160,38	160,38	3,21	229,80	94,61	**488,00**
	Prov. 13º Salário Set/14	03/09/2014	R$	300,21	300,21	6,00	430,15	177,10	**913,46**
00006824	Condomínio - Out/14	03/10/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	5.738,60	2.373,82	**12.259,74**
	Fundo de Reserva - Out/14	03/10/2014	R$	196,00	196,00	3,92	276,63	114,43	**590,98**
	Prov. 13o. Salário Out/14	03/10/2014	R$	308,00	308,00	6,16	434,70	179,82	**928,68**
	Fundo de Obras pc.1/6	03/10/2014	R$	500,00	500,00	10,00	705,68	291,91	**1.507,59**
00006825	Condomínio - Nov/14	03/11/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	5.643,48	2.339,44	**12.130,24**
	Fundo de Reserva - Nov/14	03/11/2014	R$	196,00	196,00	3,92	272,04	112,77	**584,73**
	Prov. 13o. Salário Nov/14	03/11/2014	R$	308,00	308,00	6,16	427,49	177,21	**918,86**
	Fundo de Obras pc.2/6	03/11/2014	R$	500,00	500,00	10,00	693,98	287,68	**1.491,66**
00006826	Condomínio - Dez/14	03/12/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	5.544,24	2.299,47	**11.991,03**
	Fundo de Reserva - Dez/14	03/12/2014	R$	196,00	196,00	3,92	267,26	110,85	**578,03**
	Prov. 13o. Salário Dez/14	03/12/2014	R$	308,00	308,00	6,16	419,98	174,19	**908,33**
	Fundo de Obras pc.3/6	03/12/2014	R$	500,00	500,00	10,00	681,78	282,77	**1.474,55**
00006827	Condomínio - Jan/15	03/01/2015	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	5.399,85	2.205,45	**11.752,62**
	Fundo de Reserva - Jan/15	03/01/2015	R$	196,00	196,00	3,92	260,30	106,31	**566,53**
	Prov. 13o. Salário Jan/15	03/01/2015	R$	308,00	308,00	6,16	409,04	167,06	**890,26**
	Fundo de Obras pc.4/6	03/01/2015	R$	500,00	500,00	10,00	664,03	271,21	**1.445,24**
00006828	Condomínio Fev/15	03/02/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	7.236,77	2.925,64	**15.851,97**
	Fundo de Reserva Fev/15	03/02/2015	R$	231,00	231,00	4,62	299,70	121,16	**656,48**
	Prov. 13o. Salário Fev/15	03/02/2015	R$	385,00	385,00	7,70	499,49	201,93	**1.094,12**
00006829	Condomínio Mar/15	03/03/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	7.044,25	2.797,49	**15.531,30**
	Fundo de Reserva Mar/15	03/03/2015	R$	231,00	231,00	4,62	291,72	115,85	**643,19**
	Prov. 13o. Salário Mar/15	03/03/2015	R$	385,00	385,00	7,70	486,21	193,09	**1.072,00**
00006830	Condomínio Abr/15	03/04/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	6.910,31	2.737,65	**15.337,52**
	Fundo de Reserva Abr/15	03/04/2015	R$	231,00	231,00	4,62	286,17	113,37	**635,16**
	Prov. 13o. Salário Abr/15	03/04/2015	R$	385,00	385,00	7,70	476,96	188,96	**1.058,62**
00006831	Condomínio - Mai/15	03/05/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.788,83	1.881,09	**10.700,96**
	Fundo de Reserva - Mai/15	03/05/2015	R$	231,00	231,00	4,62	279,91	109,95	**625,48**
	Prov. 13o. Salário Mai/15	03/05/2015	R$	385,00	385,00	7,70	466,52	183,25	**1.042,47**
	Rateio Inadimplência Mai/15	03/05/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.971,52	774,43	**4.405,49**
00006832	Condomínio Jun/15	03/06/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.693,57	1.835,92	**10.560,53**
	Fundo de Reserva Jun/15	03/06/2015	R$	231,00	231,00	4,62	274,34	107,31	**617,27**
	Prov. 13o. Salário Jun/15	03/06/2015	R$	385,00	385,00	7,70	457,24	178,85	**1.028,79**
	Rateio Inadimplencia Jun/15	03/06/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.932,30	755,83	**4.347,67**
00006833	Condomínio Jul/15	03/07/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.608,16	1.802,08	**10.441,28**
	Fundo de Reserva Jul/15	03/07/2015	R$	231,00	231,00	4,62	269,35	105,33	**610,30**
	Prov. 13o. Salário Jul/15	03/07/2015	R$	385,00	385,00	7,70	448,93	175,56	**1.017,19**
	Rateio Inadimplência Jul/15	03/07/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.897,14	741,90	**4.298,58**
00006834	Condomínio Ago/15	03/08/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.538,49	1.787,54	**10.357,07**
	Fundo de Reserva Ago/15	03/08/2015	R$	231,00	231,00	4,62	265,28	104,48	**605,38**
	Prov. 13o. Salário Ago/15	03/08/2015	R$	385,00	385,00	7,70	442,14	174,14	**1.008,98**
	Rateio Inadimplência Ago/15	03/08/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.868,45	735,91	**4.263,90**
00006835	Condomínio Set/15	03/09/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.457,57	1.758,01	**10.246,62**
	Fundo de Reserva Set/15	03/09/2015	R$	231,00	231,00	4,62	260,55	102,76	**598,93**
	Prov. 13o. Salário Set/15	03/09/2015	R$	385,00	385,00	7,70	434,25	171,26	**998,21**
	Rateio Inadimplência Set/15	03/09/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.835,14	723,76	**4.218,44**
00006836	Condomínio Out/15	03/10/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.366,06	1.713,78	**10.110,88**
	Fundo de Reserva Out/15	03/10/2015	R$	231,00	231,00	4,62	255,20	100,17	**590,99**
	Prov. 13o. Salário Out/15	03/10/2015	R$	385,00	385,00	7,70	425,33	166,95	**984,98**
	Rateio Inadimplência Out/15	03/10/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.797,47	705,55	**4.162,56**
00006837	Condomínio Nov/15	03/11/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.261,31	1.650,71	**9.943,06**
	Fundo de Reserva Nov/15	03/11/2015	R$	231,00	231,00	4,62	249,08	96,49	**581,19**
	Prov. 13o. Salário Nov/15	03/11/2015	R$	385,00	385,00	7,70	415,13	160,81	**968,64**
	Rateio Inadimplência Nov/15	03/11/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.754,34	679,58	**4.093,46**
00006838	Condomínio Dez/15	03/12/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.166,99	1.600,03	**9.798,06**
	Fundo de Reserva Dez/15	03/12/2015	R$	231,00	231,00	4,62	243,56	93,52	**572,70**
	Prov. 13o. Salário Dez/15	03/12/2015	R$	385,00	385,00	7,70	405,94	155,87	**954,51**
	Rateio Inadimplência Dez/15	03/12/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.715,51	658,72	**4.033,77**
00006839	Condomínio Jan/16	03/01/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.049,54	1.516,27	**9.596,85**
	Fundo de Reserva Jan/16	03/01/2016	R$	231,00	231,00	4,62	236,70	88,63	**560,95**
	Prov. 13o. Salário Jan/16	03/01/2016	R$	385,00	385,00	7,70	394,50	147,71	**934,91**
	Rateio Inadimplência Jan/16	03/01/2016	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	1.667,15	624,23	**3.950,92**
00006840	Condomínio Fev/16	03/02/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.956,47	1.464,06	**9.451,57**
	Fundo de Reserva Fev/16	03/02/2016	R$	231,00	231,00	4,62	231,26	85,58	**552,46**
	Prov. 13o. Salário Fev/16	03/02/2016	R$	385,00	385,00	7,70	385,44	142,63	**920,77**
	Rateio Inadimplência Fev/16	03/02/2016	R$	857,00	857,00	17,14	857,97	317,49	**2.049,60**
00006841	Condomínio Mar/16	03/03/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.884,43	1.439,99	**9.355,46**
	Fundo de Reserva Mar/16	03/03/2016	R$	231,00	231,00	4,62	227,05	84,17	**546,84**
	Prov. 13o. Salário Mar/16	03/03/2016	R$	385,00	385,00	7,70	378,42	140,28	**911,40**
	Rateio Inadimplência Mar/16	03/03/2016	R$	857,00	857,00	17,14	842,35	312,27	**2.028,76**
00006842	Condomínio Abr/16	03/04/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.805,37	1.405,20	**9.241,61**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2022
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006842	Fundo de Reserva Abr/16	03/04/2016	R$	231,00	231,00	4,62	222,43	82,14	**540,19**
	Prov. 13o. Salário Abr/16	03/04/2016	R$	385,00	385,00	7,70	370,71	136,89	**900,30**
	Rateio Inadimplência Abr/16	03/04/2016	R$	857,00	857,00	17,14	825,20	304,72	**2.004,06**
00006843	Condomínio Mai/16	03/05/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.714,60	1.352,44	**9.098,08**
	Fundo de Reserva Mai/16	03/05/2016	R$	231,00	231,00	4,62	217,12	79,05	**531,79**
	Prov. 13o. Salário Mai/16	03/05/2016	R$	385,00	385,00	7,70	361,87	131,75	**886,32**
	Rateio Inadimplência Mai/16	03/05/2016	R$	857,00	857,00	17,14	805,52	293,28	**1.972,94**
00006844	Condomínio Jun/16	03/06/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.643,64	1.327,26	**9.001,94**
	Fundo de Reserva Jun/16	03/06/2016	R$	231,00	231,00	4,62	212,98	77,58	**526,18**
	Prov. 13o. Salário Jun/16	03/06/2016	R$	385,00	385,00	7,70	354,96	129,30	**876,96**
	Rateio Inadimplência Jun/16	03/06/2016	R$	857,00	857,00	17,14	790,13	287,82	**1.952,09**
00006845	Condomínio Jul/16	03/07/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.567,23	1.293,18	**8.891,45**
	Fundo de Reserva Jul/16	03/07/2016	R$	231,00	231,00	4,62	208,51	75,59	**519,72**
	Prov. 13o. Salário Jul/16	03/07/2016	R$	385,00	385,00	7,70	347,52	125,98	**866,20**
	Rateio Inadimplência Jul/16	03/07/2016	R$	857,00	857,00	17,14	773,56	280,43	**1.928,13**
00006846	Condomínio Ago/16	03/08/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.503,13	1.276,73	**8.810,90**
	Fundo de Reserva Ago/16	03/08/2016	R$	231,00	231,00	4,62	204,77	74,63	**515,02**
	Prov. 13o. Salário Ago/16	03/08/2016	R$	385,00	385,00	7,70	341,27	124,38	**858,35**
	Rateio Inadimplência Ago/16	03/08/2016	R$	857,00	857,00	17,14	759,66	276,86	**1.910,66**
00006847	Condomínio Set/16	03/09/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.447,29	1.272,48	**8.750,81**
	Fundo de Reserva Set/16	03/09/2016	R$	231,00	231,00	4,62	201,50	74,38	**511,50**
	Prov. 13o. Salário Set/16	03/09/2016	R$	385,00	385,00	7,70	335,83	123,96	**852,49**
	Rateio Inadimplência Set/16	03/09/2016	R$	857,00	857,00	17,14	747,55	275,94	**1.897,63**
00006848	Condomínio Out/16	03/10/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.388,49	1.263,48	**8.683,01**
	Fundo de Reserva Out/16	03/10/2016	R$	231,00	231,00	4,62	198,06	73,85	**507,53**
	Prov. 13o. Salário Out/16	03/10/2016	R$	385,00	385,00	7,70	330,11	123,09	**845,90**
	Rateio Inadimplência Out/16	03/10/2016	R$	857,00	857,00	17,14	734,80	273,99	**1.882,93**
00006849	Condomínio Nov/16	03/11/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.333,22	1.259,78	**8.624,04**
	Fundo de Reserva Nov/16	03/11/2016	R$	231,00	231,00	4,62	194,83	73,64	**504,09**
	Prov. 13o. Salário Nov/16	03/11/2016	R$	385,00	385,00	7,70	324,72	122,73	**840,15**
	Rateio Inadimplência Nov/16	03/11/2016	R$	857,00	857,00	17,14	722,82	273,19	**1.870,15**
00006850	Condomínio Dez/16	03/12/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.275,72	1.252,38	**8.559,14**
	Fundo de Reserva Dez/16	03/12/2016	R$	231,00	231,00	4,62	191,47	73,20	**500,29**
	Prov. 13o. Salário Dez/16	03/12/2016	R$	385,00	385,00	7,70	319,12	122,01	**833,83**
	Rateio Inadimplência Dez/16	03/12/2016	R$	857,00	857,00	17,14	710,35	271,58	**1.856,07**
00006851	Condomínio Jan/17	03/01/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.209,41	1.230,29	**8.470,74**
	Fundo de Reserva Jan/17	03/01/2017	R$	231,00	231,00	4,62	187,59	71,91	**495,12**
	Prov. 13o. Salário Jan/17	03/01/2017	R$	385,00	385,00	7,70	312,66	119,85	**825,21**
	Rateio Inadimplencia Jan/17	03/01/2017	R$	857,00	857,00	17,14	695,97	266,79	**1.836,90**
00006852	Condomínio Fev/17	03/02/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.149,24	1.217,69	**8.397,97**
	Fundo de Reserva Fev/17	03/02/2017	R$	231,00	231,00	4,62	184,08	71,18	**490,88**
	Prov. 13o. Salário Fev/17	03/02/2017	R$	385,00	385,00	7,70	306,80	118,63	**818,13**
	Rateio Inadimplencia Fev/17	03/02/2017	R$	857,00	857,00	17,14	682,92	264,06	**1.821,12**
00006853	Condomínio Mar/17	03/03/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.086,87	1.200,95	**8.318,86**
	Fundo de Reserva Mar/17	03/03/2017	R$	231,00	231,00	4,62	180,43	70,20	**486,25**
	Prov. 13o. Salário Mar/17	03/03/2017	R$	385,00	385,00	7,70	300,72	117,00	**810,42**
	Rateio Inadimplencia Mar/17	03/03/2017	R$	857,00	857,00	17,14	669,40	260,43	**1.803,97**
00006854	Condomínio Ordinário Abr/17	03/04/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.032,12	1.196,76	**8.259,92**
	Fundo de Reserva Abr/2017	03/04/2017	R$	231,00	231,00	4,62	177,23	69,95	**482,80**
	Prov. 13o. Salário Abr/2017	03/04/2017	R$	385,00	385,00	7,70	295,39	116,59	**804,68**
	Rateio Inadimplência Abr/17	03/04/2017	R$	857,00	857,00	17,14	657,52	259,52	**1.791,18**
00006855	Condomínio Ordinário Mai/17	03/05/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.969,16	1.178,01	**8.178,21**
	Fundo de Reserva Mai/17	03/05/2017	R$	231,00	231,00	4,62	173,55	68,86	**478,03**
	Prov. 13o. Salário Mai/17	03/05/2017	R$	385,00	385,00	7,70	289,25	114,76	**796,71**
	Rateio Inadimplencia Mai/17	03/05/2017	R$	857,00	857,00	17,14	643,87	255,45	**1.773,46**
00006856	Condomínio Ordinário Jun/17	03/06/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.917,07	1.178,01	**8.126,12**
	Fundo de Reserva Jun/17	03/06/2017	R$	231,00	231,00	4,62	170,51	68,86	**474,99**
	Prov. 13o. Salário Jun/17	03/06/2017	R$	385,00	385,00	7,70	284,18	114,76	**791,64**
	Rateio Inadimplencia Jun/17	03/06/2017	R$	857,00	857,00	17,14	632,57	255,45	**1.762,16**
00006857	Condomínio Ordinário Jul/17	03/07/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.860,12	1.169,17	**8.060,33**
	Fundo de Reserva Jul/17	03/07/2017	R$	231,00	231,00	4,62	167,18	68,34	**471,14**
	Prov. 13o. Salário Jul/17	03/07/2017	R$	385,00	385,00	7,70	278,63	113,90	**785,23**
	Rateio Inadimplencia Jul/17	03/07/2017	R$	857,00	857,00	17,14	620,22	253,54	**1.747,90**
00006858	Condomínio Ordinário Ago/17	03/08/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.808,11	1.169,17	**8.008,32**
	Fundo de Reserva Ago/17	03/08/2017	R$	231,00	231,00	4,62	164,14	68,34	**468,10**
	Prov. 13o. Salário Ago/17	03/08/2017	R$	385,00	385,00	7,70	273,56	113,90	**780,16**
	Rateio Inadimplencia Ago/17	03/08/2017	R$	857,00	857,00	17,14	608,95	253,54	**1.736,63**
00006859	Condomínio Ordinário Set/17	03/09/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.756,11	1.169,17	**7.956,32**
	Fundo de Reserva Set/17	03/09/2017	R$	231,00	231,00	4,62	161,10	68,34	**465,06**
	Prov. 13o. Salário Set/17	03/09/2017	R$	385,00	385,00	7,70	268,50	113,90	**775,10**
	Rateio Inadimplencia Set/17	03/09/2017	R$	857,00	857,00	17,14	597,67	253,54	**1.725,35**
00006860	Condomínio Ordinário Out/17	03/10/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.694,14	1.150,00	**7.875,18**
	Fundo de Reserva Out/17	03/10/2017	R$	231,00	231,00	4,62	157,48	67,22	**460,32**
	Prov. 13o. Salário Out/17	03/10/2017	R$	385,00	385,00	7,70	262,46	112,03	**767,19**
	Rateio Inadimplencia Out/17	03/10/2017	R$	857,00	857,00	17,14	584,23	249,38	**1.707,75**
00006861	Condomínio Ordinário Nov/17	03/11/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.637,58	1.140,69	**7.809,31**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2022
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006861	Fundo de Reserva Nov/17	03/11/2017	R$	231,00	231,00	4,62	154,17	66,68	**456,47**
	Prov. 13o. Salário Nov/17	03/11/2017	R$	385,00	385,00	7,70	256,95	111,13	**760,78**
	Rateio Inadimplencia Nov/17	03/11/2017	R$	857,00	857,00	17,14	571,97	247,36	**1.693,47**
00006862	Condomínio Ordinário Dez/17	03/12/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.579,16	1.127,28	**7.737,48**
	Fundo de Reserva Dez/17	03/12/2017	R$	231,00	231,00	4,62	150,76	65,89	**452,27**
	Prov. 13o. Salário Dez/17	03/12/2017	R$	385,00	385,00	7,70	251,26	109,82	**753,78**
	Rateio Inadimplencia Dez/17	03/12/2017	R$	857,00	857,00	17,14	559,30	244,45	**1.677,89**
00007716	Condomínio Ordinário Jan/18	03/01/2018	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	2.521,78	1.115,44	**7.668,26**
	Fundo de Reserva Jan/18	03/01/2018	R$	231,00	231,00	4,62	147,40	65,20	**448,22**
	Prov. 13o. Salário Jan/18	03/01/2018	R$	385,00	385,00	7,70	245,67	108,67	**747,04**
	Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2018	R$	857,00	857,00	17,14	546,85	241,89	**1.662,88**
00007717	Condomínio Ordinário Fev/18	03/02/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.274,52	1.468,96	**10.096,44**
	Fundo de Reserva Fev/18	03/02/2018	R$	257,00	257,00	5,14	160,36	71,94	**494,44**
	Prov. 13o. Salário Fev/18	03/02/2018	R$	437,00	437,00	8,74	272,67	122,32	**840,73**
	Rateio Inadimplencia Fev/18	03/02/2018	R$	557,00	557,00	11,14	347,54	155,91	**1.071,59**
00007719	Condomínio Ordinário Mar/18	03/03/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.204,06	1.464,19	**10.021,21**
	Fundo de Reserva Mar/18	03/03/2018	R$	257,00	257,00	5,14	156,90	71,70	**490,74**
	Prov. 13o. Salário Mar/18	03/03/2018	R$	437,00	437,00	8,74	266,80	121,92	**834,46**
	Rateio Inadimplencia Mar/18	03/03/2018	R$	557,00	557,00	11,14	340,06	155,40	**1.063,60**
00007720	Condomínio Ordinário Abr/18	03/04/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.129,32	1.449,90	**9.932,18**
	Fundo de Reserva Abr/18	03/04/2018	R$	257,00	257,00	5,14	153,24	71,00	**486,38**
	Prov. 13o. Salário Abr/18	03/04/2018	R$	437,00	437,00	8,74	260,58	120,73	**827,05**
	Rateio Inadimplencia Abr/18	03/04/2018	R$	557,00	557,00	11,14	332,13	153,89	**1.054,16**
00007721	Condomínio Ordinário Mai/18	03/05/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.048,18	1.420,77	**9.821,91**
	Fundo de Reserva Mai/18	03/05/2018	R$	257,00	257,00	5,14	149,27	69,58	**480,99**
	Prov. 13o. Salário Mai/18	03/05/2018	R$	437,00	437,00	8,74	253,82	118,31	**817,87**
	Rateio Inadimplencia Mai/18	03/05/2018	R$	557,00	557,00	11,14	323,52	150,79	**1.042,45**
00007722	Condomínio Ordinário Jun/18	03/06/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.938,42	1.325,27	**9.616,65**
	Fundo de Reserva Jun/18	03/06/2018	R$	257,00	257,00	5,14	143,90	64,90	**470,94**
	Prov. 13o. Salário Jun/18	03/06/2018	R$	437,00	437,00	8,74	244,68	110,36	**800,78**
	Rateio Inadimplencia Jun/18	03/06/2018	R$	557,00	557,00	11,14	311,87	140,66	**1.020,67**
00007723	Condomínio Ordinário Jul/18	03/07/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.864,48	1.308,62	**9.526,06**
	Fundo de Reserva Jul/18	03/07/2018	R$	257,00	257,00	5,14	140,27	64,08	**466,49**
	Prov. 13o. Salário Jul/18	03/07/2018	R$	437,00	437,00	8,74	238,53	108,97	**793,24**
	Rateio Inadimplencia Jul/18	03/07/2018	R$	557,00	557,00	11,14	304,02	138,89	**1.011,05**
00007724	Condomínio Ordinário Ago/18	03/08/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.797,86	1.308,62	**9.459,44**
	Fundo de Reserva Ago/18	03/08/2018	R$	257,00	257,00	5,14	137,01	64,08	**463,23**
	Prov. 13o. Salário Ago/18	03/08/2018	R$	437,00	437,00	8,74	232,98	108,97	**787,69**
	Rateio Inadimplencia Ago/18	03/08/2018	R$	557,00	557,00	11,14	296,95	138,89	**1.003,98**
00007725	Condomínio Ordinário Set/18	03/09/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.723,08	1.288,70	**9.364,74**
	Fundo de Reserva Set/18	03/09/2018	R$	257,00	257,00	5,14	133,35	63,11	**458,60**
	Prov. 13o. Salário Set/18	03/09/2018	R$	437,00	437,00	8,74	226,75	107,31	**779,80**
	Rateio Inadimplencia Set/18	03/09/2018	R$	557,00	557,00	11,14	289,02	136,78	**993,94**
00007726	Condomínio Ordinário Out/18	03/10/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.646,08	1.262,24	**9.261,28**
	Fundo de Reserva Out/18	03/10/2018	R$	257,00	257,00	5,14	129,58	61,81	**453,53**
	Prov. 13o. Salário Out/18	03/10/2018	R$	437,00	437,00	8,74	220,34	105,11	**771,19**
	Rateio Inadimplencia Out/18	03/10/2018	R$	557,00	557,00	11,14	280,84	133,97	**982,95**
00007727	Condomínio Ordinário Nov/18	03/11/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.579,93	1.262,24	**9.195,13**
	Fundo de Reserva Nov/18	03/11/2018	R$	257,00	257,00	5,14	126,34	61,81	**450,29**
	Prov. 13o. Salário Nov/18	03/11/2018	R$	437,00	437,00	8,74	214,83	105,11	**765,68**
	Rateio Inadimplencia Nov/18	03/11/2018	R$	557,00	557,00	11,14	273,82	133,97	**975,93**
00007728	Condomínio Ordinário Dez/18	03/12/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.510,26	1.252,99	**9.116,21**
	Fundo de Reserva Dez/18	03/12/2018	R$	257,00	257,00	5,14	122,93	61,36	**446,43**
	Prov. 13o. Salário Dez/18	03/12/2018	R$	437,00	437,00	8,74	209,03	104,34	**759,11**
	Rateio Inadimplencia Dez/18	03/12/2018	R$	557,00	557,00	11,14	266,43	132,99	**967,56**
00007729	Condomínio Ordinário Jan/19	03/01/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.435,43	1.229,29	**9.017,68**
	Fundo de Reserva - Jan/19	03/01/2019	R$	257,00	257,00	5,14	119,27	60,20	**441,61**
	Prov. 13o. Salário Jan/19	03/01/2019	R$	437,00	437,00	8,74	202,80	102,36	**750,90**
	Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2019	R$	557,00	557,00	11,14	258,49	130,47	**957,10**
00007730	Condomínio Ordinário Fev/19	03/02/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.356,88	1.193,94	**8.903,78**
	Fundo de Reserva Fev/19	03/02/2019	R$	257,00	257,00	5,14	115,42	58,47	**436,03**
	Prov. 13o. Salário Fev/19	03/02/2019	R$	437,00	437,00	8,74	196,26	99,42	**741,42**
	Rateio Inadimplencia Fev/19	03/02/2019	R$	557,00	557,00	11,14	250,15	126,72	**945,01**
	Rescisão Funcionário parc1/1	03/02/2019	R$	1.464,00	1.464,00	29,28	657,48	333,06	**2.483,82**
00007731	Condomínio Ordinário Mar/19	03/03/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.273,90	1.143,91	**8.770,77**
	Fundo de Reserva Mar/19	03/03/2019	R$	257,00	257,00	5,14	111,36	56,02	**429,52**
	Prov. 13o. Salário Mar/19	03/03/2019	R$	437,00	437,00	8,74	189,35	95,25	**730,34**
	Rateio Inadimplencia Mar/19	03/03/2019	R$	557,00	557,00	11,14	241,34	121,41	**930,89**
00007732	Condomínio Ordinário Abr/19	03/04/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.195,76	1.105,16	**8.653,88**
	Fundo de Reserva Abr/19	03/04/2019	R$	257,00	257,00	5,14	107,53	54,12	**423,79**
	Prov. 13o. Salário Abr/19	03/04/2019	R$	437,00	437,00	8,74	182,84	92,03	**720,61**
	Rateio Inadimplencia Abr/19	03/04/2019	R$	557,00	557,00	11,14	233,05	117,30	**918,49**
00032705	Condomínio Mai/2019	03/05/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	2.118,47	1.066,65	**8.538,08**
	Fundo de Reserva Mai/2019	03/05/2019	R$	257,00	257,00	5,14	103,74	52,23	**418,11**
	Prov 13/Férias - Mai/2019	03/05/2019	R$	437,00	437,00	8,74	176,40	88,82	**710,96**
	Rateio Inadimplência Mai/19	03/05/2019	R$	557,00	557,00	11,14	224,85	113,21	**906,20**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2022
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00015635	CONDOMÍNIO JUNHO/2019	03/06/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.051,59	1.057,23	**8.462,80**
	FD. RESERVA JUNHO/2019	03/06/2019	R$	257,00	257,00	5,14	100,45	51,76	**414,35**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2019	03/06/2019	R$	438,00	438,00	8,76	171,19	88,22	**706,17**
	RAT INADIMPL JUNHO/2019	03/06/2019	R$	558,00	558,00	11,16	218,10	112,39	**899,65**
00040712	CONDOMÍNIO JULHO/2019	03/07/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.987,28	1.056,59	**8.397,85**
	FD. RESERVA JULHO/2019	03/07/2019	R$	257,00	257,00	5,14	97,30	51,73	**411,17**
	13º/FÉRIAS JULHO/2019	03/07/2019	R$	438,00	438,00	8,76	165,83	88,17	**700,76**
	RAT INADIMPL JULHO/2019	03/07/2019	R$	558,00	558,00	11,16	211,26	112,32	**892,74**
00048863	CONDOMÍNIO AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.921,25	1.050,19	**8.325,42**
	FD. RESERVA AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	257,00	257,00	5,14	94,07	51,42	**407,63**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	438,00	438,00	8,76	160,32	87,63	**694,71**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	558,00	558,00	11,16	204,24	111,64	**885,04**
00058272	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.854,98	1.042,51	**8.251,47**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	257,00	257,00	5,14	90,82	51,04	**404,00**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	438,00	438,00	8,76	154,79	86,99	**688,54**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	558,00	558,00	11,16	197,20	110,83	**877,19**
00067514	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.791,02	1.042,51	**8.187,51**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	257,00	257,00	5,14	87,69	51,04	**400,87**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	438,00	438,00	8,76	149,45	86,99	**683,20**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	558,00	558,00	11,16	190,40	110,83	**870,39**
00076013	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.726,36	1.039,95	**8.120,29**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	257,00	257,00	5,14	84,53	50,92	**397,59**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	438,00	438,00	8,76	144,06	86,78	**677,60**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	558,00	558,00	11,16	183,52	110,55	**863,23**
00083012	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.653,49	1.005,61	**8.013,08**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	257,00	257,00	5,14	80,96	49,24	**392,34**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	438,00	438,00	8,76	137,97	83,91	**668,64**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	558,00	558,00	11,16	175,78	106,90	**851,84**
00090420	CONDOMÍNIO JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.581,36	971,45	**7.906,79**
	FD. RESERVA JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	257,00	257,00	5,14	77,43	47,56	**387,13**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	438,00	438,00	8,76	131,96	81,06	**659,78**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	558,00	558,00	11,16	168,11	103,27	**840,54**
00099542	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.499,81	895,21	**7.749,00**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	257,00	257,00	5,14	73,43	43,83	**379,40**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	438,00	438,00	8,76	125,15	74,70	**646,61**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	558,00	558,00	11,16	159,44	95,17	**823,77**
00108139	CONDOMÍNIO MARÇO/2020	03/03/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.434,59	883,36	**7.671,93**
	FD. RESERVA MARÇO/2020	03/03/2020	R$	257,00	257,00	5,14	70,24	43,25	**375,63**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2020	03/03/2020	R$	438,00	438,00	8,76	119,71	73,71	**640,18**
	RAT INADIMPL MARÇO/2020	03/03/2020	R$	558,00	558,00	11,16	152,51	93,91	**815,58**
00113486	CONDOMÍNIO ABRIL/2020	03/04/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.369,89	872,78	**7.596,65**
	FD. RESERVA ABRIL/2020	03/04/2020	R$	257,00	257,00	5,14	67,07	42,73	**371,94**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2020	03/04/2020	R$	438,00	438,00	8,76	114,31	72,83	**633,90**
	RAT INADIMPL ABRIL/2020	03/04/2020	R$	558,00	558,00	11,16	145,63	92,78	**807,57**
00123937	CONDOMÍNIO MAIO/2020	03/05/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.305,27	861,59	**7.520,84**
	FD. RESERVA MAIO/2020	03/05/2020	R$	257,00	257,00	5,14	63,91	42,18	**368,23**
	13º/FÉRIAS MAIO/2020	03/05/2020	R$	438,00	438,00	8,76	108,92	71,89	**627,57**
	RAT INADIMPL MAIO/2020	03/05/2020	R$	558,00	558,00	11,16	138,76	91,59	**799,51**
00124571	CONDOMÍNIO JUNHO/2020	03/06/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.243,11	861,59	**7.458,68**
	FD. RESERVA JUNHO/2020	03/06/2020	R$	257,00	257,00	5,14	60,86	42,18	**365,18**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2020	03/06/2020	R$	438,00	438,00	8,76	103,73	71,89	**622,38**
	RAT INADIMPL JUNHO/2020	03/06/2020	R$	558,00	558,00	11,16	132,15	91,59	**792,90**
00135748	CONDOMÍNIO JULHO/2020	03/07/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.177,43	843,00	**7.374,41**
	FD. RESERVA JULHO/2020	03/07/2020	R$	257,00	257,00	5,14	57,65	41,27	**361,06**
	13º/FÉRIAS JULHO/2020	03/07/2020	R$	438,00	438,00	8,76	98,25	70,34	**615,35**
	RAT INADIMPL JULHO/2020	03/07/2020	R$	558,00	558,00	11,16	125,17	89,62	**783,95**
00143205	CONDOMÍNIO AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.110,57	815,85	**7.280,40**
	FD. RESERVA AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	257,00	257,00	5,14	54,38	39,95	**356,47**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	438,00	438,00	8,76	92,67	68,08	**607,51**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	558,00	558,00	11,16	118,06	86,73	**773,95**
00150688	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.045,11	793,72	**7.192,81**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	257,00	257,00	5,14	51,17	38,86	**352,17**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	438,00	438,00	8,76	87,21	66,23	**600,20**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	558,00	558,00	11,16	111,10	84,38	**764,64**
00157167	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	975,15	740,70	**7.069,83**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	257,00	257,00	5,14	47,75	36,27	**346,16**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	438,00	438,00	8,76	81,37	61,81	**589,94**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	558,00	558,00	11,16	103,66	78,74	**751,56**
00164957	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	906,14	686,93	**6.947,05**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	257,00	257,00	5,14	44,37	33,63	**340,14**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	438,00	438,00	8,76	75,61	57,32	**579,69**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	558,00	558,00	11,16	96,33	73,02	**738,51**
00172887	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	837,77	630,08	**6.821,83**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	257,00	257,00	5,14	41,02	30,85	**334,01**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	438,00	438,00	8,76	69,91	52,58	**569,25**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	558,00	558,00	11,16	89,06	66,98	**725,20**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2022
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00180295	CONDOMÍNIO JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	766,73	543,97	**6.664,68**
	FD. RESERVA JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	257,00	257,00	5,14	37,54	26,63	**326,31**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	438,00	438,00	8,76	63,98	45,39	**556,13**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	558,00	558,00	11,16	81,51	57,83	**708,50**
00186914	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	705,85	528,09	**6.587,92**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	257,00	257,00	5,14	34,56	25,86	**322,56**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	438,00	438,00	8,76	58,90	44,07	**549,73**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	558,00	558,00	11,16	75,04	56,14	**700,34**
00193239	CONDOMÍNIO MARÇO/2021	03/03/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	641,77	480,25	**6.476,00**
	FD. RESERVA MARÇO/2021	03/03/2021	R$	257,00	257,00	5,14	31,42	23,51	**317,07**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2021	03/03/2021	R$	438,00	438,00	8,76	53,55	40,07	**540,38**
	RAT INADIMPL MARÇO/2021	03/03/2021	R$	558,00	558,00	11,16	68,22	51,05	**688,43**
	DESCONTO COND MARÇO/2021	03/03/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-49,88	-37,33	**-503,37**
	DESCONTO COND FEVEREIRO/2021	03/03/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-49,88	-37,33	**-503,37**
00200184	CONDOMÍNIO ABRIL/2021	03/04/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	578,45	430,50	**6.362,93**
	FD. RESERVA ABRIL/2021	03/04/2021	R$	257,00	257,00	5,14	28,32	21,08	**311,54**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2021	03/04/2021	R$	438,00	438,00	8,76	48,27	35,92	**530,95**
	RAT INADIMPL ABRIL/2021	03/04/2021	R$	558,00	558,00	11,16	61,49	45,77	**676,42**
	DESCONTO COND ABRIL/2021	03/04/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-44,96	-33,46	**-494,58**
00206847	CONDOMÍNIO MAIO/2021	03/05/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	518,63	408,61	**6.281,22**
	FD. RESERVA MAIO/2021	03/05/2021	R$	257,00	257,00	5,14	25,39	20,01	**307,54**
	13º/FÉRIAS MAIO/2021	03/05/2021	R$	438,00	438,00	8,76	43,28	34,10	**524,14**
	RAT INADIMPL MAIO/2021	03/05/2021	R$	558,00	558,00	11,16	55,13	43,44	**667,73**
	DESCONTO COND MAIO/2021	03/05/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-40,31	-31,76	**-488,23**
00213421	CONDOMÍNIO JUNHO/2021	03/06/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	456,62	353,81	**6.164,41**
	FD. RESERVA JUNHO/2021	03/06/2021	R$	257,00	257,00	5,14	22,36	17,32	**301,82**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2021	03/06/2021	R$	438,00	438,00	8,76	38,10	29,52	**514,38**
	RAT INADIMPL JUNHO/2021	03/06/2021	R$	558,00	558,00	11,16	48,54	37,61	**655,31**
	DESCONTO COND JUNHO/2021	03/06/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-35,49	-27,50	**-479,15**
00220911	CONDOMÍNIO JULHO/2021	03/07/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	397,16	319,77	**6.070,91**
	FD. RESERVA JULHO/2021	03/07/2021	R$	257,00	257,00	5,14	19,45	15,66	**297,25**
	13º/FÉRIAS JULHO/2021	03/07/2021	R$	438,00	438,00	8,76	33,14	26,68	**506,58**
	RAT INADIMPL JULHO/2021	03/07/2021	R$	558,00	558,00	11,16	42,22	33,99	**645,37**
	DESCONTO COND JULHO/2021	03/07/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-30,87	-24,86	**-471,89**
00226279	CONDOMÍNIO AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	336,99	262,48	**5.953,45**
	FD. RESERVA AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	257,00	257,00	5,14	16,50	12,85	**291,49**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	438,00	438,00	8,76	28,12	21,90	**496,78**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	558,00	558,00	11,16	35,82	27,90	**632,88**
	DESCONTO COND AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-26,19	-20,40	**-462,75**
00234085	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	278,37	213,49	**5.845,84**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	257,00	257,00	5,14	13,63	10,45	**286,22**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	438,00	438,00	8,76	23,23	17,81	**487,80**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	558,00	558,00	11,16	29,59	22,70	**621,45**
	DESCONTO COND SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-21,64	-16,59	**-454,39**
00242702	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	220,06	147,47	**5.721,51**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	257,00	257,00	5,14	10,77	7,22	**280,13**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	438,00	438,00	8,76	18,36	12,31	**477,43**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	558,00	558,00	11,16	23,39	15,68	**608,23**
	DESCONTO COND OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-17,10	-11,46	**-444,72**
00249163	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	163,15	84,39	**5.601,52**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	257,00	257,00	5,14	7,99	4,13	**274,26**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	438,00	438,00	8,76	13,61	7,04	**467,41**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	558,00	558,00	11,16	17,34	8,97	**595,47**
	DESCONTO COND NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-12,68	-6,56	**-435,40**
00255688	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	107,86	39,08	**5.500,92**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	257,00	257,00	5,14	5,28	1,91	**269,33**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	438,00	438,00	8,76	9,00	3,26	**459,02**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	558,00	558,00	11,16	11,47	4,15	**584,78**
	DESCONTO COND DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-8,38	-3,04	**-427,58**
00261595	CONDOMÍNIO JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	53,54	0,00	**5.407,52**
	FD. RESERVA JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	257,00	257,00	5,14	2,62	0,00	**264,76**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	438,00	438,00	8,76	4,47	0,00	**451,23**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	558,00	558,00	11,16	5,69	0,00	**574,85**
	DESCONTO COND JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-4,16	0,00	**-420,32**
00270274	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	0,00	0,00	**5.546,76**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	272,00	272,00	5,44	0,00	0,00	**277,44**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	438,00	438,00	8,76	0,00	0,00	**446,76**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	558,00	558,00	11,16	0,00	0,00	**569,16**
		Subtotal:		**547.944,32**	**547.944,32**	**10.958,88**	**324.770,16**	**142.368,46**	**1.026.041,82**
		Total geral:							**1.026.041,82**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF0.

Extrato válido para 05/05/2022

Cidade de São Paulo

Procuradoria Geral do Município

Consulta e Pagamento de Dívidas

IPTU - 010.002.0341-7

Consolidação dos Débitos	
Dívidas Não Ajuizadas	45.527,78
Dívidas Ajuizadas	792.401,70
Encargos	84.035,80
Valor total de dívidas em aberto	**R$ 921.965,28**

Nº Dívida	Exercício	Tipo de Débito	Valor	Encargos	Notificação	Situação	Posição
169.951.2/08-6	2007	IPTU	69.149,59	6.926,25	10	Ajuizado	PPI Homologado
519.946.8/09-1	2008	IPTU	69.643,94	6.975,25	10	Ajuizado	PPI Homologado
522.256.7/10-9	2009	IPTU	66.717,92	6.682,16	10	Ajuizado	PPI Homologado
522.220.6/11-4	2010	IPTU	79.082,85	7.918,06	10	Ajuizado	PPI Homologado
537.785.4/12-8	2011	IPTU	80.067,57	8.016,11	10	Ajuizado	PPI Homologado
592.387.5/13-6	2012	IPTU	30.080,04	3.020,77	10	Ajuizado	PPI Homologado
574.236.6/15-9	2014	IPTU	49.860,56	5.024,96	10	Ajuizado	PPI Homologado
583.673.5/16-6	2015	IPTU	63.850,75	6.423,99	10	Ajuizado	PPI Homologado
545.822.6/17-8	2016	IPTU	59.372,14	6.035,14	10	Ajuizado	PPI Homologado
539.503.8/18-3	2017	IPTU	57.741,19	5.775,02	10	Ajuizado	PPI Homologado
528.775.8/19-7	2018	IPTU	57.204,76	5.721,38	10	Ajuizado	PPI Homologado
509.980.3/21-0	2019	IPTU	55.817,08	10.963,94	10	Ajuizado	PPI Homologado
509.980.3/21-0	2020	IPTU	53.813,31	0,00	10	Ajuizado	PPI Homologado

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF6.

Extrato válido para 05/05/2022

Cidade de São Paulo

Procuradoria Geral do Município

Consulta e Pagamento de Dívidas

IPTU - 010.002.0341-7

	2021	IPTU	45.527,78	4.552,77	10	Não Ajuizado	Em Aberto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF6.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA

Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel - IPTU 2022

Cadastro do Imóvel: 010.002.0341-7

Local do Imóvel:
R MARANHAO, 202 - APTO 121
VAGAS 15-16-17-18 CEP 01240-000
Imóvel localizado na 1ª Subdivisão da Zona Urbana

Endereço para entrega da notificação:
R MARANHAO, 202 - APTO 121
VAGAS 15-16-17-18 CEP 01240-000

Contribuinte(s):
CPF 148.432.458-79 TANIA WASSERMAN
CPF 131.938.178-21 ISSAC DANIEL WASSERMAN

Dados cadastrais do terreno:

Área incorporada (m²):	565	Testada (m):	14,25
Área não incorporada (m²):	0	Fração ideal:	0,1283
Área total (m²):	565		

Dados cadastrais da construção:

Área construída (m²):	615	Padrão da construção:	2-F
Área ocupada pela construção (m²):	191	Uso:	residência
Ano da construção corrigido:	1987		

Valores de m² (R$):

- de terreno:	10.089,00
- da construção:	3.660,00

Valores para fins de cálculo do IPTU (R$):

- da área incorporada:	1.170.155,00
- da área não incorporada:	0,00
- da construção:	1.418.067,00
Base de cálculo do IPTU:	2.588.222,00

Ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município de São Paulo atualizar os dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, apurados ou verificados a qualquer tempo, inclusive em relação ao exercício abrangido por esta certidão, a Secretaria Municipal da Fazenda **CERTIFICA** que os dados cadastrais acima foram utilizados no lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano do imóvel do exercício de 2022.

Certidão expedida via Internet - Portaria SF nº 008/2004, de 28/01/2004.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada, até o dia 03/08/2022, em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/servicos/certidoes/

Data de Emissão: 05/05/2022
Número do Documento: 2.2022.004998015-5
Solicitante: BEN HUR BELMONTE NETO (CPF 226.907.698-24)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 21:23 , sob o número WJMJ22407235673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código CEE0EF9.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, também contra a **Construtora Wasserman S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue.

Na petição de fls.457/462, o credor afirma que o imóvel devedor possui valor de R$ 2.588.222,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e vinte e dois reais), para efeito de cobrança de IPTU, para o exercício de 2022.

No entanto, é sabido que o valor de lançamento, para efeito de cálculo de imposto é muito distante do valor de avaliação de mercado do bem.

Por isso, a Municipalidade estabeleceu que, para efeito de cálculo de imposto sobre qualquer transação imobiliária, o que se deve levar em conta é o valor venal de referência para cálculo de ITCMD, e não o valor lançado no carnê de IPTU!

Consultando nesta data o site da Prefeitura, temos que o valor venal de referência do imóvel, em 25/05/2022, é de R$ 3.327.759,00 (três milhões, trezentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais), MUITO SUPERIOR ao apontado pelo condomínio credor.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/05/2022 às 11:11 , sob o número WJMJ22408516811
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código D110FFB.

https://itbi.prefeitura.sp.gov.br/valorreferencia/tvm/frm_tvm_consulta_valor.aspx



Percebe-se, desta forma, que o valor do imóvel, ainda que seja submetido à hasta pública, cobre a totalidade dos débitos.

Assim sendo, requer seja realizada a avaliação do imóvel, estabelecendo valor não inferior ao valor venal de referência, estabelecido pela própria Municipalidade, conforme acima comprovado.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 25 de maio de 2.022

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/05/2022 às 11:11 , sob o número WJMJ22408516811
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código D110FFB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Antonio Conehero Júnior

Vistos.

1. Cumpra a UPJ o item 1 da decisão de fl. 452.

2. A decisão sobre o alegado excesso de penhora depende da prévia avaliação do imóvel penhorado, razão pela qual a questão será decidida oportunamente.

3. Declaro preclusa a discussão sobre a penhora do imóvel em conjunto com aquelas penhoras realizadas no rosto dos autos de outros processos, questão decidida desde outubro de 2021 (fl. 443), não havendo notícia de interposição de recurso contra aquela r. decisão.

4. No mais, providenciado o necessário ao registro da penhora do imóvel pelo sistema ARISP, cls para nomeação de avaliador judicial.

Int.

São Paulo, 17 de agosto de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CONEHERO JUNIOR, liberado nos autos em 17/08/2022 às 15:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DA2A988.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0599/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)	D.J.E
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)	D.J.E
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)	D.J.E
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)	D.J.E

Teor do ato: "1.Cumpra a UPJ o item 1 da decisão de fl. 452. 2.A decisão sobre o alegado excesso de penhora depende da prévia avaliação do imóvel penhorado, razão pela qual a questão será decidida oportunamente. 3.Declaro preclusa a discussão sobre a penhora do imóvel em conjunto com aquelas penhoras realizadas no rosto dos autos de outros processos, questão decidida desde outubro de 2021 (fl. 443), não havendo notícia de interposição de recurso contra aquela r. decisão. 4.No mais, providenciado o necessário ao registro da penhora do imóvel pelo sistema ARISP, cls para nomeação de avaliador judicial. Int."

São Paulo, 18 de agosto de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 18/08/2022 às 01:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DA3DC65.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0599/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 19/08/2022. Considera-se a data de publicação em 22/08/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "1.Cumpra a UPJ o item 1 da decisão de fl. 452. 2.A decisão sobre o alegado excesso de penhora depende da prévia avaliação do imóvel penhorado, razão pela qual a questão será decidida oportunamente. 3.Declaro preclusa a discussão sobre a penhora do imóvel em conjunto com aquelas penhoras realizadas no rosto dos autos de outros processos, questão decidida desde outubro de 2021 (fl. 443), não havendo notícia de interposição de recurso contra aquela r. decisão. 4.No mais, providenciado o necessário ao registro da penhora do imóvel pelo sistema ARISP, cls para nomeação de avaliador judicial. Int."

SÃO PAULO, 19 de agosto de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/08/2022 às 04:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DA627F7.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, também contra a **Construtora Wasserman S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue.

Assim Estabelece o artigo 871 do Código de Processo Civil:

Art. 871. Não se procederá à avaliação quando:

I - uma das partes aceitar a estimativa feita pela outra;

II - se tratar de títulos ou de mercadorias que tenham cotação em bolsa, comprovada por certidão ou publicação no órgão oficial;

III - se tratar de títulos da dívida pública, de ações de sociedades e de títulos de crédito negociáveis em bolsa, cujo valor será o da cotação oficial do dia, comprovada por certidão ou publicação no órgão oficial;

IV - se tratar de veículos automotores ou de outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação, caso em que caberá a quem fizer a nomeação o encargo de comprovar a cotação de mercado.

No caso em tela, o executado entende desnecessária a avaliação do imóvel porquanto a Municipalidade estabeleceu que, para efeito de cálculo de imposto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2022 às 18:16 , sob o número WJMJ22415235954
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DB9E997.

sobre qualquer transação imobiliária, o que se deve levar em conta é o valor venal de referência para cálculo de ITCMD.

Sabemos que o valor venal de referência é o que mais se aproxima do valor real do imóvel, conquanto o valor venal, normalmente, aponta um valor muito inferior. Exatamente por isso que, quando realizada uma transação imobiliária, o imposto de transmissão deve ser calculado sobre o valor de referência, e não o valor venal.

Consultando nesta data o site da Prefeitura, constatamos que o valor venal de referência do imóvel, em 30/08/2022, é de R$ 3.327.759,00 (três milhões, trezentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais), valor esse ainda aquém do valor do metro quadrado na região.

https://itbi.prefeitura.sp.gov.br/valorreferencia/tvm/frm_tvm_consulta_valor.aspx



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2022 às 18:16 , sob o número WJMJ22415235954
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DB9E997.

Em pesquisa livre sobre o valor do metro quadrado no Bairro de Higienópolis, apuramos o seguinte:

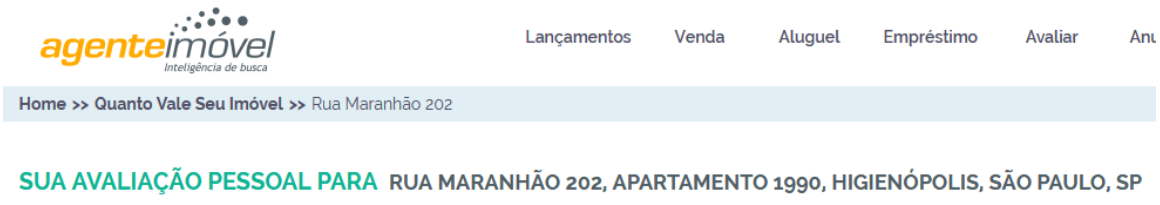
https://imovelguide.com.br/valor-do-metro-quadrado/sp/sao-paulo/higienopolis



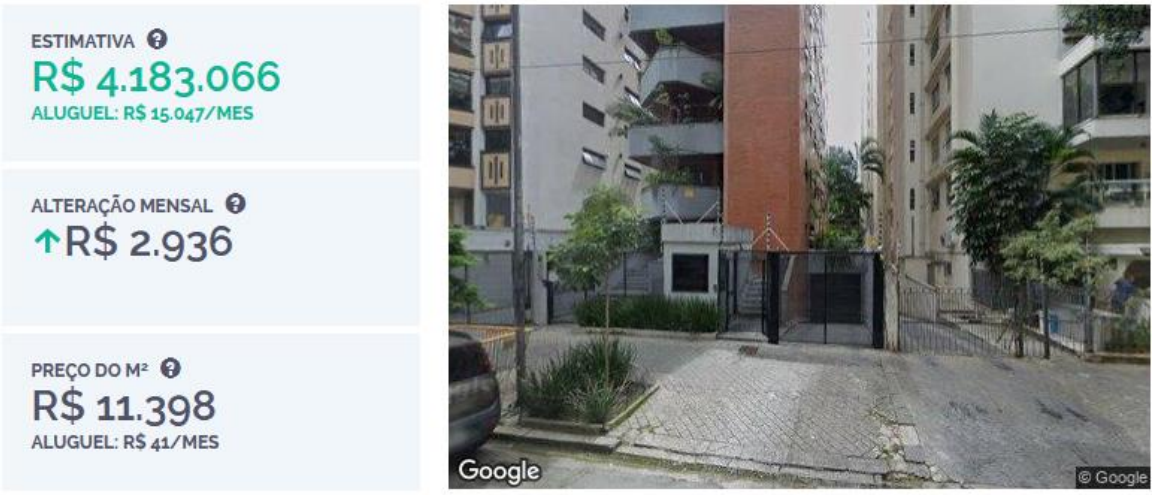
Assim, com 367m2, o imóvel dos executados vale R$ 4.364.609,98

Em outra fonte, encontramos valor similar:

https://www.agenteimovel.com.br/quanto-vale-seu-imovel/sp/sao-paulo/higienopolis/rua-maranhao/p3194165/u821197/



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2022 às 18:16 , sob o número WJMJ22415235954
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DB9E997.



Assim sendo, requer seja homologado o valor apresentado sem que haja necessidade de avaliação do imóvel, estabelecendo valor intermediário, não inferior ao valor venal de referência, estabelecido pela própria Municipalidade, e máximo, no valor do metro quadrado na região. conforme acima comprovado.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 30 de agosto de 2.022

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/08/2022 às 18:16 , sob o número WJMJ22415235954
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DB9E997.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

TERMO DE PENHORA E DEPOSITO

Processo Digital n°:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

Justiça Gratuita

Em São Paulo, aos 22 de setembro de 2022, no Cartório da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, em cumprimento à r. decisão proferida nos autos da ação em epígrafe, lavro o presente **TERMO DE PENHORA** do(s) seguinte(s) bem(ns): **IMÓVEL MATRICULADO NO 5º C.R.I. DE SÃO PAULO/SP SOB Nº 84.810:** "Apartamento duplex nº 121, tipo '3', localizado no 12º andar ou 13º pavimento do EDIFICIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão, nº 202, no subdistrito – Consolação", do(s) qual(is) foi(ram) nomeado(a)(s) depositário(a)(s), o(a)(s) Sr(a)(s). Isaac Daniel Wasserman, CPF nº 131.938.178-21 e Tania Wasserman, CPF nº 148.432.458-79. O(A)(s) depositário(a)(s) não pode(m) abrir mão do(s) bem(ns) depositado(s) sem expressa autorização deste Juízo, observadas as conseqüências do descumprimento das obrigações inerentes. NADA MAIS. Lido e achado conforme segue devidamente assinado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 27/09/2022 às 15:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código DE411ED.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado:	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

VISTOS.

1. Fls. 480/483 e 484: diga a parte exequente.

2. Após, conclusos.

Int.

São Paulo, 03 de novembro de 2022

Antonio Conehero Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CONEHERO JUNIOR, liberado nos autos em 03/11/2022 às 17:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código E302B16.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0833/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)	D.J.E
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)	D.J.E
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)	D.J.E
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)	D.J.E

Teor do ato: "VISTOS. 1. Fls. 480/483 e 484: diga a parte exequente. 2. Após, conclusos. Int."

São Paulo, 4 de novembro de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 04/11/2022 às 01:36 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código E31636F.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0833/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 07/11/2022. Considera-se a data de publicação em 08/11/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "VISTOS. 1. Fls. 480/483 e 484: diga a parte exequente. 2. Após, conclusos. Int."

SÃO PAULO, 7 de novembro de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/11/2022 às 07:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código E355BC2.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN e TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao r. despacho de fls. 485, manifestar-se acerca da petição de fls. 480-483.

Para que o Condomínio se manifeste acerca da concordância ou não quanto aos valores de avaliação propostos pelo **COEXECUTADO ISAAC** às fls. 480-483, o **EXEQUENTE** requer seja antes realizada uma **avaliação do imóvel penhorado** (cf. fls. 484) **por Oficial de Justiça**, nos termos dos art. 870 e 872 c/c art. 154, V, do CPC.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 17 de novembro de 2022.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/11/2022 às 15:34 , sob o número WJMJ22420543831
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código E46C91F.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

VISTOS.

Os oficiais de Justiça não têm realizado avaliação de imóveis. Diga o exequente se concorda com a avaliação apresentada pelo executado ou se pretende a realização de avaliação por perito judicial.

Int.
São Paulo, 09 de fevereiro de 2023.
ANTONIO CONEHERO JÚNIOR
JUIZ DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CONEHERO JUNIOR, liberado nos autos em 10/02/2023 às 13:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EC99DB5.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0124/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)	D.J.E
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)	D.J.E
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)	D.J.E
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)	D.J.E

Teor do ato: "VISTOS. Os oficiais de Justiça não têm realizado avaliação de imóveis. Diga o exequente se concorda com a avaliação apresentada pelo executado ou se pretende a realização de avaliação por perito judicial. Int."

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/02/2023 às 07:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ECF479A.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0124/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 14/02/2023. Considera-se a data de publicação em 15/02/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
20/02/2023 - Véspera de Carnaval (Provimento CSM nº 2.678/2022) - Prorrogação
21/02/2023 - Carnaval (Provimento CSM nº 2.678/2022) - Prorrogação

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "VISTOS. Os oficiais de Justiça não têm realizado avaliação de imóveis. Diga o exequente se concorda com a avaliação apresentada pelo executado ou se pretende a realização de avaliação por perito judicial. Int."

SÃO PAULO, 14 de fevereiro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/02/2023 às 03:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código ED221CE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção à r. decisão de fls. 489, expor e requerer o quanto segue.

I. DA CONCORDÂNCIA COM O VALOR DE AVALIAÇÃO ESTIMADO PELA EXECUTADA

Considerando a informação constante da r. decisão de fls. 489, de que os Oficiais de Justiça da Comarca não têm realizado avaliações, e, considerando o lapso temporal que já perdura a execução, o **EXEQUENTE** prefere, neste momento, não proceder à avaliação pericial do imóvel penhorado, para que seja dada celeridade ao feito.

Assim, nos termos do art. 871, I, do CPC, o **EXEQUENTE** aceita o valor de avaliação proposto às fls. 480-483, no importe de **R$4.364.609,98** (quatro milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e nove reais e noventa e oito centavos).

Reserva-se, no entanto, eventual nova avaliação, ocorrendo qualquer uma das hipóteses do art. 873 do CPC.

II. DA DESIGNAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DO BEM

Com a concordância da avaliação, o **EXEQUENTE** requer a **alienação do bem em hasta pública**, nos termos do art. 881 e ss. do CPC, pela via eletrônica, determinando este MM. Juízo a indicação de leiloeiro público, o valor de sua comissão, bem como determinando a expedição de edital e demais medidas de praxe.

III. DA FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO DE ARREMATAÇÃO POR ESTE MM. JUÍZO

Conforme Memorial de Cálculos e documentação anexa, o imóvel penhorado, que é também o imóvel que dá origem às contribuições condominiais objeto desta execução, possui hoje as seguintes dívidas associadas a si:

a) Dívida de IPTU: R$1.045.850,86
b) Dívida Condominial (objeto desta ação): R$1.575.970,05

TOTAL: R$2.621.820,91

Considerando que o crédito fiscal **possui privilégio legal** e se **sub-roga** no preço de arrematação (art. 130, p. único, do CTN; art. 905, II, e art. 908, §1º, do CPC; art. 958 e art. 959, I, do CC; e art. 29 e art. 30 da Lei 6.830/80), somente os valores que ultrapassem a dívida de IPTU é que serão utilizados para satisfação do crédito do **EXEQUENTE**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63E9E.

Caso o valor de liquidação do bem seja insuficiente, o adquirente permanece sendo devedor, de modo que, na prática, não fará sentido uma arrematação por preço inferior.

Dessa forma, é **essencial** que o valor mínimo de arrematação cubra **ambas as dívidas**, de modo a não perpetuar as execuções. Ocorre que o valor do lance mínimo legal em segundo leilão (50%, do valor de avaliação, cf. art. 891, p. único, do CPC) é **inferior** à somatória das dívidas de IPTU e condomínio:

Valor de avaliação: R$4.364.609,98
50% (lance mínimo legal): R$2.182.304,99

Valor das dívidas (IPTU + condomínio): R$2.621.820,91 equivalente a **60,07%** (sessenta inteiros e sete centésimos por cento) do **valor de avaliação**.

Assim, para que **não haja continuidade da execução em face do eventual adquirente em leilão público**, requer seja fixado o lance mínimo em segundo leilão no patamar de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor de avaliação, nos termos do que permite o art. 891, p. único, do CPC.

IV. PEDIDOS

Pelo exposto, requer o **EXEQUENTE**:

1) a dispensa de avaliação, em vistas à concordância do **EXEQUENTE** com o valor de avaliação do imóvel estimado às fls. 480-483, no montante de **R$4.364.609,98**;

2) sejam tomadas por este MM. Juízo as medidas necessárias para a alienação do imóvel em leilão público, com a designação de leiloeiro e demais providências de praxe;

3) a fixação *ope judicis* do valor mínimo de lance em 2º leilão em **65%** (sessenta e cinco por cento) do valor de avaliação, nos termos do art. 891, p. único, do CPC, em razão do montante das dívidas de IPTU e condomínio do imóvel.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63E9E.

MEMORIAL DE CÁLCULO

Cálculo dos valores devidos na execução judicial dos débitos condominiais da unidade apartamento nº 121 do Edifício Maison Mont Clair e vagas de garagem (matrícula nº 84.810 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, SQL nº 010.002.0341-7), objeto da Ação de Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100 e Embargos à Execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100.

TOTAL CONDOMÍNIO + HONORÁRIOS: R$1.575.970,05
TOTAL IPTU + HONORÁRIOS FAZENDA PUBLICA: R$1.045.850,86

VALOR TOTAL (COND + IPTU): R$2.621.820,91
Ref. 24/02/2023

Detalhamento:

A) DÉBITO CONDOMINIAL

A.1) DÉBITO PRINCIPAL (EM EXECUÇÃO)

- Vide Tabela Anexa elaborada pela administradora Convivium.

SUBTOTAL A.1: **R$1.263.678,96**
Data: **24/02/2023**

Critérios:

- Principal (contribuições condominais inadimplidas de ago/2014 a fev/2023): R$628.416,32
  - Correção monetária pelo INPC/IBGE: R$184.925,61
  - Multa moratória de 2% desde o inadimplemento no vencimento R$12.568,32
  - Juros moratórios de 1% desde o inadimplemento no vencimento R$437.768,71

CREDOR: **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**

A.2) MULTA LEGAL DA EXECUÇÃO

- 10% sobre o valor em execução (art. 827, *caput*, CPC)
- Fls. 53 dos autos
- Fls. 366 dos autos

SUBTOTAL A.2: **R$126.367,90**
(10% sobre valor de A.1)
Data: **24/02/2023**

CREDOR: **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**

A.3) REEMBOLSO DE DESPESAS JUDICIAIS

Critérios:

- Correção monetária pela Tabela Prática do TJ/SP desde a data do efetivo desembolso
- Juros moratórios somente em caso de cobrança judicial (não aplicados aqui)
- Art. 82, §2º, do CPC

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA1.

Despesas Execução:
Fls. 45: R$9,00 20/02/2018
Fls. 46: R$21,20 20/02/2018
Fls. 47: R$3.520,79 20/02/2018
Fls. 48: R$21,52 20/02/2018

Fls. 217: R$24,00 21/01/2019
Fls. 270: R$37,60 26/03/2019
Fls. 289: R$15,00 04/07/2019
Fls. 363: R$37,54 21/12/2020

Despesas Embargos à Execução
Fls. 194: R$24,00 21/01/2019

Correção Monetária (até fev/2023) pela Tabela Prática do TJ/SP

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	fls 45 exec	20/02/2018	9,00	12,00	0,00	0,00	0,00	12,00
2	fls. 46 exec	20/02/2018	21,20	28,26	0,00	0,00	0,00	28,26
3	fls. 47 exec	20/02/2018	3.520,79	4.692,75	0,00	0,00	0,00	4.692,75
4	fls. 48 exec	20/02/2018	21,52	28,68	0,00	0,00	0,00	28,68
5	fls. 217 exec	21/01/2019	24,00	31,00	0,00	0,00	0,00	31,00
6	fls. 270 exec	26/03/2019	37,60	48,13	0,00	0,00	0,00	48,13
7	fls. 289 exec	04/07/2019	15,00	18,91	0,00	0,00	0,00	18,91
8	fls. 363 exec	21/12/2020	37,54	44,65	0,00	0,00	0,00	44,65
9	fls. 194 embarg exec	21/01/2019	24,00	31,00	0,00	0,00	0,00	31,00

		TOTAL GERAL						**R$ 4.935,38**

SUBTOTAL A.3: **R$4.935,38**

CREDOR: **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**

B) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

B.1) Ação de Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100

- 10% sobre o débito em execução (Valor Principal x 10%)
  - cf. art. 827, *caput*, CPC.
  - fls. 53; fls. 273; fls. 359-361; 366
  - Valor principal (cf. item A acima): R$1.263.678,96

SUBTOTAL B.1 (Honorários Execução): **R$126.367,90**
Data: 24/02/2023

CREDOR: **Advogados** Obs: divisão de honorários a ser fixada pelo juiz entre os atuais advogados e o escritório Yamamoto (cf. r. decisão de fls. 261).

B.2) Embargos à Execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA1.

- Majoração em sentença (fls. 266-268): 10% sobre o valor da causa atualizado
    - Cf. art. 827, §2º, do CPC
- Valor da causa em 12/11/2018: R$325.079,75
    - Valor da causa atualizado fev/2023: R$419.403,49
    - Índice de correção: Tabela Prática TJ/SP
        - cf. Súmula 14 do STJ
    - 10% sobre valor da causa atualizado: **R$41.940,35 (1)**

- Juros moratórios de 1% ao mês desde o trânsito em julgado
    - cf. art. 85, §16º, do CPC e STJ, Resp 771029
    - Trânsito em julgado: 05/08/2019 (fls. 270)
        - 05/08/2019 a fev/2023: a 1% a/m (total 42%)
        - Juros moratórios: **R$ 17.614,95 (2)**

SUBTOTAL B.2 (1+2) (Honorários Emb. à Exec.): **R$59.555,30**.

CREDOR: **França Machado Advogados**.

Exigibilidade:

- Suspensa por gratuidade de justiça (fls. 174 e sentença fls. 266-268 dos Embargos à Execução)
    - Prazo: 05 (cinco) anos do trânsito em julgado, cf. art. 98, §3º
    - Trânsito em julgado: 05/08/2019 (fls. 270)
    - 05 anos: 05/08/2024

- Levantamento da suspensão de Exigibilidade (consensual)
    - Cláusula 2, §1º da Confissão de Dívida (fls. 359)
    - Por ocasião de venda do imóvel.

SUBTOTAL B (Honorários Advocatícios Totais) (B.1 + B.2): **R$ 185.923,19**

C) TOTAL CODOMINIAL DEVIDO EM 24/02/2023

Subtotal A (valor e execução / multa execução / despesas processuais): R$1.390.046,85
Subtotal B (honorários advocatícios): R$185.923,19

SUBTOTAL A + SUBTOTAL B = **R$1.575.970,05**

Data: **24/02/2023**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA1.

APÊNDICE

IPTU

SQL (contribuinte): 010.002.0341-7

Data de referência: 24/02/2023

1) Inscrito em Dívida Ativa: **R$979.935,76**

REF: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 e 2021.

Obs: Todas já ajuizadas em Execuções Fiscais

a) Débito principal: R$890.177,72
b) Encargos: R$89.758,04

2) Não inscritos: **R$65.915,10**

a) R$32.030,30 (ano de 2022)
b) R$33.884,80 (ano de 2023)

TOTAL (inscritas + não inscritas)**: R$1.045.850,86**

Obs: informações obtidas dos sites disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo:

http://dividaativa.prefeitura.sp.gov.br/
https://duc.prefeitura.sp.gov.br/iptu/consulta_iptu/frm07_SelecaoIPTU.aspx

CREDOR: Município de São Paulo

Parcelamento (até 60 parcelas) disponível

a) Entrada de 1,67%
b) Honorários em 10 parcelas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA1.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006812	Condomínio Ago/14	03/08/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	6.016,93	2.388,04	**11.915,88**
	Fundo de Reserva Ago/14	03/08/2014	R$	160,38	160,38	3,21	280,36	111,27	**555,22**
	Prov. 13º Salário Ago/14	03/08/2014	R$	300,21	300,21	6,00	524,78	208,28	**1.039,27**
00006823	Condomínio Set/14	03/09/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	5.928,88	2.359,27	**11.799,06**
	Fundo de Reserva Set/14	03/09/2014	R$	160,38	160,38	3,21	276,26	109,93	**549,78**
	Prov. 13º Salário Set/14	03/09/2014	R$	300,21	300,21	6,00	517,10	205,77	**1.029,08**
00006824	Condomínio - Out/14	03/10/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	6.908,00	2.760,68	**13.816,00**
	Fundo de Reserva - Out/14	03/10/2014	R$	196,00	196,00	3,92	333,00	133,08	**666,00**
	Prov. 13o. Salário Out/14	03/10/2014	R$	308,00	308,00	6,16	523,28	209,12	**1.046,56**
	Fundo de Obras pc.1/6	03/10/2014	R$	500,00	500,00	10,00	849,48	339,48	**1.698,96**
00006825	Condomínio - Nov/14	03/11/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	6.802,86	2.724,26	**13.674,44**
	Fundo de Reserva - Nov/14	03/11/2014	R$	196,00	196,00	3,92	327,93	131,32	**659,17**
	Prov. 13o. Salário Nov/14	03/11/2014	R$	308,00	308,00	6,16	515,31	206,36	**1.035,83**
	Fundo de Obras pc.2/6	03/11/2014	R$	500,00	500,00	10,00	836,55	335,00	**1.681,55**
00006826	Condomínio - Dez/14	03/12/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	6.692,66	2.681,92	**13.521,90**
	Fundo de Reserva - Dez/14	03/12/2014	R$	196,00	196,00	3,92	322,62	129,28	**651,82**
	Prov. 13o. Salário Dez/14	03/12/2014	R$	308,00	308,00	6,16	506,97	203,16	**1.024,29**
	Fundo de Obras pc.3/6	03/12/2014	R$	500,00	500,00	10,00	823,00	329,80	**1.662,80**
00006827	Condomínio - Jan/15	03/01/2015	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	6.527,75	2.582,32	**13.257,39**
	Fundo de Reserva - Jan/15	03/01/2015	R$	196,00	196,00	3,92	314,67	124,48	**639,07**
	Prov. 13o. Salário Jan/15	03/01/2015	R$	308,00	308,00	6,16	494,48	195,61	**1.004,25**
	Fundo de Obras pc.4/6	03/01/2015	R$	500,00	500,00	10,00	802,72	317,55	**1.630,27**
00006828	Condomínio Fev/15	03/02/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	8.761,24	3.436,73	**17.887,53**
	Fundo de Reserva Fev/15	03/02/2015	R$	231,00	231,00	4,62	362,82	142,32	**740,76**
	Prov. 13o. Salário Fev/15	03/02/2015	R$	385,00	385,00	7,70	604,71	237,21	**1.234,62**
00006829	Condomínio Mar/15	03/03/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	8.541,00	3.300,97	**17.531,53**
	Fundo de Reserva Mar/15	03/03/2015	R$	231,00	231,00	4,62	353,70	136,70	**726,02**
	Prov. 13o. Salário Mar/15	03/03/2015	R$	385,00	385,00	7,70	589,51	227,84	**1.210,05**
00006830	Condomínio Abr/15	03/04/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	8.391,52	3.237,59	**17.318,67**
	Fundo de Reserva Abr/15	03/04/2015	R$	231,00	231,00	4,62	347,52	134,08	**717,22**
	Prov. 13o. Salário Abr/15	03/04/2015	R$	385,00	385,00	7,70	579,19	223,46	**1.195,35**
00006831	Condomínio - Mai/15	03/05/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.824,46	2.231,82	**12.087,32**
	Fundo de Reserva - Mai/15	03/05/2015	R$	231,00	231,00	4,62	340,45	130,45	**706,52**
	Prov. 13o. Salário Mai/15	03/05/2015	R$	385,00	385,00	7,70	567,41	217,42	**1.177,53**
	Rateio Inadimplência Mai/15	03/05/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.397,87	918,82	**4.976,23**
00006832	Condomínio Jun/15	03/06/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.717,80	2.183,96	**11.932,80**
	Fundo de Reserva Jun/15	03/06/2015	R$	231,00	231,00	4,62	334,22	127,66	**697,50**
	Prov. 13o. Salário Jun/15	03/06/2015	R$	385,00	385,00	7,70	557,02	212,76	**1.162,48**
	Rateio Inadimplencia Jun/15	03/06/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.353,97	899,12	**4.912,63**
00006833	Condomínio Jul/15	03/07/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.623,04	2.148,13	**11.802,21**
	Fundo de Reserva Jul/15	03/07/2015	R$	231,00	231,00	4,62	328,67	125,56	**689,85**
	Prov. 13o. Salário Jul/15	03/07/2015	R$	385,00	385,00	7,70	547,79	209,27	**1.149,76**
	Rateio Inadimplência Jul/15	03/07/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.314,95	884,36	**4.858,85**
00006834	Condomínio Ago/15	03/08/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.547,38	2.132,72	**11.711,14**
	Fundo de Reserva Ago/15	03/08/2015	R$	231,00	231,00	4,62	324,25	124,66	**684,53**
	Prov. 13o. Salário Ago/15	03/08/2015	R$	385,00	385,00	7,70	540,42	207,77	**1.140,89**
	Rateio Inadimplência Ago/15	03/08/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.283,80	878,02	**4.821,36**
00006835	Condomínio Set/15	03/09/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.457,91	2.101,44	**11.590,39**
	Fundo de Reserva Set/15	03/09/2015	R$	231,00	231,00	4,62	319,02	122,83	**677,47**
	Prov. 13o. Salário Set/15	03/09/2015	R$	385,00	385,00	7,70	531,70	204,72	**1.129,12**
	Rateio Inadimplência Set/15	03/09/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.246,97	865,14	**4.771,65**
00006836	Condomínio Out/15	03/10/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.355,35	2.054,58	**11.440,97**
	Fundo de Reserva Out/15	03/10/2015	R$	231,00	231,00	4,62	313,02	120,09	**668,73**
	Prov. 13o. Salário Out/15	03/10/2015	R$	385,00	385,00	7,70	521,72	200,16	**1.114,58**
	Rateio Inadimplência Out/15	03/10/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.204,74	845,85	**4.710,13**
00006837	Condomínio Nov/15	03/11/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.236,36	1.987,77	**11.255,17**
	Fundo de Reserva Nov/15	03/11/2015	R$	231,00	231,00	4,62	306,07	116,19	**657,88**
	Prov. 13o. Salário Nov/15	03/11/2015	R$	385,00	385,00	7,70	510,12	193,65	**1.096,47**
	Rateio Inadimplência Nov/15	03/11/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.155,76	818,35	**4.633,65**
00006838	Condomínio Dez/15	03/12/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.130,01	1.934,09	**11.095,14**
	Fundo de Reserva Dez/15	03/12/2015	R$	231,00	231,00	4,62	299,86	113,05	**648,53**
	Prov. 13o. Salário Dez/15	03/12/2015	R$	385,00	385,00	7,70	499,76	188,42	**1.080,88**
	Rateio Inadimplência Dez/15	03/12/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.111,97	796,24	**4.567,75**
00006839	Condomínio Jan/16	03/01/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.994,93	1.845,35	**10.871,32**
	Fundo de Reserva Jan/16	03/01/2016	R$	231,00	231,00	4,62	291,96	107,86	**635,44**
	Prov. 13o. Salário Jan/16	03/01/2016	R$	385,00	385,00	7,70	486,60	179,77	**1.059,07**
	Rateio Inadimplência Jan/16	03/01/2016	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.056,36	759,71	**4.475,61**
00006840	Condomínio Fev/16	03/02/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.889,72	1.790,05	**10.710,81**
	Fundo de Reserva Fev/16	03/02/2016	R$	231,00	231,00	4,62	285,81	104,63	**626,06**
	Prov. 13o. Salário Fev/16	03/02/2016	R$	385,00	385,00	7,70	476,36	174,39	**1.043,45**
	Rateio Inadimplência Fev/16	03/02/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.060,35	388,18	**2.322,67**
00006841	Condomínio Mar/16	03/03/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.810,34	1.764,55	**10.605,93**
	Fundo de Reserva Mar/16	03/03/2016	R$	231,00	231,00	4,62	281,17	103,14	**619,93**
	Prov. 13o. Salário Mar/16	03/03/2016	R$	385,00	385,00	7,70	468,62	171,90	**1.033,22**
	Rateio Inadimplência Mar/16	03/03/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.043,14	382,65	**2.299,93**
00006842	Condomínio Abr/16	03/04/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.722,17	1.727,70	**10.480,91**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006842	Fundo de Reserva Abr/16	03/04/2016	R$	231,00	231,00	4,62	276,02	100,99	**612,63**
	Prov. 13o. Salário Abr/16	03/04/2016	R$	385,00	385,00	7,70	460,03	168,31	**1.021,04**
	Rateio Inadimplência Abr/16	03/04/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.024,01	374,65	**2.272,80**
00006843	Condomínio Mai/16	03/05/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.619,31	1.671,81	**10.322,16**
	Fundo de Reserva Mai/16	03/05/2016	R$	231,00	231,00	4,62	270,01	97,72	**603,35**
	Prov. 13o. Salário Mai/16	03/05/2016	R$	385,00	385,00	7,70	450,01	162,87	**1.005,58**
	Rateio Inadimplência Mai/16	03/05/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.001,71	362,54	**2.238,39**
00006844	Condomínio Jun/16	03/06/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.540,94	1.645,13	**10.217,11**
	Fundo de Reserva Jun/16	03/06/2016	R$	231,00	231,00	4,62	265,42	96,16	**597,20**
	Prov. 13o. Salário Jun/16	03/06/2016	R$	385,00	385,00	7,70	442,38	160,27	**995,35**
	Rateio Inadimplência Jun/16	03/06/2016	R$	857,00	857,00	17,14	984,71	356,75	**2.215,60**
00006845	Condomínio Jul/16	03/07/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.455,66	1.609,03	**10.095,73**
	Fundo de Reserva Jul/16	03/07/2016	R$	231,00	231,00	4,62	260,44	94,05	**590,11**
	Prov. 13o. Salário Jul/16	03/07/2016	R$	385,00	385,00	7,70	434,07	156,75	**983,52**
	Rateio Inadimplência Jul/16	03/07/2016	R$	857,00	857,00	17,14	966,22	348,92	**2.189,28**
00006846	Condomínio Ago/16	03/08/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.385,66	1.591,60	**10.008,30**
	Fundo de Reserva Ago/16	03/08/2016	R$	231,00	231,00	4,62	256,35	93,03	**585,00**
	Prov. 13o. Salário Ago/16	03/08/2016	R$	385,00	385,00	7,70	427,25	155,05	**975,00**
	Rateio Inadimplência Ago/16	03/08/2016	R$	857,00	857,00	17,14	951,04	345,14	**2.170,32**
00006847	Condomínio Set/16	03/09/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.325,98	1.587,11	**9.944,13**
	Fundo de Reserva Set/16	03/09/2016	R$	231,00	231,00	4,62	252,86	92,77	**581,25**
	Prov. 13o. Salário Set/16	03/09/2016	R$	385,00	385,00	7,70	421,43	154,61	**968,74**
	Rateio Inadimplência Set/16	03/09/2016	R$	857,00	857,00	17,14	938,10	344,17	**2.156,41**
00006848	Condomínio Out/16	03/10/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.262,54	1.577,57	**9.871,15**
	Fundo de Reserva Out/16	03/10/2016	R$	231,00	231,00	4,62	249,15	92,21	**576,98**
	Prov. 13o. Salário Out/16	03/10/2016	R$	385,00	385,00	7,70	415,26	153,69	**961,65**
	Rateio Inadimplência Out/16	03/10/2016	R$	857,00	857,00	17,14	924,34	342,10	**2.140,58**
00006849	Condomínio Nov/16	03/11/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.203,52	1.573,65	**9.808,21**
	Fundo de Reserva Nov/16	03/11/2016	R$	231,00	231,00	4,62	245,70	91,98	**573,30**
	Prov. 13o. Salário Nov/16	03/11/2016	R$	385,00	385,00	7,70	409,50	153,30	**955,50**
	Rateio Inadimplência Nov/16	03/11/2016	R$	857,00	857,00	17,14	911,54	341,25	**2.126,93**
00006850	Condomínio Dez/16	03/12/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.141,68	1.565,82	**9.738,54**
	Fundo de Reserva Dez/16	03/12/2016	R$	231,00	231,00	4,62	242,08	91,52	**569,22**
	Prov. 13o. Salário Dez/16	03/12/2016	R$	385,00	385,00	7,70	403,48	152,54	**948,72**
	Rateio Inadimplência Dez/16	03/12/2016	R$	857,00	857,00	17,14	898,13	339,55	**2.111,82**
00006851	Condomínio Jan/17	03/01/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.068,62	1.542,41	**9.642,07**
	Fundo de Reserva Jan/17	03/01/2017	R$	231,00	231,00	4,62	237,82	90,16	**563,60**
	Prov. 13o. Salário Jan/17	03/01/2017	R$	385,00	385,00	7,70	396,36	150,26	**939,32**
	Rateio Inadimplencia Jan/17	03/01/2017	R$	857,00	857,00	17,14	882,29	334,47	**2.090,90**
00006852	Condomínio Fev/17	03/02/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.003,27	1.529,06	**9.563,37**
	Fundo de Reserva Fev/17	03/02/2017	R$	231,00	231,00	4,62	234,00	89,38	**559,00**
	Prov. 13o. Salário Fev/17	03/02/2017	R$	385,00	385,00	7,70	390,00	148,96	**931,66**
	Rateio Inadimplencia Fev/17	03/02/2017	R$	857,00	857,00	17,14	868,12	331,58	**2.073,84**
00006853	Condomínio Mar/17	03/03/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.935,08	1.511,33	**9.477,45**
	Fundo de Reserva Mar/17	03/03/2017	R$	231,00	231,00	4,62	230,01	88,34	**553,97**
	Prov. 13o. Salário Mar/17	03/03/2017	R$	385,00	385,00	7,70	383,35	147,23	**923,28**
	Rateio Inadimplencia Mar/17	03/03/2017	R$	857,00	857,00	17,14	853,33	327,73	**2.055,20**
00006854	Condomínio Ordinário Abr/17	03/04/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.876,56	1.506,90	**9.414,50**
	Fundo de Reserva Abr/2017	03/04/2017	R$	231,00	231,00	4,62	226,59	88,08	**550,29**
	Prov. 13o. Salário Abr/2017	03/04/2017	R$	385,00	385,00	7,70	377,65	146,80	**917,15**
	Rateio Inadimplência Abr/17	03/04/2017	R$	857,00	857,00	17,14	840,64	326,77	**2.041,55**
00006855	Condomínio Ordinário Mai/17	03/05/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.807,47	1.487,03	**9.325,54**
	Fundo de Reserva Mai/17	03/05/2017	R$	231,00	231,00	4,62	222,55	86,92	**545,09**
	Prov. 13o. Salário Mai/17	03/05/2017	R$	385,00	385,00	7,70	370,92	144,87	**908,49**
	Rateio Inadimplencia Mai/17	03/05/2017	R$	857,00	857,00	17,14	825,66	322,47	**2.022,27**
00006856	Condomínio Ordinário Jun/17	03/06/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.752,29	1.487,03	**9.270,36**
	Fundo de Reserva Jun/17	03/06/2017	R$	231,00	231,00	4,62	219,33	86,92	**541,87**
	Prov. 13o. Salário Jun/17	03/06/2017	R$	385,00	385,00	7,70	365,55	144,87	**903,12**
	Rateio Inadimplencia Jun/17	03/06/2017	R$	857,00	857,00	17,14	813,69	322,47	**2.010,30**
00006857	Condomínio Ordinário Jul/17	03/07/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.690,84	1.477,67	**9.199,55**
	Fundo de Reserva Jul/17	03/07/2017	R$	231,00	231,00	4,62	215,73	86,37	**537,72**
	Prov. 13o. Salário Jul/17	03/07/2017	R$	385,00	385,00	7,70	359,56	143,95	**896,21**
	Rateio Inadimplencia Jul/17	03/07/2017	R$	857,00	857,00	17,14	800,37	320,44	**1.994,95**
00006858	Condomínio Ordinário Ago/17	03/08/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.635,75	1.477,67	**9.144,46**
	Fundo de Reserva Ago/17	03/08/2017	R$	231,00	231,00	4,62	212,51	86,37	**534,50**
	Prov. 13o. Salário Ago/17	03/08/2017	R$	385,00	385,00	7,70	354,19	143,95	**890,84**
	Rateio Inadimplencia Ago/17	03/08/2017	R$	857,00	857,00	17,14	788,42	320,44	**1.983,00**
00006859	Condomínio Ordinário Set/17	03/09/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.580,66	1.477,67	**9.089,37**
	Fundo de Reserva Set/17	03/09/2017	R$	231,00	231,00	4,62	209,29	86,37	**531,28**
	Prov. 13o. Salário Set/17	03/09/2017	R$	385,00	385,00	7,70	348,82	143,95	**885,47**
	Rateio Inadimplencia Set/17	03/09/2017	R$	857,00	857,00	17,14	776,48	320,44	**1.971,06**
00006860	Condomínio Ordinário Out/17	03/10/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.512,58	1.457,36	**9.000,98**
	Fundo de Reserva Out/17	03/10/2017	R$	231,00	231,00	4,62	205,31	85,18	**526,11**
	Prov. 13o. Salário Out/17	03/10/2017	R$	385,00	385,00	7,70	342,19	141,97	**876,86**
	Rateio Inadimplencia Out/17	03/10/2017	R$	857,00	857,00	17,14	761,71	316,03	**1.951,88**
00006861	Condomínio Ordinário Nov/17	03/11/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.451,48	1.447,50	**8.930,02**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006861	Fundo de Reserva Nov/17	03/11/2017	R$	231,00	231,00	4,62	201,74	84,61	**521,97**
	Prov. 13o. Salário Nov/17	03/11/2017	R$	385,00	385,00	7,70	336,24	141,01	**869,95**
	Rateio Inadimplencia Nov/17	03/11/2017	R$	857,00	857,00	17,14	748,46	313,89	**1.936,49**
00006862	Condomínio Ordinário Dez/17	03/12/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.387,88	1.433,29	**8.852,21**
	Fundo de Reserva Dez/17	03/12/2017	R$	231,00	231,00	4,62	198,03	83,78	**517,43**
	Prov. 13o. Salário Dez/17	03/12/2017	R$	385,00	385,00	7,70	330,04	139,63	**862,37**
	Rateio Inadimplencia Dez/17	03/12/2017	R$	857,00	857,00	17,14	734,67	310,81	**1.919,62**
00007716	Condomínio Ordinário Jan/18	03/01/2018	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.325,59	1.420,75	**8.777,38**
	Fundo de Reserva Jan/18	03/01/2018	R$	231,00	231,00	4,62	194,38	83,04	**513,04**
	Prov. 13o. Salário Jan/18	03/01/2018	R$	385,00	385,00	7,70	323,98	138,41	**855,09**
	Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2018	R$	857,00	857,00	17,14	721,16	308,09	**1.903,39**
00007717	Condomínio Ordinário Fev/18	03/02/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.335,97	1.873,66	**11.562,59**
	Fundo de Reserva Fev/18	03/02/2018	R$	257,00	257,00	5,14	212,34	91,76	**566,24**
	Prov. 13o. Salário Fev/18	03/02/2018	R$	437,00	437,00	8,74	361,06	156,02	**962,82**
	Rateio Inadimplencia Fev/18	03/02/2018	R$	557,00	557,00	11,14	460,20	198,86	**1.227,20**
00007719	Condomínio Ordinário Mar/18	03/03/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.260,72	1.868,60	**11.482,28**
	Fundo de Reserva Mar/18	03/03/2018	R$	257,00	257,00	5,14	208,65	91,51	**562,30**
	Prov. 13o. Salário Mar/18	03/03/2018	R$	437,00	437,00	8,74	354,79	155,60	**956,13**
	Rateio Inadimplencia Mar/18	03/03/2018	R$	557,00	557,00	11,14	452,22	198,33	**1.218,69**
00007720	Condomínio Ordinário Abr/18	03/04/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.179,73	1.853,47	**11.386,16**
	Fundo de Reserva Abr/18	03/04/2018	R$	257,00	257,00	5,14	204,69	90,77	**557,60**
	Prov. 13o. Salário Abr/18	03/04/2018	R$	437,00	437,00	8,74	348,05	154,34	**948,13**
	Rateio Inadimplencia Abr/18	03/04/2018	R$	557,00	557,00	11,14	443,62	196,72	**1.208,48**
00007721	Condomínio Ordinário Mai/18	03/05/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.090,08	1.822,62	**11.265,66**
	Fundo de Reserva Mai/18	03/05/2018	R$	257,00	257,00	5,14	200,30	89,26	**551,70**
	Prov. 13o. Salário Mai/18	03/05/2018	R$	437,00	437,00	8,74	340,58	151,77	**938,09**
	Rateio Inadimplencia Mai/18	03/05/2018	R$	557,00	557,00	11,14	434,10	193,44	**1.195,68**
00007722	Condomínio Ordinário Jun/18	03/06/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.961,67	1.721,45	**11.036,08**
	Fundo de Reserva Jun/18	03/06/2018	R$	257,00	257,00	5,14	194,01	84,30	**540,45**
	Prov. 13o. Salário Jun/18	03/06/2018	R$	437,00	437,00	8,74	329,88	143,34	**918,96**
	Rateio Inadimplencia Jun/18	03/06/2018	R$	557,00	557,00	11,14	420,48	182,71	**1.171,33**
00007723	Condomínio Ordinário Jul/18	03/07/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.881,22	1.703,81	**10.937,99**
	Fundo de Reserva Jul/18	03/07/2018	R$	257,00	257,00	5,14	190,07	83,44	**535,65**
	Prov. 13o. Salário Jul/18	03/07/2018	R$	437,00	437,00	8,74	323,19	141,88	**910,81**
	Rateio Inadimplencia Jul/18	03/07/2018	R$	557,00	557,00	11,14	411,93	180,83	**1.160,90**
00007724	Condomínio Ordinário Ago/18	03/08/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.810,66	1.703,81	**10.867,43**
	Fundo de Reserva Ago/18	03/08/2018	R$	257,00	257,00	5,14	186,61	83,44	**532,19**
	Prov. 13o. Salário Ago/18	03/08/2018	R$	437,00	437,00	8,74	317,31	141,88	**904,93**
	Rateio Inadimplencia Ago/18	03/08/2018	R$	557,00	557,00	11,14	404,44	180,83	**1.153,41**
00007725	Condomínio Ordinário Set/18	03/09/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.728,90	1.682,70	**10.764,56**
	Fundo de Reserva Set/18	03/09/2018	R$	257,00	257,00	5,14	182,61	82,40	**527,15**
	Prov. 13o. Salário Set/18	03/09/2018	R$	437,00	437,00	8,74	310,51	140,12	**896,37**
	Rateio Inadimplencia Set/18	03/09/2018	R$	557,00	557,00	11,14	395,77	178,59	**1.142,50**
00007726	Condomínio Ordinário Out/18	03/10/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.643,97	1.654,67	**10.651,60**
	Fundo de Reserva Out/18	03/10/2018	R$	257,00	257,00	5,14	178,45	81,03	**521,62**
	Prov. 13o. Salário Out/18	03/10/2018	R$	437,00	437,00	8,74	303,43	137,78	**886,95**
	Rateio Inadimplencia Out/18	03/10/2018	R$	557,00	557,00	11,14	386,76	175,62	**1.130,52**
00007727	Condomínio Ordinário Nov/18	03/11/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.573,89	1.654,67	**10.581,52**
	Fundo de Reserva Nov/18	03/11/2018	R$	257,00	257,00	5,14	175,02	81,03	**518,19**
	Prov. 13o. Salário Nov/18	03/11/2018	R$	437,00	437,00	8,74	297,60	137,78	**881,12**
	Rateio Inadimplencia Nov/18	03/11/2018	R$	557,00	557,00	11,14	379,32	175,62	**1.123,08**
00007728	Condomínio Ordinário Dez/18	03/12/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.498,92	1.644,87	**10.496,75**
	Fundo de Reserva Dez/18	03/12/2018	R$	257,00	257,00	5,14	171,35	80,55	**514,04**
	Prov. 13o. Salário Dez/18	03/12/2018	R$	437,00	437,00	8,74	291,36	136,97	**874,07**
	Rateio Inadimplencia Dez/18	03/12/2018	R$	557,00	557,00	11,14	371,36	174,58	**1.114,08**
00007729	Condomínio Ordinário Jan/19	03/01/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.416,64	1.619,77	**10.389,37**
	Fundo de Reserva - Jan/19	03/01/2019	R$	257,00	257,00	5,14	167,32	79,32	**508,78**
	Prov. 13o. Salário Jan/19	03/01/2019	R$	437,00	437,00	8,74	284,50	134,88	**865,12**
	Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2019	R$	557,00	557,00	11,14	362,63	171,92	**1.102,69**
00007730	Condomínio Ordinário Fev/19	03/02/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.328,93	1.582,32	**10.264,21**
	Fundo de Reserva Fev/19	03/02/2019	R$	257,00	257,00	5,14	163,02	77,49	**502,65**
	Prov. 13o. Salário Fev/19	03/02/2019	R$	437,00	437,00	8,74	277,20	131,76	**854,70**
	Rateio Inadimplencia Fev/19	03/02/2019	R$	557,00	557,00	11,14	353,32	167,94	**1.089,40**
	Rescisão Funcionário parc1/1	03/02/2019	R$	1.464,00	1.464,00	29,28	928,65	441,41	**2.863,34**
00007731	Condomínio Ordinário Mar/19	03/03/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.234,68	1.529,33	**10.116,97**
	Fundo de Reserva Mar/19	03/03/2019	R$	257,00	257,00	5,14	158,40	74,89	**495,43**
	Prov. 13o. Salário Mar/19	03/03/2019	R$	437,00	437,00	8,74	269,35	127,35	**842,44**
	Rateio Inadimplencia Mar/19	03/03/2019	R$	557,00	557,00	11,14	343,32	162,32	**1.073,78**
00007732	Condomínio Ordinário Abr/19	03/04/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.146,97	1.488,28	**9.988,21**
	Fundo de Reserva Abr/19	03/04/2019	R$	257,00	257,00	5,14	154,11	72,88	**489,13**
	Prov. 13o. Salário Abr/19	03/04/2019	R$	437,00	437,00	8,74	262,05	123,93	**831,72**
	Rateio Inadimplencia Abr/19	03/04/2019	R$	557,00	557,00	11,14	334,01	157,96	**1.060,11**
00032705	Condomínio Mai/2019	03/05/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.060,20	1.447,48	**9.860,64**
	Fundo de Reserva Mai/2019	03/05/2019	R$	257,00	257,00	5,14	149,86	70,88	**482,88**
	Prov 13/Férias - Mai/2019	03/05/2019	R$	437,00	437,00	8,74	254,82	120,53	**821,09**
	Rateio Inadimplência Mai/19	03/05/2019	R$	557,00	557,00	11,14	324,80	153,63	**1.046,57**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA3.

CONVIVIUM BRASIL

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00015635	CONDOMÍNIO JUNHO/2019	03/06/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.988,28	1.437,57	**9.779,83**
	FD. RESERVA JUNHO/2019	03/06/2019	R$	257,00	257,00	5,14	146,31	70,39	**478,84**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2019	03/06/2019	R$	438,00	438,00	8,76	249,36	119,96	**816,08**
	RAT INADIMPL JUNHO/2019	03/06/2019	R$	558,00	558,00	11,16	317,67	152,82	**1.039,65**
00040712	CONDOMÍNIO JULHO/2019	03/07/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.920,07	1.436,89	**9.710,94**
	FD. RESERVA JULHO/2019	03/07/2019	R$	257,00	257,00	5,14	142,97	70,35	**475,46**
	13º/FÉRIAS JULHO/2019	03/07/2019	R$	438,00	438,00	8,76	243,66	119,90	**810,32**
	RAT INADIMPL JULHO/2019	03/07/2019	R$	558,00	558,00	11,16	310,42	152,75	**1.032,33**
00048863	CONDOMÍNIO AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.849,31	1.430,10	**9.633,39**
	FD. RESERVA AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	257,00	257,00	5,14	139,51	70,02	**471,67**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	438,00	438,00	8,76	237,76	119,33	**803,85**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	558,00	558,00	11,16	302,90	152,03	**1.024,09**
00058272	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.778,14	1.421,97	**9.554,09**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	257,00	257,00	5,14	136,02	69,62	**467,78**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	438,00	438,00	8,76	231,82	118,66	**797,24**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	558,00	558,00	11,16	295,33	151,16	**1.015,65**
00067514	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.710,38	1.421,97	**9.486,33**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	257,00	257,00	5,14	132,70	69,62	**464,46**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	438,00	438,00	8,76	226,17	118,66	**791,59**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	558,00	558,00	11,16	288,13	151,16	**1.008,45**
00076013	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.641,56	1.419,26	**9.414,80**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	257,00	257,00	5,14	129,34	69,49	**460,97**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	438,00	438,00	8,76	220,42	118,43	**785,61**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	558,00	558,00	11,16	280,82	150,88	**1.000,86**
00083012	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.560,01	1.382,89	**9.296,88**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	257,00	257,00	5,14	125,34	67,71	**455,19**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	438,00	438,00	8,76	213,62	115,39	**775,77**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	558,00	558,00	11,16	272,14	147,01	**988,31**
00090420	CONDOMÍNIO JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.479,25	1.346,70	**9.179,93**
	FD. RESERVA JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	257,00	257,00	5,14	121,39	65,94	**449,47**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	438,00	438,00	8,76	206,88	112,37	**766,01**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	558,00	558,00	11,16	263,56	143,16	**975,88**
00099542	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.383,17	1.265,94	**9.003,09**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	257,00	257,00	5,14	116,68	61,98	**440,80**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	438,00	438,00	8,76	198,86	105,64	**751,26**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	558,00	558,00	11,16	253,35	134,58	**957,09**
00108139	CONDOMÍNIO MARÇO/2020	03/03/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.312,58	1.253,38	**8.919,94**
	FD. RESERVA MARÇO/2020	03/03/2020	R$	257,00	257,00	5,14	113,23	61,37	**436,74**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2020	03/03/2020	R$	438,00	438,00	8,76	192,97	104,59	**744,32**
	RAT INADIMPL MARÇO/2020	03/03/2020	R$	558,00	558,00	11,16	245,84	133,24	**948,24**
00113486	CONDOMÍNIO ABRIL/2020	03/04/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.242,69	1.242,17	**8.838,84**
	FD. RESERVA ABRIL/2020	03/04/2020	R$	257,00	257,00	5,14	109,81	60,82	**432,77**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2020	03/04/2020	R$	438,00	438,00	8,76	187,14	103,65	**737,55**
	RAT INADIMPL ABRIL/2020	03/04/2020	R$	558,00	558,00	11,16	238,41	132,05	**939,62**
00123937	CONDOMÍNIO MAIO/2020	03/05/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.172,82	1.230,32	**8.757,12**
	FD. RESERVA MAIO/2020	03/05/2020	R$	257,00	257,00	5,14	106,39	60,24	**428,77**
	13º/FÉRIAS MAIO/2020	03/05/2020	R$	438,00	438,00	8,76	181,31	102,66	**730,73**
	RAT INADIMPL MAIO/2020	03/05/2020	R$	558,00	558,00	11,16	230,98	130,79	**930,93**
00124571	CONDOMÍNIO JUNHO/2020	03/06/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.106,98	1.230,32	**8.691,28**
	FD. RESERVA JUNHO/2020	03/06/2020	R$	257,00	257,00	5,14	103,16	60,24	**425,54**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2020	03/06/2020	R$	438,00	438,00	8,76	175,81	102,66	**725,23**
	RAT INADIMPL JUNHO/2020	03/06/2020	R$	558,00	558,00	11,16	223,98	130,79	**923,93**
00135748	CONDOMÍNIO JULHO/2020	03/07/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.035,03	1.210,63	**8.599,64**
	FD. RESERVA JULHO/2020	03/07/2020	R$	257,00	257,00	5,14	99,64	59,27	**421,05**
	13º/FÉRIAS JULHO/2020	03/07/2020	R$	438,00	438,00	8,76	169,81	101,02	**717,59**
	RAT INADIMPL JULHO/2020	03/07/2020	R$	558,00	558,00	11,16	216,34	128,70	**914,20**
00143205	CONDOMÍNIO AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.960,76	1.181,87	**8.496,61**
	FD. RESERVA AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	257,00	257,00	5,14	96,00	57,87	**416,01**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	438,00	438,00	8,76	163,61	98,62	**708,99**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	558,00	558,00	11,16	208,44	125,64	**903,24**
00150688	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.888,60	1.158,42	**8.401,00**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	257,00	257,00	5,14	92,47	56,72	**411,33**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	438,00	438,00	8,76	157,59	96,66	**701,01**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	558,00	558,00	11,16	200,77	123,15	**893,08**
00157167	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.807,74	1.102,25	**8.263,97**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	257,00	257,00	5,14	88,51	53,97	**404,62**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	438,00	438,00	8,76	150,85	91,98	**689,59**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	558,00	558,00	11,16	192,18	117,18	**878,52**
00164957	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.727,81	1.045,30	**8.127,09**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	257,00	257,00	5,14	84,60	51,18	**397,92**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	438,00	438,00	8,76	144,17	87,22	**678,15**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	558,00	558,00	11,16	183,68	111,12	**863,96**
00172887	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.648,16	985,08	**7.987,22**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	257,00	257,00	5,14	80,70	48,23	**391,07**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	438,00	438,00	8,76	137,53	82,20	**666,49**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	558,00	558,00	11,16	175,21	104,72	**849,09**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00180295	CONDOMÍNIO JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.561,96	893,86	**7.809,80**
	FD. RESERVA JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	257,00	257,00	5,14	76,48	43,76	**382,38**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	438,00	438,00	8,76	130,34	74,59	**651,69**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	558,00	558,00	11,16	166,05	95,02	**830,23**
00186914	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.495,44	877,04	**7.726,46**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	257,00	257,00	5,14	73,22	42,94	**378,30**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	438,00	438,00	8,76	124,79	73,18	**644,73**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	558,00	558,00	11,16	158,97	93,23	**821,36**
00193239	CONDOMÍNIO MARÇO/2021	03/03/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.421,48	826,36	**7.601,82**
	FD. RESERVA MARÇO/2021	03/03/2021	R$	257,00	257,00	5,14	69,60	40,46	**372,20**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2021	03/03/2021	R$	438,00	438,00	8,76	118,62	68,96	**634,34**
	RAT INADIMPL MARÇO/2021	03/03/2021	R$	558,00	558,00	11,16	151,11	87,85	**808,12**
	DESCONTO COND MARÇO/2021	03/03/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-110,49	-64,23	**-590,88**
	DESCONTO COND FEVEREIRO/2021	03/03/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-110,49	-64,23	**-590,88**
00200184	CONDOMÍNIO ABRIL/2021	03/04/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.348,08	773,66	**7.475,72**
	FD. RESERVA ABRIL/2021	03/04/2021	R$	257,00	257,00	5,14	66,00	37,88	**366,02**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2021	03/04/2021	R$	438,00	438,00	8,76	112,49	64,56	**623,81**
	RAT INADIMPL ABRIL/2021	03/04/2021	R$	558,00	558,00	11,16	143,31	82,24	**794,71**
	DESCONTO COND ABRIL/2021	03/04/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-104,79	-60,14	**-581,09**
00206847	CONDOMÍNIO MAIO/2021	03/05/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.281,93	750,46	**7.386,37**
	FD. RESERVA MAIO/2021	03/05/2021	R$	257,00	257,00	5,14	62,76	36,74	**361,64**
	13º/FÉRIAS MAIO/2021	03/05/2021	R$	438,00	438,00	8,76	106,97	62,62	**616,35**
	RAT INADIMPL MAIO/2021	03/05/2021	R$	558,00	558,00	11,16	136,28	79,78	**785,22**
	DESCONTO COND MAIO/2021	03/05/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-99,64	-58,33	**-574,13**
00213421	CONDOMÍNIO JUNHO/2021	03/06/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.209,28	692,42	**7.255,68**
	FD. RESERVA JUNHO/2021	03/06/2021	R$	257,00	257,00	5,14	59,21	33,90	**355,25**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2021	03/06/2021	R$	438,00	438,00	8,76	100,91	57,78	**605,45**
	RAT INADIMPL JUNHO/2021	03/06/2021	R$	558,00	558,00	11,16	128,55	73,61	**771,32**
	DESCONTO COND JUNHO/2021	03/06/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-94,00	-53,82	**-563,98**
00220911	CONDOMÍNIO JULHO/2021	03/07/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.141,96	656,36	**7.152,30**
	FD. RESERVA JULHO/2021	03/07/2021	R$	257,00	257,00	5,14	55,91	32,14	**350,19**
	13º/FÉRIAS JULHO/2021	03/07/2021	R$	438,00	438,00	8,76	95,29	54,77	**596,82**
	RAT INADIMPL JULHO/2021	03/07/2021	R$	558,00	558,00	11,16	121,40	69,77	**760,33**
	DESCONTO COND JULHO/2021	03/07/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-88,76	-51,02	**-555,94**
00226279	CONDOMÍNIO AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.070,94	595,67	**7.020,59**
	FD. RESERVA AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	257,00	257,00	5,14	52,44	29,17	**343,75**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	438,00	438,00	8,76	89,36	49,71	**585,83**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	558,00	558,00	11,16	113,85	63,32	**746,33**
	DESCONTO COND AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-83,24	-46,30	**-545,70**
00234085	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.002,62	543,77	**6.900,37**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	257,00	257,00	5,14	49,09	26,62	**337,85**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	438,00	438,00	8,76	83,66	45,37	**575,79**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	558,00	558,00	11,16	106,58	57,81	**733,55**
	DESCONTO COND SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-77,93	-42,27	**-536,36**
00242702	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	932,45	473,84	**6.760,27**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	257,00	257,00	5,14	45,65	23,20	**330,99**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	438,00	438,00	8,76	77,81	39,54	**564,11**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	558,00	558,00	11,16	99,12	50,37	**718,65**
	DESCONTO COND OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-72,48	-36,83	**-525,47**
00249163	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	864,15	407,01	**6.625,14**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	257,00	257,00	5,14	42,31	19,93	**324,38**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	438,00	438,00	8,76	72,11	33,96	**552,83**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	558,00	558,00	11,16	91,86	43,27	**704,29**
	DESCONTO COND NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-67,17	-31,64	**-514,97**
00255688	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	799,82	359,02	**6.512,82**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	257,00	257,00	5,14	39,16	17,58	**318,88**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	438,00	438,00	8,76	66,74	29,96	**543,46**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	558,00	558,00	11,16	85,03	38,17	**692,36**
	DESCONTO COND DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-62,17	-27,91	**-506,24**
00261595	CONDOMÍNIO JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	737,31	317,62	**6.408,91**
	FD. RESERVA JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	257,00	257,00	5,14	36,10	15,55	**313,79**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	438,00	438,00	8,76	61,52	26,50	**534,78**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	558,00	558,00	11,16	78,38	33,76	**681,30**
	DESCONTO COND JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-57,31	-24,69	**-498,16**
00270274	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	700,41	289,95	**6.537,12**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	272,00	272,00	5,44	35,03	14,50	**326,97**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	438,00	438,00	8,76	56,41	23,35	**526,52**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	558,00	558,00	11,16	71,87	29,75	**670,78**
00273397	CONDOMÍNIO MARÇO/2022	03/03/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	635,68	232,16	**6.414,60**
	FD. RESERVA MARÇO/2022	03/03/2022	R$	272,00	272,00	5,44	31,80	11,61	**320,85**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2022	03/03/2022	R$	438,00	438,00	8,76	51,20	18,70	**516,66**
	RAT INADIMPL MARÇO/2022	03/03/2022	R$	558,00	558,00	11,16	65,23	23,82	**658,21**
00278638	CONDOMÍNIO ABRIL/2022	03/04/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	568,18	135,00	**6.249,94**
	FD. RESERVA ABRIL/2022	03/04/2022	R$	272,00	272,00	5,44	28,42	6,75	**312,61**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2022	03/04/2022	R$	438,00	438,00	8,76	45,76	10,87	**503,39**
	RAT INADIMPL ABRIL/2022	03/04/2022	R$	558,00	558,00	11,16	58,30	13,85	**641,31**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA3.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 23/02/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00285352	CONDOMÍNIO MAIO/2022	03/05/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	506,10	76,52	**6.129,38**
	FD. RESERVA MAIO/2022	03/05/2022	R$	272,00	272,00	5,44	25,31	3,83	**306,58**
	13º/FÉRIAS MAIO/2022	03/05/2022	R$	438,00	438,00	8,76	40,76	6,16	**493,68**
	RAT INADIMPL MAIO/2022	03/05/2022	R$	558,00	558,00	11,16	51,93	7,85	**628,94**
00291154	CONDOMÍNIO JUNHO/2022	03/06/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	447,85	51,33	**6.045,94**
	FD. RESERVA JUNHO/2022	03/06/2022	R$	272,00	272,00	5,44	22,40	2,57	**302,41**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2022	03/06/2022	R$	438,00	438,00	8,76	36,07	4,13	**486,96**
	RAT INADIMPL JUNHO/2022	03/06/2022	R$	558,00	558,00	11,16	45,95	5,27	**620,38**
00298280	CONDOMÍNIO JULHO/2022	03/07/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	389,45	16,83	**5.953,04**
	FD. RESERVA JULHO/2022	03/07/2022	R$	272,00	272,00	5,44	19,48	0,84	**297,76**
	13º/FÉRIAS JULHO/2022	03/07/2022	R$	438,00	438,00	8,76	31,37	1,36	**479,49**
	RAT INADIMPL JULHO/2022	03/07/2022	R$	558,00	558,00	11,16	39,96	1,73	**610,85**
00303672	CONDOMÍNIO AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	335,83	50,42	**5.933,01**
	FD. RESERVA AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	272,00	272,00	5,44	16,80	2,52	**296,76**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	438,00	438,00	8,76	27,05	4,06	**477,87**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	558,00	558,00	11,16	34,46	5,17	**608,79**
00311766	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	280,73	67,82	**5.895,31**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	272,00	272,00	5,44	14,04	3,39	**294,87**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	438,00	438,00	8,76	22,61	5,46	**474,83**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	558,00	558,00	11,16	28,81	6,96	**604,93**
00316835	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	225,30	85,85	**5.857,91**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	272,00	272,00	5,44	11,27	4,29	**293,00**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	438,00	438,00	8,76	18,15	6,91	**471,82**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	558,00	558,00	11,16	23,12	8,81	**601,09**
00322460	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	168,19	59,50	**5.774,45**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	272,00	272,00	5,44	8,41	2,98	**288,83**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	438,00	438,00	8,76	13,55	4,79	**465,10**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	558,00	558,00	11,16	17,26	6,10	**592,52**
00328879	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	111,70	38,27	**5.696,73**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	272,00	272,00	5,44	5,59	1,91	**284,94**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	438,00	438,00	8,76	9,00	3,08	**458,84**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	558,00	558,00	11,16	11,46	3,93	**584,55**
00336716	CONDOMÍNIO JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	55,47	0,00	**5.602,23**
	FD. RESERVA JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	272,00	272,00	5,44	2,77	0,00	**280,21**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	438,00	438,00	8,76	4,47	0,00	**451,23**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	558,00	558,00	11,16	5,69	0,00	**574,85**
00343373	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	0,00	0,00	**5.546,76**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	272,00	272,00	5,44	0,00	0,00	**277,44**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	438,00	438,00	8,76	0,00	0,00	**446,76**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	558,00	558,00	11,16	0,00	0,00	**569,16**
		Subtotal:		**628.416,32**	**628.416,32**	**12.568,32**	**437.768,71**	**184.925,61**	**1.263.678,96**
		Total geral:							**1.263.678,96**

Legenda: (P) Recibo em protesto (J) Recibo no jurídico (A) Recibo em acordo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA3.

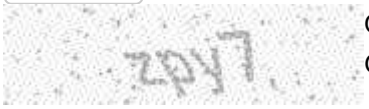
prefeitura.sp.gov.br (http://www.capital.sp.gov.br/)

Secretaria Municipal da Fazenda

CONSULTA DÉBITOS DO IPTU

Consultar pelo nº do Cadastro do Imóvel (SQL): 010.002.0341-7

Código da imagem:



Ouvir Som

Gerar Novo Código

Consultar débitos de IPTU | Limpar

SQL: 010.002.0341-7

Endereço: R MARANHAO , 202 APTO 121 - VAGAS 15-16-17-18 CEP: 01240-000

SQL ascendente

Nenhuma dívida de imóvel ascendente encontrada

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

Exercício	NL	Valor principal remanescente	Situação
2023	1	R$33.884,80	EM ABERTO
2022	1	R$32.030,30	EM ABERTO
2021	1	R$29.118,40	DÍVIDA ATIVA
2020	1	R$29.805,50	DÍVIDA ATIVA
2019	1	R$27.111,30	DÍVIDA ATIVA
2018	1	R$24.646,70	DÍVIDA ATIVA
2017	1	R$22.406,10	DÍVIDA ATIVA
2016	1	R$20.369,20	DÍVIDA ATIVA
2015	1	R$18.517,50	DÍVIDA ATIVA
2014	1	R$13.018,71	DÍVIDA ATIVA
2012	1	R$6.091,52	DÍVIDA ATIVA
2011	1	R$14.486,10	DÍVIDA ATIVA
2010	1	R$12.842,90	DÍVIDA ATIVA
2009	1	R$9.879,20	DÍVIDA ATIVA
2008	1	R$9.312,40	DÍVIDA ATIVA
2007	1	R$7.341,86	DÍVIDA ATIVA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA7.

ATENÇÃO!
Para consultar o detalhamento das parcelas e o valor da dívida atualizado, acesse a opção (detalhar) quando disponível.

No caso de existência de débitos deste SQL em Dívida Ativa, consulte os detalhes AQUI
No caso débito de ascendente em Dívida Ativa, Veja como pagar sua parte AQUI

Os débitos sobre o imóvel anteriores à arrematação (inclusive de inscrições anteriores) não são de responsabilidade do arrematante e sucessores, conforme previsão do art. 130 do CTN, parágrafo único

20221109-2-03012023135205 | Copyright Secretaria Municipal da Fazenda Expediente Fale Conosco SAC prodam

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EA7.

Extrato válido para 24/02/2023

Cidade de São Paulo

Procuradoria Geral do Município

Consulta e Pagamento de Dívidas

IPTU - 010.002.0341-7

Consolidação dos Débitos	
Dívidas Não Ajuizadas	0,00
Dívidas Ajuizadas	890.177,72
Encargos	89.758,04
Valor total de dívidas em aberto	**R$ 979.935,76**

Nº Dívida	Exercício	Tipo de Débito	Valor	Encargos	Notificação	Situação	Posição
169.951.2/08-6	2007	IPTU	63.411,70	6.351,14	10	Ajuizado	Em Aberto
519.946.8/09-1	2008	IPTU	73.759,12	7.386,11	10	Ajuizado	Em Aberto
522.256.7/10-9	2009	IPTU	70.764,67	7.086,15	10	Ajuizado	Em Aberto
522.220.6/11-4	2010	IPTU	84.015,99	8.410,69	10	Ajuizado	Em Aberto
537.785.4/12-8	2011	IPTU	85.216,58	8.530,31	10	Ajuizado	Em Aberto
592.387.5/13-6	2012	IPTU	32.077,53	3.219,90	10	Ajuizado	Em Aberto
574.236.6/15-9	2014	IPTU	53.445,05	5.383,45	10	Ajuizado	Em Aberto
583.673.5/16-6	2015	IPTU	68.600,58	6.899,01	10	Ajuizado	Em Aberto
545.822.6/17-8	2016	IPTU	63.990,70	6.498,52	10	Ajuizado	Em Aberto
539.503.8/18-3	2017	IPTU	62.455,48	6.245,54	10	Ajuizado	Em Aberto
528.775.8/19-7	2018	IPTU	62.133,34	6.213,33	10	Ajuizado	Em Aberto
509.980.3/21-0	2019	IPTU	60.918,96	11.998,55	10	Ajuizado	Em Aberto
509.980.3/21-0	2020	IPTU	59.066,68	0,00	10	Ajuizado	Em Aberto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EAE.

Extrato válido para 24/02/2023

Cidade de São Paulo

Procuradoria Geral do Município

Consulta e Pagamento de Dívidas

IPTU - 010.002.0341-7

549.848.1/22-5	2021	IPTU	50.321,34	5.535,34	10	Ajuizado	Em Aberto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/02/2023 às 16:54 , sob o número WJMJ23403142612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código EE63EAE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

VISTOS.

O exequente concordou (fls. 492/493) com a avaliação apresentada pelo executado (fls. 480/483). Em face disso, desnecessária avaliação judicial. Antes de apreciar o pedido de leilão, defiro ao exequente o prazo de 15 dias para a juntada de certidão atualizada da matrícula do imóvel, certidão de débitos tributários sobre o bem, e demonstrativo atualizado do débito.

Int.
São Paulo, 22 de maio de 2023
ANTONIO CONEHERO JÚNIOR
JUIZ DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CONEHERO JUNIOR, liberado nos autos em 22/05/2023 às 14:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F97844B.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0432/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)	D.J.E
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)	D.J.E
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)	D.J.E
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)	D.J.E

Teor do ato: "VISTOS. O exequente concordou (fls. 492/493) com a avaliação apresentada pelo executado (fls. 480/483). Em face disso, desnecessária avaliação judicial. Antes de apreciar o pedido de leilão, defiro ao exequente o prazo de 15 dias para a juntada de certidão atualizada da matrícula do imóvel, certidão de débitos tributários sobre o bem, e demonstrativo atualizado do débito. Int."

São Paulo, 23 de maio de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 23/05/2023 às 03:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F993D97.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0432/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 24/05/2023. Considera-se a data de publicação em 25/05/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
08/06/2023 - "Corpus-Christi" (Provimento CSM nº 2.678/2022) - Prorrogação
09/06/2023 à 09/06/2023 - Suspensão do expediente - Provimento CSM nº 2678/2022 - Suspensão

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "VISTOS. O exequente concordou (fls. 492/493) com a avaliação apresentada pelo executado (fls. 480/483). Em face disso, desnecessária avaliação judicial. Antes de apreciar o pedido de leilão, defiro ao exequente o prazo de 15 dias para a juntada de certidão atualizada da matrícula do imóvel, certidão de débitos tributários sobre o bem, e demonstrativo atualizado do débito. Int."

SÃO PAULO, 24 de maio de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 24/05/2023 às 04:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F9C4307.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Gerson da Matta, Escrivão Judicial I do Unid. de Proc. Judicial das 31ª a 35ª Varas Cíveis do Foro Central Cível, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 1008880-28.2018.8.26.0100 - **CLASSE - ASSUNTO: Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/02/2018 **VALOR DA CAUSA:** R$ 352.079,75

REQUERENTE(S):
CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, CNPJ 59.086.074/0001-35, Maranhao, 202, Higienopolis, CEP 01240-001, São Paulo - SP

REQUERIDO(S):
TANIA WASSERMAN, Advogada, RG 25.845.452-0, CPF 148.432.458-79, Nascido/Nascida 25/06/1974, com endereço à RUA SERGIPECONJUNTO 909, 401, CONSOLAÇÃO, CEP 01243-001, São Paulo - SP, **ISAAC DANIEL WASSERMAN**, Brasileiro, Casado, Engenheiro, CPF 131.938.178-21, com endereço à Maranhao, 202, Higienopolis, CEP 01240-001, São Paulo - SP e **CONSTRUTORA WASSERMAN LTDA.**, CNPJ 60.437.571/0001-10, com endereço à Rua Frei Caneca, 558, Cjto 1208, Consolacao, CEP 01307-000, São Paulo - SP

OBJETO DA AÇÃO:
Objeto da Ação << Imóvel – apartamento duplex n. 121, tipo "3", localizado no 12o andar ou 13 pavimento do EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão n. 202, no 7o. Subdistrito - Consolação, registrado no 5o. Registro de Imóveis de São Paulo, sob a matrícula n. 84.810.>>

SITUAÇÃO PROCESSUAL:
Decisão - 06/02/2018 13:24:26 - Vistos.A partir da análise dos autos, verifico que não foi apresentada procuração, tampouco foram recolhidas as custas processuais.Providencie o condomínio exequente.Intime-se.
Recebida a Petição Inicial - 10/08/2018 14:34:01 - Vistos. Por não vislumbrar na espécie, diante da natureza da controvérsia posta em debate, a possibilidade de composição consensual, deixo de designar a audiência a que alude o disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o réu, por carta, para integrar a relação jurídico-processual (CPC, artigo 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigos 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC, artigo 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC, artigo 335, III). Intimem-se.
Decisão - 09/10/2018 13:43:14 - Vistos. Fls. 55/84: Providencie o executado a distribuição correta da petição, bem como a denominação correta, no prazo de 5 dias, mantendo o conteúdo. Intime-se.
Despacho - 25/10/2018 15:13:36 - Vistos. Fls. 205/211: Nada a deliberar. Remeto a parte à decisão de fls. 203. Intime-se.
Decisão - 24/01/2019 13:17:45 - Vistos. 1- Anoto, para meu controle, que o executado apresentou

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 25/05/2023 às 11:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F9B451D.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

embargos à execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100, os quais foram recebidos sem efeito suspensivo. 2- Fls. 222: Defiro a penhora no rosto dos autos do processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100, em trâmite perante a 25ª Vara Cível Central, dos valores cabentes aos executados, até o limite da dívida (R$ 352.079,75 - fevereiro de 2018). Expeça-se o necessário, com urgência. Intime-se.
Decisão - 12/02/2019 15:16:24 - Vistos. Fls. 250 e 251: A petição deverá ser encaminha para aquele juízo informando o valor atualizado da penhora. Deverá, ainda, a parte regularizar sua representação processual naqueles autos. Intime-se.
Decisão - 27/02/2019 15:16:43 - Vistos. Fls. 260: Cadastre-se como terceiro interessado. Anoto, contudo, que o terceiro interessado deverá acostar aos autos o termo de rescisão da outorga processual. Eventual reserva de honorários advocatícios sucumbenciais serão analisados posteriormente. Intime-se.
Despacho - 22/03/2019 15:29:56 - Vistos. Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. No silêncio, aguarde-se provocação em arquivo. Int.
Decisão - 22/04/2019 14:14:03 - Vistos. Fls. 267: Expeça-se carta no endereço requerido. Intime-se.
Despacho - 13/06/2019 15:23:20 - Vistos. Decorrido o prazo sem apresentação de embargos pelo coexecutado, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 10 (dez) dias. No silêncio, aguarde-se provocação em arquivo. Int.
Decisão - 25/07/2019 15:00:09 - Vistos. 1. Defiro bloqueio/arresto on line pelo sistema Bacenjud, desbloqueados, desde já, valores irrisórios dado o custo operacional do sistema. Seguem extratos negativos. 2. Oficie-se ao Juízo da 25ª Vara Cível Central solicitando penhora até o valor de R$ 568.613,22 (atualizado até julho/2019), no rosto do autos do 0157885-25.2010.8.26.0100 em que são partes: Isaac Daniel Wasserman e Construtora Wasserman. Na mesma oportunidade, solicite-se transferência do referido valor para conta de depósito judicial no Banco do Brasil S.A., vinculada a estes autos e à disposição desta 31ª Vara Cível. Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como OFÍCIO, cabendo ao(à) exequente encaminhar e comprovar nos autos. Facultado ainda, ao exequente, instruir esta com planilha atualizada do débito. Intime-se.
Despacho - 22/08/2019 14:39:00 - Vistos. Fls. 301/302: Diga a exequente se houve a inclusão das custas e honorários advocatícios arbitrados nos embargos de terceiro. Anoto, por oportuno, que naqueles autos o executado (ali embargante) é beneficiário da justiça gratuita. Intime-se.
Decisão - 20/09/2019 13:36:12 - Vistos. 1. Deverá a parte exequente apresentar planilha atualizada do débito nos autos de nº 0157885-25.2010.8.26.0100. 2. Aguarde-se a transferência efetiva do valor. 3. O pedido de levantamento dos beneficios da justiça gratuita deverá ser feito nos autos em que foram deferidos, incumbindo a parte instruir seu pedido com a documentação pertinente. Intime-se.
Decisão - 16/12/2019 13:19:01 - Vistos. Compulsando os autos dos embargos à execução, verifica-se que foi deferida gratuidade de justiça ao embargado, inclusive constando da condenação que as custas e os honorários advocatícios estão com exigibilidade suspensa. Assim, ante a evidente acessoriedade dos embargos face à execução, os benefícios de gratuidade deferidos naqueles autos também devem ser conferidos nesta execução. Anote-se. Dessa forma, deve o exequente apresentar planilha de cálculo correta nos autos da penhora, sem o cômputo dos honorários. Aguarde-se, por 30 (trinta) dias, resposta da penhora no rosto dos autos. No silêncio, aguarde-se provocação no arquivo. Intime-se.
Não Acolhimento de Embargos de Declaração - 13/02/2020 16:57:52 - Vistos. Rejeito os embargos de declaração, visto que possuem caráter infringente, visando à alteração do já decidido. Alega o exequente que a gratuidade do executado não foi concedida nestes autos. De acordo com fls. 203 e 212, porém, percebe-se que o Juízo não chegou a decidir sobre a gratuidade nestes autos, mas o benefício foi apreciado nos embargos à execução. No mais, não se verifica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 25/05/2023 às 11:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F9B451D.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

nos autos a citação da empresa coexecutada, da qual não há notícia de gratuidade. Somente face à pessoa jurídica é possível a execução de custas e honorários. De fato, não há na sentença atacada qualquer das hipóteses previstas no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Neste sentido: "Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. A maior elasticidade que se lhes reconhece, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão não justifica, sob pena de grave disfunção jurídico-processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em consequência, a desconstituição do ato decisório" (RTJ 154/223, 155/964). Mantenho, pois, a decisão proferida tal como lançada. Intime-se.
Decisão - 12/03/2020 13:39:00 - Vistos. Oficie-se aos Juízos das 33ª Vara Cível Central e 39ª Vara Cível Central solicitando penhora até o valor de R$668.391,28 (atualizado até fevereiro/2020), no rosto do autos de nº 0207822-67.2011.8.26.0100 (39ª Vara) em que são partes: Dissei Engenharia e Construções Ltda e Construtora Wasserman S/A; e nos autos de nº 0215884-33.2010.8.26.0100 (33ª Vara) em que são partes: Condomínio Edifício Opus D`Art e Construtora Wasserman S/A. Na mesma oportunidade, solicite-se transferência do referido valor para conta de depósito judicial no Banco do Brasil S/A, vinculada a estes autos e à disposição desta 31ª Vara Cível. Servirá a presente decisão, assinada digitalmente, como OFÍCIO, cabendo ao(à) exequente encaminhar e comprovar nos autos. Facultado ainda, ao exequente, instruir esta com planilha atualizada do débito. Intime-se.
Decisão - 27/03/2020 12:47:32 - Vistos. Fls. 343: A reserva de honorários será apreciada futuramente no momento da finalização do processo. Alerto ao patrono que ainda não há nos autos nenhum valor a ser levantamento pelo exequente. Fls. 344: Aguarde-se eventual transferência. Intime-se.
Decisão - 02/02/2021 12:09:03 - Vistos. Ante documento de fls. 359/361, cadastre-se Tania Wasserman no polo passivo da presente execução. Após, expeça-se carta de citação. Intime-se.
Despacho - 13/04/2021 11:35:30 - Vistos. Fls. 368/380: manifeste-se o exequente, no prazo de 10 dias. No mesmo prazo, deverá o exequente informar o andamento das penhoras deferidas às fls. 341, perante os Juízos das 33ª e 39ª Varas Cíveis Centrais. Intime-se.
Despacho - 12/05/2021 14:47:22 - Vistos. Fls. 383/386 e 387/412: Dê-se vista às partes. Oportunamente, tornem conclusos. Intime-se.
Despacho - 08/06/2021 12:32:26 - Vistos. Fls. 422/431: manifeste-se o exequente. Oportunamente, tornem conclusos para análise das petições de fls. 387/397 e 415/417. Intime-se.
Decisão - 07/10/2021 15:45:45 - Vistos. Sem delongas, afasto o pedido formulado às fls. 387/397. Isso porque, embora afirme a executada Tania que já houve a penhora, em dinheiro, de quantia suficiente para satisfazer a presente execução, não há como se ignorar que, passados quase 3 anos desde o deferimento da primeira penhora, nenhum valor foi soerguido pelo exequente. Ademais, ainda que físicos os processos nos quais o executado Isaac possui salvo residual, é forçoso reconhecer que a demora em sua tramitação não pode ser imputável unicamente ao exequente, que há muito busca a satisfação de seu crédito, sem sucesso. Dessa forma, se em termos, de rigor o deferimento da penhora sobre o imóvel de matrícula nº 84.810, sendo certo que a questão relativa à eventual excesso será tratada em momento oportuno, qual seja, na análise efetiva do pedido. Assim, em prosseguimento, determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 dias, indexar aos autos certidão de matrícula atualizada do imóvel supracitado, uma vez que o documento trazido (matrícula on-line fls. 358) não serve como certidão, pois não possui validade jurídica, conforme informado pela própria tarja que atravessa o documento. Oportunamente, tornem conclusos. Intime-se.
Decisão - 17/03/2022 15:48:57 - Vistos. 1) Lavre-se termo de penhora do imóvel de matrícula nº 84.810 (fls. 448/450), na forma do art. 845, §1º, do Código de Processo Civil, nomeando-se depositário(a) o(a) executado(a), que deverá ser intimado(a), ao depois, tanto da nomeação como

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 25/05/2023 às 11:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F9B451D.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

da própria penhora, para os fins dos artigos 841 e 847 do Código de Processo Civil. Na existência de eventuais credores hipotecários, coproprietários e demais titulares de direitos elencados no art. 799 do Código de Processo Civil, deverá o credor providenciar suas intimações, indicando os respectivos endereços e recolhendo as despesas, sob pena de nulidade. A seguir, proceda-se ao registro da penhora por intermédio do sistema ARISP, se tecnicamente possível. Na impossibilidade, o exequente ficará responsável pelo registro da penhora, apresentando cópia do Termo no respectivo Cartório de Imóveis, comprovando-se nos autos em quinze dias. 2) Fls. 151 Manifeste-se o exequente, no prazo de 15 dias. Na oportunidade, considerando a penhora acima deferida, deverá se manifestar acerca de eventual excesso à presente execução. Oportunamente, tornem conclusos. Intime-se.
Outras Decisões - 17/08/2022 15:44:12 - 1.Cumpra a UPJ o item 1 da decisão de fl. 452. 2.A decisão sobre o alegado excesso de penhora depende da prévia avaliação do imóvel penhorado, razão pela qual a questão será decidida oportunamente. 3.Declaro preclusa a discussão sobre a penhora do imóvel em conjunto com aquelas penhoras realizadas no rosto dos autos de outros processos, questão decidida desde outubro de 2021 (fl. 443), não havendo notícia de interposição de recurso contra aquela r. decisão. 4.No mais, providenciado o necessário ao registro da penhora do imóvel pelo sistema ARISP, cls para nomeação de avaliador judicial. Int.
Termo Expedido - 27/09/2022 15:51:58 - Em São Paulo, aos 22 de setembro de 2022, no Cartório da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, em cumprimento à r. decisão proferida nos autos da ação em epígrafe, lavro o presente TERMO DE PENHORA do(s) seguinte(s) bem(ns): IMÓVEL MATRICULADO NO 5º C.R.I. DE SÃO PAULO/SP SOB Nº 84.810: "Apartamento duplex nº 121, tipo '3', localizado no 12º andar ou 13º pavimento do EDIFICIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão, nº 202, no subdistrito Consolação", do(s) qual(is) foi(ram) nomeado(a)(s) depositário(a)(s), o(a)(s) Sr(a)(s). Isaac Daniel Wasserman, CPF nº 131.938.178-21 e Tania Wasserman, CPF nº 148.432.458-79. O(A)(s) depositário(a)(s) não pode(m) abrir mão do(s) bem(ns) depositado(s) sem expressa autorização deste Juízo, observadas as conseqüências do descumprimento das obrigações inerentes. NADA MAIS. Lido e achado conforme segue devidamente assinado.
Mero expediente - 03/11/2022 17:08:32 - VISTOS. 1. Fls. 480/483 e 484: diga a parte exequente. 2. Após, conclusos. Int.
Outras Decisões - 10/02/2023 13:52:02 - VISTOS. Os oficiais de Justiça não têm realizado avaliação de imóveis. Diga o exequente se concorda com a avaliação apresentada pelo executado ou se pretende a realização de avaliação por perito judicial. Int.
Outras Decisões - 22/05/2023 14:11:45 - VISTOS. O exequente concordou (fls. 492/493) com a avaliação apresentada pelo executado (fls. 480/483). Em face disso, desnecessária avaliação judicial. Antes de apreciar o pedido de leilão, defiro ao exequente o prazo de 15 dias para a juntada de certidão atualizada da matrícula do imóvel, certidão de débitos tributários sobre o bem, e demonstrativo atualizado do débito. Int.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 23 de maio de 2023.

"Esta certidão é fornecida de acordo com o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição Federal. Caberá ao requerente ou destinatário da certidão a responsabilidade por eventual uso ou divulgação das informações nela contidas."

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 25/05/2023 às 11:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F9B451D.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 11º andar - salas nº 1115/1117, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6218, São Paulo-SP - E-mail: sp31cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ao Estado: Isento (Provimento CSM n° 2.356/2016)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE LUIS LEONCIO DA SILVA, liberado nos autos em 25/05/2023 às 11:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código F9B451D.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção à r. decisão de fls. 508, expor e requerer o quanto segue.

I. CUMPRIMENTO DA R. DECISÃO DE FLS. 508

Em cumprimento à r. decisão de fls. 508, o **EXEQUENTE**:

1) requer a juntada da anexa Certidão Digital da matrícula do imóvel (nº 84.810, do 5º Ofício de Registro de Imóveis), expedida em 26/05/2023;

2) informa que o valor atualizado (14/06/2023) do débito *sub judice* é de **R$1.561.100,20** (um milhão, quinhentos e sessenta e um mil, cem reais e vinte centavos), conforme planilhas e memoriais de cálculos anexos, aí incluído o principal, honorários advocatícios legais e reembolso de despesas processuais;

3) informa que o valor atualizado (14/06/2023) do débito de IPTU do imóvel é de **R$1.105.005,79** (um milhão, cento e cinco mil, cinco reais e setenta e nove centavos), incluindo débitos inscritos em dívida ativa e ajuizados, com os respectivos encargos, e débitos em aberto ainda não inscritos, conforme certidões anexas fornecidas pelo Município de São Paulo – SP.

II. DA NECESSIDADE DE ESTABELECER UM VALOR MÍNIMO DE ARREMATAÇÃO SUPERIOR AO MÍNIMO LEGAL PARA EVITAR A PERPETUAÇÃO DA EXECUÇÃO

Conforme acima informado, a somatória dos débitos *propter rem* (Condomínio / ônus reais + IPTU), na presente data de 14/06/2023, é de **R$2.666.105,99** (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e cinco reais e noventa e nove centavos).

Tendo sido atribuído ao imóvel penhorado, por concordância do credor (cf. art. 871, I, do CPC), o valor de **R$4.364.609,98** (quatro milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e nove reais e noventa e oito centavos), com dispensa de avaliação, cf. r. decisão de fls. 508, tem-se que o valor do bem é **suficiente** para cobrir ambos os débitos.

No entanto, considerando que o crédito fiscal **possui privilégio legal** e se **sub-roga** no preço de arrematação (art. 130, p. único, do CTN; art. 905, II, e art. 908, §1º, do CPC; art. 958 e art. 959, I, do CC; e art. 29 e art. 30 da Lei 6.830/80), e que somente os valores que ultrapassem a dívida de IPTU é que serão utilizados para satisfação do crédito do **EXEQUENTE**, é **essencial** que o valor mínimo de arrematação cubra satisfatoriamente **ambas as dívidas** (IPTU + Condomínio), de modo a não perpetuar as execuções, que se seguiriam contra a pessoa dos arrematantes que porventura tenham adquirido o imóvel.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C79.

O valor do lance mínimo legal em segundo leilão (50%, do valor de avaliação, cf. art. 891, p. único, do CPC) é **inferior** à somatória das dívidas de IPTU e condomínio:

Valor de avaliação: R$4.364.609,98
50% (lance mínimo legal): R$2.182.304,99
Valor das dívidas (IPTU + condomínio): R$2.666.105,99 equivalente a **61,08%** (sessenta e um inteiros e oito centésimos por cento) do **valor de avaliação**.

Assim, para que **não haja continuidade da execução em face do(s) eventual(is) adquirente(s) do bem penhorado em leilão público**, reitera-se o pedido de fls. 492-493, requerendo-se seja fixado o lance mínimo em segundo leilão no patamar de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor de avaliação, nos termos do que permite o art. 891, p. único, do CPC.

I. PEDIDOS

Pelo exposto, requer o **EXEQUENTE**:

1) sejam tomadas por este MM. Juízo as medidas de alienação do imóvel em leilão público, com a designação de leiloeiro, fixação de valor mínimo, publicação de edital e demais providências de praxe, nos termos dos art. 883, 885, 886 e ss. do CPC;

2) a fixação *ope judicis* do valor mínimo de lance em 2º leilão em **65%** (sessenta e cinco por cento) do valor de avaliação, nos termos do art. 885 e art. 891, p. único, do CPC, em razão do montante das dívidas de IPTU e condomínio do imóvel serem superiores ao valor obtido com eventual arrematação pelo mínimo legal de apenas 50%.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 14 de junho de 2023.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C79.

Valide aqui
a certidão.

República Federativa do Brasil
5º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo
Sérgio Jacomino - Oficial
C.N.P.J.: 45.592.979/0001-72
Rua Marques de Paranaguá, nº 359, Consolação, Cep.: 01303-050 - Tel.: 3218-0526
www.quinto.com.br

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL — 5.º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS de São Paulo

Matrícula	Ficha
84.810	01

São Paulo, **04 de março de 2008**

IMÓVEL: Apartamento duplex n.º 121, tipo "3", localizado no 12.º andar ou 13.º pavimento do EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, situado na rua Maranhão, n.º 202, no 7.º Subdistrito - Consolação, com a área real útil de 357,31m², a área real comum de 217,13m², a área real acessória de garagem de 40,00m², perfazendo a área real global de 614,44m², correspondendo-lhe no terreno e demais coisas comuns do condomínio, a fração ideal de 12,83%, estando vinculadas a este apartamento, quatro vagas sob n.ºs 15, 16, 17 e 18 do 2.º subsolo, para estacionamento de quatro automóveis de passeio, com auxílio de manobrista.

CONTRIBUINTE: 010.002.0341-7.

PROPRIETÁRIA: MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, CNPJ 60.812.328/0001-34, com sede nesta Capital, na rua Dr. Diogo de Faria, n.º 1.036.

REGISTRO ANTERIOR: R. 5 de 06/06/1986 e R. 9 (Instituição e Especificação de Condomínio) de 22/12/1987, ambos da Matrícula n.º 3.668, deste Oficial de Registro de Imóveis.

MARCO ANTONIO VIOLIN
Oficial Substituto

Av. 01 / 84.810 *averbação premonitória*
Em 14 de dezembro de 2015 - Prot. 292.536 (03/12/2015)

Atendendo ao requerimento datado de 03 de dezembro de 2015 e pela certidão expedida aos 01/12/2015, pelo Juízo de Direito da 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, procedo à presente averbação para constar que foi distribuída no dia 01/09/1994, a Ação de Execução de Título Extrajudicial, sob n. 0825823-47.1994.8.26.0100, à 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível, desta Capital, em que são partes: **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, CNPJ 60.437.571/0001-10, com sede nesta Capital, na rua Doutor Diogo de Faria, n. 1.036, Vila Clementino, sucessora por incorporação de MAGNUM S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, já qualificada, exequente e **BENEDITO PINTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF 122.991.896-53, executado, dando-se início à fase de cumprimento de sentença em 16/09/2015, com inversão dos polos, cujo valor da causa é R$ 129.880,20.

NATALIA BARROS CORREIA NOGUEIRA
Escrevente Autorizada

(continua no verso)

Valide a certidão clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/S93TZ-J2LBX-HSLMY-CXDEG

Código Segurança: 5o.963924852310800636301 34/21440814939

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C7E.

Valide aqui
a certidão.

Valide a certidão clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/S93TZ-J2LBX-HSLMY-CXDEG

Matrícula **84.810** | Ficha **01** Verso

R. 02 / 84.810 *usucapião extrajudicial*
Em 22 de fevereiro de 2021 - Prot. 341.030 (20/07/2020)
Selo n. 113571321QW000283731UV21X

Atendendo ao requerimento datado de 7 de julho de 2020, instruído com a Ata Notarial lavrada em 7 de julho de 2020, pelo 3.º Tabelião de Notas desta Capital, no livro 3522, folhas n. 347/349 e demais documentos citados no artigo 216-A da Lei n. 6.015/73, procedo o presente registro para constar que foi reconhecida extrajudicialmente a usucapião do imóvel objeto desta matrícula em favor de **ISSAC DANIEL WASSERMAN**, brasileiro, engenheiro, RG 19.555.992-SSP/SP, CPF 131.938.178-21, filho de Guilermino Wasserman e Clara Wasserman e sua mulher **TÂNIA WASSERMAN**, brasileira, advogada, RG 25.845.452-0-SSP/SP, CPF 148.432.458-79, filha de Julio Fruchtengarten e de Sueli Fruchtengarten, casados em 13/09/1998, sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados nesta Capital, na rua Maranhão, n. 202, apartamento n. 121, e-mail twadvocacia@uol.com.br, ao qual foi atribuído o valor de R$ 2.500.000,00. Valor Venal R$ 2.287.036,00.

CASSIA REGINA PADOVINI DERANIAN
Escrevente Substituta

Av. 03 / 84.810 *cancelamento da averbação premonitória*
Em 18 de julho de 2022 - Prot. 368.020 (28/06/2022)
Selo n. 113571331RP000446610HP22W

Em cumprimento ao r. mandado expedido aos 20 de junho de 2022, pelo Juízo de Direito da 39ª. Vara Cível do Foro Central Cível desta Capital, extraído dos autos n. 0825823-47.1994.8.26.0100/01 da Ação de Cumprimento de Sentença - Liquidação/Cumprimento/Execução, movida por **FERNANDA MILAN DE OLIVEIRA**, em face da **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, procedo à presente averbação para constar o cancelamento da averbação premonitória objeto da Av. 01 desta matrícula.

ALESSANDRA SOUZA DA SILVA
Escrevente Autorizada

Documento assinado digitalmente
saec
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C7E.

Valide aqui a certidão.

O 25º Subdistrito - Pari pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 01/01/1972 até a presente data, tendo pertencido anteriormente aos 15º e 3º Registros. O 5º Subdistrito - Santa Efigênia pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 21/11/1942 até a presente data, tendo pertencido anteriormente aos 8º, 2º e 3º Registro. O 7º Subdistrito - Consolação pertence ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 26/12/1927 à 09/08/1931 passando novamente a pertencer ao 5º Registro de Imóveis da Capital desde 02/03/1932 até a presente data, tendo pertencido anteriormente a esses dois períodos ao 4º Registro de Imóveis.

CERTIFICO e dou fé que a presente certidão é reprodução autêntica da ficha a que se refere e foi extraída sob forma de documento eletrônico, mediante processo de certificação digital no âmbito da ICP - Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo se conservada em meio eletrônico, para garantir sua validade, autoria e integridade.

CERTIFICO que o imóvel objeto desta matrícula tem situação jurídica noticiada integralmente nesta cópia reprográfica, abrangendo **ALIENAÇÕES**, **DIREITOS REAIS**, **ÔNUS REAIS**, **AÇÕES REAIS OU PESSOAIS REIPERSECUTÓRIAS** que tenham sido objeto de registro ou averbação, bem como indicação de títulos contraditórios devidamente prenotados até 23/05/2023.

CERTIFICO, mais, que a presente certidão é reprodução autêntica do livro 2 a que se refere, extraída nos termos do § 1º do art. 19 da Lei 6.015/73.

"A pesquisa não abrange a ocorrência de indisponibilidade de bens relativa pessoas sem indicação de CPF/CNPJ nos registros de origem (Art. 13 e Art. 14 § 3º do Prov. CNJ 39/2014). Para a realização de qualquer negócio imobiliário consulte a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens. www.indisponibilidade.org.br"

São Paulo, 26 de maio de 2023.

Emitido por: kelly

AO OFICIAL	R$:	40,91
AO ESTADO	R$:	11,63
À SEC. FAZENDA	R$:	7,96
AO SINOREG	R$:	2,15
AO TR. JUSTIÇA	R$:	2,81
AO MUNICÍPIO	R$:	0,83
AO MP	R$:	1,96
TOTAL	R$:	68,25

o selo digital abaixo poderá ser consultado no site:
https://selodigital.tjsp.jus.br/

PROTOCOLO: 989.550

Cod. Seg.:
5o.96392485231080063630134/21440814939989550MAT84810

1135713C3IC000538474BJ23C

A presente certidão reflete a situação jurídica do imóvel desta matrícula até o dia útil anterior. Esta certidão tem plena validade em todo o território nacional, a qualquer tempo, sendo que, na hipótese de utilização para lavratura de escritura o prazo de validade é de 30 (trinta) dias (Decreto 93.240/86, art. 1º, IV)

Valide a certidão clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/S93TZ-J2LBX-HSLMY-CXDEG

Documento assinado digitalmente

saec Serviço de Atendimento ao Cidadão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BENTHUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C7E.

MEMORIAL DE CÁLCULO

Cálculo dos valores devidos na execução judicial dos débitos condominiais da unidade apartamento nº 121 do Edifício Maison Mont Clair e vagas de garagem (matrícula nº 84.810 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, SQL nº 010.002.0341-7), objeto da Ação de Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100 e Embargos à Execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100.

TOTAL CONDOMÍNIO + HONORÁRIOS: **R$1.561.100,20**
TOTAL IPTU + HONORÁRIOS FAZENDA PUBLICA: **R$1.105.005,79**

VALOR TOTAL (COND + IPTU): R$2.666.105,99
Ref. 14/06/2023

Detalhamento:

A) DÉBITO CONDOMINIAL

A.1) DÉBITO PRINCIPAL (EM EXECUÇÃO)

- Vide Tabela Anexa elaborada pela administradora Convivium.

Critérios:

- Principal (contribuições condominais inadimplidas de ago/2014 a jun/2023): R$656.851,32
  - Correção monetária pelo INPC/IBGE: R$205.011,63
  - Multa moratória de 2% desde o inadimplemento no vencimento R$13.137,02
  - Juros moratórios de 1% desde o inadimplemento no vencimento R$482.633,82

SUBTOTAL A.1: **R$1.357.633,79**
Data: **14/06/2023**

CREDOR: **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**

A.2) REEMBOLSO DE DESPESAS JUDICIAIS

Critérios:
- Correção monetária pela Tabela Prática do TJ/SP desde a data do efetivo desembolso
- Juros moratórios somente em caso de cobrança judicial (não aplicados aqui)
- Art. 82, §2º, do CPC

Despesas Execução:
Fls. 45: R$9,00 20/02/2018
Fls. 46: R$21,20 20/02/2018
Fls. 47: R$3.520,79 20/02/2018
Fls. 48: R$21,52 20/02/2018

Fls. 217: R$24,00 21/01/2019
Fls. 270: R$37,60 26/03/2019
Fls. 289: R$15,00 04/07/2019
Fls. 363: R$37,54 21/12/2020

Despesas Embargos à Execução
Fls. 194: R$24,00 21/01/2019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C88.

Correção Monetária (até fev/2023) pela Tabela Prática do TJ/SP

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 0,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	fls 45 exec	20/02/2018	9,00	12,00	0,00	0,00	0,00	12,00
2	fls. 46 exec	20/02/2018	21,20	28,26	0,00	0,00	0,00	28,26
3	fls. 47 exec	20/02/2018	3.520,79	4.692,75	0,00	0,00	0,00	4.692,75
4	fls. 48 exec	20/02/2018	21,52	28,68	0,00	0,00	0,00	28,68
5	fls. 217 exec	21/01/2019	24,00	31,00	0,00	0,00	0,00	31,00
6	fls. 270 exec	26/03/2019	37,60	48,13	0,00	0,00	0,00	48,13
7	fls. 289 exec	04/07/2019	15,00	18,91	0,00	0,00	0,00	18,91
8	fls. 363 exec	21/12/2020	37,54	44,65	0,00	0,00	0,00	44,65
9	fls. 194 embarg exec	21/01/2019	24,00	31,00	0,00	0,00	0,00	31,00

	TOTAL GERAL							**R$ 4.935,38**

- Atualização acima feita até fev/20203 (cf. fls 495 dos autos) / Correção de fev/2023 a jun/2023: R$5.049,85

SUBTOTAL A.3: **R$5.049.85**
Data: **14/06/2023**

CREDOR: **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**

B) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

B.1) Ação de Execução nº 1008880-28.2018.8.26.0100

- 10% sobre o débito em execução (Valor Principal x 10%)
  - cf. art. 827, *caput*, CPC.
  - fls. 53; fls. 273; fls. 359-361; 366
  - Valor principal (cf. item A acima): R$1.357.633,79

SUBTOTAL B.1 (Honorários Execução): **R$135.763,38**
Data: **14/06/2023**

CREDOR: **Advogados** Obs: divisão de honorários a ser fixada pelo juiz entre os atuais advogados e o escritório Yamamoto (cf. r. decisão de fls. 261).

B.2) Embargos à Execução nº 1116342-44.2018.8.26.0100

- Majoração em sentença (fls. 266-268): 10% sobre o valor da causa atualizado
  - Cf. art. 827, §2º, do CPC
- Valor da causa em 12/11/2018: R$325.079,75
  - Valor da causa atualizado jun/2023: R$429.131,36
  - Índice de correção: Tabela Prática TJ/SP
    - cf. Súmula 14 do STJ
  - 10% sobre valor da causa atualizado: **R$42.913,14 (1)**

- Juros moratórios de 1% ao mês desde o trânsito em julgado
  - cf. art. 85, §16º, do CPC e STJ, Resp 771029
  - Trânsito em julgado: 05/08/2019 (fls. 270)
    - 05/08/2019 a jun/2023: a 1% a/m (total 46%)
    - Juros moratórios: **R$ 19.740,04 (2)**

SUBTOTAL B.2 (1+2) (Honorários Emb. à Exec.): **R$62.653,18**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C88.

CREDOR: **França Machado Advogados**.

Exigibilidade:

- Suspensa por gratuidade de justiça (fls. 174 e sentença fls. 266-268 dos Embargos à Execução)
  - Prazo: 05 (cinco) anos do trânsito em julgado, cf. art. 98, §3º
  - Trânsito em julgado: 05/08/2019 (fls. 270)
  - 05 anos: 05/08/2024

- Levantamento da suspensão de Exigibilidade (consensual)
  - Cláusula 2, §1º da Confissão de Dívida (fls. 359)
  - Por ocasião de venda do imóvel.

SUBTOTAL B (Honorários Advocatícios Totais) (B.1 + B.2): **R$198.416,56**

C) TOTAL CODOMINIAL DEVIDO EM 14/06/2023

Subtotal A (valor e execução / despesas processuais): **R$1.362.683,64**
Subtotal B (honorários advocatícios): **R$198.416,56**

SUBTOTAL A + SUBTOTAL B = **R$1.561.100,20**

Data: **24/02/2023**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C88.

APÊNDICE 1

DÉBITOS FISCAIS DE IPTU

SQL (contribuinte): 010.002.0341-7

Data de referência: 14/06/2023

1) Inscrito em Dívida Ativa: **R$1.068.411,36**

REF: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, 2021 e 2022.

Obs: Todas já ajuizadas em Execuções Fiscais

a) Débito principal: R$981.126,37
b) Encargos: R$99.371,60

2) Não inscritos: **R$36.594,43**

a) R$36.594,43 (ano de 2023)

TOTAL IPTU (inscritas + não inscritas)**: R$ 1.105.005,79**

Obs: informações obtidas dos sites disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo:

http://dividaativa.prefeitura.sp.gov.br/
https://duc.prefeitura.sp.gov.br/iptu/consulta_iptu/frm07_SelecaoIPTU.aspx

CREDOR: Município de São Paulo

Parcelamento (até 60 parcelas) disponível

a) Entrada de 1,67%
b) Honorários em 10 parcelas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C88.

APÊNDICE 2

Valor mínimo de arrematação (break even) para quitação de IPTU + Condomínio

- Valor total (IPTU + Condominio) em jun/2023: R$2.666.105,99

AVALIAÇÃO	fls. 508; fls. 492-493; fls. 480-483	50% (MINIMO LEGAL)	SALDO
	R$ 4.364.609,98	R$ 2.182.304,99	-R$ 483.801,00

BREAK EVEN
61,08%

- Cf. art. 891, p. único, do CPC

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C88.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 14/06/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006812	Condomínio Ago/14	03/08/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	6.404,29	2.530,87	**12.446,07**
	Fundo de Reserva Ago/14	03/08/2014	R$	160,38	160,38	3,21	298,41	117,93	**579,93**
	Prov. 13º Salário Ago/14	03/08/2014	R$	300,21	300,21	6,00	558,56	220,73	**1.085,50**
00006823	Condomínio Set/14	03/09/2014	R$	3.442,07	3.442,07	68,84	6.312,94	2.501,41	**12.325,26**
	Fundo de Reserva Set/14	03/09/2014	R$	160,38	160,38	3,21	294,15	116,55	**574,29**
	Prov. 13º Salário Set/14	03/09/2014	R$	300,21	300,21	6,00	550,59	218,16	**1.074,96**
00006824	Condomínio - Out/14	03/10/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	7.358,28	2.927,95	**14.433,55**
	Fundo de Reserva - Out/14	03/10/2014	R$	196,00	196,00	3,92	354,70	141,14	**695,76**
	Prov. 13o. Salário Out/14	03/10/2014	R$	308,00	308,00	6,16	557,39	221,79	**1.093,34**
	Fundo de Obras pc.1/6	03/10/2014	R$	500,00	500,00	10,00	904,85	360,05	**1.774,90**
00006825	Condomínio - Nov/14	03/11/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	7.249,11	2.890,65	**14.287,08**
	Fundo de Reserva - Nov/14	03/11/2014	R$	196,00	196,00	3,92	349,44	139,34	**688,70**
	Prov. 13o. Salário Nov/14	03/11/2014	R$	308,00	308,00	6,16	549,12	218,97	**1.082,25**
	Fundo de Obras pc.2/6	03/11/2014	R$	500,00	500,00	10,00	891,43	355,47	**1.756,90**
00006826	Condomínio - Dez/14	03/12/2014	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	7.134,49	2.847,28	**14.129,09**
	Fundo de Reserva - Dez/14	03/12/2014	R$	196,00	196,00	3,92	343,91	137,25	**681,08**
	Prov. 13o. Salário Dez/14	03/12/2014	R$	308,00	308,00	6,16	540,44	215,68	**1.070,28**
	Fundo de Obras pc.3/6	03/12/2014	R$	500,00	500,00	10,00	877,33	350,13	**1.737,46**
00006827	Condomínio - Jan/15	03/01/2015	R$	4.066,00	4.066,00	81,32	6.961,52	2.745,27	**13.854,11**
	Fundo de Reserva - Jan/15	03/01/2015	R$	196,00	196,00	3,92	335,57	132,33	**667,82**
	Prov. 13o. Salário Jan/15	03/01/2015	R$	308,00	308,00	6,16	527,33	207,95	**1.049,44**
	Fundo de Obras pc.4/6	03/01/2015	R$	500,00	500,00	10,00	856,07	337,59	**1.703,66**
00006828	Condomínio Fev/15	03/02/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	9.347,27	3.657,71	**18.694,54**
	Fundo de Reserva Fev/15	03/02/2015	R$	231,00	231,00	4,62	387,10	151,48	**774,20**
	Prov. 13o. Salário Fev/15	03/02/2015	R$	385,00	385,00	7,70	645,16	252,46	**1.290,32**
00006829	Condomínio Mar/15	03/03/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	9.116,15	3.518,67	**18.324,38**
	Fundo de Reserva Mar/15	03/03/2015	R$	231,00	231,00	4,62	377,53	145,72	**758,87**
	Prov. 13o. Salário Mar/15	03/03/2015	R$	385,00	385,00	7,70	629,20	242,86	**1.264,76**
00006830	Condomínio Abr/15	03/04/2015	R$	5.578,00	5.578,00	111,56	8.960,44	3.453,75	**18.103,75**
	Fundo de Reserva Abr/15	03/04/2015	R$	231,00	231,00	4,62	371,08	143,03	**749,73**
	Prov. 13o. Salário Abr/15	03/04/2015	R$	385,00	385,00	7,70	618,46	238,38	**1.249,54**
00006831	Condomínio - Mai/15	03/05/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	6.222,07	2.383,47	**12.636,58**
	Fundo de Reserva - Mai/15	03/05/2015	R$	231,00	231,00	4,62	363,69	139,32	**738,63**
	Prov. 13o. Salário Mai/15	03/05/2015	R$	385,00	385,00	7,70	606,15	232,20	**1.231,05**
	Rateio Inadimplência Mai/15	03/05/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.561,57	981,25	**5.202,36**
00006832	Condomínio Jun/15	03/06/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	6.110,88	2.334,46	**12.476,38**
	Fundo de Reserva Jun/15	03/06/2015	R$	231,00	231,00	4,62	357,19	136,45	**729,26**
	Prov. 13o. Salário Jun/15	03/06/2015	R$	385,00	385,00	7,70	595,32	227,42	**1.215,44**
	Rateio Inadimplencia Jun/15	03/06/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.515,79	961,07	**5.136,40**
00006833	Condomínio Jul/15	03/07/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	6.012,35	2.297,75	**12.341,14**
	Fundo de Reserva Jul/15	03/07/2015	R$	231,00	231,00	4,62	351,43	134,31	**721,36**
	Prov. 13o. Salário Jul/15	03/07/2015	R$	385,00	385,00	7,70	585,71	223,84	**1.202,25**
	Rateio Inadimplência Jul/15	03/07/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.475,23	945,96	**5.080,73**
00006834	Condomínio Ago/15	03/08/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.934,23	2.281,97	**12.247,24**
	Fundo de Reserva Ago/15	03/08/2015	R$	231,00	231,00	4,62	346,86	133,38	**715,86**
	Prov. 13o. Salário Ago/15	03/08/2015	R$	385,00	385,00	7,70	578,11	222,31	**1.193,12**
	Rateio Inadimplência Ago/15	03/08/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.443,06	939,46	**5.042,06**
00006835	Condomínio Set/15	03/09/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.841,30	2.249,93	**12.122,27**
	Fundo de Reserva Set/15	03/09/2015	R$	231,00	231,00	4,62	341,43	131,51	**708,56**
	Prov. 13o. Salário Set/15	03/09/2015	R$	385,00	385,00	7,70	569,06	219,19	**1.180,95**
	Rateio Inadimplência Set/15	03/09/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.404,81	926,28	**4.990,63**
00006836	Condomínio Out/15	03/10/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.734,34	2.201,94	**11.967,32**
	Fundo de Reserva Out/15	03/10/2015	R$	231,00	231,00	4,62	335,18	128,71	**699,51**
	Prov. 13o. Salário Out/15	03/10/2015	R$	385,00	385,00	7,70	558,63	214,51	**1.165,84**
	Rateio Inadimplência Out/15	03/10/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.360,78	906,52	**4.926,84**
00006837	Condomínio Nov/15	03/11/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.609,74	2.133,51	**11.774,29**
	Fundo de Reserva Nov/15	03/11/2015	R$	231,00	231,00	4,62	327,90	124,71	**688,23**
	Prov. 13o. Salário Nov/15	03/11/2015	R$	385,00	385,00	7,70	546,49	207,84	**1.147,03**
	Rateio Inadimplência Nov/15	03/11/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.309,48	878,35	**4.847,37**
00006838	Condomínio Dez/15	03/12/2015	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.498,61	2.078,53	**11.608,18**
	Fundo de Reserva Dez/15	03/12/2015	R$	231,00	231,00	4,62	321,40	121,49	**678,51**
	Prov. 13o. Salário Dez/15	03/12/2015	R$	385,00	385,00	7,70	535,67	202,49	**1.130,86**
	Rateio Inadimplência Dez/15	03/12/2015	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.263,73	855,71	**4.778,98**
00006839	Condomínio Jan/16	03/01/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.356,63	1.987,64	**11.375,31**
	Fundo de Reserva Jan/16	03/01/2016	R$	231,00	231,00	4,62	313,10	116,18	**664,90**
	Prov. 13o. Salário Jan/16	03/01/2016	R$	385,00	385,00	7,70	521,83	193,63	**1.108,16**
	Rateio Inadimplência Jan/16	03/01/2016	R$	1.627,00	1.627,00	32,54	2.205,27	818,29	**4.683,10**
00006840	Condomínio Fev/16	03/02/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.246,60	1.931,00	**11.208,64**
	Fundo de Reserva Fev/16	03/02/2016	R$	231,00	231,00	4,62	306,67	112,87	**655,16**
	Prov. 13o. Salário Fev/16	03/02/2016	R$	385,00	385,00	7,70	511,12	188,12	**1.091,94**
	Rateio Inadimplência Fev/16	03/02/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.137,73	418,74	**2.430,61**
00006841	Condomínio Mar/16	03/03/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.164,26	1.904,89	**11.100,19**
	Fundo de Reserva Mar/16	03/03/2016	R$	231,00	231,00	4,62	301,86	111,34	**648,82**
	Prov. 13o. Salário Mar/16	03/03/2016	R$	385,00	385,00	7,70	503,09	185,57	**1.081,36**
	Rateio Inadimplência Mar/16	03/03/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.119,88	413,08	**2.407,10**
00006842	Condomínio Abr/16	03/04/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	5.072,43	1.867,14	**10.970,61**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C8C.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 14/06/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006842	Fundo de Reserva Abr/16	03/04/2016	R$	231,00	231,00	4,62	296,49	109,14	**641,25**
	Prov. 13o. Salário Abr/16	03/04/2016	R$	385,00	385,00	7,70	494,15	181,89	**1.068,74**
	Rateio Inadimplência Abr/16	03/04/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.099,97	404,89	**2.379,00**
00006843	Condomínio Mai/16	03/05/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.964,80	1.809,90	**10.805,74**
	Fundo de Reserva Mai/16	03/05/2016	R$	231,00	231,00	4,62	290,20	105,79	**631,61**
	Prov. 13o. Salário Mai/16	03/05/2016	R$	385,00	385,00	7,70	483,67	176,32	**1.052,69**
	Rateio Inadimplência Mai/16	03/05/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.076,63	392,48	**2.343,25**
00006844	Condomínio Jun/16	03/06/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.883,43	1.782,57	**10.697,04**
	Fundo de Reserva Jun/16	03/06/2016	R$	231,00	231,00	4,62	285,44	104,19	**625,25**
	Prov. 13o. Salário Jun/16	03/06/2016	R$	385,00	385,00	7,70	475,74	173,66	**1.042,10**
	Rateio Inadimplência Jun/16	03/06/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.058,98	386,55	**2.319,67**
00006845	Condomínio Jul/16	03/07/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.794,61	1.745,60	**10.571,25**
	Fundo de Reserva Jul/16	03/07/2016	R$	231,00	231,00	4,62	280,25	102,03	**617,90**
	Prov. 13o. Salário Jul/16	03/07/2016	R$	385,00	385,00	7,70	467,08	170,05	**1.029,83**
	Rateio Inadimplência Jul/16	03/07/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.039,72	378,54	**2.292,40**
00006846	Condomínio Ago/16	03/08/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.722,21	1.727,75	**10.481,00**
	Fundo de Reserva Ago/16	03/08/2016	R$	231,00	231,00	4,62	276,02	100,99	**612,63**
	Prov. 13o. Salário Ago/16	03/08/2016	R$	385,00	385,00	7,70	460,04	168,32	**1.021,06**
	Rateio Inadimplência Ago/16	03/08/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.024,02	374,67	**2.272,83**
00006847	Condomínio Set/16	03/09/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.660,89	1.723,15	**10.415,08**
	Fundo de Reserva Set/16	03/09/2016	R$	231,00	231,00	4,62	272,44	100,72	**608,78**
	Prov. 13o. Salário Set/16	03/09/2016	R$	385,00	385,00	7,70	454,06	167,87	**1.014,63**
	Rateio Inadimplência Set/16	03/09/2016	R$	857,00	857,00	17,14	1.010,73	373,67	**2.258,54**
00006848	Condomínio Out/16	03/10/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.595,54	1.713,38	**10.339,96**
	Fundo de Reserva Out/16	03/10/2016	R$	231,00	231,00	4,62	268,62	100,15	**604,39**
	Prov. 13o. Salário Out/16	03/10/2016	R$	385,00	385,00	7,70	447,70	166,92	**1.007,32**
	Rateio Inadimplência Out/16	03/10/2016	R$	857,00	857,00	17,14	996,55	371,55	**2.242,24**
00006849	Condomínio Nov/16	03/11/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.534,92	1.709,36	**10.275,32**
	Fundo de Reserva Nov/16	03/11/2016	R$	231,00	231,00	4,62	265,07	99,91	**600,60**
	Prov. 13o. Salário Nov/16	03/11/2016	R$	385,00	385,00	7,70	441,78	166,52	**1.001,00**
	Rateio Inadimplência Nov/16	03/11/2016	R$	857,00	857,00	17,14	983,41	370,68	**2.228,23**
00006850	Condomínio Dez/16	03/12/2016	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.471,26	1.701,34	**10.203,64**
	Fundo de Reserva Dez/16	03/12/2016	R$	231,00	231,00	4,62	261,35	99,45	**596,42**
	Prov. 13o. Salário Dez/16	03/12/2016	R$	385,00	385,00	7,70	435,58	165,74	**994,02**
	Rateio Inadimplência Dez/16	03/12/2016	R$	857,00	857,00	17,14	969,60	368,94	**2.212,68**
00006851	Condomínio Jan/17	03/01/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.395,47	1.677,36	**10.103,87**
	Fundo de Reserva Jan/17	03/01/2017	R$	231,00	231,00	4,62	256,92	98,04	**590,58**
	Prov. 13o. Salário Jan/17	03/01/2017	R$	385,00	385,00	7,70	428,20	163,41	**984,31**
	Rateio Inadimplencia Jan/17	03/01/2017	R$	857,00	857,00	17,14	953,17	363,74	**2.191,05**
00006852	Condomínio Fev/17	03/02/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.328,00	1.663,70	**10.022,74**
	Fundo de Reserva Fev/17	03/02/2017	R$	231,00	231,00	4,62	252,98	97,25	**585,85**
	Prov. 13o. Salário Fev/17	03/02/2017	R$	385,00	385,00	7,70	421,63	162,08	**976,41**
	Rateio Inadimplencia Fev/17	03/02/2017	R$	857,00	857,00	17,14	938,54	360,78	**2.173,46**
00006853	Condomínio Mar/17	03/03/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.257,43	1.645,53	**9.934,00**
	Fundo de Reserva Mar/17	03/03/2017	R$	231,00	231,00	4,62	248,85	96,18	**580,65**
	Prov. 13o. Salário Mar/17	03/03/2017	R$	385,00	385,00	7,70	414,76	160,31	**967,77**
	Rateio Inadimplencia Mar/17	03/03/2017	R$	857,00	857,00	17,14	923,24	356,84	**2.154,22**
00006854	Condomínio Ordinário Abr/17	03/04/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.197,30	1.640,99	**9.869,33**
	Fundo de Reserva Abr/2017	03/04/2017	R$	231,00	231,00	4,62	245,34	95,92	**576,88**
	Prov. 13o. Salário Abr/2017	03/04/2017	R$	385,00	385,00	7,70	408,89	159,86	**961,45**
	Rateio Inadimplência Abr/17	03/04/2017	R$	857,00	857,00	17,14	910,19	355,85	**2.140,18**
00006855	Condomínio Ordinário Mai/17	03/05/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.125,73	1.620,65	**9.777,42**
	Fundo de Reserva Mai/17	03/05/2017	R$	231,00	231,00	4,62	241,16	94,73	**571,51**
	Prov. 13o. Salário Mai/17	03/05/2017	R$	385,00	385,00	7,70	401,92	157,88	**952,50**
	Rateio Inadimplencia Mai/17	03/05/2017	R$	857,00	857,00	17,14	894,67	351,44	**2.120,25**
00006856	Condomínio Ordinário Jun/17	03/06/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.069,22	1.620,65	**9.720,91**
	Fundo de Reserva Jun/17	03/06/2017	R$	231,00	231,00	4,62	237,85	94,73	**568,20**
	Prov. 13o. Salário Jun/17	03/06/2017	R$	385,00	385,00	7,70	396,42	157,88	**947,00**
	Rateio Inadimplencia Jun/17	03/06/2017	R$	857,00	857,00	17,14	882,42	351,44	**2.108,00**
00006857	Condomínio Ordinário Jul/17	03/07/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	4.005,88	1.611,05	**9.647,97**
	Fundo de Reserva Jul/17	03/07/2017	R$	231,00	231,00	4,62	234,15	94,17	**563,94**
	Prov. 13o. Salário Jul/17	03/07/2017	R$	385,00	385,00	7,70	390,25	156,95	**939,90**
	Rateio Inadimplencia Jul/17	03/07/2017	R$	857,00	857,00	17,14	868,69	349,36	**2.092,19**
00006858	Condomínio Ordinário Ago/17	03/08/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.949,46	1.611,05	**9.591,55**
	Fundo de Reserva Ago/17	03/08/2017	R$	231,00	231,00	4,62	230,85	94,17	**560,64**
	Prov. 13o. Salário Ago/17	03/08/2017	R$	385,00	385,00	7,70	384,76	156,95	**934,41**
	Rateio Inadimplencia Ago/17	03/08/2017	R$	857,00	857,00	17,14	856,45	349,36	**2.079,95**
00006859	Condomínio Ordinário Set/17	03/09/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.893,04	1.611,05	**9.535,13**
	Fundo de Reserva Set/17	03/09/2017	R$	231,00	231,00	4,62	227,56	94,17	**557,35**
	Prov. 13o. Salário Set/17	03/09/2017	R$	385,00	385,00	7,70	379,26	156,95	**928,91**
	Rateio Inadimplencia Set/17	03/09/2017	R$	857,00	857,00	17,14	844,22	349,36	**2.067,72**
00006860	Condomínio Ordinário Out/17	03/10/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.822,48	1.590,26	**9.443,78**
	Fundo de Reserva Out/17	03/10/2017	R$	231,00	231,00	4,62	223,43	92,95	**552,00**
	Prov. 13o. Salário Out/17	03/10/2017	R$	385,00	385,00	7,70	372,38	154,92	**920,00**
	Rateio Inadimplencia Out/17	03/10/2017	R$	857,00	857,00	17,14	828,91	344,85	**2.047,90**
00006861	Condomínio Ordinário Nov/17	03/11/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.759,50	1.580,16	**9.370,70**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C8C.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 14/06/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00006861	Fundo de Reserva Nov/17	03/11/2017	R$	231,00	231,00	4,62	219,75	92,36	**547,73**
	Prov. 13o. Salário Nov/17	03/11/2017	R$	385,00	385,00	7,70	366,25	153,94	**912,89**
	Rateio Inadimplencia Nov/17	03/11/2017	R$	857,00	857,00	17,14	815,26	342,66	**2.032,06**
00006862	Condomínio Ordinário Dez/17	03/12/2017	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.693,78	1.565,60	**9.290,42**
	Fundo de Reserva Dez/17	03/12/2017	R$	231,00	231,00	4,62	215,91	91,51	**543,04**
	Prov. 13o. Salário Dez/17	03/12/2017	R$	385,00	385,00	7,70	359,85	152,52	**905,07**
	Rateio Inadimplencia Dez/17	03/12/2017	R$	857,00	857,00	17,14	801,00	339,50	**2.014,64**
00007716	Condomínio Ordinário Jan/18	03/01/2018	R$	3.952,00	3.952,00	79,04	3.629,47	1.552,76	**9.213,27**
	Fundo de Reserva Jan/18	03/01/2018	R$	231,00	231,00	4,62	212,15	90,76	**538,53**
	Prov. 13o. Salário Jan/18	03/01/2018	R$	385,00	385,00	7,70	353,58	151,27	**897,55**
	Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2018	R$	857,00	857,00	17,14	787,06	336,72	**1.997,92**
00007717	Condomínio Ordinário Fev/18	03/02/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.737,02	2.048,64	**12.138,62**
	Fundo de Reserva Fev/18	03/02/2018	R$	257,00	257,00	5,14	231,97	100,32	**594,43**
	Prov. 13o. Salário Fev/18	03/02/2018	R$	437,00	437,00	8,74	394,45	170,59	**1.010,78**
	Rateio Inadimplencia Fev/18	03/02/2018	R$	557,00	557,00	11,14	502,76	217,43	**1.288,33**
00007719	Condomínio Ordinário Mar/18	03/03/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.659,75	2.043,47	**12.056,18**
	Fundo de Reserva Mar/18	03/03/2018	R$	257,00	257,00	5,14	228,19	100,07	**590,40**
	Prov. 13o. Salário Mar/18	03/03/2018	R$	437,00	437,00	8,74	388,02	170,16	**1.003,92**
	Rateio Inadimplencia Mar/18	03/03/2018	R$	557,00	557,00	11,14	494,56	216,88	**1.279,58**
00007720	Condomínio Ordinário Abr/18	03/04/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.576,18	2.027,97	**11.957,11**
	Fundo de Reserva Abr/18	03/04/2018	R$	257,00	257,00	5,14	224,10	99,31	**585,55**
	Prov. 13o. Salário Abr/18	03/04/2018	R$	437,00	437,00	8,74	381,06	168,87	**995,67**
	Rateio Inadimplencia Abr/18	03/04/2018	R$	557,00	557,00	11,14	485,70	215,24	**1.269,08**
00007721	Condomínio Ordinário Mai/18	03/05/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.483,09	1.996,37	**11.832,42**
	Fundo de Reserva Mai/18	03/05/2018	R$	257,00	257,00	5,14	219,54	97,76	**579,44**
	Prov. 13o. Salário Mai/18	03/05/2018	R$	437,00	437,00	8,74	373,31	166,24	**985,29**
	Rateio Inadimplencia Mai/18	03/05/2018	R$	557,00	557,00	11,14	475,82	211,89	**1.255,85**
00007722	Condomínio Ordinário Jun/18	03/06/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.347,43	1.892,75	**11.593,14**
	Fundo de Reserva Jun/18	03/06/2018	R$	257,00	257,00	5,14	212,90	92,69	**567,73**
	Prov. 13o. Salário Jun/18	03/06/2018	R$	437,00	437,00	8,74	362,01	157,61	**965,36**
	Rateio Inadimplencia Jun/18	03/06/2018	R$	557,00	557,00	11,14	461,42	200,89	**1.230,45**
00007723	Condomínio Ordinário Jul/18	03/07/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.264,31	1.874,68	**11.491,95**
	Fundo de Reserva Jul/18	03/07/2018	R$	257,00	257,00	5,14	208,83	91,81	**562,78**
	Prov. 13o. Salário Jul/18	03/07/2018	R$	437,00	437,00	8,74	355,09	156,10	**956,93**
	Rateio Inadimplencia Jul/18	03/07/2018	R$	557,00	557,00	11,14	452,59	198,97	**1.219,70**
00007724	Condomínio Ordinário Ago/18	03/08/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.192,03	1.874,68	**11.419,67**
	Fundo de Reserva Ago/18	03/08/2018	R$	257,00	257,00	5,14	205,29	91,81	**559,24**
	Prov. 13o. Salário Ago/18	03/08/2018	R$	437,00	437,00	8,74	349,07	156,10	**950,91**
	Rateio Inadimplencia Ago/18	03/08/2018	R$	557,00	557,00	11,14	444,92	198,97	**1.212,03**
00007725	Condomínio Ordinário Set/18	03/09/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.107,43	1.853,06	**11.313,45**
	Fundo de Reserva Set/18	03/09/2018	R$	257,00	257,00	5,14	201,15	90,75	**554,04**
	Prov. 13o. Salário Set/18	03/09/2018	R$	437,00	437,00	8,74	342,02	154,30	**942,06**
	Rateio Inadimplencia Set/18	03/09/2018	R$	557,00	557,00	11,14	435,95	196,68	**1.200,77**
00007726	Condomínio Ordinário Out/18	03/10/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	4.019,30	1.824,36	**11.196,62**
	Fundo de Reserva Out/18	03/10/2018	R$	257,00	257,00	5,14	196,83	89,34	**548,31**
	Prov. 13o. Salário Out/18	03/10/2018	R$	437,00	437,00	8,74	334,68	151,91	**932,33**
	Rateio Inadimplencia Out/18	03/10/2018	R$	557,00	557,00	11,14	426,59	193,63	**1.188,36**
00007727	Condomínio Ordinário Nov/18	03/11/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.947,53	1.824,36	**11.124,85**
	Fundo de Reserva Nov/18	03/11/2018	R$	257,00	257,00	5,14	193,31	89,34	**544,79**
	Prov. 13o. Salário Nov/18	03/11/2018	R$	437,00	437,00	8,74	328,71	151,91	**926,36**
	Rateio Inadimplencia Nov/18	03/11/2018	R$	557,00	557,00	11,14	418,97	193,63	**1.180,74**
00007728	Condomínio Ordinário Dez/18	03/12/2018	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.870,33	1.814,32	**11.037,61**
	Fundo de Reserva Dez/18	03/12/2018	R$	257,00	257,00	5,14	189,53	88,85	**540,52**
	Prov. 13o. Salário Dez/18	03/12/2018	R$	437,00	437,00	8,74	322,28	151,08	**919,10**
	Rateio Inadimplencia Dez/18	03/12/2018	R$	557,00	557,00	11,14	410,78	192,56	**1.171,48**
00007729	Condomínio Ordinário Jan/19	03/01/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.785,03	1.788,61	**10.926,60**
	Fundo de Reserva - Jan/19	03/01/2019	R$	257,00	257,00	5,14	185,36	87,59	**535,09**
	Prov. 13o. Salário Jan/19	03/01/2019	R$	437,00	437,00	8,74	315,18	148,94	**909,86**
	Rateio Inadimplencia Jan/18	03/01/2019	R$	557,00	557,00	11,14	401,73	189,84	**1.159,71**
00007730	Condomínio Ordinário Fev/19	03/02/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.693,67	1.750,25	**10.796,88**
	Fundo de Reserva Fev/19	03/02/2019	R$	257,00	257,00	5,14	180,88	85,71	**528,73**
	Prov. 13o. Salário Fev/19	03/02/2019	R$	437,00	437,00	8,74	307,57	145,74	**899,05**
	Rateio Inadimplencia Fev/19	03/02/2019	R$	557,00	557,00	11,14	392,03	185,76	**1.145,93**
	Rescisão Funcionário parc1/1	03/02/2019	R$	1.464,00	1.464,00	29,28	1.030,40	488,26	**3.011,94**
00007731	Condomínio Ordinário Mar/19	03/03/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.594,96	1.695,98	**10.643,90**
	Fundo de Reserva Mar/19	03/03/2019	R$	257,00	257,00	5,14	176,05	83,05	**521,24**
	Prov. 13o. Salário Mar/19	03/03/2019	R$	437,00	437,00	8,74	299,35	141,22	**886,31**
	Rateio Inadimplencia Mar/19	03/03/2019	R$	557,00	557,00	11,14	381,55	180,00	**1.129,69**
00007732	Condomínio Ordinário Abr/19	03/04/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.503,45	1.653,94	**10.510,35**
	Fundo de Reserva Abr/19	03/04/2019	R$	257,00	257,00	5,14	171,57	80,99	**514,70**
	Prov. 13o. Salário Abr/19	03/04/2019	R$	437,00	437,00	8,74	291,73	137,72	**875,19**
	Rateio Inadimplencia Abr/19	03/04/2019	R$	557,00	557,00	11,14	371,84	175,54	**1.115,52**
00032705	Condomínio Mai/2019	03/05/2019	R$	5.248,00	5.248,00	104,96	3.412,90	1.612,15	**10.378,01**
	Fundo de Reserva Mai/2019	03/05/2019	R$	257,00	257,00	5,14	167,13	78,95	**508,22**
	Prov 13/Férias - Mai/2019	03/05/2019	R$	437,00	437,00	8,74	284,19	134,24	**864,17**
	Rateio Inadimplência Mai/19	03/05/2019	R$	557,00	557,00	11,14	362,23	171,11	**1.101,48**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C8C.

CONVIVIUM BRASIL

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 14/06/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00015635	CONDOMÍNIO JUNHO/2019	03/06/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	3.338,88	1.602,02	**10.294,88**
	FD. RESERVA JUNHO/2019	03/06/2019	R$	257,00	257,00	5,14	163,48	78,44	**504,06**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2019	03/06/2019	R$	438,00	438,00	8,76	278,61	133,68	**859,05**
	RAT INADIMPL JUNHO/2019	03/06/2019	R$	558,00	558,00	11,16	354,94	170,30	**1.094,40**
00040712	CONDOMÍNIO JULHO/2019	03/07/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	3.268,99	1.601,32	**10.224,29**
	FD. RESERVA JULHO/2019	03/07/2019	R$	257,00	257,00	5,14	160,05	78,40	**500,59**
	13º/FÉRIAS JULHO/2019	03/07/2019	R$	438,00	438,00	8,76	272,78	133,62	**853,16**
	RAT INADIMPL JULHO/2019	03/07/2019	R$	558,00	558,00	11,16	347,51	170,23	**1.086,90**
00048863	CONDOMÍNIO AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	3.196,24	1.594,37	**10.144,59**
	FD. RESERVA AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	257,00	257,00	5,14	156,49	78,06	**496,69**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	438,00	438,00	8,76	266,71	133,04	**846,51**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2019	03/08/2019	R$	558,00	558,00	11,16	339,78	169,49	**1.078,43**
00058272	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	3.123,01	1.586,05	**10.063,04**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	257,00	257,00	5,14	152,91	77,66	**492,71**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	438,00	438,00	8,76	260,60	132,35	**839,71**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2019	03/09/2019	R$	558,00	558,00	11,16	332,00	168,61	**1.069,77**
00067514	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	3.053,61	1.586,05	**9.993,64**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	257,00	257,00	5,14	149,51	77,66	**489,31**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	438,00	438,00	8,76	254,81	132,35	**833,92**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2019	03/10/2019	R$	558,00	558,00	11,16	324,62	168,61	**1.062,39**
00076013	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.983,02	1.583,27	**9.920,27**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	257,00	257,00	5,14	146,05	77,52	**485,71**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	438,00	438,00	8,76	248,92	132,12	**827,80**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2019	03/11/2019	R$	558,00	558,00	11,16	317,11	168,31	**1.054,58**
00083012	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.898,00	1.546,01	**9.797,99**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	257,00	257,00	5,14	141,89	75,70	**479,73**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	438,00	438,00	8,76	241,82	129,01	**817,59**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2019	03/12/2019	R$	558,00	558,00	11,16	308,07	164,35	**1.041,58**
00090420	CONDOMÍNIO JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.813,80	1.508,95	**9.676,73**
	FD. RESERVA JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	257,00	257,00	5,14	137,77	73,88	**473,79**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	438,00	438,00	8,76	234,79	125,91	**807,46**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2020	03/01/2020	R$	558,00	558,00	11,16	299,12	160,41	**1.028,69**
00099542	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.712,08	1.426,23	**9.492,29**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	257,00	257,00	5,14	132,79	69,83	**464,76**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	438,00	438,00	8,76	226,31	119,01	**792,08**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2020	03/02/2020	R$	558,00	558,00	11,16	288,31	151,62	**1.009,09**
00108139	CONDOMÍNIO MARÇO/2020	03/03/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.639,27	1.413,38	**9.406,63**
	FD. RESERVA MARÇO/2020	03/03/2020	R$	257,00	257,00	5,14	129,22	69,20	**460,56**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2020	03/03/2020	R$	438,00	438,00	8,76	220,23	117,94	**784,93**
	RAT INADIMPL MARÇO/2020	03/03/2020	R$	558,00	558,00	11,16	280,57	150,25	**999,98**
00113486	CONDOMÍNIO ABRIL/2020	03/04/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.567,23	1.401,89	**9.323,10**
	FD. RESERVA ABRIL/2020	03/04/2020	R$	257,00	257,00	5,14	125,70	68,64	**456,48**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2020	03/04/2020	R$	438,00	438,00	8,76	214,22	116,98	**777,96**
	RAT INADIMPL ABRIL/2020	03/04/2020	R$	558,00	558,00	11,16	272,91	149,03	**991,10**
00123937	CONDOMÍNIO MAIO/2020	03/05/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.495,18	1.389,75	**9.238,91**
	FD. RESERVA MAIO/2020	03/05/2020	R$	257,00	257,00	5,14	122,17	68,04	**452,35**
	13º/FÉRIAS MAIO/2020	03/05/2020	R$	438,00	438,00	8,76	208,21	115,97	**770,94**
	RAT INADIMPL MAIO/2020	03/05/2020	R$	558,00	558,00	11,16	265,25	147,74	**982,15**
00124571	CONDOMÍNIO JUNHO/2020	03/06/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.427,74	1.389,75	**9.171,47**
	FD. RESERVA JUNHO/2020	03/06/2020	R$	257,00	257,00	5,14	118,86	68,04	**449,04**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2020	03/06/2020	R$	438,00	438,00	8,76	202,58	115,97	**765,31**
	RAT INADIMPL JUNHO/2020	03/06/2020	R$	558,00	558,00	11,16	258,08	147,74	**974,98**
00135748	CONDOMÍNIO JULHO/2020	03/07/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.353,25	1.369,58	**9.076,81**
	FD. RESERVA JULHO/2020	03/07/2020	R$	257,00	257,00	5,14	115,22	67,06	**444,42**
	13º/FÉRIAS JULHO/2020	03/07/2020	R$	438,00	438,00	8,76	196,36	114,28	**757,40**
	RAT INADIMPL JULHO/2020	03/07/2020	R$	558,00	558,00	11,16	250,16	145,59	**964,91**
00143205	CONDOMÍNIO AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.276,00	1.340,13	**8.970,11**
	FD. RESERVA AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	257,00	257,00	5,14	111,44	65,61	**439,19**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	438,00	438,00	8,76	189,92	111,83	**748,51**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2020	03/08/2020	R$	558,00	558,00	11,16	241,95	142,46	**953,57**
00150688	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.201,13	1.316,11	**8.871,22**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	257,00	257,00	5,14	107,77	64,44	**434,35**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	438,00	438,00	8,76	183,67	109,82	**740,25**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2020	03/09/2020	R$	558,00	558,00	11,16	233,99	139,91	**943,06**
00157167	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.116,02	1.258,59	**8.728,59**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	257,00	257,00	5,14	103,60	61,62	**427,36**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	438,00	438,00	8,76	176,57	105,02	**728,35**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2020	03/10/2020	R$	558,00	558,00	11,16	224,95	133,80	**927,91**
00164957	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	2.031,81	1.200,25	**8.586,04**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	257,00	257,00	5,14	99,48	58,77	**420,39**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	438,00	438,00	8,76	169,54	100,15	**716,45**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2020	03/11/2020	R$	558,00	558,00	11,16	215,99	127,59	**912,74**
00172887	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.947,77	1.138,57	**8.440,32**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	257,00	257,00	5,14	95,37	55,75	**413,26**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	438,00	438,00	8,76	162,53	95,01	**704,30**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2020	03/12/2020	R$	558,00	558,00	11,16	207,06	121,04	**897,26**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C8C.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 14/06/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00180295	CONDOMÍNIO JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.855,75	1.045,15	**8.254,88**
	FD. RESERVA JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	257,00	257,00	5,14	90,86	51,17	**404,17**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	438,00	438,00	8,76	154,85	87,21	**688,82**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2021	03/01/2021	R$	558,00	558,00	11,16	197,28	111,11	**877,55**
00186914	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.786,93	1.027,92	**8.168,83**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	257,00	257,00	5,14	87,49	50,33	**399,96**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	438,00	438,00	8,76	149,11	85,77	**681,64**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2021	03/02/2021	R$	558,00	558,00	11,16	189,96	109,27	**868,39**
00193239	CONDOMÍNIO MARÇO/2021	03/03/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.709,10	976,01	**8.039,09**
	FD. RESERVA MARÇO/2021	03/03/2021	R$	257,00	257,00	5,14	83,68	47,79	**393,61**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2021	03/03/2021	R$	438,00	438,00	8,76	142,61	81,44	**670,81**
	RAT INADIMPL MARÇO/2021	03/03/2021	R$	558,00	558,00	11,16	181,69	103,76	**854,61**
	DESCONTO COND MARÇO/2021	03/03/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-132,85	-75,86	**-624,87**
	DESCONTO COND FEVEREIRO/2021	03/03/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-132,85	-75,86	**-624,87**
00200184	CONDOMÍNIO ABRIL/2021	03/04/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.631,77	922,04	**7.907,79**
	FD. RESERVA ABRIL/2021	03/04/2021	R$	257,00	257,00	5,14	79,89	45,14	**387,17**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2021	03/04/2021	R$	438,00	438,00	8,76	136,16	76,94	**659,86**
	RAT INADIMPL ABRIL/2021	03/04/2021	R$	558,00	558,00	11,16	173,47	98,02	**840,65**
	DESCONTO COND ABRIL/2021	03/04/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-126,84	-71,67	**-614,67**
00206847	CONDOMÍNIO MAIO/2021	03/05/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.563,07	898,28	**7.815,33**
	FD. RESERVA MAIO/2021	03/05/2021	R$	257,00	257,00	5,14	76,53	43,98	**382,65**
	13º/FÉRIAS MAIO/2021	03/05/2021	R$	438,00	438,00	8,76	130,43	74,96	**652,15**
	RAT INADIMPL MAIO/2021	03/05/2021	R$	558,00	558,00	11,16	166,16	95,49	**830,81**
	DESCONTO COND MAIO/2021	03/05/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-121,50	-69,82	**-607,48**
00213421	CONDOMÍNIO JUNHO/2021	03/06/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.486,27	838,83	**7.679,08**
	FD. RESERVA JUNHO/2021	03/06/2021	R$	257,00	257,00	5,14	72,77	41,07	**375,98**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2021	03/06/2021	R$	438,00	438,00	8,76	124,02	70,00	**640,78**
	RAT INADIMPL JUNHO/2021	03/06/2021	R$	558,00	558,00	11,16	158,00	89,17	**816,33**
	DESCONTO COND JUNHO/2021	03/06/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-115,53	-65,20	**-596,89**
00220911	CONDOMÍNIO JULHO/2021	03/07/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.415,85	801,89	**7.571,72**
	FD. RESERVA JULHO/2021	03/07/2021	R$	257,00	257,00	5,14	69,32	39,26	**370,72**
	13º/FÉRIAS JULHO/2021	03/07/2021	R$	438,00	438,00	8,76	118,14	66,91	**631,81**
	RAT INADIMPL JULHO/2021	03/07/2021	R$	558,00	558,00	11,16	150,51	85,25	**804,92**
	DESCONTO COND JULHO/2021	03/07/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-110,05	-62,33	**-588,54**
00226279	CONDOMÍNIO AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.340,62	739,74	**7.434,34**
	FD. RESERVA AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	257,00	257,00	5,14	65,64	36,22	**364,00**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	438,00	438,00	8,76	111,87	61,73	**620,36**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	558,00	558,00	11,16	142,52	78,64	**790,32**
	DESCONTO COND AGOSTO/2021	03/08/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-104,21	-57,50	**-577,87**
00234085	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.268,52	686,58	**7.309,08**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	257,00	257,00	5,14	62,11	33,62	**357,87**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	438,00	438,00	8,76	105,85	57,29	**609,90**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	558,00	558,00	11,16	134,85	72,99	**777,00**
	DESCONTO COND SETEMBRO/2021	03/09/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-98,60	-53,37	**-568,13**
00242702	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.193,79	614,95	**7.162,72**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	257,00	257,00	5,14	58,45	30,11	**350,70**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	438,00	438,00	8,76	99,61	51,31	**597,68**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	558,00	558,00	11,16	126,91	65,37	**761,44**
	DESCONTO COND OUTUBRO/2021	03/10/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-92,79	-47,80	**-556,75**
00249163	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.121,09	546,51	**7.021,58**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	257,00	257,00	5,14	54,89	26,76	**343,79**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	438,00	438,00	8,76	93,55	45,60	**585,91**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	558,00	558,00	11,16	119,18	58,10	**746,44**
	DESCONTO COND NOVEMBRO/2021	03/11/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-87,14	-42,48	**-545,78**
00255688	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	1.053,24	497,35	**6.904,57**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	257,00	257,00	5,14	51,57	24,35	**338,06**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	438,00	438,00	8,76	87,89	41,50	**576,15**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	558,00	558,00	11,16	111,97	52,87	**734,00**
	DESCONTO COND DEZEMBRO/2021	03/12/2021	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-81,87	-38,66	**-536,69**
00261595	CONDOMÍNIO JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	5.249,00	5.249,00	104,98	987,52	454,95	**6.796,45**
	FD. RESERVA JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	257,00	257,00	5,14	48,35	22,28	**332,77**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	438,00	438,00	8,76	82,40	37,96	**567,12**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	558,00	558,00	11,16	104,98	48,36	**722,50**
	DESCONTO COND JANEIRO/2022	03/01/2022	R$	-408,00	-408,00	-8,16	-76,76	-35,36	**-528,28**
00270274	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	956,49	431,28	**6.934,53**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	272,00	272,00	5,44	47,84	21,57	**346,85**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	438,00	438,00	8,76	77,04	34,74	**558,54**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2022	03/02/2022	R$	558,00	558,00	11,16	98,15	44,25	**711,56**
00273397	CONDOMÍNIO MARÇO/2022	03/03/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	887,83	372,09	**6.806,68**
	FD. RESERVA MARÇO/2022	03/03/2022	R$	272,00	272,00	5,44	44,41	18,61	**340,46**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2022	03/03/2022	R$	438,00	438,00	8,76	71,51	29,97	**548,24**
	RAT INADIMPL MARÇO/2022	03/03/2022	R$	558,00	558,00	11,16	91,10	38,18	**698,44**
00278638	CONDOMÍNIO ABRIL/2022	03/04/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	814,71	272,58	**6.634,05**
	FD. RESERVA ABRIL/2022	03/04/2022	R$	272,00	272,00	5,44	40,75	13,63	**331,82**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2022	03/04/2022	R$	438,00	438,00	8,76	65,62	21,95	**534,33**
	RAT INADIMPL ABRIL/2022	03/04/2022	R$	558,00	558,00	11,16	83,60	27,97	**680,73**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C8C.

Relatório Débitos Atualizado

Data de cálculo 14/06/2023
Índice econômico: 31 - INPC-IBGE

Condomínio: 0400 - COND. EDIF. MAISON MONT CLAIR **Bloco:** 0 - MAISON MONT CLAIR
Unidade: 121 - Isaac Daiel Wasserman **CPF:** 131.938.178-21 - **A/C:** Dra. Tânia Wasserman
Endereço: RUA Maranhão 202 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01240-000

Recibo	Histórico	Vencimento		Valor original	Valor principal	Multa	Juros	Atualização monetária	Total
00285352	CONDOMÍNIO MAIO/2022	03/05/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	748,73	212,68	**6.508,17**
	FD. RESERVA MAIO/2022	03/05/2022	R$	272,00	272,00	5,44	37,45	10,64	**325,53**
	13º/FÉRIAS MAIO/2022	03/05/2022	R$	438,00	438,00	8,76	60,31	17,13	**524,20**
	RAT INADIMPL MAIO/2022	03/05/2022	R$	558,00	558,00	11,16	76,83	21,82	**667,81**
00291154	CONDOMÍNIO JUNHO/2022	03/06/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	688,04	186,88	**6.421,68**
	FD. RESERVA JUNHO/2022	03/06/2022	R$	272,00	272,00	5,44	34,41	9,35	**321,20**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2022	03/06/2022	R$	438,00	438,00	8,76	55,42	15,05	**517,23**
	RAT INADIMPL JUNHO/2022	03/06/2022	R$	558,00	558,00	11,16	70,60	19,18	**658,94**
00298280	CONDOMÍNIO JULHO/2022	03/07/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	626,81	151,55	**6.325,12**
	FD. RESERVA JULHO/2022	03/07/2022	R$	272,00	272,00	5,44	31,35	7,58	**316,37**
	13º/FÉRIAS JULHO/2022	03/07/2022	R$	438,00	438,00	8,76	50,49	12,21	**509,46**
	RAT INADIMPL JULHO/2022	03/07/2022	R$	558,00	558,00	11,16	64,32	15,55	**649,03**
00303672	CONDOMÍNIO AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	573,27	185,95	**6.305,98**
	FD. RESERVA AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	272,00	272,00	5,44	28,67	9,30	**315,41**
	13º/FÉRIAS AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	438,00	438,00	8,76	46,17	14,98	**507,91**
	RAT INADIMPL AGOSTO/2022	03/08/2022	R$	558,00	558,00	11,16	58,82	19,08	**647,06**
00311766	CONDOMÍNIO SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	517,55	203,77	**6.268,08**
	FD. RESERVA SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	272,00	272,00	5,44	25,89	10,19	**313,52**
	13º/FÉRIAS SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	438,00	438,00	8,76	41,69	16,41	**504,86**
	RAT INADIMPL SETEMBRO/2022	03/09/2022	R$	558,00	558,00	11,16	53,11	20,91	**643,18**
00316835	CONDOMÍNIO OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	461,52	222,23	**6.230,51**
	FD. RESERVA OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	272,00	272,00	5,44	23,08	11,12	**311,64**
	13º/FÉRIAS OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	438,00	438,00	8,76	37,17	17,90	**501,83**
	RAT INADIMPL OUTUBRO/2022	03/10/2022	R$	558,00	558,00	11,16	47,36	22,80	**639,32**
00322460	CONDOMÍNIO NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	401,94	195,25	**6.143,95**
	FD. RESERVA NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	272,00	272,00	5,44	20,10	9,77	**307,31**
	13º/FÉRIAS NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	438,00	438,00	8,76	32,37	15,73	**494,86**
	RAT INADIMPL NOVEMBRO/2022	03/11/2022	R$	558,00	558,00	11,16	41,24	20,03	**630,43**
00328879	CONDOMÍNIO DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	343,22	173,51	**6.063,49**
	FD. RESERVA DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	272,00	272,00	5,44	17,17	8,68	**303,29**
	13º/FÉRIAS DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	438,00	438,00	8,76	27,64	13,98	**488,38**
	RAT INADIMPL DEZEMBRO/2022	03/12/2022	R$	558,00	558,00	11,16	35,22	17,80	**622,18**
00336716	CONDOMÍNIO JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	284,05	134,31	**5.965,12**
	FD. RESERVA JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	272,00	272,00	5,44	14,21	6,72	**298,37**
	13º/FÉRIAS JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	438,00	438,00	8,76	22,88	10,82	**480,46**
	RAT INADIMPL JANEIRO/2023	03/01/2023	R$	558,00	558,00	11,16	29,15	13,78	**612,09**
00343373	CONDOMÍNIO FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	226,20	108,30	**5.881,26**
	FD. RESERVA FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	272,00	272,00	5,44	11,31	5,42	**294,17**
	13º/FÉRIAS FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	438,00	438,00	8,76	18,22	8,72	**473,70**
	RAT INADIMPL FEVEREIRO/2023	03/02/2023	R$	558,00	558,00	11,16	23,21	11,11	**603,48**
00348353	CONDOMÍNIO MARÇO/2023	03/03/2023	R$	5.438,00	5.438,00	108,76	168,36	65,09	**5.780,21**
	FD. RESERVA MARÇO/2023	03/03/2023	R$	272,00	272,00	5,44	8,42	3,26	**289,12**
	13º/FÉRIAS MARÇO/2023	03/03/2023	R$	438,00	438,00	8,76	13,56	5,24	**465,56**
	RAT INADIMPL MARÇO/2023	03/03/2023	R$	558,00	558,00	11,16	17,28	6,68	**593,12**
00354730	CONDOMÍNIO ABRIL/2023	03/04/2023	R$	5.873,00	5.873,00	117,46	120,44	31,75	**6.142,65**
	FD. RESERVA ABRIL/2023	03/04/2023	R$	294,00	294,00	5,88	6,03	1,59	**307,50**
	13º/FÉRIAS ABRIL/2023	03/04/2023	R$	473,00	473,00	9,46	9,70	2,56	**494,72**
	RAT INADIMPL ABRIL/2023	03/04/2023	R$	603,00	603,00	12,06	12,37	3,26	**630,69**
00365794	CONDOMÍNIO MAIO/2023	03/05/2023	R$	5.873,00	5.873,00	117,46	59,90	0,00	**6.050,36**
	FD. RESERVA MAIO/2023	03/05/2023	R$	294,00	294,00	5,88	3,00	0,00	**302,88**
	13º/FÉRIAS MAIO/2023	03/05/2023	R$	473,00	473,00	9,46	4,82	0,00	**487,28**
	RAT INADIMPL MAIO/2023	03/05/2023	R$	603,00	603,00	12,06	6,15	0,00	**621,21**
00372314	CONDOMÍNIO JUNHO/2023	03/06/2023	R$	5.873,00	5.873,00	117,46	0,00	0,00	**5.990,46**
	FD. RESERVA JUNHO/2023	03/06/2023	R$	294,00	294,00	5,88	0,00	0,00	**299,88**
	13º/FÉRIAS JUNHO/2023	03/06/2023	R$	473,00	473,00	9,46	0,00	0,00	**482,46**
	RAT INADIMPL JUNHO/2023	03/06/2023	R$	603,00	603,00	12,06	0,00	0,00	**615,06**
		Subtotal:		**656.851,32**	**656.851,32**	**13.137,02**	**482.633,82**	**205.011,63**	**1.357.633,79**
		Total geral:							**1.357.633,79**

Legenda: (P) Recibo em protesto (J) Recibo no jurídico (A) Recibo em acordo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C8C.

Extrato válido para 14/06/2023

Cidade de São Paulo

Procuradoria Geral do Município

Consulta e Pagamento de Dívidas

IPTU - 010.002.0341-7

Consolidação dos Débitos	
Dívidas Não Ajuizadas	0,00
Dívidas Ajuizadas	981.126,67
Encargos	99.371,60
Valor total de dívidas em aberto	**R$ 1.080.498,27**

Nº Dívida	Exercício	Tipo de Débito	Valor	Encargos	Notificação	Situação	Posição
169.951.2/08-6	2007	IPTU	66.024,99	6.612,73	10	Ajuizado	Em Aberto
519.946.8/09-1	2008	IPTU	76.847,14	7.695,19	10	Ajuizado	Em Aberto
522.256.7/10-9	2009	IPTU	73.771,73	7.387,13	10	Ajuizado	Em Aberto
522.220.6/11-4	2010	IPTU	87.644,77	8.773,81	10	Ajuizado	Em Aberto
537.785.4/12-8	2011	IPTU	88.967,41	8.905,64	10	Ajuizado	Em Aberto
592.387.5/13-6	2012	IPTU	33.517,30	3.364,21	10	Ajuizado	Em Aberto
574.236.6/15-9	2014	IPTU	55.962,42	5.636,25	10	Ajuizado	Em Aberto
583.673.5/16-6	2015	IPTU	71.902,71	7.230,29	10	Ajuizado	Em Aberto
545.822.6/17-8	2016	IPTU	67.160,18	6.818,17	10	Ajuizado	Em Aberto
539.503.8/18-3	2017	IPTU	65.644,63	6.564,46	10	Ajuizado	Em Aberto
528.775.8/19-7	2018	IPTU	65.418,29	6.541,82	10	Ajuizado	Em Aberto
509.980.3/21-0	2019	IPTU	64.266,53	12.672,28	10	Ajuizado	Em Aberto
509.980.3/21-0	2020	IPTU	62.456,35	0,00	10	Ajuizado	Em Aberto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C92.

Extrato válido para 14/06/2023

Cidade de São Paulo

Procuradoria Geral do Município

Consulta e Pagamento de Dívidas

IPTU - 010.002.0341-7

549.848.1/22-5	2021	IPTU	53.353,48	5.868,87	10	Ajuizado	Em Aberto
506.270.5/23-1	2022	IPTU	48.188,74	5.300,75	10	Ajuizado	Em Aberto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C92.

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Demonstrativo Unificado do Contribuinte - DUC

SQL:	**010.002.0341-7**
NOME :	**Protegido por sigilo fiscal**

Débitos por SQL

SQL: 010.002.0341-7

Endereço: R MARANHAO , 202 APTO 121 - VAGAS 15-16-17-18 CEP: 01240-000

Situação Cadastral: Regular

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

	NL	Exercício	Valor principal remanescente	Valor devido atualizado [1]	Situação
!	01	2023	33.884,80	36.594,43	EM ABERTO
!	01	2022	32.030,30	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2021	29.118,40	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2020	29.805,50	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2019	27.111,30	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2018	24.646,70	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2017	22.406,10	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2016	20.369,20	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2015	18.517,50	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2014	13.018,71	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2012	6.091,52	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2011	14.486,10	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2010	12.842,90	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2009	9.879,20	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2008	9.312,40	- -	DÍVIDA ATIVA
!	01	2007	7.341,86	- -	DÍVIDA ATIVA

[1] Para consultar os valores atualizados, acesse os respectivos serviços da SF ou SNJ, de acordo com a situação do débito.

AII = Auto de Infração; NL = Notificação de Lançamento; DAMSP = Documento de Arrecadação; OA = Obrigações Acessórias; MEI = Micro empresário individual; DASN = Declaração Anual Simples Nacional

Sem Pendência **Com pendência** **Hasta pública**

(**) O Valor Atualizado em Reais R$ - não considera eventuais descontos legais por pagamento antecipado, parcelamento ou programa de incentivo

(*) Moeda vigente à época do Fato Gerador

Este extrato é meramente informativo e não constitui meio hábil para comprovação de regularidade fiscal. As pendências apontadas não impedem necessariamente a emissão da Certidão de regularidade, pois até mesmo as que estão com a exigibilidade suspensa serão indicadas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C98.

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Demonstrativo Unificado do Contribuinte - DUC

SQL: 010.002.0341-7

Endereço: R MARANHAO , 202 APTO 121 - VAGAS 15-16-17-18 CEP: 01240-000

Situação Cadastral: Regular

Lista de SQLs ascendentes

	SQL	NL	Exercício	Nível Filiação	Situação	% da Dívida
✓	* 010.002.0050-7			1		

AII = Auto de Infração; NL = Notificação de Lançamento; DAMSP = Documento de Arrecadação; OA = Obrigações Acessórias; MEI = Micro empresário individual; DASN = Declaração Anual Simples Nacional

✓ **Sem Pendência** ! **Com pendência** **Hasta pública**

(**) O Valor Atualizado em Reais R$ - não considera eventuais descontos legais por pagamento antecipado, parcelamento ou programa de incentivo

(*) Moeda vigente à época do Fato Gerador

Este extrato é meramente informativo e não constitui meio hábil para comprovação de regularidade fiscal. As pendências apontadas não impedem necessariamente a emissão da Certidão de regularidade, pois até mesmo as que estão com a exigibilidade suspensa serão indicadas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/06/2023 às 16:42 , sob o número WJMJ23411428112
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FCA2C98.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

Isaac Daniel Wasserman, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da **Ação de Execução,** que lhe move **Condomínio Edifício Maison Mont Clair**, também contra a **Construtora Wasserman S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., esclarecer e requerer o quanto segue.

O exequente requereu, e foi deferida, a penhora do imóvel onde residiam os executados, imóvel esse que, avaliado, está prestes a ser levado a hasta pública. Referido bem possui valor muito maior (quase o dobro) do que o necessário para a cobertura das dívidas.

No entanto, em data anterior, foi realizada a penhora, no rosto dos autos, dos créditos pertencentes ao executado Isaac, nos autos da Ação de Dissolução de Sociedade que tramita perante a 25ª Vara Cível, processo nº 0158646-56.2010.8.26.0100.

Para evitar a dupla garantia, requer seja expedido ofício para o cancelamento da penhora acima referida, para os fins de direito.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 13 de julho de 2.023

Tânia Wasserman

OAB/SP 146.244

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TANIA WASSERMAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/07/2023 às 11:00 , sob o número WJMJ23413813757
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 100CD821.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
31ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº - São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1008880-28.2018.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais**
Exequente:	**Condomínio Edifício Maison Mont Clair**
Executado	**Isaac Daniel Wasserman e outros**

VISTOS.

1. Defiro a alienação do imóvel pelo sistema de leilão eletrônico, nomeando o leiloeiro oficial Felipe Domingos Perigo, inscrito na JUCESP sob n. 919, que atua com a plataforma eletrônica gestora "Lance Judicial", homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo.

2. O leilão será realizado, nas seguintes condições:

a) em primeiro pregão, pelo valor atualizado da avaliação; em segundo pregão, pelo maior lanço ofertado, a partir de 60% do valor atualizado da avaliação (art. 891 do CPC e STJ Resp 556709/MT).

b) a arrematação será feita mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante (art. 892 do CPC).

c) os interessados em adquirir o bem em prestações poderão apresentar até o início do leilão sua proposta por escrito, observando quanto ao valor da proposta o disposto no art. 895, I e II, do CPC, e com oferta de pelo menos 25% à vista, sendo o restante parcelado em até 30 meses, com correção monetária, e garantido por caução idônea, quando se tratar de móvel, e por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóvel, nos termos do art. 895, I e §§ 1º e 2º, do CPC, mediante apreciação do Juízo (art. 895, § 8º, do CPC).

d) Correrá por conta do arrematante o pagamento do valor correspondente a 5% sobre o valor da arrematação, a título de comissão do leiloeiro, não incluso no lance.

3. Publique-se o edital, na forma do art. 887 e §§ do Código de Processo Civil, promovendo-se as intimações necessárias, do executado e das demais pessoas referidas no art. 889, I a VIII do Código de Processo Civil.

4. Fl. 536: manifeste-se o exequente. Após, cls.

Int.
São Paulo, 31 de julho de 2023
ANTONIO CONEHERO JÚNIOR
JUIZ DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CONEHERO JUNIOR, liberado nos autos em 01/08/2023 às 13:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1033FA70.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0664/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)	D.J.E
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)	D.J.E
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)	D.J.E
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)	D.J.E

Teor do ato: "VISTOS. 1.Defiro a alienação do imóvel pelo sistema de leilão eletrônico, nomeando o leiloeiro oficial Felipe Domingos Perigo, inscrito na JUCESP sob n. 919, que atua com a plataforma eletrônica gestora Lance Judicial, homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. 2. O leilão será realizado, nas seguintes condições: a) em primeiro pregão, pelo valor atualizado da avaliação; em segundo pregão, pelo maior lanço ofertado, a partir de 60% do valor atualizado da avaliação (art. 891 do CPC e STJ Resp 556709/MT). b) a arrematação será feita mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante (art. 892 do CPC). c) os interessados em adquirir o bem em prestações poderão apresentar até o início do leilão sua proposta por escrito, observando quanto ao valor da proposta o disposto no art. 895, I e II, do CPC, e com oferta de pelo menos 25% à vista, sendo o restante parcelado em até 30 meses, com correção monetária, e garantido por caução idônea, quando se tratar de móvel, e por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóvel, nos termos do art. 895, I e §§ 1º e 2º, do CPC, mediante apreciação do Juízo (art. 895, § 8º, do CPC). d) Correrá por conta do arrematante o pagamento do valor correspondente a 5% sobre o valor da arrematação, a título de comissão do leiloeiro, não incluso no lance. 3. Publique-se o edital, na forma do art. 887 e §§ do Código de Processo Civil, promovendo-se as intimações necessárias, do executado e das demais pessoas referidas no art. 889, I a VIII do Código de Processo Civil. 4.Fl. 536: manifeste-se o exequente. Após, cls. Int."

São Paulo, 1 de agosto de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/08/2023 às 13:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 10367780.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0664/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 02/08/2023. Considera-se a data de publicação em 03/08/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Tania Wasserman (OAB 146244/SP)
Ana Mara França Machado (OAB 282287/SP)
Ben Hur Belmonte Neto (OAB 264145/SP)
Roberto Massao Yamamoto (OAB 125394/SP)

Teor do ato: "VISTOS. 1.Defiro a alienação do imóvel pelo sistema de leilão eletrônico, nomeando o leiloeiro oficial Felipe Domingos Perigo, inscrito na JUCESP sob n. 919, que atua com a plataforma eletrônica gestora Lance Judicial, homologada pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. 2. O leilão será realizado, nas seguintes condições: a) em primeiro pregão, pelo valor atualizado da avaliação; em segundo pregão, pelo maior lanço ofertado, a partir de 60% do valor atualizado da avaliação (art. 891 do CPC e STJ Resp 556709/MT). b) a arrematação será feita mediante pagamento imediato do preço pelo arrematante (art. 892 do CPC). c) os interessados em adquirir o bem em prestações poderão apresentar até o início do leilão sua proposta por escrito, observando quanto ao valor da proposta o disposto no art. 895, I e II, do CPC, e com oferta de pelo menos 25% à vista, sendo o restante parcelado em até 30 meses, com correção monetária, e garantido por caução idônea, quando se tratar de móvel, e por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóvel, nos termos do art. 895, I e §§ 1º e 2º, do CPC, mediante apreciação do Juízo (art. 895, § 8º, do CPC). d) Correrá por conta do arrematante o pagamento do valor correspondente a 5% sobre o valor da arrematação, a título de comissão do leiloeiro, não incluso no lance. 3. Publique-se o edital, na forma do art. 887 e §§ do Código de Processo Civil, promovendo-se as intimações necessárias, do executado e das demais pessoas referidas no art. 889, I a VIII do Código de Processo Civil. 4.Fl. 536: manifeste-se o exequente. Após, cls. Int."

SÃO PAULO, 2 de agosto de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/08/2023 às 07:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 10385B50.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao item "4" da r. decisão de fls. 537, manifestar-se acerca da petição de fls. 536[1].

Nos termos da r. decisão de fls. 477, e das manifestações anteriores do **EXEQUENTE** (fls. 457-462; 442, 415-417; fls. 383-386; fls. 326-327), o pedido de **redução da penhora** exige, nos termos do art. 874 do CPC:

> "*Art. 874. **Após a avaliação**, o juiz poderá, **a requerimento do interessado e ouvida a parte contrária**, mandar:*
>
> > *I - **reduzir a penhora aos bens suficientes** ou transferi-la para outros, se o valor dos bens penhorados for **consideravelmente superior** ao crédito do exequente e dos acessórios*".

Quanto à presença dos elementos legais, tem-se:

(a) a realização da penhora e avaliação do bem penhorado: conforme r. decisão de fls. 508, foi dispensada a avaliação do bem, com a fixação do valor de R$4.364.609,98 por concordância do **EXEQUENTE**, tendo a r. decisão de fls. 537 (item 2, "a") determinado o **valor mínimo** para arrematação em segundo leilão em 60% (sessenta por cento) desse valor, ou seja: **R$2.618.765,99** – apesar de, naquela data, o valor somado do crédito já ser de 61,08% daquele valor, e que continua crescendo em virtude da permanente inadimplência.

(b) requerimento do interessado: petição de fls. 536;

(c) oitiva da parte contrária: a presente petição; e

(d) que o valor dos bens penhorados seja **consideravelmente superior** ao crédito e seus acessórios: tal pressuposto legal **não está configurado.** Conforme petição de fls. 516-517 e documentos que a instruíram, o débito em execução, em **junho de 2023** (há dois meses), era de **R$1.561.100,20**, sendo tal crédito **preterido** pela **preferência legal** do débito de IPTU sobre o imóvel que, naquela data, era de **R$1.105.005,79**. Assim, subtraindo-se o valor de IPTU (R$1.105.005,79) do valor do lance mínimo (R$2.618.765,99), tem-se que o **imóvel penhorado asseguraria R$1.513.760,20** de um total de R$1.561.100,20, isto é, o bem penhorado estaria ainda **deficitário** em relação ao crédito em execução no importe de -R$47.340,00.

[1] Sem qualquer prejuízo, a r. decisão de fls. 452-453 contém um erro material (de digitação) e faz referência à petição de fls. 151, quando na realidade a petição da EXECUTADA se encontra às fls. 451.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/08/2023 às 16:08 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 104C7A93.

O crédito do **COEXECUTADO ISAAC**, penhorado no rosto dos autos nº 0158646-56.2010.8.26.010 da 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, não foi informado e não está caracterizado, de modo que **não é possível** saber se ele supera ou não, **consideravelmente** (cf. art. 847, I, do CPC) o saldo deficitário do lance mínimo (-R$47.340,00) e, ainda, **o extrapola *consideravelmente***.

Uma análise perfunctória daqueles autos demonstra, pelo contrário, que o valor em dinheiro efetivamente disponível naqueles autos, em favor do **COEXECUTADO ISAAC**, é de aproximadamente **R$30.709,09** (cf. documentação anexa), ou seja, quando considerada a cobertura deficitária, serviria apenas para **reduzir o déficit** para -R$16.630.91, estando **longe**, portanto, de estar configurado o **considerável excesso** que exige o art. 874, I, do CPC, para o pleito formulado pelos **EXECUTADOS**.

Por fim, tem-se que sequer ocorreu qualquer leilão do imóvel penhorado, podendo ser até mesmo factível que este **não** seja arrematado **sequer** pelo valor do lance mínimo em segundo leilão, tornando qualquer **redução de penhora** nesta execução que **já dura mais de 05 anos**, e que tem em seu bojo débitos que remontam a agosto de 2014 (quase **10** anos, cf. fls. 526-531) seria **uma afronta e um retrocesso** nos empenhos para a **satisfação do crédito do EXEQUENTE**, que é o escopo da presente execução.

Caso, futuramente, **o produto da venda do imóvel penhorado** seja superior ao lance mínimo em proporções que permitam a satisfação do crédito de IPTU e, subsequentemente, do crédito do **EXEQUENTE**, então pode-se novamente verificar o pleito. No presente momento, ele **não preenche** os requisitos do art. 874, I, do CPC, para a liberação da penhora.

Pelo exposto, requer seja **indeferida,** neste momento, a baixa na penhora que recai sobre o rosto dos autos (créditos) do **COEXECUTADO ISAAC** nos autos nº 0158646-56.2010.8.26.010, conforme solicitado às fls. 536.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 10 de agosto de 2023.

ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/08/2023 às 16:08 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 104C7A93.

DANNYEL MOLLIET SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Rua Araújo, 165 – 5º andar – Vila Buarque – Brasil – CEP 01220-020
Telefone PABX 55 (011) 3255-1055

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL – SP.

Processo 0158646-56.2010.8.26.0100
(583.00.2010.158646-0/000001-000)
Ordem 1265/2010

ISAAC DANIEL WASSERMAN, por seu advogado que esta subscreve, nos autos da ação de dissolução de sociedade promovida em face de CONSTRUTORA WASSERMAN S/A E OUTRA, perante esse E. Tribunal e r. cartório, expor e requerer o quanto segue:

01. Conforme decisão prolatada pelo MM. Juízo da 4ª Vara Cível do Foro Central da Capital, nos autos do processo nº 0006985-44.2021.8.26.0100, houve o cumprimento da ordem de penhora exarada às **fls. 2550/2551**, relativa à execução das verbas sucumbenciais (honorários advocatícios e custas processuais), conforme planilha de **fls. 2533**, transferindo a estes autos, o valor de **R$ 121.848,10**.

02. Temos assim, que os valores transferidos, relativos às verbas sucumbenciais eram compostos:

R$ 64.032,32 de honorários advocatícios;

R$ 56.609,37 reembolso de custas; e

R$ 1.206,42, de custas finais ao Estado, provisionadas.

03. Com relação aos **honorários advocatícios** e mais as custas finais ao Estado, desde já este patrono requer a **expedição do competente MLE**, no valor de **R$ 65.238,74**, nos termos do formulário em anexo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANNYEL MOLLIET SOCIEDADE DE ADVOCACIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/08/2023 às 16:38 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código FB47E2B5.

DANNYEL MOLLIET SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Rua Araújo, 165 – 5º andar – Vila Buarque – Brasil – CEP 01220-020
Telefone PABX 55 (011) 3255-1055

04. No que tange às custas processuais reembolsadas, no valor de **R$ 56.609,37**, este peticionário requer ase seguintes providências:

A) Honorários periciais faltantes:

Dos honorários periciais estimados às **fls. 2629**, no valor de **R$ 30 mil**, este requerente às duríssimas penas conseguiu arcar com **R$ 9 mil**, através de 3 depósitos de R$ 3 mil, conforme **fls. 2635/2636**, **2643/2644** e **2649/2650**, remanescendo ainda pagar o valor de **R$ 21.000,00**.

Deste modo, desde já o requerente requer que tal saldo apontado seja integralmente debitado deste montante, e desde já intimado o ilustre perito para início dos trabalhos periciais.

B) Penhora de fls. 1949/1951:

Após o desconto do saldo dos honorários periciais, do valor remanescente de **R$ 35.609,37**, este requerente requer que seja transferido ao MM. Juízo da 18ª Vara Cível do Foro Central, o valor relativo à penhora levada a efeito no rosto destes autos às **fls. 1949/1951**, que segundo àquela credora, o valor corrigido é de **R$ 4.819,28**, conforme manifestação de **fls. 2652/2714**.

C) Do saldo final:

Frente ao exposto, depois de provisionado o valor integral do perito contador e liquidada à penhora levada a efeito no rosto dos autos, este requerente pleiteia a expedição do competente MLE do valor de **R$ 30.790,09**, nos termos do formulário em anexo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANNYEL MOLLIET SOCIEDADE DE ADVOCACIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/08/2023 às 16:38 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1068810-38.2019.8.26.0100 e código EB4E2A5.

DANNYEL MOLLIET SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Rua Araújo, 165 – 5º andar – Vila Buarque – Brasil – CEP 01220-020
Telefone PABX 55 (011) 3255-1055

É o quer se requer.

Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 5 de junho de 2.023.

DANNYEL SPRINGER MOLLIET
OAB/SP 147.509

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANNYEL SPRINGER MOLLIET e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 10/06/2023 às 16:38 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1068810-38.2019.8.26.0100 e código EB472285.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0158646-56.2010.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Dissolução Parcial de Sociedade - Dissolução**
Requerente:	**Isaac Daniel Wasserman**
Requerido:	**Construtora Wasserman S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **LEILA HASSEM DA PONTE**

Vistos.

Fls. 2480/2495: A requerida Construtora Wasserman S/A. manifesta-se nos autos pleiteando a revisão/exclusão da multa diária decorrente da obrigação de fazer acordada entre as partes em audiência de conciliação realizada (dação em pagamento de dois imóveis), em razão de novos fatos ocorridos. Defende que a obrigação de fazer era impossível de ser cumprida, tanto que o autor e a requerida adotaram medida prática equivalente, optando em 07/07/2020 pela realização de usucapião extrajudicial em relação ao imóvel localizado na Rua Maranhão, 202, apto 121 (matrícula 3668 do 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo). Com relação ao imóvel localizado no Guarujá, afirma que a obrigação de fazer restou impossibilitada de ser cumprida, vez que referido imóvel foi arrematado por terceiros em leilão judicial, conforme carta de arrematação datada de 07/08/2020. Discorre acerca das astreintes vencidas e acumuladas. Ao final, requer seja declarada cumprida a obrigação de fazer pela medida prática equivalente com a consequente exclusão da multa ou, subsidiariamente, a redução do valor alcançado.

O autor Issac Wasserman manifestou-se às fls. 2572/2582.

Decido.

Analisando os autos, em especial, a matrícula do imóvel juntada aos autos às fls. 2496/2498, verifico que o referido imóvel foi objeto de usucapião extrajudicial em favor do autor Isaac Wasserman, através de requerimento datado de 07/07/2020.

E quanto ao imóvel localizado no Guarujá, o Auto de Arrematação de fls. 2499/2500 comprova que o imóvel foi arrematado por terceiro, em razão da penhora dos direitos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEILA HASSEM DA PONTE e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 10/08/2023 às 16:08 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0158646-56.2010.8.26.0100 e código FD4C7A5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

que o autor Issac Wasserman detinha sobre o imóvel.

Neste prima, com relação aos dois imóveis que foram objeto do acordo celebrado entre as partes, tem-se que a obrigação de fazer assumida pela requerida resta prejudicada.

Passo a análise do pleito de exclusão e/ou revisão da multa diária.

Não obstante a requerida afirmar que, com relação ao imóvel localizado na Rua Maranhão, 202, apto 121, São Paulo, restou comprovada a impossibilidade do cumprimento da obrigação de fazer, sendo que as partes adotaram medida prática equivalente, realizando procedimento de usucapião extrajudicial em 07/07/2020, não assiste razão para fins de obter a exclusão da multa.

No que concerne à alegada impossibilidade do cumprimento da obrigação de fazer, como bem pontuou o autor, a questão já foi objeto de apreciação pelo E. Tribunal de Justiça nos autos do AI nº 2165373-59.2017.8.26.0000, sendo oportuno transcrever trecho do v. acórdão.

" (...) *Superado o tema acerca da intimação pessoal, registre-se que também não se pode atribuir pertinência ao fartamente argumentado acerca da "inexequibilidade da obrigação".*

A este respeito, destaca-se que nas manifestações da devedora analisadas, observa-se que ora ela indica que os documentos solicitados pelo Cartório seriam de fácil apresentação pelo agravado, ora ela defende a total inexequibilidade da obrigação, chegando a sugerir "solução prática equivalente".

Para que não paire dúvidas e questionamentos, esclareça-se que, ainda que o Juízo tenha disposto apenas e especificamente sobre as custas da incorporação da empresa Magnum a cargo da devedora, é evidente que, tendo a unidade cartorária solicitado documentação adicional para formalizar a questão no que pertine a incorporação, essa obrigação é inequivocamente da devedora a quem, repita-se, o Juízo transferiu a responsabilidade de viabilização.

A interpretação dada pela devedora neste aspecto, aliada à tentativa de transferir ao exequente a responsabilidade por apresentar essa documentação, deixa claro a tentativa infundada e reprovável da agravante de se esquivar da multa, quando já aplicada em patamar tão elevado.

Destarte, há inafastável correlação entre a inércia da agravante e a aplicação das

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/08/2023 às 16:08 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008810-38.2019.8.26.0100 e código E04C00459.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

astreintes. (...)

Acerca do pedido de adoção de solução prática equivalente, com deferimento da adjudicação dos imóveis, conforme destacado no item anterior, em mais de uma oportunidade em suas manifestações a devedora argumentou em termos de possibilidade plena de serem praticados os atos exigidos pela unidade cartorária.

Tanto é verdade que, na peça de impugnação e oportunidade primeira em que se defendeu da execução das astreintes, a devedora em nenhum momento arguiu a inexequibilidade da obrigação, tendo apenas tentado transferir a responsabilidade para o agravado, ou argumentar acerca de dificuldades para obtenção dos documentos seja porque já inativa a pessoa jurídica, ou porque comprometida sua saúde.

Porém, mesmo em face dos obstáculos arguidos, naquela oportunidade a devedora considerou plenamente possível a satisfação da obrigação, tanto que apresentou documentos junto à impugnação, que posteriormente foram reputados insuficientes.

Destarte, não subsiste nenhum fundamento que conduza o Órgão Colegiado à conclusão de que é necessária a adoção de uma "solução prática equivalente" (...)." (fls. 2591/2592).

O fato do autor ter logrado êxito em obter a usucapião extrajudicial do imóvel não se confunde com o adimplemento da obrigação de fazer assumida pela requerida, tampouco comprova que tratou-se de obrigação impossível de ser cumprida.

No mesmo vértice, com relação ao imóvel localizado no Guarujá, o cumprimento da obrigação resta prejudicado por ter sido arrematado por terceiro em leilão judicial, como já consignou esse juízo anteriormente, contudo, também não se pode concluir pela satisfação da obrigação da requerida.

Quanto ao pleito de redução das *astreintes*, tal questão também já foi objeto de apreciação por esse juízo na decisão proferida às fls. 1863/1866, confirmada pelo E. Tribunal de Justiça no v. acórdão, *in verbis*:

"(...) *Por fim, no que se refere ao montante atingido pelas astreintes R$358.400,00 ainda pendente de atualização como bem ponderou a i. Julgadora, a negativa injustificável da devedora e a privação a qual foi submetido o credor, que já aguardou mais de seis anos sem que pudesse incorporar os imóveis ao seu patrimônio de forma definitiva, autorizam a convicção de*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/08/2023 às 16:08 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008810-38.2018.8.26.0100 e código E04C00000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

que de fato não há o que reduzir.

Acrescente-se a isso a informação trazida em contraminuta de que os imóveis representavam um valor avaliado em R$ 2.350.000,00, que atualizado hoje excederia os 3.565.000,00, de modo que o contexto global de transtorno ocasionado pela conduta reprovável da devedora estaria adequadamente indenizado pela fração que representa a multa fixada diante dos elevados valores envolvidos na demanda. (...)" (fls. 2592).

Dito isso, destaco que a obrigação de fazer foi assumida pela requerida em acordo realizado em 16/05/2012, sendo que o autor logrou êxito em obter a usucapião extrajudicial através de procedimento iniciado somente em 07/07/2020 (imóvel de São Paulo), e o Auto de Arrematação foi expedido em 27/08/2020 (imóvel de Guarujá), ou seja, o adimplemento da obrigação perdurou por mais de 08 anos.

Portanto, diferente do que aduz a requerida, os fatos noticiados não justificam a alteração do julgado que indeferiu a redução das astreintes.

Diante do exposto, rejeito a impugnação, indeferindo os pleitos formulados pela requerida Construtora Wasserman.

2. Fls. 2717: Ciência às partes a acerca da concordância do perito com o pedido de parcelamento dos honorários.

3. Fls. 2718/2720: Em consulta ao Portal de Custas, verifiquei constar o depósito judicial no valor de R$ 121.848,00, proveniente do juízo da 4ª Vara Cível do Foro Central, processo nº 0006985-44.2021.8.26.0100, conforme comprovante do Banco de Brasil de fls. 2725, em atendimento a penhora no rosto dos autos deferida às fls. 2550/2551.

O valor depositado refere-se aos honorários sucumbenciais pertencentes ao patrono do autor (R$ 64.032,32), reembolso de custas processuais (R$ 56.609,37) e custas finais (R$1.206,42).

Assim, **DEFIRO** a expedição de mandado de levantamento eletrônico somente em favor do patrono do autor no valor R$ 64.032,32, conforme formulário MLE de fls.2730.

Por ora, fica indeferido qualquer levantamento em favor do autor, em razão das penhoras no rosto dos autos anotadas em seu desfavor, provenientes do juízo da 31ª Vara Cível (processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100) e da 18ª Vara Cível (processo nº 1127642-42.2014.8.26.0100).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 10/08/2023 às 16:08 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código FD4C0A5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
25ª VARA CÍVEL
Praça João Mendes s/nº, 9º andar - salas 920 e 924, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6188, São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Do mesmo modo, indefiro o pleito para que parte do valor depositado seja utilizado para pagamento dos honorários periciais.

4. No mais, aguarde-se o depósito das demais parcelas dos honorários para início da perícia.

Intime-se.

São Paulo, d.s.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 07/08/2023 às 16:52 , sob o número WJMJ23416176103
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1068810-58.2018.8.26.0100 e código E04C0A5.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO-SP

Processo nº 1008880-28.2018.8.26.0100

FELIPE DOMINGOS PERIGO, anteriormente LEILOEIRO oficial do **GRUPO LANCE**, empresa desde 2009 e uma das pioneiras em leilões eletrônicos no TJ/SP, por intermédio do seu advogado abaixo assinado, vem, respeitosamente à Presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

Diante do comunicado emitido pelo tribunal (COMUNICADO CG N°1082/2021) e, a fim de garantir a devida adequação deste Sistema ao PROVIMENTO.

Dessa forma, autoriza e requer que a(s) nomeação(ões) à este peticionante seja(m) substituída(s) ao Sr. **GILBERTO FORTES DO AMARAL FILHO – JUCESP Nº 550**, profissional na área de leilões desde 1980 no âmbito rural, com inscrição na JUCESP desde 1995 (mais de 27 anos), sendo um dos leiloeiros ativos mais experientes em todo território nacional, de reputação ilibada, economista por mais de 35 anos e associado ao Grupo Lance, com direção de novos projetos em leilões rurais e de artes, bem como, para realização dos leilões judiciais nos Tribunais do Estado de São Paulo, com foco no TJ/SP, sendo este, devidamente habilitado no Sistema de Gerenciamento dos Auxiliares da Justiça como Leiloeiro oficial deste Sistema – Lance Judicial, conforme documento abaixo:

Cadastro no TJ/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/08/2023 às 11:02 , sob o número WJMJ23416344464
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 10526919.



Cadastro no TJ/SP

RELAÇÃO DE LEILOEIROS MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO DECRETO N° 21.981/32 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO - DREI N°72/2019

Nome	Matrícula	Posse	Logradouro	Bairro	Cidade	CEP	Telefones	E-Mail	Situação	Preposto	Férias/ Licença	Data do D.O.E.	Prazo para Publicação - 120 dias	Data do Cancelamento	PDF
GILBERTO FORTES DO AMARAL FILHO	550	21/12/1995	RUA ABILIO SOARES, 989, APTO. 181		SÃO PAULO	04005003	(11)3885-0387 | (11)99931-7508	gilamaral@uol.com.br	Atuante						

Por fim, em sequência e sem qualquer prejuízo a determinação de realização de hastas, será apresentada **a minuta do edital de leilão**, de acordo com o novo COMUNICADO CG Nº 1082/2021 e instrução/normas da corregedoria do TJ/SP, já com leiloeiro devidamente cadastrado/habilitado, acima informado.

Renovamos nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Termos em que, pede deferimento,

São Paulo, 12 de agosto de 2023.

ADRIANO PIOVEZAN FONTE
306.683 OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/08/2023 às 11:02 , sob o número WJMJ23416344464
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 10526919.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FELIPE DOMINGOS PERIGO, de nacionalidade brasileira, titular do RG nº 33.081.151-4 SSP/SP, inscrito sob o CPF 369.150.078-14;

OUTORGADO: **ADRIANO PIOVEZAN FONTE**, advogado, inscrito na ordem dos advogados sob n° 306.683, de nacionalidade brasileira, titular da cédula de identidade RG 32152427, inscrito sob o CPF 373.755.258-46;

Eu, **FELIPE DOMINGOS PERIGO**, por este **Instrumento de Procuração Bastante** nomeio e constituo meu Bastante Procurador **ADRIANO PIOVEZAN FONTE***,* a quem confiro amplos, gerais e ilimitados poderes para atuar como em meu nome fosse, confere amplos poderes para o foro em geral à defesa de seus direitos e interesses, com as cláusula a*d judicia* e *et extra*, em qualquer Esfera, Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para requerer a substituição dos leilões nomeados para este outorgante para um dos leiloeiros a ser designados pelo Grupo Lance Judicial. Este instrumento não tem prazo de validade.

São Paulo, 12 de agosto de 2023..

FELIPE DOMINGOS PERIGO
CPF sob o nº 369.150.078-14
JUCESP sob. nº 919

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/08/2023 às 11:02 , sob o número WJMJ23416344464
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 10526919.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP.

Execução de Título Extrajudicial nº 1008880-28.2018.8.26.0100
(contribuição condominial)

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR, já qualificado, nos autos da presente Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial que move em face de **CONSTRUTORA WASSERMAN S/A**, **ISAAC DANIEL WASSERMAN** e **TANIA WASSERMAN**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados subscritores, em atenção ao item "1" da r. decisão de fls. 537, expor e requerer o quanto segue.

I. DA IMPOSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO DESTITUÍDO

Nos termos do item "1" da r. decisão de fls. 537, este MM. Juízo nomeou como leiloeiro público o Sr. Felipe Domingos Perigo, a fim de promover a alienação em hasta pública do imóvel penhorado. No entanto, em consulta à matrícula do referido leiloeiro perante a **JUCESP**, a **EXEQUENTE** constatou que o mesmo foi **destituído** da função de leiloeiro, estando proibido de exercer a referida atividade (cf. art. 3º, "b", do Regulamento anexo ao Decreto nº 21.981/1932), nos termos da documentação anexa[1].

Igualmente, por força do disposto no art. 36, §11, e art. 251-A das Normas de Serviço dos Ofícios de Justiça da CGJ/TJ-SP (com redação dada pelos Provimentos CG 19/2021 e 40/2021), o referido leiloeiro (destituído) **não se encontra** mais cadastrado na Lista de Auxiliares da Justiça deste E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo[2], deixando de cumprir com o art. 880, *caput* e §3º, do CPC, justamente em virtude da ausência da **matrícula obrigatória** perante a **JUCESP** e do acima mencionado regime normativo do TJ/SP a respeito.

Tal fato é reconhecido pelo próprio Sr. Felipe Domingos Perigo, nos termos da petição de fls. 550-552, na qual o mesmo alega atuar, atualmente, na qualidade de preposto (funcionário) da empresa Grupo Lance, e como "ex-leiloeiro".

Diante do acima exposto e, com fulcro no art. 3º, "b", do Regulamento anexo ao Decreto 21.981/1932, e do art. 880, *caput* e §3º, do CPC c/c art. 36, §11, e art. 251-A das Normas de Serviço dos Ofícios de Justiça da CGJ/TJ-SP, tem-se que a nomeação de referido leiloeiro **não é possível** em virtude de sua proibição legal de exercício da função.

---

[1] https://www.institucional.jucesp.sp.gov.br/consultaLeilao.html (matrícula nº 919).

[2] https://www.institucional.jucesp.sp.gov.br/consultaLeilao.html

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBB7.

II. DA IMPOSSIBILIDADE NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO A PEDIDO DO EX-LEILOEIRO DESTITUÍDO (PETIÇÃO DE FLS. 550-552).

Conforme art. 883 do CPC, cabe ao MM. Juízo a nomeação de leiloeiro cadastrado, na qualidade de **auxiliar da justiça** não-serventuário (cf. art. 149 do CPC e art. 35, *caput*, das Normas de Serviço dos Ofícios de Justiça da CGJ/TJ-SP), entre aqueles:

(a) de sua confiança (art. 35, §4º, das Normas de Serviço dos Ofícios de Justiça); ou
(b indicado pelo **exequente** (art. 883, *in fine*, do CPC).

A indicação de fls. 550-552 é feita por leiloeiro **destituído**, estranho às partes e também sem respaldo legal para a referida indicação. Apesar de citar o Comunicado CG 1082/2021, a matéria ali tratada (*atualização* de cadastro de leiloeiros *cadastrados*, sob pena de *descadastramento*) **nada** tem a ver com a referida **indicação**, feita por **leiloeiro destituído**.

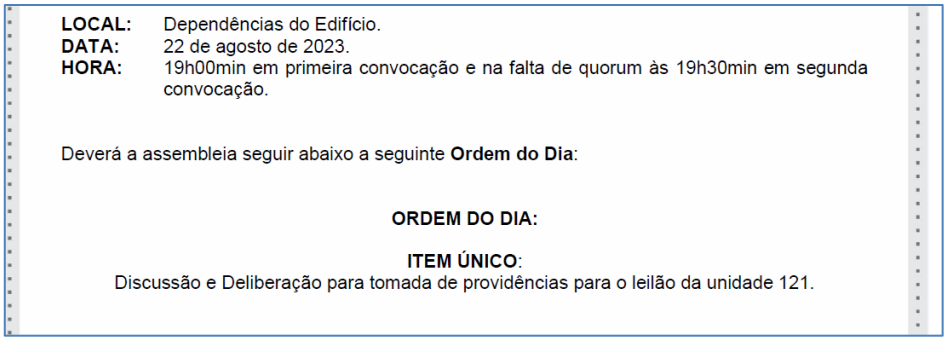
Por fim, a **pena de destituição** prevista para determinados casos previstos no Regulamento anexo ao Decreto 21.981/1932, e que proíbe o desempenho da função (cf. art. 3º, "b"), **não se confunde** com o *(des)cadastramento* de leiloeiro perante o Tribunal, matéria de que trata o Comunicado CG 1082/2021 e o art. 36 das Normas Gerais dos Ofícios de Justiça da CGJ/TJ-SP, referente ao mero condicionamento do exercício da função perante o órgão da Justiça (cf. art. 883 do CPC).

Portanto, deve ser **afastado** o pleito de "substituição" de fls. 550-552, uma vez que ausente a previsão legal de tal indicação, a qual deve vir do juiz e/ou do exequente, nos exatos termos do art. 883 do CPC.

III. DA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PELO CONDOMÍNIO EXEQUENTE PARA INDICAÇÃO DE LEILOEIRO (CF. ART. 833 DO CPC).

Nos termos do art. 883, *in fine*, do CPC, o condomínio **EXEQUENTE** tem interesse na indicação de leiloeiro público para a alienação do imóvel penhorado. O art. 797 do CPC assegura que a execução ocorra ***no interesse do exequente***, de modo que se requer a consideração, por este MM. Juízo, da indicação de leiloeiro público a ser feita pelo **EXEQUENTE** nestes autos.

Contudo, em se tratando de matéria de grande relevância para o **EXEQUENTE**, dados os valores e datas dos débitos *sub judice* (que remontam a 2014, cf. fls. 540-541), o condomínio convocou uma **Assembleia Geral Extraordinária**, a ocorrer em 22/08/2023, nos termos do art. 1.355 do CC, art. 25 da Lei 4.591/1964 e dos art. 25 e 26 da Convenção de Condomínio (fls. 13-27), para decidir sobre a nomeação de leiloeiro público, como forma mais adequada de governança dos interesses condominiais diante da relevância do assunto:



LOCAL: Dependências do Edifício.
DATA: 22 de agosto de 2023.
HORA: 19h00min em primeira convocação e na falta de quorum às 19h30min em segunda convocação.

Deverá a assembleia seguir abaixo a seguinte **Ordem do Dia**:

ORDEM DO DIA:

ITEM ÚNICO:
Discussão e Deliberação para tomada de providências para o leilão da unidade 121.

Doc. Anexo: Termo de Convocação da AGE.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBB7.

Assim, requer seja aguardada a realização da AGE condominial, na qual será decidida pela designação de leiloeiro do interesse do **EXEQUENTE**, para posterior apresentação nesses autos, nos termos do art. 883, *in fine*, do CPC.

IV. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer o condomínio EXEQUENTE:

1) seja desconsiderada a **nomeação do leiloeiro** indicado no item "1" da r. decisão de fls. 537, por estar o mesmo destituído, sem matrícula perante a JUCESP e descadastrado do TJ/SP, e, portanto, **legalmente impedido** do exercício da função;

2) seja desconsiderada a indicação de leiloeiro público feita às fls. 550-552, pelo referido leiloeiro destituído, diante da ausência de previsão legal (cf. art. 883 do CPC) e estraneidade do mesmo em relação à presente demanda; e

3) seja **concedido prazo** de **até 15 (quinze)** dias úteis (cf. art. 139, VI c/c art. 218, §1º, do CPC) para que o condomínio **EXEQUENTE** realize a Assembleia Geral Extraordinária (designada para 22/08/2023) e decida pela indicação de um leiloeiro público *de seu interesse*, nos termos do art. 797 c/c art. 883, *in fine*, do CPC, para **posterior apreciação** deste MM. Juízo e, sendo o caso, **nomeação do mesmo** (cf. art. 883 do CPC).

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 15 de agosto de 2023.

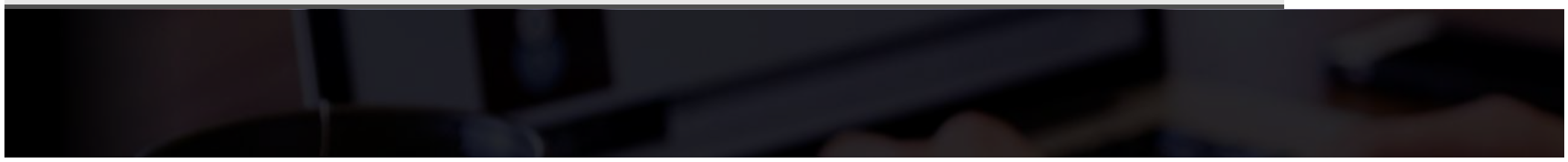
ANA MARA FRANÇA MACHADO
OAB/SP 282.287

BEN-HUR BELMONTE NETO
OAB/SP 264.145

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBB7.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em atendimento à legislação eleitoral, a partir de 2 de julho de 2022 até o fim da eleição estadual em São Paulo, os materiais
deste site não serão atualizados. Porém, os serviços disponíveis aos usuários continuarão funcionando normalmente.



919 --Selecione-- dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa --Selecione--

Logradouro **Bairro**

Cidade

☐ Matrículas Canceladas
☐ Matrículas Canceladas - Publicação dos 120 dias

Pesquisar

Gerar PDF

Procurar:

Logradouro	Bairro	Cidade	CEP	Telefones	E-Mail	Situação
RUA LEÃO XIII, 138,	RUDGE RAMOS	SÃO BERNARDO DO CAMPO	09624010	(11)4365-4667 | (11)7894-7237	felipe.perigo@hotmail.com	Destituído

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Olá, em que posso ajudar?



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBBC.

RELAÇÃO DE LEILOEIROS MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 21.981/32 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 52/2022.

Nome	Matricula	Posse	Logradouro	Bairro	Cidade	CEP	Telefones	E-Mail	Situação	Preposto	Férias/Licença	Data do D.O.E.	Prazo para Publicação - 120 dias	Data do Cancelamento	PDF
FELIPE DOMINGOS PERIGO	919	08/05/2013	RUA LEÃO XIII, 138,	RUDGE RAMOS	SÃO BERNARDO DO CAMPO	09624010	(11)4365-4667 | (11)7894-7237	felipe.perigo@hotmail.com	Destituído						

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBBC.

Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

ATENÇÃO

A **Consulta Pública** só exibe os nomes dos auxiliares que já foram nomeados através do sistema

Conforme Comunicado CG1469/2019, é vedada a utilização da Bandeira Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com o intuito de validação de sites que divulguem peritos, tradutores, intérpretes, administradores, administradores judiciais em falências e recuperações judiciais, liquidantes, curadores dativos, inventariantes dativos, leiloeiros e outros auxiliares da Justiça Estadual.

Consulta Pública de Auxiliares da Justiça

Nome

Felipe Domingos Perigo

Função do Auxiliar

Leiloeiro

Especialidades

Pesquisar

Nome
0 Não há registros para serem exibidos

Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP - 99

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBBC.

fls. 559

Gmail Ben B N <fdni175@gmail.com>

Fwd: [MAISON MONT CLAIR] - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO DIA 22/08/2023

1 mensagem

Ana Mara Machado <anamaramachado@gmail.com> 15 de agosto de 2023 às 10:48
Para: BH Neto <fdni175@gmail.com>

--------- Mensagem encaminhada ---------
De: **Winker** <sistema@winker.com.br>
Data: sáb., 12 de ago. de 2023 às 07:21
Assunto: [MAISON MONT CLAIR] - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO DIA 22/08/2023
Para: Ana Mara <anamaramachado@gmail.com>



MAISON MONT CLAIR

CONVIVIUM

(11) 3791-6979

Olá **Ana Mara**!

Está disponível na plataforma online do Condomínio **MAISON MONT CLAIR** o documento **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO DIA 22/08/2023**. Você pode acessar o documento acessando o módulo **"Documentos"** ou clicando no link abaixo:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO DIA 22/08/2023

Prezado (a) Condômino (a):

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBBF.

fls. 560

Segue Edital de Convocação para o seu Condomínio.
Para baixar o arquivo, basta clicar em ACESSAR.

Atenciosamente,

Administradora Convivium.

Acessar



Powered by Winker

E-mail enviado para anamaramachado@gmail.com

Não quero mais receber e-mail quando:

- Enviarem um novo Documento para mim
- Qualquer e-mail enviado pela Winker
- Não moro mais neste condominio

--
Sent from Gmail Mobile

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBBF.

CONVIVIUM BRASIL

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
SEDE PRÓPRIA - DESDE 1983

TELEFONE: (11) 3791-6979
WWW.CONVIVIUMBR.COM.BR

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAISON MONT CLAIR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Síndica do Condomínio Edifício Maison Mont Clair, sito à Rua Maranhão, nº.202 - São Paulo – SP, convoca os senhores condôminos a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no local, dia e hora abaixo indicados:

LOCAL: Dependências do Edifício.
DATA: 22 de agosto de 2023.
HORA: 19h00min em primeira convocação e na falta de quorum às 19h30min em segunda convocação.

Deverá a assembleia seguir abaixo a seguinte **Ordem do Dia**:

ORDEM DO DIA:

ITEM ÚNICO:
Discussão e Deliberação para tomada de providências para o leilão da unidade 121.

Os Senhores condôminos poderão ser representados por procuradores devidamente habilitados e portadores de instrumentos legais que atendam todas as formalidades. Lembrando que não terão direito a participar, votar e serem votados, os condôminos que não estiverem em dia com suas obrigações condominiais, inclusive aquele que tiver acordo em andamento (CC Art. 1335).

Tratando-se de assuntos de real importância, solicitamos e agradecemos a presença de todos os condôminos esclarecendo que as decisões tomadas na Assembleia obrigam a todos, presentes ou não.

São Paulo, 11 de agosto de 2023.

_____
Cond. Edif. Maison Mont Clair

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BEN HUR BELMONTE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/08/2023 às 14:06 , sob o número WJMJ23416493214
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008880-28.2018.8.26.0100 e código 1055FBBF.